UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MATAS FOLHEADAS: IMPRENSA, PRÁTICAS LETRADAS E SOCIABILIDADES DE PROTEÇÃO À NATUREZA NA *REVISTA FLORESTAL* (1929-1949)

FILIPE OLIVEIRA DA SILVA

Niterói/Rio de Janeiro
2017

FILIPE OLIVEIRA DA SILVA

MATAS FOLHEADAS:
IMPRENSA, PRÁTICAS LETRADAS E SOCIABILIDADES DE PROTEÇÃO À NATUREZA NA *REVISTA FLORESTAL* (1929-1949)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: História política

Orientadora: Prof. Dra. Juniele Rabêlo de Almeida

Niterói/Rio de Janeiro

2017

FILIPE OLIVEIRA DA SILVA

MATAS FOLHEADAS:

IMPRENSA, PRÁTICAS LETRADAS E SOCIABILIDADES DE PROTEÇÃO À NATUREZA NA REVISTA FLORESTAL (1929-1949)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF) como parte dos requisitos paraa obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: _____/_____/ _____

BANCA EXAMINADORA:

_____

Professora Doutora Juniele Rabêlo de Almeida (Orientadora)

Universidade Federal Fluminense

_____

Professor Doutor José Augusto Valladares Pádua

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Arguidor externo

_____

Professora Doutora Lise Fernanda Sedrez

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Arguidor externo

À Maria Baptista do Espírito Santo.

Com todo o carinho e ternura.

(In memoriam)

AGRADECIMENTOS

Ao final de uma pesquisa densa e, por vezes, exaustiva, como esta que se apresenta, tenho a sensação de que a língua portuguesa, definitivamente, não consegue expressar o que sinto. É uma mescla de satisfação pelo que já foi realizado, de inquietude pela falta de um ponto final definitivo, mas, certamente, de uma gratidão sem tamanho pelas pessoas que passaram em minha vida. No transcorrer destes (des)caminhos, acredito que ficou muito pouco de mim em muitas pessoas, mas, indubitavelmente, cada uma delas deixaram muito de si em mim e na produção que se segue. Estou convicto que acumulei dívidas irreparáveis com inúmeras delas, a quem destino meus cumprimentos mais sinceros, pois dispensaram parte do seu tempo para me (in)formar enquanto profissional e cidadão.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, uma força sobre-humana que me auxiliou nos momentos mais conflituosos desta trajetória. Não sei, ao certo, se é com este termo que a ele me devo referir. Se é, porém, Javé, Alá, Oxalá ou outro substantivo, realmente, desconheço. Prefiro apenas reconhecer a sua presença sobre(natural), estendendo sua mão a mim e possibilitando a concretização deste trabalho.

Carinhosamente, presto meus cumprimentos à minha orientadora, Juniele Rabêlo de Almeida, pela sua atenção em cada um dos adjetivos de meus textos. Sempre amiga, Juniele foi um farol na sequência da pesquisa. Soube, com sua doçura, paciência e simplicidade, indicar as possibilidades que se abria, permitindo minha escolha para os rumos desta caminhada e enfrentando ao meu lado os obstáculos metodológicos e teóricos que se levantavam. Assim, alertou-me, até mesmo em meio aos contratempos do ofício de professora, sobre as direções pouco visíveis na pesquisa, sem, contudo, exigir a adesão e formatação de um pensamento em um modelo teórico-conceitual restrito.

À professora Giselle Martins Venâncio que confluiu meu caminho ao de Juniele, devo-lhe os predicados, a concessão de textos de pequena circulação e, principalmente, a atenção nestes últimos anos. Acolhendo-me em seu grupo de estudo sobre historiografia intelectual, após a seleção de monitoria de Teoria e Metodologia da História, Giselle me fez ter contato com amigos que me auxiliaram, cada qual à sua maneira, na atividade de pesquisador e licenciando. Agradeço, nominalmente, a eles: André Carlos Furtado – que, fraternalmente, torceu comigo desde minha aprovação na seleção de mestrado e, com o qual pude aprender um pouco sobre Sérgio Buarque de Holanda e as estratégias intelectuais para alcançar a

imortalidade; Mariana Rodrigues Tavares – que, com seu talento, compartilhou comigo as cadeiras da UFF, debatendo e discutindo as fórmulas textuais dos intelectuais; Bruno Guedes de Carvalho – que discutiu conosco a historiografia militar renovada; Felipe Cazetta – que partilhou momentos de reflexão sobre o integralismo em Portugal.

Faziam parte do grupo também: Mariana Simões – cujos os nossos caminhos estavam cruzados entre as salas da UFF e do Arquivo Nacional, diante das pesquisas a serem executadas; Michelle Coutinho – cujos circuitos da História nos fizeram esbarrar, em diversos momentos, como no almoço da ANPUH-Rio, nas salas de etnografia do Museu Nacional, além, é claro, de me conceder um exemplar de sua primeira publicação; Raquel Braun – que, docemente, compartilhou discussões sobre as apropriações das teorias raciais estudando o seu Sebastião Leão; Renan Rubim Caldas – com o qual viajei à Ouro Preto, dividindo experiências relacionadas ao ensino de história. O somatório desta reflexão neste grupo resultou em livro organizado por Giselle que foi publicado recentemente. Nenhum escrito, porém, conseguirá registrar as vivências e experiências ali proporcionadas. Reitero meus agradecimentos a cada um deles.

Ao NUPEHC que me acolheu com os meus cientistas engajados na proteção à natureza e, devido as suas múltiplas abordagens e perspectivas articulou-se, nitidamente, às minhas propostas. Aderi-me, além disso, a professores pró-ativos e nobres que muito me auxiliaram, especialmente Aníbal Bragança, Luiz Fernando Saraiva, Karla Karloni, Mário Grynszpan, Cecília Azevedo, Larissa Vianna, Carlos Augusto Addor, Fernando Penna, Nívea Andrade e Everardo Paiva.

Às professoras Camila Agostini, Hebe Mattos e Rita Almico agradeço pelas suas disciplinas ofertadas ao longo desta trajetória no mestrado. Cada uma das leituras e debates foram pilares que fundamentaram este texto que aqui se encerra. A cada uma delas, agradeço o comprometimento com minha formação e parabenizo-os pela excelência de suas aulas que transformam a instituição em um arquipélago privilegiado do saber histórico.

À Maria Verônica Secreto agradeço pelo apoio indispensável no campo da história ambiental indicando leituras, emprestando-me um livro de Germán Palácios que muito colaborou com o trabalho. Os verbos que tenho para agradecer são poucos, mas deveriam ser os mais sublimes pelo seu empenho durante as aulas de História da América, nas considerações sobre o texto nos Anais do I Encontro de Graduandos e Pós-graduandos do NUPEHC, nos estreitos corredores e auditórios da UFF. Enfim, sou grato pela sua gentileza e confiança com que trata todos os alunos.

Deixo registrado meu sincero agradecimento aos professores José Augusto Pádua e à Lise Sedrez que compuseram a banca da qualificação deste trabalho. Mais do que isso: auxiliaram-me de todos os meios e modos para a concretização dele. Sugestões de leituras, críticas aos textos, empréstimos de livros, a oportunidade de participar do Laboratório de História e Natureza da UFRJ e pela amizade destes anos. Palavras tornam-se pequenos somatórios de letras diante da imensa gratidão que expresso por eles.

No laboratório, encontrei colegas com os quais compartilhei de mesmas aspirações, problemas e dilemas. Entre conversas regadas à cafés adoçados com sorrisos, debati, sobretudo, com Alexia Shellard, Bruno Capilé, Valéria, Daniel Dutra, Gabriel Pereira de Oliveira, Giselle, Erika Carvalho, Natascha Otoya, sobre quais seriam as melhores formas de narrar a história, intervir sobre o nosso tempo e interpretar o mundo biofísico.

Situada no laboratório, dedico este parágrafo de agradecimento a Paola Vargas. Em meio a escrita dessa dissertação, deixava o seu recado como um bilhete aos meus ouvidos: "lembre-se para quem você escreve e sobre quem você escreve!", dizia ela entre um vagão e outro do transporte público. Incansáveis vezes, aguçava no meu texto a crítica social e o engajamento público. Antropóloga de profissão, Paola buscou a cada palavra me ensinar o que move a escrita da história.

Agradeço também a Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional. Foi nesta instituição que obtive experiências práticas de pesquisa e de onde partiu o desejo pela pesquisa da *Revista Florestal*. Ali compartilhei problemas que afetam os patrimônios histórico-culturais do país. Resultantes de recursos escassos, documentações que registram a história nacional encontram-se sob o bolor dos fungos, da poeira e amarelado das fontes. Constatei que, embora esta situação seja explícita, há profissionais competentes que batalham para a permanência de sua integridade. Tive oportunidade de conviver nas mais variadas situações com estas pessoas. Agradeço à coordenadora Maria das Graças de Souza Filho, pela possibilidade de vasculhar às recônditas prateleiras da Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional. Com Graça, pude aprender que o trabalho em equipe exige gentileza nas ações e parceria nas atitudes.

Na SEMEAR/MN, tive meus caminhos cruzados com a bibliotecária Luciana Pereira Rodrigues que faz jus à sua profissão. Atenciosa com cada detalhe, leitora arguta e antenada nos eventos acadêmicos, Luciana foi, indispensável, nesta minha passagem no Museu. Dividiu comigo a autoria de textos apresentados em conferências e seminários de memória social, proporcionando minha inserção nas brechas existentes entre a história, a arquivologia e

a biblioteconomia. Agradeço sua amizade e tantos momentos compartilhados. Dali também tenho meus cumprimentos à Márcia Pereira Barreto que, com o seu valioso saber experiencial do arquivo, apresentava-me, a cada dia, novas fontes – que ainda não tinham entrado na fase de higienização, descrição e identificação conforme a NOBRADE ou ISAD(G) -, guardando-as para me mostrá-las quando não estava na seção. Os almoços registrados em minha memória, tem na companhia de Márcia o doce de sua simpatia e simplicidade.

Agradeço também a todos os funcionários da seção em igual valor. À Maristela de Souza, pelos seus ensinamentos no campo da arquivística, a troca de conversas sobre a história da escravidão e visita à comunidades quilombolas; Marco Antônio Vieira, pela sua esperança no meu mestrado no exterior. A Jorge Dias, Sandra Brites, Aluf Dias, Ubirajara Mendes e Gustavo Moreira também entrego meus votos de cumplicidade. Com cada um destes historiadores, arquivistas, bibliotecários e técnicos aprendi a permanecer em defesa do patrimônio histórico nacional. Agradeço também a todos os estagiários da UFRJ que compartilharam as higienizações e tratamentos documentais na seção durante minha passagem. São eles: Ludmilla Lanna, Melissa Brites, Victor Martins, Yasmin Pacheco, e Leonardo Oliveira. Com eles, estabeleci amistosas trocas interinstitucionais entre os conhecimentos históricos da UFF e da UFRJ.

Ainda que a pesquisa tivesse como epicentro irradiador o Museu Nacional, estive em mais outras 44 instituições, ambas localizadas no Rio de Janeiro. São elas: Arquivo da Associação Brasileira de Educação; Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências afins; Arquivo Histórico da Casa Oswaldo Cruz; Arquivo Histórico do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo; Arquivo Histórico do Museu da República do Rio de Janeiro; Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional; Arquivo Histórico Múcio Leão da Academia Brasileira de Letras; Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Em relação as bibliotecas, deixo o agradecimento à: Barbosa Rodrigues do Jardim Botânico; Central do Gragoatá da Universidade Federal Fluminense; da Academia Campinense de Letras; da Associação Brasileira da Imprensa; do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro; de Obras Raras da Escola Nacional de Belas Artes; do Ministério da Fazenda; do Museu da República do Rio de Janeiro; do Museu Histórico Nacional; do Museu Nacional de Belas Artes; do Museu Nacional do Rio de Janeiro; Edgard Teixeira Leite; Embaixador

Antônio Francisco Azeredo da Silveira do Palácio do Itamaraty; da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro; do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro; do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Lúcio de Mendonça da Academia Brasileira de Letras; Nacional do Rio de Janeiro; Noronha Santos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Octávio Barbosa do Serviço Geológico do Brasil e Rodolfo Garcia da Academia Brasileira de Letras.

Outras instituições com as quais busquei fontes para esta narrativa foram: Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres; Centro Cultural da Memória Escoteira; Centro de Pesquisa e Documentação e História do Brasil Contemporâneo; Instituto Agronômico de Campinas; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Mediateca do Maison de France; Museu Florestal Octávio Vecchi; Núcleo de Documentação do Instituto Butantan; Real Gabinete Português de Leitura; Sala de consultas Marechal Cândido Rondon do Museu do Índio; Setor de Acervo e Memória do Jardim Botânico do Rio de Janeiro; Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Vítimas do anonimato em muitas pesquisas, cada uma destas instituições tiveram pessoas fundamentais, sem os quais se tornaria inviável esta análise. Agradeço, em especial, a Pedro Tórtima do IHGB; a Alda Heizer do Jardim Botânico; a Carmela da Biblioteca da Fazenda; ao Seu Antônio, Seu Ivan e Camila bibliotecários do Museu Nacional; a Juliana Amorim do Arquivo da ABL; a Bianca do CPDoc; a Eliane Vieira da Biblioteca do Museu da República; as bibliotecárias Penha e Carmen da Biblioteca Barbosa Rodrigues; Anderson, Felipe e Márcio da Biblioteca Edgard Teixeira Leite; a Vangri na Biblioteca do Instituto Agronômico de Campinas; Arthur Santinello e sua equipe no Museu Florestal Octávio Vecchi; e Edgar Fernando de Luca, diretor do Instituto Florestal de São Paulo. Aos funcionários da Biblioteca Nacional (Antônio em nome da Seção de Obras Gerais; Alex em nome de toda a Seção de Periódicos e Carla em nome da equipe de Segurança) devo-lhes os préstimos.

Estas pessoas, além de fornecerem as documentações, ainda buscaram contatos para me auxiliar neste projeto, indicaram textos aos quais podia recorrer, selecionaram documentos inéditos; alguns aguardaram minha saída até depois do expediente de trabalho e atenderam com muita dedicação e simpatia as manhãs e tardes dos últimos verões e invernos frentes aos documentos. A consulta destes documentos em diferentes instituições foi permitida por meio dos investimentos do CNPq desde o primeiro mês no Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Agradeço ao órgão de fomento e a instituição pelo financiamento, mesmo

em momentos de crise da economia nacional.

À Meyre Teixeira, Hosana Ramôa e Cláudia Espanha devo todo carinho ao longo desta longa caminhada. Com estas três meninas, que tiveram seus itinerários cruzados ao meu, compartilhei os momentos mais felizes dos últimos anos. As trilhas pela Floresta da Tijuca, os auxílios, as conversas, os sorrisos, as tristezas... Todas essas vivências são poucas para agradecer a importância que tem em minha vida. Obrigado pelo apoio ao longo da escrita e pelas releituras dos esboços deste texto. Também agradeço a Lorena e Marquinhos pelo acompanhamento destes passos da dissertação.

Agradeço aos amigos não-historiadores que me ensinaram a compreender o viver em sociedade. Agradeço à infância, juventude e atualidade vividas com Carla Fernandes e Fábio Ferreira. À Eislaine Paiva, Thaís Torres, Elisa Vasconcellos e Higor Soares agradeço porque me acompanharam desde o Colégio Pedro II compartilhando a proximidade, mesmo quando os caminhos pareciam enveredar-se por trajetos opostos.

Aos personagens que deslindaram a *Revista Florestal* tenho em suas amizades um agradecimento particular. Aqueles que lutaram para que a natureza não fossem vítimas das queimadas e dos machados, se encontraram nas cinzas do esquecimento. Este trabalho, sem suas ações, disputas, amizades, angústias, conquistas, anseios e projetos, literalmente, não seria possível. Confesso que, por vezes, entre as cartas e páginas da revista contestava suas posições diante de determinados grupos, chegando a, anacronicamente, criticá-los, julgá-los e, como se estivessem à minha frente, soltar aos berros condenações esdrúxulas. Outros momentos, porém, admirava a coragem para organizar ideias pouco desejáveis. Viajava em seus congressos, tornava-se quase um sócio em suas agremiações, achando que poderia contribuir com o projeto que move a Revista.

Curiosamente, buscava sentidos para suas ações em meio a políticas desenvolvimentistas e o porquê dos amores, das rivalidades, das cumplicidades, das mortes. Enfim, apaixonei-me pelo projeto que os une: a proteção à natureza. Como historiador, porém, tentei exercitar um olhar distanciado, verificando esses homens nas contingências dos acontecimentos, dentro de sua cultura política e de suas limitações. Não os vejo à “frente de seu tempo” como pioneiros, nem recuados dele, mas inseridos dentro de suas lógicas temporais e historicidades.

E, por fim, agradeço à minha família que me apoiou desde quando comuniquei que seria um historiador. Mesmo pouco compreendendo o porquê de se “escrever tanto, criticar demais e falar muito” até mesmo assistindo à televisão, meus pais, Maria Belo de Oliveira da

Silva e Carlos Alberto da Silva, foram os grandes responsáveis pela minha estabilidade e incentivadores em todas as circunstâncias. Sou grato à afetuosidade, à generosidade do amor que me concedem com a única retribuição da minha felicidade. Agradeço também aos meus irmãos Lilian de Oliveira e Rafael de Oliveira pela convivência de ternura.

***

"Quando plantamos uma árvore, temos a impressão de que abrimos um livro para o futuro ler, como o arquiteto que, ao iniciar o monumento, coloca na pedra angular um cofre de lembranças do presente, para gáudio dos estudiosos vindouros."

(Francisco de Assis Iglésias, 1930)

RESUMO

Esta dissertação se propõe a investigar a trajetória editorial da *Revista Florestal*, impresso que circulou no Brasil entre 1929 e 1949, divulgando ideias nacionalistas de proteção à natureza. Trata-se de uma das primeiras publicações especializadas nesse gênero no país, sendo organizada, inicialmente, pelo agrônomo Luiz Simões Lopes e o bibliotecário Francisco Rodrigues de Alencar. Em torno de sua confecção e produção editorial, reuniram-se diversos intelectuais, especialmente, engenheiros agrônomos, botânicos e literatos. Pretende-se, por meio da análise desta estrutura de sociabilidade, interpretar as ações sócio-políticas do movimento florestal no Brasil durante o período Nacional Estatista; compreender as estratégias do discurso veiculado em suas páginas; identificar a circulação internacional do periódico e do imaginário florestal, mapear os itinerários intelectuais que nela se cruzaram pelas práticas de escrita e leitura; bem como dimensionar as disputas e relações que envolveram seus processos de produção, distribuição e circulação. Nesse sentido, desnovelam-se diálogos sobre o meio natural e os usos do impresso na tessitura de uma rede intelectual que identificava a natureza à nação brasileira.

Palavras-chave: Revista Florestal - Imprensa - Natureza – Nação.

ABSTRACT

This dissertation proposes to investigate the editorial trajectory of *Revista Florestal*, a print that circulated in Brazil between 1929 and 1949, disseminating nationalist ideas of protection to nature. It is one of the first specialized publications of this kind in the country, being initially organized by the agronomist Luiz Simões Lopes and the librarian Francisco Rodrigues Alencar. Around its confection and editorial production, several intellectuals, especially agronomists, botanists and poets. It is intented, through the analysis of this structure of sociability, to intepret the socio-political actions of the forestry movement in Brazil during the National Statiste period, understand the strategies of the discourse in its pages, to identify the international circulation of the periodical and the forestry imaginary, to map the intellectual itineraries that were interspersed in it by the practices of writing and reading; as well as to dimension the disputes and relations that involved its processes of production, distribution and circulation. It is sense, dialogues about of the natural environment and the uses of the print fabric of an intellectual networks that identifies nature to the Brazilian nation are unveiled.

Key words: Revista Florestal - Press - Nature - Nation.

RESUMEN

Esta dissertación tiene como objectivo investigar la trayectoria de la redación de la *Revista Florestal*, impreso distribuído en Brasil entre 1929 y 1949, haciendo alarde de las ideas nacionalistas de la protección de la naturaleza. Esta es una de las primeiras publicaciones especializadas en este género en el país, organizados inicialmente por el agrónomo Luiz Simões Lopes y bibliotecario Francisco Rodrigues de Alencar. En torno de este círculo de la producción editorial, muchos intelectuales se reunieron, en especial, agrónomos, botanicos y literatos. Se pretende, a través de la análisis de la estructura de la sociabilidad, interpretar las acciones sociopoliticas del movimiento forestal em Brasil durante el período Estatista Nacional, entender las estrategias de discurso transmitido em sus páginas, identificar la circulación internacional de la revista y el imaginario florestal, elaborar un mapa de los itinerarios intelectuales que cruzaron las prácticas de lectura y escritura; y la escala de los conflitos y las relaciones que implican los procesos de producción, distribuición y circulación. En este sentido, se verifica diálogos del medio ambiente natural y los usos de la prensa en este estudio acerca de las redes intelectuales que identifica la naturaleza a la nación brasileña.

Palabras clave: Revista Florestal - Prensa – Naturaleza – Nación.

RESUMÉ

Ce document vise à étudier la trajectoire éditoriale du *Revista Florestal*, imprimé diffusé au Brésil parmi 1929 et 1949, vantant les idées nationalistes de protection de la nature. Ceci est l'une des premières publications spécialisées dans ce genre dans le pays, organisé initialement par agronome Luiz Simões Lopes et bibliothécaire Francisco Rodrigues de Alencar. Autour de sa production éditoriale, de nombreux intellectuels se sont réunis, en particuler, des agronomes, des botanistes et des littérateurs. Il est prévu, à travers l'analyse de la structure de la sociabilité, interpréter les actions socio-politiques du movement forestière au Brésil au cours de période étatiste nationale; comprendre les stratégies de discours diffusé sur vos pages; identifier la circulation internationale de la revue et de l'imaginaire forestière, de cartographier les itinéraires intellectuels qu'il a traversé les pratiques d´écriture et de lecture; et intensifier les conflits et les relations impliquant leur processus de production, la distribution et la circulation. En ce sens, il est les dialogues de la nature et de l'articulation d'un réseau intellectuel qui identifie la nature de la nation brésilienne, à travers le revue.

Mots-clés: Revista Florestal – Presse – Nature – Nation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Capa da edição de 1923 da Revista *Floresta e Arte.* Observe a importância da araucária como símbolo da natureza. (Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil)	56
Ilustração 2: Primeira página da Revista *Floresta e Arte* com três idiomas, mostrando o interesse de circulação para publicação para divulgação no comércio das madeiras. (Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional - Brasil).	56
Ilustração 3: Capa da Revista *España Forestal* publicada em maio de 1915 pela Real Sociedade dos Amigos das Florestas. (Fonte: Biblioteca Nacional da Espanha - Hemeroteca digital)	97
Ilustração 4: Publicação da *Société Française des Amis des Arbres* sobre o combate de incêndios florestais datada de 1923.(Acervo da Biblioteca Edgard Teixeira Leite)	97
Ilustração 5: Anúncio da Marcenaria Florestal com fotografia. Fonte: REVISTA Florestal, ano I, n.1, p.13	122
Ilustração 6: Fotografia do editorial da edição de Setembro de 1946. (Fonte: *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano IV, n.1, Set.1945, p.1)	142

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1: Exportação total de madeiras do Brasil de 1913 a 1932	61
Tabela 2: Diretoria da Sociedade dos Amigos Árvores	99
Tabela 3: Classificação Temática da *Revista Florestal* (1929-1949)	110
Tabela 4: Núcleos Geracionais da *Revista Florestal*	158
Tabela 5: Presença de Estrangeiros na *Revista Florestal* (1929-1949)	159
Gráfico1: Distribuição de articulistas por ocupação baseado no apêndice k que analisa somente os artigos que dispomos de autoria.	164
Tabela 6: Categorização dos Articulistas da *Revista Florestal* (1929-1949)	165

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - Semeando uma narrativa 1

PARTE I. RAÍZES DO MOVIMENTO FLORESTAL 21

CAPÍTULO 1: A GERMINAÇÃO DA NACIONALIDADE:
Representações de Natureza na Primeira República 22

1.1 Naturalizando a Nação 25

1.2. Matrizes do pensamento de Natureza Nacional 27

1.2.1 O Domínio da natureza 30

1.2.2 O Ufanismo 34

1.2.3 Uma floresta em ruínas 36

CAPÍTULO 2: A FERTILIDADE DO TERRENO:
Condições sócio-históricas de emergência da Revista Florestal 47

2.1 Da República das Letras aos laboratórios científicos 48

2.2 A floresta de palavras impressas 53

2.3 A indústria madeireira no pós-guerra 61

2.4. A criação do Serviço Florestal do Brasil 66

2.5 A organização de congressos científicos 75

CAPÍTULO 3: REDES E RIZOMAS:
As malhas associativas de proteção à natureza 80

3.1 Agrônomos em sociedade 85

3.2 Protegendo os "pobres irracionais" 88

3.3 Os amigos das árvores se reúnem 94

3.4 Amigos de Alberto Torres 103

PARTE II. TRONCOS NARRATIVOS E FOLHAS IMPRESSAS 106

CAPÍTULO 4: SEIVA BRUTA:
Fases e discursos da Revista Florestal 107

4.1 O tronco narrativo 109

4.1.1 O cerne temático do periódico 110

4.1.2 Entre a lenha e a linha editorial 114

4.2 Cortes e periodizações 117

4.2.1 Primeira fase da Revista Florestal (1929-1932) 118

4.2.2 Segunda fase da Revista Florestal (1943) 133

4.2.3 Terceira fase da Revista Florestal (1945-1949). 141

CAPÍTULO 5. A POLINIZAÇÃO DOS IMPRESSOS:
Itinerários, Circulação e Sociabilidades intelectuais 148

5.1 Uma cartografia intelectual do movimento florestal 153

5.1.1 Os homens de letras na Revista 154

5.1.2 Uma revista em três tempos 158

5.2.3 Um periódico nacionalista com estrangeiros 159

5.2.4 Cultivadores das matas 164

5.2.5 Em família, entre amigos 166

CONSIDERAÇÕES FINAIS – Os frutos de uma geração intelectual 171

FONTES 175

REFERÊNCIAS 187

APÊNDICES 207

INTRODUÇÃO

Semeando uma narrativa...

Como disseminar ideias e práticas políticas de proteção às florestas e fazê-las circular nos diferentes espaços sociais? Esta é, indubitavelmente, uma indagação que contempla múltiplas respostas, até, por vezes, aparentemente opostas, que vão desde a flexibilidade pedagógica à fiscalização autoritária. Ainda que seja um problema que tenha adquirido maior respaldo, intensidade e abrangência nas últimas décadas, esta não é uma questão recente ou com cronologias estanques e bem delimitadas. Seus contornos temporais variam de acordo com as historicidades próprias de cada temporalidade e culturas políticas[1] específicas, exigindo que se reconheçam que as "ideias não passeiam nuas pelas ruas"[2], mas são materializadas em homens que se utilizam de artefatos culturais[3] para sua circulação.

Esta constatação, por certo, não é casual e, muito menos, individualizada. Ao contrário, foi construída coletivamente ao longo dos trajetos que envolveram nossa pesquisa e, particularmente, minha trajetória. O interesse por responder a questão inicial deste trabalho remonta, aproximadamente, ao ano de 2009. Neste ano, adentrava à Seção de Assistência ao Ensino do Museu Nacional da UFRJ por meio de um convênio com o Colégio Pedro II. Nesta última instituição, cursei o Ensino Médio Integrado em Técnico em Meio Ambiente, onde adquiri conceitos acerca do movimento ambientalista e refleti, inicialmente, sobre as interações entre sociedade e natureza no transcorrer do tempo histórico. Uma vez selecionado como estagiário para ingressar àquele lugar de memória[4] situado na Quinta da Boa Vista, tomei contato com as ideias de diversos naturalistas que participaram da construção do ideário de nacionalidade brasileira.

---

1 Utiliza-se o conceito de *cultura política*, baseando-se em: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____. *Culturas políticas na História*: Novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p.13-37.

2 JULLIARD *apud* SIRINELLI Jean-François. Os intelectuais. In: REMÓND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p.258.

3 Conforme Greenblatt, "os artefatos culturais não ficam parados, imóveis, mas existem no tempo e estão ligados a conflitos, negociações e apropriações pessoais e institucionais". Cf. GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo: ressonância e encantamento. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p.244, 1991.

4 Neste momento operamos com a expressão do francês Pierre Nora. Cf. NORA, Pierre. Entre a memória e a História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n.10, p.7-28, 1993.

Com o fim dos estudos no Colégio Pedro II e inserção da carreira universitária na Universidade Federal Fluminense, o convênio foi encerrado. No entanto, permaneci na instituição tornando-me estagiário da Seção de Memória e Arquivo. Neste departamento consegui ter acesso à valiosas documentações que traçavam a história da institucionalização das ciências no país desde o início do século XIX, quando o Museu Real foi fundado, até trabalhos científicos recentes.

A partir daquele momento estive vinculado ao Projeto que visava a divulgação de um museu virtual para a bióloga, política e feminista Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976)[5]. Colaboramos como a higienização, acondicionamento, armazenamento, descrição e identificação do acervo conforme as normatizações arquivísticas vigentes. Trata-se de um acervo rico contendo uma pluralidade de fontes inéditas (correspondências, periódicos, fotografias, fichários, cadernos de campo, folhetos, entre outros) e pouco exploradas pelos pesquisadores em geral.

Ao longo das catalogações e da busca por identificar os personagens com os quais a feminista se correspondia, percebia o envolvimento da bióloga e outros agentes nas questões de proteção à natureza ainda na primeira metade do século XX. Esta impressão inicial destoava do aprendizado que obtive nos níveis de escolaridade em que me encontrava. Acreditava, anteriormente, que a efetiva articulação de grupos contra a degradação do ambiente datava-se a partir dos anos de 1960 e, sobretudo, com a conferência de Estocolmo em 1972.

Impressionava-me como esta intelectual pode debater medidas de conservação à natureza exatamente em um momento de intensificação da política desenvolvimentista estatal. Em busca de informações na Biblioteca do Museu Nacional, tive o acesso à *Revista Florestal*, à qual procurei investigar cada uma de suas fases e narrativas no Projeto de Iniciação Científica financiado, inicialmente pelo CNPq e, posteriormente, pela FAPERJ, orientado pela professora Juniele Rabêlo de Almeida. Partindo das fontes analisadas e bancos de dados elaborados nesta pesquisa, o trabalho aqui apresentado é fruto das discussões e debates realizados nestes últimos anos.

Nesse sentido, o tema desta dissertação é permeado pela trajetória editorial da *Revista Florestal*, uma das primeiras manifestações da imprensa periódica que se ocupou da difusão

5 O Projeto Museu Virtual Bertha Lutz foi coordenado pelos professores Teresa Cristina de Novaes Marques e Tiago Luís Gil, ambos da Universidade de Brasília. Tal empreendimento resultou na digitalização de documentos presentes em diversas instituições acerca de Bertha Lutz em um site dedicado à intelectual. Para conhecê-lo: Disponível em: <http://lhs.unb.br/bertha/>. Acesso: 08.04.2014.

da proteção das matas[6] brasileiras, no período compreendido entre julho de 1929 e 1949. Este impresso constituiu-se como um artefato cultural que se concretizou em um projeto[7] editorial inserido no campo de possibilidades de circulação do ideário de proteção à natureza do país.

Estabelecemos como recorte temporal da pesquisa a primeira metade do século XX, especificamente, entre 1929 e 1949, quando diversos intelectuais trouxeram à mesa das discussões públicas a indignação diante do uso indiscriminado dos recursos naturais – estes, entendidos como bens patrimoniais da nacionalidade brasileira. Audaciosas críticas científicas contra o progresso vigente e o "problema florestal", de acordo com Roquette-Pinto, fizeram entoar, nesta época, um "coro que bradava para que os brasilianos não fizessem ou alargassem desertos". Este coro, portanto, contribuía para a tessitura de uma rede de sociabilidade dos anos de 1920-1940 cuja composição, sobretudo, era realizada por intelectuais, cientistas e funcionários públicos8.

Problematizamos, pois, a estratégia dos editores da *Revista Florestal* para solucionar as possíveis dissonâncias entre o ideal proposto pelo periódico e o processo desenvolvimentista, de caráter urbano-industrial[9]. A hipótese que norteia nosso estudo emerge de três estratégias dos redatores para consolidar uma imprensa especializada nas questões florestais: a adaptação da concepção de progresso, o amparo estatal e a criminalização de grupos residentes nas matas.

Acreditamos que entre os anos de 1929 e 1949, para sobreviver neste cenário "progressista" – cujo leitor-alvo (o silvicultor) é adepto da exploração madeireira e os

---

6 Neste trabalho, evidencia-se como sinônimo as terminologias *matas* e *florestas*, pois, de acordo com um dos intelectuais que se inseria neste rede, o cientista Edmundo Navarro de Andrade, ambos conceitos são termos genéricos e similares que se remetem a terrenos com árvores silvestres de alto porte. No entanto, o botânico alerta que entre o conceito de matas e florestas há uma diferença de extensão e modo de tratamento. As florestas sempre são de extensão considerável e com poucos cuidados individuais das ocupações humanas para seu tratamento, enquanto as matas podem se referir a qualquer dimensão e cuidado, quer seja ele devastado ou com grande quantidade de árvores lenhosas. Cf. ANDRADE, Edmundo Navarro de. Ligeira contribuição para a terminologia florestal. *Revista do Brasil*, ano VII, n.84, Dezembro de 1922.

7 À mérito de esclarecimento, emprega-se a noção de *projeto*, tal como foi formulado por Gilberto Velho, caracterizado por uma "conduta organizada para atingir finalidades específicas" (p.40) que está sempre em interação com outros projetos. No caso da *Revista Florestal*, temos interações no interior do campo da imprensa com revistas estrangeiras similares, como a argentina *Madeiril* e a norte-americana *Tropical Woods* e grande número de jornais cariocas e paulistas, sobretudo. Além disto, também é um projeto que se relaciona com outros no campo de proteção à natureza, tais como as instituições adeptas ao movimento florestal e eventos de cunho conservacionista. Estes projetos somente seriam possíveis dentro de um campo de possibilidades, entendido como "espaço para [sua] formulação e implementação" (p.40) Vide VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*: a antropologia das sociedades complexas. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

8 FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

9 Sobre os princípios desenvolvimentistas na era Vargas ver BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

anunciantes que asseguram a circulação da revista preconizaram o uso e abuso dos recursos naturais – os editores não hesitaram em concordar com a dimensão de progresso que se instaurava, embora com outras acepções. "Progresso"[10] para a *Revista Florestal* estava intrinsecamente relacionada à perspectiva de futuro, à continuidade e à racionalidade, ou seja, não almejava, majoritariamente, preservar áreas "ditas virgens", mantendo-as intactas da ação antrópica, mas angariar esforços para que fossem conservadas e, ao mesmo tempo, exploradas, como um ciclo ininterrupto entre destruição – reconstrução – (re)destruição.

A segunda estratégia consistia em amparar-se no processo de construção do Nacional Estatismo. Em virtude, dentre outras razões, da campanha político-militar de Vargas, em 1930, a revista interrompeu suas atividades mensais, retornando apenas em fevereiro de 1932, quando já era um mensário publicado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Isso minimizava o papel dos anunciantes ou particulares para manter a revista, uma vez que era abastecido pelos recursos dispostos pelo Estado, considerado por Sérgio Miceli, "o principal investidor e a principal instância de difusão e consagração no campo da produção cultural"[11].

A terceira e, última estratégia, correspondia à criminalização pelos problemas florestais. Os supostos responsáveis pelos danos causados às florestas eram identificados nos grupos populares – em sua maioria iletrados – ditos "incivilizados e indolentes": o caboclo, as populações "indígenas" e os moradores dos barracos nos morros, que promoviam, segundo a narrativa da revista, grandes incêndios para estabelecer sua agricultura de subsistência. Quanto aos grandes madeireiros, não perdem sua responsabilidade no processo de degradação. Entretanto, são passíveis de mudança, através da adoção de princípios econômicos da silvicultura, enquanto os primeiros demandavam de modificação profunda de hábitos, costumes e valores inerentes à sua formação[12]. Assim, a complexidade do discurso evidenciado pela revista toma, nesta última estratégia, uma dimensão prática. Tal discurso

---

10 O progresso, até então verificado, era calcado em uma sequência escalar evolutiva de caráter exponencial de consumo dos recursos naturais, sem compromisso como futuro das próximas gerações.

11 MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001, p.79.

12 Quando nos referimos à *prática costumeira*, toma-se, sob a forma de empréstimo, a designação de Edward P. Thompson que identifica no costume uma associação com o termo cultura. Segundo ele, o costume é "a segunda natureza do homem", no qual são reforçados e endossados por meio dos protestos e pressões populares. Por ser entendido como uma prática antiga, legitima no presente os privilégios ou direitos reivindicados. O costume encontra-se, por meio desta retórica de legitimação, inserido dentro de um campo de disputas e de interesses conflituosos. Abordando especificamente o século XVIII, Thompson demostra que o folclore atribuía-se como um conjunto de costumes coletados, como se estes fossem "resíduos históricos" que não estivessem submetidos a transformação, não-dinâmicos. Estas normas do costume são incorporadas pela Igreja, autoridades públicas, mas também no interior da cultura plebeia. Cf. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

legitima a desapropriação de terras dos grupos marginalizados, sob a alegação de que as práticas sociais elaboradas por estes últimos colocam em primazia interesses próprios e imediatos em detrimento ao patrimônio nacional.

Identificamos que a revista configurava-se enquanto uma estrutura de sociabilidade que refletia sobre as questões de proteção à natureza. Realizamos, além disso, um balanço historiográfico das produções que mencionavam a *Revista Florestal*. Com base neles, evidenciamos que foi um periódico pouco estudado pela historiografia e áreas afins. É possível constatá-la por intermédio de citações do brasilianista Warren Dean[13], nos artigos escritos por Sérgio Ahrens[14], Formigni e Silva[15] e Meira e Carelli[16]; na tese de doutoramento de Regina Camargos[17], nas dissertações de mestrado de Arthur Henrique de Oliveira[18], Ingrid Casazza[19,] Vanessa Mello[20] e Tayla Antunes[21].

O primeiro assinala em notas de referências, a utilização da revista para corroborar sua proposição referente ao intenso uso de madeiras na construção de estradas de ferro. Entretanto, Dean não realizou nenhuma menção ao fazer redatorial da revista. Ahrens, Formigni e Silva, Casazza, bem como Oliveira mencionam cada qual um artigo da revista que atendia aos propósitos de seus respectivos trabalhos. Ahrens menciona o artigo de Nélson Guedes Pereira sobre florestas particulares para evidenciar os debates sobre a elaboração do

---

13 DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.* São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p.426-427. A trigésima segunda e a quadragésima nota de referência no capítulo "Nomadismo industrial, industrialismo predatório" apresentam dois artigos publicados na revista. A primeira nota, corresponde ao texto de Willian W. de Souza, "A Derrubada das Matas em São Paulo", publicada no sexto número da edição de 1947. A segunda, retrata o artigo do então diretor técnico, secretário do gabinete de Vargas, Luiz Simões Lopes, denominado "Acordos com os estados para execução de serviços florestais" em jul-ago de 1930.

14 AHRENS, S. O "novo" código florestal brasileiro: conceitos jurídicos fundamentais. In: VIII CONGRESSO FLORESTAL BRASILEIRO. São Paulo, 2003. *Anais...* São Paulo, 2003, p.5.

15 FORMIGNI, Mileide de Holanda; SILVA, Hilton P. Conservação ambiental e populações tradicionais: uma contribuição à análise bibliográfica de Augusto Ruschi. *Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão*, n.31, p.69, abr. 2013.

16 MEIRA, Roberta Barros; CARELLI, Mariluci Neis. Árvores de boa semente: silvicultura, preservação da natureza e agricultura na Primeira República. *Antíteses*, Londrina, v.8, n.16, p.232, jul-dez.2015.

17 CAMARGOS, Regina Maria de Fátima. *Homem, natureza e sensibilidades ambientais:* as concepções de áreas naturais protegidas. 2006. 101 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

18 OLIVEIRA, Arthur Henrique de. *Alberto José de Sampaio (1881-1946):* contexto, vida e obra de um conservacionista brasileiro. 2008. 119f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009, p.33.

19 CASAZZA, Ingrid Fonseca. *O jardim botânico do Rio de Janeiro:* um lugar de ciência. 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Casa Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

20 MELLO, Vanessa Pereira da Silva e. *O "agricultor progressista": ciência e proteção à natureza nas revistas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1897-1932).* 2012. 174 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

21 ANTUNES, Tayla Gabrieli Rodrigues. *Pensando a devastação*: a gênese histórica do primeiro código florestal brasileiro (1900-1934). 2015. 189 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015, p.126-128.

código florestal de 1934; Formigni e Silva citam artigo de Augusto Ruschi para enumerar as publicações do autor ao longo de sua vida.

Enquanto isso, Casazza enumera cada um dos artigos escritos por João Geraldo Kulhmann, não se atendo aos aspectos editoriais do periódico, pois sua intenção era estudar o Jardim Botânico na direção do cientista Pacheco Leão. Oliveira, por sua vez, apenas acentua a existência de um artigo de Alberto José de Sampaio na edição da *Revista Florestal*. Já no artigo de Meira e Carelli, as autoras afirmam ser o periódico de 1902. Tal fato não procede às fontes, uma vez que os textos mencionados pelas autoras corresponde à dois artigos, a saber: "As nossas florestas" de Octávio Silveira de Mello e "O reflorestamento do Nordeste", ambos publicados na edição de novembro de 1929. Em que pesem isso, as autoras, tal como os demais trabalhos, não tinham qualquer intenção de considerar o lugar que ocupava a revista para a promoção das florestas e silvicultura. Não assinalam, porém, quaisquer informações editoriais acerca da publicação.

O trabalho de Tayla Antunes, por sua vez, demonstra certa preocupação com o estudo da *Revista Florestal*. A autora, ao analisar a participação de cientistas e intelectuais na criação do Código florestal de 1934, constata que uma das publicações oficiais do Ministério da Agricultura era o periódico, cujo o lema era: "Órgão de defesa das florestas e assistência às indústrias de madeiras e subprodutos florestais". Antunes indica, em sua dissertação, o programa do primeiro número da revista que justifica ao público a sua existência: tratar deste urgente problema, denunciando o fato dos estrangeiros possuírem maior conhecimento das matas brasileiras do que os nativos. Tal como Antunes, Regina Camargos também observa o primeiro número da revista, sublinhando a sua inserção em uma esfera de conservação à natureza e associando-o ao processo aos aspectos históricos da ideia de "sustentabilidade" no Brasil. Ambas autoras, tal como Dean e Casazza, também não englobam o seu processo editorial.

Vanessa Mello, no entanto, trouxe em sua dissertação de mestrado, apresentada no final de 2012, um capítulo que discutiu as edições de 1929, 1930 e outubro de 1932 da *Revista Florestal*. Em razão de sua contribuição na apresentação da fonte, até então desconhecida, é a principal interlocutora de nosso estudo. Visando examinar "os meios de divulgação dos preceitos de ciência no campo e de proteção à natureza pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio"[22], Mello adotou dois periódicos para seu estudo: *A Lavoura* e a, já mencionada, *Revista Florestal*. Seu recorte cronológico afincou-se entre os

22 MELLO, Vanessa Pereira da Silva. *Op. cit.* p.20.

anos de 1897, data de criação de *A Lavoura*, até 1932, quando a *Revista Florestal* foi interrompida pela segunda vez.

Apesar de inserir um capítulo sobre o nosso objeto de análise, revisando o trabalho de Vanessa Mello, identificamos alguns pontos em que destoamos. Em primeiro lugar, pois, para além dos locais no Rio de Janeiro, indicados por Mello como os únicos que dispõem das edições da revista (Biblioteca Nacional e o CPDOC/FGV), destaca-se no presente trabalho a importância dos acervos das Bibliotecas Barbosa Rodrigues e do Museu Nacional, que possuem edições da revista. De fato, Mello se deparou com uma dificuldade metodológica que afligem os estudiosos destes impressos, pois, como nos ensina Ana Luíza Martins, estas documentações são incompletas, fragmentadas e, principalmente, dispersas[23].

A partir da diversificação dos acervos, pode-se afirmar que a revista foi interrompida em 1930, retornando em Fevereiro de 1932, e não em Outubro do mesmo ano, como mencionou a autora, devido a mobilização de seus diretores com a campanha política de 1930; e não somente por questões econômicas tal como foi impresso no discurso interno da revista. A análise do impresso em si mesmo, sem a adoção de fontes que constatem a relação entre colaboradores, diretores e articulistas nos "bastidores da produção" do periódico, induziram Mello a dada informação.

Dois outros pontos do trabalho de Vanessa Mello parecem frágeis: a análise das fotografias presentes nas edições e um suposto perfil preservacionista da revista. Quanto ao primeiro, a autora sugeria que estes paratextos apareceram somente em abril de 1930. A serialização e análise de cada uma das fontes, porém, permitem-nos assinalar que o periódico, embora com escassez, trouxe fotografias em suas páginas desde o primeiro número. Se fosse necessário selecionar uma das correntes do ecologismo, ademais, a revista estaria atrelada ao conservacionismo e não ao preservacionismo, em virtude de sua busca pela racionalização dos recursos naturais. Aqui, no entanto, compreendemos que a sua intenção, porém, convergia ambos elementos da "proteção à natureza", embora se inclinasse à conservação.

Coube, portanto, em nosso trabalho estabelecer um rigor metodológico na análise dos

---

23 MARTINS, Ana Luíza. *Revistas em revista*: imprensa e práticas culturais em tempos de República. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp, Fapesp, Imprensa oficial do Estado, 2001, p.17. Em outro trabalho, Martins pontuou a existência das seguintes dimensões das revistas ao longo da Primeira República brasileira. Segundo ela, consistiram em um espaço de crítica e denúncias políticas, abrigo para a produção literária, veículo de publicidade de produtos, condensador de assuntos variados, instrumento de representação de grupos políticos, meio de ensaio de técnicas de impressão e um objeto lúdico e atrativo. Vide MARTINS, Ana Luiza. Revistas na emergência da grande imprensa: entre práticas e representações (1890-1930). In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nélson. (Orgs.). *Cultura letrada no Brasil:* objetos e práticas. Campinas: Fapesp, 2005, p.246-256.

paratextos editoriais[24] da revista, tanto os seus aspectos internos quanto em fontes externas ao periódico, mas que gravitavam em seu entorno. Em primeiro lugar, buscou-se estabelecer a coleção completa da revista. Para esta execução metodológica, baseamo-nos na coleta das fontes em diversos locais de pesquisa (museus, bibliotecas, centros de documentação e arquivos). Conforme Belloto, estas entidades de custódia dos documentos são diferenciadas em relação ao tipo de suporte, tipo de conjunto, produtores, fins de produção, objetivos, entradas de documentos, processamentos técnicos e também em relação ao público que atende[25].

Por meio destes locais de pesquisa, que contabilizaram em 44 instituições visitadas até o momento, pode-se completar a série na íntegra do periódico de julho de 1929 até a edição anual de 1949. A circulação dispersa destes artefatos culturais demonstra, em primeiro lugar, o caráter e abrangência nacional que possuía o periódico alcançando diversas bibliotecas do país[26]. Em segundo lugar, é derivado da tentativa dos seus produtores em distribuírem as edições como mecanismo de permuta para disseminação das ideias políticas neles impressas. É, nesse sentido, um veículo que possui fluidez nos espaços sociais para a formulação de um projeto de proteção à natureza nos anos de 1920 e 1940. E, finalmente, evidenciam a pluralidade dos itinerários intelectuais dos seus articuladores e envolvimento dos mesmos com diversas instituições públicas e privadas.[27]

Nesse sentido, como afirma Greenblatt uma das chaves indispensáveis para a compreensão da produção cultural, no caso da *Revista Florestal*, é a mobilidade. Esta é entendida em seu sentido amplo, reveladora de apropriações e transfigurações. Esta mobilidade cultural se evidencia nos movimentos das pessoas, objetos, imagens, textos e ideias. Tais artefatos são "modificados, dissimulados, traduzidos, transformados, adaptados e

---

24 A expressão foi apropriada de GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. São Paulo: Ateliê editorial, 2009.

25 BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes*: tratamento documental. 4 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009, p.43.

26 Foram constatados, ao menos, quatorze espaços de sociabilidade no Brasil que possuem edições do periódico analisado neste trabalho. São eles: o Instituto de Pesquisas da Amazônia em Manaus, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira em Ilhéus, a Biblioteca Nacional de Agricultura na capital federal – Brasília -, a biblioteca do Centro Nacional de Pesquisa de Recursos genéticos e biotecnologia também na mesma cidade, a biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais, a Biblioteca central da Universidade de Alfenas situada no mesmo estado, a Biblioteca do Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental da Embrapa na cidade de Belém do Pará, a biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi na mesma cidade amazônica, a biblioteca do Centro Nacional de Pesquisas em florestas da Embrapa em Colombo, no Paraná e na biblioteca de ciências biomédicas da Casa Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. Ambos são listados no sistema de comutação gráfica contendo em seus acervos edições da *Revista Florestal*.

27 GREENBLATT, Stephen. Cultural mobility: an introduction. In: _____(Org.). *Cultural mobility*: a manifesto. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009, p.1-23.

reinterpretados em um incessante reforço do trabalho de cultura"[28]. A circulação da *Revista Florestal* nos conduz a uma imagem das negociações e apropriações do periódico a diversos públicos e espacialidades, pois demonstra a expansão deste ideário de proteção à natureza por meio do impresso.

Dessa maneira, entre as idas e vindas nesses espaços de pesquisa, compomos dois eixos documentais: o *primeiro* a ser analisado são as vinte e quatro edições da revista publicadas entre 1929 e 1949 e o *segundo eixo*, por sua vez, se refere: às correspondências entre os colaboradores e diretores da revista; ao depoimento do fundador do periódico, Luiz Simões Lopes; ao Relatório da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza; ao decreto de criação do Serviço Florestal do Brasil; à repercussão da criação da *Revista Florestal* veiculada na grande imprensa, almanaques e dicionários biográficos.

Uma vez coletadas as documentações, deu-se início ao segundo passo deste processo de pesquisa: a sistematização destes dados em planilhas que facilitassem o cotejamento de fontes. Realizaram-se quatro planilhas no Excel, a saber: uma primeira revelava a categorização da *Revista Florestal*, a segunda destacava a citação do periódico na grande imprensa, o terceiro atestava aspectos da trajetória dos agentes sociais que participaram da redação do periódico e, por último, compôs-se uma planilha com as correspondências trocadas entre os integrantes desta rede de sociabilidade florestal, comentando acerca da produção e veiculação da revista.

Sendo assim, promovemos neste trabalho um entrecruzamento de dois horizontes de discussão historiográfica; a história ambiental e a história da imprensa. No que tange à última, Tania Regina de Luca[29], afirmou que, ainda nos anos de 1970, havia uma percepção de que os periódicos eram fontes não objetivas da realidade. Por essa razão, os historiadores inibiam o uso destas fontes em seu ateliê. Desde a primeira geração os *Annales*, entretanto, esta perspectiva foi criticada, uma vez que toda e qualquer fonte depende de um trato documental adequado e crítico. Esta situação apenas foi alterada com as modificações adquiridas no campo devido ao retorno da História política e da ampliação dos problemas, abordagens e objetos propostos pela História Nova. A partir deste momento, os periódicos deveriam ser analisados a partir das relações que estabeleciam com instituições políticas, grupos sociais e econômicos, áreas de abrangência, bem como as tiragens que publicava.

Luca aponta, assim, que há aqui um deslocamento no tratamento das fontes periódicas,

---

28 *Ibidem*, p.4.

29 LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.115-153.

pois deixam de ser "meros receptáculos de informações a serem selecionadas e extraídas ao bel prazer do pesquisador"[30]. Luca considerava que um grupo de historiadores, porém, ainda permanecia resistente ao seu uso, pois argumentava que os periódicos não passavam de instâncias submetidas às classes dominantes.

Para além das proposições metodológicas de recomendações de práticas rigorosas quanto ao emprego da imprensa, Luca aponta como um dos primeiros trabalhos a análise de Ana Maria Almeida Camargo que postula a defesa da utilização da imprensa, ainda que fosse um caminho cujo percurso é envolto por armadilhas, apresentando possibilidades para sua análise ainda nos anos de 1960. Este contexto culmina com a publicação de um dos clássicos desta literatura, "A História da Imprensa no Brasil" de Nélson Werneck Sodré que assinala as transformações da implantação da indústria gráfica e das práticas letradas no país.

Além da história da imprensa e analisar a difícil aceitação em utilizar os periódicos como fonte digna de crédito, Luca assinala diferentes trabalhos e temáticas que recorreram a estes veículos para construção do discurso histórico.[31] A autora, ademais, não descarta a necessidade de analisarmos a materialidade destas fontes, ou seja, "os formatos, tipos de papel qualidade da impressão, cores, imagens". O historiador, portanto, deve interrogar-se sobre os processos de produção que envolve os impressos.

Tania Regina de Luca é responsável por um dos principais trabalhos da historiografia brasileira no uso de revistas. Trata-se da obra "A *Revista do Brasil*: um diagnóstico para a (N)ação"[32], resultado de sua tese de doutoramento defendida na Universidade de São Paulo. Nela, Luca trabalha com a primeira fase da publicação da *Revista do Brasil* criada em 1916 por Júlio Mesquita e, em 1918, é transferida para a administração do editor Monteiro Lobato, investigando-a até 1922, na Semana de Arte Moderna. A proposição da autora não foi simplesmente estudar o discurso interno a revista, mas também "as condições da produção, da

---

30 *Ibidem*, p.120

31 Atualmente, a gama de trabalhos acerca de revistas é numerosa e diversificada. Procuramos no levantamento bibliográfico enfocar sobre os estudos de periódicos contemporâneos à *Revista Florestal* e que possuíam interseções de intelectuais com o mesmo, tais como, aqueles que remetiam à *Revista do Brasil*, *Cultura Política*, *Festa*, *A Ordem*, *A Lavoura*, *Chácaras e Quintais*, *Revista do Serviço Público*, *Lusitania*, *Informação Goyana*, por exemplo.

32 LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil*: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Unesp, 1999. Posteriormente, retomou esta questão. No entanto, contrastou a *Revista do Brasil* com outras revistas culturais e literárias entre 1916-1944. São elas: as modernistas *Klaxon* (1922), *Novíssima* (1924-1926), *Estética* (1925-1926), *A Revista* (1925), *Terra Roxa* (1926), *Verde* (1927-1928; 1929), *Festa* (1927-1928; 1935-1935), *Revista de Antropofagia* (1928-1929); *Movimento Brasileiro* (1929-1930); *Revista Nova* (1930-1932); *Boletim do Ariel* (1931-1939), *Revista Acadêmica* (1934-1948), *Lanterna Verde* (1934-1938; 1943-1944); *Dom Casmurro* (1937-1946); *Cultura Política* (1941-1945). A proliferação de revistas na primeira metade do século XX evidencia que o sucesso desta forma literária que foi empregada para diversas finalidades. LUCA, Tania Regina de. *Leituras, projetos e re(vistas) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Unesp, 2011.

atuação de seus editores e as reações dos leitores"[33].

À luz dessa obra, é possível assinalarmos que a intelectualidade no início do século XX tomou o mensário paulista enquanto um projeto político-editorial que se caracterizava pela pluralidade de suas temáticas abarcando literatura, geografia, história, gramática, filologia, demografia, etnia, educação, saúde, política, economia e cultura. Em suma, tinha o pressuposto de explicar a realidade nacional, utilizando-se dos valores modernos de civilização e progresso e teorias deterministas, evolucionistas e darwinistas.

A análise das revistas permitia pensar a construção do moderno e modernismo no Brasil. Para autores como Mônica Pimenta Velloso, este gênero literário são "meios de polêmicas" que "constroem, veiculam e difundem" o moderno, tendo conexão direta com a "paisagem cultural da nacionalidade".[34] A historiadora recuperou as ideias que embasaram seus trabalhos anteriores, por exemplo, "Modernismo do Rio de Janeiro: turunas e quixotes"[35] e um artigo publicado na obra "Estado Novo: ideologia e poder".[36] Por meio das revistas humorísticas e satíricas, *Turunas e Quixotes*, Velloso desenvolveu uma análise da roda literária carioca das primeiras décadas do século XX que incluía autores como Bastos Tigre, Lima Barreto, José do Patrocínio e outros escritores. No artigo da obra acerca do Estado Novo, porém, Velloso promoveu a comparação entre os periódicos *Ciência Política* e *Cultura Política* no Estado Novo Neste estudo comparativo oferece algumas ponderações sobre as diferenças do campo intelectual em interface com a atuação e influência no campo político.

A revista *Cultura Política* foi alvo de investigações da historiadora Ângela de Castro Gomes[37]. Por meio dela e do suplemento do jornal *A Manhã, Autores e Livros*, Gomes analisa a constituição do campo histórico durante a ditadura varguista. Neste trabalho, comenta sobre o que era, como era e quais eram as regras de legitimação do ofício do historiador durante o governo Vargas e, principalmente, como este modelo de Estado utilizou-se da história para construir seu discurso. Para além deste, Gomes investigou os periódicos *Festa* e *Lanterna Verde* em que demonstrava que a cidade do Rio de Janeiro apresentava o modernismo desde os anos de 1910, pressupondo valores de civilização, nacionalismo, progresso industrial e

---

33 LUCA, Tania Regina de. *Op.cit*, 1999, p.12.

34 VELLOSO, Mônica Pimenta. As distintas retóricas do moderno. In: OLIVEIRA, Cláudia; VELLOSO, Mônica Pimenta; LINS, Vera. *O moderno em revistas:* representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p.49.

35 VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*: turunas e quixotes. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

36 VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; GOMES, Ângela de Castro; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Estado Novo*: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.71-108.

37 GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

urbanidade[38].

Os impressos podem ser observados como projetos intelectuais e, por consequência, consistem em uma estrutura elementar de sociabilidade. Os trabalhos de Gomes estão em diálogo com o aporte teórico do historiador francês Jean-François Sirinelli. Este salienta que em torno de uma revista e a redação editorial desenvolve-se redes entre os intelectuais. Em sua visão:

> As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subentendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano de sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são aliás um lugar precioso para a análise do movimento das ideias. Em suma, uma revista é antes de tudo um *lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva [grifos nossos]*, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nessa dimensão[39]

Pertencendo ao núcleo de estudos de Sirinelli no Instituto de História do Tempo Presente, Jacqueline Pluet-Despatin[40] aprofunda o estudo sobre as revistas enquanto inserida à história dos intelectuais. A autora complementa esta percepção referindo-se a elas como um grupo ou agrupamento permanente ou temporário que varia conforme seu grau de institucionalização. Cada uma das quais conforma um mundo próprio, não sendo uniforme, possuindo funcionamento e tecido humano diferenciado. Estes periódicos, ademais, apresentam como característica o fato de ser um "ponto de encontro de itinerários individuais sob um credo comum"[41].

Investigá-las, portanto, remete ao estudo da mediação editorial, ou seja, do processo em que os sujeitos históricos envolvidos em uma publicação dão sentido aos seus textos, transmitem, imprimem e constroem leituras acerca dele.[42] Esse processo é composto de práticas de escrita, bem como de negociação com o tempo presente para fazê-las circular em um determinado momento. Os que atuam nele e sua "comunidade de leitores"[43], portanto, são

---

38 GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio... modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

39 SIRINELLI, Jean-François. *Op.cit*, p.249.

40 PLEUT-DESPATIN, Jacqueline. Une contribution a l'historie des intellectuels: les revues. *Cahiers de l'Institut d'historie du temps present*, Sociabilites intellectuelles: lieux, milieux, réseaux, n.20, p. 125-136, mars 1992.

41 *Ibidem*, p.126.

42 CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. Tradução Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Unesp, 2002, p.61;

43 Conceito desenvolvido por Chartier que demarca a leitura enquanto "uma prática encarnada em gestos, espaços e hábitos". As obras lidas, portanto, ancoram-se sobre práticas e instituições de um tempo. CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Unb, 1994, p.13.

intelectuais mediadores.[44] Trata-se de um conceito-chave neste estudo e que tem ganhado ênfase nos últimos anos se referindo aos "homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social".[45]

Tal como os trabalhos da historiografia francesa, a literatura argentina tem contribuído para o estudo desse tipo específico de periódico. Beatriz Sarlo, por exemplo, consideram-nas como criações que permitem compreender a constituição das redes intelectuais.[46] Fundar uma revista, na ótica da escritora de teoria literária, é, antes de tudo, estabelecer uma política cultural. Tais veículos de comunicação possuem formas literárias específicas. De maneira inversa ao livro que é mais duradouro quanto à fixidez de seu texto, as revistas envelhecem rapidamente. Não tão fluídas, porém, quanto o jornal. Mas, tal como estes últimos, em pouco tempo são descartadas, pois o seu conteúdo é associado à fugacidade do cotidiano. Mesmo vinculada à instantaneidade, seu "tecido discursivo" intervêm a curto, médio ou longo prazo na sociedade através de suas propostas estéticas e posições ideológicas.

Assentada sobre as ideias de Sarlo, Regina Aída Crespo propôs a revista enquanto um "lugar de enunciação específico".[47] A seu ver, é possível estudá-las por três vieses. São eles: como "baluartes culturais", isto é, a partir da reflexão sobre sua organização interna e seu organograma; enquanto "porta-voz" de um grupo político em que se analisa a evolução ideológica da sua linha editorial; e, por último, através do estudo de sua relação com o público leitor. Como acentua a historiadora argentina, as posturas, no entanto, não se excluem, mas são complementares em uma narrativa. Uni-las, o que pretendemos na abordagem da *Revisa Florestal*, é um projeto que requer o estudo de seu desenho gráfico, discursos verbais veiculados, bem como inscrição deste artefato nas conjunturas sociais no tocante à sua produção, recepção e circulação.

Da mesma vertente sul-americana, Paula Alonso[48], em estudo que introduz as articulações entre emancipação política das nações latino-americanas e a implantação da

---

44 GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Apresentação - Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: _____. (Orgs.) *Intelectuais mediadores:* práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p.7-37.

45 *Ibidem*, p.10.

46 SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *América*: Cahiers du CRICCAL, n.9-10, p.9-16, 1992.

47 CRESPO, Regina Aída. Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stela Maris Scatena (Orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa – Volume II.* São Paulo: USP-FFLCH, Humanitas, 2011, p.98-116.

48 ALONSO, Paula. Introducción. In: ALONSO, Paula (Coord.). *Construcciones impresas*: panfletos, diarios y revistas em la formación de los estados nacionales em América Latina, 1820-1920. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2004, p.7-12.

imprensa nas Américas, admite que os impressos foram protagonistas da vida política desde o início do século XIX. Dentre os diversos tipos de impressos, as revistas tiveram sua expansão tardiamente. Situaram-se no *fin-de-siècle* oitocentista e seu esplendor ocorreu nas décadas iniciais do século XX, devido suas características particulares[49]. A imprensa é, nesse sentido, definida como um "veículo de projetos, o instrumento de debate, o propulsor de valores, um dos principais meios de fazer política, de reproduzir e construir imagens da sociedade"[50], estabelecendo-se uma relação idiossincrática entre ela e o contexto em que se insere. Estudá-la demanda, portanto, "encontrar o significado de seus escritos em seu entorno", não como antecedentes de algo, mas como "componentes chaves de uma dada situação"[51].

Cientes de que a revista é estudada aqui como *fonte* e *objeto*, advertimos que a história da imprensa, da leitura e das práticas editoriais é acompanhada de um campo relativamente jovem: a história ambiental. Como nos ensina Donald Worster, este campo historiográfico se desenvolveu na década de 1970 mediante a uma revisão das formas de narração da história e também da crise ecológica mundial. Sendo assim, o objetivo da eco-história era aprofundar o entendimento de como os homens foram afetados e afetaram o ambiente natural[52].

Conforme o autor, este campo tem três níveis: o primeiro corresponde ao entendimento da natureza, tal como ela foi organizada e funcionou no passado; um segundo verifica as maneiras de domínio socioeconômico da natureza e, em terceiro, diz respeito ao nível que debruçamos, eminentemente mental ou intelectual, analisando as "percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação que se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza"[53]. Embora saibamos da intrínseca vinculação entre ambos, inserimos nosso estudo, exatamente, neste terceiro viés da historiografia ambiental, tomando por base as representações de grupos frente a natureza .

Drummond[54], utilizando-se das ideias do autor norte-americano, projetou questões para este campo na historiografia brasileira. Uma das quais diz respeito a noção de tempo enquanto construção cultural. A ascensão das ciências naturais, no século XIX, refutou a ideia religiosa de divisão do tempo, propondo como estudo a história natural e do tempo geológico. As ciências sociais, porém, estiveram à margem destas discussões e não estavam integrados

---

49 *Ibidem*, p.8.
50 *Idem.*
51 *Ibidem*, p.9.
52 WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p.198-215,1991.
53 *Ibidem*, p.202.
54 DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p.177-197, 1991.

ao despertar ecológico. Nos anos de 1970 essa dissociação entre cultura e natureza não conseguiu se sustentar e cogitou-se o reajuste dos relógios sociais e naturais. Este reajuste não é simplesmente ao nível de construção de metáforas como "ecologia humana", mas a atribuição da natureza como agente transformador da história.

Os estudos do próprio Drummond incluem-se entre os principais trabalhos de história ambiental brasileira. Dentre eles, consideramos a "Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro" em que analisa as transformações ambientais do estado fluminense desde a chegada dos europeus em 1500 passando pela criação dos parques nacionais do Itatiaia e da Serra dos Órgãos, em 1937 e 1939, respectivamente[55]. Além deste, publicou um artigo na revista dos *Estudos Históricos* sobre as medidas de reflorestamento do maciço da Tijuca ainda no Império, devido as secas e a consequente falta de abastecimento de água na cidade carioca.[56]

A Floresta da Tijuca recebeu a atenção de Cláudia Heynemann que inseriu esta medida no rol de políticas administrativas para assegurar a civilização progressista do Império dos trópicos. Para a autora, o reflorestamento dela "está inscrito no conjunto de práticas e representações que cercaram a ideia de natureza no século XIX, projetando uma visão de nação que se construía no movimento de centralização e consolidação do poder e de formação da classe senhorial"[57].

Outra análise do Maciço da Tijuca esteve presente em uma das dimensões veiculadas pelo historiador José Augusto de Pádua na sua tese de doutoramento publicada, com algumas modificações, em livro[58]. Nela, o autor desnovela as representações de destruição da natureza na geração intelectual do final do século XVII ao período oitocentista. Pádua destacava por meio da análise dos discursos destes membros, formados em sua maioria em Coimbra, o imediatismo econômico deste grupo, as suas relações com a formação da Ilustração portuguesa, bem como o romantismo e fisiocracia do final do século XVIII.

A análise desestabilizava, primordialmente, dois mitos: o primeiro deles referia-se ao surgimento do "ambientalismo" como originado nas zonas industrializadas. Endossando Richard Grove, Pádua diagnosticava que este movimento social não nasceu nos grandes

---

55 DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro*: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro. Niterói, Rio de Janeiro: EdUFF, 1997.

56 DRUMMOND, José Augusto. O jardim dentro da máquina: breve história ambiental da Floresta da Tijuca. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.276-298, 1988.

57 HEYNEMANN, Cláudia. *Floresta da Tijuca*: natureza e civilização no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1995.

58 PÁDUA, José Augusto de. *Um sopro de destruição*: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

centros da civilização capitalista, mas nas zonas periféricas, áreas coloniais e tropicais. Isso porque os impactos das práticas de exploração colonial seriam ali mais predatórios.[59] O segundo dos mitos que é desmantelado corresponde à ideia de que o ambientalismo no Brasil é algo importado e que não estaria vinculado às origens das raízes e identidade nacional. Este movimento no Brasil estaria vinculado à uma reação ao colonialismo, buscando romper os traços coloniais do país. Tinham-se como representantes: Major Gomes Archer, José Bonifácio, Joaquim Nabuco, entre outros. A *Revista Florestal* recuperou e releu os autores desta tradição para legitimar suas práticas de proteção à natureza.

Deslocando-se para o século XX, dois estudos se destacam entre os alicerces desta dissertação: São os trabalhos de José Luiz Franco em companhia de José Augusto Drummond e de Regina Horta. Os primeiros analisaram quatro intelectuais que preconizavam o nacionalismo e o autoritarismo do Estado para proteger a natureza entre os anos de 1920 e 1940, a saber: Alberto José de Sampaio, Armando Magalhães Corrêa, Cândido Firmino de Melo Leitão e Frederico Carlos Hoehne[60]. O primeiro e o último, em especial, recebem particular atenção no nosso trabalho devido a atuação no quadro de colaboradores da *Revista Florestal*.

O prefácio da obra de José Luiz Franco é construído por Regina Horta Duarte. Entre seus trabalhos de maior destaque para a história ambiental temos "A Biologia militante"[61] que analisa três trajetórias conservacionistas. Os já estudados Sampaio e Mello-Leitão, e também o antropólogo Roquette-Pinto, outro colaborador de nosso periódico. Para tanto, seu recorte temporal compreende os anos de 1926, ano de inserção de Roquette-Pinto como diretor do Museu Nacional a 1945 quando é deposto Getúlio Vargas. O Museu é apontado como centro irradiador do conhecimento científico biológico do país que difundia as propostas de nacionalidade.

Ao nível téorico-epistemológico, Duarte compôs "História & Natureza". Nele, a autora evidencia que a história ambiental enquanto um conceito surgiu em 1977 na Sociedade Americana de história ambiental e proporcionou o encontro com outros campos disciplinares[62]. Concordamos com a autora no que diz respeito a percepção de natureza como

---

59 PÁDUA, José Augusto. Natureza e projeto nacional: nascimento do ambientalismo brasileiro (1820-1920). In: SVIRSKY, Enrique; CAPOBIANCO, João Paulo R. (Orgs.). *Ambientalismo no Brasil:* passado, presente e futuro. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997. p.13-18.

60 FRANCO, José Augusto Luiz; DRUMMOND, José Augusto. *Op.cit*, 2009.

61 DUARTE, Regina Horta. *A Biologia militante*: o Museu Nacional e a especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

62 DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

uma construção humana. Tal conceito de natureza – juntamente com o supracitado intelectuais mediadores - é o cerne da narrativa desta dissertação. Empregamos, em compasso com Duarte, a perspectiva de William Cronon.

Segundo Cronon, a natureza teve, ao longo do tempo, várias acepções, dentre as quais, enunciamos: como realidade humana universal (uma *natureza humana*, por exemplo); como um *imperativo moral*, algo naturalizado, inegável; uma *visão edênica*, de intocabilidade; *um artifício*, um lugar onde se tenta mimetizar, representar de maneira semelhante; além de ser também concebida como um *bem comercial* a ser comprado e vendido.[63] A esta última acepção, os mediadores da *Revista Florestal* estão profundamente vinculados. Sua representação da natureza, embora não excluísse as demais, articulava-se ao projeto de racionalidade da natureza para atender à economia de mercado.

Gérman Palácio[64] é, igualmente à Regina Duarte, interessado na configuração do campo da história ambiental. Considerando ser este jovem dentro da história, acredita que as décadas de 1980 e 1990 vivenciaram uma expansão, sobretudo, na América Latina. A história ambiental, ao seu ver, era policêntrica, isto é, não toma a Europa como centro dos trabalhos e permeável entre as ciências naturais e sociais. O colombiano constata, todavia, que a inserção neste campo requer a redefinição de três conceitos. São eles: tempo, espaço e ciência.

Quanto à dimensão temporal sugere que os historiadores ambientais têm duas dimensões a tratar: a dos humanos com a natureza (uma longa duração) e dos humanos entre si (um ritmo mais curto). Nesse ponto, o autor assemelha às discussões de José Augusto Drummond quando traça os temas e linhas de pesquisa da história ambiental. No que se refere ao espaço, este campo rejeita o eurocentrismo nas ações históricas e, quando desloca suas atenções para territórios de natureza tropical, não incide na análise de um determinismo entre o espaço e as sociedades. Ao contrário, tem por missão narrar o passado na busca da afirmação identitária dos trópicos no tempo presente. E, na ciência, por sua vez, a história ambiental apresenta-se como um meio, uma ponte que integra as ciências. Refere-se, portanto, a um campo com "uma dose de interdisciplinaridade e porosidade, em lugar de uma extrema especialização e endogamia profissional"[65].

Aliás, a busca da consolidação uma comunidade intelectual latino-americana em torno

---

63 CRONON, William. Introduction: In Search of Nature. In: _____. (Org.). *Uncommon ground:* rethinking the Human, Place in Nature. Londres, Nova Iorque:W. W. Norton Company, 1996, p.23-68.

64 PALÁCIO, Germán A. C.. Historia tropical: a reconsiderar las nociones de espacio, tiempo y ciencia. In: _____; ULLOA, Astrid. *Repensando la naturaleza*: encuentros y desencuentros disciplinarios em torno a lo ambiental. Colômbia: Universidad Nacional de Colômbia; Instituto Amazônico de Investigaciones Imani, Instituto Colombiano de Antropologia e História, 2002, p. 67-97.

65 *Ibidem*, p.93.

da agência da natureza na história está na ordem do dia. Em recente trabalho, Palácio destacou a articulação nos últimos anos neste campo, tais como o crescimento do número de trabalhos nesse aspecto, a organização da Sociedade Latino-americana e Caribenha de História ambiental (SOLCHA) e a organização de uma publicação específica (HALAC).[66] A articulação deste campo, buscou-se definir tomando parte de estudos de historiadores clássicos que embora não fossem designados de ambientais, incorporavam a natureza como agente da construção da narrativa histórica.[67]

Dentro deste campo a imprensa tem sido colocada como uma das fontes que permite analisar " as dinâmicas ambientais no passado, bem como o registro dos discursos públicos sobre a natureza e suas manifestações".[68] Aqui, no entanto, verificamos que além de representar a natureza, a confecção do periódico aglutina artífices do movimento de proteção à natureza. É, portanto, um periódico que representa a natureza, bem como organiza um grupo favorável à sua proteção.

***

Situando as sementes desta narrativa entre os canteiros da história ambiental e das práticas letradas, é que se propõe examinar a *Revista Florestal*. Toma-se como estruturação textual a metáfora de uma árvore com sementes, raízes, caules, folhas/flores e frutos. Isso porque a revista se colocava no mercado editorial como um plantio de uma árvore para semear uma mentalidade reflorestadora no país. Cada uma destas partes constituintes da árvore fornecem argumentos para interpretar este periódico em seu contexto, estrutura textual, condições técnicas de produção e trajetórias intelectuais que possibilitaram a realização do projeto editorial.

Organizamos, assim, a dissertação em duas partes contendo cinco capítulos ao total, para além desta introdução e das considerações finais. Na **parte I** intitulada "As raízes do movimento florestal" a questão investigativa é a seguinte: qual era o terreno que propiciou a formação deste impresso de proteção à natureza no Brasil? Para respondê-la, parte-se da hipótese de que este pensamento social intensificou-se em terreno de valorização do

66 PALÁCIO, Germán. Há algo de "latino" na história ambiental latino-americana? Novos desafios para a consolidação de uma comunidade intelectual regional. *Revista de História Regional*, v.20, n.1, p.180-202, 2015.

67 SEDREZ, Lise. Historia ambiental de América Latina: orígen, principales interrogantes y lagunas. In: PALÁCIO, Germán; ULLOA, Astrid (Orgs). *Repensando la naturaleza:* Encuentos y desencuentros disciplinarios em torno a lo ambiental. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazónico de Investigaciones, Instituto Colombiana de Antropología e Historia, 2002, p.100.

68 GALLINI, Stefania. Problemas de metodos em la historia ambiental de America Latina, *Anuário IHES*, Argentina, n.19, p.2004, p.7.

cientificismo equivalente ao pós-Primeira guerra para atender a demanda externa de madeiras que reconstruíam a Europa. Da mesma forma, é notável a aceleração dos valores modernos e busca das raízes nacionais. Tais intelectuais, neste momento, tomam a natureza como o elemento que permitiria construir o sentimento pátrio.

Contemplamos esta parte de três capítulos: no primeiro capítulo denominado " A Germinação da nacionalidade: representações de natureza na Primeira República" em que verificamos as matrizes do pensamento de proteção do qual a *Revista Florestal* dialogaria. No segundo, sob o título de "A Fertilidade do terreno: condições sócio-históricas de emergência da *Revista Florestal*" verificamos alguns fatores que contribuíram para o surgimento do periódico durante os anos de 1920. O terceiro, por sua vez, é nomeado de "Redes e rizomas: as malhas associativas de proteção à natureza" e vem esclarecer canais associativos ou círculos sociais que emergiram na mesma conjuntura da *Revista* propondo ideias compartilhadas.

Em seguida, partimos para a **parte II** - "Troncos narrativos e Folhas impressas" - que é composta por dois capítulos. Problematiza-se nela o tecido discursivo propagado na *Revista Florestal* durante suas fases. Ou seja, investiga-se o conteúdo editorial do periódico e, partindo disto, quais eram suas fases e modulações discursivas ao longo de sua trajetória editorial. O primeiro capítulo desta parte é "Seiva bruta: fases e discursos da *Revista Florestal*" em que percebemos, por um lado, a linha editorial e, por outro, as descontinuidades dessa linha em seu processo de edição. No segundo capítulo, "A polinização dos impressos" analisamos quem eram os sujeitos que produziam, mediavam as relações, liam ou escreviam na revista. A que grupos pertenciam? Quais eram os pontos convergentes de seus itinerários? Como se davam as relações entre esses agentes? São estas dúvidas que se colocam em pauta.

Antes de iniciar os capítulos, reiteramos, em um tom de mea-culpa, algumas advertências preliminares. Em alguns momentos detivemos nossa análise a uma descrição densa e, por vezes, exaustiva das fontes. Ainda que torne a leitura pouco aprazível, não resistimos a isso, pois verificamos, em primeiro lugar que são nestes detalhes que residem pistas e indícios de nossa investigação e, além disso, estas informações, talvez, possam ser úteis para futuras pesquisas que possam encontrar aqui algum proveito.

Decorrente disso, somamos um conjunto de quase 500 notas de rodapé extensas e em alguns momentos longas, fazendo o leitor, a cada momento, recuar os seus olhos para compreendê-las. Vemos, no entanto, que ignorá-las seria imprudente com os trabalhos que nos antecederam. Sem eles, a análise aqui presente seria inviável. Os estudos destas obras ao

longo destes capítulos demonstram que todo esse processo de pesquisa é um ato que feito *pela* e *para* uma coletividade. Baseando-nos nisso, empregamos como padrão de linguagem a primeira pessoa do plural. Os fragmentos extraídos nos textos dos séculos XX e, quando necessário, no XIX, foram adaptados para a língua portuguesa atual, sem comprometimento daquilo que foi mencionado originalmente. Esta escolha se deve a uma maior fluidez ao longo do texto, que por vezes se utiliza das categorias nativas para expressar a narrativa histórica.

Evitamos o uso contínuo de conceitos como ambientalismo, sustentabilidade, por exemplo, pois entendemos que estas percepções sobre o espaço natural circunscrevem-se dentro de determinadas contingências de nosso tempo.[69] Optamos pelos adjetivos florestal, natural ou, simplesmente, proteção à natureza, pois são a estas categorias que remetem os sujeitos que agenciam e negociam esta trama de relações sociais que é a *Revista Florestal*. Elas resguardam, portanto, sintomas de sua geração intelectual.

Por fim, cabe lembrar que o enfoque de nosso trabalho reside na proteção das florestas. Isso nos leva a não fornecer a devida atenção que lhe é cabível às representações das águas, dos minérios e das condições atmosféricas. Cabe reiterar, porém, que tal como a devastação florestal foi criticada e os seus usos foram regulamentados a partir dos anos de 1930, as águas, por exemplo, vivenciaram processo semelhante. Em estudo sobre a Baía de Guanabara, Sedrez aponta que além do código das águas em 1934, emergiram diversos decretos nos anos posteriores visando controlar a poluição marítima.[70]

Foge também ao escopo deste trabalho a busca de delimitar geograficamente o conceito floresta. Na narrativa da revista ele é povoado por limites cartográficos imprecisos, podendo significar tanto a caatinga, quanto Amazônia; o Cerrado ou os Pampas. É um conceito que estaria atrelado a nacionalidade e não a prescrições regionais. Reveste-se de um repertório de valores que permitiam vinculá-lo a edificação do projeto nacional. Ou seja, "suas imagens são carregadas de idéias que produzem imagens e símbolos, contribuindo para compor o imaginário de uma sociedade".[71]

Após estas advertências que semeiam esta narrativa, resta-nos, agora, convidar o leitor

---

69 Apenas uma única vez se constatou a menção da expressão "meio ambiente". Ele é atrelado a uma das condições da genética vegetal e algo passível de ser modificado pela ação humana. O êxito agrário dependia de seu preparo. Sem ele poderia ocorrer insucesso da lavoura. Isso possibilita perceber que não consistia em uma expressão disseminada no repertório linguístico desses sujeitos.

70 SEDREZ, Lise. Os sentidos de fronteira e o lugar: construindo a baía de Guanabara como uma fronteira ambiental. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Orgs.). *História ambiental:* territórios, fronteiras e biodiversidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, p.187. (v.2).

71 PRADO, Maria Lígia Coelho. Natureza e identidade nacional nas Américas. In: _____. *América Latina no século XIX:* tramas, telas e textos. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2004, p.197.

a percorrer estas páginas cuidadas para a fruição da leitura.

***

PARTE I.

RAÍZES DO MOVIMENTO FLORESTAL

CAPÍTULO 1

A Germinação da nacionalidade:
Representações de Natureza na Primeira República

"Nenhum problema mais sério do que as florestas se pode agitar no Brasil, nenhuma causa mais santa do que a das árvores pode existir para nós que vivemos num país tropical, onde a vegetação espontânea, principalmente, representada pelas matas, é um elemento indispensável de vida, cujo desbaste só o atraso se justifica e a inconsciência dos homens pode permitir".[72]

"Na realização das medidas de proteção às florestas, teremos a estrutura sobre a qual construirá o grande edifício nacional, sob cujo teto ficarão abrigados os interesses vitais do Brasil."[73]

"O fazendeiro, como sustentáculo que é da sociedade, o depositário da herança eterna das gerações, constituída pelo solo produtivo, não pode ser estranho a esse movimento social que se liga à questão das florestas (...)"[74]

1910, Rio de Janeiro. Neste ano, a sala de conferências da Liga contra as Secas, presidida pelo militar Lauro Sodré, recebeu a presença de um de seus confrades: o engenheiro Lourenço Baeta Neves (1876-1948).[75] Conhecido pelos seus "arrojados" projetos de modernização do país que realizava em companhia do sanitarista Saturnino de Brito, o mineiro teve a sua frente um auditório que contemplava seus pares profissionais, fazendeiros, políticos, médicos, agrônomos e advogados. Recém-egresso das terras norte-americanas, o engenheiro, acostumado com a fala pública, vinha noticiar ao grupo a sua experiência e

72NEVES, Lourenço Baeta. *Secas e florestas:* o estado e a floresta particular. (Conferência de utilidade pública, realizada na "Liga contra a Seca", publicada e distribuída por ordem do secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais, o Exmo. Sr. Dr. José Gonçalves de Sousa). Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911, p.13.

73 *Ibidem*, p.29.

74 NEVES, Lourenço Baeta. *Um grande problema:* aos lavradores de minha terra. Belo Horizonte: Sociedade Mineira de Agricultura, 1910, p.43.

75 Não é o caso aqui analisar, particularmente, a trajetória de Lourenço Baeta Neves. A mérito de breve esclarecimento, pode-se dizer que Neves é oriundo de uma família tradicional de Minas Gerais e formado em 1899 pela Escola de Minas de Ouro Preto, sua cidade natal. Lecionou e foi um dos organizadores da Escola Livre de Belo Horizonte em 1911, desenvolveu projetos de urbanismo, abastecimento de águas e encanamento de esgotos, bem como de higienização das cidades. Foi, além disso, presidente da Sociedade Mineira de Proteção às Florestas. Não temos indícios de leitura da revista, embora saibamos da sua proximidade com Augusto de Lima, colaborador do periódico. Para maiores detalhes sobre o autor, cs. ALBERTO, Klaus Chaves; SOUZA, Gabriella Inhan de. A trajetória do engenheiro Lourenço Baeta Neves em Juiz de Fora. *Urbana*, Campinas, v.5, n.7, p.47-63, out.2013.

defender que o brasileiro deveria incutir "o sentimento de responsabilidade" com os recursos naturais.[76]

Encantado com as técnicas aplicadas no meio-oeste daquele território, o engenheiro não poupou elogios ao "Moisés da América" - o presidente Theodore Roosevelt - e o seu amigo pessoal, Gifford Pinchot, que ocupava o posto de chefe do Serviço Florestal norte-americano. Ao comentá-los com vernizes belicistas, Baeta Neves atestava que o combate contra as secas seria vencido se fossem implementadas as medidas de propaganda da conservação e aproveitamento dos recursos naturais à semelhança do que ocorria na "Grande América".[77] Os Estados Unidos tornavam-se o exemplo de nação a ser seguida. Tal como o Brasil, a pátria de Roosevelt era um país que construía sua nacionalidade com base na sua natureza.

O que Baeta Neves colocava em questão na esfera pública, portanto, era o complexo problema de edificar a nação brasileira. Compartilhando da noção de que o sentimento de pertencimento era ausente e precário no país, o engenheiro remobilizava a narrativa de que a nacionalidade deveria ser germinada tomando por base a defesa da natureza do território brasileiro.[78] Este homem de ciência, longe de ser o primeiro ou único esteve no emaranhado de interpretações sobre este debate e não foi a única interpretação possível deste conceito durante a Primeira República.[79]

Ciente de que houve diferentes representações de natureza, o objetivo deste capítulo, nesse sentido, é examinar as raízes matriciais sobre as quais a *Revista Florestal* se insere. Para

---

76 *Ibidem*, p.6.

77 O vocabulário bélico desta geração demonstrava que o reflorestamento era uma arma para impedir a existência das secas. Esta premissa é uma característica aponta por Nobre em seu exame da *Revista Brazil Ferro-Carril* e do *Club de Engenharia*. Em sua ótica, os engenheiros empregaram do discurso de conservação das florestas como técnica que buscava solucionar o problema das secas nordestinas e assegurar a modernização daqueles espaços biofísicos. Ver NOBRE, Paulo José Lisboa. *Combater as secas e defender as florestas:* a natureza nos desafios da ciência e da técnica para modernizar o Brasil (1889-1934). 212f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

78 Conforme explica Ventura, este discurso de escrever a história da nação e da pátria por meio da natureza não era recente. A geração de 1870 propôs a construção de ensaios que faziam releituras e reinterpretações das percepções negativas de Montesquieu, Buffon e Pauw sobre o "homem selvagem" e a natureza americana. De acordo com o crítico literário, muitos viajantes europeus em suas expedições pelo Brasil durante o século XIX, contemplavam a natureza como algo sublime e um ambiente de refúgio da espiritualidade onde se recordavam de sua pátria. Já os escritores brasileiros oitocentistas tinham nela um projeto histórico de um futuro civilizador. A natureza, antes de algo acantonado, integrava-se nas narrativas, tal como a raça, formando uma maneira própria de elaborar a literatura e a história do Estado Nacional. Tal forma própria de escrita foi designada de "estilo tropical". Cf. VENTURA, Roberto. "Estilo tropical": "A natureza como pátria". *Remate de Males*, Campinas, n.7, p.27-38, 1987.

79 De 1870 a 1914 a questão nacional tinha se intensificado, sobretudo em contexto europeu em que as migrações eram ampliadas, emergia-se em diversos países novas classes e estratos sociais, bem como havia as resistências de grupos tradicionais à sua incorporação à nação. Ver HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.132.

tanto, segmentaremos em dois momentos. No primeiro, evidenciamos que natureza e nação evocam nascimento e ambos os conceitos estiveram profundamente imbricados às origens da identidade nacional brasileira. Assim, durante a Primeira República com a busca de formação da nacionalidade a natureza é convocada para embasar a invenção desta comunidade.[80] Ela, tal como o conceito de raça, foi um elemento discutido e problematizado neste processo de incorporação da nação nos indivíduos.

Em segundo momento, atribuiremos, particularmente, três matrizes significativas durante a Primeira República sobre a natureza, a saber: a tradição que pensa a natureza de modo pessimista, sendo um obstáculo a ser ultrapassado. Negligencia-se ou concede-se espaço reduzido aos efeitos destrutivos da ação humana sobre o mundo natural que acarretaria esse processo. Desse grupo, postulam-se as teorias de Buckle apropriada por intelectuais como Paulo Prado. Em seguida, analisamos a corrente que ficou conhecida como "ufanismo" de Afonso Celso que exortava a natureza como o paraíso divino. Por fim, consideramos o nacionalismo à moda de Alberto Torres, Euclides da Cunha e Monteiro Lobato que estabelecia uma crítica aos destruidores da natureza. Não estamos alheios, porém, da crítica social de Lima Barreto ao modelo elitista de proteção à natureza, embora não seja concentrada aqui a atenção que lhe é devida. O que se pretende, porém, é destacar que ambos intelectuais buscavam neste alicerce as raízes da nacionalidade brasileira.

A intenção de configurar grupos intelectuais ou eixos de pensamento é sempre contingente e comporta certas generalizações que, por vezes, parecem ser restritas e artificiais. Não é nossa pretensão enquadrar em rótulos diversos intelectuais, aprisionando suas ideias ou congelando no tempo da obra suas reflexões, mas apenas situar algumas possibilidades de posturas em relação à natureza que estavam em vigor durante o início do século XX, momento de criação da *Revista Florestal*. Estas possibilidades em vez de sequenciais e lineares eram coetâneas em seu tempo. Isso demonstra a riqueza de reflexões sobre o conceito durante o período.

Construímos uma análise sobre estes três grupos, contudo, por entendermos que possibilita a compreensão da revista que é objeto de nossa análise. Entretanto, não nos furtamos a mencionar que, sobretudo, dentro do terceiro grupo algumas rupturas são visíveis.

---

80 Para Anderson, o conceito de nação refere-se a uma comunidade, sendo ela imaginada, limitada e soberana. É *imaginada*, porque os membros de uma nação, talvez, nunca venham a se conhecer ou se encontrar, mas existe um grau de comunhão entre eles; *limitada*, pois não tem fronteiras planetárias ou coincidentes com todas as nações, mas possuem fronteiras finitas; *soberana*, pois presumem uma dose de liberdade e autonomia; e, *comunidades*, visto que representam uma verdadeira "camaradagem horizontal". Ver ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas:* reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.34.

Aglutinamos Euclides da Cunha e Alberto Torres devido ser essas as matrizes que a revista se assentou, mesmo observando, conforme salienta Pádua, que Cunha e Torres compartilhavam de críticas à destruição à natureza, porém não do mesmo remédio para solucioná-la.[81]

Enquanto o primeiro, tal como José Bonifácio, Joaquim Nabuco e André Rebouças acentuava como remédio a modernização do país nos moldes da civilização urbano-industrial, Torres, em contrapartida, propôs outro modelo de desenvolvimento nacional mais autônomo e agrário. No entanto, as perspectivas dos autores são imbricadas no discurso do periódico. Ao mesmo tempo em que propôs o avanço sobre os sertões para imputá-los ao progresso e percebia que esta prática era conduzida por "fazedores de desertos", a revista exprimia as noções de conservação à natureza e organização nacional de Alberto Torres.

Outro adendo que se deve estabelecer para estas matrizes de crítica ambiental da Primeira República é que conjugamos as tradições entre florestas e secas, visto que o periódico assinala este último como decorrente da devastação do patrimônio florestal brasileiro. Nessa perspectiva, a proposição da historiadora Maria Verônica Secreto sobre a existência de outra tradição a qual se refere como "sertanista", para além daquela que é tida como "essencialmente verde"[82] estabelecida por Pádua, tornam-se frutos de um mesmo processo. Antes de tradições distintas, são complementares neste esforço de sistematização das bases que fundamentam as balizas de representações da natureza na *Revista Florestal*.

1.1 Naturalizando a Nação

A transição dos séculos XIX para o XX buscou construir uma identidade nacional brasileira apoiada em um amplo universo simbólico.[83] Dentro dessa "configuração complexa de representações, de imagens e ideias"[84], a natureza tornou-se um elemento significativo para tessitura de um sentimento de pertencimento a uma comunidade nacional. Florestas, rios, animais, grupos humanos e minérios foram convocados como os recursos que corporificavam a nação, isto é, aquilo que conferia unidade e coerência a um conjunto diversificado ecologicamente e culturalmente.

---

81 Sobre a tradição de crítica ambiental, ver PÁDUA, José Augusto. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: _____.(Org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, IUPERJ, 1987, p.60; PÁDUA, José Augusto. *Op.cit.*, 2002, p.27-28.

82 SECRETO, Maria Verônica. Capistrano de Abreu e J.F. Turner: a historiografia nacional e a história ambiental. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p.250, 2006.

83 OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília, CNPq, 1990.

84 DETIENNE, Marcel. *A identidade nacional, um enigma*. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p.13.

Em torno do conceito de natureza, o pensamento social brasileiro unificou as origens da nacionalidade, dotando um vasto território de uma geohistória comum. Logo, essa coesão buscava aproximar sujeitos que se desconhecem uns aos outros os quais, embora fossem coetâneos[85], por vezes, distanciavam-se espacialmente e nos seus modos de compreensão da lógica temporal. Mas, da mesma forma, esse conceito de nação sublimava as disputas verticais e as coerções que se davam no interior desse "gigante pela própria natureza".

Diversos foram os intelectuais que colaboraram com este projeto republicano de compor esta identidade coletiva.[86] De pessimistas que diagnosticavam um atraso diante das nações europeias até aos otimistas que reafirmavam a superioridade do Brasil, distintos mediadores de letras e de ciências consideravam que a questão nacional era um problema a ser debatido na esfera pública.[87] E mais: empregavam do mundo biofísico como uma instância inerente aos seus discursos para forjar a nacionalidade e o sentimento de patriotismo.

Durante a Primeira República esses conceitos de pátria e nação se encontravam em negociação e constantes disputas.[88] O pensamento intelectual da época alegava que tanto o sentimento pátrio quanto o nacional inexistiam no Brasil, o que demonstrava uma fraqueza do Estado enquanto instituição social capaz de mobilizar forças no concerto mundial e reduzir as discrepâncias internas.[89] Era preciso, pois, emergir um forte apelo emocional que enraizassem os sujeitos ao seu meio, à sua terra e ao seu solo pátrio.

Em outros termos, quando perguntado sobre sua nacionalidade, o sujeito deveria responder que era "naturalmente" ou "originalmente" um brasileiro. Antes de atribuir qualquer pertencimento regional, o indivíduo deveria reconhecer-se enquanto pertencente ao Brasil, uma entidade inicialmente abstrata. Tratava de um processo histórico de naturalização

---

85 Sobre a coetaneidade entre diferentes grupos e as representações do tempo, cf. FABIAN, Johannes. *O Tempo e o outro*: como a antropologia estabelece seu objeto. Tradução Denise Jardim Duarte. Petrópolis: Vozes, 2013.

86 A associação da natureza à construção do Estado-Nação é uma vinculação que esteve desde o final do século XVIII. Tal tradição intelectual que convergia elementos iluministas e românticos é mantida durante a história do pensamento social brasileiro pautada na ideia de que a natureza brasileira era vasta, rica, pouco conhecia e parcamente explorada. Em face disso, os espaços explorados admitiam práticas ignorantes, com pouca produtividade e destrutivas aos recursos naturais. Cf. PÁDUA, José Augusto. Natureza e Sociedade no Brasil Monárquico. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial* – vol. III – 1870-1889. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, p.319.

87 OLIVEIRA, Lúcia Lippi, *Op.cit.* p.22.

88 *Ibidem*.

89 A mérito de esclarecimento, o historiador português Fernando Catroga é percuciente ao revelar que pátria e nação tem origens e significados diferentes. O primeiro baseia-se em um ato de concepção de um território e população. O segundo, por sua vez, adquiria um forte componente emocional que indicava o nascimento. Na evolução semântica dos conceitos eles se cruzam. A pátria precede à nação, pois o segundo depende de elementos do primeiro. A nação, por sua vez, prescinde de "um destino sacral, ditado pelas origens". Para maiores detalhes, ver CATROGA, Fernando. *Pátria e Nação*. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/P%C3%A1tria-e-Na%C3%A7%C3%A3o-Fernando-Catroga.pdf> Acesso em: 03.09.2016, p.23.

da nação nos indivíduos, ou seja, de tornar sinônimos os conceitos de "nascimento", "nacionalidade" e "naturalidade", bem como de atribuir ao território uma perspectiva de instituição do mundo natural.[90]

Ora, como naturalizar a nação nos distintos sujeitos que constituíam esse mosaico de culturas e ecologias particulares? Eis a questão que a intelectualidade dos anos de 1910 e 1920 buscava responder. Para tanto, o nacionalismo prescindiu da combinação de critérios objetivos e subjetivos para definir a nação.[91] Desses critérios, a natureza apresentava-se como uma rica fonte de significados[92] que convergia materialidade e simbolismo, bem como aparecia como elemento que distinguiria o Brasil das demais nações. Decerto, as florestas salvaguardavam uma energia simbólica aos poetas e literatos, bem como consistia em um objeto de estudo à dita racionalidade científica. Descrever a fauna e flora, como ressalta Skidmore, era um dos recursos retóricos de literatos para configurar uma literatura nacional[93], mas também foi empregado por cientistas para estimular a institucionalização do saber científico no Brasil. Entrecruzam-se nos liames das árvores, portanto, os alicerces que poderiam compor a nação.

1.2 Matrizes do pensamento de Natureza Nacional

Tributária e artífice deste contexto que evocava a floresta como patrimônio da nação

---

90 Para o historiador da antiguidade Marcel Detienne, nascimento evoca natureza e, desde o Antigo Regime, nascer tornou-se também sinônimo de naturalidade. É na natureza que se residiriam as origens que compõe a nacionalidade. (DETIENNE, *Op.cit.*, p.29.). Etimologicamente, Gianni Micheli assevera em verbete da Enciclopédia Einaudi que o conceito de natureza provêm do verbo latino que significa "nascer". Tal, também é homônimo de "*physien*", que designa "ser gerado" ou de "onde tudo parte". A palavra nação, segundo Micheli, tem a mesma origem, significando nascimento, filhos da pátria, mãe natureza. O conceito *natio* e natureza, portanto, progrediram simultaneamente. Ver MICHELI, Gianni. Natureza. In: *Enciclopédia Einaudi.* Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1990, p.11 (v.18)

91 HOBSBAWM, Eric. *Op.cit.*, 1990.

92 Aos olhos de Murari a natureza adquiriu diferentes dimensões durante esse momento, variando entre concepções que se confundem, se cruzam, até aquelas que são distintas e contraditórias. Entre elas, constam: "instância do sagrado, modelo de conhecimento, meio físico, espaço da barbárie, território a ser conquistado e colonizado, fronteiras a serem definidas, ambiente de luta da sobrevivência, espaço exótico dos trópicos, fonte de riqueza na forma de matérias-primas e terrenos, paisagem natural e rural, lugar simbólico e sensorial, espaço múltiplo da modernidade". Dentro desse conjunto de dimensões a *Revista Florestal* tem como elemento predominante a imagem das florestas enquanto fontes de riquezas destinadas ao engradecimento nacional. Cf. MURARI, Luciana. *Tudo mais é paisagem:* representações da natureza na cultura brasileira. 591f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p.51-52.

93 O trabalho do brasilianista reitera um outro conceito para qual desaguaram em diversas representações que sustentavam a nacionalidade brasileira: a raça. Ver SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco*: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (18970-1930). Tradução Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.140.

brasileira, a *Revista Florestal* dialogou com as matrizes ideológicas[94] da natureza na Primeira República. Para esta análise, recorremos a três grupos de reflexão que se aglutinaram em torno dos usos diante da natureza: o primeiro a ser considerado é o que negligencia os efeitos destrutivos da ação humana. Em seguida, percebemos a sua exaltação da qual foi baluarte o conde de Afonso Celso. E, finalmente, identificamos um terceiro grupo, mais heterogêneo quanto aos seus autores. Esses foram radicados na proposta científica de crítica ao uso indiscriminado dos recursos naturais, cujas bases remetem a Monteiro Lobato, Euclides da Cunha e Alberto Torres.

Embora pertinente, excetuamos desta análise, uma possível quarta vertente derivada da terceira, minoritária e marginalizada, representada na figura de Lima Barreto (1881-1922) em virtude do reduzido volume de informações.[95] Esta reflexão criticava o elitismo no movimento florestal, sem negligenciar, no entanto, a necessidade de proteção à natureza. O escritor do subúrbio carioca que não adquiriu o mesmo prestígio acadêmico que os demais em sua época transitou entre estes três grupos. Ora concordava com o seu padrinho Afonso Celso da edenização da natureza com Policarpo Quaresma, ora justificava a necessidade de avançar sobre as matas e até mesmo estimulava a proteção à natureza nos moldes do seu editor Monteiro Lobato, a partir da simbólica prática de plantar uma árvore.

Obtivemos apenas uma crônica acerca da crítica a personagens do movimento florestal. Tratava-se de "O cedro de Teresópolis", escrito em 27 de fevereiro de 1920.[96] Nele, aguçava sua perspectiva sobre o literário identificado com a estética parnasiana, Alberto de Oliveira. Ostentando a insígnia de imortal da Academia Brasileira de Letras, Oliveira é o personagem central da trama. Ele é enaltecido pelo fato de demonstrar um interesse em comprar uma chácara em Teresópolis. A compra do imóvel visava impedir que um proprietário abatesse um cedro centenário de suas terras. Embora seja aplaudido por isso, Barreto logo se questiona sobre quem poderia proteger as árvores. Segundo ele, a quantia da venda do imóvel que detinha o cedro somente poderia ser paga por "gente rica, em cuja bolsa umas poucas centenas de mil-réis não o faltam".

Com uma coloquialidade que lhe era inerente, dizia que é: "Aí que me parece que o bicho pega". Ou seja, Lima postulava que a proteção às árvores tinha como condicionante a

---

94 Cabe ressaltar que por ideologias não referimo-nos à perspectiva de falsa consciência, tais como o estruturalismo marxista buscou compreender, mas a "princípios de inteligibilidade e elementos de identidade". Ver SIRINELLI, Jean-François. *Op.cit,* p.258.

95 Para maiores detalhes acerca de Lima Barreto, cs. BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

96 BARRETO, Lima. O cedro de Teresópolis. In: _____. *Crônicas Escolhidas*. São Paulo: Ática. 1995.

existência de capital para investir. Nesse sentido, coloca como clivagem central a desigualdade social entre pobres e ricos. Isso não significava dizer que todos das "classes abastadas" protegessem suas matas, pois como asseverava tinham desinteresse pela natureza. Os jardins de suas casas, por exemplo, estendiam-se pouco mais de "uma polegada e meia". Aos pobres, porém, nem isso havia, visto que os subúrbios – paisagem sociocultural do qual era habituado – não tinham árvores alguma. O que havia, porém, eram destroços do tempo pretérito.

Para Barreto, pobres e ricos deveriam aderir a esse "culto" de devoção à natureza, porém, os espaços verdes são utilizados pelas elites que especulam terrenos para erguerem suas residências. Essas áreas, além disso, recebiam melhoramentos (jardinagem e arborização) que os subúrbios não o tinham por parte das autoridades municipais. Mesmo assim, o espetáculo das devastações era comum a ambos. A natureza, assim, já não provocava tanto a ricos quantos pobres, as meditações e o olhar contemplativo.

As semelhanças com o terceiro grupo são múltiplas, tais como o compartilhamento de vocabulários baseados em ruínas e devastação. Contudo, duas nuances de distinção são características desta vertente. A primeira delas é quanto ao lugar de onde falam. Enquanto Euclides, Torres e Lobato eram membros da elite criticando o comportamento daqueles que destruíam a natureza, Lima Barreto pode ser visto como um *outsider* criticando às elites. Embora dialogasse com membros dos segmentos socioeconômicos privilegiados, Lima não era filho de proprietários rurais, mas oriundo de um mundo em que os ganhos com a escrita não era somente uma missão política, mas uma subsistência financeira.[97]

Outra diferença entre o terceiro grupo e este em que Lima é seu porta-voz diz respeito aos objetivos. Para o terceiro grupo, a narrativa da perda da natureza pela devastação visava agregar um grupo em torno da proteção que fomentaria políticas de conservação da natureza. Lima Barreto, por sua vez, não tinha como objetivo buscar a coesão das elites políticas para protegê-la, mas expôs críticas tanto aos destruidores quanto aos próprios protetores sob perspectiva socioeconômica.[98] Interessava-lhe não somente condenar os atos de "barbárie"

---

97 Estabelecendo uma comparação entre Euclides da Cunha e Lima Barreto, Sevcenko acentura que eram afastados 15 anos um do outro em idade. Ambos compartilhavam de uma educação positivista, da crença do humanitarismo cosmopolita e do interesse de resolver a questão nacional no Brasil. Para debater esta última, tomam a literatura como exercício político, uma missão, uma intervenção direta na ação pública. Ver SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: t*ensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999, p.126.

98 Permitam-nos um breve anacronismo ou qualificação retrospectiva. O que Lima Barreto instiga em "O Cedro de Teresópolis" é algo que traz traços, ainda que tênues, do que na segunda metade do século XX emergeria como o ecologismo dos pobres, ecologismo popular ou justiça ambiental. Lima, tal como os adeptos dessa perspectiva contemporânea, enraízam suas críticas à devastação da natureza nos conflitos ecológicos

cometidas contra a natureza, mas, lançar luz a quem conseguia protegê-la.

1.2.1 O domínio da natureza

A primeira tradição que acentuamos era a mais imperativa e frequente da época. Um de seus principais intérpretes não era, contudo, um brasileiro, tampouco redigiu sua obra no período posterior a Proclamação da República. Apesar disso, foi em 1900, ano em que elaboraram festejos do IV Centenário do Descobrimento do Brasil, que foi realizada sua tradução ao vernáculo. Tratava-se de um pensamento que adquiriu no século XIX grandes proporções a ponto de notabilizar-se enquanto o cerne da historicidade das nações. Em outras palavras, a história de um Estado Nacional tinha sua evolução sedimentada sobre o domínio da natureza. Constava-se nesta o avanço sobre o meio natural como elemento determinante para a construção da nacionalidade e acesso ao progresso e à civilização.

O autor a quem nos referimos é Henry Thomas Buckle (1821-1862) e sua obra "História da civilização da Inglaterra". Escrita em duas edições publicadas em 1857 e 1861, o livro de Buckle foi lido pelas tradições de crítica ambiental no Brasil da Primeira República. Em linhas gerais, a natureza determinava a formação da nacionalidade e tornava-se o fundamento que justificava uma pretensa superioridade europeia sobre as demais nações. Conforme Ângela de Castro Gomes, a Europa era para Buckle, caracterizada pela sua pobreza e debilidade quanto à sua natureza. Assim, o homem teve de ser forte para enfrentá-la e superá-la.[99] Isso gerou o progresso e civilização do continente, bem como seu lugar elevado no concerto das nações. Enquanto isso, o Brasil, do qual destina poucas páginas, possuía uma natureza pródiga, grandiosa e vasta, favorecendo a preguiça e a falta de estímulo ao progresso humano. Eram, assim, as suas comunidades humanas, débeis quanto ao seu progresso.[100]

O discurso da riqueza da natureza face à pobreza das populações que nela sobreviviam enraizou-se nos meios intelectuais. Conforme Gomes, a recepção no Brasil das ideias de

---

distributivos. Não era um homem das elites políticas, mas expoente das classes subalternas em luta pela proteção à natureza e criticando o desenvolvimento econômico. Ver ALIER, Joan Martínez. *O ecologismo dos pobres:* conflitos ambientais e linguagens de valoração. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2015, p.39.

99 GOMES, Ângela de Castro. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (Org.). *Ciência, civilização e República nos trópicos.* Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2001, p.19.

100 De acordo com Murari, com Buckle ocorreu uma transformação substancial na concepção entre natureza e homem. Este último, é percebido como objeto modelado pelo ambiente e seus pensamentos eram determinados pelas circunstâncias externas. A natureza, por seu turno, era a matéria do conhecimento e força restritiva e aniquilante. Ver MURARI, Luciana. *Op.cit.*, p.101.

Buckle foi ampla neste microcosmo.[101] Por um lado, havia aqueles que compartilhavam de parte de suas ideias, dentre os quais, Sílvio Romero (1851-1914) em sua obra "História da literatura brasileira". Entretanto, Romero recusa o exagero de Buckle em constar apenas o aspecto geral da natureza como determinante na caracterização da civilização. Mas, por outro lado, tinham os que se contrariavam como foi o caso do historiador e jurista Pedro Lessa (1859-1921). Ele alertava que se a natureza tinha a possibilidade de modificar o homem, este último também tinha a capacidade de modificá-la.

Com base nessa relação recíproca entre natureza e homem, para Lessa, que desenvolveriam todos os acontecimentos da história.[102] Dentre os exemplos reportados por ele de como o homem transforma a natureza constavam as devastações das matas e as secas periódicas. Essas questões na visão que considerava idealizada de Buckle não eram mencionadas, visto que somente estava ao alcance daqueles que a conheciam experimentalmente pela observação.[103] Lessa, portanto, embora dialogasse com o historiador inglês, não se atinha a este grupo de percepção da natureza como obstáculo, mas ao terceiro que, posteriormente, mencionaremos.

Um dos considerados precursores da história ambiental, o cearense João Capistrano de Abreu, em seus "Capítulos de história colonial" de 1907, foi outro que recorreu relativamente à fórmula dicotômica homem-natureza para a escrita de sua obra.[104] Descrevendo o território que viria a ser concebido como Brasil pelas suas coordenadas geográficas, fronteiras, oceanos que o banham, hidrografia, clima, relevo, vegetação e fauna, Abreu interpenetrava natureza e sociedade, mas mantinha, embora de modo não restrito, a base de Buckle quando admite que a principal influência do meio sobre os "povos naturais" ou "filhos da natureza" era a indolência.[105] Os caiapós, citados nominalmente, fato que também o seria na *Revista Florestal*, são colocados como introdutores do fogo nos campos, o que antecederia aos

---

101 GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p.39.

102 *Ibidem*, p.41.

103 *Ibidem*, p.47.

104 Sobre o caráter precursor do historiador no tema da natureza na história, Duarte explica que a descrição da mesma em sua obra não era uma "mera introdução desconectada da análise histórica"; Secreto, por seu turno, acentua que era mais que um historiador do povo, um analítico da natureza; e, por fim, Sedrez assinala-o ao lado de Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda como um grupo de historiadores latinoamericanos que colocaram a natureza como centralidade em suas narrativas. Embora isso, tal grupo não se dizia historiadores ambientais. Cf. DUARTE, Regina Horta. *Op.cit.* 2013, p.88; SECRETO, *Op.cit.* p.247; SEDREZ, Lise. *Op.cit*, p.100.

105 ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial:* 1500-1800. Brasília: Conselho editorial do Senado Federal, 1998, p.23. O historiador Thomas Skidmore alertava que, para além da obra, Abreu apresenta um olhar pessimista quanto ao povo brasileiro em cartas trocadas com outros intelectuais. Assemelhava o país a um jaburu, uma ave que tem estatura avantajada, mas passa os dias tristes, austera e apagada. Cf. SKIDMORE, *Op.cit.*, p.158.

colonos.[106] Ao atribuir o "índio" como os naturais da terra, postulava os europeus e africanos como "alienígenas".[107]

Os atributos ao meio abundam na narrativa, sobretudo, ao destacar que os colonos tinham uma desafeição pela terra e eram "abafados pela mata, picadas de insetos, envenenados pelos ofídios, expostos às feras, ameaçados pelos índios".[108] Além disso, a Serra do Mar é descrita como o principal "obstáculo" à ocupação territorial, tal como era necessário vencer a mata virgem e os rios encachoeirados. A noção de travar um embate com a natureza para possibilitar o povoamento e conquista do território, porém, ressente-se de uma crítica da destruição das florestas.

A "depredação" do processo das bandeiras não é ocultada, pois ela é resultado do conflito entre colonos *versus* "povos naturais" e meio, mas não há quaisquer menções sobre como contornar os problemas das secas ou devastação das florestas no período colonial. Mesmo quando enumeram as toras de pau-brasil e diversos animais enviados pela Nau Bretoa, Capistrano manteve o silêncio no que se referia as medidas no sentido de superar a degradação com o avanço territorial.[109]

Para além de Capistrano, a representação da natureza como obstáculo esteve presente no "Retrato de Brasil" captado pelas letras de Paulo Prado[110]. O autor que foi um dos principais mentores da Semana de Arte Moderna no Brasil em 1922 representava a natureza com as mesmas pálidas tintas de Buckle. A sua obra segmentada em quatro capítulos - luxúria, cobiça, tristeza e romantismo – voltava-se, inicialmente, para a descrição do meio

---

106 *Ibidem*, p.109.

107 *Ibidem*, p.29.

108 *Ibidem*, p.80.

109 Esse silenciamento acerca das medidas de proteção à natureza durante a América portuguesa tem sido colocado em xeque nos últimos anos com o desenvolvimento da historiografia ambiental. Cabral, por exemplo, argumenta que o desflorestamento da Mata Atlântica durante o período foi bem mais lento do que se imaginava em virtude das políticas demográficas restritivas da Coroa portuguesa, da política fundiária concentrada em poucos proprietários, das dificuldades de introdução de tecnologias agropecuárias e de domesticação dos animais e, inclusive, da adoção de posturas de conservação à natureza, tais como o regimento do pau-brasil. Destruir a natureza através do comércio sem limites das madeiras significava desestruturar as próprias bases da empresa colonial e do Estado. Cf. CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na presença da floresta:* Mata Atlântica e história colonial. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, p.466.

110 Segundo Miceli, Paulo da Silva Prado era filho do ex-ministro da agricultura Antônio Prado. Seus negócios com a exportação de café possibilitava-o ser um dos principais mecenas da cultura artística paulista. Ao ver do sociólogo, diversos artistas da primeira geração do modernismo paulista pertenciam as elites perrepistas e valorizavam as vanguardas europeias. Os quadros pintados por essa geração, por vezes, readaptavam modelos europeus, embora dissessem expressar em suas tintas as cores da autêntica nacionalidade. Um dos elementos que traziam para situar à nação brasileira eram as "paisagens animadas" e o cromático verde. As árvores cerradas como no quadro "Floresta" de Tarsila do Amaral, concluído em 1929, mesmo ano de criação da *Revista Florestal* exprimiam o avanço da modernização industrial sobre uma vegetação que materializava o passado nacional. Ver MICELI, Sérgio. *Nacional estrangeiro:* história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.24.

natural enquanto uma "terra radiosa", face a um "povo triste".[111] A vinda de aventureiros, os colonizadores, obedecia apenas a dois impulsos, qual seja, o da ambição pela extração das riquezas minerais e da sensualidade livre. Despertavam-lhes a curiosidade e cobiça pelas florestas com seus mistérios. A culminância dessa aventura foi exatamente o encontro com a natureza considerada exuberante.

Personificá-la implicava atribuir certa depreciação nas linhas de Prado. Em suas palavras, caracterizava-a como: "compacta, sombria, silenciosa, monótona na umidade pesada, abafa, sufoca e asfixia o invasor que se perde no claro-escuro esverdeado de suas profundezas".[112] Seu movimento é colocado pelo sistema caótico e desorganizado, contendo galhos, folhagens e frutos não-lineares, mas tortuosos, desviantes ou sinuosos. Das madeiras classificadas minuciosamente na obra, Prado extrai as informações sobre os seus possíveis usos e aplicações. Aos animais, ponderava a existência não de cantos, mas de "ruídos". A sua beleza, ademais, era sedutora aos viajantes e naturalistas. Somente o homem com espírito da bandeira, nesta perspectiva, seria capaz de vencê-la ou domesticá-la através de "golpes de facão"[113], a ponto de desenvolver um "comércio naturista" nas comunidades dominadas pela "extrema selvageria".[114]

Na ótica do magnata paulista, a natureza era objeto para o progresso, suporte para a economia, mas passa ao largo de uma crítica quanto aos efeitos destrutivos da natureza e não busca soluções a essas consequências. Esta concepção do herdeiro de Antônio Prado e do escritor cearense pode ser incluída, como nas palavras do antropólogo DaMatta, uma "representação relacional da natureza", no qual natureza e homem estabelecem uma relação hierárquica, respectivamente, entre englobador e englobado.[115]

Neste grupo, portanto, a natureza não se faz esquecida da narrativa. Ao contrário, ela é viva, feraz e personificada. A sua grandeza repleta de mistérios e diversidade se contrapõe a rusticidade do homem. Domesticá-la, vencê-la ou dominá-la por intermédio do avanço sobre o território era tarefa humana que lhe asseguraria o progresso. Essa representação é consciente de que isso levaria a uma depredação, porém, a busca de soluções para os efeitos destrutivos não é da sua alçada. Não se interessavam em propor nas obras mecanismos de superação da

---

111 PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil:* ensaio sobre a tristeza brasileira. 2ª ed. São Paulo: IBRASA; Brasília; INL, 1981, p.17.

112 *Ibidem*, p.21.

113 *Ibidem*, p.22.

114 *Ibidem*, p.28.

115 DAMATTA, Roberto. Em torno da representação de natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações. In: _____. *Conta de mentiroso*: sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p.99.

degradação do meio natural. Sendo assim, esse espaço geográfico foi percebido como sedutor aqueles que pretendessem desfrutar de suas "verduras tropicais", isto é, um espaço aberto à aventura de colonos. O centro da narrativa deste grupo, portanto, é a conquista e domesticação da natureza e não as iniciativas para minimizar os efeitos destrutivos do progresso ou críticas a esse modelo de desenvolvimento.

1.2.2 O ufanismo

Se o primeiro grupo colocava a natureza como obstáculo à territorialização e era opressora ao homem, este segundo caminha na contramão. No lugar de entrave à civilização, o meio torna-se o fator para a "vanglória" da pátria. Escrito no mesmo ano que foi traduzido Buckle, em 1900, e situado no mesmo ambiente de quadricentenário do desembarque cabralino, "Porque me ufano do meu país" oferecia outra resposta à correlação entre nação e natureza no Brasil. Obra do conde Afonso Celso, a narrativa concedia forte apelo didático-pedagógico e amplamente ensinada nas escolas onde a geração de 1920 veio a se formar.

No livro, Celso elencava onze motivos para a ufania e orgulho do Brasil, a saber: a grandeza territorial, a beleza, a riqueza natural, a variedade e amenidade de seu clima, a ausência de calamidades naturais, os elementos da formação nacional, o caráter nacional, a inexistência de derrotas militares em sua história, o cavalheirismo diplomático, as glórias que se colherão e, por fim, a sua história.[116] Ou seja: dentre os motivos, os cinco primeiros estão diretamente associados à natureza brasileira.[117] O país aparecia, assim, personificado como robusto, com forças naturais capazes de lhes assegurar um futuro grandioso proporcionado pela existência de uma divindade que tudo concedeu.

A representação da natureza como dádiva concedida por Deus e apoiada na Sagrada Escritura, vale destacar, é largamente observada na história da humanidade. Durante a Idade Média, como Tullio Gregory chamou atenção, a concepção de natureza tinha uma linguagem figurada em Deus. Seus símbolos e conjunto de imagens eram atrelados a um desígnio divino. Com a afluência de textos naturalistas de árabes e gregos na cultura europeia nos séculos XII e XIII, bem como durante a emergência das universidades e da ciência, a natureza passou a ser captada pelas suas leis, regras e ordens. Transformou-se, dessa forma, em instrumento do

116 CELSO, Afonso. *Porque me ufano do meu país*. Rio de Janeiro: Laemmert,& C. Livreiros, 1908.
117 PÁDUA, José Augusto, *Op.cit.* p.45.

Criador, mas não necessariamente a materialização dele no mundo.[118]

O literato Afonso Celso, como nos ensina Carvalho, não foi inovador nesta edenização da natureza brasileira.[119] A valorização da mesma já era algo bastante presente desde a Carta de Pero Vaz de Caminha ao noticiar a "descoberta" das novas terras. O que o conde fez, contudo, foi popularizar as versões do historiador e cronista Rocha Pita (1660-1738) nas carteiras escolares, reforçando o motivo edênico do país. Em outras palavras, esta mitologia do orgulho e exaltação da natureza faz parte da cultura política brasileira, que, de certo modo, minimiza na memória nacional os problemas das saúvas, os desmatamentos, as secas, as queimadas, as poluições dos rios, entre outros.[120]

Este grupo, aliás, tinha uma atenção especial no ensino e no apelo de uma história patriótica. Skidmore apontava que em 1915 a obra de Afonso Celso era um clássico escolar e já contava com sete reimpressões nas livrarias.[121] Foi com essa gramática palatável de natureza e história que em 1917 o historiador Rocha Pombo apresentava o seu livro didático "Nossa Pátria" para o universo infantil. Em seu prefácio, intitulado, "este livrinho" já acentuava que seu objetivo era projetar o amor à terra as crianças e aos "homens simples do povo". Essa representação da pátria como inerente à natureza brasileira era o que caracterizava a "nossa alma", como ressaltava no primeiro capítulo:

> Pátria! - terra dos nossos pais; onde viveram nossos avós; onde temos todas as recordações da nossa vida e nossa família; onde tudo nos fala à alma – campos e mares, florestas e montanhas – e onde parece que até as estrelas e os próprios ares nos alegram mais que outros céus!.[122]

Entre os elementos étnicos, Pombo procurava estabelecer uma amizade, embora no

---

118 GREGORY, Tullio. Natureza. In: LE GOFF, Jacques; SCHMIDT, Jean-Claude (Orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval.* Tradução Hilário Franco Jr. Bauru: Edusc, 2006, p.264. (v.1)

119 CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.13, n.38, out.1998. Esta ótica de Carvalho reitera a posição de José Augusto Pádua, para quem a "retórica louvatória em relação à natureza" perpassa os primeiros cronistas, romantistas do século XIX e cuja visão de Celso representava uma retomada da velha tradição (PÁDUA, *Op.cit.*, 46). Prado Valle, em consonância aos anteriores, denotava no Império uma supervalorização desse imaginário de grandiosidade, sobretudo nos símbolos nacionais. O verde e o amarelo da bandeira, por exemplo, que representava as Casas de Lorena e Bragança, passaram a significar também as matas e o ouro do Estado Nacional; a coroa do imperador que fazia referências às palmeiras do território nacional; além do uso da plumária de tucano no manto que assemelhava ao ponches das populações indígenas. Cf. VALLE, Cid Prado. *Risonhos lindos campos:* natureza tropical, imagem nacional e identidade brasileira. Rio de Janeiro: Do autor, 2005, p.118.

120 GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.). *Culturas políticas:* ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p.37.

121 SKIDMORE, Thomas. *Op.cit.*, p.155.

122 POMBO, Rocha. *Nossa pátria:* narração dos fatos da história do Brasil, através da sua evolução com muitas gravuras explicativas. São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1917, p.1.

caso dos "indígenas", não ocultava a existência de guerras. No que tangia a natureza, o historiador paranaense colocava aqui o fator que caracterizava o país: as florestas "pareciam não ter fim" e era de "força maravilhosa", não havia vulcões ou terremotos.[123] As derrubadas das matas, segundo ele, durante a colônia não eram feitas individualmente em virtude do trabalho árduo. Sendo assim, os lavradores ajudavam-se entre si e eram concluídos em festas.[124] Tal como no grupo anterior, não se davam críticas a essa exploração do meio natural e, por vezes, eram coniventes a esse processo de devastação das matas, buscando aproveitar as potencialidades da natureza.

Conforme salienta Oliveira, esta formulação de pensamento foi longeva, sobretudo, pela posição de seu principal intérprete, que era diretor do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.[125] Além disso, a capilaridade em salas de aula até a década de 1950 fornecia ainda maior enraizamento deste grupo que enaltecia a natureza como presente divino do qual a exploração engrandecia a pátria. Nesta concepção, a natureza é estática e passiva, no qual o homem é aquele que executa a ação de desfrutá-la, usufruí-la para benefício próprio. Ou seja, era a fonte que emanaria as condições para a elevação do Brasil.

1.2.3 Uma floresta em ruínas

Como se viu, os dois grupos que antecederam propõem, cada qual em seu ângulo, uma relação entre homem e natureza na sociedade brasileira, que demonstrava uma tensão entre o otimismo e o pessimismo. Se, por um lado, a natureza "grandiosa" era a responsável pela ausência da civilização humana, por outro, é justamente a sua "majestade" que levaria o Brasil ao progresso. Não se colocava em debate o *status* de grandiosidade dela durante aquele momento. A terceira tradição que desnovelamos do pensamento social na Primeira República embasa-se neste caminho para pensar esta dicotomia no Brasil. Referem-se aqueles que não contestam a grandiosidade da natureza, mas apontam que o uso humano exagerado dela estava gerando uma crise sem precedentes.

O enfoque deste grupo heterogêneo é na condição de degradação em que se encontrava o mundo biofísico. Visto que seus intérpretes realizaram viagens científicas aos "sertões" do país, os teóricos acabavam por diagnosticar o cenário de intensa atividade econômica e de consequências desastrosas das atividades predatórias. Além de um meio a ser descrito pelas

123 POMBO, Rocha. *Op.cit,* p.61-62.
124 *Ibidem*, p.53.
125 OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *Op.cit.*, p.131.

potencialidades, neste grupo acrescentam-se os estudos da situação em que se dão os usos dos recursos naturais, os eventos de destruição que neles são observados e, principalmente, as propostas de soluções para que os danos possam ser mitigados.

Assim, seus argumentos colocam em primazia a demanda por políticas de proteção à natureza, tais como, a elaboração de planos de reflorestamento, legislações florestais eficazes, exigência de prêmios a fazendeiros que protegessem seus terrenos e incentivos à educação florestal. É, portanto, a esse grupo a qual a *Revista Florestal* estaria intrinsecamente vinculada, sendo um organismo impresso que daria visibilidade e locução a estas propostas.

Dentre seus principais expoentes constam: Euclides da Cunha, Alberto Torres e Monteiro Lobato. Em ambos os autores há uma observação comum: a natureza estava sendo visivelmente degradada para fins de uma exploração econômica imediatista. Além da constatação, propõem, em conjunto, uma valorização da ciência enquanto instituição capaz de modificar a crise da natureza e conduzir a uma racionalidade dos recursos naturais na nação brasileira.

Dos três autores, Euclides da Cunha (1866-1909) foi aquele de maior ressonância nas academias literárias em 1902, data de edição de sua principal obra. De acordo com Regina Abreu, "Os Sertões", desde que foi publicado nas livrarias do país, se tornou um clássico, sendo considerado, inclusive, em enquetes da Revista Veja em 1994, o principal livro da literatura nacional, uma "bíblia da nacionalidade".[126] Analisando a gênese e a consagração da obra no campo intelectual brasileiro, a antropóloga admite que o seu sucesso editorial não poderia estar vinculado apenas à sua temática, pois outros intelectuais do mesmo período buscavam propor o sertão como enfoque de suas edições, tais como Coelho Netto, Graça Aranha, Araripe Júnior, Gustavo Barroso etc. Entre os fatores que elenca para o destaque de Euclides nesta geração sertanista, dois se sobressaltavam: a ótima recepção entre os pares da República das Letras e a morte prematura do autor.[127]

No que se referia ao primeiro, Abreu comenta que a própria origem dos outros intelectuais da Rua do Ouvidor – espaço de consagração literária nacional durante a Primeira República - eram de sujeitos nascidos nas áreas sertanejas do país, do qual se sensibilizavam com a temática das secas e outros fenômenos da natureza. Ou seja, compartilhavam com Euclides de uma mesma preocupação com a degradação do mundo natural e de

126 ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões.* Rio de Janeiro: Funarte, Rocco, 1998, p.15.

127 Para Skidmore, no entanto, a boa recepção da obra de Euclides devia-se fundamentalmente à crítica literária que realizava ao Exército enquanto instituição social logo nos anos de 1890 quando foi decretado o estado de sítio e se faziam interpelações das elites agrárias à República da Espada. Ver SKIDMORE, *Op.cit.*, p.166.

questionamento à sociedade do litoral cosmopolita.

Além disso, o drama pessoal de Euclides, um engenheiro de família de um guarda livros e de uma proprietária de terras, que foi assassinado pelo amante de sua mulher, gerou na comunidade intelectual a sensação de lamento e luto. A melhor maneira de lembrá-lo seria na recuperação da obra que lhe rendeu honrarias e um lugar de imortal na Academia Brasileira de Letras. Entre os maiores defensores da obra, estava o antropólogo Roquette-Pinto, colaborador da *Revista Florestal*. O trabalho de Euclides, ao longo do tempo, em especial, durante o Estado Novo, por ser lida como incentivo às políticas de expansão geográfica, adquiriu na ótica precisa da autora caráter de clássico.

Narrando a experiência de combate entre o Estado republicano e as populações do arraial de Canudos, "Os Sertões", como nos ensina Lima, expressa o incipiente processo de afirmação republicana com diversas missões civilizatórias, na tentativa de integrar este espaço simbólico ao território nacional.[128] Entre as viagens de litorâneos ao interior, consta-se, principalmente, a de Marechal Rondon e do Instituto Oswaldo Cruz. Essas viagens, da qual participaram intelectuais que escreveram na *Revista Florestal*, desempenharam papel significativo nas teorias de representação do homem e natureza no Brasil.[129] Em outras palavras, constituíram o "fundamento para a legitimação de ideias e práticas sociais".[130]

Apesar de ser menos conhecida do grande público que "Os Sertões", "Contrastes e confrontos", trabalho que reúne textos publicados entre 1901 e 1904 na imprensa, assinala um projeto edificante sobre o seu conceito de natureza, críticas à sua crise, bem como a proposição de soluções.[131] Quatro ensaios, particularmente, são significativos, a saber: "Garimpeiros", "Plano de uma cruzada", "Fazedores de desertos" e "Entre ruínas".

Quanto ao primeiro enunciado, "Garimpeiros", o engenheiro denunciava a "simbiose da escravidão com o ouro" a partir de uma leitura do último quartel do século XVIII. Para ele, durante a extração aurífera ocorreram "assaltos ferocíssimos contra a terra", sendo a natureza danificada para lucros "estupendos" ao homem.[132] Assim, não é somente as condições de trabalho que critica em sua análise, mas, principalmente, aos usos predatórios do meio natural. Este, por vezes, é associado à terra. Investigando este conceito na perspectiva euclidiana, João Maia assinala-o como uma "força natural viva, tradução política de uma geografia física, e

128 LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil:* intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, UCAM, 1999.
129 *Ibidem*, p.55.
130 *Ibidem*, p.56.
131 CUNHA, Euclides da. *Contrastes e confrontos*. Rio de Janeiro: Batel, 2009.
132 *Ibidem*, p.48.

constituiria fonte de afirmação civilizatória, e não um obstáculo".[133] Não sendo um empecilho, Euclides divergiu sintomaticamente de Buckle, para quem as serras e florestas configurariam espaços que o homem deveria transpor como signo da civilização.

Além do estudo das jazidas de ouro em escassez, a abordagem de Euclides enfocou as secas. Concedendo-lhe capítulo especial em "Os Sertões", Euclides caracteriza-as como um fenômeno natural cíclico e analisado tecnicamente por intelectuais do século XIX, dentre os quais, Tomás Pompeu de Sousa Brasil e Barão Gustavo Capanema. Em "Plano de uma cruzada", porém, reforça a necessidade de uso da técnica da engenharia como meio de contorná-las, além de responsabilizar os "tapuias" pela depredação das terras, os quais, para Cunha, seriam agentes que provocariam a sua intensificação.[134] Os engenheiros estariam a frente de um projeto que contemplava as seguintes sugestões: proliferação de açudes e barragens, a restauração parcial das terras, incentivos à arborização, construção de estradas de ferro para deslocamento das populações flageladas e perfuração de poços artesianos. Ainda previa, por fim, a "derivação das águas do São Francisco para os tributários superiores do Jaguaribe e do Piauí" (o que atualmente pode-se considerar, grosso modo, o projeto de transposição de suas águas).[135] Este programa, para ele, era, assim, improrrogável e urgente.[136]

Como se vê, a proposta de Euclides estimula novos contornos da política de recursos hídricos no Semiárido brasileiro. Pode-se inseri-lo na passagem de uma fase designada por Francisco de Assis de Souza Filho de "voluntarista" para a "hidráulica".[137] A primeira fase, como atesta este autor, que tem início em 1856 e toma impulso após as graves secas de 1877, é baseada na prática da açudagem, bem como a construção de uma infraestrutura pautada em reservatórios, estradas de ferro e construção de portos. Já a fase seguinte, iniciada em 1909, com a implantação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, por sua vez, refere-

---

133 MAIA, João Marcelo Ehlert. *A terra como invenção:* o espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p.130.

134 CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*, p.57.

135 Conforme Oliveira, o projeto de transposição do rio São Francisco é antigo na história brasileira. O primeiro projeto formal de "encanamento", "canalização" ou "abertura de canal" (termos empregos à época) das águas do rio foi tecido em 1846. Em torno desta construção se enredou diversas disputas políticas, sociais e culturais. O caminho fluvial que consistia em um dos principais eixos viários do Império conviveu com este debate de caráter político. Engenheiros, administradores e elites regionais buscavam nesse projeto um meio de comunicar o interior (sertão) ao litoral e interligar as partes com o fito de configurar o Estado brasileiro. Para maiores detalhes, cf. OLIVEIRA, Gabriel Pereira de. *O rio e o caminho natural:* propostas de canais do São Francisco, aspectos físicos fluviais e dinâmicas políticas no Brasil Império (1846-1886). 198f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

136 CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*, p.60.

137 SOUZA FILHO, Francisco de Assis de. Natureza e desenvolvimento nos Semiáridos. In: _____; MOURA, Antônio Divino (Orgs.). *Memórias do Seminário Natureza e Sociedade nos Semiáridos.* Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Fundação Cearense de Meteorologia e recursos hídricos, 2006, p.41-58.

se a uma ação mais consistente do Estado sobre a açudagem e possibilitava estudos dos recursos naturais da região. As respostas do Estado às secas não eram necessariamente medidas pontuais ou reações diretas à desastres naturais.

Em "Fazedores de desertos" e "Entre ruínas", Euclides toma como foco uma das causas para as secas: a devastação das matas. Promove, tal como em "Os Sertões", um retrato do ser humano enquanto um "agente geológico nefasto, e um elemento de antagonismo terrivelmente bárbaro da própria natureza que nos rodeia".[138] Essa percepção da ação antrópica era justificada para o autor como uma "revelação" da história. Interessante notar que o autor coloca esta ação como capaz de modificar a geomorfologia e não simplesmente determinado pela natureza.[139] Os grupos sociais dos quais se referem Euclides são tratados como "aborígenes" ou "selvagens" que calcinavam as terras com o fogo de sua agricultura. Tal procedimento, para ele, foi agravado por ser copiado pelo colonizador e o sertanista.[140] Este apontamento do literário, cabe destacar, é largamente apropriado pelas linhas da *Revista Florestal*.

Alberto Torres (1865-1917), por seu turno, não foi menos consagrado que Euclides no campo intelectual. De acordo com Afrânio Garcia Júnior, o político foi um dos intelectuais que melhor expuseram a necessidade de construção da nacionalidade no início do século XX.[141] Atribuindo às elites a pobreza e destruição dos recursos naturais no Brasil[142], Torres representava um dos filhos dos segmentos dominantes agrários que se enveredou pelos caminhos da política, literatura e sociologia. A sua bibliografia tornou-se clássica pelas elites,

---

138 CUNHA, Euclides da. *Op.cit.* p.134.

139 Embora seja forçoso, essa posição de Euclides asemelha-se, guardadas as devidas proporções, aos debates acerca do antropoceno na passagem do primeiro para o segundo milênio. Para Chakrabarty, neste século XXI ocorre uma guinada científica de teorias antrogênicas, isto é, postulados que associam as mudanças climáticas, a ação humana e a globalização como processos sobrepostos e que gerariam uma nova fase geológica em curso no planeta. Em sua ótica, há uma boa dose de verdade nestas premissas da ciência. Essas argumentações, para o estudioso pós-colonialista, acabam, em primeiro lugar, por extinguir a velha distinção entre história natural e social. A divisão entre as ciências presentes no pensamento de Vico adquiriu força durante a institucionalização da história no século XIX com Collingwood e foi reiterado pelos estudos marxistas. Braudel e, sobretudo, a história ambiental abriu brechas a esse binarismo entre histórias da natureza e humana. É nesta historiografia que os sujeitos históricos são vistos como "força geológica". Considerar o ser humano como agente geológico, nesta perspectiva do historiador indiano, amplia a imaginação acerca do humano. Decorrente dessa ação, o antropoceno seria esta nova época da geologia do planeta em que a entidade humana é o principal determinante do ambiente. Esse conceito, para o historiador, aparece no ano 2000 com o químico Paul Crutzen. O surgimento desse conceito demanda um diálogo entre histórias globais do capital e da espécie humana, bem como coloca o problema da coletividade humana enquanto espécie, para além das experiências individuais, mas universais. Ver CHAKRABARTY, Dipesh. O clima na história: quatro teses. *Sopro*, n. 91, p.2-22. Disponível em: <: http://www.culturaebarbarie.org/sopro/n91s.pdf> Acesso em: 09.12.2015.

140 CUNHA, Euclides da. *Op.cit.*, p.134-135.

141 GARCIA JÚNIOR, Afrânio. Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.98, p.20-33, jun.1993.

142 *Ibidem*, p.21.

principalmente, com a sua morte em 1917 e após 1930, visto que o seu discurso deixava de ser isolado e era alçado a categoria de obras que formariam a identidade nacional.[143]

A estratégia de publicação adotada pelo autor foi, primeiramente, de conceder a seus amigos as cinco principais obras de sua carreira, todas elas publicadas pela Imprensa Nacional, a saber: *Vers la paix* (1909), *Le problème mondial* (1913), *O problema nacional brasileiro* (1914), *A Organização Nacional* (1914) e *As fontes da vida no Brasil* (1915). Lidas entre jovens oficiais do movimento tenentista e pelas elites políticas, sobretudo, após o movimento de 1930, as obras de Torres foram republicadas por uma casa editorial privada e inseridas na principal vitrine de saberes do Brasil à época, a Coleção Brasiliana.[144]

Como se sabe, antes de publicadas, toda e qualquer obra é precedida de textos que lhes servem de bases para a publicação. Um desses materiais preliminares - ainda datilografados e com rasuras - foi arquivado por sua filha, a antropóloga Heloísa Alberto Torres (1895-1977). Trata-se de uma das pastas dedicadas ao seu pai presentes em seu acervo. Nela, consta-se uma coletânea de textos sobre a destruição da natureza compilado pelo fazendeiro fluminense Edgard Teixeira Leite, um dos principais intelectuais auxiliadores na construção da memória de Alberto Torres.[145] São textos presentes na coletânea: "O ufanismo e a realidade brasileira"; "Teoricismo da política brasileira"; "Conservação das terras brasileiras"; "A destruição das fontes de vida"; "Natureza saqueada"; "A destruição das riquezas naturais"; "Reflorestamento" e, finalmente, "O papel da água na conservação das fontes da vida".

Examinando-se os textos vê-se uma proposta crítica em relação aos usos do solo, água e florestas do país, além de fazer frente ao que considerava ser a cegueira do "culto da pátria e

---

143 Sobre a apropriação de Alberto Torres pela Geração de 1930, Lúcia Lippi de Oliveira considerava que o ideólogo foi elevado à condição de apóstolo e autor de uma proposta de política racional e capaz de organizar a nação. Ver OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Introdução. In: _____ (Coord.). *Elite intelectual e debate político nos anos 30:* uma bibliografia comentada da Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980, p.38.

144 Vale lembrar que diversos intelectuais envolvidos no fazer redatorial da *Revista Florestal* tiveram suas obras publicadas na Coleção Brasiliana, dentre eles, Alberto José de Sampaio, Basílio de Magalhães, Francisco de Assis Iglésias, Frederico Carlos Hoehne, Gustavo Barroso, Joaquim Sampaio Ferraz e Roquette-Pinto. A coleção Brasiliana, como acentuou Eliana Dutra, foi, indubitavelmente, o maior projeto editorial que visava constituir a nacionalidade no Brasil, sendo fundada em 1931 por Octales Marcondes Filho e dirigido pelo educador Fernando de Azevedo. Em suas palavras, a coleção consistiu em uma verdadeira "metáfora da nação" tamanha era a sua expressão no meio intelectual. Cf. DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal da coleção Brasiliana. In: _____; MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, nação e edição:* o lugar dos impressos na construção da vida política – Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII, XIX e XX. Belo Horizonte: Annablume, 2006, p.314. Franco e Drummond (2009), por sua vez, justificam que a presença de conservacionistas na Coleção demonstrava que a intenção entre a coleção e o grupo de proteção à natureza eram projetos compartilhados. Havia uma sintonia de ideais entre ambos pela concepção de natureza, cientificidade e nacionalidade. Ver FRANCO, José Luiz; DRUMMOND, José Augusto. *Op.cit.* p.215.

145 *PASTA "Ideário de Alberto Torres de Edgard Teixeira Leite"*. Acervo da Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres. Sem codificação.

da proclamação das nossas riquezas", que não se atêm aos problemas verificados na natureza. Em outras palavras, os textos de Alberto Torres criticavam o ufanismo do segundo grupo. Há, além disso, um uso flexível entre os vocábulos *conservar* e *preservar* sem que haja uma definição rígida no seu emprego. Ora afirma que se deve:

> (…) *preservar* as florestas, nos espinhaços das serras, nos altos dos morros, nos planaltos, nos pontos elevados, e, em geral, em toda parte onde a derrubada não for imposta por necessidades reais das populações no cultivar a terra por processos racionais, intensivos e conservadores, tornando-se assim, para nós, um interesse vital, de dobrada importância, em relação aos países ricos ou temperados, onde estes assuntos já fazem, aliás, um pouco, objeto de cuidados governamentais. (*grifos nossos*)[146]

E, sem que haja anulação mútua dos termos, prossegue:

> (...) as nossas florestas, tão levianamente devastadas, nesse afã de ir estendendo populações aventureiras e empresas capitalistas, que lastram, como pragas devastadoras, por todo o território – sem amor pela terra nem interesse pelo futuro humano - estão a pedir, antes, uma política de *conservação* da natureza, de reparação das regiões estragadas, de concentração das populações nas zonas já abertas à cultura, sendo educado o homem para aproveitá-las e para fazê-las frutificar, valorizando-as. (*grifos nossos*)[147]

Nesse sentido, cabia ao Estado o poder decisório no controle da devastação das matas no Brasil. Essa instituição social é o cerne da argumentação de Alberto Torres, pois seria ela que nortearia a vida nacional e, caso não fosse capaz de agir, dissolveria o território e estaria fadada a conquista estrangeira. Além de reivindicar o Estado como a instituição capaz de solucionar a crise do trabalho e da natureza, postulava como falso o discurso de hierarquias das raças[148] e criticava o "machado da civilização" pela devastação das matas[149].

Tal como Euclides, Torres lançava mão da ideia de um Brasil em ruínas e da ideia de cientistas como capazes de buscar soluções aos "nossos problemas". Neste caso, a figura é do engenheiro agrônomo reveste-se de significado. Estes deveriam conhecer as obras de irrigação das diversas áreas geográficas, dentre os quais do Egito, a fim de propor medidas de reflorestamento e conservação das fontes naturais do Brasil.[150] Talvez, uma das principais contribuições de Torres a este movimento que ganha corpo na *Revista Florestal* tem aqui o seu núcleo aglutinador. Isso é, convocava os agrônomos, profissionais tinham o seu campo

146 *Ibidem*, s/p.
147 *Ibidem*, s/p.
148 TORRES, Alberto. *As fontes da vida no Brasil*. Rio de Janeiro: Papelaria Brazil, 1915, p.10
149 *Ibidem*, p.14.
150 *Ibidem*, p.26.

científico em configuração no inicio do século XX, como protagonistas desse processo de conservação das florestas.

Somam-se a perspectivas euclidianas e torreanas, um "clássico" brasileiro da literatura infanto-juvenil: o escritor, editor e empreendedor José Bento de Monteiro Lobato (1882-1948).[151] Formado em 1904 pela Faculdade de Direito de São Paulo, mesmo preferindo as carreiras artísticas, Lobato recebe capítulo especial quando se trata da história do livro e da leitura no Brasil.[152] O paulista de Taubaté, com o falecimento do avô (o Visconde de Tremembé) em 1911, tornou-se herdeiro de vastas terras. O cuidado com o ambiente, a partir de então, transcendeu a sua prática rotineira e ficou expressado na palavra impressa.

Além da Fazenda Buquira, Lobato era dono de uma prolífica série de trabalhos constituída de contos, crônicas, artigos de periódicos, além de caricaturas e desenhos. Nelas, ponderou sobre as cenas das secas, queimadas e devastações que se empreendiam no Vale do Paraíba e, até mesmo, sobre a prospecção de petróleo, considerado uma riqueza natural que levaria o Brasil ao progresso.[153] Acentuamos aqui, particularmente, o conto *Cidades Mortas* (1906), as obras *Urupês* (1918) e *A Onda verde* (1921).

No conto de 1906 que narra a condição das cidades após o avanço do café, o tom dramático da narrativa é de destroços.[154] A própria escrita pausada e de frases curtas permitia vislumbrar um cenário fragmentado. Essas zonas cujas representações eram de prosperidade durante o tempo em que os seus recursos eram fartos são postos em desalento após o

---

151 Aos olhos de Bignotto, Lobato, apesar de conhecido como o pai da literatura infantil ou um editor revolucionário para o seu tempo, conviveu com falências de suas empresas e perdas consideráveis de sua herança. O que lhe distinguiria não seria propriamente a adoção de inovações técnico-gráficas ou distribuição de livros, mas o reconhecimento da importância das redes de sociabilidade entre autores, livreiros e leitores e o esforço de fazê-la de maneira profissional. Cf. BIGNOTTO, Cilza. Monteiro Lobato: editor revolucionário? In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs.). *Impresso no Brasil:* dois séculos de livros brasileiros: São Paulo: Unesp, 2010, p.134.

152 Não é fortuito, portanto, que Hallewell, ao escrever uma grande obra sobre as práticas de edição e da formação do livro e da leitura no Brasil, tenha dedicado atenção especial à Lobato, concedendo-lhe espaço necessário para pensar a transição da perspectiva de livreiros do século XIX para a dinâmica capitalista das primeiras décadas do século XX. Ver HALLEWELL, Laurence. Monteiro Lobato. In: _____. *O livro no Brasil:* sua história. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2012, p.345-381.

153 De acordo com Otoya, Lobato empenhou-se nesta empreitada de prospectar petróleo no Brasil. Foi justamente na cidade baiana de mesmo sobrenome em que foi descoberta as primeiras jazidas no Brasil. No entanto, a autora argumenta que não foi homenagem ao escritor pelo seu esforço. Diversos eram os intelectuais que percebiam neste elemento do mundo biofísico um fonte do progresso, dentre eles o agrônomo Idelfonso Simões Lopes, integrante da *Revista Florestal*. Independentemente da presença em discursos de regulamentação dos usos das madeiras ou do petróleo, o que se deve extrair é que para estes intelectuais era preciso diversificar a produção econômica nacional. Para maiores detalhes acerca da relação entre petróleo e progresso nas correspondências do Conselho Nacional do Petróleo, ver OTOYA, Natascha de Vasconcellos. *A fúria moderna:* uma história do petróleo brasileiro através dos arquivos do CNP, 1938-1948. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016, p.58; p.72.

154 LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas (conto).* São Paulo: Globo, 2012.

“progresso cigano”. Quando o solo era exaurido, Lobato, escrevendo na voz do narrador, afirmava que o capital e o trabalho, posteriormente, fugiam daquelas áreas em busca de outras mais férteis. Descrevendo as ruas, os palácios, as famílias, os costumes com uma palidez mórbida acentuavam que a exaustão remetia a um tempo glorioso no pretérito e que, na contemporaneidade, era composto de ruínas.

A predileção pelo conto como gênero literário parece ter sido marcante na trajetória de Lobato. Em 12 de novembro de 1914, por exemplo, publicou no jornal *O Estado de São Paulo*, da família Mesquita, um de seus mais conhecidos: *Velhas pragas*. Na obra dava a ler ao público um esboço de um estereótipo de brasileiro: o caboclo indolente e ignorante Jeca Tatu. Esta caricatura foi um sucesso de crítica do jornalismo no período e fez o autor ganhar popularidade no microcosmo intelectual. Da música às artes plásticas, do teatro ao cinema, o Jeca Tatu repercutiu como ícone de uma sociedade que mesclava progresso e atraso, modernidade e tradições incutidas.[155]

No jeca, um tipo social brasileiro, materializava-se um homem imprevidente que adotava uma agricultura primitiva e que destruía a natureza.[156] Essa representação, notadamente, não foi unânime em elogios, sobretudo após a publicação de “Urupês”, uma obra que em 1925 já contava com mais e 20 mil exemplares. Se por um lado existiam aqueles que concordavam com Lobato de que a solução era uma política sanitária nas zonas rurais, sobretudo, os cientistas Arthur Neiva e Belisário Penna[157]; outros, porém, apontavam diversos equívocos na obra. O principal deles eram os limites geográficos dessa representação.[158] Para alguns, como o político Rui Barbosa e o literário cearense Idelfonso Albano, Jeca Tatu era uma construção paulista que se dizia nacional.

Albano, reforçando o argumento de crítica, realizou uma antítese a obra configurando o Mané Xique Xique.[159] Tal como Lobato, o escritor ascendia de uma família nobiliárquica do Império. Seu avô era o Barão de Aratanha. Sua educação, diferentemente do paulista, era baseada na Inglaterra, onde aprendeu técnicas de tecelagem para as fábricas de algodão de sua parentela. O opúsculo “Jeca Tatu e Mané Xique Xique” publicado em 1919, no ano seguinte a

---

155 AZEVEDO, Carmen Lúcia de. *Jeca-Tatu, Macunaíma, a preguiça e a brasilidade*. 165f. Tese (Doutorado em História). Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2012, p.13.

156 LIMA, Nísia Trindade. *Op. cit.* p.137.

157 Vale destacar que Neiva e Penna integravam ao grupo formado pela *Revista do Brasil*, editada por Lobato a partir de 1918, mas idealizada pelo político perrepista Júlio de Mesquista em 1916. Lobato participou da campanha de saneamento rural proposto pelos cientistas. Ver LUCA, 1999, p.64; LUCA, 2011, p.16-17.

158 SKIDMORE, Thomas. *Op.cit*, p.253.

159 Mané Xique Xique, vale destacar, não foi a única a estabelecer diálogo com a obra de Lobato. Após o jeca do escritor paulista sucederam vários outros, tais como, o Jeca Leão do historiador paranaense Rocha Pombo e o Jeca Bravo do eugenista Renato Kehl. Ver LIMA, Nísia Trindade. *Op.cit.* p.140.

Urupês não atingiu a tamanha popularidade da primeira, mas expressava a mesma intenção: propor uma representação do brasileiro a partir da solução do problema rural. Neste caso, o que toma a centralidade não é a devastação das matas do Vale do Paraíba, mas as secas nordestinas.

A personagem principal, em *sui generis*, já trazia um sintoma da caatinga. Mané Xique Xique era um cacto dos sertões.[160] A planta, diferentemente de um urupês que significava um fungo parasita, tinha um aspecto não voltado para a preguiça, mas para a força e energia. O Xique Xique em tempos de seca nutre o sertanejo, além de ter grande resistência à escassez de água, solo raso e temperatura elevada. Homem e caracterização da natureza mesclavam-se, portanto, na representação de Albano.

O Mané, diferentemente do Jeca, era aquele que era criativo para sobreviver em meio hostil, descobrindo nos recursos naturais as condições para a sua sobrevivência.[161] Era, portanto, um típico homem que na ausência de aparelhagem moderna, construía açudes e fazia lavouras e criação de animais com processos rudimentares. Dentre os processos que mostrava ser um homem lavrador destaca-se a busca de fabricar óleos com base nos vegetais, tais como Caranaúba. Não era um sujeito desleixado, mas tinha interesse, era inteligente, astuto e bom aprendiz. O que lhe faltava era educação formal e técnicas da ciência.

Como Jeca ou Xique Xique, o que se colocava em jogo era a representação do brasileiro e a associação dele com o mundo biofísico. No primeiro é o destruidor pela sua ignorância e indolência; no segundo é o habilidoso que transforma a natureza para atender suas necessidades. Como veremos na *Revista Florestal*, a visão predominante, entretanto, foi a do escritor paulista, sendo inclusive caracterizado em anúncios ou pela descrição caricatural daqueles que eram, para o grupo do periódico, os responsáveis pelo problema florestal brasileiro. Mais do que uma mera crítica aos destruidores com o estereótipo do Jeca, Lobato estimulava o plantio de árvores. Amigo pessoal do "comandante supremo"[162] do Serviço Florestal da Companhia Paulista, Edmundo Navarro de Andrade, Lobato enaltecia a prática do reflorestamento, sobretudo em *A Onda Verde*. Editado, originalmente, em 1921 o livro compôs a biblioteca de artífices do movimento florestal brasileiro, tais como Alberto José de Sampaio.[163]

---

160 ANDRADE, F. Alves. Jeca Tatu de Monteiro Lobato e Mané Xique Xique de Idelfonso Albano. In: ALBANO, Idelfonso. *Jeca Tatu e Mané Xique Xique.* 3ª ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1969, p.95.

161 *Ibidem*, p.95.

162 LOBATO, Monteiro. *A Onda verde*. 2ª ed. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1922, p.79.

163 Em relatório escrito para o Congresso de Silvicultura de 1926, ocorrido em Roma, Sampaio assinala a

O conjunto de pequenos escritos reporta o avanço cafeeiro sobre o Oeste paulista que contribuía para o corte das matas nativas. Essa postura do espírito bandeirante retira a beleza existente das áreas. De maneira breve, o escritor denunciava a grilagem das terras, as queimadas dos caboclos e, especialmente, elogiava a quantidade de eucaliptos do Horto Florestal de São Paulo. Ao revelar o fato deste vegetal ser exótico, o criador do Jeca deixa transparecer que o plantio não foi bem aceito por diferentes personalidades políticas que tinham um "nacionalismo florestal" sectário.[164] Pretendiam plantar apenas espécie nativa, mas Lobato recusa essa proposta, pois os exemplares da flora australiana tinham trazido "trinos de vitória" e desempenhavam funções vantajosas, desde carvão, lenha, dormente, além de ser adaptável a diversos climas.[165]

Dessa maneira, Lobato aglutina-se a Euclides e Torres na pretensão de agregar um movimento de proteção à natureza, isto é, que articulasse uso e conservação, sem que houvesse descompassos no tempo futuro. O amálgama de suas ideias ganhava corpo a partir do fazer editorial da *Revista Florestal*. Retornando as epígrafes escritas por Lourenço Baeta Neves que nortearam este capítulo, pode-se perceber que estes autores seriam as bases fundamentais deste *movimento social* do qual os fazendeiros não podiam abdicar de sua participação. Logo, nesta problemática da devastação e da proteção que contemplava diversas representações da natureza seria germinada e edificada a nacionalidade brasileira.

***

leitura da obra e parabenizava o leitor pelo interesse no plantio de eucaliptos em florestas particulares e pela criação do conceito de "mentalidade reflorestadora". Ver SAMPAIO, Alberto José de. O problema florestal do Brasil em 1926 (relatório sucinto, visando a fitotecnia e fitogeografia, apresentado no Congresso Internacional de Silvicultura de Roma, abril-maio de 1926). *Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v.XXVIII, p.121, dez.1926.

164 LOBATO, Monteiro. *Op.cit.*, p.82.

165 *Ibidem*, p.89.

CAPÍTULO 2

A Fertilidade do terreno:
Condições sócio-históricas de emergência da *Revista Florestal*

"*Aí vai a "REVISTA FLORESTAL", um dos muitos sonhos que acalentei, de fazer coisas úteis a esse país, pensando nas gerações futuras, que têm direito de gozar todo o esplendor da Natureza que nossos olhos tiveram ainda a ventura de ver. Têm direito. Mas chegarão a usar desse direito, se não acudirmos a tempo de conservar o que resta desta hecatombe que presenciamos (...)?*

Esta revista feita sem ajuda pública, com grandes sacrifícios, era a débil arma de que dispúnhamos, para alertar, em 1930, a Nação, contra o crime que se praticava, às escâncaras, contra o mais precioso patrimônio – seus recursos naturais. Hoje, passados 39 anos, as coisas mudaram muito pouco! Teve vida efêmera, como as rosas do poeta ... Mas foi um protesto, de poucos idealistas lançado no vasto espaço deste continente, que é o Brasil e, como é tão vasto, não houve eco..."[166]

Escrita em 8 de maio de 1968 pelo agrônomo Luiz Simões Lopes (1903-1994) e destinada ao seu "prezado amigo", o industrial do campo petrolífero, Alberto Soares Sampaio, este gesto epistolar[167] imprimia as vozes da memória acerca da *Revista Florestal*. Chama-nos a atenção o fato de Lopes, como integrante dessa geração intelectual de 1920, relembrar o periódico como uma arma para o combate em busca da proteção à natureza. O imaginário social que o envolvia ao redigir a correspondência mostrava que aquelas páginas já envelhecidas constituía uma tentativa de materializar um sonho e seus organizadores eram apresentados enquanto sonhadores.[168]

---

166 CORRESPONDÊNCIA de Luiz Simões Lopes a Alberto Soares Sampaio datada de 8 de maio de 1968. *Fundo arquivístico Luiz Simões Lopes*, CPDOC/FGV. Codificação: LSL.1928.08.03

167 Chartier, ao examinar a importância das cartas no processo de narrativa histórica, assinala que estes usos dos escritos expressam "como as comunidades e os indivíduos constroem representações do mundo e investem significados plurais, contrastando suas percepções e experiências". A partir do momento que a história é percebida como "o lugar em que se articulam práticas e representações, o gesto epistolar é um gesto privilegiado". Reconhecer os modos como os grupos se correspondem é uma maneira de entender como uma comunidade existe e é cimentada pelo compartilhamento "dos mesmos usos, das mesmas normas, dos mesmos sonhos". Vide CHARTIER, Roger. Avant-propos. In: _____(Org.). *La correspondance*: les usages de la lettre au XIX siècle. Paris: Libraire Arthème Fayard, 1991, p. 7-13.

168 Não foi apenas a carta em epígrafe que assinalou a construção da revista como um sonho acalentado por uma geração. Outras davam o mesmo tom onírico àquela prática. Tratava-se de associar o objetivo do movimento florestal como uma "utopia". Para perseguí-la, propôs diversas práticas, dentre as quais, a construção da *Revista Florestal*, do Museu Florestal Octávio Vecchi, do Mapa Florestal de Gonzaga Campos,

A metáfora onírica voltada à configurar uma sociedade de uso comedido da Natureza – entidade que aparece em maiúsculo – antes de ser algo puramente subjetivo, demandava práticas, ações e mobilizações. Inscritos em um contexto sócio-histórico particular, os sonhos enraízam-se em um terreno e extraem deles a sua seiva, mesclando-se com os interesses dos diferentes sujeitos históricos em interação e das contingências do universo geohistórico. Ao mesmo tempo é produto de um contexto são produtores de uma temporalidade. Como afirma Daniel Fabre, toda revista tem a ambição de "modelar o seu próprio tempo", sendo este o fator que o diferencia de todo e qualquer gênero impresso, tais como da fixidez do livro ou da instantaneidade do jornal.[169]

O sonho vai se tornando realidade a partir do trabalho de elaboração e fabricação que, no caso das revistas, é repetido semanal, quinzenal, mensal ou anualmente. Isso exigia que a aspiração idealizada não fosse mero devaneio de um ou dois sujeitos, mas representava um saber-fazer obstinado e progressivamente acumulado.[170] Construir uma revista, portanto, era, definitivamente, uma fantasia, mas que se revestia de fundamentos práticos, mobilizando para sua gênese uma coletividade intelectual e, para que pudesse ser efetivada, demandava uma negociação com um determinado tempo presente.

Cientes de que a revista constituiu-se como um sonho, pretende-se neste capítulo, observar os anos de 1920 como terreno fértil e, simultaneamente, instável para a elaboração de um periódico que traria centralidade as florestas. Investigamos as condições ou motivações que propiciaram a emergência da *Revista Florestal.* Destacamos neste momento os seguintes fatores: o engajamento da literatura e das ciências na proteção à natureza, a especialização do mundo da imprensa, o crescimento do setor madeireiro na economia nacional, a criação do Serviço Florestal do Brasil e, por fim, a organização de congressos científicos e literários em torno da questão florestal.

2.1 Da República das Letras aos laboratórios científicos

Como vimos no primeiro capítulo diferentes representações de natureza foram vinculadas a formação da nacionalidade brasileira. Reinterpretadas durante a Primeira

---

dos censos florestais, entre outras instituições que estimulavam a pedagogia da nacionalidade. Sobre o Museu Florestal, ver PRIEDOLS, Elisabete. *O Museu Florestal "Octávio Vecchi":* trajetória e contribuição para a história ambiental brasileira. 188f. Dissertação (Mestrado em Educação, arte e história da cultura). Universidade Mackenzi, São Paulo, 2011.

169 FABRE, Daniel. Revue d'ethnologie et ehnologie dans le revues. *Hésiode. Cahiers d'ethnologie méditerraéenne*, Paris, n.1, p.11-29, 1991.

170 *Ibidem*, p.13.

República, essas concepções ganharam a visibilidade pelos escritos de intelectuais. Um número significativo deste grupo de "geometria variável" comportou em trabalhos o seu apoio a "causa florestal". Tanto os adeptos da República das Letras quanto os sujeitos de instituições científicas compartilharam deste interesse. Esse relativo apelo uníssono entre representantes da literatura e da ciência, campos que se configuravam durante o período, revelava-se enquanto um ponto favorável para a construção deste ideário de proteção à natureza.

Considerá-los com relativa coesão não é abster-se das rivalidades, disputas e conflitos dentro deste grupo de protetores. É importante perceber que, além dos agentes que não almejava protegê-la[171], no interior do próprio grupo existiam dissonâncias. Cinco delas são significativas, a saber: a posição de brasileiro ou estrangeiro; a dicotomia entre a contemplação e a utilidade; a competição pelos postos ou cargos de poder; as querelas pessoais; e, finalmente, as críticas quanto ao emprego do reflorestamento com plantas nacionais ou estrangeiras.

A primeira das dissonâncias do grupo é reconhecida. O historiador norte-americano Warren Dean apontava a nacionalidade brasileira como o fator para que Navarro de Andrade fosse o "único conservacionista bem sucedido de sua geração"[172]. No mesmo compasso, Franco e Drummond postularam enquanto o "único brasileiro" do grupo de conservacionistas "pioneiros" que observou em sua análise.[173] Certamente, não foi apenas Navarro o brasileiro nessa geração que antecedeu a guerra na busca da proteção. No entanto, foi o que se tornou mais conhecido da historiografia. Isso porque elaborou um discurso palatável aos silvicultores pósteros que lhe atribuíram medalhas em seu nome e conferências e prêmios em sua homenagem. Além deles, teve crédito de pesquisadores que lhe renderam a alcunha de pai da silvicultura ou pioneiro do reflorestamento.[174] O suicídio de Orville Derby e o, até bem pouco

---

171 Entre os agentes contrários à proteção e que negavam a necessidade do reflorestamento, constava a empresa de linhas férreas *São Paulo Railroad Company* de capital britânico. Essa é uma das inferências do madeireiro LIMA, J.C. Alves de. Devastação das matas. *Boletim das Serrarias*, São Paulo, ano II, n.8, p.27-29, abril de 1928. Vale lembrar que rotular uma empresa estrangeira como não adepta do movimento florestal pode ser uma tentativa de associá-las a um lucro descompromissado com o ambiente natural de onde instalou sua corporação. Em todo caso, foi um dos poucos vestígios nominais de grupos contrários à política florestal. Afinal de contas, nestes discursos a proteção é enaltecida e evita-se nomeiar os contrários a ela.

172 DEAN, Warren. *Op.cit*, 1996, p.252.

173 FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Op.cit.* 2009, p.32.

174 Entre os que contribuem para a consagração da memória de Navarro enquanto pioneiro ou pai do reflorestamento, tem-se: LEÃO, Regina Machado. *A floresta e o homem*: São Paulo: Edusp, 2000, p.210; MARTINI, Augusto. *O plantador de eucaliptos:* a questão da preservação florestal no Brasil e o resgate documental do legado de Edmundo Navarro de Andrade. 304f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004, p.6. Menos laudatório, uma vez que afirma que o mérito intelectual das ideias de Navarro era coletivo e não simplesmente individual, Mário Ferraro ainda manteve na sua narrativa o pressuposto de que o agrônomo era "o grande realizador" do processo de modernização da agricultura de São Paulo. Cf. FERRARO, Mário Roberto. *A modernização da agricultura e da silvicultura*

tempo, esquecido Alberto Löfgren, por exemplo, são casos de sujeitos que preconizaram a proteção, mas se tornaram acantonados.[175]

Buscando legitimar suas propostas de crítica ao liberalismo e contra as práticas destrutivas dos animais, os estrangeiros que ocupavam postos consagrados na ciência nacional, desenvolveram estratégias discursivas para ter seus argumentos aderidos pelos políticos da Primeira República. A historiadora Regina Horta Duarte elucida que o suíço Emílio Goeldi, por exemplo, em defesa das aves, abrasileirou seu nome e o alemão Herman Von Ihering escrevia seus textos com a primeira pessoa do plural – nós - para legitimar o amor "a nossa pátria" e se incluir enquanto pertencente à nação.[176] Em outras palavras, ser ou não brasileiro era um fator que intervinha na adesão de suas reivindicações.

Uma segunda disputa inerente a este grupo florestal refere-se ao objetivo da proteção. A natureza devia ser protegida pelo seu interesse econômico e científico ou em virtude do apelo estético que emanava? Esta dúvida pairou sobre os diferentes mediadores. Percebemos que enquanto poetas e literatos defendiam o olhar contemplativo dela, tais como Olavo Bilac, Alberto de Oliveira e Coelho Netto, os "homens de ciência" buscavam ser pragmáticos. O botânico e engenheiro de minas Álvaro da Silveira[177] e o engenheiro Lourenço Baeta Neves, depreciavam os anteriores pela sua exaltação da natureza intangível. Essa disputa entre literários e cientistas, no entanto, não foi impedimento para a uma cisão nesta composição do grupo de proteção à natureza.

Isso porque o café que consumia a Mata Atlântica era o mesmo servido e consumido como sobremesa nos encontros de literários e homens de ciência do período posterior à *Belle époque*. Havia afeições e contatos pessoais entre esses sujeitos históricos. Não estiveram

---

paulista (início do século XX). Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2010, p.100.

175 Nos últimos anos, a historiografia das ciências tem visitado estas biografias particulares e investigado suas trajetórias e percepções de natureza. Lofgren, por exemplo, foi objeto de estudo de Adriana Persiani. A geógrafa, atribuindo um "pioneirismo" ao naturalista sueco, analisa o discurso presente em suas obras. Para a autora, o autor investiu-se de um discurso cientificistas a partir dos lugares que produziu ciência, tais como a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, a Inspetoria de Obras contra das Secas e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Em ambos espaços científicos, Löfgren contribuiu para ampliar as questões sobre a flora brasileira, disseminar o saber científico e colaborar no ensino do pensamento florestal brasileiro. Segundo a autora, era um dos cientistas que denunciavam a prática da queimada e suas reverberações sobre a proliferação de pragas agrícolas. Ver PERSIANI, Adriana. *Albert Löfgren:* resgate, sistematização e atualidade do pensamento de um pioneiro nos campos da climatologia, fitogeografia e conservação da natureza no Brasil. 194f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade do Estado de São Paulo, 2012.

176 DUARTE, Regina Horta. Pássaros e cientistas no Brasil: em busca de proteção, 1894-1938. *Latin American Research Review*, v.41, n.1, p.12, fev.2006.

177 Em uma das passagens de sua obra *Fontes, chuvas e florestas*, Silveira acusava, sobretudo Coelho Netto de "fantasias literárias". Para ele, as representações de florestas como geradora das fontes tinham nos literatos, sujeitos de linguagem "mais floreada que a dos cientistas, tem maior número de admiradores; por ser mais rica de imagens desenhada pela fantasia, agrada mais". Mas era um equívoco esse "dogma florestal" propagado pelos literatos. Cf. SILVEIRA, Álvaro Astolfo da. *Fontes, chuvas e florestas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do estado de Minas Gerais, 1923, p.6.

longe das conversas desses intelectuais as críticas à degradação que o mundo natural enfrentava. De modo recorrente, a República das Letras apontava em seus escritos a necessidade de conservação das matas pelo seu viés científico ou pela simples contemplação estética das árvores. Independentemente de suas vinculações com o poder político, diferentes mediadores compartilharam, em maior ou menor grau, do interesse público pela natureza, identificando-a como a raiz da nacionalidade. Houve assim, uma dupla acepção na manutenção das "fontes da vida": protege-se porque é contemplativo e porque trazia benefícios à salubridade, ao clima, aos solos e a economia nacional. Ambos não eram inconciliáveis.

Um dos intelectuais representativos nessa aliança entre homens de ciência e literatos foi o teatrólogo e jornalista João do Rio (1881-1921), pseudônimo de João Paulo Alberto Coelho Barreto. Dotado de grande capital econômico e interessado pelos afazeres populares da cidade maravilhosa, João do Rio foi atuante na defesa das árvores brasileiras. De acordo com o ornitólogo Wenilton Daltro, o seu nome esteve na listagem dos presentes na primeira Festa das Árvores do Brasil, sediado em Araras em 1902.[178]

Nove anos depois, Barreto visitou o Horto Florestal de São Paulo a quem saudou com pompas e elogiosas críticas, sobretudo a postura de Edmundo Navarro de Andrade à frente da instituição. Conforme o cronista, aquele empreendimento florestal somente reafirmava "o quase país" que era São Paulo frente ao "delírio do papel" que era o Rio de Janeiro. O Serviço Florestal daquele estado, em sua ótica, remetia a "impressão de forte trabalho" e de interesse pela causa pública, fato que não se verificava na federação como um todo.[179] A ciência, portanto, era entendida como aquela que possibilitava a perenidade da contemplação da Natureza aos literatos.

A terceira clivagem existente dentro deste grupo – a disputa pelos cargos e postos públicos na questão florestal - será mencionada, posteriormente, quando investigarmos a criação do Serviço Florestal Brasil. De imediato, acentuamos que o agrônomo Francisco de Assis Iglésias e médico, jornalista e botânico José Mariano Filho eram nomes cotados para obter a insígnia de diretor da principal instituição florestal do país à época. Eram dois projetos

178 DALTRO, Wenilton Luís. *Araras – 1902*: História da 1ª Festa das Árvores do Brasil. Araras: Topázio, 2002, p.67.

179 RIO, João do. Serviço Florestal de São Paulo. In: SCHAPOCHNIK, Nelson (Org.). *João do Rio*: um dândi na Cafelândia. São Paulo: Boitempo editorial, 2004, p.64-72. A sensação de atraso fluminense diante dos paulistas por essa obra de Navarro de Andrade também é presente no político do Rio de Janeiro Ary Fontenelle que, apesar de ainda não ter conhecido pessoalmente Navarro, dizia que sua obra causava "grande impressão". Á revelia do agrônomo, entretanto, Fontenelle afirmava em 1912 ser necessário a construção de um código florestal. FONTENELLE, Ary. *A devastação das matas*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, de Rodrigues & Cia, 1912.

próximos quanto ao seu fundamento: protegiam a natureza sob a verniz nacionalista e cientificista.[180] Mas eram distintos no que se referia a prioridade de solução do problema florestal. Iglésias tomou como eixo prioritário voltar-se às mudanças nas práticas agrícolas e Mariano Filho, por seu turno, propôs arborizar as cidades sob perspectiva da árvore como uma tradição colonial que deveria se manter na crescente urbanização. De um lado, o ambiente rural prevalece, por outro, o problema urbano é o que se sobrepõe.

A escolha pelo primeiro, talvez, tenha se dado pela forte proximidade de Iglésias com o então ministro da agricultura em 1925, Miguel Calmon. Além disso, a formação em agronomia obedecia aos pressupostos de qual seria o técnico capacitado para solucionar o problema florestal na perspectiva de Alberto Torres. Certo é que ambos intelectuais tinham desenvolvido trabalhos técnico-científicos. Mariano Filho, descontente com a escolha, julgou Iglésias e sua equipe de "líricos" e pouco práticos.[181] De projetos destinados à coletividade, as disputas intelectuais acarretaram também querelas pessoais.

Interessante é perceber que enquanto Calmon e Iglésias tiveram seus nomes inclusos no corpo editorial da *Revista Florestal*, Mariano Filho não ocupou qualquer lugar no periódico nesta primeira fase. Representou, durante a Primeira República, um projeto marginalizado. Fato é que a conjuntura de 1930 voltada à urbanização e industrialização do país, os interesses para sua proposta de solucionar com prioridade o problema florestal no espaço urbano ganhou visibilidade, especialmente, com a extinção do Serviço em 1933 e a criação do Conselho Florestal Federal em 1934. Tal conselho seria presidido por Mariano Filho. A exceção feita a participação dele na revista é durante a sua morte em 1946, quando, já nesta outra conjuntura, atribui-se uma página de pesar na *Revista* em seu nome.

Por último, reiteramos aqui um dos pontos que tinham sido evidenciados por Lobato em "A Onda Verde". Há uma disputa entre os que exigem o eucalipto (como Navarro de Andrade) e os defensores do "nacionalismo florestal", ou seja, apenas o plantio de árvores nacionais, como a Bracatinga defendida pelo político paranaense Romário Martins. Independentemente disso, seja pelo reflorestamento do eucalipto ou da bracatinga, ambos os sujeitos estavam empenhados para plantas de crescimento rápido e que viesse a suprir a

---

180 Concordamos, assim, com os dois fatores que são enunciados como de coesão do grupo de proteção à natureza por Franco e Drummond (2009) e Duarte (2010): ciência e nacionalidade mesclam-se na tentativa de proteger a natureza.

181 Relembrando a criação do Serviço Florestal, do qual integrou, Mariano Filho considerava que não tinha se procedido com "bom senso", Nem mesmo a articulação de um corpo burocrático deveria se louvar, pois o quadro de funcionários que foram convocados eram de "pseudo-técnicos". Cf. MARIANO FILHO, José. *Aspectos do problema florestal brasileiro.* Oficinas Gráficas Alba, 1934, p.21. Mariano Filho chega a acusar Iglésias de ter transformado em carvão sua própria chácara. Ver MARIANO FILHO, José. *O problema florestal de Petrópolis.* Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1933.

demanda de madeiras que se avolumava.

Como se vê, o movimento florestal ganhava corpo coerente e dotado de coesão em diferentes espaços sociais, desde República das Letras até os laboratórios científicos durante as primeiras décadas do século XX. Embora tivesse suas clivagens internas e com os agentes contrários à conservação, este grupo acabava, em diferentes graus, reunindo políticos, literatos e cientistas na busca de proteção à natureza. Faltava-lhes, no entanto, um organismo que permitisse amalgamar os diferentes sujeitos históricos. A *Revista Florestal* em julho de 1929 parece que vinha unificar estas vozes dispersas e acalentar o sonho dessa geração.

2.2 A floresta de palavras impressas

Decorrente dessa participação de cientistas e literatos, o início do século XX assistiu uma proliferação de impressos acerca da proteção à natureza. Uma das obras que despertou esta reflexão não foi propriamente escrita no período. Pedro Calmon, historiador filiado ao Museu Histórico Nacional, reeditou em 1925 a obra *Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques* de José Bonifácio de Andrada e Silva. Como ponderou Pádua, Bonifácio pertenceu a geração ilustrada que se formou na Universidade de Coimbra na última década dos Setecentos. Em sua estadia na Europa pode compartilhar de saberes sobre ciências naturais e foi um dos críticos à destruição da natureza brasileira com um viés antropocêntrico e utilitarista.[182]

Não cabe aqui reiterar cada uma das questões tratadas por Bonifácio na obra. A intenção, porém, é de afirmar que a reedição dela em 1925 permite para a geração de 1920-1940 uma releitura de Bonifácio.[183] Além de facilitar o acesso em outro contexto, uma reedição promove uma reinterpretação do texto original. Selecioná-lo cento e dez anos depois da primeira edição para ser novamente publicado conferia, portanto, outra acepção do livro. Entre o "tempo da obra" original e aquela que é editada por Pedro Calmon houve uma mutação no significado ou "transações"[184]. O objetivo da edição do século XX parece ter sido bem mais do que informar sobre os métodos de reflorestamento das costas portuguesas. Ela adquiria força de argumento em prol da legislação florestal na República. O historiador que

182 PÁDUA, José Augusto. *Op.cit.*, p.136.

183 Entre os leitores desta segunda edição, constam Augusto de Lima, Alberto José de Sampaio e Francisco de Assis Iglésias que remetem aos desertos da Líbia da qual menciona José Bonifácio em sua obra.

184 A expressão foi tomada sob a forma de empréstimo de Roger Chartier. De acordo com o historiador, a temporalidade da obra reconstrói os textos, isto é, provocam alterações nas recepções e interpretações de uma obra. Ver CHARTIER, Roger. O tempo da obra. In: _____. *A mão do autor e a mente do editor*. Tradução George Schlesinger. São Paulo: Unesp, 2014, p.309.

encabeçou a organização da reedição associava-o a um pensador antigo que já trazia a proposta de proteção. Resgatá-lo mostrava que o tempo tinha se distanciado e pouco do que exigia tinha sido implementado. Incluía-o, assim, como pertencente a uma tradição de proteção à natureza.

Apesar de reproduzir a obra em sua lógica própria desde o tipo da fonte até a sua textualidade verbal, Calmon a antecedeu com uma breve apresentação que lhe chamou de sua "Notícia histórica". Nela, Calmon – padrinho do ministro da agricultura Miguel Calmon - enaltecia o "patriarca da independência" pelo seu patriotismo e alinha-o a uma tendência da nação rumo ao "direito histórico em favor da árvore".[185] Para ele, se durante a colonização e o Império algumas medidas foram aprovadas, ficou reservado à República a elaboração do código florestal. As "velhas páginas" ganhavam assim contornos persuasivos a fim de propor uma legislação florestal mais eficaz e ampla.

Outro projeto editorial de grande monta durante a Primeira República foi a elaboração do dicionário que iria congregar o maior número possível de espécies vegetais da flora brasileira. A ambição do botânico Manoel Pio Corrêa (1874-1934) era um marco para aquela geração intelectual pelo número de espécies classificadas da flora nacional. Correspondeu, porém, a uma continuidade do ideário iluminista que marcou o século XIX em condensar em apenas uma obra – quer sejam dicionários, enciclopédias, por exemplo – a totalidade do saber humano. Este conhecimento era, assim, caminhando para o progresso humano ilimitado, total como se fosse uma elevação da torre de saber.[186]

Chama a atenção o fato de Pio Corrêa não ter participado da *Revista Florestal*, uma vez que era consagrado no meio intelectual pela sua oposição à devastação das matas. Uma das possíveis justificativas pode ter sido o fato das críticas ao volumoso dicionário. João Geraldo Kulhmann em artigo publicado na *Revista* considerava que as conclusões do botânico eram "traduções ilógicas" dos nomes populares para os ditos científicos das plantas.[187] Em que pesem suas críticas, foi uma obra que materializava a diversidade e abundância da flora brasileira, evidenciando a necessidade de sua proteção pelo seu viés econômico e científico,

---

185 CALMON, Pedro. Notícia histórica. In: SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Serviço de Informações do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, 1925, p.14.

186 CORRÊA, Pio. Introdução. In: _____. (Org.). *Dicionário das plantas úteis do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1926; YVES-MOLLIER, Jean. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo*: ensaios sobre história cultural. Tradução Elisa Nazarian. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p.130.

187 KUHLMANN, João Geraldo. Contribuição para o conhecimento de nomes vulgares novos reunidos a espécies botânicas conhecidas que ainda não tinham designação popular, e de outros já sabidos que passaram a designar também outras espécies botânicas. *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano I, n.7, p.5, jan.1930.

principalmente.

A palavra impressa não atingiu apenas aos livros. Os periódicos tiveram durante a década de 1920 a sua ascensão e especialização.[188] É, no entanto, antiga a tradição intelectual de representação da natureza em periódicos no Brasil. Conforme nos ensina Guimarães, revistas como a do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX já concediam representações do mundo biofísico, quer seja pelas expedições científicas, descrições paisagísticas ou anúncios de descobertas de "riquezas minerais".[189]

Embora tivessem imbricado a natureza como fundamento do Estado Nacional, é somente no século XX que pode ser desenvolvido um periódico de apreciável duração – embora com interrupções características do universo da imprensa - e especializado na problemática das florestas em dimensões nacionais. A *Revista Florestal* é, portanto, um ponto de inflexão significativo na trajetória da imprensa ecológica brasileira, uma vez que consolida um repertório de ideias que associam a natureza ao pertencimento da comunidade nacional. Ademais emerge, antes de tudo, como um sintoma de mudanças nas sensibilidades do meio biofísico. O periódico afincou suas raízes em um terreno fértil e, simultaneamente, movediço que correspondia a transformações de ordens políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais que se operavam no Brasil durante a "era das revistas": a década de 1920.

Revistas de moda, cinema, teatro, artes plásticas, arquitetura, agronômicas, madeireiras, estudantis, modernistas, cientificas, médicas, jurídicas... Enfim, são tantos os adjetivos de classificações de periódicos que deixam como evidência a existência de uma década de diversificação, especialização e sucesso de público deste veículo de comunicação. Entre o gênero das florestas, a *Revista Florestal* se dizia a única em 1929 e 1930 e, indubitavelmente, era a que corporificava o movimento florestal das primeiras décadas do século XX. Reivindicá-la como pioneira do movimento no gênero florestal seria, senão equivocado, ao menos, displicente, uma vez que outros periódicos também enraizados nos "loucos anos" de 1920 possuíam traços semelhantes. Um deles foi o *Floresta e Arte.* (Ilustrações abaixo e Apêndice A). Impresso de 1923, foi promovido pela Casa Estylo, uma empresa de capital nacional voltada ao comércio de madeiras para fins de esculturas e outras obras de arte doméstica.

188 Barbosa identifica como fatores para esta proliferação de impressos o desenvolvimento urbano, cisões políticas, aperfeiçoamento tecnológicos e a especialização de interesses na imprensa. Cf. BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa:* Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.58.

189 GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p.19, 1988.

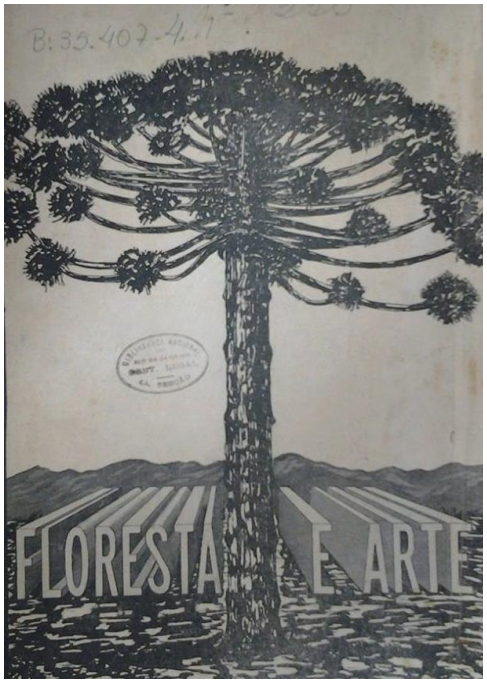
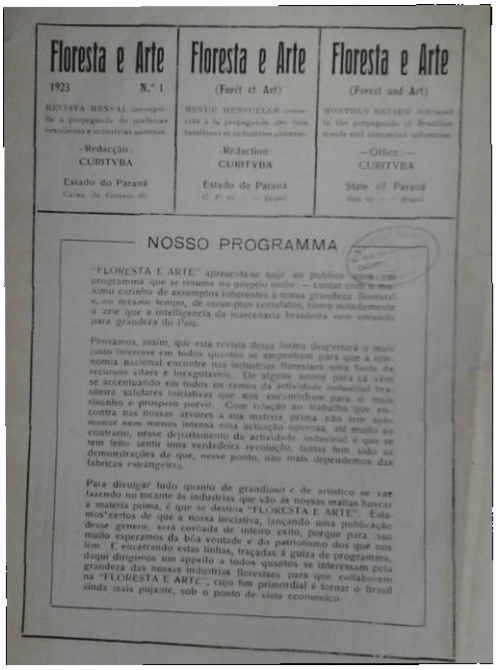


Ilustração 3: Capa da edição de 1923 da Revista *Floresta e Arte.* Observe a importância da araucária como símbolo da natureza. (Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional - Brasil)


Floresta e Arte
1923 N.º 1
REVISTA MENSAL consagrada à propaganda de madeiras brasileiras e industrias annexas
Redacção: CURITYBA
Estado do Paraná
Floresta e Arte
(Forêt et Art)
REVUE MENSUELLE consacrée à la propagande des bois brésiliens et industries annexes
Rédaction: CURITYBA
Estado do Paraná
Floresta e Arte
(Forest and Art)
MONTHLY REVIEW dedicated to the propagande of Brazilian woods and connected industries
Office: CURITYBA
State of Paraná

NOSSO PROGRAMMA

"FLORESTA E ARTE" apresenta-se hoje ao publico com um programma que se resume no proprio titulo: — cuidar com o maximo carinho de assumptos inherentes á nossa grandeza florestal e, ao mesmo tempo, de assumptos correlatos, como notadamente a arte que a intelligencia da marcenaria brasileira vem creando para grandeza do Paiz.

Pensamos, assim, que esta revista dessa forma despertará o mais justo interesse em todos quantos se empenham para que a economia nacional encontre nas industrias florestaes uma fonte de recursos uteis e inexgotaveis. De alguns annos para cá vêm se accentuando em todos os ramos da actividade industrial brasileira salutares iniciativas que nos encaminham para o mais risonho e prospero porvir. Com relação ao trabalho que encontra nas nossas árvores a sua materia prima não tem sido menor nem menos intensa essa actuação operosa, até muito ao contrario, nesse departamento da actividade industrial é que se tem feito sentir uma verdadeira revolução, tantas tem sido as demonstrações de que, nesse ponto, não mais dependemos das fabricas estrangeiras.

Para divulgar tudo quanto de grandioso e de artistico se vae fazendo no tocante ás industrias que vão ás nossas matas buscar a materia prima, é que se destina "FLORESTA E ARTE". Estamos certos de que a nossa iniciativa, lançando uma publicação desse genero, será coaduada de inteiro exito, porque para isso muito esperamos da bôa vontade e do patriotismo dos que nos lêm. E encerrando estas linhas, traçadas á guisa de programma, daqui dirigimos um appello a todos quantos se interessam pela grandeza das nossas industrias florestaes para que collaborem na "FLORESTA E ARTE", cujo fim primordial é tornar o Brasil ainda mais pujante, sob o ponto de vista economico.

Ilustração 4: Primeira página da Revista *Floresta e Arte* com três idiomas, mostrando o interesse de circulação para publicação para divulgação no comércio das madeiras. (Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional - Brasil).

Se o título trazia um olhar dicotômico entre natureza (Floresta) e cultura (Arte), no qual o último esculpe e modela o primeiro, o seu subtítulo já indicava um interesse econômico pelas matas. Construía-se nele a alcunha de uma "*revista mensal consagrada a propaganda de madeiras brasileiras e indústrias anexas*".[190] O título e subtítulo, portanto, expuseram uma dupla dimensão das florestas para o periódico, isto é, tanto como objetos voltados à fruição estética quanto ao valor econômico que delas poderia ser extraído.

Apesar da Casa Estylo ser sediada na principal artéria urbana da capital republicana, a avenida Rio Branco, a redação do periódico era composta na cidade de Curitiba.[191] A participação da capital paranaense no debate florestal não deve ser vista como trivial, visto que, minimamente, três fatores justificam esta atuação destacada do Paraná no tocante às florestas, a saber: a fermentação intelectual da urbanidade curitibana, a construção da identidade dos paranaenses e, por último, a gestão governamental voltada para a economia florestal.

190 FLORESTA e Arte. Curitiba, ano I, n.1, 1923, p.1.

191 Vale lembrar que a palavra Curitiba, de acordo com o deputado Romário Martins, deriva do guarani e indicava abundância de pinheirais. Com o avanço da industrialização e urbanização, a sensação de perda das matas das araucárias e, por consequência, das "origens" da terra se acentuou. Tal sensibilidade demandava, assim, a recomposição das florestas. Ver MARTINS, Romário. *Livro das árvores do Paraná*: edição do diretório regional de geografia do estado do Paraná. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1944. p.216.

Em primeiro lugar, cabe inserir o estado paranaense durante a busca do progresso técnico-científico e modernidade civilizadora. O Paraná, criado enquanto província em 1853, desenvolveu ao longo da segunda metade do século XIX diversas medidas para incrementar a economia do estado que se assentava em bases da produção de erva-mate, do comércio de gado e da exploração madeireira.[192] Entre as iniciativas, constavam: a abertura de picadas nas matas, os incentivos à ocupação de terras por imigrantes europeus, a expansão das estradas de ferro e a urbanização de áreas consideradas enquanto sertões a serem "desbravados"[193].

Essas mudanças, além de alterar as paisagens físico-geográficas, moldavam novos imaginários e sensibilidades humanas diante do mundo natural. Diversos espaços intelectuais, tais como o Museu Paranaense de História Natural que havia sido fundado ainda em 1876, com o intuito de classificar as espécies vegetais, minerais e animais, bem como executar pesquisas etnológicas sobre as comunidades indígenas[194], desenvolviam a ideia da árvore – sobretudo a araucária, que foi estampada na capa do periódico *Floresta e Arte* - como patrimônio a ser assegurado pelo Estado. Em outros termos, a árvore representava uma presença material do tempo imaginado das matas verdejantes que havia sido abatida em nome do progresso.

A esteira disso aprofundou-se nos clubes literários, academias de letras, no instituto histórico e geográfico do estado, além de bibliotecas e no Arquivo Público um segundo ponto que exemplifica esta projeção do Paraná no tocante às matas. Trata-se da consolidação de um imaginário geográfico que considerava o Paraná como um grande reservatório de madeiras e riquezas naturais, além de ser dotado por um clima ameno e de solos férteis. Tal representação da natureza que remetia a um passado edênico foi empregada pelo movimento paranista a fim de configurar uma identidade à população do estado. O movimento que enaltecia os valores regionais do Paraná, desse modo, contribuiu para reforçar o papel da natureza enquanto um patrimônio, visto que suas publicações adotavam um *design* gráfico de pinheiros e pinhões como símbolo da terra.[195]

Um terceiro ponto que elucida este movimento florestal crescente no Paraná diz respeito as próprias diretrizes adotadas pelos políticos locais. Um deles, o deputado Romário

---

192 CARNEIRO, Cíntia Braga. *O Museu Paranaense e Romário Martins:* a busca de uma identidade para o Paraná. Curitiba: SAMP, 2013, p.64.

193 Para mais detalhes das alterações na paisagem paranaense na transição do século XIX para o XX, ver ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões*: entre a história e a memória. Bauru: Edusc, 2000.

194 De acordo com Carneiro, o Museu Paranense de História Natural foi criado em 1876 durante a emergência de museus etnográficos no país que buscavam construir a nacionalidade brasileira nos mesmos moldes europeus dos gabinetes de curiosidades da natureza. Ver CARNEIRO, Cíntia Braga. *Op.cit*, p.54.

195 *Ibidem*, p.95.

Martins (1874-1948), assíduo representante do movimento paranista, redigiu durante seu mandato diversas leis para o controle do corte de árvores e o estabelecimento de um sistema de reflorestamento.[196] Além disso, foi no Paraná, conforme indica Almeida Torres, em que se obteve o primeiro código florestal de nível estadual, ou seja, o mais antigo do Brasil, ainda datado de 1907.[197] Estas medidas, notadamente, não podem ser entendidas sem compreender o espaço estratégico que as madeiras tinham na produção econômica do estado. Regulamentar seus cortes, produção, comércio, distribuição e transporte, portanto, estavam atreladas às demandas do mercado capitalista.

Esse contexto geohistórico de construção da identidade paranaense sob a base da natureza em que emerge *Floresta e Arte* explica em parte o seu enaltecimento do pinheiro do Paraná como componente de engrandecimento econômico do estado e da nação. Já em seu programa, o impresso da Casa Estylo esclarecia como seu objetivo "cuidar com o máximo de carinho de assuntos inerentes a nossa grandeza florestal e, ao mesmo tempo, de assuntos correlatos, como notadamente a arte que a inteligência da marcenaria brasileira vem criando para a grandeza do país"[198]. Observe que a floresta é associada diretamente à monumentalidade da nação, próximo ao ufanismo à moda de Afonso Celso.

Quanto ao seu público-alvo definido no próprio editorial, a revista pretendia despertar o interesse daqueles que se empenhavam para que a economia nacional encontrasse "nas indústrias florestais uma fonte de recursos vitais e inesgotáveis"[199]. A premissa de uma inesgotabilidade dos recursos naturais é um ponto de distinção sintomático para a *Revista Florestal* que seria criada seis anos depois. Enquanto *Floresta e Arte* diagnosticava a riqueza florestal como centralidade da sua narrativa e elevava esse patrimônio a um patamar de duradoura exploração madeireira, a *Florestal*, em contrapartida, não somente reiterava a grandeza, mas exibia a preocupação com sua apropriação descomedida e as consequências desses usos indiscriminados. Desse modo, como verificamos no primeiro capítulo, em vez de recorrer a Afonso Celso, é em Alberto Torres, Lobato e Euclides da Cunha a quem suas matrizes político-ideológicas seriam enraizadas.

Os leitores de *Floresta e Arte*, como se pode denotar, eram, principalmente, aqueles que das madeiras extraíam suas bases econômicas. Ou seja, madeireiros, naturalistas, botânicos, silvicultores, agrônomos e proprietários de terras. Embora tais categorias sejam

---

196 *Ibidem*, p.98.

197 TORRES, Amazonas Almeida. *Breves notas para o estudo florestal do Brasil.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

198 NOSSO programa. *Floresta e Arte*, Curitiba, ano I, n.1, 1923, p.1.

199 *Ibidem*, p.1.

mescladas e cambiáveis quando analisadas em itinerários individuais, elas possibilitam perceber que havia um interesse do público leitor por informações que trouxessem a floresta ao centro do debate. Dessa maneira, revistas agronômicas[200] - em especial, as madeireiras - adquiriram peso relevante na década de 1920-1930, mesmo que não fossem uma imprensa especializada em florestas, concederam papel de destaque à questão florestal entre suas colunas. Entre as revistas madeireiras que destacavam o debate florestal, constam-se, por exemplo, o *Boletim das Serrarias* (1927-28)[201] e *O Centro* (1931).

Quanto ao *Boletim* era mensal destinado ao público madeireiro. Sua capa era ocupada com o título e subtítulo da publicação em cerca de um terço da página. Contempla-se neste momento também uma tabela com o valor das assinaturas (preço avulso era de 1$500, mais barata que a *Florestal* e um semestre indicava 7$000 o valor total), bem como o diretor J. Nogueira de Almeida e o gerente J. Antônio Teixeira. Os outros dois terços eram ocupados pelo anúncio de uma máquina beneficiadora de madeiras. Uma seção presente na maioria das edições encontradas acerca do periódico foi o "Mercado de madeiras". A *Revista Florestal* também teria, inicialmente com o termo de "Mercados diversos" - em que os redatores ilustravam a qualidade das madeiras exportadas, as espécies exportadas, os principais importadores dos produtos e tendências do mercado do produto.

O periódico, preocupado unicamente com expor as atividades do Centro do Comércio madeireiro, não deixa escapar críticas nacionalistas da proteção à natureza, persuadindo os políticos para a regulamentação das florestas e condenando a permanência dos métodos "detestáveis adotados pelos indígenas", calcados no fogo das florestas. Explicando o porquê de o madeireiro proteger a natureza ressaltava-se:

> (…) o mundo move-se e a indústria de madeiras também; teremos que evoluir ou veremos nossas indústrias perecerem por já não darem resultado compensador, devido o grande fator 'aproveitamento' não ter sido levado em conta e a concorrência entre nós mesmos se encarregar de levar o resto[202].

---

200 Por *revistas agronômicas* considera-se toda uma série de brochuras, folhetos e boletins que se destinavam a apresentar o campo e os produtos agrícolas do Brasil, a fim de captar força de trabalho e mercados para os cultivos nacionais no exterior. Esse periodismo agrícola tinha como entrave principal o pouco hábito da leitura pelos proprietários de terras, muitos dos quais avessos às técnicas. A crise no setor cafeeiro no final do século XIX e inicio do seguinte acarretou uma necessidade de combater esse hábito que distanciava a teoria da prática, possibilitando a mecanização agrícola. Nesse contexto, o periodismo emergiu com grande força na tentativa de oferecer informações em um gênero como as revistas que apresentavam leitura ligeira e nem por isso se amesquinhavam de "informações úteis". Para maiores detalhes, consulte MARTINS, Ana Luiza. *Op.cit.* p.283.

201 SOBRAS e aparas. *Boletim das Serrarias*, São Paulo, ano I, n.4, p.8, Dezembro de 1927. Nesta edição já se ilustra na capa o Dr. Pereira da Silva como redator secretário. Tal, também participou do corpo de colaboradores da *Revista Florestal*.

202 *Ibidem*, p.8

Da mesma forma que o *Boletim* reivindicava medidas de conservação, *O Centro* seguiu a mesma orientação. Este último consolidou-se como um organismo mensal impresso do Centro de Comércio de Materiais de Construção, instituição criada em 1914 para moldar diretrizes da indústria madeireira. Entre seus colaboradores constavam alguns intelectuais da *Revista Florestal*, tais como Francisco de Assis Iglésias. Entretanto, entre os artigos percebe-se o "nacionalismo florestal" em vigor, sobretudo, nas palavras do fazendeiro paulista e delegado da instituição Antônio Reis.[203] Tal dizia que com as madeiras que o Brasil possível "abastecer o mundo". Mas lhe parecia "sensata" a ideia do replantio de árvores não com eucaliptos, pois estas não teriam o Brasil como seu "habitat próprio", bem como era favorável a regulamentação de um "código comercial" adequado, o florestal.

Logo, verifica-se que ambos periódicos – *Floresta e Arte*, o *Boletim das Serrarias* e *O Centro* - foram articulados por associações ou empresas madeireiras, sendo, portanto, canais de representação de seus interesses. A *Revista Florestal*, à revelia dos anteriores, constituíria-se enquanto força de um movimento social, embora – o *Boletim* e *O Centro*, exclusivamente – tenham proposto iniciativas nesse sentido. O que distinguia a *Florestal* nesse horizonte múltiplo de impressos, portanto, não era propriamente o seu assunto, visto que se abarcava em outros periódicos sob diversas matrizes ideológicas nos anos de 1920. Observando-se, principalmente, a *Floresta e Arte*, é possível verificar que o pressuposto levantado pela recente e escassa historiografia acerca da *Revista Florestal* que a define como a "única com foco voltado totalmente às florestas"[204] ou pioneira no tema parece não se sustentar. Este, na verdade, era um argumento que o periódico formulava com interesse de distinção no mercado editorial.

Não se pode esquecer, como nos recorda Fabre, que os fundadores de revistas desenham seu objeto, lançam e especulam um mercado possível, observam os resultados de sua difusão e ajustam esses artefatos culturais às demandas do tempo presente.[205] Afirmá-la como um tema novo ou a "única no gênero" era uma estratégia discursiva daqueles que a confeccionavam na tentativa de ampliar a sua circulação e recepção. Contudo, o que demarcava o lugar dela no mundo da imprensa era a tessitura de uma rede de grande complexidade que se agregava em torno de um credo comum: a proteção à natureza. Eram

---

203 REIS, Antônio. Código florestal. *O Centro:* mensário de circulação em todos os estados do Brasil. Orgão oficial de propriedade do Centro de Comércio e Indústria de Materiais de Construção, número especial de 17 anos do Centro, p.49, 14 de julho de 1931.

204 Adere a esta noção: ANTUNES, Tayla Rodrigues. *Op.cit.*, p.86.

205 FABRE, Daniel. *Op.cit.* p.13.

madeireiros, cientistas, políticos, literatos, agrônomos, entre outros sujeitos históricos em interação. Isso, portanto, era o que estabelecia o diferencial da revista naquele contexto.

2.3 A indústria madeireira no pós-guerra

Esse processo de converter as árvores e florestas em madeiras leva-nos, portanto, a refletir acerca dos agentes desta indústria.[206] O grupo político madeireiro durante o final da Guerra em 1918 tornou-se expressivo, em virtude de seu produto ter tido uma alta demanda no mercado internacional e do mercado interno, bem como pela ocorrência de um crescimento em suas receitas de arrecadação. Mediante a isso, tornaram-se mais significativos como atores políticos na economia brasileira. Tais madeiras visavam, principalmente, atender ao mercado europeu da reconstrução da guerra. Para dimensionar este comércio, observe a tabela:

TABELA 1: EXPORTAÇÃO TOTAL DE MADEIRAS DO BRASIL DE 1913 A 1932

Ano	Quantidade em quilos	Valor em mil réis papel	Valor em libras
1913	20.310.019	2.020:782$000	134.718
1914	-	-	-
1915	38.374.569	2.622:446$000	134.114
1916	82.816.055	6.668:281$000	332.339
1917	64.263.889	6.151:998$000	327.379
1918	179.798.969	21.090:137$000	1.138.530
1919	103.823.805	13.316:596$000	806.179
1920	125.393.729	20.483:305$000	1.197.715
1921	100.498.775	17.977:173$000	618.586
1922	130.956.083	22.117.291$000	659.376
1923	185.028.759	32.079:013$000	719.602
1924	150.072.311	29.827:693$000	731.910
1925	133.272.163	27.763:039$000	711.964
1926	107.291.962	21.334:589$000	625.893
1927	119.611.296	24.216:271$000	589.037
1928	112.487.988	22.521:292$000	552.646

206 A "conversão de árvores em madeiras", tal como presume Brannstorm, sugere percebermos que essa indústria estabelecia relações de mercado, no qual o trabalho era uma das partes que compunha esta cadeia produtiva. Tal conversão gerou processos criminais, trabalhistas e judiciais por parte dos trabalhadores que pressupõem acidentes e mortes nestes cortes das matas para a obtenção das madeiras. Para uma análise sobre as relações trabalhistas no desflorestamento cs. BRANNSTORM, Christian. A economia madeireira na Mata Atlântica contemporânea, 1920-1960. In: CABRAL, Diogo de Carvalho; BUSTAMANTE, Ana Goulart. (Orgs.). *Metamorfoses florestais*: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica. Curitiba: Prismas, 2016, p.319-349.

1929	127219784	26.662:018$000	654.925
1930	115.548.522	22.581:458$000	509.806
1931	101.702.132	20.285:071$000	298.933
1932	101.193.283	21.673:307$000	316000

(Fonte: MILANEZ, Octávio de Ornellas Drummond. *Madeiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935.)

Em que pese a oficialidade dos dados obtidos através da tabela acima, é possível perceber que o ano de 1918 tem um salto produtivo dos mais expressivos, um verdadeiro *boom* madeireiro. Após aquele ano, considerando apenas ao nível da exportação[207], a oscilação da indústria da madeira durante a década de 1920 não esteve mais em ordem inferior aos 100 milhões de quilos. Isso sem contar as toras de madeira não contabilizadas pela clandestinidade ou contrabando. Essas condições de relevância na agroexportação em contexto de diversificação econômica para além do café, açúcar, algodão, borracha, cacau, mate e outros ofereciam ao grupo dos madeireiros um *status* peculiar na economia nacional e possibilitava aglutiná-los com força capaz de pressionar a favor de suas reivindicações e pautas políticas.

Segundo o censo industrial de 1920, a indústria de madeiras era a sétima principal indústria em número de pessoas ocupadas, totalizando 12.161 pessoas empregadas neste ramo, atrás apenas das têxteis, alimentação, vestuário e toucador, cerâmica, produtos químicos e metalurgia.[208] Deste total de pessoas empregadas na indústria de madeiras há uma forte discrepância na ocupação por gênero. Apenas 161 dos operários eram mulheres.[209] Quanto à força motriz, ou a capacidade da indústria de produzir energia elétrica em seus próprios estabelecimentos fabris, a indústria das madeiras apenas perdia para as têxteis e de alimentação.[210]

Os dados apontados, no entanto, requer uma cautela porque considera apenas a exportação de madeiras em bruto. As indústrias que tem nela sua matéria-prima, tais como o

---

207 Somente analisa-se aqui a exportação, sem incluir a importação ou o comércio interno nesta análise. Cabe destacar, porém, que a importação consistia em um dos principais mecanismos de arrecadação do Estado durante a Primeira República. As madeiras não eram apenas exportadas, mas o país importava também um volume considerável de madeiras, sobretudo, para atender a indústria dos fósforos e do papel. E a crescente demanda interna oriunda da industrialização ampliava ainda mais a demanda desta mercadoria. De acordo com Leopoldi, o mercado de madeiras correspondia a 9,7% da produção nacional em 1881 e no censo industrial de 1907 já era a quarta maior indústria do país, apenas atrás das têxteis, alimentícia e couro. Ver LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. *Política e interesses na industrialização brasileira:* as associações industriais, política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.51.

208 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Recenseamento do Brazil realizado em 1º de Setembro de 1920 – Indústria (1ª parte).* Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1927. (v.5)

209 *Ibidem*, p.LXXVII

210 *Ibidem*, p.LXXXIV

dos fósforos, papel, móveis, construção civil e outras, porém, não foram contabilizadas como de madeiras. Esse notificação, em linhas gerais, não consideravam, como menciona Souto, Löfgren e Porto que a madeira era o "pão de inúmeras indústrias"[211]. Por consequência, o crescimento industrial que se experimentava na Primeira República implicava no incremento do comércio de madeiras.

Os três autores – um engenheiro e industrial do ramo dos fósforos, um botânico e um e agente comercial, respectivamente – asseveravam que a Guerra alterava a dinâmica do comércio mundial. Uma vez chegada a paz, seria necessário reconstruir o que havia sido danificado. Nesta "fase de restauração", as madeiras seriam, na miopia dos intelectuais, as mercadorias mais cobiçadas. Ainda apontava, por exclusão das demais regiões, o Brasil como a nação que poderia angariar a liderança neste comércio como o maior fornecedor do produto não somente pela qualidade de suas essências, mas pela quantidade dos seus recursos.[212]

Para eles, o sul e oeste da Europa eram pobres em madeiras, enquanto o norte e leste eram os teatros da "horrorosa da conflagração", cuja devastação florestal era mais intensa. As matas eram incendiadas propositadamente para proteger retiradas de tropas ou como atos de represália dos inimigos. Mas não eram apenas os incêndios os fatores que proporcionavam a perda das florestas. As derrubadas realizadas para aumentar o contato visual das artilharias ou para a abertura de novos caminhos também tinham sua contribuição. Isso sem contar com os bombardeiros dos adversários que arrasavam bosques seculares e os cortes de árvores para construir pontes provisórias que pudessem atravessar terrenos pantanosos, para edificar barracas militares onde as tropas seriam alojadas, além de formar o arcabouço das trincheiras.[213]

O ensaio no que tangia a Europa auxilia na reflexão de que as florestas não foram apenas palco para as batalhas da Primeira Guerra Mundial, mas "coatores e co-determinantes de uma história".[214] Nesse sentido, pode-se perceber que os "atos humanos ocorrem dentro de uma rede de relações, processos e sistemas que são tanto ecológicos quanto culturais"[215]. Além disso, essa premissa das florestas como atores alimentava a noção de que elas consistiam em um bem inestimável e de grande valor geoestratégico.

---

211 SOUTO, Luís Rafael Vieira; LÖFGREN, Alberto; PORTO, Hannibal. *O corte das mattas e a exportação das madeiras brasileiras*. Rio de Janeiro: Typografia do Commércio, 1917, p.32.

212 *Ibidem*, p.5.

213 *Ibidem*, p.5

214 CRONON, William. Un lugar para relatos: naturaleza, historia y narrativa. In: MÁRQUEZ, Germán Palácio; ULLOA, Astrid. (Orgs.). *Repensando la naturaleza:* encuentros y desencuentros disciplinarios em torno a lo ambiental. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazónico de Investigaciones Imani, Instituto Colombiano de Antropología y Historia, 2002, p.31.

215 *Ibidem*, p.31.

Se a Europa aparecia na narrativa de Souto, Löfgren e Porto enquanto uma sociedade devastada pela Guerra e em crise de alimentos e matérias-primas e o índice que media o "grau de civilização"[216] de uma nação era exatamente as posses de madeiras, o "Velho Mundo", portanto, passava a ser representado não mais como na *Belle époque* em que era o parâmetro da sociedade brasileira. Configurava-se a Europa como decadente, com intensa crise civilizacional, com perda de seus valores - inclusive, materiais -, bem como dependentes de outros mercados que lhe forneceriam madeiras.[217]

A primeira pergunta que se pode questionar é: como esses intelectuais sugerem o Brasil como fornecedor de madeiras se a Europa ainda mantinha possessões coloniais de grandes proporções territoriais nos continentes africanos e asiáticos? Souto, Löfgren e Porto minimizavam a alternativa de obtenção desses bens na África e Ásia, uma vez que, no caso africano, tais madeiras de grande porte somente eram vistas como disponíveis no centro do continente, onde se localizavam as florestas tropicais, pois as demais regiões, para eles, eram consideradas desérticas. Mesmo na África Central afirmavam que os portos eram afastados das reservas florestais.

Nas terras conquistadas pelos ingleses e franceses na Índia e Ásia Oriental, em contrapartida, os estudiosos percebiam que as legislações florestais concediam maior rigor a extração. Neste ponto os autores demonstraram conhecimento dos mecanismos florestais no continente asiático que limitavam o colonialismo puramente extrativista. De acordo com Richard Grove, as florestas do Sudeste asiático foram conectadas ao processo de expansão ultramarina europeia, sendo permeáveis à penetração do capitalismo e tendo seus territórios transformados ambientalmente.[218] Uma vez que as políticas coloniais foram "contraditórias, heterogêneas e ambivalentes", a destruição promovida pela Europa desde o século XVII nestas regiões reforçaram a demanda por iniciativas de conservação.[219] Estas se desenvolviam mediante o crescimento do colonialismo. As ilhas de Santa Helena, Maurício e Formosa são emblemáticas no que tangia à conservação florestal concomitante a esta apropriação territorial.

Com a Europa em guerra, dificuldades na África e Ásia, restavam no mundo a Oceania e a América para o emprego de madeiras. Quanto à Oceania, Souto, Lofgren e Porto

---

216 SOUTO; LÖFGREN; PORTO, *Op.cit.*, p.6.

217 FUNES, Patrícia. *Salvar la nación*: intelectuales, cultura y política em los años veinte latinoamericanos. 1ªed. Buenos Aires, 2006, p.26.

218 GROVE, Richard. Conserving Eden: The (European) East India Companies and their Environmental Policies on St. Helena, Mauritius and in Western India, 1660-1854. In: _____. *Ecology, Climate and Empire*: colonialism and global environmental, 1400-1940. Cambridge: The White Horse Press, 1997, p.37.

219 *Ibidem*, p.39.

comentam o caso da Austrália e Nova Zelândia ponderando que os plantios de eucaliptos plantados na região eram muito recentes e também havia a presença de enorme deserto. Tais fatores impediam o comércio em grande escala de madeiras. Esses países, cabe destacar, foram visitados durante o início do século XX por Edmundo Navarro de Andrade, que coletou diversas mudas de árvores de eucaliptos.[220]

Enquanto a Europa envelhecia, as Américas rejuvenesciam nessa narrativa. Era, portanto, no continente americano que os bens almejados – as madeiras - passariam a ser obtidos. Isso concordava com a percepção de que a natureza americana tinha vitalidade e luxúria. Os elogiados Estados Unidos, apesar de serem colocados como ricos em florestas, tinham um entrave: o emprego das madeiras para seu próprio crescimento industrial. Não seriam, na ótica dos autores, capazes de abastecer o mercado mundial. O Canadá, por sua vez, consumiria também muitas madeiras, não conseguindo suprir a demanda europeia.

A América Central possuía reservas florestais insignificantes no que tangia à quantidade. No que se referia a América do Sul, a Argentina, o Chile e o Peru são descartados, pois exploravam suas matas acima da capacidade máxima para consumo interno. As Guianas tinham reservas florestais, mas eram de territórios diminutos para a exploração mundial. O Paraguai, por seu turno, enfrentava a morosidade da navegação para o escoamento da produção. Tal como os paraguaios tinham dificuldades no transporte, a Bolívia era desfavorecida pela ausência de portos marítimos, insuficiência das vias terrestres, grande distância da Europa e a natureza montanhosa de seu terreno.

Os únicos que concorreriam em condições equivalentes ao Brasil, para os autores, eram Colômbia e Venezuela pelas boas essências e territórios voltados à costa. Mas vaticinam que "o Brasil, porém, para uma grande exploração comercial de madeiras, dispõe de elementos muito superiores a qualquer dos citados países sul-americanos, e mesmo superiores a todos eles considerados englobadamente"[221]. São fatores apontados como benéficos ao comércio: a variedade das espécies vegetais, a presença de rios navegáveis, mares tranquilos, numerosos portos que abrigariam navios, quedas d'águas favoráveis, boas instalações elétricas, bem como o sistema de desflorestamento rápido e econômico.

Com todas estas vantagens que sugeriam ao Brasil, os governos federais, dos estados e a imprensa deveriam atuar de maneira conjunta pelo melhoramento e conservação das

---

220 MARTINI, Augusto. *O plantador de eucaliptos:* a questão da preservação florestal no Brasil e o resgate documental do legado de Edmundo Navarro de Andrade. 304f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

221 SOUTO; LÖFGREN; PORTO, *Op.cit.*, p.14.

matas.[222] O vocábulo *conservação*, aliás, é imperativo na narrativa dos autores, como se verifica:

> Muito errado estará quem supuser que o corte das madeiras e a conservação das florestas exprimem ideias opostas, atos antagônicos quando são suas coisas perfeitamente conciliáveis. Conservar um patrimônio florestal não implica a obrigação de guardá-lo indefinidamente intacto e intangível, e são numerosos os países adiantados onde a tutela silvícola exercida pelo público harmoniza perfeitamente o corte contínuo das matas com a conservação e o melhoramento destas (...)[223]

Estas palavras parecem ter adquirido ressonância entre agrônomos e cientistas e demonstra a boa recepção das ideias do conservacionista norte-americano Gifford Pinchot entre os autores desta obra. Dessa maneira, conservação e exploração nesta lógica não seriam divergentes, mas complementares. A possibilidade de conservação perpassava por uma elaboração de um código florestal similar ao que ocorria nos países citados por eles, ou seja, Alemanha, Áustria, França, Hungria e Suécia. Mas não somente isso. Deveria ocorrer uma subordinação e concessão de autorização para o funcionamento de empresas estrangeiras, um recuo da ganância dos particulares, a incorporação do amor às árvores em escolas e nos sermões sacerdotais destinados ao "homem rude do campo"[224]. O que se verifica é que os alicerces do Estado, da Família, da Escola e da Igreja constituiriam as instituições sociais fundamentais para resolver o problema florestal.

Sendo assim, concorda-se aqui com Meira e Carelli no que se refere a intrínseca relação que a expansão do comércio de madeiras teve para as críticas ao desflorestamento durante a Primeira República.[225] O que se chama atenção é que, embora beneficiados por esse comércio que tinha nas florestas tropicais e subtropicais as suas mercadorias, os madeireiros e cientistas cobravam dos poderes públicos mecanismos de regulamentação do comércio, sendo favoráveis a criação de uma instituição capaz de organizar a exploração florestal, pois a ausência de um Serviço Florestal colocava o país atrás das "nações adiantadas".[226]

2.4. A criação do Serviço Florestal do Brasil

No bojo desse *boom* madeireiro, do apelo nacionalista e da sensação de atraso brasileiro, o presidente Epitácio Pessoa em 1920 concedeu uma declaração que apontava uma

222 *Ibidem*, p.18.
223 *Ibidem*, p.18.
224 *Ibidem*, p.32.
225 MEIRA, Roberta Barros; CARELLI, Marinuci Neis. *Op.cit.* 2015.
226 SOUTO; LÖFGREN; PORTO, *Op.cit*., p.30.

crítica significativa ao liberalismo do Estado republicano. Afirmava que "dos países cultos dotados de matas e ricas florestas, o Brasil é talvez o único que não possui um código florestal".[227] Com intuito de discutir a elaboração de um código, Epitácio Pessoa sancionou o decreto de número 4.421 de 28 de dezembro de 1921 que criava o Serviço Florestal do Brasil a menos de três meses antes de iniciar as eleições de sua sucessão.[228]

Ao mencionar o surgimento da instituição, Ribeiro aponta que o Serviço inseria-se em um contexto de remodelação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio que, juntamente à comissões e expedições científicas, ao Serviço Geológico e Mineralógico e a Diretoria de Meteorologia e Astronomia buscavam conhecer o território nacional. O Serviço Florestal, especificamente, deveria ser "o mais técnico possível", cuja preocupação era orientada para o estudo da diferenciação das florestas no país.[229]

Pelas letras do decreto, a função daquela seção fundamentava-se na conservação, reconstituição, formação e aproveitamento das florestas nacionais. O conceito de floresta passou a ser problematizado com atenção já no segundo artigo. Definem este enquanto áreas cobertas de vegetação de alto ou médio porte, bem como espaços em que se pretendam desenvolver essa vegetação.

Conforme Célia Dias, as definições de floresta e matas foram modificadas na passagem do século XIX para o XX.[230] Enquanto o primeiro esteve associado à ciência, ao urbano e a modernidade, o segundo foi lido sob o prisma daquilo que era primitivo, indígena ou rural. No decreto a preferência pelo conceito floresta ou florestal é nítido, tendo poucas menções a matas. Quando fazem uso deste último conceito é para denotar uma área onde a vegetação é nativa, mista e de pouca alteração humana. Dessa maneira, o decreto colocou em evidência a natureza científica e econômica das florestas.

O decreto é detalhado quanto às funções a serem executadas pelo organismo. Incumbia o Serviço de oito funções principais. A primeira delas era promover e auxiliar a conservação, criação e guarda das florestas protetoras. Nestes anos de 1920, o adjetivo "protetoras" concedido ao termo floresta referia-se àquelas que traziam benefícios à humanidade e a pátria,

---

227 Esta fala presencial dirigida ao Congresso Nacional é mencionada por: PEREIRA, Osny Duarte. *Direito Florestal Brasileiro (Ensaio).* Rio de Janeiro: Borsoi, 1950, p. 104; MARCONDES, Sandra. *Brasil, amor à primeira vista!* Viagem ambiental no Brasil do século XVI ao XXI. São Paulo: Peirópolis, 2005, p.154.

228 BRASIL. Decreto 4.421 de 28 de Dezembro de 1921. *Cria o Serviço Florestal do Brasil.* Disponível em:< http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4421-28-dezembro-1921-567912-publicacaooriginal-91264-pl.html> Acesso em: 30.12.2016.

229 RIBEIRO, Rafael Winter. *A invenção da diversidade:* construção do Estado e diversificação territorial no Brasil (1889-1930). 259f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005, p.125.

230 DIAS, Célia Regina da Silva. *Geografia histórica ambiental:* uma geografia das matas brasileiras. 197f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, p.13.

quer seja pela salubridade, controle climático, proteção aos mananciais, defesa das fronteiras e contenção das erosões dos solos. Como se vê o primeiro dos verbos demarca a inclinação ao ideário conservacionista, tal como o de Dietrich Brandis na Índia ou Gifford Pinchot nos Estados Unidos.[231]

A segunda tarefa do Serviço era de estabelecer e propagar conhecimentos relativos à silvicultura. Nesse sentido, a instituição colocava-se com o propósito de estimular um campo científico recente no país, tomando os saberes que nele se constituem para o crescimento econômico do Estado Nacional. A preocupação com a silvicultura estava também na organização das instruções, fornecimento de mudas e planos para a organização do ensino desta área.

Para além destas duas funções, ainda se propunha a executar em florestas-modelo experiências de explorações florestais; estudar e "vulgarizar"[232] os processos de conservação das madeiras; organizar uma estatística florestal; estudar e propor o estabelecimento de parques nacionais; pôr em prática e cumprir medidas de proteção da polícia florestal e, por último, "divulgar em publicações, ou por quaisquer outros meios de instrução, ideias e trabalhos de utilidade referentes às florestas, considerando-as principalmente sob o ponto de vista econômico"[233]. Esta última tarefa oferece diretamente condições para que periódicos voltados à proteção das florestas possam emergir.

Organizar o Serviço de maneira técnica era um objetivo que não esteve apenas ao cargo de intelectuais brasileiros. Mediadores culturais dos Estados Unidos buscaram participar desse processo, visando ampliar a capilaridade norte-americana sobre a América

---

231 Embora não possuísse representantes no seu corpo editorial, o Serviço Florestal indiano era um dos parâmetros da *Revista Florestal*. Para o historiador australiano Gregory Allen Barton, a Índia exportou o modelo do conservacionismo para diversas nações desde meados do século XIX, inclusive aos Estados Unidos. Estudando o *Indian Forester*, periódico criado em 1875, Barton estima que foi o primeiro do gênero no mundo. O impresso fornecia informações das condições florestais de diversos países, incluindo o Brasil, e era um modelo implantado para o Império britânico. Tal modelo, buscava o reflorestamento, distribuição de mudas, combate a erosão dos solos e organização de serviços florestais. Partindo dele, outros foram organizados, tais como o *Journal of Forestry*, nos Estados Unidos e o britânico *Empire Forestry*. Todos estes periódicos estrangeiros foram localizados em bibliotecas brasileiras, evidenciando a circulação destas ideias. Cf. BARTON, Gregory Allen. *Empire Forestry and the origins of environmentalism*. Cambridge: University Press, 2002, p.138.

232 Para Vergara, o conceito de vulgarização científica era pouco recorrente antes do século XIX. Nos oitocentos esteve relacionada a ideia de se publicar a todos. O conceito de vulgarização estava correlato a existência de uma hierarquia entre cultura letrada e erudita em face uma iletrada e popular. A partir dos anos de 1870 vulgarizar, portanto, referia-se a necessidade de tradução de um público culto ao leigo, de informações que fossem "úteis" e especializadas. Em outros termos, "a ação do vulgarizador" era desde o final do século XIX "uma via necessária para transformar a ciência de um objeto estranho, distante da vida do cidadão comum, em um objeto familiar e próximo". Cf. VERGARA, Moema. *A Revista Brasileira*: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República. 234f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2003, p.16.

233 BRASIL. Decreto 4.421 de 28 de Dezembro de 1921. *Op.cit.*, 1921.

Latina, bem como minimizando o nacionalismo que dificultasse a exploração estrangeira de recursos naturais. Um evento que marcou este interesse de aproximação no tocante às florestas foi a Exposição Internacional do Centenário da Independência em 1922.

Para Marly Motta, esse foi um momento-chave em que se rediscutiram os impasses da nacionalidade brasileira. A partir dele reinterpretou-se o passado, diagnosticou-se o presente e projetou-se futuros de modernidade ao Brasil.[234] Para concretizá-lo, a cidade do Rio de Janeiro presenciou remodelações urbanísticas com o prefeito Carlos Sampaio que promoveu o arrasamento do morro do Castelo, ajardinamento da zona sul, saneamento da Lagoa Rodrigo de Freitas, canalização de rios da bacia hidrográfica do Maciço da Tijuca, entre outras iniciativas. Conforme Maurício Abreu, elas marcavam uma etapa de um processo de "depuração da área nobre da cidade e dos usos e populações não desejadas".[235]

O funcionário do Serviço Florestal norte-americano, Herbert Augustine Smith (1866-1944), ao participar da comemoração, apresentou um suplemento redigido em espanhol que fornecia dados sobre a sua instituição com a intenção de torná-la modelo ao caso brasileiro.[236] Na obra, Smith apontava que durante a colonização inglesa os Estados Unidos tinham sido inundados pela ideia de inesgotabilidade dos seus recursos madeireiros. Com a imigração europeia, o crescimento industrial e as consequências ambientais, os Estados Unidos perceberam que aqueles recursos escasseavam-se no território.

Em nome do "espírito" do progresso, Smith considerava que sua nação pôs abaixo as suas matas. Entretanto, ao seu ver, o corte de madeiras de todo o período colonial não era aproximado a quaisquer uns dos anos do século XX, tamanha era a sua exploração. Além da "marcha madeireira" ainda acentuava os incêndios florestais como responsáveis pelo processo. O avanço do desflorestamento atravessando da costa Atlântica e atingindo o Pacífico engendrou, segundo Smith, medidas para a proteção das florestas, tais como a criação do *Arbor Day* em 1872, a fundação da Divisão Florestal do Departamento da Agricultura em 1881, bem como a institucionalização de florestas nacionais e reservas florestais. A divisão entre conservacionismo e preservacionismo no país faz-se perceber com a omissão da criação de parques nacionais, como o de Yellowstone em 1872.[237]

---

234 MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos:* a questão nacional no centenário de independência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992, p.6.

235 ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2008, p.78.

236 SMITH, Herbert Augustine. *Florestas e Selvicultura en los Estados Unidos:* Informe preparado para la comisión de los Estados Unidos de América en la Exposición del Centenario del Brasil. Washington: Impreta del Gobierno, 1922.

237 Compatriota de Smith, o diretor do *Tropical Plant Research Foundation*, William Allan Orton, quase

É compreensível o interesse norte-americano em integrar a organização do Serviço Florestal brasileiro. A exploração dos recursos naturais promovidos no Brasil pelos capitalistas norte-americanos estava sob ameaça de detratores. Os empresários do Tio Sam eram contestados por nacionalistas, dentre os quais o então nome sugerido por Epitácio Pessoa para presidir a República, o mineiro Arthur Bernardes.

Um caso emblemático que revela as disputas pelos recursos florestais e minerais em que se concorriam Bernardistas e defensores dos estrangeiros foi o *Itabira Iron*.[238] A empresa de Percival Farquhar[239] foi defendida por intelectuais da estirpe de Elysio de Carvalho como força política capaz de construir uma usina siderúrgica de grande monta no país.[240] Outros sujeitos históricos, entretanto, consideravam a atuação do capital estrangeiro lesivo ao patrimônio nacional, tais como Gonzaga de Campos e Clodomiro de Oliveira, ambos professores da Escola de Minas de Ouro Preto, sendo o primeiro um dos principais atores na configuração do Serviço Florestal.[241]

Arthur Bernardes, que se opôs ao uso de carvão, ferro e lenha pelos norte-americanos,

---

sete anos mais tarde, em 1929, forneceu o seu "auxílio" na articulação do Serviço Florestal Brasileiro. Para ele, as florestas brasileiras eram lugares privilegiados para obter fontes de renda que poderiam ultrapassar a economia cafeeira. Faltavam no Brasil, todavia, "homens preparados e especializados em silvicultura" capazes de formar um corpo técnico do Serviço no país. Semelhante ao que tinha ocorrido com as Filipinas e Índía propôs que o governo federal estreitasse a cooperação com as nações experientes, como os norte-americanos. Este plano traçado em 10 anos contemplaria envio de estudantes à Yale e Michigan para aprender as técnicas da silvicultura, intercâmbio duradouro do chefe do Serviço, Francisco de Assis Iglésias, aos Estados Unidos, bem como a vinda de uma comissão de 13 silvicultores custeada pelo ministério da agricultura brasileiro. A "Missão Florestal" deveria realizar visitas técnicas a começar pelos centros urbanos e não pela Amazônia. Durante a gestão de Lyra Castro (1926-1930) na pasta da agricultura o projeto foi levado a cabo com a vinda de 6 técnicos e resultou em um fracasso financeiro. Esse insucesso acabou contribuindo como um dos fatores para a extinção do Serviço em 1933. Ver ORTON, William Allan. *A riqueza florestal do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, 1929.

238 Para maiores detalhes, cf. SILVA, Lígia Osório. A crise política no quadriênio Bernardes: repercussões políticas do "caso Itabira Iron". In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da. (Orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Unesp, 1997, p.15-35.

239 O empresário norte-americano atuava em uma ampla gama de atividades econômicas no país, desde a mineração e agricultura, aos transportes e comunicação. Entre seus empreendimentos estavam a Companhia de Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande, a Estrada Madeira-Mamoré e tornou-se proprietário do vespertino *A Noite* em 1931. Ainda controlava uma emissora de rádio que durante os anos de 1930 foi nacionalizada e tinha concessões de gás, luz e telefone na cidade do Rio de Janeiro. Para maiores detalhes: ver SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sônia Virgínia. *Rádio Nacional:* o Brasil em sintonia. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional de Música, 1984, p.16; HARDMAN, Francisco Foot. *Trem-fantasma*: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.165.

240 Vale lembrar que Elysio de Carvalho não era contrário a política florestal, propondo em seu inquérito sobre as atividades da *Itabira Iron*. Defendia a criação de um código que defendesse a "hulha verde". Protegê-la não estava desvinculado para permissividade de indústrias estrangeiras. Ver CARVALHO, Elysio de. *Brasil, potência mundial:* inquérito sobre a indústria siderúrgica no Brasil. Rio de Janeiro: S.A. Monitor Mercantil, 1919, p.44.

241 CARVALHO, José Murilo de. Nacionalismo mineralógico. In: _____. *Pontos e bordados:* escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p.329-331; CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto*: o peso da glória. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2002.

foi acusado de xenófobo pela imprensa, embora o próprio tenha dado parecer favorável, quando administrava o estado de Minas, para a construção da Companhia Siderúrgica Belgo-mineira.[242] Certamente, a vinda da realeza belga em 1921, os primeiros chefes de Estado a visitarem a República brasileira, colaborou para esse favorecimento. O que há de registrar é que Arthur Bernardes era atuante na identificação da questão florestal como um problema a ser apropriado pelo Estado.

Enquanto presidente de Minas, Bernardes foi um dos principais articuladores de uma política florestal. Conforme Martins, ela residia em três pilares básicos: a defesa das florestas existentes em áreas públicas, a instituição de reservas florestais e a promoção do reflorestamento e da silvicultura aos moldes dos Estados Unidos e Canadá.[243] Para esta realização contou com dois instrumentos primordiais: os hortos florestais e os "fiscais das matas", ou seja, funcionários que impediriam a invasão de terras devolutas preveniam incêndios, coibiriam a exploração clandestina de madeira e auxiliariam na legalização de posses antigas.[244]

Isso indicava que, mesmo após o governo de Epitácio Pessoa, Bernardes, caso fosse eleito, prosseguiria com o programa de reflorestamento e institucionalização do Serviço Florestal do Brasil. Essa sucessão presidencial, porém, foi acalorada e instável. Como as demais eleições da Primeira República, a disputa nas urnas foi pautada pelo coronelismo, fraudes eleitorais e tensões políticas de diversos grupos sociais. Episódios de falseamentos de discursos, como o das Cartas falsas, no ano de 1921, em que se sugeria Bernardes condenando a ação de Hermes da Fonseca e das Forças Armadas aqueceram as rivalidades e confrontos políticos.

O candidato situacionista, além disso, teve que enfrentar a coalização das oligarquias de segunda grandeza (Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul) que organizou a Reação Republicana.[245] Em torno da campanha de Nilo Peçanha, a Reação adquiriu a adesão de grupos urbanos – dentre os quais jovens oficiais do Exército - e tinham como propostas a moralização política, a extensão da instrução pública e a diversificação da agricultura.

---

242 SILVA, Lígia Osório. *Op. cit.*, p.24.

243 MARTINS, Marcos Lobato. A política florestal, os negócios de lenha e o desmatamento: Minas Gerais, 1890-1950. *HALAC*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.29-54, set.2011/fev.2012.

244 *Ibidem*, p.35.

245 FERREIRA, Marieta Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos de 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano:* o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.394

As posturas de Nilo Peçanha quanto às florestas não foram bem definidas, mas pouco diferia de Bernardes.[246] Referia-se a elas enquanto "riquezas" e buscava aproveitar seu potencial econômico. Tal como o seu concorrente, Nilo deixou um legado no tocante a política florestal em gestões anteriores. Quando foi presidente da República interino, após a morte de Afonso Pena, em 1909, participou da criação do Instituto Federal de Obras contra as Secas que preconizava o reflorestamento das áreas atingidas pela escassez de água, bem como inaugurou o Horto Botânico de Niterói, no Rio Janeiro. Além disso, consolidou a restauração do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, reduto administrativo de intelectuais que apoiaram a questão florestal.[247]

Como se observa, tanto bernardistas quanto niilistas buscavam regulamentar os usos das florestas, criticavam o liberalismo da constituição de 1891 e calcavam-se em um forte nacionalismo. O candidato vitorioso, entretanto, foi Arthur Bernardes, acarretando oposições de oficiais do Exército materializadas na Revolta dos Dezoito do Forte de Copacabana na capital federal em 1922; no levante tenentista de 1924, em São Paulo; e na formação da Coluna Prestes que percorreu o interior do Brasil durante meados dos anos de 1920. Os integrantes deste movimento tenentista, como Juarez Távora, apoiavam o nacionalismo e a centralização do Estado, contrariavam-se ao liberalismo e eram favoráveis a aprovação de códigos que viessem a proteger a natureza brasileira da "cobiça" estrangeira.[248]

Uma vez empossado, o político mineiro convocou uma comissão composta por 15 intelectuais que tinham expressão científica para estabelecer o Serviço Florestal. Compunham-na: o engenheiro João Teixeira Soares, o engenheiro mineiro que; o naturalista do Museu Nacional Domingos Sérgio Carvalho, o engenheiro de minas Gonzaga de Campos, o agrônomo Navarro de Andrade, o botânico Álvaro da Silveira, além do agrônomo Adalberto de Queirós Telles.

Dessa comissão ainda faziam parte: o diretor do Jardim Botânico Antônio Pacheco

---

246 De acordo com Pinto, as biografias de Nilo Peçanha enalteciam sua figura política, porém, ele "não diferia em essência dos políticos de seu tempo" (p.19). Fluminense da cidade de Campos dos Goytacazes, o político republicano formou-se na Faculdade de Direito de Recife e apoiou Alberto Torres na política do estado Rio de Janeiro. As trocas de suas correspondências funcionavam como elo de ligação entre os demais atores da rede política e demonstra as relações sociais daquela sociedade, baseada em uma dinâmica de troca de favores, pedidos para terceiros de nomeações de cargos públicos, suspensão de nomeações, exonerações, transferências, promoções e criação de cargos (p.89). Cf. PINTO, Surama Conde Sá. *A correspondência de Nilo Peçanha e a decadência política da Primeira República*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

247 DIAS, José Luciano de Mattos. Os engenheiros do Brasil. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Engenheiros e economistas:* novas elites burocráticas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994, p.19.

248 FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930:* história e historiografia. 16ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.91.

Leão, o ex-deputado do Amazonas Monteiro de Souza, o jurista Alberto Sarmento, o literato e deputado Augusto de Lima, o agrônomo Lyra Castro, o consultor jurídico do Ministério da Agricultura Raul Penido, o presidente da Associação Comercial do Amazonas Hannibal Porto, o membro da Sociedade Nacional de Agricultura Plínio Costa e o autor de um projeto florestal José de Araújo Góes.[249] (Ver Apêndice B)

A comissão, como se percebe através de um breve balanço prosopográfico de sua composição, tinha a predominância por intelectuais das oligarquias de Minas e São Paulo que eram vinculados a Sociedade Nacional de Agricultura. Além disso, todos eles eram brasileiros, sem a presença de quaisquer estrangeiros. Até mesmo Octávio Vecchi, imigrante português naturalizado brasileiro, que despojava de grande reconhecimento no campo da silvicultura em São Paulo, não se inseriu no grupo que estabeleceria o Serviço. Ademais, a maioria deles eram formados em carreiras das engenharias de minas e agronômica ou trabalhavam no ramo da botânica.[250] Tal fato, evidenciava que o problema deveria ser tratado com a técnica profissional apurada.

Embora com apoio da "grande imprensa"[251] e das autoridades públicas a comissão enfrentou diversos empecilhos para seu estabelecimento. O maior deles foi a contingência da vida humana. Dois dos principais nomes, Domingos Sérgio Carvalho e Gonzaga de Campos, faleceram durante o período de regulamentação do Serviço e Alberto Sarmento encontrava-se adoentado, vindo a óbito em 1927.

Outro entrave eram as condições econômicas oscilantes – sobretudo na exportação do café - que dificultavam a disponibilização de verbas dedicadas ao problema florestal. Com a morte dos intelectuais e diante da crise econômica, uma nova comissão foi organizada em julho de 1925. Os falecidos foram substituídos pela entrada do engenheiro militar gaúcho

---

249 *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da agricultura, indústria e comércio Miguel Calmon du Pin e Almeida de 1926.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929, p.329.

250 Vale destacar que havia no início do século XX, para João Marcelo Maia, ao menos três representações da correlação entre engenheiros e modernidade no Brasil, a saber: a) um homem comum treinado pela técnica para ser voltado ao desenvolvimento fabril; b) uma ética missionária na qual se assemelharia a um "artesanato cultural denso" e, por fim, c) um campo de intervenção da razão estatal sobre corpos e ruas. Em nosso caso específico estas visões se mesclam, uma vez que o problema florestal seria resolvido, em sua maioria, por engenheiros diplomados, dotados de um espírito de missão em dedicar-se às matas nacionais. Para tanto, efetivaram-se as políticas dos "técnicos" a partir do momento em que estivessem em postos públicos de intervenção no campo social. Ver MAIA, João Marcelo. *A terra como invenção*: o espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p.91.

251 Conforme Tania Regina de Luca, o conceito de grande imprensa é "vago e impreciso", porém, pode ser pensado enquanto um "conjunto de títulos que num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro". Ver LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p.149.

Vespúcio de Abreu, o engenheiro agrônomo paulista Francisco de Assis Iglésias, o médico pernambucano José Mariano Filho, o engenheiro agrônomo paulista Arthur Torres Filho e o engenheiro de Minas Euzébio de Paulo Oliveira.[252]

A Comissão produziu a regulamentação do Serviço que resultou no decreto assinado por Arthur Bernardes de número 17.042 de 16 de Setembro de 1925.[253] Diferentemente do decreto de Epitácio Pessoa, esta legislação era mais profunda e detalhada quanto às funções do Serviço Florestal. Nela, reiteraram-se as atribuições supracitadas, mas no segundo capítulo apresentava minuciosamente a composição da instituição, isto é, descreviam os cargos e as atividades a serem executadas. O Serviço seria composto por um diretor geral, um assistente, um botânico, um inspetor geral, um secretario, um escriturário, dois datilógrafos, um conservador do museu florestal, um porteiro-continuo e dois serventes. Totalizavam, assim, apenas 12 funcionários, ou seja, surgia com uma estrutura pequena e compatível às verbas reduzidas oferecidas pelo Estado.

O decreto trazia um tom amplamente regulamentador da questão florestal. No artigo 75, por exemplo, impedia a autorização da exploração de madeiras por quaisquer sociedades anônimas ou empresas brasileiras e estrangeiras que não tivessem um projeto de replantio. Ao mesmo tempo, tinha um grau de centralização das atividades pela União, mas sem negligenciar a autonomia dos estados. Previa-se no artigo 83 a elaboração de acordos especiais entre estados e União no tocante a proteção das florestas.

Uma grande alteração do primeiro para o segundo decreto correspondia ao caráter do policiamento florestal. Enquanto em 1921 havia apenas 4 artigos neste capítulo, em 1925 a preocupação somou 11 artigos. A penalização foi prevista em ambos. Em 1921 a punição pelo corte de matas não autorizado era de 15 a 60 dias. Quatro anos depois, o rigor sobre a pena mínima aumentou, tendo entre 45 e, no máximo, 60 dias de prisão. O valor das multas, porém, não foi alterado, variando de 20 a 50$000. Esse valor era módico à época, visto que era equivalente ao custo de uma camisa branca de seda de boa qualidade, que custava cerca de 19 mil réis ou uma água-de-colônia de marca apreciada que tinha valor de 24$000.[254] Mas era muito elevado se for comparado ao preço do quilo da carne que custava em torno de 1$000. Ou seja, a penalização atingia muito mais as populações mais pobres que as elites econômicas.

---

252 *RELATÓRIO, Op. cit,* p.329.

253 BRASIL. Decreto nº 17.042, de 16 de Setembro de 1925. *Dá regulamento ao Serviço Florestal do Brasil.* Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17042-16-setembro-1925-507806-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 31.12.2016.

254 Sobre o preço da camisa, ver A NOITE. 14 de janeiro de 1925, p.8

Como o decreto de 1925 era mais detalhado, apontavam-se nele quem eram os responsáveis por se ocupar do policiamento. Tratavam-se dos guardas florestais que eram nomeados pelo diretor do Serviço com o aval do ministro da agricultura. Definia-se também a contravenção florestal enquanto "todo e qualquer atentado cometido contra os elementos componentes das florestas e prejudicial a sua existência ou utilidade.". Os funcionários do Serviço, visando inibir essas contravenções, seriam equiparados aos agentes de segurança pública e oficiais de justiça. Desse modo, é interessante notar que esses intelectuais do Serviço Florestal adquiriam, para além da função de técnicos, o direito de arbitrar uma "justiça" das matas, fazendo uso da lei para punir o crime florestal.

A implementação do Serviço mais do que uma mera regulamentação provocou uma nova sensibilidade do Estado diante das florestas. Ao mesmo tempo, atribuía à instituição a missão de divulgação por meio de veículos de comunicação que pudessem difundir a proteção à natureza. É, por essa razão, que a primeira administração – a cargo de Francisco de Assis Iglésias – procurou desenvolver uma produção editorial diversificada, nos limites das dotações orçamentárias, para evidenciar as pesquisas científicas do Serviço, bem como propagar a "mentalidade reflorestadora". Foram criados por esses intelectuais: o *Boletim do Serviço Florestal do Brasil* em 1928, a *Revista Florestal* em 1929 (inicialmente sem financiamento governamental) e o *Álbum florístico* em 1932. Assim, a *Revista Florestal* inseria-se no escopo da institucionalização da política florestal brasileira. (Ver Apêndices C e D)

2.5. A organização de eventos dedicados à proteção à natureza

Além do Serviço Florestal, as propostas de proteção à natureza ganharam o papel especial em eventos que contribuíram na tessitura de sociabilidades em torno deste movimento florestal. Segundo Moysés Kulhmann, os congressos ditos "científicos" do final do século XIX e alvorecer do XX não foram essencialmente dotados de cientificidade e, muito menos, associados unicamente à práticas de cientistas. Em concordância com sua ótica, analisamos que eles precisam ser contextualizados historicamente, sendo considerados "formas de circulação das ideias" que se presta à articulações políticas[255].

255 KULHAMNN JÚNIOR, Moyses. Congressos profissionais no final do século XIX e início do século XX: ciência e política. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. *Ciência, civilização e República nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010, p.179. Apesar do estudo do historiador delimitar-se a outros congressos, contribui para observamos que estes espaços de sociabilidade possibilitavam a troca científica e onde se estabeleciam relações afetivas, de apoio mútuo, de rivalidade, e

Não trataremos das distinções de natureza entre congressos científicos, simpósios, reuniões ou conferências. Nosso intuito neste momento é observar quais eram os diferentes eventos de proteção à natureza que mobilizaram intelectuais que escreveram na *Revista Florestal*. Pode-se salientar que estes congressos tiveram importância para a difusão de uma "mentalidade reflorestadora", pois promoviam trocas mais amplas. Estes intercâmbios se pautam na concessão, empréstimo e aquisição de livros, periódicos e outros impressos. Evidentemente, eles abrem canais de comunicação mais ampla. Foram vários os congressos observados durante a pesquisa que contribuíram para que este ideário verde se espraiasse, cuja análise minuciosa é inviável. Entre 1884 e 1935, Sampaio estimava 62 eventos comentando sobre o assunto.[256]

Concentramos aqui somente naqueles que antecederam a *Revista Florestal*, ou seja, situados em um terreno nacional que contribuía para a construção do periódico nas duas primeiras décadas do Século XX.[257] Desde o final dos oitocentos era comum o Brasil em Feiras de Amostras e Exposições universais expor as madeiras das suas florestas para serem comercializadas e apreciadas como símbolo da nacionalidade. No início dos novecentos, porém, avolumaram-se as preocupações quanto à sua conservação tanto em eventos nacionais quanto internacionais.

Sob uma política de aproximação diplomática pan-americana[258], o I Congresso Científico Pan-americano ocorrido em Santiago, no Chile em 1908 destacava um problema

---

vinculam-se à questões políticas da esfera estatal.

256 Para a enumeração completa cf. SAMPAIO, Alberto José de. *Biogeografia dinâmica:* a natureza e o homem no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935, p.116-119. Prefaciado por Roquette-Pinto, o volume era descrito como testemunho dos trabalhos do botânico e sob as bases de inspiração de Alberto Torres. Na introdução, Sampaio insere este trabalho no conjunto de sua obra até então que buscava estudar o desenvolvimento da proteção à natureza no Brasil que tinha uma longa tradição intelectual para ele datada desde os viajantes naturalistas do século XIX até contemporâneos seus, tais como Gustavo Barroso. A obra nomeação dos congressos também pode ser encontrada em: FRANCO; DRUMMOND. *Op.cit.* p.108-111;

257 Sabe-se, porém, que, nos anos de 1930 os eventos que colaboram esta proteção à natureza foram intensificados. Entre os que tiveram expoentes da *Revista Florestal* constam: o Primeiro Congresso brasileiro de Caça e Pesca ocorrido em São Carlos, interior de São Paulo (1930); o Tributo ao Centenário do falecimento do literato romântico Johann Wofgang von Goethe na Academia Brasileira de Letras (1932); o IV Congresso Rural Regional Serrano do Rio Grande do Sul (1932); a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza no Rio de Janeiro (1934) e a Primeira Reunião Sul-Americana de Botânica na mesma cidade (1938). Na década seguinte ainda foram organizados: a Primeira Reunião de Conservação dos Solos (1947), a Primeira Conferência Latino-americana de Produtos florestais situada em Teresópolis, região serrana fluminense (1947); além dos congressos de geografia e de sociedade agronômicas. Tais eventos deste período foram noticiados na *Revista Florestal*. Isso demonstra a correlação da revista em modelar o tempo do movimento florestal.

258 Sobre o pan-americanismo, Castro, examinando a *Revista Americana*, criada em 1909 pelo Itamaraty, afirma que era um instrumento que divulgava suas propostas e orientava uma diplomacia e aproximação da América do Sul. Dessa forma, o pan-americanismo era uma questão debatida nos anos iniciais do século XX. Ver CASTRO, Fernando Vale. *Pensando um continente:* a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2012.

compartilhado entre as Américas: a destruição de sua natureza. Nesse sentido, foi aprovado ali um plano de cooperação entre as nações para a conservação das florestas. O Congresso seguinte sediado em Washington em 1915, por sua vez, já trazia uma seção específica para a "conservação das fontes naturais". Dentre os eventos científicos panamericanos, o que, talvez, teve maior repercussão para a política de proteção à natureza foi o de Lima em 1925 no tocante à proteção à natureza.[259]

Como já tinha havia sinalizado em Assunção (no Paraguai) dois anos antes, era previsto a criação de uma Liga Sul-americana pela proteção à natureza, com interesse particular na proteção à "fauna indígena" e na conservação das florestas. Em Lima houve um acordo de que cada país deveria compor uma própria comissão sobre esta questão. Na Argentina ela foi liderada pelo diplomata da Sociedade das Nações e vinculada ao Ministério da agricultura argentino, José León Suaréz (1872-1927).

Em linhas gerais, a comissão argentina criticava a postura brasileira pela sua proteção calcada em eucaliptos, do qual considerava ser "deplorável". Todavia, o Brasil buscou articular uma Comissão nacional a partir do que havia sido acordado no Congresso científico.[260] Foram convocados entre os atores deste grupo o futuro colaborador da *Revista Florestal* e então diretor do Museu Nacional, Arthur Neiva[261]; a naturalista Emília Snethlage[262], o ictiologista Alípio Miranda Ribeiro[263] e o biólogo Cândido Firmino Mello

---

259 Acerca deste último evento, cf. LA PROTECCIÓN de la naturaleza de la fauna Sudamericana (recorte de jornal *La Fionda* datado de 21.01.1934). *Fundo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil.* Arquivo de História das ciências do Museu de Astronomia e Ciências Afins. Codificação: CFE.T.2.031. D1 A1. p.1.

260 INTERCÂMBIO argentino-brasileiro para a conservação da natureza (recorte de jornal argentino não identificado). *Fundo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil.* Arquivo de História das ciências do Museu de Astronomia e Ciências Afins. Codificação: CFE.T.2.031. D1 A3. p.1.

261 No mesmo ano, em 1926, Neiva participou da Conferência Preliminar de Proteção das Plantas ocorrida em Buenos Aires e que contou com a participação de representantes do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Ver RELATÓRIO de atividades. *Fundo arquivístico Arthur Neiva*. Arquivo da Casa Oswaldo Cruz. Codificação: AN.FC.ST.02.

262 A ornitóloga alemã Snethlage foi uma das intelectuais que participaram deste movimento de proteção à natureza, tendo trabalhado no Museu Nacional e no paraense, em companhia de Emílio Goeldi. Embora tenha participado da questão florestal através de seus trabalhos científicos, não sobreviveu a tempo de integrar a *Revista Florestal*. Sobre a sua trajetória intelectual, ver o breve artigo de: JUNGHANS, Miriam. Emília Snethlage (1868-1929). *História, Ciências, Saude – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, p.243-255, 2008.

263 De acordo com Cid, Miranda Ribeiro foi naturalista do Museu Nacional de 1894 a 1938 que foi de pesquisador viajante até chefe da seção de zoologia que tinha apreço pelas ideias ecológicas de Haeckel e as darwinistas. Em sua trajetória administrou o Instituto de Pesca no Brasil em 1912, participou da Comissão Rondon ao lado de Sampaio, Hoehne e Roquette-Pinto, por exemplo. Realizou pesquisas científicas na Estação Biológica de Itatiaia que seria futuramente o primeiro parque nacional do país; buscou analisar as espécies de "pragas agrícolas" que afetavam a economia agrícola; e trabalhou no Horto Botânico do Museu Nacional. Não foi constatado convite para pertencer ao grupo da *Revista Florestal*, mas era simpático ao movimento de proteção à natureza, em especial aos animais, sugerindo e participando da regulamentação da caça e pesca nos anos de 1920 e 1930. A sua administração no Instituto de Pesca em 1912 é rapidamente citada na *Revista Florestal* em 1929. Para análise de sua trajetória, ver: CID, Maria Rosa Lopez. *Miranda*

Leitão.[264]

Simultaneamente, congressos nacionais proporcionaram a fermentação deste imaginário. Embora não apontado por Alberto José de Sampaio em sua listagem, o Primeiro Congresso de Regionalistas do Nordeste contou com uma seção inteira dedicada ao problema florestal. Tal evento é acentuado pela historiografia como de ideias modernistas, tal como o movimento que ocorria em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, por exemplo. Não entramos aqui no mérito de quem foi antecessor do modernismo – se paulistas, cariocas, mineiros ou outros grupos.[265]

O que importa aqui é destacar que a problemática da devastação das florestas era discutida na mesma conjuntura de construção do que é ou deveria ser o "moderno". Em Pernambuco, por exemplo, entre os dias 7 e 11 de novembro de 1926, diversos intelectuais reuniram-se no, dentre os quais, o sociólogo Gilberto Freyre; os agrônomos que colaborariam com a *Revista Florestal*, Samuel Hardman e Alfeu Domingues.[266] Sediado na Faculdade de

---

Ribeiro: um zoólogo evolucionista nos primeiros anos da República (1894-1938). 2009. 230 f. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Casa Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

264 Deixa-se registrado aqui a estranheza na ausência de participação de Mello-Leitão como colaborador da *Revista Florestal*. É provável que tivesse conhecimento do periódico que povoava as estantes da Biblioteca do Museu Nacional e na constava na mesa da sala de seu colega de trabalho, Alberto José de Sampaio. A ausência de seu nome no corpo editorial pode indicar que a premissa básica de que a *Revista* era mais voltada ao campo da botânica e agronomia e menos à zoologia, seu campo de trabalho. Para maiores detalhes sobre sua carreira no campo das ciências e da educação, cf. FRANCO e DRUMMOND, *Op.cit.*, 2009; DUARTE, *Op.cit.* 2010.

265 Esta temática já é fartamente presente em Sérgio Miceli, Ângela de Castro Gomes, Mônica Pimenta Velloso e Helena Bomeny. Na ótica de Miceli, o movimento modernista tinha como "centro vanguardista" a capital paulista, sendo resultado da expansão cafeeira e dos surtos de industrialização e urbanização e que contou com estes recursos das elites políticas. Gomes e Velloso, contudo, refletem sobre o modernismo carioca a parir dos periódicos da Primeira República. Enquanto Gomes recorre ao *Festa* (impresso na mesma gráfica que a *Revista Florestal*) e *Lanterna Verde*, Velloso analisava o satírico *Turunas e Quixotes*. A rua do Ouvidor, nestas interpretações passam a ser ambientes desse movimento de reflexão sobre a modernidade. Por último, Bomeny destacava que esse movimento em Minas Gerais era vivenciado pelo grupo que denominou de "Rua da Bahia". Os jovens escritores nas primeiras décadas do século XX – dentre os quais, Drummond de Andrade e Pedro Nava - reposicionavam a modernidade a partir da construção da nova capital do estado, Belo Horizonte. Cf. MICELI, Sérgio. Op.cit. 2003; GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio... modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*: turunas e quixotes. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996; BOMENY, Helena. *Guardiães da razão*: modernistas mineiros. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

266 Os temas que fizeram parte do programa eram: **I – Problemas econômicos e sociais:** 1) Unificação econômica do Nordeste. Ação dos poderes públicos e dos particulares; 2) Defesa da população rural. Habitação, instrução, economia doméstica; 3) O problema rodoviário do Nordeste. Aspecto turístico, valorização das belezas naturais da região; 4) O problema florestal. Legislação e meios educativos e 5) Tradições da cozinha nordestina. Aspectos econômico, higiênico e estético. O segundo dos temas contemplado era intitulado: **II – Vida artística e intelectual.** Suas seções específicas eram: 1) Unificação da vida cultural nordestina. Organização universitária. Ensino artístico. Meios de colaboração intelectual e artística. Escola primária e secundária; 2) Defesa da fisionomia arquitetônica do Nordeste. Urbanização das capitais. Plano para as pequenas cidades do interior. Vilas proletárias. Parques e jardins nordestinos. 3) Defesa do patrimônio artístico e dos monumentos históricos; 4) Reconstituição de festas e jogos tradicionais.

Direito de Recife, este evento não demarcava uma cisão com o modernismo sulista, mas consistia em redimensionar a modernidade nacional voltando-se a associá-lo a categoria geográfica "Nordeste". Em seu programa-convite asseverava um capítulo especial dedicado ao problema florestal, atribuindo enquanto um problema econômico e social.

Sejam internacionais ou brasileiros; grandes, médios ou de pequeno porte; sejam lembrados ou esquecidos pelos pósteros, os eventos científicos nos anos de 1920 foram um dos compostos que sedimentavam as bases onde a *Revista Florestal* se enraizaria. Tais, quando agregados ao forte nacionalismo, ao engajamento da República das Letras e das instituições de saberes científicos no movimento florestal, ao grande número de impressos dedicados à proteção das florestas, ao desenvolvimento do mercado madeireiro nacional e ao processo de institucionalização do Serviço Florestal do Brasil, tornam-se fertilizantes eficazes no sentido de articular uma rede de proteção à natureza no Brasil. Essas condições sócio-históricas de produção da *Revista Florestal* propiciavam que os sonhos de Luiz Simões Lopes compartilhado pela geração de 1920 pudessem ser veiculados na forma e conteúdo desse periódico.

***

Para mais informações sobre o evento que resultou no Manifesto dos Regionalistas, cf. FREYRE, Fernando de Mello. O movimento regionalista e tradicionalista e a seu modo também modernista – algumas considerações. *Ciência e Trópico*, Recife, v.5, n.2, p.175-188, jul-dez.1977.

CAPÍTULO 3

Redes e rizomas:
As malhas associativas de proteção à natureza

"Prezadíssimo senhor,

Recebi o fascículo de fevereiro [de 1932] da "Revista Florestal" na qual foi publicado o vosso interessante artigo sobre a organização dos serviços florestais da Itália. Enquanto me apraz notar a obra que V.S. desenvolve para tornar conhecida do Brasil uma das organizações estatais à qual o Fascismo decidiu dar vida mais fecunda, agradeço-vos vivamente pela cortesia da remessa. Queira aceitar, prezado senhor, os protestos de minha distinta consideração."[267]

Endereçada ao colaborador da *Revista Florestal*, Eugênio d'Alessandro, a carta em epígrafe foi redigida pelo real embaixador italiano no Brasil, Vittorio Cerruti (1881-1961), sendo datada do dia 12 de agosto de 1932. Tal comunicação, anexada ao processo criminal de d'Alessandro, somava-se a outros documentos que buscavam instaurar provas da atitude fascista do colaborador da *Florestal*. Foi, portanto, apresentada na Delegacia Especial de Ordem Social e Política em 19 de novembro de 1943 e traduzida por um de seus peritos.

Enquanto as tropas militares brasileiras avançavam sobre o norte do território italiano durante a Segunda Guerra Mundial, o ítalo-brasileiro, a essa altura casado e com 60 anos de idade, prestava depoimento a essa Delegacia. D'Alessandro preenchia as lacunas de sua profissão como "maquinista mecânico" da Companhia de energia elétrica *Light and Power*. A função operária exercida que lhe atribuía *status* de "cidadão" neste contexto de emergência do trabalhismo varguista estava, entretanto, ameaçada. Prolongavam-se desde a greve de 1933 ocorridas na empresa, acusações dos patrões e outros colegas de trabalho contra o seu perfil profissional autoritário e suas posições políticas favoráveis à Itália em detrimento do Brasil.

Na gramática que movimentava o inquérito, o "operário" era apresentado como um

267 TERMO DE APELAÇÃO. Processo criminal contra Eugênio D'Alessandro. *Fundo da Delegacia Especial de Ordem Política e Social (DESPS)*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Notação: 108. A carta foi traduzida em 5 de outubro de 1943 do idioma italiano ao português pelo policial civil, Théo da Veiga Quaas. Tal correspondência era remetida da Embaixada Real Italiana no Rio de Janeiro para a residência de Eugênio D'Alessandro que se situava em um bairro tradicionalmente operário da zona norte carioca, Marechal Hermes, na Rua do Riachuelo, número 413.

homem "possuidor de um espírito irrequieto, intrometido, reclamador" que julgava ser insubstituível no setor em que trabalhava. Além disso, era tido como "inconveniente à disciplina", sobretudo, após ter movido uma ação na justiça do trabalho contra a companhia estrangeira e ter ganho a indenização elevada. A descrição do maquinista neste documento buscava ser precisa e minuciosa. Entretanto, a objetividade das provas judiciais era fragilizada pelos adjetivos pejorativos que tangenciavam à xenofobia contra a sua condição de nascido num dos países do Eixo, ao qual o Brasil combatia durante a Guerra.

O conflito bélico mundial é, sem dúvida, um elemento indispensável para a compreensão do processo criminal contra D'Alessandro. Certamente, ele não foi o único a ser perseguido politicamente.[268] Não cabe aqui enumerar ou sequer analisar os indivíduos que foram coagidos ou submetidos por uma face deste regime de repressão política, mas indicar a singularidade do argumento construído em sua defesa, qual seja, a alegação de que era um dos protetores mais perspicazes do patrimônio florestal brasileiro, um "autêntico" patriota, embora não tenha nascido no território nacional.

Ao mesmo tempo em que era prova da sua simpatia ao fascismo, as palavras do embaixador italiano, expostas na epígrafe, expressavam o apoio do "operário" à proteção da natureza brasileira. Trata-se de uma resposta à correspondência que D'Alessandro havia encaminhado ao próprio diplomata remetendo-lhe um exemplar da *Revista Florestal*. O mensário de fevereiro de 1932 expôs em duas sucintas páginas uma conferência concedida pelo escritor à Sociedade dos Amigos das Árvores tratando do sistema florestal italiano, especialmente da Milícia Florestal. Nas páginas impressas, cumpre destacar, D'Alessandro silencia sua posição de operário e apresentava-se enquanto silvicultor a fim de assegurar credibilidade no seu discurso destinado a cientistas, literatos e funcionários públicos. Poderia ser duas pessoas diferentes, mas se tratava, na verdade, de dois lugares de enunciação diferenciados, ou seja, o intelectual operava com uma modulação discursiva de sua narrativa a partir dos lugares que ocupava.

De fato, o maquinista tinha vastos conhecimentos em silvicultura. Diferentemente de grande parcela dos imigrantes italianos, ele chegou ao Brasil em 1905 com um grau de escolaridade elevada, sendo, inclusive, diplomado no Instituto Florestal de Cittaducale, um

---

268 Diversos outros sujeitos históricos foram perseguidos, presos ou incriminados durante este contexto histórico de autoritarismo das forças policiais do Estado Varguista. Dentre os quais, lembramos o caso do livreiro italiano que residia em Niterói, Mônaco Silvestre, analisado pelo estudo de Aníbal Bragança. Cf. BRAGANÇA, Aníbal. *Livraria Ideal*: do cordel à bibliofilia. São Paulo: EDUSP, Com-Arte, 2009. Para maiores detalhes sobre a condição dos italianos no Brasil, ver TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico*: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, Instituto Italiano de Cultura de São Paulo, 1989.

dos centros científicos destinados à silvicultura na Europa no final do século XIX. Além disso, tinha conhecimentos de proteção à natureza pela proximidade familiar, uma vez que seu pai, Policarpo D'Alessandro, era um antigo suboficial do Vínculo Florestal, instituição de fiscalização das florestas na Itália recém-unificada.[269]

Em posse destes saberes, o maquinista ou silvicultor inseriu-se dentro de uma rede no Brasil de proteção à natureza. A sua forte integração à ela foi, sem dúvida, fundamental para D'Alessandro contornar o inquérito e evitar o cárcere do Estado Novo. Isso porque ele pode contar com o apoio de Leôncio Correia e Azevedo Lima, os respectivos presidente e diretor da Sociedade dos amigos das árvores, como testemunhas ao seu favor no processo criminal. O caso de Eugênio D'Alessandro oferece importantes indícios para interpretar a configuração dos canais associativos mobilizados pela sociabilidade intelectual. A sua presença na Sociedade dos Amigos das Árvores, como se pode ver, possibilitou seu estreitamento em suas relações interpessoais entre os agentes desta rede florestal. Mais do que as árvores beneficiadas por esse processo de proteção à natureza, os sujeitos históricos que dela participavam obtinham benefícios múltiplos.

Sendo assim, recorremos neste capítulo ao estudo dessas associações que alimentavam estas interações entre esses agentes. Após verificarmos as matrizes do imaginário de natureza no Brasil e as condições de produção de emergência da Revista, busca-se aqui assinalar como as associações constituíram lugares de sociabilidade do movimento florestal nas primeiras décadas do século XX. Os círculos sociais[270] reportados neste trabalho lembram que diversas agremiações emergiram nesse contexto sócio-histórico tomando a natureza como elemento a ser valorizado quer seja pela sua utilidade ou estética. Era uma época de retorno à natureza, percebida enquanto lugar das origens da nacionalidade, da essência do brasileiro. Como nos ensinava Maurice Agulhon, o próprio surgimento e proliferação dos círculos indicam, seja

---

269 SAMPAIO, Alberto José de. Relatório Geral da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. *Boletim do Museu Nacional*, v.XI, n.2, jun.1934, p.69-82; FRANCO; DRUMMOND, 2009, p.59-62.

270 O conceito de *círculos sociais* foi tomado sob a forma de empréstimo de: AGULHON, Maurice. *El círculo burgués*: la sociabilidad em Francia 1810-1848. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2009. Segundo o historiador, o termo sociabilidade está diretamente vinculado ao de associações. Ao longo do século XIX Agulhon avalia que se tornaram cada vez mais numerosas as associações voluntárias e as formais que visavam a práticas "desinteressadas" ou de tendência humanitária e filantrópica, tais como clubes esportivos, partidos políticos, sociedades protetoras dos animais, da infância. Esse movimento que identificava como de emergência de círculos burgueses na sociedade francesa eram indícios de uma sociabilidade particular que emergia. Longe de ser uma prática alheia à política ou um resíduo que não cabia na narrativa histórica, o ato de "reunir amigos em um lugar íntimo para ler um periódico e conversar", tomar um café, jogar cartas, frequentar teatros não são atos irrelevantes aos olhos do historiador. Tais práticas são ricas para compreender a fermentação da política. Esta sociabilidade presente no movimento crescente da vida associativa, por vezes, perturba, desestabiliza ou reajusta a ordem estabelecida e demanda novos comportamentos coletivos.

qual fosse a sua duração efetiva destes grupos associativos, uma nova sensibilidade e comportamento coletivo.

Endossando-o, Rioux demonstra que a análise das associações (ligas, sociedades, grêmios, clubes, por exemplo) se justifica, pois são laboratórios que acionam "os curto-circuitos do político"[271]. Tratam-se, assim, de vetores que circulam ideias políticas - em nosso caso, de proteção à natureza. Selecionamos para integrar o estudo quatro associações, a saber: a Sociedade Nacional de Agricultura (1897); a Sociedade Protetora dos Animais (1907), em especial a sua ramificação infantil criada em 1931; a Sociedade dos Amigos das Árvores (1931) e, por fim, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (1932). Certo é que, do surgimento da primeira até o da última, transcorrem-se 35 anos. No entanto, como se sabe, o imaginário coletivo não se transforma da água para o vinho. Elas são arquiteturas que o tempo fustiga em ritmo mais lento, somente perceptível em médias e longas durações. Dessa maneira, ambas associações incluem-se durante a passagem do século XIX para o XX e evidenciam as metamorfoses do imaginário sobre a natureza.

O critério para estabelecer estas instituições se deve a dois fatores fundamentais: o primeiro, diz respeito à participação destes intelectuais na edição, leitura ou distribuição da *Revista Florestal*. Ou seja, o pertencimento dos colaboradores, diretores e articulistas nos respectivos grupos pode nos trazer um indício de que aqueles intelectuais estabeleciam laços de proximidade que extrapolavam o interior da *Revista*, mas estavam compondo outras estruturas de sociabilidade com intenções similares de conservação dos bens naturais.

O segundo motivo que explica este recorte epistemológico centrado nessas agremiações é devido ao volume documental obtido durante a coleta e sistematização dos dados. Os próprios artífices do movimento florestal estavam cientes de que as primeiras décadas do século XX havia um associativismo intenso refletindo sobre a natureza. Percebiam, portanto, que estas associações alteravam a opinião pública sobre as florestas, animais e minérios.[272] Apesar de delimitarmos estas quatros sociedades, em momento algum pretendemos eliminar outras agremiações que funcionaram como pólos mediadores do pensamento de proteção à natureza. Apenas temos a necessidade de estabelecer este recorte para fins analíticos de nossa pesquisa.

Logo, não é o interesse deste trabalho realizar um mapeamento exaustivo de cada um destas associações que traziam como questão a reflexão sobre a natureza. Mas, cabe ponderar

---

271 RIOUX, J. A associação em política. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p.121.

272 SAMPAIO, Alberto José de. *Op.cit.*, p. 88-91.

que não são reduzidas e que a presença deste imaginário era compartilhado em diversas instituições. Deparamo-nos com a participação do Centro de Ciências e Letras de Campinas[273], a Sociedade Vegetariana Brasileira[274], a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro[275], a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a Sociedade dos Amigos da Terra[276], o *Touring Club* do Brasil[277], a Associação Brasileira de Educação[278], Clubes de

---

273 Conforme Daltro, o Centro foi a primeira entidade a cogitar a realização de uma Festa das árvores no Brasil. Estavam filiados ao Centro o literato Coelho Netto, por exemplo, que seria orador do evento ocorrido em Araras no dia 7 de junho de 1902. Além dele, o futuro colaborador da *Revista Florestal* que estava no evento foi o deputado mineiro Fidélis Reis. Ver DALTRO, Wenilton. *Op.cit.*, p.9-11.

274 Pouco conhecida do grande público, esta sociedade revalorizava os elementos do mundo biofísico como saudáveis à vida humana. O seu interesse com a natureza estava voltado à uma lógica amplamente antropocêntrica, uma vez que o vegetarianismo era estimulado menos pela ética de proteção à cadeia animal do que pela compreensão de que a alimentação de "produtos naturais" conduziria ao elixir da vida humana. No Brasil, esta forma de pensar a Natureza ganhou força com a criação desta sociedade em 7 de novembro de 1913. Era composta por quatro categorias de sócios: os *efetivos* (os que assumiam o compromisso em manter sem interrupção o vegetarianismo), os *itinerantes* (pessoas simpáticas ao movimento e que estariam em uma experiência de transição alimentar); os *correspondentes* (pessoas que compartilhavam do vegetarianismo, mas estavam em outros espaços que não a sede localizada no Rio de Janeiro); e, por último, os honorários (pessoas que eram vegetarianas ou não, mas que produziam benefícios à Sociedade ou ao movimento). Em 1924, a Sociedade funda a revista *O Bem* que seria porta-voz de suas propostas ditas "naturistas". A base deste periódico era financiada com os anunciantes do Restaurante *A Vegetariana* que tinha sido criado na capital federal em 1916. No periódico dizia-se que o naturismo surgiu para combater o carnivorismo e não era apenas uma filosofia que preconizava a eliminação da alimentação de carnes, mas uma "civilização". Diversos alimentos são estimulados por trazer o "bem físico", tais como o tomate, o abacaxi, o figo e a água. Entre seus membros estavam o amigo de Roquette-Pinto e Alberto José de Sampaio, o capitão Francisco Jaguaribe de Mattos, o comerciante Carneiro Leão, e representantes do Instituto Hanemianiano, onde se formou Alberto José de Sampaio. Ver REVISTA O Bem: órgão de propaganda naturista. Rio de Janeiro, ano I, n.1, nov.1924; REVISTA O Bem. Rio de Janeiro, ano I, n.2, dez.1924.

275 Vários eram os intelectuais da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro presente no movimento florestal, tais como Alberto José de Sampaio, Roquette-Pinto, Júlio César Diogo, além dos sócios correspondentes Afonso Costa, Álvaro Astolfo da Silveira, Fidélis Reis, Lourenço Baeta Neves, Pontes de Miranda, entre outros. Palestras como de Arhur de Araújo Costa sobre parques nacionais foram publicadas na edição de outubro de 1929 da *Revista Florestal*. Para a historiadora Luciene Cardoso, a Sociedade mobilizou-se na questão tendo possibilitado a vinda de diversos cientistas de renome internacional ao Brasil, tais como o geógrafo francês Eduardo de Martonne, amplamente mencionado por Sampaio em seus trabalhos. Cf. CARDOSO, Luciene Pereira Carris. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro:* espelho das tradições progressistas (1910-1945). Dissertação (Mestrado em História) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

276 Menções a Sociedade se encontram em: OSTOS, Natasha Steffania Carvalho de. O Brasil e as suas naturezas possíveis (1930-1945). *Revista de Índías*, v.72, n.275, 20112, pp.581-614.

277 O *Touring Club* articula-se ao incremento dos veículos automotores nos centros urbanos brasileiros. Foi, segundo Corbin, uma das principais instituições a organizar o movimento de proteção à natureza na França no início do século XX, tendo composto diversos manuais pedagógicos para sensibilizar as crianças. No Brasil, criado em 1923, o *Touring Club* participou ativamente da proteção às florestas com intuito de extrair delas o seu potencial turístico. Em seu boletim, afirmava que "os tesouros, de ordem econômica, climática, panorâmica, etc. que recebemos das mãos munificentes da Natureza precisam ser explorados na escala proporcional aos mesmos inumeráveis recursos que os compõe." Sobre a proteção das paisagens na França, ver CORBIN, Alain. *L'homme dan le paysage*. Paris: Textuel, 2001, p.166; sobre a instituição no Brasil, cf. O NOSSO ideal. *Touring Club do Brasil*. Rio de Janeiro, Ano VI, n.11, p.5.

278 Fundada em 1924 na Escola Politécnica, a Associação Brasileira de Educação é, para Carvalho, a "principal instância de articulação e propaganda do chamado movimento de renovação educacional" dos anos de 1920. Existia entre os associados um entusiasmo com a educação que poderia, aos seus olhos, assegurar a unidade territorial republicana e unificar a nação brasileira. A educação do povo seria voltada à saúde com medidas higienistas, desenvolvimento de uma moral e valorização do trabalho. Dialogando com as linhas mestras da pedagogia nova de John Dewey, os intelectuais agrupados nesta Associação previam: a) o

Escoteiros, Clubes excursionistas[279] ou turísticos, Sociedade Fluminense de Orquídeas[280], entre outras.

3.1 Agrônomos em Sociedade

O primeiro círculo social em destaque é a Sociedade Nacional de Agricultura. Um grande número de intelectuais que integraram a *Revista Florestal* foi filiado a esta instituição ou congêneres como Sociedade Rural Brasileira, Sociedade Paulista de Agricultura, Sociedade Brasileira de Agronomia, entre outras. A participação da SNA no movimento de proteção à natureza é algo complexo de investigar, pois foram diversos os níveis de interação da instituição com o ideário florestal. Entre as ações que possibilitou para este movimento estiveram a realização de palestras, organização de eventos, disseminação de informativos em periódicos para a conservação da natureza, a colaboração para a inserção de técnicos estrangeiros com conhecimento em silvicultura e a arrecadação de investimentos destinados a projetos de reflorestamento.

Segundo Mendonça, a agremiação é fruto de uma reação ruralista à crise agrícola do final do século XIX após a Abolição e instauração do governo republicano. Surgida em 1897, consistiu em um canal de representação dos interesses agrários que ratificava uma vocação agrícola ao país. Entre suas pretensões estava a diversificação da produção econômica nacional e a forja da "ideologia do progresso" técnico-científico no ambiente rural. O periódico porta-voz deste grupo era *A Lavoura*, órgão que trazia entre seus artigos incentivos

---

emprego de diversos meios de comunicação para o ensino (para além do livro didático, as revistas, o rádio, o cinema, etc.), b) relação entre saberes disciplinares (sobretudo da psicologia); c) uso de estratégias não-formais na prática educativa (tais como a visitas a museus de história natural ou realização de trilhas em florestas para a biologia ou geografia, por exemplo), entre outras características. Dentre os que os membros da Associação, constam: o biólogo Cândido Mello Leitão, o botânico Alberto José de Sampaio, o antropólogo Roquette-Pinto, a escritora Anna Amélia Carneiro de Mendonça, a bióloga Bertha Lutz, o sanitarista Belisário Penna, o geólogo Euzébio Paulo de Oliveira, etc. Para maiores detalhes, ver CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da. (Orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Unesp, 1997, p.115-132.

279 Um dos participantes é Centro Excursionista Brasileiro fundado em 1 de novembro de 1919 que alertava que as florestas eram o "símbolo da nossa pátria". Dele participava o botânico Paulo Campos Porto que se considerava um "amigo da natureza". Cf. BRASIL Excursionista. Rio de Janeiro, ano I, n.1, dez. 1935.

280 Desta associação criada em 1937 que valorizava a Órquídea pertenciam Paulo Campos Porto, Alberto José de Sampaio, Frederico Hoehne, entre outros. Ver SILVA, Valéria Mara; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. Orquidofilia com ciência: colecionismo e divulgação científica na revista Orquídea. In: LOPES, Maria Margareth; HEIZER, Alda (Orgs.). *Colecionismos, práticas de campo e representações.* Campina Grande: Eduepb, 2011, p.189-162.

à conservação da natureza.[281]

Tal como havia sido criada em meio a uma reorganização das forças produtivas no Brasil em virtude do fim do escravismo, a Sociedade emergiu durante a configuração do campo agronômico nacional. No final do século XIX foram organizadas no Brasil diversas escolas de agricultura, polos mediadores de formação educacional da elite letrada que compôs a *Revista Florestal*. Entre as principais instituições, a Escola de Prática Agrícola Luiz de Queiroz é aquela que detinha grande número dos diplomados da Revista e a de maior ressonância à época. Os seus membros foram os principais agentes durante a reconstrução do Ministério da Agricultura em 1909. Contudo, havia representantes das Escolas Agrícolas de Pinheiral em São Paulo, Escola de Agricultura, Medicina e Veterinária de Minas Gerais, entre outras.

Os agrônomos da SNA encontrou nesse canal associativo uma estratégia para disseminar sua proposta de um "retorno à terra" e aos valores agrários. Pautam-se, portanto na concepção que associa o ambiente rural à paz, inocência e virtudes da simplicidade.[282] Diante desse ideal básico, os produtos florestais foram compreendidos como mercadorias que permitiam esse contato com a terra. Em 1908, por exemplo, dois de seus membros, Wenceslau Bello e Monteiro da Silva ofereceram à Sociedade uma das publicações mais importantes à época sobre o principal recurso extraído das florestas.[283]

Os autores de "Exploração de madeiras" sustentam, inicialmente, uma representação ufanista das florestas, alertando que o Brasil tinha uma flora luxuriante e variada dotada de resistência, beleza e durabilidade.[284]O interesse mercantil preponderava na narrativa, demonstrando as estratégias que o Brasil possuía para exibir suas madeiras, sobretudo nas Exposições Universais, tais como a de Saint-Louis, bem como os meios eficazes para contrnar a concorrência de outros mercados como o "monopólio" de Hamburgo.

Conforme Bello e Silva cabiam urgentemente executar medidas que facilitassem o transporte por vias férreas, fluviais e as condições dos portos, tais como a redução das tarifas. Não são mencionados à quais condições estavam submetidas os trabalhadores que realizavam este processo de escoamento das florestas que se tornaram nesta narrativa um conjunto rentável de madeiras. A única exceção que realizam é, ao comentar sobre as madeiras dos

281 MENDONÇA, Sônia Regina. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p.197

282 WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a cidade:* na história e na literatura. Tradução Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.11.

283 BELLO, Wenceslau; SILVA, Monteiro da. *Exploração de madeiras*. Rio de Janeiro: Tipografia da Gazeta de Notícias, 1908.

284 *Ibidem*, p.3.

estados de topografia acidentada, que avaliam que os caminhos como tortuosos e íngremes, que eram considerados um "tormento dos animais e condutores, que correm os maiores perigos de serem esmagados pelo terrível bloco".[285]

O trabalho que foi publicado tanto em folheto quanto no periódico da SNA, assim, exaltava as florestas, caracteriza a política comercial exterior para o produto e apontava iniciativas que o governo deveria realizar para a expansão da extração de madeiras no Brasil. Porém, a grande parte da obra é destinada a elaborar uma descrição de diversos tipos de madeiras por zonas geográficas no Brasil[286], no qual prescinde de exame o peso específico delas, aspecto do cerne, aplicação industrial e procedência. Dentre as madeiras enunciadas aquela que ocupava maior espaço era o pinho do Paraná pela sua importância na exportação. Apontava, além das características gerais atinentes a todas as madeiras descritas, o mapeamento desta madeira e as estatísticas de seu comércio.

Antes de concluir a obra, acentua que esta exploração das madeiras deveria seguir os preceitos da silvicultura, a fim de evitar a destruição das matas. Para os agrônomos, a exploração irracional destes recursos naturais resultava no aumento dos preços das madeiras, inclusive na capital federal (elogiada pelas suas obras de embelezamento). E vaticinava:

> A despeito de tão grande importância que por todos esses fatos tem adquirido a exploração das florestas, ainda não existe um estudo sistemático de nossas árvores; não há serviço, nem código florestal, e nem um só instituto foi ainda criado para iniciar o estudo e o ensino dessa importante especialidade, que constitui serviço público da maior monta em todos os países que nos precederam em civilização e progresso.[287]

Com estas palavras, os autores evidenciavam a pressão deste grupo de agrônomos não somente pela racionalidade do uso das madeiras, mas, principalmente, para a adoção de uma política florestal com Serviço Florestal, código florestal e um instituto que fosse responsável por mensurar as madeiras de exportação. Para persuadir o Estado, alegava que a ausência dessas medidas expunha a falta da civilização e progresso no país diante das "nações adiantadas".

Logo, quer seja ministrando palestras, disseminando publicações ou realizando visitas técnicas, a SNA consistiu em um círculo social que permeou as ideias de proteção à natureza brasileira. Entre os que integravam a SNA que colaboravam com a *Revista Florestal*,

---

285 *Ibidem*, p.4.

286 As zonas geográficas que assinalava eram: Zona Central (Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e parte de São Paulo); Zona do Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Goiás, Mato Grosso); e, por fim, Zona do Norte (Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e norte da Bahia)

287 *Ibidem*, p.106.

constamos; Luiz Simões Lopes, Idelfonso Simões Lopes, Álvaro Simões Lopes, Francisco de Assis Iglésias, Miguel Calmon, Luciano Pereira da Silva, Fidélis Reis, entre outros. Esses intelectuais mencionados obtiveram postos de destaque dentro desta instituição.

3.2 Protegendo "os pobres irracionais"

O segundo círculo social que evidencia o associativismo de proteção à natureza no Brasil corresponde às organizações vinculadas à proteção aos animais. É tarefa árdua prescindir uma periodização das críticas à crueldade infringida aos animais no Brasil. Embora durante na América Portuguesa estes agentes do meio biofísico tenham adquirido papel primordial para o desenvolvimento das atividades econômicas e tivessem construído relações subjetivas com seus "proprietários", é durante o século XIX, porém, que ocorreu uma inflexão quanto ao imperativo moral e a utilidade científica dos animais. Protegê-los tornava-se um mecanismo de evidenciar o elevado grau de civilização de um povo.

Esse movimento de proteção tomou força na década de 1820 na Grã-Bretanha com a lei proposta por Richard Martin contra os maus-tratos aos cavalos. Para assegurá-la foi criada a *Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals* em 1824.[288] Pelo que denotamos ao longo da pesquisa houve reverberações no Império Brasileiro quanto à essas leis inglesas. Para exemplificar tomamos o caso de José Antônio de Menezes Brazil, fiscal da freguesia de Sant'Ana, situada na zona central carioca. O agente redigiu uma missiva, datada de 7 de abril de 1847, em relação aos maus-tratos percebidos aos animais exigindo providências urgentes do presidente e vereadores da câmara da cidade. Assim menciona:

> Tenho a honra de submeter a ilustrada consideração da illmª câmara o objeto seguinte. Entre um povo civilizado e dócil de caráter que deseja melhorar os seus costumes, se não deve tolerar a barbaria revoltante que se observava nas ruas desta cidade, capital do Império, praticada por homens brutos contra os pobres animais de trabalhos, fazendo com (…) seus atos brutais sejamos mal considerados aos olhos dos estrangeiros civilizados que com horror testemunham seu procedimento feroz, ingrato e desumano, sem indignarem se são tão bem estranhos os que o praticam.
> Causa horror ver como um carroceiro acabrunha sob enorme peso o desgraçado animal que, com os peitos chagados por imoderado trabalho e com a triste recompensa das pauladas, e das dentadas pelas orelhas, cai por terra enfraquecidos, como aconteceu a rua do saco, pretendendo o seu bárbaro condutor que dele subia pela ladeira pedregosa com a carga que não poderia ser puxada por uma junta de bois, repetindo-lhe a triste recompensa de seus serviços prestados em silêncio até mais não se mover. E toda esta barbárie praticada aos olhos de nossos filhos, de nossos convidados, de nossas autoridades.

288 MÓL, Samylla; VENÂNCIO, Renato. *A proteção jurídica aos animais no Brasil:* uma breve história. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2014, p.19.

> À vista de tanta ferocidade e ingratidão por conviventes tão úteis ao homem que morrem às pancadas sem poder queixar-se sem lei que conserve sua existência e do *exemplo que nos dá a Inglaterra onde há uma lei que pune aos que maltratam os animais*. Talvez seja conveniente que a Illmª Câmara, em nosso próprio proveito, desarme o braço do algoz injusto e ingrato.
> Venho pedir a Illmª Câmara correção para um abuso que constantemente praticam os donos e moradores de chácaras na apreensão dos animais, contra todas as leis estabelecidas a tal respeito (…) *(grifos nossos)*[289]

A correspondência transcrita é extensa, mas é envolta por um elemento indispensável à análise da constituição de uma legislação de proteção aos animais. Este, diz respeito a construção de um homem civilizado e a consolidação do Estado brasileiro no século XIX. Em sua perspectiva, os maus-tratos e costumes da população em relação aqueles organismos expunha à falta de civilização deste povo, principalmente, quando comparados aos demais países europeus, citando em específico a Inglaterra.

Desse modo, a violência que causa perplexidade, sensação de crueldade e vergonha dos olhares estrangeiros são contrapontos à civilização aos moldes europeus e auxiliam para articular a identidade brasileira. Para civilizá-los, como o fiscal pretendia, cabia estabelecer leis mais rígidas e pautadas na centralização do Estado monárquico. Estavam, assim, determinados segmentos sociais produzindo representações sobre a natureza para legitimar o Estado Nacional brasileiro.

Isso demonstra que as reivindicações para a proteção aos animais no Brasil não surge nas primeiras décadas do século XX, mas tem profundas raízes na história brasileira. Ademais, revela que o suposto atraso em relação à Europa na elaboração das legislações era um argumento retórico constante nas narrativas para legitimar as propostas políticas. Longes de serem inconscientes com as ideias de proteção, diversos agentes conheciam-nas e, à sua maneira, propunham elaborar projetos ao Brasil.

A Inglaterra não foi exceção à proteção aos animais. Suas ações inseriam-se dentro de um movimento mais amplo ainda no século XIX. Foi seguida pela França que criou em 1834 a Lei Grammont para coibir o abandono e maus-tratos de animais nas ruas francesas. Para Agulhon, esta lei francesa composta pelo amigo antidemocrático de Luís Bonaparte tinha menos uma intenção de proteger os animais em si mesmo do que retirar do horizonte visual dos sujeitos históricos o espetáculo da violência e do sangue dos animais nas ruas.[290]

---

289 CORRESPONDÊNCIA de José Antônio de Menezes Brazil endereçada à Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro datada de 7 de abril de 1847. Pasta sobre Limpeza e enterramento dos animais. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Codificação: BR.RJAGCRJ.39.2.35.

290 AGULHON, Maurice. La sangre de las bestias: el problema de la protección de los animales en Francia em el siglo XIX. In: _____. *Historia Vagabunda*: etnología y política en la Francia contemporánea. San Juán Mixcoac, México, 1994, pp.213-246.

Onze anos depois de instituída a lei criou-se a Sociedade Francesa Protetora dos Animais que se afirmava filantrópica e cuja intenção atrelava-se a construção de uma educação moral ao homem. Segundo o antropólogo Damien Baldin, seus membros eram predominantemente das elites políticas e tinham aversão às classes populares.[291] A partir dela, construíram-se ligas contra a tortura aos animais e elaboraram-se boletins de persuasão em prol da proteção. O apogeu desta agremiação, para Baldin, foi nos anos de 1870 em que se pretendia generalizar do ensino do amor aos animais e valorizar a filosofia positivista de Augusto Comte.

O positivismo, cabe ressaltar, tinha estreito vínculo com a proteção aos animais. Para os adeptos desta teoria era condenável pelo seu aspecto moral e utilitário as crueldades aos animais. Estes eram considerados fracos diante dos homens. Os últimos eram tidos como fortes e capazes de domesticá-los. Comte considerava ser necessária a criação de calendários festivos em homenagens aos "pobres irracionais". Tal imaginário circulou no Brasil, sobretudo com a participação da Igreja Positivista do Brasil. Dessa instituição um de seus principais representantes: o republicano e positivista ortodoxo Miguel Lemos afirmava que era desde sua adolescência contra a vivissecção e a favor do vegetarianismo.[292]

Foi exatamente nessa geração de 1870 que as sociedades protetoras dos animais cresceram em número significativo no mundo. O historiador ambiental Reinaldo Funes Monzote estima com base em suas fontes que haveria cerca de 270 agremiações internacionais desta natureza em 1881.[293] O Brasil, embora não tivesse esses círculos sociais, ampliou sua capilaridade para a proteção aos animais durante esse contexto. As crônicas de Machado de Assis, em 1877, por exemplo, evidenciavam as críticas às touradas nas ruas cariocas e sugeriam a importância que uma Sociedade Protetora dos Animais teria no país. Somava-se a isso o fato de que em 1884 o Parlamento aprovou um decreto em que orientava sobre a necessidade de adequação das condições de transporte de animais para assegurar-lhes o bem estar.[294]

De maneira semelhante ao que ocorria em Cuba - para qual Monzote investiga com atenção -, o processo de crítica aos maus-tratos dos animais no Brasil era concomitante ao

---

291 BALDIN, Damien. Protéger. In: _____. *Histoire des animaux domestiques: XIX- XX siècle*. Paris: Seuil, 2014, p.130.

292 LEMOS, Miguel. *A vacina e a proteção aos animais*. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista, 1908, p.2.

293 MONZOTE, Reinaldo Funes. Facetas de la interacción com los animales em Cuba durante el siglo XIX: los bueyes em la plantación esclavista y la Sociedad Protectora de Animales y Plantas. *Signos Históricos*, México, v.2, n.16, p.94, jul-dez.2006.

294 MÓL, Samylla; VENÂNCIO, Renato. *Op.cit.*, p.20-21.

processo de abolição da escravidão. Entre os expoentes deste movimento abolicionista que tanto assegurava a liberdade dos escravos quanto a dos animais estava o jornalista José do Patrocínio. O intelectual fluminense viu em 1895 ser implantada a primeira entidade com esse perfil em São Paulo. Tratava-se de uma filial da União Internacional Protetora dos Animais presidida pelo deputado paulistano que referendou a Lei Áurea no estado que se desenvolvia com o café, Ignácio Wallace da Gama Cochrane.[295]

Em se tratando de uma ramificação internacional, ainda se mantinha a aspiração por criar uma sociedade protetora. Isso motivou Patrocínio a escrever, em 1905, um manifesto para a organização de uma Sociedade para a questão animal.[296] Enquanto redigia o texto sofreu por um aneurisma, deixando-o incompleto. Se o abolicionista veio a falecer, o mesmo não aconteceu com sua proposta. Dois anos depois, em 2 março de 1907, era institucionalizada a Sociedade Brasileira Protetora dos Animais.[297] A presidência esteve nas mãos do médico Carlos Costa, médico da Faculdade de medicina do Rio de Janeiro e que trabalhava com moléstias em crianças, outro grupo social que foi nesta leitura positivista percebida enquanto frágeis e inconscientes.

Durante a sua atividade, a Sociedade debateu assuntos controversos, dentre as quais: a vivissecção; a seleção dos animais a serem protegidos (domésticos ou silvestres); o emprego de animais em espetáculos de circos; os limites da caça e pesca; e as técnicas de aprisionamento em jaulas de jardins zoológicos. Cada uma destas questões mobilizava representações distintas entre diferentes grupos sociais e combatiam a líderes de grande projeção.

Em um opúsculo organizado pela Sociedade intitulado "As caçadas, o que elas exprimem moralmente", o sócio Eugênio George criticava a ação do presidente norte-americano Theodore Roosevelt em suas caçadas com a morte de diversos animais, designando-o de "bruto e boçal".[298] Nesses eventos, o médico considerava que o animal é reduzido a condição de mercadoria e o caçador a mercador que promovia uma verdadeira hecatombe. Os zoológicos, nessa perspectiva eram presídios, instrumentos de tortura onde definhavam e apodreciam os "pobres irracionais".[299]

A SPA teve grande repercussão nos meios intelectuais dos anos de 1920. O seu êxito

---

295 *Ibidem*, p.21-22.

296 FELIPE, Sônia T. Abolicionismo: igualdade sem discriminação. *Revista Brasileira de Direito Animal*, v.3, n.4, p.89-116, 2008.

297 SOCIEDADE Protetora dos animais. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, v.11, p.205, 1907.

298 GEORGE, Eugênio. *As caçadas, o que elas exprimem moralmente*. Rio de Janeiro: Cattaneo & Borsetti, 1912, p.2.

299 *Ibidem*, p.6.

ficou materializado com a promulgação do decreto 14.529 de 1920 em que se regulamentava o uso dos animais em espetáculos de diversão pública. A partir de então, formaram-se diversas organizações estaduais adjacentes, tais como em Pernambuco, Maranhão, Minas Gerais, Ceará e Espírito Santo.[300] Da mesma forma que se regionalizaram, as entidades adquiriram públicos especializados. Um dos casos mais sintomáticos foi o surgimento da Sociedade União Infantil Protetora dos animais.

Criada na capital paulista em 1931, a associação empenhava-se na disseminação destas questões às crianças. Entendia-se que educá-las promoveria uma erradicação da violência aos animais nas gerações futuras. Era, portanto, uma entidade que visava o "aprimoramento moral" da sociedade, aperfeiçoando o as qualidades do caráter e fornecendo o que seriam "boas tendências" aos pequeninos[301].

A campanha da entidade visava promover palestras em salas de aula, contando com a participação de diretores e professores da cidade. Além disso, utilizou-se de sessões no rádio, utilizando-se das locuções de intelectuais consagrados, distribuiriam brindes aos alunos que demonstrassem "sentimentos" diante dos animais, aconselhariam crianças que fossem encontradas em bosques com estilingues, arapucas e outros mecanismos de caça, precaveriam os "carroceiros" que chicoteassem seus animais e promoveriam a circulação de cartões, livros, folhetos e cartazes que incentivassem a sua proteção. Suas propostas também tinham a finalidade de criar uma revista destinada às crianças nas escolas e de afixar em festas populares os interesses de proteção.

O processo editorial de criação deste periódico que incentivava a proteção aos animais logrou bastante êxito. Ao que tudo indica, o título da revista era "O amigo dos animais"[302] . Suas edições, recorrentemente, apareciam na grande imprensa paulistana pela promoção de vários concursos literários com os estudantes, patrocinados pelo *National City Bank New York*. Tal como na Sociedade dos amigos das árvores, os jornais foram utilizados para divulgar o horário e data das reuniões que ocorriam, em geral por volta das 16 horas, na Rua Direita, n.7, sobreloja.[303]

Diferentemente de outras agremiações, a União Infantil Protetora dos animais

---

300 MÓL, Samylla; VENÂNCIO, Renato. *Op.cit.*, p.24.

301 UNIÃO Infantil Protetora dos animais. *Folha da Manhã*, São Paulo, p.1, 15 de março de 1931..

302 Apesar de obter menções sobre sua existência, não conseguirmos localizar edições desta revista para perceber em que medida se materializava a proteção à natureza e se existiam citações à *Revista Florestal*. Ver OS CONCURSOS escolares da União Infantil. *Correio de S. Paulo*, São Paulo, ano I, n.8, p.1, 24 de Junho de 1932.

303 SOCIEDADE União Infantil Protetora dos Animais. *Correio de São Paulo*, São Paulo, ano I, n.124, 7 de Novembro de 1932, p.4

apresentava um quadro mais equilibrado em relação a proporção de mulheres. Isso se adequa a proposta da associação. Tratando de ser uma agremiação cuja finalidade operava centralmente na sala de aula, isto é, de perfil pedagógico ainda mais evidente, os protetores dos animais demandavam a colaboração das professoras primárias e secundárias. Esta profissão que era, predominantemente, ocupada pelo sexo feminino, sendo entendida como crucial para a mudança dos comportamentos diante do meio natural.

A sociedade representava, assim, um interesse pelo ensino das crianças na proteção aos animais. Entretanto, gradativamente, a SUIPA que se expandia em diversas unidades pelo Brasil empenhava-se, tão somente com a educação, mas com o tratamento médico dos mesmos. A dedicação a este grupo se devia porque, mesmo com os avanços tecnológicos da "civilização humana", permanecia, para os intelectuais, "servidores do seu irmão racional", o homem[304].

Nesse contexto de emergência destas sociedades protetoras que iria ser efetivada a primeira lei de proteção aos animais do país.[305] O principal representante no Brasil da União Internacional de Proteção aos Animais, o zoófilo Afonso Vidal, do Museu Paulista, contou com o auxílio do criador da *Revista Florestal*, Luiz Simões Lopes, que na época ocupava o posto de oficial do gabinete provisório para executar o projeto de lei. Em carta destinada ao membro da *Florestal*, Vidal acentuava:

> A particular simpatia que V. Excia. generosamente manifesta pelo projeto de lei de proteção aos animais e as considerações que se digna aduzir do mesmo, faz-me crer que seja possível a sua transformação em lei, desde que o governo provisório o decrete enquanto não está sujeito ao Congresso. Assim venho pedir a V. Excia. seu valioso e urgente concurso em prol deste desideratum, certo, como estou, que será atendido.[306]

O teor da carta indicava que a ascensão do grupo varguista representava aos protetores dos animais possibilidades reais de implantar legislações eficazes nessa matéria. Por essa razão, Vidal, reticente quanto ao retorno do projeto ao congresso, solicitou que este projeto fosse decretado de maneira "urgente", tal como timbrava o carimbo desta missiva. A

---

304 NOSSOS amigos, os irracionais. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, n.31, p.9-15, 3 de Agosto de 1946.

305 Outras leis já vinham sendo operadas no âmbito internacional. Em 1895, o Brasil tinha assinado um tratado de proteção às garças, que foi considerado por Drummond "a primeira iniciativa internacional de cooperação bem-sucedida na proteção de espécies animais". Em 1921 assinou um tratado de proteção às aves úteis para a agricultura. Sabia-se que algumas aves podiam controlar pragas agrícolas. Vide DRUMMOND, José Augusto. A visão conservacionista (1920-1970). In: SVIRSKY, Enrique; CAPOBIANCO, João Paulo R. (Orgs.). *Ambientalismo no Brasil:* passado, presente e futuro. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997. p.21.

306 CORRESPONDÊNCIA de Afonso Vidal a Luiz Simões Lopes datada de 22.06.1934. *Fundo arquivístico Luiz Simões Lopes*. CPDoc/FGV. Codificação: LSL.1930.12.03 apu Pasta II.

contribuição de Simões Lopes atendeu as expectativas do zoófilo. O oficial do governo, vale destacar, já tinha encaminhado correspondências a diversos intelectuais para apoiar o movimento da União Internacional. Além disso, remeteu a reivindicação a Vargas, que, por seu turno, recomendou ao parecerista do Ministério da Agricultura. Lopes concordava com Vidal em vários pontos. Esclarece ele:

> (…) como vós, não compreendo como que um país como o Brasil onde a agricultura representa indiscutivelmente a quase totalidade da riqueza nacional e, portanto, onde os animais são os companheiros quase diários do homem na luta pela vida, não possua uma legislação eficiente, que proteja esses seres contra a Maldade, a Ignorância e a Brutalidade, fartamente representadas do Ser Superior... Último elo da cadeia zoológica o homem do alto do pedestal do raciocínio, vota soberano desprezo dos seus antepassados e companheiros da selva, aos quais nega a Inteligência e outras qualidades, enquanto emprega, muitas vezes, esses dons privilegiados para o mal... Mas a reação em favor dos animais se acentua em toda parte, como bem demonstra o vosso memorial e o nosso país não pode ficar surdo a esse apelo universal.[307]

Nesse sentido, estas discussões que, posteriormente, vieram a ser concretizadas no decreto 24.645 de 10 de julho de 1934, mostram a articulação dos membros da *Revista Florestal* no processo de construção de políticas direcionadas à proteção aos animais.[308] Os seus agentes, portanto, inscreveram-se em agremiações dedicadas a proteção das florestas, mas igualmente em redes associativas que visavam proteger outros componentes do mundo biofísico, tais como os animais.

3.3 Os "amigos das árvores"

O terceiro círculo proposto para uma análise é a Sociedade dos Amigos das Árvores. Esta associação seria formada tomando por base os membros que tinham sido identificados com o projeto da *Revista Florestal*. Comumente, a historiografia ambiental aponta esta agremiação como uma instituição criada em 1931 por Alberto José de Sampaio.[309] Esse marco

---

307 CORRESPONDÊNCIA de Luiz Simões Lopes a Afonso Vidal datada de 16.04.1934. *Fundo arquivístico Luiz Simões Lopes*. CPDoc/FGV. Codificação: LSL.1930.12.03 apu Pasta II.

308 Na *Revista Florestal* foi verificada a busca pela regulamentação da caça e pesca. Partiam-se da noção dos animais enquanto *reservas.* Tal conceito é aplicado, por exemplo, ao artigo "Procurando evitar o extermínio dos animais úteis à agricultura". Os redatores esclarecem que os animais silvestres tinham importante mercado e que a exploração daquela indústria auxiliava as populações sertanejas. Mas criticava a exploração dos animais úteis à agricultura quando em demasia. Vide PROCURANDO evitar o extermínio dos animais úteis à agricultura. *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano I, n.5, p.20, nov.1929

309 Essa representação historiográfica da SAA como entidade do ambientalismo brasileiro criada em 1931 por Alberto José de Sampaio e organizadora da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza em 1934 é percebida em: PIRES, Fernando Dias de Ávila; ARAGÃO, Mário Beaurepaire. *A ecologia no Brasil na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 1993, p.10; DEAN,

fundador, porém, desconsidera que a ideia de construir uma sociedade exclusivamente de proteção às florestas, ao contrário de ser recente, já era datada. Uma das iniciativas de maior ressonância para a construção de um círculo com tal envergadura foi proposto pelo proprietário de terras gaúcho João Holweger na edição do periódico *Chácaras e Quintais*.[310] Essa revista esteve articulada a esta rede de impressos que contribuía para mobilizar forças em prol da solução do problema florestal.

Holweger, assinante do periódico, enviou uma carta à redação datada de 4 de agosto de 1912 e publicada em edição posterior. Nela, o proprietário sugeria a necessidade de criar uma sociedade no tocante a essa questão.[311] Em sua visão, naquele momento eram criados diversas sociedades de proteção: aos animais, ao Turf, a infância, aos índios etc. E pergunta a si mesmo se não poderia haver espaço para uma Sociedade Protetora das Florestas, pois se referia a um problema que julgava ser humanitário, estético e socioeconômico.

A ideia parece que persuadiu entre os leitores. O periódico dois meses depois ampliou o espaço do fazendeiro e ele pode escrever um artigo na revista defendendo seu interesse.[312] O artigo, com um tom malthusiano na maneira de perceber a relação entre recursos e demografia, alertava que as correntes imigratórias incentivadas para "melhoramento da raça brasileira" levaria a um aumento do consumo dos recursos. Caberia proteger as florestas para benefício das gerações futuras e do "edifício da Nação".

Warren. *Op.cit.*, p.275; BONES, Elmar; HASSE, Geraldo. *Pioneiros da ecologia:* breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Já Editores, 2002, p.16; MARCONDES, Sandra. *Op.cit.*, p.151; SILVA, Zélia Lopes da. As percepções das elites brasileiras dos anos de 1930 sobre a natureza: das projeções simbólicas às normas de seu uso. In: ARRUDA, Gilmar (Org.). *Natureza, fronteiras e territórios:* imagens e narrativas. Londrina: Eduel, 2005, p.192; CAPANEMA, Carolina Marotta. *A natureza no projeto de construção de um Brasil moderno e a obra de Alberto José de Sampaio.* 154f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006, p.27; FRANCO, José Luiz; DRUMMOND, José Augusto. *Op.cit.*, p.43-44; DUARTE, Regina Horta. 2010, p.93,120; ANTUNES, Tayla. *Op.cit.*, p.115; PUREZA, Fabiana; PELLIN, Ângela; PÁDUA, Cláudio. *Unidades de conservação*: fatos e personagens que fizeram a história das categorias de manejo. São Paulo: Matrix, 2015, p.39.

310 Segundo Martins (2008, p.298), *Chácaras e Quintais* foi uma das revistas agronômicas de maior alcance no gênero e fundado pelo Conde Amadeu A. Barbellini. Em sua ótica, a criação do Almanaque agrícola confirmava o sucesso editorial deste periódico. Estudando especificamente a Revista, Weltman alertava que a tiragem ainda em 1909 quando foi lançada atingia os 20 mil exemplares (p.86). Os seus colaboradores eram associados à diversas instituições científicas de relevância à época, tais como o Museu Nacional, o Instituto Agronômico de Campinas, Instituto Butantan e outros. Seus temas envolveram uma ampla gama de assuntos tais como a melhoria das condições do trabalhador rural, a eliminação de pragas agrícolas e doenças, o ensino rural, práticas agrícolas, luta contra o analfabetismo e busca do saneamento rural. Entre seus colaboradores, tinha itinerários convergentes à da *Revista Florestal*, dentre os quais, os cientistas Edmundo Navarro de Andrade, Arthur Neiva, Gregório Bondar, William Wilson Coelho de Souza, Frederico Carlos Hoehne e Alberto José de Sampaio. Cf. WELTMAN, Wanda Latmann. *A educação do jeca*: ciência, divulgação científica e agropecuária na revista *Chácaras e Quintais* (1909-1948). 230f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Casa Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

311 A BELA ideia do nosso leitor rio-grandense pró-fundação de uma "Sociedade Protetora das Florestas". *Chácaras e Quintais*, v.6, n.3, p.32, set.1912.

312 HOLWEGER, João. A conservação das nossas florestas. *Chácaras e Quintais*, v.6, n.5, p.51-55, nov.1912.

Essa associação deveria ter totalmente a liberdade e iniciativa particular, mas não deveria recusar as subvenções de governos municipais, estaduais ou federais. Uma vez criada a agremiação, estimava que em 45 anos o problema da conservação das matas poderia estar solucionado. O que se vê, em sua proposta é que traz a defesa do liberalismo, embora não buscasse eximir de responsabilidade a participação do Estado na regulamentação das florestas. Holweger foi favorável à criação de leis especiais tomando como parâmetro àquelas adotadas por países europeus.

O seu apelo não passou despercebido aos olhos irrequietos de Alberto José de Sampaio. O botânico aplaudiu a ideia aventada pelo gaúcho e reiterou que não haveria aqueles que se opusessem a ideia do replantio. O problema, porém, é que a prática levaria a "tropeços materiais", ou seja, a custos monetários. Isso inviabilizaria o desenvolvimento da silvicultura. A sociedade foi entendida ainda na Primeira República como um meio de aglutinar membros com "esforço patriótico" para resolver este problema florestal. Inversamente ao que apontava nos anos de 1930, Sampaio concluía em 1913 que "a questão florestal depende muito mais da iniciativa particular do que da ação dos poderosos públicos; estes não podem fazer muito mais do que dar exemplo, incentivos e auxílios diversos".[313]

Passado este debate na imprensa, no dia 8 de agosto de 1931, os leitores do Jornal do Brasil tiveram acesso a notícia de que seria fundada a Sociedade dos Amigos das Árvores, que capitanearia "um movimento patriótico em defesa da riqueza florestal do Brasil"[314]. Sua criação se inspirava em associações já existentes em outras nações. Uma das instituições da qual foram apropriadas suas ideias era a Real Sociedade Espanhola de Amigos das Florestas inaugurada em 1913, cujo patrocínio era do rei espanhol Alfonso III e que detinha um periódico para a publicação de seus pensamentos, o *España Forestal*. (Ilustração 3)

313 SAMPAIO, Alberto José de. Sociedade de proteção às florestas. *Chácaras e Quintais*, v.8, n.3, p.55-56, set.1913.

314 A DEVASTAÇÃO de nossas matas. *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1931, p. 8. Esta mesma notícia foi publicada no dia 20 de agosto de 1931 na terceira página do jornal A Batalha.

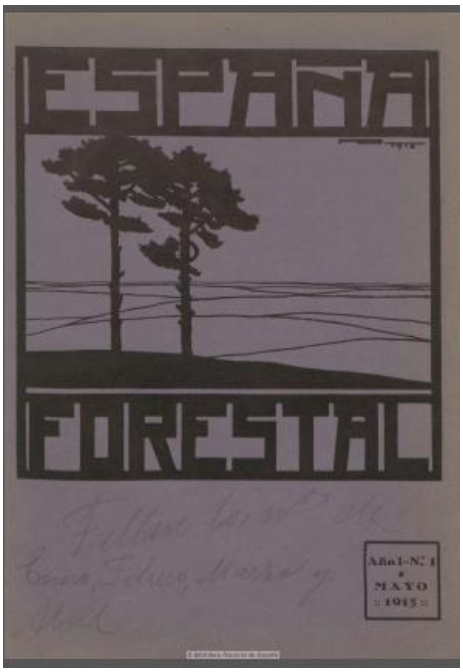


Ilustração 3: Capa da Revista *España Forestal* publicada em maio de 1915 pela Real Sociedade dos Amigos das Florestas. (Fonte: Biblioteca Nacional da Espanha - Hemeroteca digital)

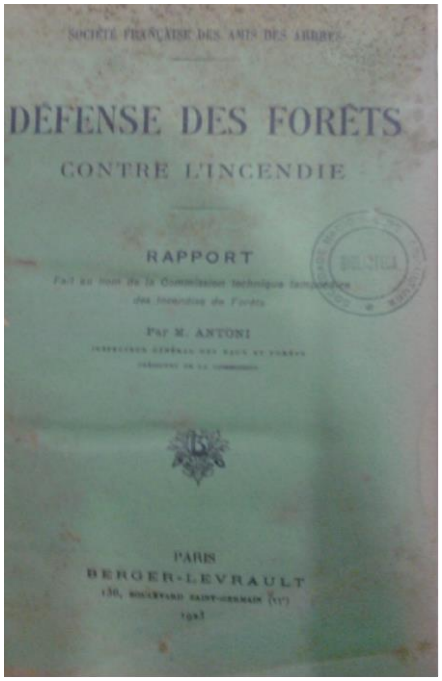


Ilustração 4: Publicação da *Société Française des Amis des Arbres* sobre o combate de incêndios florestais datada de 1923.(Acervo da Biblioteca Edgard Teixeira Leite)

Todavia, era a *Societé Français des Amis de Arbres* uma das principais orientações a serem seguidas.[315] O agrônomo Arthur Torres Filho, por exemplo, contemplava em sua biblioteca exemplares dos boletins e relatórios da Sociedade francesa (Ilustração 4). A íntima relação dos amigos das árvores brasileiros com os intelectuais franceses está atrelada ao fato de Paris centralizar na época as discussões científicas, políticas e econômicas sobre a "Proteção à Natureza". Esta capitalidade exercida se deve a uma grande concentração de conferências e publicação de impressos acerca da temática. Ali, elaborou-se o Congresso Internacional de Geografia em 1931, bem como as Conferências internacionais de Proteção à Natureza.

A recém-sociedade, instalada próxima "ao mais frequentado de todos cafés desta vasta e barulhenta cidade"[316], o Café do Rio - também conhecido como o café do Brito -, não somente pretendia conservar as matas ou promover o reflorestamento, mas atuar de "todos os

315 Esta visão é compartilhada com ANTUNES, Tayla. *Op.cit.*, p.115.

316 SENNA, Ernesto *apud* GOMES, Danilo. *Antigos cafés do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1989. Este lugar de sociabilidade era frequentado por intelectuais da sociedade, como Leôncio Correia e amigos que contribuíram para o movimento florestal, tais como o meteorologista Sampaio Ferraz e o médico José Mariano Filho.

meios e modos" para salvar as florestas do país que se encontrava em calamidade devido a devastação[317]. A imprensa, indubitavelmente, foi o veículo para aquisição de sócios e adeptos ao movimento, visto que os redatores "despertavam as energias", "animavam os amigos das árvores", bem como possibilitavam a integração dos sócios no Brasil, tornando o movimento de cunho nacional. É preciso lembrar aqui que a Sociedade almejava estender-se pelo território brasileiro por meio de associações congêneres e correspondentes de todos os estados do país.

Segundo a carta que antecedia o memorial apresentado à Inspetoria Agrícola e florestal da prefeitura do Distrito Federal[318], no qual se previam as bases para a organização da sociedade, os membros deste grupo deveriam ser compostos por "pessoas instruídas", com "fins inteiramente altruísticos" os quais, em linhas gerais, pretendiam promover o culto às árvores e defender o "patrimônio florestal" do país. Sua intenção era de possibilitar deliberações de interesse geral e impessoal, que não se submetessem a preocupações políticas[319] ou lógicas regionais. Nesse sentido, os intelectuais expressavam outra característica da geração de 1930: a necessidade de reajuste das fronteiras entre o público e o privado, uma vez que o primeiro encontrava-se em retração e o segundo em expansão durante a Primeira República.[320]

No que tange aos seus aspectos administrativos, a agremiação seria coordenada por uma Diretoria com apenas doze sócios, mas em função do grande número de funções e adeptos foi organizada por dezessete membros efetivos, excetuando deste número os presidentes honorários. Este comitê diretor era escolhido por meio de eleição e teria administração livre e geral, interferindo em quaisquer ocasiões que "dissessem respeito aos direitos, interesses e objetivos da sociedade".[321]O critério para tornar-se elegível era a necessidade de ser sócios residentes no Rio de Janeiro. Uma vez eleito abria-se um mandato de dois anos com direito a reeleição.

---

317 A DEVASTAÇÃO de nossas matas. *Op.cit*, p.8.

318 SOCIEDADE dos amigos das árvores: Bases para a sua organização. *Fundo Diretoria do Museu Nacional.* SEMEAR/MN. Codificação: BR.MN. DR. Caixa 19, Classe 71, Pasta 10.

319 A pretensão de imparcialidade política, de um ato desinteressado, não pode ser tomado como real. O desinteresse, por vezes, é utilizado pelo campo intelectual como fundamento para enaltecer uma permanente virtude, porém, como nos ensina Bourdieu, não existe, sociologicamente, um ato gratuito. Os interesses camuflados com a proteção das florestas, porém, não podem ser vistos como unicamente econômicos, mas também simbólicos. Cf. BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado?. In: _____. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996, pp. 137-156.

320 GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando (org.). *História da vida privada no Brasil; contrastes da intimidade contemporânea.* v.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp.489-558.

321 SOCIEDADE dos amigos das árvores: Bases para a sua sustentação. *Op. cit*, p.4

Buscando informações desta agremiação que protegia á natureza e congregava intelectuais da *Revista Florestal*, verificamos que a sociedade apresentava relativo grau de hierarquização, podendo ser incluídas entre as associações formais no quadro referencial de Agulhon. Existiam quatro categorias de sócios: os *efetivos* (cuja intervenção na sociedade era direta e participativa), os *correspondentes* (agentes que não estavam na cidade do Rio de Janeiro, mas enviavam notícias sobre o problema florestal nos diversos lugares do país), *beneméritos* (título recebido por alguma prestação de serviço ao movimento florestal) e *honorários* (título obtido para fornecer maior credibilidade a associação).[322]

Uma das estratégias utilizadas pela sociedade era de tornar sócios honorários grandes nomes da política nacional, pois, ao aproximá-los poderiam obter maiores êxitos na implementação de suas propostas. Pedro Ernesto, por exemplo, então interventor do Distrito Federal, recebeu o título de presidente honorário como meio de reconhecimento de seu esforço por aprovar o decreto que criou o Conselho Técnico Florestal da prefeitura e estabelecia que deveria ter representantes sócios dos amigos das árvores.[323] Outro nome foi do então chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, que recebeu os representantes da Sociedade no Palácio do Catete para afirmar seu apoio e financiamento à primeira conferência de proteção à natureza no país.

TABELA 2: DIRETORIA DA SOCIEDADE DOS AMIGOS ÁRVORES	
Presidentes honorários	Getúlio Vargas, Assis Brasil, Adolfo Bergamini, Idelfonso Simões Lopes, Augusto de Lima, Demétrio Ribeiro e Pedro Ernesto.
Presidente efetivo	Leôncio Correia
Vice-presidente	Júlio Azurém
Diretor-Geral	Durval Ribeiro de Pinho
Diretores	Roquette-Pinto, Leopoldo de Souza Leite, Luiz Simões Lopes, Hannibal Porto e Fortunato Campos de Medeiros.
Secretário-Geral	Durval Ribeiro de Pinho
Primeiro Secretário	Fortunato Campos de Medeiros
Segundo Secretário	Carlos de Azevedo Silva
Tesoureiro	Coronel Júlio Gaertner
Segundo tesoureiro	Francisco Luiz de Azevedo Silva
Procuradores	Manuel Bernaldino, José Vitor da Rocha Miranda e Cristóvão Guerra

322 SAMPAIO, Alberto José de. Serviço de Defesa Florestal e reflorestamento: memorial a ser apresentado no Conselho Técnico de Inspetoria Agrícola e Florestal, da Prefeitura do Rio de Janeiro. *Fundo Diretoria do Museu Nacional*. SEMEAR/MN. Codificação: BR.MN. DR. Caixa 19, Classe 71, Pasta 10, p.9.

323 SOCIEDADE dos Amigos das Árvores: um ofício do interventor Federal Dr. Pedro Ernesto. *Jornal do Brasil*, 25 de Dezembro de 1931, p.15. Para buscar um representante no Conselho Técnico Florestal foi convocada uma eleição com os membros que somente ocorreria se estivessem metade dos presentes e declarações por escrito daqueles que se ausentassem. Ver JORNAL do Brasil, 16 de Janeiro de 1932, p.12.

Oradores	Domingos Magarinos de Souza Leão e João Carlos de Albuquerque Gondim
Relator-Geral	Alberto José de Sampaio
Membros do Conselho Técnico de Sugestões	Júlio César Diogo, Francisco de Assis Iglésias, Alberto de Oliveira, Enéas Calandrini Pinheiro, Francisco Prado, Dário Tavares Gonçalves, Henrique Coelho Netto, Eugênio D'Alessandro, Armando Magalhães Corrêa, João Geraldo Kulhmann, Paulo Ferreira de Souza, Luiz José Pereira Simões Filho e Alberto José de Sampaio.
Membros da Comissão de Estatutos	João Geraldo Kulhmann, Eugênio D'Alessandro, Durval Ribeiro de Pinho, Fortunato Campos Medeiros, Adolfo Castro Barreto.

Tabela 1: Baseada no documento datilografado presente no acervo de Luís Simões Lopes no CPDOC/FGV. Codificação: LSL.1958.09.05 – Anexos ao dossiê

Em correspondência - constando de toda a padronização pictórica das cartas da agremiação com imagem de um jequitibá no topo à esquerda, ao centro tendo-se em letras formais "Sociedade dos Amigos das Arvores. Sede: Rua do Ouvidor, n. 160 telefone 2-1404" -, Leôncio Correia destinava ao presidente do estado do Rio de Janeiro, Adolfo Bergamini, após uma breve explicação da sociedade segue a ele um pedido para apoiar o movimento com:

> (…) seu valioso concurso pessoal e o do Governo do Estado entregue à competência do patriotismo de V. Exa. Outrossim, regamos a interferência de V. Exa. junto às prefeituras municipais, no sentido das informações pedidas nos questionários anexos [*estes questionários foram enviados a diversas localidades para promover a primeira conferência de proteção à natureza*]. Servimo-nos também da oportunidade para solicitar permissão a fim de inscrever o nome de V. Exa na Comissão de Honra da Conferência, que já tem como presidente de Honra o Exmo Snr. Dr. Getúlio Vargas, digníssimo Chefe do Governo Provisório. Antecipadamente grato, aproveito este feliz ensejo para apresentar a V Exa. Os meus sentimentos de admiração e elevado apreço.[324]

As fontes de receita da agremiação, além de se pautarem em subvenções oficiais, quando concedidas, também advinham da contribuição de seus sócios, de rendas eventuais e donativos de particulares. Para se tornar sócio efetivo, pagava-se uma quantia equivalente a 5$000 pelo diploma, 5$000 de joia e 10$000 réis por semestre tendo que ser "pagos adiantadamente" e à vista.[325] O pagamento era obrigatório para ter o nome incluído entre os sócios, restringindo a associação a grupos seletos. Com este dinheiro, seriam investidos na montagem de uma pequena biblioteca que contaria com assinaturas de revistas nacionais e estrangeiras. Estas exigências, como se vê, limitavam a participação da massa no seio dessas discussões públicas e colocavam os interesses dessa minoria dirigindo as necessidades de que o país demandava.

Presidida pelo ministro da agricultura, Assis Brasil, realizou-se por volta das 17 horas

324 CORRESPONDÊNCIA de Leôncio Correia a Adolfo Bergamini datada de 28 de Dezembro de 1932. *Fundo Luiz Simões Lopes*, CPDOC/FGV. Codificação: LSL.1958.09.05 – Anexos ao dossiê.

325 SOCIEDADE dos amigos das árvores: Bases para a sua sustentação, *Op.cit*, p..4

do dia 21 de agosto de 1931 a inauguração da sociedade no Centro Paranaense. A solenidade teve ao centro da mesa o ilustre ministro. Também compuseram esta reunião, ao seu lado direito, Durval Ribeiro de Pinho e, à esquerda, Leôncio Correia. A palavra inicial foi concedida a este último que expressou a potencialidade e fertilidade da natureza do território brasileiro, O segundo a exprimir suas palavras foi o secretário Pinho. Durante seu pronunciamento, a assembleia manifestou seu apoio incondicional a este "programa social"[326]. Foram proferidas em seu discurso as bases da sociedade, que incluía doze breves comentários de intelectuais acerca das matas do país. Estas frases foram compiladas em um pequeno livreto que se tornou um documento dirigido aos deputados da Assembleia Nacional Constituinte, chefes do poder executivo Federal, dos Estados e Municípios, diretores e membros do magistério dos estabelecimentos de ensino, em geral, bem como aos diretores das empresas de viação, terrestre, marítima e fluvial[327]. Tratam-se dos "Postulados sobre o problema florestal" que foi publicado em 1933.

Uma ausência notável para apoiar ou recusar esses postulados durante a inauguração foi a do botânico Alberto José de Sampaio, pois estava em viagem para participar do Congresso Internacional de Geografia de Paris, ocorrido em setembro de 1931. O dito "fundador" da Sociedade pela historiografia embora não estivesse fisicamente na solenidade de abertura da instituição é indiscutível quanto à sua colaboração para que ela pudesse ser concretizada.

No Congresso parisiense, Sampaio manteve contato com as ideias de Marc Bloch. Este historiador em 1931 publicou nos *Annales* que o Congresso que participou juntamente com Sampaio mostrava o "brilho e vitalidade da escola francesa".[328] Isso porque nele se observava a historicidade do domínio do meio físico pelas sociedades humanas por meio da técnica. Nos termos de Bloch, "o homem dobrou a natureza à nova economia"[329] e cabia aos cientistas evidenciar a "exploração secular e desordenada que arruinou a antiga floresta"[330].

Esta proximidade com a Escola dos *Annales* não é trivial neste grupo intelectual.[331]

---

326 SOCIEDADE dos amigos das árvores. A sessão inaugural. *Jornal do Brasil*, 22 de Agosto de 1931, p.8.

327 SOCIEDADE dos amigos das árvores. *Postulados sobre o problema florestal*, [s.l],1933.

328 BLOCH, Marc. Regiões naturais e grupos sociais. In: _____. *A terra e seus homens:* agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Bauru: Edusc, 2001, p.463.

329 *Ibidem*, p.478.

330 *Ibidem*, p.481.

331 Conforme David Arnold esta escola francesa representou uma iniciativa de unificar história e natureza. Para ele, destacavam-se nesta corrente os estudos rurais de Marc Bloch que buscava compreender a ação recíproca entre hábitat e suas gentes, além da longa duração braudeliana e as interpretações climáticas de Emannuel Le Roy Ladurie. Recentemente, Vinaseñor destacou que os *Annales* se caracterizaram justamente pelo enfoque de uma reciprocidade de influências entre homem e natureza. Para o autor mexicano, trabalhos de Braudel traziam aspectos de sistema, adaptação e sucessão advindos das ciências biológicas. Outro estudo

Alberto José de Sampaio, por exemplo, foi leitor das propostas historiográficas de Lucien Febvre, o historiador da primeira geração dos *Annales*. O francês foi referenciado entre as documentações devido sua busca de integração das humanidades com as cadeiras das ciências naturais. É apontado por Sampaio que "os quadros climato-botânicos"[332] - como os definiu Febvre - tem se agravado com a intensificação do povoamento do solo". Há, portanto, pelos próprios intelectuais associados à *Revista Florestal* e outros espaços institucionais de conservação a busca de reajustar os relógios das ciências naturais e humanas, tal como a história ambiental[333].

Isso demonstra que as elites intelectuais estavam atentas a produção dos conhecimentos mundiais. Da mesma forma, a Europa e os Estados Unidos também ficaram informados da existência de amigos das árvores no Brasil. Em 3 de Dezembro de 1932, o Ofício Internacional de Proteção à Natureza que, durante a criação da associação brasileira era sediado em Bruxelas, solicitou pelo seu diretor, o professor da União Internacional das Ciências Biológicas, J. M. Derecheid, o intercâmbio de ideias com a sociedade.[334]

Alberto José de Sampaio, canal entre as duas instituições, aconselhou a agremiação a aceitar tal proposta, pois traria respaldo internacional à recém-sociedade, bem como possibilitaria a permuta de múltiplos documentos e informações. O OIPN, também de recente criação, datado de 1928, adquiriu grande importante desempenho na internacionalização das questões florestais por ter sido uma proposição do "Comitê Neerlandês para a Proteção Internacional da Natureza", o "Comitê Belga para a Proteção à Natureza" e o "Comitê Francês para a proteção de Fauna e Flora coloniais", ambos detentores de distinta autoridade científica, social e política naquele momento.

---

dos *Annales* que contribuía para a reflexão da natureza é o de Maurice Lombard. Este é destacado devido atentar-se para a extração das madeiras e usos das florestas pelos muçulmanos no séculos VII e IX. Para o autor, apesar de o ambiente geográfico ter sido incluído nesta historiografia, os trabalhos do *Annales* são mais lembrados pelas transformações que concedem ao método quantitativo e análise de estruturas do que pelas suas contribuições a história ambiental. Cf. ARNOLD, David. *La naturaleza como problema histórico:* el médio, la cultura y la expansión de Europa. Tradução para o espanhol de Roberto Elier. México: Fondo de Cultura Econômica, 2000, p.42-49; VILLASEÑOR, Alejandro Tortollero. The Annales Schooland the environmental history of Latin America. *Historia Caribe*, Barranquilla, v.12, n.30, jan-jul.2017. Disponível em: <http://investigaciones.uniatlantico.edu.co/revistas/index.php/Historia_Caribe/article/view/1675/1580> Acesso em: 09.01.2017.

332 SAMPAIO, Alberto José de. Serviço de Defesa Florestal e reflorestamento: memorial a ser apresentado no Conselho Técnico de Inspetoria Agrícola e Florestal, da Prefeitura do Rio de Janeiro. *Op.cit*, p.4.

333 DRUMMOND, José Augusto. *Op.cit*, 1991.

334 O OFÍCIO Internacional de Proteção à Natureza dirige-se à Sociedade dos Amigos das Árvores. *Jornal do Brasil*, 03 de Novembro de 1932, p.5.

3.4 Amigos de Alberto Torres

O quarto, e último, círculo social que se menciona neste capítulo é a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres[335]. Em correspondências presentes no Fundo de Alberto José de Sampaio, denotamos algumas considerações sobre esta associação. A agremiação foi fundada em 11 de novembro de 1932 para assegurar a perpetuidade na memória da obra do jurista Alberto Torres. Era também intenção deste grupo divulgá-las, sujeitá-las aos fatos ocorridos, comentar sobre os problemas nacionais, apresentando soluções. Constam-se entre os sócio-fundadores[336] os colaboradores diretos ou indiretos e/ou citados na *Revista Florestal.* São eles: Ildelfonso Simões Lopes, Edgard Roquette Pinto, Ana Amélia Carneiro de Mendonça, Humberto de Almeida, Saturnino de Brito Filho e Alberto José de Sampaio, por exemplo.

A sociedade procurou reeditar suas obras "A organização nacional" e "Problema nacional Brasileiro" e tomaram Alberto Torres como um elemento que expressava o "patrimônio intelectual" do país. Segundo Sílvia Pinho, a geração dos anos de 1920-1930 criou uma concepção de que aquele intelectual foi um "gênio injustiçado" durante seu período em vida.[337] Era missão da agremiação, recuperar suas obras que valorizaram a nacionalidade brasileira. No entanto, esta leitura de Alberto Torres foi apropriada e representada por diferentes grupos políticos (católicos, integralistas, anti-racistas, ruralistas, entre outros) e conformou a expectativas propostas por cada um deles.

Em seu nome realizaram-se congressos para solucionar "o problema do Nordeste", criou-se bosques por meio do plantio de árvores e executou-se missões educativas em Iguaçu, Petrópolis, Campos, Resende e Piracicaba visando estimular o ensino rural. A enumeração destas cidades, à primeira vista, seria casual. Entretanto, cabe revelarmos que cada uma dessas

---

335 Teresa Urban, reduz a Sociedade dos Amigos das Árvores por, em sua miopia, não mobilizar a opinião pública. Afirmava que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres era de "maior fôlego". Cf. URBAN, Teresa. *Missão (quase) impossível*: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2001, p.31

336 Entre os sócios fundadores estavam: a professora Alda Sampaio, Fernandes Távora, o ministro da agricultura Juárez Távora, Saboia Lima, Lourenço Baeta Neves, Alcides Gentil, Heloísa Alberto Torres (filha do intelectual), José Savaresi, Paulo Filho, Humberto de Campos, Félix Pacheco, Barreto Campello, Barbosa Lima Sobrinho, Oliveira Vianna, Hélio Gomes, Alcides Bezerra, Rogério de Camargo, Roberto Marinho, Magalhães Corrêa, Prado Kelly, Porfírio Soárez Netto, Mário Roquette Pinto, Protógenes Guimarães, Raimundo Magalhães, Rafael Xavier e Raul de Paula. Ver CORRESPONDÊNCIA endereçada a Fernando Távora datada de 9 de julho de 1936. *Fundo Alberto José de Sampaio.* Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional. Codificação: BR.MN.AJS. Caixa 29.

337 PINHO, Sílvia Oliveira Campos de. *Alberto Torres*: uma obra, várias leituras. 245 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. O quarto capítulo foi particularmente interessante a esta análise, pois Pinho examina as diferentes apropriações que se realizaram deste intelectual ao longo do século XX. O primeiro dos pontos analisados é a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Segundo ela, a organização era "bastante ativa, organizada e, ao que tudo indica, poderosa".

regiões era afetada, segundo esses intelectuais pelo problema florestal. Iguaçu, por exemplo, reverberou na implantação de um parque nacional específico.

O nível de estruturação formal da sociedade era elevado. Em agosto de 1936 foi promovida uma reunião para aprovar o regimento desta instituição. Com base neste estatuto, a sociedade era constituída de quatro núcleos: um central, sediado na capital da República; os núcleos regionais autônomos; os locais organizados pelos municípios e, por último, os núcleos universitários. Inserir este quarto demonstrava o papel que a universidade adquiria para estes adeptos. Esta apresentava como o novo *lócus* de produção do conhecimento científico no Brasil.

Seus órgãos eram formados por um conselho deliberativo, uma diretoria, um conselho administrativo, um conselho fiscal, uma assembleia geral e, por fim, uma assembleia especial.[338] Existiam, tal como a Sociedade dos Amigos das árvores, algumas categorias de sócios: efetivos (fundadores ou eminentes), beneméritos e honorários. Para ser um dos sócios-efetivos, cinco condições eram necessárias. São elas: ser brasileiro ou naturalizado, ser proposto por um dos sócios-efetivos, possuir parecer favorável do conselho fiscal, pagar uma quantia e prestar compromisso de fidelidade à sociedade.

Segundo Pinho, duas linhas de atuação foram discutidas na sociedade. Por um lado, debatia questões ruralistas atinentes à *terra* (agricultura, natureza e educação agrícola) e, por outro, analisava a *gente* (educação, imigração e outros problemas nacionais)[339]. As palestras, cursos e excursões promovidas sobre estas problemáticas eram publicadas na grande imprensa, sobretudo, no Jornal do Comércio que armazenava um arquivo da instituição até o prédio arder em chamas.

O que nos interessamos aqui é a contribuição desta sociedade para a solução da devastação das matas. De acordo com a autora, a sociedade promovia "excursões ecológicas" e integrou a primeira conferência de proteção à natureza no Brasil. Consideramos que este vínculo com a conservação era ainda mais profundo. Pelo fato de pertencer a ela, principalmente, Alberto José de Sampaio, Humberto de Almeida, Roquette Pinto e Idelfonso Simões Lopes – ambos colaboradores de nosso periódico de estudo -, a associação que concedia visibilidade ao problema florestal diante de eminentes políticos do país. A integração destes intelectuais a esta agremiação, indica também uma busca de tornar o problema da devastação das matas como de caráter nacional. Sendo assim, possibilitava a inserção destas

338 ESTATUTO da S.A.A.T. *Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional*. Fundo de Alberto José de Sampaio. Codificação: BR.MN.AJS. Caixa 29.

339 PINHO, Sílvia. *Op.cit*. p.174.

questões nas políticas públicas mais gerais do Estado Varguista.

***

Diante do quadro esboçado a partir das Sociedades: Nacional de Agricultura, Protetora dos Animais, dos Amigos das Árvores e de Alberto Torres, podemos verificar que diversas associações trouxeram a temática de proteção à natureza e comportaram integrantes da *Revista Florestal*. Nesse conjunto de círculos sociais, portanto, emergiam relações afetivas entre os agentes desta rede de proteção à natureza, tais como a de Eugênio d'Alessandro com Leôncio Correia e Azevedo Lima que iniciou este capítulo, tendo se configurado enquanto instituições abertas à produção e circulação de discussões e debates mais amplos.

PARTE II.

TRONCOS NARRATIVOS E FOLHAS IMPRESSAS

CAPÍTULO 4

Seiva bruta:
Fases e discursos da *Revista Florestal*

"O reflorestamento de nosso país, de par com a defesa da flora e fauna, constitui hoje uma aspiração geral, a animar e fortalecer como um dever sagrado, sendo para isso indispensável a cooperação assídua da imprensa com os poderes públicos."[340]

As palavras em excerto foram redigidas pelo botânico Alberto José de Sampaio na edição comemorativa de primeiro ano da *Revista Florestal*. Nelas, o articulista ponderava que a imprensa no início do século XX foi um canal de comunicação privilegiado que possibilitou a conexão de diversos itinerários para a proteção à natureza no país. Através do entrelaçamento de trajetórias de diversos intelectuais pode ser configurado o periódico de nosso estudo. Simultaneamente, Sampaio aponta nesta epígrafe uma questão central neste discurso: o imaginário de sacralização da proteção à natureza, pois como menciona, o reflorestamento era um "dever sagrado".

Uma vez conhecidas as raízes do terreno em que a revista afincou suas bases, ou seja, pautadas no reforço do nacionalismo, organização de uma política florestal, bem como na emergência da especialização da imprensa, podemos, a partir deste momento, compreender o caule que a sustenta, isto é, sua estrutura textual, as linguagens e imaginários[341] que nelas são mobilizadas. Nesse sentido, o propósito deste capítulo é examinar a revista como uma "comunidade argumentativa", ou seja, uma estrutura de sociabilidade permeada por práticas que produzem sentidos sobre a experiência coletiva do que eles designam como "natureza" ou "floresta"[342].

---

340 SAMPAIO, Alberto José de. Ecologia e genética em reflorestação. *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano II, n.1, p.40, jul-ago.1930.

341 Tomamos sob a forma de empréstimo a categoria de imaginários sociais de Bronislaw Baczko, ao diagosticar a importância das representações para as práticas políticas. Dessa maneira, os intelectuais tecem a revista com base em esperanças, sonhos, utopias e mitologias políticas que, ao organizá-las, configuram um repertório simbólico no qual a árvore adquire posição de símbolo da nacionalidade. Para o conceito de imaginário, ver BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales:* memorias y esperanzas colectivas. 2ª ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 1999.

342 Sobre o conceito de "comunidade argumentativa", cf. CASTRO, Fernando Vale. *Op,cit.* p.15.

Sendo assim, pretendemos analisar os discursos que são propagados em seu interior, tendo em vista que a articulação destes textos materializam práticas de escrita, formulam representações do mundo natural, bem como sugerem apropriações variadas entre os diferentes indivíduos e grupos sociais. Nesta perspectiva, o próprio fazer redatorial constitui uma transformação no mundo biofísico, que seja pelo estímulo ao reflorestamento, interações entre sujeitos para sua composição gráfica ou, simplesmente, pelo emprego de *recursos naturais* para a realização impressa do periódico. Indagamos sobre o que se trata na revista, o que narra e, principalmente, como ela narra determinados acontecimentos. Em outros termos, as perguntas que logo sobressaltam referem-se à linguagem adotada pelo periódico, os paratextos que são nele apresentados, bem como quais os assuntos que recebem uma atenção prioritária.

Para compreender este discurso, dois caminhos são entrecruzados na narrativa: o *mapeamento quantitativo* e uma *análise do conteúdo da revista* . O primeiro correspondeu em um levantamento exaustivo de cada um dos artigos, das seções e das notícias que compõem o periódico. Tomando esta base como referência de análise, realizamos um banco de dados em que categorizamos as temáticas do periódico adotando 20 chaves interpretativas. São elas: comércio, reflorestamento, atividade de instituição pública, botânica, aspectos editoriais, literatura, eventos, dendrologia, parques nacionais, legislação, transporte, entomologia, arborização urbana, homenagens, incêndios, política exterior, educação, energia, patrimônio histórico-arquitetônico e zoologia. (Ver Apêndice F)

Esta classificação temática tornou-se possível diante da realização de uma *análise de do conteúdo* de cada um dos artigos que compuseram as 24 edições da *Revista Florestal.* Por meio disso, pode-se verificar o estabelecimento de uma coerência discursiva, ou seja, a presença de elementos comuns a todas as edições do periódico que demonstravam uma continuidade da linha editorial mesmo após as interrupções na publicação. Da mesma forma, a extração da análise temática por intermédio deste método, possibilitou verificarmos as dessemelhanças que demarcam algumas transformações na política florestal brasileira. No que se refere as rupturas, construímos uma *periodização em três fases* da trajetória do impresso.

A hipótese que norteia este capítulo consiste na possibilidade de periodização da trajetória editorial da Revista em três cortes – ou fases - neste tronco narrativo. Uma primeira que seria da edição inaugural publicada em julho de 1929 até outubro de 1932 (14 números ao total); seguida de uma segunda fase ou uma edição única de 1943; e, finalmente, a partir de setembro de 1945 até a publicação anual de 1949 (9 números, sendo uma edição que agrega

dois números – setembro/dezembro de 1945).

Estruturamos este capítulo em dois eixos: o primeiro deles busca examinar as temáticas que predominam no periódico, bem como as características comuns na estrutura editorial que permanecem de 1929 a 1949. O segundo eixo, porém, refere-se a periodização da revista nas três fases. Em ambos eixos realizaremos, como sugeria Gallagher e Greenblatt, uma análise dos "traços escritos e visuais de determinada cultura como uma rede de significados reciprocamente inteligíveis"[343], compreendendo as variações que estas categorias possuem ao longo do tempo. Ou seja, recorrer à textualidade das obras de cada uma das edições permitirá compreender os argumentos desta rede de sociabilidade para "incutir" medidas de reflorestamento sobre as políticas governamentais e seu papel na configuração da historicidade deste movimento florestal. A revista, portanto, torna-se um veículo que, se interpretada na densidade de seus significados, manifestará imaginários deste movimento de proteção à natureza.

4.1 O tronco narrativo

Na década de 1970, a historiadora Mônica Pimenta Velloso acentuou por meio da análise do periódico católico *A Ordem*, que as revistas consistiam em lugares privilegiados para diagnosticar as ideologias dos grupos[344]. Os impressos eram elementos que agrupavam intelectuais em torno de ideias compartilhadas e, por vezes, tornavam-se "núcleos irradiadores" de suas propostas. Em que pese a ausência da perspectiva da recepção e circulação como parte constituinte das revistas, a abordagem da autora ainda nos oferece um horizonte de investigação para a análise da *Revista Florestal*.

Da mesma forma que *A Ordem* aglutinava adeptos ao movimento católico e conservador, a *Florestal* agregava sujeitos históricos mobilizadores da proteção à natureza. O seu fazer editorial articulava representações deste grupo acerca do mundo biofísico. Ao longo da pesquisa, verificamos que esta narrativa contemplava algumas linhas gerais que norteiam as 24 edições publicadas. Ainda que durante as duas décadas tivessem oscilações no vocabulário e gramática interna da revista, é possível assinalar algumas temáticas que perduram e são sustentadas pelos seus agentes desde o início da publicação.

---

343 GALLAGHER, Catherine; GREENBLATT, Stephen. *A prática do novo historicismo*. Bauru: Edusc, 2005, p.18.

344 VELLOSO, Mônica Pimenta. A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, v.21, n.3, p.117-159, set.1978.

Com o intuito de entrelaçar os artigos presentes nela, observamos que, embora sejam assinados por autores diferentes[345], apresentam similaridades de objetivos. Como nos ensina Velloso em outro trabalho, um periódico traz em torno de si uma "coerência interna do discurso"[346]. Por coerência não entendemos homogeneidade de discurso, mas interesses comuns entre seus articulistas. Pressupondo a existência de um amálgama de ideias, examinam-se estas narrativas construídas, buscando compreendê-la enquanto materialização impressa do engajamento destes intelectuais com este debate público.

4.1.1 O cerne temático do periódico

Em busca das áreas temáticas exploradas pela revista, formulamos a seguinte tabela que expressam os temas predominantes nos 20 anos de revista:

TABELA 3: CLASSIFICAÇÃO TEMÁTICA DA *REVISTA FLORESTAL* (1929-1949)

Temática	Números absolutos	Temática	Números Absolutos
Comércio	143	Transporte	13
Reflorestamento/Silvicultura	59	Entomologia	7
Atividade de instituição pública	35	Arborização Urbana	7
Aspectos editoriais	35	Homenagens	4
Botânica	34	Incêndios Florestais	4
Literatura	26	Política Exterior	3
Eventos	24	Educação	3
Dendrologia	22	Energia	2
Parques Nacionais	16	Patrimônio Histórico-arquitetônico	1
Legislação	13	Zoologia	1
Total de artigos, seções ou notícias			**452**

** Esta tabela foi construída tomando por base a classificação atribuída a cada artigo exposta no Apêndice F deste trabalho.*

Conforme a tabela, se analisadas todas as edições publicadas, a predominância foram de artigos atinentes ao *comércio*. Por esta categoria elencamos aqueles que remetem em seu discurso à exportação, importação de madeiras ou outros produtos agrícolas, bem como acerca de impostos, cotações internacionais e taxas alfandegárias. Tratam-se, pois, de artigos construídos, principalmente, durante a primeira fase do periódico, uma vez que se concentram durante aquele momento (etapa com maior número de edições na revista).

345 PLEUT-DESPATIN, Jacqueline. *Op.cit.* 1992.
346 VELLOSO, Mônica Pimenta. *Op.cit*, p. 82.

Desta tabela extraímos que havia um interesse mercantil das florestas. A intenção básica consistia em comercializar os produtos florestais ao exterior e assegurar a dinamização da agroexportação no Brasil. Além disso, esses dados ponderam que não predominavam na revista os argumentos preservacionistas como induzia o estudo de Vanessa Mello.[347] Embora a autora não recaísse sobre a dicotomia entre conservacionistas e preservacionistas no Brasil, o argumento de que prevalecem textos deste último verniz nos parece equivocado. Quando se mapeiam cada um dos artigos, verifica-se que, se a escolha entre uma das correntes fosse necessária para a compreensão do movimento florestal na revista, prevaleceria o conservacionismo e não o mito da intocabilidade da natureza. O primordial para o periódico é proteger a floresta para comercializá-la e alcançar o progresso e não para mantê-la apenas intangível aos seres humanos.

O segundo tema mais comentado durante a publicação da revista dizia respeito ao *reflorestamento ou silvicultura*. Nesta categoria, identificamos os artigos sobre o estímulo do plantio das árvores, tal como as técnicas que deveriam ser adotadas para tal prática. Estes artigos trazem como centralidade a busca de justificativas do porquê se deveria reflorestar as matas do país, desde uma dimensão da amenidade climática até uma justificativa da salubridade e "formação da alma da raça"[348].

O terceiro tema que assume proporções significativas na revista são as *atividades das instituições públicas* que organizavam políticas florestais, em especial o Serviço Florestal do Brasil e, nas edições de 1940, o Conselho Florestal Federal. As informações acerca destes órgãos do Estado em uma posição expressiva na revista evidencia o papel que o periódico possuía na veiculação das políticas governamentais acerca da proteção à natureza. Nesse sentido, é possível pensar o periódico enquanto um espaço institucional de produção do sentido de natureza ao nível do Estado, sobretudo após 1932, quando adquire o *status* de oficial, tornando-se publicação organizada pelo Ministério da Agricultura.

O quarto e o quinto tema que mais atenção são conferidas na *Revista Florestal* correspondem, respectivamente, aos *aspectos editoriais* e a *botânica*. Aos princípios de edição, incluíram-se as informações sobre cartas enviadas ao leitor acerca de consultas, informações dos colaboradores da revista, notícias sobre a publicação futura de determinados artigos, bem como agradecimentos dos editores a alguma questão envolvendo a própria

347 MELLO, Vanessa Pereira da Silva. *Op. cit.* p.148.

348 Esta expressão era recorrente nos discursos da festa das árvores realizada anualmente no Horto Florestal do Distrito Federal. Ver LOPES, Luiz Simões. Discurso pronunciado na dia da árvore de 1928. *Fundo Luiz Simões Lopes.* CPDoc/FGV. Codificação: LSL pi Lopes, L.S.1928.08.26.

produção do periódico. À botânica, por seu turno, incluíram-se artigos realizados no intuito de classificação de espécies vegetais, contribuições de nomenclaturas científicas, bem como anatomias de espécies de plantas.

Para além da divulgação científica do campo botânico que se constituía, a revista incluiu dentro do seu corpo de redatores, literários que publicaram poemas de culto a árvore, ou até mesmo textos em prosa acerca das florestas.[349] Totalizamos 26 artigos que imprimimos o epíteto de "*literatura*". Entendemos, porém, que literatura é mais abrangente que estes, e que todo texto em si é literário, pois pressupõe uma organização própria da linguagem. Atribuímos este conceito, porém, tendo como referência o papel que cumpre aqueles que neles escreveram. Tratavam-se, em sua maioria, de homens que adquiriram espaço na revista em função da posição que possuíam no interior das academias de letras, como é o caso de Gustavo Barroso e Roquette-Pinto, ambos membros da Academia Brasileira de Letras. Ou seja, pelo lugar que ocupavam em instâncias de canonização literária.

A literatura é seguida da cobertura de *eventos*. A maioria deles referia-se a feiras de amostras de produtos agrícolas, conferências internacionais de silvicultura, exposições sobre laticínios e, sobretudo a Festa das árvores, o principal evento narrado em todas as fases do periódico. Os eventos expõem uma busca da revista de inserção dos leitores no que consideravam relevantes para conhecimento público acerca da questão florestal.[350] Uma vez colocadas feiras, conferências e congressos de comercialização de produtos agrícolas, reitera-se aqui o lugar conferido às florestas nesta perspectiva, qual seja, a de mercadoria exposta em vitrines internacionais.

O oitavo tema mais discutido na revista, todavia, opera com a *dendrologia*, isto é, especificamente com a análise microscópica da madeira, buscando classificar as espécies de lenhos e tendo a preocupação com a padronização para mercado. Segue-se a dendrologia, os *Parques Nacionais* que ocuparam espaço na revista não somente após a concretização dessa

---

349 Vale destacar que a divulgação científica nos anos de 1920 foi particularmente significativa em meio a criação de novas instituições científicas e a delimitação do campo de ação de diversos cientistas. Optamos pelo emprego do conceito de divulgação científica que é termo equivalente ao de comunicação científica ou popularização científica. Pressuposto similar também foi apontado por MASSARANI, Luísa. *A divulgação científica no Rio de Janeiro:* algumas reflexões sobre a década de 20. 177f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

350 A mérito de esclarecimento, a concepção de público adquiriu ao longo da história diversos significados. No mundo greco-romano o público aparecia como oposto ao espaço doméstico, como um espaço político do qual não participavam mulheres e sujeitos escravizados. No século XVII, com a emergência da esfera pública proposta por Habermas, o conceito estreita seus laços com a figura do Estado Moderno. Para debates sobre conceito de público cf. SCHITTINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da história. In:ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). *História pública no Brasil*: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p.20-29.

instalação no Brasil em 1937, mas já nas primeiras edições como objeto pretendido por aqueles que nela escreviam.

Legislação e transporte foram os temas atribuídos que tiveram 13 artigos em destaque. Aglutinamos à *legislação* aqueles que transcreviam decretos ou leis, bem como forneciam índices para o código florestal, enquanto aos *transportes* se referem diretamente as madeiras como combustíveis para alimentação de estradas de ferro. Cada um destes temas demonstra a intenção do periódico de publicizar as ações governamentais sob o regime da lei e o papel central dos recursos naturais – em especial as madeiras - para diversas atividades sociais.

Com sete artigos cada um, temos a *entomologia* e a *arborização urbana*. O primeiro caracterizava-se, principalmente, pela presença de estudos científicos acerca do controle – e mais forte, combate – às "pragas" agrícolas. Sendo assim, demonstram a finalidade do projeto de controle do meio biofísico para aproveitamento da agricultura. Associar a revista apenas ao campo agrário seria um equívoco, afinal de contas, ela além de ser distribuída nas cidades, contemplava estratégias de arborização urbana. Catalisava, assim, um público amplo, para além das zonas rurais, mas ambientes citadinos.

Em menor grau, contabilizamos as *homenagens* e *incêndios*. Cada qual registra 4 artigos em que as homenagens referem-se a elogios à atuações de determinados sujeitos pela proteção à natureza, consagrando uma conotação positiva da memória dos "protetores da natureza". Aos artigos que tratam centralmente dos incêndios florestais, entretanto, há uma denotação pejorativa, sendo esses fatos os principais responsáveis pela degradação das matas. Aqueles grupos que utilizavam o fogo como estratégia de agricultura, por consequência, eram arduamente criticados.

Com três artigos apenas *Política exterior* e *educação* são os temas dos artigos menos citados centralmente na narrativa da revista. Quando denominamos *política exterior* referimo-nos a políticas de reflorestamento que ocorriam em países para além de Estados Unidos e Itália que são recorrentes na revista. Não atribuímos estas à política exterior, pois ao mencionar as diretrizes desses países, os articulistas propõem medidas similares ao Serviço Florestal no Brasil e maior intercâmbio das políticas florestais com estas nações, incluindo a visita técnica de norte-americanos ao Brasil, o qual foi atribuído como atividade pública da instituição. Incluímos, porém, a abordagem do reflorestamento em países como Irlanda, onde a aproximação foi menos intensa.

A *educação*, porém, é um caso particular. Embora seja apenas designada centralmente em três artigos, o ensino é recorrente no discurso da revista. Ele é percebido como uma das

possíveis soluções para o problema florestal. Em geral, estão presentes em artigos que atribuímos como reflorestamento. Nas linhas entremeadas do discurso, todavia, os articulistas evidenciam que a proteção à natureza se pautaria na educação dos caboclos, indígenas e, sobretudo, na terceira fase do periódico, os moradores das favelas[351]. Existem ainda dois artigos centrados em alternativas de *energia* à lenha, que, como é de conhecimento público, ainda era a principal fonte energética do Brasil. Como informou o geógrafo Christian Brannstrom, a lenha pelo menos até em 1944 respondia por dois terços dos combustíveis somente da cidade de São Paulo[352]. Ambos os artigos se inscrevem em 1932, sob as discussões de produção do código de minas, decretado em 1934.

Pelos dados de registro desta base de dados, somente há um artigo acerca de *patrimônio histórico-artístico* e outro de *zoologia*. Embora o conceito de patrimônio seja relevante em outros artigos e um traço forte das edições, o centro da narrativa para patrimônio somente ocorreu em um artigo, poucos anos após o tombamento pelo Serviço do Patrimônio Histórico-Artístico do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, uma das instituições que contribuíram com a realização da revista. Na zoologia, por sua vez, incluímos a narrativa em que são identificadas aves silvestres sob nomenclatura científica.

4.1.2 Entre a lenha e a linha editorial

A partir destas 20 chaves interpretativas que compõe o cerne temático do periódico, compreendemos que ao longo de sua trajetória editorial predominavam as seguintes características da linha editorial: a) a percepção das florestas como patrimônio nacional; b) a construção da memória de expoentes históricos na proteção à natureza; c) a representação da natureza enquanto recurso material e simbólico; d) a comparação do problema florestal brasileiro com outros países; e) a responsabilização de comunidades políticas (caboclos, indígenas e moradores de favelas) pela devastação das matas; f) componente sacralizante da natureza; e, por fim, g) o estímulo a eficácia da legislação e incentivos às medidas

351 Evitamos aqui tratar estes grupos sociais sob o conceito de "comunidades ou populações tradicionais" por dois motivos principais: em primeiro lugar, pois entendemos que este conceito nos parece inadequado a este contexto, uma vez que destitui de significado as categorias que os redatores tinham na revista. Além disso, a sua incorporação a narrativa reiteraria uma posição que a revista pretendia forjar, qual seja, a de que estes grupos eram tradicionais ou inferiores e, por oposição construída numa base dualista, "não-modernos". Optamos, assim, pelas categorias nativas com as quais os redatores operam. Sobre categorias nativas, ver GEERTZ, Clifford. *O saber local*: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

352 BRANNSTROM, Christian. A madeira foi o combustível que moveu a industrialização brasileira? Avaliando a hipótese da madeira, 1900-1960. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovanna Galvão. (Org.). *História ambiental*: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p.53.

educacionais que favoreciam o plantio e o reflorestamento, tais como comemorações cívicas do dia da árvore.

No que se refere ao primeiro, podemos identificar que desde a capa da edição de julho de 1929, as florestas foram entendidas como bens inestimáveis da nacionalidade brasileira.[353] Recorrentemente, utilizava-se a concepção de patrimônio florestal para compreendê-la. O conceito de patrimônio, como nos ensina François Hartog, é alimentado pelas "cesuras" e "questionamentos na ordem do tempo", sendo um "recurso para momentos de crise"[354]. Dentro das acepções de patrimônio, a narrativa dos intelectuais da rede de sociabilidade florestal dos anos de 1920-1940 no Brasil demonstra que se insere em um tempo de aceleração, cuja defesa do patrimônio era entendida de maneira urgente – termo empregado constantemente nos artigos -, pois o futuro se apresentava como ameaça às gerações vindouras. Hartog é perspicaz ao observar que a categoria de patrimônio natural - ou, em nosso caso, florestal – expressa uma crítica ao tempo vivido até o presente. Trata-se de uma percepção de mudança com o regime de exploração intensificada do passado, uma necessidade de racionalidade no presente, a fim de modificar a sensação presente de catástrofes futuras, como desertificações, inundações, entre outros eventos naturais.

Considerando as florestas um patrimônio nacional, os intelectuais promoveram-na como uma herança nacional e, para isso, voltaram-se ao passado. Isso significa que os redatores do periódico, ao construírem sua narrativa, não abriram mão de sua inserção enquanto agentes no tempo histórico. Ao contrário, inscreviam-se dentro de uma tradição intelectual de proteção aos bens concedidos pela natureza e, desta forma, representavam o tempo dotando-o de uma consciência histórica. Cabia, pois, para esta geração denotar de

---

353 Empregamos o conceito de patrimônio florestal, com acepção próxima do conceito de "patrimônio natural", uma vez que são sinônimos nas narrativas. Para Simone Sciofoni, ao estudar o processo de tombamento da Serra do Mar, a patrimonialização da natureza é revestida por, no mínimo quatro valores, a saber: a) o cognitivo (suporte do conhecimento histórico); b) os formais (propriedades físicas dos objetos); c) naturais (atributos de qualidade estética) e, por fim, d) afetivos (dimensão entre os grupos com o uso e suas diferentes apropriações). A expressão patrimônio natural aparece como produto das preocupações dos anos de 1970 associado ao discurso de monumentalidade da natureza. Tal discurso coloca a natureza como espetacular e grandiosa pela fruição visual. Não é trivial, portanto, que as primeiras medidas de proteção se utilize do conceito de "monumentos naturais", visto que enalteciam a monumentalidade natural. Ver SCIOFONI, Simone. *A construção do patrimônio natural*. 1ªed. São Paulo: Labur Edições, 2008; XAVIER, Carlos Alberto Ribeiro de. A natureza no patrimônio cultural do Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.22, 1987, p.233-235.

354 HARTOG, François. Patrimônio e presente. In: _____. *Regimes de historicidade*: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte, Autêntica, 2013, p.243.O historiador não buscava conceituar o termo, porque interpretava a historicidade de seu conceito. Sendo assim, observa que teve várias definições ao longo do tempo histórico, relacionando-o às dimensões de passado-presente-futuro. Hartog, inclusive considera que o pós-1970 vivenciava um "tempo do meio ambiente" quando se cria uma Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural pela UNESCO. Através dos estudos da *Revista Florestal* vemos que conceito de patrimônio como integrador da percepção entre natureza e cultura ou entre memória e território, é anterior aos anos de 1970.

quem legava este espírito de conservação. Os nomes escolhidos na memória nacional variaram conforme as fases da revista. Entretanto, buscaram identificar a historicidade da "nação" brasileira ao processo histórico de destruição da natureza, assim como acentuaram os indivíduos que se edificaram contra esse processo que rompia as arquiteturas de um suposto tempo passado imaginado por ser composto de matas verdejantes.

Assim, a natureza consistiu em um recurso simbólico que colaborava na construção da nação brasileira e ainda atribuía uma tarefa àqueles que dela pertenciam. Em outras palavras, era preciso aos membros da comunidade imaginada proteger os recursos naturais pelo seu apelo estético e utilidade. Neste último caso, se referiam aos benefícios climáticos, de salubridade, energéticos e econômicos que as florestas traziam, principalmente, aos seres humanos. Com isso, a lógica utilitária evidencia o caráter estreitamente antropocêntrico no tocante ao manejo florestal.

Empregar os *recursos* da natureza de maneira adequada seria utilizá-los de modo racional, adotando-se os princípios da técnica cientifica. Estes seriam obtidos através do aprendizado com nações estrangeiras, por meio de intercâmbios com as "nações adiantadas" na proteção à natureza. Assim, a revista exibia em seu texto uma necessidade de aprendizado com os países estrangeiros sobre as maneiras de lidar com o problema florestal, visto que o Brasil estava, segundo eles, muito atrasado diante das ações que se desenvolveram na Europa e, principalmente, nos Estados Unidos.

Para além do contato com os países avançados, a solução do problema florestal na revista viria através da divulgação do "evangelho das florestas" em diversos meios educativos, desde o rádio e a imprensa até a escola e clubes de escotismo. A própria revista era entendida como um fator que contribuía para a circulação do imaginário de proteção às florestas. Isso porque em suas linhas preconizava o ensino ao reflorestamento e estimulava o amor às árvores.

A pedagogia em si mesma não solucionaria tamanho "problema" nacional. Ela representava apenas a prevenção futura, mas como converter os imaginários daqueles que rotineiramente praticavam os "ataques às árvores"? O ensino deveria ser conciliado à eficácia da legislação florestal. O periódico, portanto, atuava como porta-voz de um grupo que legitimava a construção e, após o governo provisório de Vargas, a eficácia e fiscalização das legislações de proteção à natureza. Aos que cortavam indiscriminadamente as matas, cabia-lhes, na perspectiva da *Florestal*, a punição severa por ameaçar o patrimônio nacional. Tal era considerado sagrado, embora pudesse ser sacrificado caso fosse necessário para o bem-estar

humano.

A revista, assim, trazia em sua narrativa uma busca pelos "inimigos da floresta". Por vezes são citados o machado, lenha e fogueira como os principais fatores para esta devastação. Estes artefatos, como se veem, não desmatam por si só. Utilizam-se estas metáforas para criticar os homens que se aproveitavam irracionalmente à natureza. Os principais grupos que recebiam as críticas referiam-se aos patógenos, caboclos, indígenas e moradores de favelas. Ao mesmo tempo em que se responsabilizavam, especialmente, os grupos sociais, afirmava-se que eles se encontravam nesta situação, devido uma educação rudimentar. Por isso, o martelo do juiz e o lápis escolar – ou seja, a lei e o ensino - seriam os instrumentos privilegiados para combater o abate irracional das madeiras. Eis, portanto, o lenho central que estruturava a trajetória editorial do periódico.

4.2 Cortes e periodizações da revista

Se no item anterior investigamos as linhas editoriais da revista que foram presentes de 1929 a 1949, neste momento buscamos evidenciar as oscilações que demarcam fases do periódico. Isso evidencia que ele não consistia em um bloco monolítico ou incapaz de alterações e metamorfoses do seu projeto editorial. Ao contrário, o que propomos aqui é refletir as nuances nos paratextos editoriais do periódico.[355] A expressão de *paratextos editoriais* de Gérard Gennete se refere, originalmente, a obras literárias, porém demonstramos que podem ser também profícuas para refletir sobre as relações de um periódico.

Tal como os livros, as revistas apresentam em sua composição editorial alguns atributos próprios, tais como a formatação gráfica, as capas, os anúncios, os artigos, a tiragem[356], entre outros. Cada um de seus constituintes expressa uma função na obra e

355 Para o teórico literário, os paratextos editoriais consistem nos materiais inerentes a uma obra que se encontram em uma "zona indecisa" entre o dentro e o fora da publicação. Estes paratextos, por sua vez, são formados por peritextos e epitextos. Os primeiros referem-se as partes constituintes da obra propriamente dita, por exemplo, capas, ilustrações, lombadas, capítulos, capas etc. Os epitextos, porém, referem-se aquilo que se refere a obra, mas não é ela em si, tais como correspondências trocadas para organizá-la ou distribuí-la, diários em que se descrevem detalhes sobre seu processo de elaboração, entrevistas concedidas acerca da publicação, entre outros. Ver GENNETE, Gérard. *Op.cit.* 2009.

356 Ressalta-se aqui que não obtivemos a informação precisa sobre este paratexto para a *Revista Florestal*. A única menção, porém, que verificamos foi do botânico do Museu Nacional Luiz Emygdio de Mello Filho. Segundo ele, o periódico era digno de muitas congratulações, porém sua tiragem era "limitada". Abarcava apenas os cientistas, agrônomos e grupos que já haviam incorporado os valores e sensibilidades de um novo comportamento diante da natureza. As frases do botânico nos anos de 1940 foram analisadas durante as sessões do Conselho Florestal Federal. Estes intelectuais acreditavam que a revista não conseguia mais alcançar um amplo público. Se o objetivo com a revista era propagandear uma cultura florestal, durante este momento, ela não conseguia satisfazer suas missões. Seus articulistas pensavam em difundir tais valores em

colabora para a sua construção narrativa. A forma é inerentemente articulada ao conteúdo do que nele é impresso. Logo, para compreender a historicidade e as narrativas dos periódicos, os pesquisadores não podem deter-se apenas ao estudo dos artigos que deles se escrevem, mas principalmente, observar também as formas editoriais presentes nestes impressos.

Em cada uma das fases da *Revista* examinamos as suas diferenças em relação alguns pontos. São eles: quantidades de números e páginas, periodicidade, formato, diagramação gráfica, oficinas de impressão, preços, anunciantes, seções fixas, capas, fotografias, origem da textualidade, editoriais, atividades institucionais, relação entre urbano-rural, perspectiva didático pedagógica, sacralização da natureza, apelo técnico-científico, a representação dos inimigos das matas, a relação com o Estado, a abordagem do tempo histórico e os homenageados. Em cada um dos pontos identificamos algumas alterações significativas nas três fases do periódico (Ver Apêndice G).

4.2.1 Primeira fase da Revista Florestal (1929-1932)

A primeira fase que é possível perceber na trajetória editorial da Revista corresponde ao período da criação de julho de 1929 até a edição de outubro de 1932. Neste momento, foram elaboradas 14 edições com números com uma periodicidade mensal. A única exceção desta periodicidade foi a edição bimensal de julho-agosto de 1930 que comemorava o primeiro aniversário da edição e, simultaneamente, interrompeu momentaneamente a produção, retornando apenas em fevereiro de 1932. Em todo este período o formato do periódico tinha as dimensões aproximadas a 29 x 22,5 cm.

Neste formato, a diagramação gráfica aparentava a outros periódicos de seu período, tais como a *Chácaras e Quintais* que tinham três colunas e predominância do texto verbal sobre o imagético. Os responsáveis por esse modelo de diagramação era a Oficina Gráfica Alba, a mesma que compôs o periódico representativo do modernismo carioca *Festa*.[357] Isso

---

diversos meios, não somente o impresso, pois atingia apenas aos segmentos letrados. Sendo a maioria dos habitantes do Brasil analfabetos exigia-se um veículo de maior capacidade de irradiação. O rádio era apontado como aquele que poderia satisfazer tais necessidades. Emygdio ainda salienta que esta propaganda pelo rádio não devia ser em palestras esporádicas de 15 minutos, mas deveria intercalar com os programas populares. Confessa que os dois únicos locais em que se deparou com a propaganda florestal foi no arquivo do Sampaio e na Estrada de Ferro Mogiana de Navarro de Andrade. Era, portanto, uma crítica audaz a restrição destas sensibilidades de proteção à natureza pela revista. Ver CORRESPONDÊNCIA de Luiz Emygdio Mello Filho ao Conselho Florestal Federal datada de 18 de Julho de 1947. *Fundo Luiz Emygdio Mello Filho*. Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional. Codificação: BR.MN.LE. Caixa 1.

357 Analisando este periódico sob as diretrizes do projeto de José Aderaldo Castello do Instituto de Estudos Brasileiros, Neusa Caccese pondera que a Oficina Alba imprimiu *Festa* e sua sede foi transferida da rua Manraguape ao número 17 para o Lavradio, número 60. Quando publicada a *Florestal*, a sede já era o

significava que a revista, apesar de contar com representantes do Ministério da Agricultura, não era financiada pelo Estado. À exceção das edições de fevereiro de 1932 e outubro de 1932, a publicação nesta fase foi publicada por uma gráfica particular.

A Oficina Alba pertencia aos sócios Armando Cardoso e Aníbal Moreira. Este último, de acordo com Tavares, foi o primeiro criou o Instituto Profissional de Artes Gráficas[358]. Nesta instituição buscavam instrumentalizar profissionais no campo da tipografia para aderir os estilos modernos de tipografia. A participação destes mediadores no processo de produção da revista evidencia que a publicação alinhava-se aos padrões mais conceituados da tipografia do país, desde o tipo de papel (couché), de letras escolhidas para a impressão até a formatação gráfica.

Isso, naturalmente, exigia custos de operação aos seus dirigentes. Em depoimento ao CPDoc/FGV no ano de 1990, Luiz Simões Lopes sublinhava com seu sotaque gaúcho:

> Projetei vários trabalhos, escrevi as "Instruções para a cultura de eucaliptos", plantei eucaliptos no Triângulo mineiro e tornei-me para o resto da vida, um enamorado das plantas, da natureza e da sua conservação. Fiquei tão interessado que resolvi criar uma revista especializada. Como o governo não criava, e nem tinha dinheiro para pagar, eu e um colega de repartição, Francisco Rodrigues de Alencar, resolvemos nos arriscar a fazer uma revista e a mantê-la com anúncios. Até certo ponto, nosso intento foi alcançado, porque durante tempos conseguimos manter sua publicação. A *Revista Florestal* foi, que eu saiba, a primeira manifestação clara da preocupação de pregar a conservação da natureza através de uma publicação especializada. Era assim que chamávamos o que hoje muitos chamam de meio ambiente.[359]

Com isso, verificamos que para mantê-la era preciso anunciantes. Estes eram as bases que possibilitavam a produção da revista. Sem eles, o periódico pereceria, uma vez que o preço da publicação era módico à época (apenas 2$000 e 5$000 para o número especial de julho-agosto de 1930) e similar a outras revistas do período. Os anúncios obtidos pelos diretores foram das demais revistas agronômicas do período. Ou seja, eram empresas que tinham um vínculo voltado ao incremento técnico no campo. Os produtos publicados consistiam em maquinários agrícolas, medicamentos ao trabalhador rural (o que faz verificar uma percepção deste sujeito na figura literária do Jeca Tatu), inseticidas para combate das

---

Lavradio. Tal rua comportava outras oficinas de impressão durante o final dos anos de 1920. Esta cartografia era favorável era a proximidade com a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, no centro das atividades econômicas da cidade do Rio de Janeiro. Atualmente, funciona uma loja de antiquários. Sobre a transferência, cf. CACCESE, Neusa. *Festa:* contribuição para o estudo do modernismo. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1971, p.17. O periódico também foi estudado por GOMES, *Op.cit.*, 1999.

358 TAVARES, Luís Guilherme Pontes. O primeiro dicionário de artes gráficas do Brasil. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/590cf30e365a32b5bb242b8dafa6e599.pdf> Acesso em: 10.07.2015.

359 SILVA, Suely Braga da (Org.). *Luiz Simões Lopes*: fragmentos de memória. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p.58.

pragas agrícolas, além de serrarias e outras empresas que tinham nas suas vendas produtos derivados da madeira, tais como as papelarias. (Ver Apêndice H)

Conforme nos indicava a historiadora Márcia Padilha Lolito ao estudar este paratexto nas revistas de variedades "A Cigarra" e "Ariel", dois sucessos de vendas da cidade de São Paulo, os anúncios estão em um constante conflito entre o vivido, a aspiração e o modelo.[360] No caso desta primeira fase da *Revista Florestal*, porém, os anúncios remetem não à modernização industrial do urbano, mas do campo. A experiência vivida do leitor consistia nas faces do problema florestal: a escassez e encarecimento das madeiras, a proliferação de pragas agrícolas provocadas pelo uso intensivo e monocultor dos solos, além de trabalhadores entendidos pelos fazendeiros como ausentes de pró-atividade.

Os paratextos expressavam que o problema seria solucionado a partir do consumo daqueles produtos. Para tanto, lançam mão de um modelo de ideal de trabalhadores que não seriam "preguiçosos", as madeiras seriam abundantes em determinadas serrarias, além de ter as pragas erradicadas com uso de inseticidas e formicidas. Pela apresentação de artefato organizado pela ciência, o periódico dotava a esses elementos tóxicos de serem capazes de solucionar efetivamente aquela face do problema florestal.

Os anunciantes foram tão importantes para a configuração da revista que eles ocupavam espaço nas quatro primeiras capas do mensário. Na parte superior do magazine indica-se a data de publicação com o respectivo mês e ano em que circulou este periódico. O título em letras garrafais vinha logo posteriormente. Nele, além de "*Revista Florestal*" indica-se entre parênteses a expressão Brasil. Isso legitimava a pretensão nacionalista do periódico em disseminar as florestas como patrimônio da nação brasileira e repercutia a intenção de alcançar uma grande distribuição pelo país. (Ver Apêndice I)

Abaixo da inscrição do título e subtítulo, vemos o lema da revista: "Órgão de defesa das florestas e assistência às indústrias de madeiras e subprodutos florestais". Como se vê, o lema pressupõe em primeiro lugar a organicidade na revista, isto é, algo que tem funcionalidade similar a um organismo, é construído sob a forma de um sistema, uma rede que articula os seus integrantes através da interdependência. A ideia de órgão reforça a noção de sociabilidade florestal, pois se reporta a uma integração de intelectuais a partir da revista em prol da defesa das matas. Porém, tão somente defende as matas como auxilia as indústrias que delas se utilizam. Na conciliação destes elos, a revista constrói um discurso que se pauta no desenvolvimento das "indústrias florestais" sem, no entanto, degradar as matas.

360 LOLITO, Márcia Padilha. *A cidade como espetáculo:* publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20. São Paulo: Annablume, 2001, p.30.

Assim, o lema da revista nos possibilita analisá-la enquanto uma proposta para o desenvolvimentismo que perpassa o uso dos *recursos* naturais, embora de maneira racional. Segue-se ao lema, uma tarja com indicação do número, ano e os nomes diretores técnico e gerente da publicação. Abaixo desta constam, à direita, a lista de colaboradores que na primeira edição possuía apenas 29 colaboradores, na segunda eleva este número para 31 e na terceira edição 34 colaboradores. Trata-se de um número expressivo que se eleva com o tempo, uma vez que na edição de primeiro aniversário já contamos com 40 colaboradores.

Nas edições de novembro de 1929 a junho de 1930, a padronização da capa pouco diferiu, sendo apenas realizada uma substituição dos anúncios pelo sumário. O capital simbólico da lista de colaboradores e dos textos buscava persuadir os leitores à compra. As estratégias de venda eram inúmeras tais como: a distribuição gratuita para apreciação e posterior assinatura do periódico, os preços de baixo custo também influenciavam. Nesse sentido, as capas das edições trazem elementos que são importantes ressaltar.

Como diria Genette, "a simples escolha de cor para o papel da capa pode indicar por si só e com muito vigor o tipo de obra" ou, ao menos, o conteúdo a que se pretende discorrer.[361] Até junho de 1930 as capas eram esverdeadas ou amarronzadas. Isto, provavelmente, faz menção direta à árvore tão cultuada na revista, cuja copa predomina o verde e a madeira, o marrom. A publicação comemorativa de julho e agosto de 1930, entretanto, com um fundo branco projeta uma ênfase maior na imagem do ipê-roxo do Horto Florestal da Gávea. A edição, além disso, colocava um término momentâneo da produção.

O ipê era uma das árvores mais admiradas da flora brasílica e, por coincidência – ou não – ilustra o perfil temporal da revista. Seu florescer é entre junho e julho, mesma época de criação da revista e as flores caem em agosto, similar ao desaparecimento da revista em 1930. Pela primeira vez era colocada uma imagem na capa da revista. O número era tão esperado que, em maio de 1930, os editores solicitavam aos leitores fotografias de "trechos de nossas florestas e qualquer paisagem interessante" que pudessem ilustrar a aniversariante. Outra característica desta edição está atrelada a retirada do subtítulo "(Brasil)" e a lista de colaboradores que aparecem, o primeiro apenas no editorial e, o segundo, na terceira página da revista. Permanece o lema e abaixo dele inscreve-se "Número especial de aniversário".

Os periódicos da grande imprensa documentaram a expressiva edição. O jornal *O Paiz* afirmou em sua coluna "Publicações diversas" que "magnificamente impressa e encerrando copiosa matéria literária e técnica, sobre as árvores, '*Revista Florestal*', em seu número

361 GENNETE, Gérard. *Op.cit.*, p.10.

especial bem revela o quanto já se cuida desses assuntos entre nós". E ainda acrescenta: "as ilustrações do mensário dedicado às árvores são excelentes, apresentando ainda belíssima capa colorida de um trecho de floresta da terra carioca".362 Ao ser concretizada esta primeira fase da revista, era um sonho impossível dos colaboradores o retorno da revista em curto prazo. Em menos de dois anos, na edição de fevereiro de 1932, lançava-se novamente ao mercado a *Revista Florestal*.

Após o retorno em 1932, a capa foi pouco alterada em comparação as edições anteriores. Na parte superior da capa, lê-se a cidade e o país de publicação, isto é, Rio de Janeiro e Brasil, seguido pelo título no mesmo logotipo da revista das primeiras edições. Abaixo constavam uma indicação da vinculação do mensário ao ministério da agricultura e, mais especificamente, ao Serviço Florestal. O espaço maior é dedicado ao sumário e um esboço de um dos símbolos da campanha de conservação: as aves e o próprio símbolo do Serviço Florestal, que equivale às mudas de árvores sendo capturadas pela mão humana. As alterações nos quadros administrativos e a desestruturação financeira desta instituição da qual partiam as decisões da revista, podem ser um indício do fim desta segunda fase com apenas estas duas edições.

Como se pode ver, por meio das capas, as fotografias eram exíguas durante esta primeira fase do periódico. A primeira fotografia, em preto e branco, apareceu ainda na edição de julho de 1929, presente em um anúncio de assentos confeccionados com madeiras, como se vê:

Ilustração 5: Anúncio da Marcenaria Florestal com fotografia.
Fonte: REVISTA Florestal, Rio de Janeiro, ano I, n.1, p.13.

362 PUBLICAÇÕES diversas. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 18 setembro de 1930, p. 8.

Mas as edições que maior número possuiu de fotografias foram as de setembro e novembro de 1929. Ambas detiveram cinco fotografias cada. Na edição de setembro foram registradas as cenas da festa das árvores que teve a presença de Gustavo Barroso. Em novembro, por seu turno, contemplava imagens das plantas em meio ao semiárido nordestino. Dessa forma, não procede o argumento de Vanessa Mello de que as fotografias somente tinham aparecido na edição de abril de 1930.[363]

A fotografia dentro de um periódico, mesmo que rara, é um paratexto fundamental que auxilia na composição da linha editorial. Uma das principais dificuldades desta fase foi exatamente produzir um material com qualidade gráfica e presença destes paratextos. Os diretores corriam em busca de articulistas que entregassem textos verbais, mas também imagens que pudessem compor seu texto naquela forma literária. Um exemplo desses é quando o agradecimento de Simões Lopes ao envio de artigo do cientista Alberto José de Sampaio. Nele, o gaúcho esclarecia em correspondência manuscrita ao botânico:

> Com particular prazer recebi o seu interessante artigo "A teca da Índia e a do Brasil" para a *Revista Florestal*, cuja direção efetiva reassumi a alguns dias, após um interregno motivado pelos lamentáveis fatos a que foi arrastado aqui são do conhecimento público. [*Simões Lopes cometeu um assassinato de um candidato de oposição à Aliança Liberal e foi julgado por isso*]
> Surpreende (…) em convergência algumas ilustrações para o seu trabalho não quis incluí-lo no mensário de fevereiro, guardando-o para o de Março. Se o ilustre amigo possuir alguma fotografia adequada, que possa me emprestar, muito grato ficaria. Aqui no Horto possuímos um pequeno grupo de tecas novas que pretendo fotografar. Sem mais, queira aceitar meu abraço e os agradecimentos da *Revista Florestal*. Do amigo de sempre. Luiz Simões Lopes[364].

Cientes de que as fotografias eram um desafio, podemos afirmar que nesta fase da revista havia uma preferência ao texto verbal. A origem desta textualidade provinha de transcrições de jornais de grande circulação, fragmentos de obras, tendo-se poucos artigos produzidos especialmente para o periódico. Escassas também eram as seções fixas do periódico. Atribuíram-se apenas duas colunas que relativamente se mantinham no periódico. Referia-se a "Informações econômicas e comerciais" e "Mercados diversos". Tais encontravam-se nas páginas finais do periódico, demonstrando que a finalidade do projeto editorial era voltada ao comércio com os produtos florestais.

Se o final do periódico era quase previsível, não se pode dizer a mesma coisa do início

---

363 MELLO, Vanessa Pereira da Silva e. *Op.cit.*, p.117.

364 CORRESPONDÊNCIA de Luiz Simões Lopes a Alberto José de Sampaio datada de fevereiro de 1930. *Fundo arquivístico de Alberto José de Sampaio, Departamento de Botânica do Museu Nacional.* Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional. Codificação: BR.MN.DB. Caixa 29.

dele. Os editoriais[365] são pouco frequentes em todas as edições da publicação, porém esta é a fase que mais editoriais possui. Entretanto, totalizam apenas quatro nas 14 edições. O primeiro é o que abre a revista em julho de 1929. Neste editorial de abertura apresenta-se o programa da revista buscava destacá-la no mercado como a única no gênero correspondente a proteção à natureza. Define um lugar próprio no campo do periodismo nacional, os diretores em seguida demarcaram os principais leitores da publicação - os silvicultores e os comerciantes em madeiras -, bem como os assuntos que conquistariam páginas na revista. Em poucas palavras advertem:

> Propugnaremos, pois, pela conservação das florestas, florestação sistemática e reflorestamento, organização da indústria madeireira e nos interessaremos pelas pela madeira em bruto móveis, carvão, aplicações artísticas das madeiras nacionais, plantas medicinais, fibras, óleos vegetais, indústria de papel e *tudo o que se retirar das florestas*, inclusive caça e pesca, independente da parte científica que será abordada na intenção de fazer uma revista útil e interessante para todos. (*grifos nossos*)[366]

Depois do primeiro em julho de 1929, o periódico somente retornou a ter um editorial na edição de julho-agosto de 1930 que anuncia seu término de publicação na esperança de retorno assim que possível. Este, porém, chama-nos atenção pela formatação gráfica que reforça o interesse de culto à árvore. O texto é apresentado na forma de uma árvore e coloca-se como uma publicação que vivenciou diversos empecilhos e dificuldades para sua manutenção[367]. Justificam a suspensão devido a "impulsos externos", sugerindo a falta de anunciantes advindos das "classes industriais" para assegurar a publicação deste projeto. A este fator, não podemos dissociar, embora não-dito no interior do editorial o papel que exerceu o envolvimento de seu diretor no movimento de 1930 ao lado de Vargas. Ao mesmo tempo, mostram que tinham uma "fé inabalável" em prol da solução do problema florestal brasileiro, comportando, assim, uma concepção sacralizada desse dever patriótico que era a proteção da natureza.

O terceiro editorial que registramos durante sua trajetória nesta primeira fase é publicado na edição de retorno à circulação, isto é, em fevereiro de 1932. O texto escrito por Francisco Rodrigues de Alencar em nome do periódico aponta algumas considerações

---

365 Bediaga, ao investigar a Revista Agrícola, argumenta que os editoriais de periódicos "geralmente defendem os pontos de vista do periódico e a escolha de determinados assuntos, de modo a conquistar o interesse do leitor". Cf. BEDIAGA, Begonha. *Marcado pela própria natureza:* o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2014, p.170.

366 *Ibidem*, p.1.

367 As dificuldades financeiras para manter uma publicação é um dos fatores apontados por Ana Luiza Martins para a curta duração de diversas publicações, sobretudo nas duas primeiras décadas do século XX. MARTINS, Ana Luiza, *Op.cit*, 2008.

pertinentes. Em primeiro lugar, está correlacionado ao editorial anterior de julho-agosto de 1930. Segundo ele, quando tinham informado que iriam suspender a edição da revista acreditavam que dificilmente regressariam com esta "empresa".[368]

Alencar afirmava que o próprio editorial anterior deixava claro a "hostilidade material do meio" para realizar uma imprensa com este perfil no país. Explicando aos seus leitores, atestava:

> Sentíamos que o ambiente não estava perfeitamente aparelhado para receber uma publicação especializada como a nossa, apesar de não ter feição exclusivamente técnica. Mas sabíamos que sem ele [*o periódico*], sem a sua assistência mensal aos interessados das cidades e dos campos, muito mais penoso se tornaria, de futuro, o problema florestal do Brasil. E isso contribuía para que as nossas esperanças bruxuleassem ainda, em justa reação contra a imobilidade que nos ameaçava: era como a esperança de um milagre. E esse milagre veio. *(grifos nossos)*[369].

Este fragmento esclarece que, na ótica dos sujeitos históricos que editavam o periódico, ele não consistia em um suporte puramente técnico, mas abria margens para outras narrativas. O trecho ainda transparece a lógica sacralizada que adquire aquela "modesta iniciativa" de editar uma revista. Retornar a circulação era como um *milagre* em meio as circunstâncias consideradas hostis. Para o diretor, o fim da publicação gerou uma "onda de simpatia" entre "amigos" nacionais e do estrangeiro. Isso reitera a inserção internacional que possuía o magazine naquele momento. Essa onda era associada ao "encorajamento" para enfrentar as dificuldades e retornar à "linha de frente". Não é citado, porém, quaisquer nomes de intelectuais que se mobilizaram para que a revista voltasse a ser editada.

O editorial revelava que criar a revista era comparável a um plantio de uma árvore. Construí-la em seus editoriais, seções, notícias e artigos era como semear a proteção à natureza no país. Tal ato é perceptível à medida que evidencia o provérbio indiano que assinala: "não viveu inutilmente quem plantou uma árvore". Ou seja, por mais que tivessem passados quase um ano e meio sem publicar, contribuiu para que o movimento florestal tomasse corpo.

O quarto editorial presente na revista é na edição seguinte a de fevereiro de 1932, ou seja, a de outubro próximo. Informa-se rapidamente que o ofício de número 573 de 22 de

---

368 Considerar a construção de um impresso como uma empresa era algo recente para a época que está articulado ao processo de inserção do Brasil na ordem capitalista. De acordo com Tania Regina de Lucca e Ana Luiza Martins, desde os fins do século XIX o campo do jornalismo afirmava-se como uma empresa, delimitando espaços de redação, categorias profissionais, gerando lucros sobre meios de publicação, adotando estratégias de comercialização. A "imprensa-empresa" disputou a preferência de um número muito reduzido de leitores que existiam no Brasil. Em todo caso, foi um processo que pautou-se na divisão do trabalho, especialização e avanço técnico-científico. Ver LUCA, Tania Regina de. *Op.cit,* p.149-175.

369 REVISTA Florestal. Rio de Janeiro, ano II, n.2, p.1, fev.1932.

março daquele ano havia autorizado a publicação do periódico como órgão de publicidade oficial da repartição. Outro oficio, este de número 698 de 17 de maio, determinava Francisco Rodrigues de Alencar seu secretário neste momento e que os técnicos do Serviço Florestal enviassem contribuições para a sua realização. Caracteriza o projeto como de relevante alcance científico e econômico. Diferente dos demais que ocupava boa parte da primeira página da revista, este editorial é de tamanho reduzido, objetivo e preconizava o caráter da oficialidade do periódico em lugar das "hostilidades" ou da ênfase no programa como nos anteriores.

Portanto, o último editorial desta fase materializava uma característica básica desse período na revista: o vínculo estreito com as atividades institucionais do Serviço Florestal. Era este o principal *lócus* de elaboração deste projeto editorial. Havia um interesse na revista de traçar as linhas históricas da criação desta instituição, comparar o serviço brasileiro a outros do mundo, demonstrar a sua eficiência no sistema estatal, bem como argumentar a necessidade de maior arrecadação de verbas. Exibiam para isso, as narrativas de viagens técnicas de seus representantes, os acordos florestais que eram estabelecidos com os estados, bem como quadros estatísticos de distribuição de mudas.

As atividades do Serviço eram primordialmente em zonas rurais. Dois objetivos se veem nitidamente no tocante a esse aspecto de valorização do retorno à terra e ao homem do campo. Por um lado, o periódico abria espaço para evidenciar os diversos produtos agrícolas que eram passíveis de exportação pelo Brasil. A revista estampou intensamente informações sobre a comercialização de madeiras, laranjas, tangerinas, goiabas, cafés, bananas, ceras de carnaúba, coco, cacau, borracha, algodão e pescados. Eram, dessa maneira, os gêneros tropicais que deveriam ser preconizados a serem vendidos no exterior e demarcados com pronomes possessivos. Isso reiterava uma antiga representação do Brasil enquanto um paraíso edênico de onde tudo se colhia após seu plantio. Tal apresentação das "riquezas naturais" pretendia ampliar o número de produtos e reduzir a dependência da economia brasileira em relação ao café.[370]

Por outro lado, evidenciamos que o periódico buscava citar os entraves da comercialização destes produtos, sobretudo no que tangia o papel dos transportes. Devido a

370 Embora diante da grande depressão de 1929, a revista possuía um tom de otimismo diante do futuro, os redatores não acreditavam que ela tomaria dimensões maiores, desde que o governo federal, por meio do Instituto de Defesa do Café entrasse em combate. Acreditavam em uma "solução tranquilizadora" no produto que correspondia a 70% de toda a pauta de exportação da economia brasileira. Esta crise era entendida como aquela que causou um "ligeiro pânico" aos produtores do café. Ver A CRISE do café e as perspectivas de solução. *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano I, n.5, p.21, nov.1929.

sua importância para o escoamento da produção eles foram percebidos como locomotiva do progresso e agentes de integração do campo ao urbano ou do litoral ao sertão. A figura das janelas do trem é apontada como um lugar privilegiado de onde se visualizava a devastação das matas. Mencionaram-se nas páginas notícias sobre a tributação de escoamento da produção agrícola entre os estados, críticas as irregularidades do transportes, notícias da inauguração de estradas de ferro, além de planos e projetos para sua construção. Isso significa que a abertura de estradas em matas virgens não representava um dano irreparável, mas sim uma maneira de conduzir o país ao progresso econômico, categoria que prevalece no vocabulário empregado pelos intelectuais[371].

O conceito de progresso estava articulado a aceleração do ritmo do tempo histórico[372], com as ferrovias, bem como o desenvolvimento de demais técnicas que modificavam o mundo biofísico. Para que o progresso fosse alcançado definitivamente, a racionalização dos recursos naturais deveria se tornar um imperativo na sociedade. Progresso, razão e modernização não são conceitos incompatíveis ao de proteção à natureza na revista. Eles não são menosprezados pelo discurso, mas, ao contrário, caracterizar a "marcha do progresso" em determinado espaço é, antes de tudo, alertar aos leitores das boas iniciativas que se realizavam. O progresso que se pretendia no periódico, não excluía, portanto, a conservação dos recursos.

Raras eram as menções sobre as suas medidas de redução do problema florestal nos centros urbanos. Dentre estas exceções, situa-se o artigo que abria a edição de dezembro de 1929. Paulo de Souza, seu autor, exprimiu os princípios da arboricultura urbana.[373] Ela era fundamental para as cidades devido seu caráter estético. Para ele, sem as árvores, a cidade perderia seu valor. O texto é orientado para a maneira como os centros urbanos constituídos de "grandes avenidas" poderiam incorporar as árvores.[374] Há uma defesa de uma cidade

---

371 Sobre a percepção das ferrovias como elementos que comportam representações simbólicas de progresso e integração dos sertões ao território nacional, cf. ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões*: entre a história e a memória. Bauru: Edusc, 2000.

372 Empregamos o conceito de progresso enquanto associado a aceleração do tempo de KOSELLECK, Reinhard. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p.318. Conforme o autor, o conceito de progresso permitiu a unificação entre o campo da experiência humana e o horizonte das expectativas que foi criado no século XVIII. Ao empregar o conceito de progresso, a história torna-se em um "processo de contínuo e crescente a aperfeiçoamento". Este conceito, assim, forjava a ideia de que um grupo estava a frente de outros. Le Goff, por sua vez, acreditava em uma longa duração da ideia de progresso, incluindo a antiguidade, medievo e idade moderna. Cf. LE GOFF, Jacques. Progresso In: _____. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990, p.232-281.

373 SOUZA, Paulo Ferreira de. Árvores de sombra e ornamentação. *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano I, n.5, p.3-6, dez.1929.

374 A expressão "grandes avenidas" adquiriu nas páginas da revista conotação positiva. Em breve nota assinalavam que em Londres acabava-se de concluir uma avenida somente de árvores feita por William

higiênica optando por árvores que não sejam caducifólias todo o ano.

Entre as cidades, o Rio de Janeiro é apresentado como uma capital que agregava a natureza e a civilização em relação simbiótica. Enfatizando a cidade, o periódico publicou em janeiro de 1929 o artigo em que transcreve o projeto de Dormund Martins no Conselho Municipal, além de sua justificativa assinada por Alberto José de Sampaio[375]. O projeto previa a autorização do chefe municipal para a desapropriação de terrenos que fossem ocupados por florestas remanescentes, a defesa da criação do Parque Nacional do Rio de Janeiro (uma tentativa de tornar a cidade, em sua totalidade, um patrimônio nacional)[376]; o estabelecimento nos distritos presente na capital de uma arborização eficiente e sistemática; a criação de hortos municipais nos subúrbios da cidade; a obrigação pela autorização para a derrubada das matas; e, por fim, o reflorestamento dos "morros pelados".

Combater a derrubada das matas estava, no entanto, profundamente vinculado à necessidade de educação do homem do campo. A própria revista se colocava como um instrumento educacional de estímulo ao amor às arvores. No entanto, há nesta fase outras medidas de cunho didático-pedagógico para a organização deste projeto político de reflorestamento. No que se refere ao ensino primário, as escolas e professores deveriam conduzir ao plantio das árvores e medidas educativas como realização de poemas de devoção ao artefato cultural e participação das comemorações cívicas de 21 de setembro. No que se referia ao ensino superior, Paulo de Souza em artigo intitulado "O ensino da silvicultura" ressaltava a necessidade de criação de uma cadeira de silvicultura nas universidades e de um programa de envio de estudantes ao exterior, em especial aos Estados Unidos para aprenderem as técnicas adequadas.[377]

O incentivo à educação florestal era constante, inclusive em quadros que eram

---

Geary. Tal proposta se encaixa numa lógica de cidade-jardim. AS MARAVILHAS da arborização. *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano I, n.8, p.15, fev.1930.

375 O RIO, futura cidade das árvores! *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano I, n.7, p.13-14, jan.1930.

376 Sobre o Parque Nacional do Rio de Janeiro, Alberto José de Sampaio publicou em fevereiro de 1930 um texto extraído da revista de cunho católico e conservador, intitulada "A Ordem". O parâmetro de construção do parque era a cidade de Berlim e seu parque Tiergarten, além da parisiense Bois de Boulogne. No Rio, rodeado de morros, Sampaio alegava que o lugar central para a instalação do parque seria ao final das grandes avenidas no centro urbano. Sampaio é contumaz a reclamar por uma cadeira de arquitetura paisagista na Escola de Belas Artes ou na Politécnica, dizendo que este problema apresentava também uma feição paisagística e econômica. Para ele, a capital do país tinha a obrigação de "dar exemplo" as demais cidades do país. Cf. SAMPAIO, Alberto José de. Parque Nacional do Rio de Janeiro. *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano I, n.8, p.16-17, fev.1930; Sobre a revista *A Ordem*, criada por Jackson Figueredo pressupunha nos anos de 1920 uma renovação espiritual no Brasil, ver VELLOSO, Mônica Pimenta. *Op.cit.*, 1978; RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem*: uma revista de intelectuais católicos, 1934-1945. Belo Horizonte: Autêntica, Fapesp, 2005.

377 SOUZA, Paulo Ferreira de. O Ensino de silvicultura, *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano I, n.1, p.4-5, ago.1929.

colocados entre um e outro artigo para ocupar os espaços vazios das páginas. Nestes quadros que supriam as lacunas do periódico observavam-se frases extraídas de obras, enunciados pronunciados por intelectuais como Gifford Pinchot, apoio à revolução de 1930 e às vendas do café e mate, convocações para anunciantes publicarem no periódico, indicações de distribuição do magazine a sindicatos madeireiros e algumas frases de efeito do periódico. Dentre os quais, constamos: "O respeito à árvore é uma alta prova de educação e patriotismo"; "As dedicadas professoras das escolas públicas e particulares do país, não devem se esquecer de educar seus alunos no culto da árvore" ou "Ame vossa pátria ajudando a conservar as matas". Estes quadros eram paratextos editoriais caraterísticos desta primeira fase, pois as seguintes não possuem esta preocupação em preencher completamente cada um dos espaços das páginas.

A silvicultura era, pois, um dos saberes científicos capazes de solucionar o problema florestal. Preocupava-se na revista em não simplesmente orientar o público a plantar, mas guiá-los sob critérios científicos e econômicos para a plantação. A divulgação científica das pesquisas do Serviço era apresentada sob este verniz científico do periódico. Os dois principais autores que se notabilizaram nesse aspecto foram Fernando Romano Milanez pelos estudos microscópicos da madeira e João Geraldo Kulhmann com suas classificações botânicas.

A disputa científica entre o reflorestamento com eucaliptos ou bracatingas encontrou na revista a opção adotada pelo movimento florestal brasileiro. Plantas nativas e exóticas colaboravam cada qual à sua maneira para a proteção à natureza do país. A revista priorizava as espécies nacionais, embora as exóticas não sejam descartadas. Como deixavam claro em alguns artigos, o problema de magnitude nacional precisava ser resolvido com base na região em que concentravam. Afinal de contas, concluem que o problema "não pode ser resolvido com as mesmas espécies para todo ele".

Os inimigos da silvicultura durante esta fase eram, principalmente, as populações designadas de "indígenas", "sertanejos", "jecas" e "caboclas".[378] Estas categorias são narradas

378 A percepção de recair sobre estes grupos sociais as principais causas pela devastação das matas não é algo específico da *Revista Florestal*. Examinando os artigos do agrônomo Miguel Angel de Quevedo no impresso *México Forestal* - "a voz oficial dos conservacionistas científicos que haviam agrupado na Sociedade Florestal Mexicana" -, o historiador Christopher Boyer advoga que os cientistas mexicanos propuseram medidas educacionais destinadas às classes populares entendidos como os principais agentes da devastação das matas. Tal fato, é semelhante ao que ocorreu no Brasil. Não simplesmente a medida educacional por parte dos letrados, como também a presença de um impresso dedicado às florestas. No caso brasileiro, contudo, o periódico não era vinculado a uma sociedade. Em vez de uma sociedade formular uma revista, foi o periódico que pode estabelecer pares comuns e se desdobrar em 1931 na Sociedade dos Amigos das Árvores. Cf. BOYER, Christopher. Revolución y paternalismo ecológico: Miguel Ángel de Quevedo y la

em contraste àquilo que é civilizado. A visibilidade deste sujeito fundamentava-se em tom caricatural e anedótico, de acordo com os objetos que se inscrevem de práticas dos quais depreciam, tais como o tição e o cigarro de palha.[379] Na ótica de Paulo de Souza, por exemplo, são, em contraste aos homens que considera ser previdentes, aqueles que cometem os abusos ao utilizar os bens naturais.[380] Visava assim, reivindicar que as práticas de uso dos recursos dos grupos sociais subalternos não se adequavam aos comportamentos da modernização agrária. Implícito nesse discurso está a disputa pelo acesso à terra. A revista, enfocando a visão dos proprietários rurais omite as narrativas dos sujeitos marginalizados. A terra é, neste imaginário dos proprietários, diretamente correlacionada à tradição, aos alicerces que perpetuam em gerações.

As práticas de soltar balões presentes nos hábitos populares sofreu tentativas de banimento para se adequar aos novos comportamentos exigidos por esses grupos políticos. Como se vê, o costume se alojou entre a lei e a prática, tendo o agrônomo Octávio Silveira Mello apontado que, embora tenham sido realizadas medidas contra a soltura e comercialização de balões, ela preponderou na sociedade.[381] Em todo caso, representava uma medida para combater o que designou de "inimigo vermelho" em uma das legendas das imagens que comenta os incêndios florestais. Esta expressão que recebia aspas na narrativa, cabe destacar, na grande imprensa era empregada como uma ameaça iminente de expansão das ideias bolchevistas da Revolução Russa, que se faziam sentir no Bloco Operário-Camponês, então articulado no país. Os vermelhos (o fogo e o bolchevismo) constituíam, assim, uma ameaça aos interesses dos proprietários de terra.[382]

As críticas não tinham uma nacionalidade específica, atingindo a imigrantes. Um caso

---

política forestal em México, 1926-1940. *História Mexicana*, México, v.LVII, n.1, p. 91-138, 2007.

379 NEM o tição para acender cigarro de palha... *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano I, n.1, p.20, jul.1929

380 SOUZA, Paulo Ferreira de. Perspectivas e confrontos. *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano I, n.1, p.14, jul-1929.

381 MELLO, Octávio da Silveira. As nossas florestas. *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano I, n.5, p.19, nov.1929.

382 Cumpre assinalar que durante a pesquisa encontramos algumas fontes em que colaboradores da revista mencionam sua recusa e, mais do que isso, repulsa pelas ideias de esquerda associadas ao poderio soviético. Uma delas é uma correspondência trocada entre Edmundo Navarro de Andrade com Arthur Neiva, amigos e sócios de empresas. Nela, Navarro em tom jocoso com Neiva, dizia que, mesmo "sempre avesso à política", acreditava que antes do comunismo ou "perigo vermelho" chegar ao Brasil ele passaria pela Argentina e "tiraria ali um sono". Ou seja, tranquiliza-o da ascensão das práticas políticas comunistas no Brasil. Ver CORRESPONDÊNCIA de Edmundo Navarro de Andrade a Arthur Neiva datada de 13 de abril de 1931. *Fundo arquivístico Arthur Neiva*. CPDoc/FGV. Codificação: AN.24.12.29 c. Sobre a narrativa política dos comunistas no Brasil que foram inspirados pela maré revolucionária do bolchevismo de 1917, ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002. Para o autor, a tríade catolicismo, nacionalismo e liberalismo foram fatores que conjugados reforçaram o combate ao comunismo no Brasil.

de imigração noticiado pela revista é o do guarda florestal polonês Ryszard Jorowieza.[383] Ele foi condenado na terra natal por peculato e não proibir a extração de madeiras da propriedade florestal em que trabalhava. O governo polonês encaminhou ao Brasil uma notificação solicitando a extradição do guarda, a fim de que ele cumprisse a prisão de 8 anos sob regime de trabalho forçado. A revista aborda o assunto tomando os poloneses como exemplos da legislação rígida que deveria ser adotada pelo Brasil. Ainda de acordo com a notícia, o Supremo Tribunal Federal, que tinha como relator o jurista Arthur Ribeiro, apoiou a extradição e foi acompanhado pelo tribunal. Retratava, assim, uma medida indireta do governo brasileiro na condenação das práticas florestais.

Esses sujeitos eram tidos como agentes que rompiam com a sacralidade da natureza. Ao longo da primeira fase da revista, diversos elementos correspondentes ao imaginário do sagrado foram mobilizados pelo movimento florestal. Estas imagens equivalem a desde o motivo edênico da natureza, menções à santuários ou templos ecológicos, prece ou orações às árvores, a lógica do sacrifício como necessária às matas, a festa das árvores como comunhão e intelectuais como espíritos elevados e capazes de guiar a nação para salvá-la do problema florestal. Tal fato evidenciava que o movimento florestal protegia as matas não somente com o interesse econômico, mas como um imperativo moral.[384]

As décadas de 1920 e 1930, aliás, vivenciaram um reforço da Igreja Católica enquanto instituição capaz de promover a renovação espiritual no Brasil. Algumas iniciativas durante este período, como a criação do Centro Dom Vitais em 1922, a edição da Revista *A Ordem* comandada por Jackson Figueiredo e outros membros da Livraria Católica, a fundação da Pontifícia Universidade Católica, no Rio de Janeiro ou a decretação de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil são sintomas de uma geração que pretendia retomar as tradições e os valores sagrados.[385] Em tal contexto, pode-se, assim, buscar a restauração do Brasil enquanto o paraíso edênico que tinha se degenerado com as devastações e poluições de

---

383 PORQUE deixou que as florestas fossem destruídas. *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano I, n.5, p.19, out.1929.

384 Este imperativo moral presente nessa "cruzada" pelo reflorestamento esteve presente no conservacionismo norte-americano. De acordo com Samuel P. Hays nos Estados Unidos o movimento conservacionista não somente incorporou as práticas de reflorestamento para fins materialistas de interesse econômico, mas, sobretudo, por fins morais. Cf. HAYS, Samuel P. The conservation crusade. In: _____. *Conservation and the gospel of efficiency:* the progressive conservation movement, 1890-1920. Nova Iorque: Atheneum, 1980, p.141.

385 Sérgio Miceli retomando estas medidas considera, como uma expressão da época, que este contexto foi de uma "união entre a cruz e a espada". Nestes anos de 1920 e 1930, o episcopado da Igreja Católica buscou ampliar suas redes de associações sociais, discutiu medidas de reforma no Congresso Arquidicoesiano em 1931, participou da solenidade de inauguração do monumento do Cristo Redentor como elemento paisagístico de conotação religiosa da cidade do Rio de Janeiro, bem como criação de editoras (Agir, por exemplo). Ver MICELI, Sérgio. *Op.cit.* p.127-128.

toda ordem, desde a fuligem moral à degradação dos espaços físicos.

Nesse sentido, a revista lança mão de um repertório diversificado de expressões do imaginário religioso entremeadas às narrativas de divulgação científica, dentre os quais: a "cruzada do reflorestamento" como combate de conotação positiva e legítima; a "prece" ou "oração" às árvores que era pronunciada nas festas; esta comemoração era tida como "fraterna comunhão" que estabelecia um "pacto espiritual"; a natureza como "sagrado patrimônio" criado por uma divindade; as viagens científicas como "peregrinações na pátria"; os agentes mobilizadores da proteção à natureza como "apóstolos" ou "espíritos elevados"; a "crença" na razão; a necessidade de profetizar o "evangelho da floresta"; o estímulo ao auxílio aos "irmãos do Norte" que eram flagelados pelas secas; a súplica pela "piedade" das árvores, entre outros.

Em linhas gerais, a natureza é *sacralizada*, as madeiras são *dádivas* concedidas ao homem, o movimento florestal é apontado dentro de uma *cruzada*, os indivíduos que dele participam são considerados *espíritos* elevados, o *sacrifício* era o abate racional das árvores em nome da agricultura e do "bem-estar social", os homens que vivem no interior tornam-se *almas* na natureza, além disso, os pósteros seriam os *bem-aventurados* pelo reflorestamento. Associar o vocabulário de cruzada, de evangelho, de boa vontade, de espírito e tantos outros conceitos demarca a ideia do movimento florestal de se colocar no debate público como uma causa celestial, elevada, divina e ascética e que, portanto, tinha de ser atendida pelas autoridades públicas. Estes termos selecionados da religiosidade cristã, portanto, ofereciam-se como argumento para a implementação das propostas públicas.

A tradição religiosa presente no periódico não estava, porém, desvinculada do tempo histórico. Buscou-se nas páginas asseverar uma relação entre o passado, presente e futuro no tocante a problemática das matas no país. Quanto ao passado, a revista rotineiramente convocou-o enquanto lição. Recordava-se do processo de desertificação da Líbia, Egito, Mesopotâmia para evidenciar que a destruição das matas poderia reduzir o Brasil a essa condição.[386]

Da mesma maneira que o passado havia concedido exemplos de destruição, pode-se

386 Traçando uma narrativa das florestas em longuíssima duração, John Perlin, em livro incentivado pela Sociedade Brasileira de Silvicultura, destacava que as madeiras – e, por consequência as florestas – foram recursos indispensáveis para as diversas atividades humanas ao longo do tempo. De material para o fogo, construção de recipientes, transportes à ferramentas, as madeiras estão no cotidiano do homem. Em sua ótica, a Mesopotâmia teve divindades que protegia as florestas, em Creta havia espécies de guardas florestais e em Tebas, por exemplo, as guerras se davam pelo controle estratégico de suas madeiras. Ver PERLIN, John. *História das florestas:* a importância da madeira no desenvolvimento da civilização. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

encontrar nele algumas vozes que divergiram da destruição. A estes são atribuídos elogios e enaltecimento, tais como José Bonifácio, Major Gomes Archer, André Rebouças e Gonzaga de Campos (que havia falecido recentemente, ainda em 1925). A maioria dos homenageados era, portanto, vinculados ao Império. Tratava-se de questionar a descentralização do tempo presente na Primeira República, valorizando-se o padrão de centralização do Estado, bem como forneciam uma historicidade às práticas do movimento florestal no Brasil.

Ao futuro destinavam-se dois caminhos: em primeiro lugar, o progresso, caso as medidas técnicas para a solução do problema florestal fossem acatadas, pautadas na educação rural, aperfeiçoamento dos transportes, diversificação da produção agrícola e regulamentação do abate das árvores por meio de legislações rígidas. O segundo dos caminhos, entretanto, era funesto. A alternativa, caso as medidas não entrassem em vigor, seria de agravamento das erosões dos solos, escassez hídrica, pobreza das populações, instabilidades econômicas e a possibilidade da existência de um país em ruínas.

4.2.2 Segunda fase da Revista Florestal (1943)

A primeira fase, que era mais extensa em número de publicações, foi sucedida por uma edição que compõe uma segunda fase. Trata-se de uma edição única que pretendia abranger o primeiro trimestre de 1943. Seu formato era reduzido em comparação a fase anterior. Correspondia a dimensões de 23,5x 17,5 cm. O impresso foi distribuído gratuitamente pelo Ministério da Agricultura e composto pelo expressivo número de 84 páginas organizado em apenas duas colunas textuais. Sendo impresso pela Tipografia Ministerial, a revista não demandava de anunciantes. As únicas promoções que forneceu dizia respeito a publicação do "Álbum Florístico" de 1940 e "Guia dos visitantes do Jardim Botânico".

Quanto à capa, podemos verificar que ocorreu uma mudança na estética do título. "Revista Florestal" adquiriu três listras nas letras "R" e "F" que se assemelham a troncos de árvore. As demais letras ganharam apenas uma listra. O destaque é concedido a ilustração, em sua maioria, desenhos. Em primeiro plano vemos um desenho do ipê. Ao fundo e à esquerda tem-se a ilustração da pedra da Gávea no Rio de Janeiro, fazendo-se referência ao local onde se instalava o Serviço Florestal do Brasil. Abaixo dela, observamos os dizeres "Rio de Janeiro, Brasil". À direita, temos uma fotografia de troncos de árvores enfileirados, sendo essas árvores eucaliptos. Apenas são evidenciados os troncos, pois dela se extrai a madeira e não as suas copas, demonstrando o perfil utilitarista do periódico quanto a madeira. Todas

essas imagens são incorporadas a um plano de fundo que lembra uma nuvem no céu.

Como mencionamos, uma fotografia ocupou espaço na capa. Com o aperfeiçoamento das técnicas e apoio da gráfica do Ministério, a busca por imprimir iconografias não consistia em um grande desafio deste fazer editorial. Foram ao total 22 fotografias nesta edição. Uma quantidade muito superior as edições da fase anterior, à exceção de julho-agosto de 1930 que registrava 61 iconografias para comemoração de seu aniversário de primeiro ano. "Notas e comentários", por exemplo, uma das seções que buscavam ser fixas em 1943 era repleta de fotografias. Nela, forneciam-se informações acerca da Festa das árvores ocorrida em 1942 no Horto Florestal da Gávea. Outra seção pretensamente fixa era "Tabela de preços das principais plantas ornamentais". Aparentada aos "Mercados diversos" por ser situada ao final do periódico e contabilizar os preços das árvores, esta coluna reiterava a lógica antropocêntrica da proteção à natureza do movimento florestal.

O editorial da segunda fase da revista foi escrito em itálico (como as edições anteriores) e ocupou toda a primeira página[387]. Nela há a justificativa do "reaparecimento" do periódico como um "imperativo da hora presente". A questão do florestamento, aos redatores se fazia mais que necessário devido a necessidade de assegurar o código florestal que havia sido executado em 1934. Caracteriza, novamente, a publicação como "especializada" que reunia resultados de observações, esclarecia, documentava e instruía no âmbito científico e nas experiências que já tinham sido adotadas para a questão florestal.

O discurso, além disso, traçava a historicidade da Revista, atribuindo apenas a Luiz Simões Lopes o caráter de fundador em 1929. Consagravam sua memória na trajetória do periódico e impõe a ele a posição de criador. A posição conquistada por Lopes durante aquele período era de grande relevo, ocupando o posto de diretor do Departamento de Administração do Serviço Público do Estado Novo. Os redatores enunciavam que o periódico teve repercussão no país e no estrangeiro quando seu assunto constituía uma "difícil penetração".

Tal visão retoma a antiga percepção de que trazer esta questão era polêmica e que possuía diversos contrários no campo político. Estes adversários, porém, são silenciados ao longo da narrativa e pouco visibilizados. Em meio a isso retornava, pois, ao público depois de 1932. A Comissão de redação que assinava o periódico era composta por Alfeu Domingues (diretor do Serviço Florestal à época), Renato Domingues (chefe da Seção de Proteção das florestas do Serviço) e Rodrigues de Alencar que já havia editado as publicações anteriores.

O retorno foi regulamentado pelo ofício de número 1.278 solicitado pelo agrônomo

387 REVISTA Florestal, Rio de Janeiro, ano III, n.1, jan-mar.1943, p.2.

pernambucano Alfeu Domingues ao ministro da agricultura, Apolônio Sales. No interdiscurso do reerguimento da revista tem-se uma política editorial intensa no interior da pasta da agricultura. O Serviço de Informações Agrícolas, destinados à publicidade rural (em cinema, almanaques, revistas, jornais e livros) publicou nos anos de 1940 diversas monografias dos técnicos sobre os mais variados produtos (trigo, uva, algodão, mate, cacau, petróleo, entre outros)[388].

Ainda como sua atribuição, o órgão estatal organizou séries e coleções relatando o planejamento das instituições que faziam parte do ministério, elaborou filmes sobre a natureza brasileira, além das revistas dotadas de uma padronização gráfica comum, dentre as quais: *Nossa Terra*, seguida de *Riquezas de nossa terra*, *Brincar e aprender*, entre outras. Os intelectuais do Serviço Florestal, inseridos neste momento de enaltecimento das possibilidades naturais do Brasil, recorreram ao ofício 573 de 1932 argumentando ser função de a repartição publicar o periódico com o aval do Estado.

Sendo estatal, o periódico trazia artigos inéditos e escritos especialmente para o periódico. A partir dessa estreita relação com o regime do Estado Novo, a *Revista Florestal* tornou-se uma publicação que expôs a realização do governo Vargas, a ação do governo.[389] Se a primeira fase buscava projetar ideias de proteção associadas ao comércio, a segunda enfatiza a realização, o instante da ação, as medidas que estavam sendo executadas. Tais pressupostos asseguravam a ideia de um governo que se empenhava na solução do problema florestal.

O enaltecimento do Estado Novo pelo pretenso combate que realizava à devastação às florestas foi algo perceptível em outros impressos de mesma subordinação estatal. O jornalista Adalberto Mário Ribeiro, em reportagem publicada na *Revista do Serviço Público*[390],

---

388 Um dos poucos trabalhos sobre o Serviço de Informações Agrícolas durante este período, consta-se: CAIADO, Beatriz Coelho. *A informação agrícola na época de Getúlio Vargas*: o Serviço de Informação agrícola. 137f. Dissertação (Mestrado em biblioteconomia e documentação). Faculdade de Estudos Sociais Aplicados. Universidade de Brasília, Brasília, 1995. A autora defende que enquanto o DIP se dedica ao espectro urbano, o SIA voltava-se ao público rural. A instituição inseria-se dentro da lógica do Estado Novo de modernizar o *hinterland* brasileiro e de controle das informações e propaganda governamental. A editoração que realizava era dedicada ao produtor rural, técnicos, professores, estudantes e todos os interessados. Embora não mencione a *Revista Florestal*, os anos de 1940 foi editado por esse organismo sob esta configuração.

389 A *Revista Florestal*, portanto, pode ser lida enquanto um instrumento de propaganda varguista. Sendo assim, conforme comenta Maria Helena Capelato em perspectiva comparada ao peronismo, os periódicos varguistas estavam submetidos a obrigatoriedade de reproduzir discursos oficiais, dar ampla divulgação das inaugurações, enfatizar atos do governo. Ver CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena*: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2009, p.86.

390 A *Revista do Serviço Público* era um órgão que tinha na sua redação Francisco Rodrigues de Alencar e possuía como finalidade apresentar as atividades exercidas pelos organismos estatais e, principalmente, do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), cujo presidente era Luiz Simões Lopes. De acordo com Keinart e Vaz, a Revista foi lançada em novembro de 1937 pelo Conselho Federal do Serviço Público Civil, precursor do DASP. Sua linha editorial contemplava tanto uma busca por informar a filosofia

corrobora e constrói um discurso de que era "notável" a defesa do patrimônio florestal pelo governo Vargas. Sobre a *Revista Florestal*, Ribeiro inscreve-a no contexto de reivindicações pela proteção à natureza, salientando:

> Tivemos há cerca de dez anos, nesta capital, a *Revista Florestal* [grifos do autor], "órgão de defesa das florestas e assistência às indústrias de madeiras e sub-produtos".
> Revimos há dias um exemplar dessa interessante publicação. Na capa, um ipê roxo; e só isso, constitui, sem dúvida, mostra atraente da beleza de nossas árvores de ornamentação, que vivem escondidas no meio do mato, quando nos jardins públicos e junto às escolas dos arrabaldes poderiam figurar graciosamente, com suas 'cúpulas oscilantes', como o delicado poeta Pereira da Silva nos fala em bela poesia que compôs, há pouco tempo, para uma "Festa da Árvore" realizada na Gávea.[391]

A *Florestal*, tal como a *Revista do Serviço Público*, publicava informações sobre os organismos do Estado. As atividades desempenhadas impressas em nosso periódico de análise permaneciam ao nível do Serviço Florestal, sobretudo as filiais dos estados nordestinos. Essa é uma continuidade em relação a fase anterior: a predominância de expor as ações do Serviço. Um exemplo desse enfoque nas atividades do Serviço Florestal é presente no artigo do agrônomo Vasconcelos Sobrinho, amigo de Gilberto Freyre[392], no qual há o enfoque da *realização* do governo[393]. Não se trata de projetar medidas, mas de expor as práticas que eram concretizadas, formulando uma impressão de operacionalidade do Estado. Em sua ótica, o Serviço Florestal de Pernambuco foi baseado em agregação de hortos florestais. O agrônomo caracterizava os antigos hortos com ações restritas nos plantios.

---

do governo quanto propor questões teóricas acerca do campo da administração pública. Cf. KEINART, Tania Magarete Mezzomo; VAZ, José Carlos. A *Revista do Serviço Público* no Pensamento Administrativo brasileiro (1937-1989). *Revista do Serviço Público*, Brasília, v.45, n.1, p.9-41, 1994.

391 RIBEIRO, Adalberto Mário. O problema florestal e ação do presidente Getúlio Vargas. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano III, v.III, n.2, p.60, agosto de 1940.

392 A mérito de esclarecimento, em obras como "Nordeste", Gilberto Freyre cita Vasconcelos Sobrinho em suas notas de rodapé. As ideias ecológicas eram compartilhadas entre eles a ponto de ser expressa em Freyre uma crítica florestal aos subprodutos das usinas de cana, que poluíam as águas dos rios pernambucanos e a devastação das matas. A citação de Sobrinho é como argumento de autoridade, pois reforça a ideia de que as zonas intertropicais, como grande parte do Brasil, é mais suscetível a desgastes do solo que regiões temperadas. Portanto, a proteção das matas era ainda mais relevante nos trópicos. Vale ressaltar que na mesma obra, Freyre agradece Lauro Bezerra Montenegro, secretário de Agricultura de Pernambuco, outro articulista da *Revista Florestal*. Ver FREYRE, Gilberto. *Nordeste*: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do brasil. 7ª ed. São Paulo: Global, 2004, p.42; 85. A história ambiental tem se ocupado de analisar esta obra e suas matrizes na ecologia social de Carl Sauer, como se vê no trabalho de DUARTE, Regina Horta. "Com açúcar, com afeto": impressões do do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre. *Tempo*, Niterói, n.19, p.125-147, jul.2005. Para historiadores como Diogo Freire, o desejo de historiador Pernambuco pela proteção das árvores está pode ser respondido pela associação entre esse elemento simbólico a materialização do passado a ser preservado, pois remetia a tradição patriarcal brasileira. Ver FREIRE, Diogo José Fernandes. O passado verdejante: a defesa das árvores nos artigos jornalísticos de Gilberto Freyre. (1921-1926). *Espacialidades*, Natal, v.7, n.1, p.114-130, 2014.

393 VASCONCELOS SOBRINHO, [João]. Algumas notas sobre a origem, organização e realizações do Serviço Florestal de Pernambuco. *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano III, n.1, p.3-8, jan-mar.1943.

Vasconcelos comenta a solução que teve para enfrentar a devastação das matas: a obrigatoriedade do reflorestamento pelas usinas de açúcar, as fábricas de tecidos, estradas de ferro e curtumes, pois eram aquelas que mais consumiam lenha. O que se colocava em questão era a relação entre os papéis do Estado e dos industriais pelo reflorestamento. Estes últimos, conforme o agrônomo foram convencidos pelo primeiro de que a proteção não consistia em uma despesa, mas um capital investido. Os vocábulos de natureza econômica são chaves para a interpretação: *crescimento*, *inversão de capitais* e *fonte de renda* são os principais, no qual o reflorestamento torna-se um recurso econômico vantajoso.

Essa relação entre Estado e industriais não se efetivaria, pois, sem a colaboração da "população agrícola", como ressalva nesta preocupação:

> Conseguir, porém, que tais fatos fossem esclarecidos e aceitos por uma população agrícola acostumada a considerar a mata quase como um inimigo da agricultura cujos terrenos ocupava, suscetível de um só trato – o do ferro e fogo, entre a qual falar em plantar "pé de pau" era motivo de riso, até ao ponto dessa população se decidir inverter capitais, por vezes vultuosos, em silvicultura é acontecimento de transcendente magnitude e digno de ser relatado[394].

Este pequeno trecho reforça a conotação das comunidades políticas marginalizadas latente na fase anterior da revista, qual seja, a de que a devastação das matas se dá em função dos hábitos desses segmentos sociais rurais. Isso além de estigmatizar e caricaturalizar estes grupos, ainda fornecia uma dualidade entre campo/cidade, no qual o primeiro é marcado pelo atraso e ignorância. Da mesma forma, nessa leitura aquele espaço correspondia ao lugar de onde residiam a verdadeira brasilidade, uma vez que o idealizava enquanto o "lugar da pureza e da harmonia".[395]

As sementeiras das empresas, inicialmente, tinham poucos trabalhadores interessados no plantio de árvores. Mas, confessa o agrônomo, que com a distinção adquirida entre os poucos que aceitavam colaborar com o processo, foi incrementado um grupo, a classe de "operário silvicultor"[396]. Neste ofício, o "jeca" modificava sua maneira de pensar diante das matas. Acreditava-se, assim, que o trabalho – base do discurso varguista – na atividade de reflorestamento produzia uma alteração das sensibilidades, conquistando "inimigos a menos"[397]. Era estimulado neles o *amor* às árvores e não a *paixão* por elas. Isso porque o primeiro equivalia a um sentimento mais equilibrado e disciplinado se comparados às pulsões

394 VASCONCELOS SOBRINHO, *Op.cit*, p.5.
395 CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Op.cit.*, p.228.
396 VASCONCELLOS SOBRINHO, *Op.cit.*, p.6.
397 *Ibidem*, p.6.

do segundo.

Como se vê, o discurso do Estado Novo de dignificação do trabalho é articulado ao projeto de proteção à natureza.[398] Através do labor opera-se uma transformação no mundo biofísico e, sobretudo, na mentalidade do "jeca". O trabalho é, nesse sentido, uma das condições para contornar o problema florestal, pois suas práticas frequentes, disciplinadas e constantes funcionam como um ensino de que a floresta não é impedimento à agricultura, mas uma condição para o desenvolvimento nacional. O trabalho, a educação e o reflorestamento, portanto, tornam-se intrinsicamente relacionados ao discurso.

Além da ação de instrução da silvicultura, Vasconcelos Sobrinho explica que outra dimensão importante que se realizava no Serviço Florestal de Pernambuco: a fiscalização contra o "explorador". O agrônomo buscando optar sempre pelos consensos em lugar dos conflitos, afirmava que na relação entre o Serviço Florestal e o explorador a divergência era uma "ocorrência impossível de ser modificada"[399]. Isso porque as empresas licenciadas para a exploração ocupavam grande número de mão-de-obra.

Embora permaneça voltada às áreas rurais, há uma modulação significativa durante essa fase. Aprofunda-se a busca pela incorporação dos sertões (especialmente das zonas rurais) ao litoral cosmopolita. A implantação de parques nacionais, portanto, era percebida como uma medida que possibilitaria a concretização desse projeto nacionalizador. Dessa maneira, o periódico contempla um artigo sobre o Parque Nacional de Iguaçu que era implementado no país redigido pelo engenheiro Luiz Derenzi.

Conforme ele, parque nacional consistia em "área natural onde a flora, a fauna e as belezas naturais são zeladas, guardadas e conservadas debaixo da proteção do Governo"[400]. É, portanto, um conceito que longe de se manter intocado, está associado ao patrimônio e aspecto cênico que deveria ser utilizado racionalmente pelo Estado. Ainda de acordo com Derenzi, poderiam ser elencadas como parques as regiões que fossem marcadas por acidentes geográficos ou devido suas condições climáticas. Através das obras públicas poderiam se tornar "recantos de vilegiatura", ou seja, a finalidade deste perímetro territorial abrigar a recreação das elites. Tem-se, assim, uma finalidade de estímulo à indústria do turismo, mas a prioridade de criação destes parques é a "necessidade científica".

---

398 Conforme elucida Ângela de Castro Gomes, o trabalhismo inventado durante a Era Vargas estabelecia uma relação de reciprocidade entre povo e presidente ou trabalhador e Estado. Este último formulava um discurso em que os benefícios sociais materializados na legislação trabalhista eram concedidos como dádivas e não como frutos de uma trajetória de lutas dos trabalhadores. Ver GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005, p.233.

399 *Ibidem*, p.6.

400 *Ibidem*, p.9

A construção dele demandava, para o engenheiro, uma superação das condições geográficas hostis. O próprio projeto que previa edifícios, obras hidráulicas, barragens, pontes é entendido por Derenzi como de fácil execução e foram esboçados por Ângelo Murgel, arquiteto que já havia projetado o Parque Nacional do Itatiaia[401]. Derenzi aprova as ideias arquitetônicas de Murgel ao revelar que a paisagem não se torna desmerecida com a obra, mas apontava que a construção debatia-se com três problemas centrais: o transporte (dificuldades de acesso), o homem (presença de imigrantes na fronteira, mortes de trabalhadores pelos "temores naturais", dentre os quais ataques de animais silvestres e proliferação de doenças) e o clima.[402].

Para Derenzi, as primeiras semanas de trabalho na construção do parque foram caracterizadas pela instabilidade. Acusava o engenheiro que havia desordens, reclamações, incompetências no cumprimento dos ofícios, pedidos de créditos sucessivos acima da capacidade, fugas do serviço, depredações e furtos. Essas práticas configuram uma história sedimentada sobre a intriga, disputas, conflitos de diversas ordens, não apenas com populações locais, mas também daqueles que vieram a construir o parque. A complexidade para sua criação abriga diversas territorialidades entre populações locais e Estado, mas também entre os imigrantes e trabalhadores.

O periódico, ao conceder visibilidade à Derenzi, esboça uma atuação conjunta de diversos agentes nesta construção do parque, dentre os quais, ministérios e delegacias. Ao mesmo tempo, postula a face de que estes trabalhadores se faziam de vítimas dos patrões. Sendo um dos responsáveis para empreender o projeto, sua fala é situada em lugar privilegiado do discurso que se opõe à indisciplina do trabalho. Ainda que seu lugar seja compatível ao do Estado, permeia-se nela a ação que trabalhadores realizavam para lidar à exploração que eram submetidos durante as condições de trabalho na construção do parque. Esta arquitetura que se tornava o "viço de brasilidade do Estado Novo"[403], como se vê:

> As obras do Parque do Iguaçu concretizam, de modo brilhante, o sentido verdadeiro da "Marcha para oeste", ordem lançada pelo eminente criador do Estado Novo,

401 O modelo dos parques nacionais valorizava os elementos biofísicos em detrimento dos aspectos urbanos. Além disso, sua arquitetura baseava-se no neocolonialismo e valorizava o estilo arquitetônico dos parques norte-americanos. Sobre o arquiteto e sua construção de parques nacionais, ver LIMA, Fábio José Martins de. Tradição e modernidade no percurso no arquiteto Ângelo Murgel: Parque Nacional do Itatiaia e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, dois projetos urbanísticos. *Boletim do Parque Nacional do Itatiaia.* Itatiaia (RJ), n.11, p.11-82, set.2003.

402 Um dos trabalhos mais recentes sobre Parque Nacional do Iguaçu como inserido dentro da esfera do Estado Novo de integração do hinterland é: FREITAS, Frederico. A Park for the Borderlands: the creation of the Iguaçu National Park in Southern Brazil, 1880-1940. *Iberoamericana*, v.7, n.2, p.65-88, 2014.

403 *Ibidem*, p.21

> Presidente Getúlio Vargas. Não era fácil interpretar a concepção do grande Presidente, para o parque do Iguaçu, dada a singularidade de situar-se o mesmo em duas fronteiras e compreender, no seu perímetro a mais famosa catarata do universo.[404]

Dessa maneira, o Estado era um dos principais privilegiados por esse projeto, uma vez que vinha a cumprir com a ideia que norteou a administração de Vargas neste período, como ensinava Alcir Lenharo: "ocupar o desocupado, desfazendo os arquipélagos do país"[405]. Era, portanto, uma proposta de integração das diferentes zonas econômicas, intercambiando homens, vegetais, gases, minérios, solos e animais em uma rede de interações complexa de agentes biofísicos. O seu território, associado à nação, era entendido neste imaginário com um corpo, um todo orgânico (que cresce, expande e tem como cabeça dirigente o estadista), coeso, harmônico e indivisível.[406]

A criação do Parque Nacional, ademais, contribuía para o personalismo do Estado. A obra é considerada do presidente em maiúsculo, o que acantona as milhares de pessoas envolvidas nesse projeto, tomando este sujeito como um corpo que unificava e representava todos os elementos envolvidos. Getúlio Vargas é, assim, o principal homenageado durante esta fase da revista. Ao representar o Estado Novo, ele era percebido como o agente desta "cruzada" - representação sacralizante que perdura na revista - capaz de erradicar a devastação florestal que se mantinha na história brasileira e elevar o Brasil a um futuro radioso.

Isso ganhava respaldo à medida que o responsabiliza pela adoção de iniciativas legislativas promulgadas ainda durante o governo provisório. São elas: a lei de fiscalização das expedições artísticas e científicas (1933) e de proteção aos animais (1934), os códigos de caça e pesca, de águas, de minas e florestal (ambos implementados em 1934).[407] Este último é

---

404 *Ibidem*, p.20.

405 LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil:* Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste: os anos 30. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1986, p.24 Sobre este projeto de incorporação dos sertões a partir de migrações, ver também: SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da borracha*: trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no governo Vargas. Rio de Janeiro: Perseu Abramo, 2007.

406 LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2ª ed. Campinas, Papirus, 1986, p.16.

407 O grande número de medidas acerca da proteção à natureza no período é denominado por Frederico Freitas como um "boom legislativo" durante a Era Vargas. Entre as legislações, a criação de parques nacionais foi um dos principais marcos, sobretudo o Itaiaia em 1937. Para Pereira, o Parque Nacional do Itatiaia uma das obras que podem ser consideradas do Estado Novo, embora seja fundado antes do regime ter iniciado e despertou o interesse turísticos das classes abastadas. Serrano, por seu turno, acredita que a região foi inventada como espaço composto por uma peculiaridade paisagística e científica, sendo representado de diferentes formas por diversos atores. Vide FREITAS, Frederico. *The Organic territory : The Vargas regime and the Environmental Legislation Boom in Brazil, 1930-1945*. Disponível em: < http://www.academia.edu/7684767/The_Organic_Territory_The_Vargas_Regime_and_the_Environmental_Legislation_Boom_in_Brazil_1930-1945> Acesso em: 20.09.2016; PEREIRA, Márcio Mota. *A descoberta do meio ambiente:* Itatiaia e a Política brasileira de Parques Nacionais. 149f. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013; SERRANO, Célia

elogiado por meio do índice remissivo a essa legislação composto por Alberto José de Sampaio.

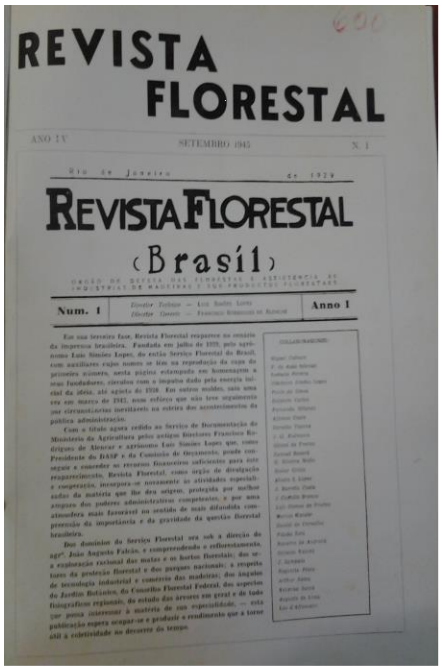
4.2.3 Terceira fase da Revista Florestal (1945-1949)

A última fase do periódico contemplou oito edições, sendo uma delas com dois números. Sua periodicidade era trimestral e as dimensões do formato gráfico novamente se alteraram. Seu espelho editorial era diagramado em 31x 19,5 cm e com uma quantidade de páginas variável superior a 42 páginas, mas nunca maiores que 80 páginas. Tal como a fase anterior, não havia anunciantes e a revista era distribuída de modo gratuito aos fazendeiros e proprietários de terras associados ao Ministério da Agricultura.

A diagramação gráfica era padronizada em duas colunas, tal como outras publicações do Ministério da Agricultura. Tinha ampla predominância das fotografias em preto e branco, embora possamos observar a capa, a contracapa e no interior da revista alguns desses paratextos coloridos. O volume de fotografias variou de 22 na edição 1948 a 70 na edição do ano anterior. A primazia, contudo, eram pelas fotografias da flora nacional, tais como babaçus, carnaúbas, ipês e pinheiro do Paraná.

Entretanto, a documentação iconográfica contemplava estradas de ferro e a poluição derivada das fumaças da combustão; paisagens de cartões-postais; experiências do Serviço Florestal e do Conselho Florestal; fotografias de parques nacionais instalados até então (Itatiaia, Serra dos Órgãos, Iguaçu e Paulo Afonso), registros de reflorestamentos em morros, hortos e fazendas, bem como imagens de flagrantes de abate indiscriminado de madeiras. Assim, verificamos que havia uma preferência por incluir textos escritos, mas, principalmente, exibi-las através de imagens. Não há um artigo sequer nesta fase que não acople as imagens para elaboração do discurso. Até mesmo o único editorial presente nesta fase, na edição de setembro de 1945, constata o uso das imagens. A disposição gráfica chama a atenção do leitor, visto que subscrevem o texto em um esboço da capa da primeira edição da *Revista Florestal*, como se pode notar na fotografia abaixo:

Maria de Toledo. *A invenção do Itatiaia*. 181f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.



REVISTA FLORESTAL

ANO IV SETEMBRO 1945 N. 1

Rio de Janeiro de 1939

REVISTA FLORESTAL

(Brasil)

Num. 1 Anno I

Ilustração 6: Fotografia do editorial da edição de Setembro de 1946. (Fonte: *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano IV, n.1, Set.1945, p.1)

Da mesma maneira que perduravam a presença de fotografias, as seções tornaram-se definitivamente, permanentes, fixas. Quatro delas merecem destaque: “Nossa capa”; “Notas e comentários”; “Notas bibliográficas” e “Legislação”. Na primeira eram informadas as origens e explicações da capa do periódico. A segunda, por sua vez, referia-se aos eventos que eram promovidos pelos agentes que produziam a revista e as atividades do Conselho Florestal Federal. Em “Notas bibliográficas” o periódico indicava ao leitor algumas sugestões de publicações recentes, através de uma pequena resenha das obras. A “Legislação”, por fim, anunciava decretos que tinham sido regulamentados no tocante à proteção à natureza, tais como o decreto 1.419 de 1º de outubro de 1932. Este previa a proibição do corte de carnaúbas no estado do Piauí.

Esta árvore foi a que adquiriu maior expressão nesta fase da revista. O amplo conhecimento desta pelo agrônomo Antônio da Cunha Bayma que era o organizador do periódico nesta fase, talvez, explique esta predominância. Além disso, os benefícios que delas poderiam ser extraídos, desde óleos vegetais (uma necessidade industrial para o pós-Segunda Guerra)[408], cosméticos à ceras. Carnaubais ocupavam diversas páginas, inclusive, nas capas

408 De acordo com o historiador econômico Francisco Iglésias, homônimo do diretor do Serviço Florestal, desde a Segunda Guerra cresceu intensamente o uso industrial de óleos vegetais, visando substituir o

do periódico.

Neste paratexto, mudou-se novamente a estética do logotipo da revista para adoção de padrões mais próximos a de outras revistas do período. O que chama atenção é que tornaram-se coloridas e escolhiam-se ilustrações que representassem as paisagens que traduziam uma imagem de beleza natural (dentre os quais, os igarapés amazônicos, as Matas dos cocais, Cachoeiras de Paulo Afonso e do Iguaçu). Cada uma das imagens apontavam para determinadas estações do ano (junho por exemplo recebia a imagem de ipê branco com tons azulados; dezembro com praias).

Os textos eram originais para produção do periódico e alguns textos eram assinalados com "copyright" e republicados em outros periódicos, tais como *Brasil Madeireiro*, mensário de publicação do Instituto Nacional do Pinho.[409] Embora apresente artigos que foram compartilhados por outros organismos da estrutura estatal a revista focaliza sua atenção no Conselho Florestal Federal. Esta instituição criada em 1934 pelo artigo 101 do código florestal tomou a projeção de principal organismo do Estado para solucionar o problema das matas. Nas páginas da revista são expostas como forma de divulgação: pareceres técnicos, atas das sessões, correspondências recebidas pelo conselho, críticas à imprensa e considerações gerais discutidas dentre dele.[410]

---

consumo de combustíveis fósseis. Ver IGLÉSIAS, Francisco. Aspectos políticos e econômicos do Estado Novo. In: SZMCRECSÁNYI, Tamás; GRANZIERA, Rui. *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. São Paulo: Hucitec, 2004, p.78.

409 Cabe aqui uma ressalva em verificar que o Instituto Nacional do Pinho teve uma política editorial bem densa como o *Noticiário quinzenal*, o mensário *Brasil madeireiro* e o *Anuário de Economia Florestal*. Dos três, apenas o último insere-se nas narrativas dos historiadores. Infelizmente, não nos cabe analisá-los nesse momento, mas reitera-se aqui o volume significativo de publicações sobre as madeiras e florestas que cresceram durante o pós- Segunda Guerra Mundial. Conforme assinala Carvalho, o INP era a instituição que agregava interesses de produtores, industriais e exportadores do pinho, a principal madeira de exportação do Brasil no período. Uma das suas propostas era disciplinar o corte das matas no Sul do país. Diferentemente do Serviço Florestal, era uma autarquia vinculada ao Ministério do Trabalho e não à Agricultura. Em sua trajetória se deparou com dificuldades como corrupção e escassez de pessoal. Uma das principais atividades realizadas pela instituição foi a organização do Primeiro Congresso Florestal do Brasil em 1953. Carvalho e Laverdi indicam que o debate aberto a diversos sujeitos, provocou a existência de vozes contrárias à atuação do organismo, uma vez que evidenciavam as suas fragilidades ambientais, econômicas e políticas. Ver CARVALHO, Ely Bergo de Carvalho. *A modernização do sertão*: Terras, Florestas, Estado e Lavradores na colonização de Campo Mourão, Paraná, 1939-1964. 344f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008, p.290; CARVALHO, Alessandra Izabel de; LAVERDI, Robson. Uma produção de sentidos para a araucária (sem floresta) no Paraná. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Orgs.). *História ambiental:* territórios, fronteiras e biodiversidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, p.287-313, (v.2); DIAS, Célia Regina da Silva. *Op..cit*, p.161-167.

410 Vale destacar que a própria revista era, por vezes, lida e discutida dentro das sessões do conselho. Consistia, pois, em um espaço de leitura e produção do periódico durante esta terceira fase. Cf. CONSELHO Florestal Federal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 15 de Setembro de 1948, p.13.422; Cf. também: CONSELHO Florestal Federal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1947, p.7.011; e, por último, analise: CONSELHO Florestal Federal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 26 de Outubro de 1945, p.16.772.

Em que pese a existência de conselhos estaduais e municipais, a atividade desta instituição era concentrada na cidade do Rio de Janeiro. O espaço urbano, em contraste com as demais, assumiu o predomínio no periódico, mesmo que distribuído pelo Ministério da agricultura. Comentam-se sobre o reflorestamento de morros cariocas e, por consequência, seus moradores foram reforçados como "inimigos número um" das florestas. Em uma das correspondências publicadas do Conselho, o morador da zona norte carioca afirmava ao "caro amigo", o conselheiro Cunha Bayma:

> Urge não só evitar o completo desaparecimento de que nos resta de reserva florestal da cidade, como reflorestar os terrenos desnudos, principalmente dos morros, pois além das consequências da erosão, das enxurradas, são horrivelmente afeiados pela invasão constante dos barracos, cuja população é incontestavelmente o *inimigo número um* das nossas matas, pelas vantagens imediatas que os incêndios lhes proporcionam. E são, na maioria dos casos, certos habitantes das favelas que põem fogo no capinzal, seja por divertimento, por ignorância ou maldade calculada para a obtenção fácil da lenha resultante das matas.(*grifos nossos*)[411]

Esse breve trecho da extensa carta, já nos é satisfatório para compreender que as favelas que se avolumavam na cidade carioca eram responsabilizadas pela devastação das matas. Dissecando o discurso, percebemos a diversificação de terminologias empregadas durante a carta para se tratar destes aglomerados urbanos, dentre as quais "cogumelos de esterco", "áreas perdidas", o espaço onde residiam "os malandros, ladrões e desordeiros", e habitantes miseráveis que são "um pesadelo da população da cidade". Para Valpassos, em sua visão de natureza, esses ambientes deveriam urgentemente ser eliminados em nome da estética e do bem-estar social. Para tal tarefa, impunha a necessidade de articulação de uma polícia florestal. E conclui da seguinte forma:

> Aproxima-se, entretanto, o dia da árvore. Teremos discurso, exaltação, quando justamente a árvore está sem defesa, imolada à fúria criminosa do homem, seja ele, o roceiro, o carvoeiro, o lenhador, o fazendeiro e, aqui na cidade, o habitante do morro, todos eles sem o menor vislumbre de mentalidade florestal, cavando em sua inconsciência uma ruína que não se pode avaliar , dado o cortejo de males que tal prática determina.[412]

A carta escrita por Valpassos publicada na revista demonstra que no ambiente urbano um fenômeno social se tornava latente nos discursos: a favelização. De acordo com Maurício Abreu este processo na cidade do Rio de Janeiro acompanhou a intensificação da industrialização e urbanização. Em seus dados, os anos de 1940 vivenciaram a maior

411 NOTAS e comentários. *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano V, n.3-4, p.66, set-dez.1946.
412 *Ibidem*, p.4

proliferação das favelas, levando a criação do primeiro censo para a gestão pública destes espaços em 1948[413].

Materializam-se conflitos sociais entre o poder estatal e as comunidades locais pela incorporação de novos comportamentos e sensibilidades diante do uso de recursos naturais. São estabelecidas, assim, uma "moral ecológica". Como nos ensina Karl Jacoby, que toma por base o conceito de economia moral de Thompson sobre os costumes locais, fornece uma abordagem que é um contraponto ao discurso da elite sobre a conservação[414]. Os membros da *Revista Florestal* fornecem um discurso no qual os subalternos são entendidos como transgressores a uma ordem e dialogam de múltiplas formas com a imposição dos novos valores diante da conservação.

Da mesma forma que os agentes humanos eram inimigos das florestas, os patógenos permanecem neste rol. Se na primeira fase o enfoque era pela ferrugem da goiabeira e outros fungos das árvores frutíferas, nesta terceira fase as pragas agrícolas sobre os eucaliptos são as mais investigadas. Djalma Guilherme de Almeida[415] era um dos mais especializados no

---

413 Buscando contextualizar a geopolítica das favelas na primeira metade do século XX, a geógrafa Maria Laís Pereira da Silva assinala que no início do século XX eram compostos por casebres insalubres. Com Agache foram contabilizados 200 mil habitantes desses espaços. O Morro dos Telégrafos é indicado pela autora como um caso de surgimento em função do processo de industrialização em áreas periféricas. Pelos dados cadastrais em final dos anos de 1920, no morro havia 1502 casebres. Nos anos de 1930 e 1940, todavia, Silva constatou dois processos: a expansão e densificação dos aglomerados, bem como uma mudança nas características de localização. Estes conjuntos espaciais concentraram-se em maior grau nos subúrbios e na zona sul da cidade. Esses dois vetores de expansão são os mesmos que a *Revista Florestal* aponta onde a fiscalização florestal deveria ser mais intensa, o que sugere que a remoção das favelas era um objetivo daquele projeto de reflorestamento. Ver SILVA, Maria Laís Pereira da. Favelas do Rio de Janeiro: localização e expansão através do espaço urbano (1928-1964). In: ABREU, Maurício de Almeida. *Rio de Janeiro:* formas, movimentos, representações: estudos de geografia histórica carioca. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005, p.176-201; ABREU, Maurício. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4ª ed. Riod e Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011, p.106.

414 JACOBY, Karl. *Crimes against nature*: squatters, poachers, thieves, and the hidden history American of Conservation. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of Califonia Press, 2001, p.3. Segundo o autor, o movimento conservacionista norte-americano é percebido por cima, através dos grandes intelectuais e políticos, descartando as pessoas do comum no debate de proteção à natureza. Para ele, a criação de parques nacionais e as demais ações do movimento não podem ser percebidas sem se ater as ilegalidades que caçadores, invasores, pescadores e madeireiros empreenderam, pois a lei e sua antítese são "eixos gêmeos", isto é, novas leis geram novos crimes. As leis de proteção à natureza, assim, engendravam novos crimes. Essas pessoas do comum reagem, na maioria das circunstâncias, através de um "banditismo ambiental". Os intelectuais, por sua vez, alegam que estes grupos eram "depredadores" e que tinham visões defeituosas do mundo natural. É, pois, fundamental, reconstituir o universo moral que movimenta as transgressões locais às leis florestais. Nesse sentido, as populações periféricas de tradição oral deveriam inserir-se nas discussões florestais, embora suas ações que ocorrem em alguns momentos na clandestinidade sejam difíceis de captar, mas importante de assinalar e problematizar.

415 Entre os seus artigos sob esta temática, constam: ALMEIDA, Djalma Guilherme de. Combate ao cupim. *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano IV, n.2, p. 24-42, dez.1945; ALMEIDA, Djalma Guilherme de. Madeiras imunes ou muito resistentes ao cupim. *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano V, n.2, s/p, jun.1946; ALMEIDA, Djalma Guilherme de. Cortiças. *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano V, n.3-4, p.10-24, set-dez.1946; ALMEIDA, Djalma Guilherme de. Madeiras para lápis. *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano VI, n.único, p.7-17, 1947; ALMEIDA, Djalma Guilherme de. Sugestões para o reflorestamento. *Revista*

assunto, em especial sobre o cupim que "atacava" as madeiras. Para a revista, fazia-se necessário, portanto, estabelecer pesquisas experimentais que pudessem mitigar os transtornos provocados por estes atores.

Com isso, a revista intensificou seu apelo técnico-científico. Esse vocabulário preponderou durante esta fase, substituindo os termos sacralizantes que permeavam a narrativa. Isso não significava a ausência de expressões como "espíritos" ou "cruzada", porém predominavam metodologia, introdução, referências[416], experiência, amostra, ecossistemas (dunas, principalmente) e outros correlatos. A própria titulação dos articulistas passa a ser referida como membros de universidades, instituições que buscaram se consolidar durante os anos de 1940 os lugares privilegiados de produção do saber científico.

Na esteira dessa valorização dessa linguagem, os homenageados durante esta fase eram exatamente homens de ciência que contemporâneos aos redatores. Os falecimentos do botânico Alberto José de Sampaio[417] (que teve seus textos publicados mesmo após sua morte na primeira página do periódico) e do médico José Mariano Filho[418] são nomes elevados na narrativa pelo apoio que concederam ao movimento florestal e pela sua "defesa" das árvores.

A releitura do tempo histórico permanecia a focalizar André Rebouças e José Bonifácio, porém também havia espaço para a canonização dos intelectuais contemporâneos pelo seu "empenho" na cruzada pelo reflorestamento. Reliam-se determinados eventos que representaram inflexões marcantes na história brasileira, tais como a Lei Áurea. Segundo Sampaio, esta Lei era um divisor de águas para o plantio de árvores.[419] O tempo pré-abolição é colocado como um momento apoteótico aos agrários, pois não lhes preocupavam a obtenção da mão-de-obra para o corte das matas. O tempo pós-abolição, entretanto, aparece na narrativa como encargos financeiros para custear o trabalho de corte das matas. A problemática, assim, é reduzida sob a lógica econômica da relação entre mão-de-obra e recursos naturais.

***

Florestal, Rio de Janeiro, ano VII, n.único, p.25-33, 1948.

416 Entre as principais referências dos artigos da Revista, constavam o geógrafo Alberto Ribeiro Lamego (1896-1985). Apesar de citado, não encontramos vestígios de leitura de Lamego à *Revista Florestal*. Sobre os estudos das paisagens do estado do Rio de Janeiro representadas por Lamego, cf. FREITAS, Inês Aguiar de; PINTO, Fernando Lemos Firmino; MOURA, Rachel de Almeida. A história ambiental na geografia de Alberto Ribeiro Lamego. *Interagir:* pensando a extensão, Rio de Janeiro, n.9, p.71-78, jan-jun.2006; PERES, Waldir Rugero. *Paisagens fluminenses, a contribuição de Alberto Lamego*. 97f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

417 NOTAS e comentários. *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano VI, n.único, p.73, 1947.

418 JOSÉ Mariano Filho. *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano V, n.2, s/p, jun.1946.

419 SAMPAIO, Alberto José de. Normas viáveis de reflorestamento. *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano VIII, n.único, p.1-6, 1949.

Com este capítulo constatamos, portanto, a seiva que é extraída das raízes e circula na narrativa da revista. Estas ideias enrijecem o tronco narrativo deste periódico. É possível realizar três cortes na periodização da trajetória editorial da *Revista Florestal*. São elas: *a primeira fase*, mais volumosa em número de edições (totalizando 14 ao total), estende-se de julho de 1929 até outubro de 1932. Nesse período a única edição bimestral é a de julho-agosto de 1930, publicação que anuncia a extinção da revista. O retorno, porém, ocorre em fevereiro de 1932 sob moldes editoriais similares aquela fase. Depois dessa publicação, a Revista tem outra edição em outubro de 1932 que encerra esta primeira fase do periódico.

Neste momento, a característica central é a projeção de medidas de regulamentação das florestas e recursos naturais. Os intelectuais, portanto, propõem as autoridades públicas legislações nacionalistas quanto ao uso dos recursos naturais, participação em eventos internacionais que envolviam a questão e, além disso, os dados econômicos são voltados a ampliar a exportação de madeiras. O centro da narrativa são as ações do Serviço Florestal que tinha naquele momento o papel centralizador no assunto do reflorestamento.

O *segundo corte* é um divisor de águas na trajetória editorial da revista. Refere-se à edição única equivalente ao primeiro trimestre de 1943. Aglutiná-la à primeira fase seria errôneo, visto que não se caracterizavam mais pelo que se projetava no plano das ideias, mas o que se implementava materialmente pelo governo. Entretanto, agregá-las ao período de 1945 em diante seria padecer da dissolução de suas características únicas. A edição é orientada a descrever a "ação" do governo Vargas sobre a questão florestal.

O foco principal, portanto, não é nas propostas possíveis do futuro, mas as medidas realizadas no presente. Suas notícias referem-se às construções que se edificavam para a proteção, bem como os investimentos que se faziam com o reflorestamento. Sendo profundamente marcada pelo aspecto de oficialidade, o periódico passa a construir uma narrativa de monumentalidade a esfera governamental. Não podemos, porém, nos esquecer que se materializava em um contexto de uma imprensa que propagandeava a nação brasileira e controlada pelos mecanismos do Departamento de Imprensa e Propaganda[420].

A publicação de 1943 foi sucedida por uma *terceira fase* que corresponde aos anos que vão de setembro de 1945 até o ano de 1949. Durante essa fase, a publicação foi, inicialmente,

420 Sobre o controle da imprensa no Estado Novo, em um clássico trabalho, Maria Helena Capelato adverte que o governo varguista fechou redações de opositores ao regime, reduziu subsídios para fornecimento de papel, perseguiu e prendeu jornalistas, mas também contribuiu para a construção de prédios como o da Associação Brasileira de Imprensa. Para maiores detalhes, cf. CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, Edusp, 1988, p.50; BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa.* Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

trimestral, posteriormente, semestral, retornando a ser anual. A periodicidade, portanto, era muito variável, mas o que caracteriza esta fase é que seu enfoque não é mais na projeção ou realização de um programa florestal, mas de sua gestão. Seus artigos publicam as dificuldades para fiscalização dos parques nacionais, as atribuições de regulamentação do Conselho Federal Florestal, as publicações científicas executadas por diversas instituições sobre dendrometria e botânica, optando prioritariamente pelas madeiras a ser destinadas para a industrialização no Brasil.

***

CAPÍTULO 5.

A Polinização dos impressos:
Itinerários, circulação e sociabilidades intelectuais

"(...) Trata-se realmente de uma publicação que se impõe a todo o apoio, ao aplauso e auxílio de quantos sejam capazes de auxiliar da significação de periódicos semelhantes. O programa da Revista Florestal define, em palavras concisas o seu objetivo. Não temos dúvida em afirmar que as credenciais com que se apresenta lhe asseguram êxito infalível."[421]

Em breve nota que enunciava a existência da *Revista Florestal* em 1929, o matutino carioca *O Paiz* evidenciava que o periódico apresentava um escopo de intelectuais de grande expressão. Com efeito, um grande número de redatores de impressos no Brasil e no mundo concedeu elogios e congratulações à revista devido a presença de intelectuais de grande projeção na sua confecção. O que se pode acentuar é que seu corpo editorial, de fato, é enaltecido como aqueles que dotam de credibilidade a recém-criada estrutura de sociabilidade.

Verificamos até o presente momento as raízes no qual a revista se inscreve estabelecendo uma relação idiossincrática com o mundo vivido e moldando o seu tempo, a seiva que constituiu o cerne de seu discurso e a composição das folhas impressas. Faz-se necessário compreender quem eram esses agentes polinizadores que produziram e fizeram circular o periódico. Limitar-se, no entanto, ao seu corpo editorial é inadequado, pois a análise de quaisquer obras pressupõem o estudo de seus vestígios de produção, circulação e recepção. Importa-nos, portanto, observar a Revista como um artefato cultural[422], produtora e produto de relações sociais e representações sobre a natureza, dos quais participam uma grande gama de atores (produtores, mediadores e receptores) sejam eles representantes de interesses pessoais, institucionais e de outros grupos profissionais.

---

421 UMA PUBLICAÇÃO valiosa. *O Paiz*, 12 de Julho de 1929, p.2.

422 A expressão de artefato cultural deste trabalho advêm da concepção de Stephen Greenblatt. Segundo sua análise, "não ficam parados, imóveis, mas existem no tempo e estão ligados a conflitos, negociações e apropriações pessoais e institucionais". Ver GREENBLATT, Stephen, *Op.cit*, p.244.

Logo, a mediação e produção cultural são interpretadas por meio da ação de sujeitos históricos que interagem ao nível indissociável de relação indivíduo-individuo, mas também indivíduo-coletivo e coletivo-coletivo. Em outros termos, a teia de relações sociais que permitem a existência da *Revista Florestal* é estabelecida por sujeitos (que trazem marcas individuais e coletivas) que ora representam os seus próprios interesses, ora falam em nome dos interesses nacionais, bem como os de grupos profissionais ou institucionais. Assim, quando se toma, por exemplo, a análise de correspondências para a construção do periódico, não podemos pensar apenas em uma relação pessoal entre um e outro intelectual. Mas, percebemos, simultaneamente, que as epístolas expressam a comunicação entre interesses mútuos de intercâmbios pessoais, profissionais, científicos e institucionais.[423] A presença desses sujeitos históricos na revista torna a identificação desses fios que a tecem ainda mais complexa.

Dessa maneira, o capítulo em que se encerra esta dissertação esboça um esforço de investigação da tessitura dessa sociabilidade do movimento florestal a qual envolve interações institucionais (científicas, agronômicas, universitárias, museológicas, entre outras) e pessoais que colaboram com a criação, as interrupções, continuidades e encerramento do periódico. Sendo assim, utilizamo-nos, sobretudo, de cartas trocadas entre os diretores e colaboradores da *Revista Florestal* para compreender como foi constituído o que distingue, para a grande imprensa, a revista das demais publicações: o seu corpo editorial. Além disso, procura-se sublinhar, ainda que sumariamente, o perfil destes intelectuais que a compõe no anseio de compreender os graus de afeição, amizade, "ou, a contrário, a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor"[424].

Para dado objetivo, pretendíamos, inicialmente, recorrer a um exame prosopográfico acerca dos intelectuais envolvidos em seu processo redatorial, mas este método mostrava-se, à primeira vista, inviável. Isso se deu em função, basicamente, de três circunstâncias. Em primeiro lugar, pela sua *dimensão quantitativa*, isto é, era relevante o número de intelectuais

---

423 De acordo com Ângela de Castro Gomes e Luciana Heymann, as correspondências eram descartadas da narrativa histórica por serem considerados "resíduos" ou "lixo histórico" presentes nos arquivos. Com a incorporação da subjetividade e da perspectiva da microanálise este conjunto de documentos caracterizado pela fragmentação e heterogeneidade retomou ao discurso da história. No estudo acerca do arquivo pessoal de Gustavo Capanema, Gomes ainda menciona que um dos maiores escritores de cartas de pedidos era Luiz Simões Lopes, diretor do Departamento de Administração do Serviço Público e criador da *Revista Florestal*. Cf. GOMES, Ângela de Castro. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: _____. *Capanema:* o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p.36; HEYMANN, Luciana Quillet. *As obrigações do poder:* relações pessoais e vida pública na correspondência de Filinto Müller. 199f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

424 Ver SIRINELLI, Jean-François. *Op.cit*, p.250.

que cercavam os quadros de estruturação do periódico. Contabilizamos, minimamente, 154 mediadores e criadores culturais na *Revista Florestal* nas 24 edições que foram publicadas. Embora Sirinelli nos alerte para o fato de que o mundo intelectual é pequeno e estreito – baseando-se na expressão de Sartre "*pétit monde etróit*" -, consideramos este valor numérico expressivo para os limites deste trabalho.

Os dados nos ofereciam indícios de que o movimento florestal comportava um número significativo da elite intelectual dirigente, bem como mobilizava intelectuais "periféricos" neste campo. Esta inferência se reforça, à medida que observamos os diretores da revista selecionando cientistas, literários e agrários para escrever no periódico. Esta seleção é, em si, um ato representativo. A escolha credencia aqueles que poderiam responder sobre o problema florestal na imprensa, não contemplando outros discursos possíveis sobre o mesmo assunto pela sua não-escolha. Ou seja, sugere-se aqui a existência de outros agentes que, apesar de não integrarem este impresso, também participava ativamente das questões de proteção à natureza.[425]

A estimativa, ademais, desconsidera muitos dos leitores, impressores ou livreiros, cujos números são de difícil precisão, em virtude dos poucos rastros, pegadas ou vestígios que deixaram nas suas práticas de colaboração com a circulação e recepção da revista. Resulta disso uma segunda razão para inviabilidade deste recurso metodológico: *a escassez documental* em relação a esses agentes. Se, por um lado, a presença de fontes para determinados intelectuais que nela escreviam eram abundantes, para os seus receptores e distribuidores, por sua vez, a fartura tinha sido reduzida às migalhas documentais ou fragmentos vicários de informação.

Em outras palavras, o número apresentado agrega simplesmente os colaboradores, diretores, membros de comissão de redação e articulistas que possuem o seu nome impresso

---

425 Embora seja pertinente o estudo, não pretendemos nesse trabalho investigar os outros projetos que dedicam atenção à proteção à natureza, cujos intelectuais não escrevem para a *Revista Florestal.* Porém, cabe aqui sublinhar sua existência, o que demonstra que o periódico não era a única tentativa de compreender e solucionar o problema florestal no Brasil. Outros intelectuais também se esforçaram nesse sentido. Um deles é Álvaro da Silveira. É provável que uma das razões para a ausência de Silveira na *Florestal* devia-se as opiniões ácidas, frutos de desavenças com intelectuais considerados pela revista como "autoridades no assunto". Em "Fontes, chuvas e florestas", por exemplo, Silveira não dispensa comentários contrários aos escritos do literário Henrique Coelho Neto. Este, era amigo pessoal de Luiz Simões Lopes e Francisco Iglésias, dois importantes agentes de criação da revista. Além disso, Netto escrevia orações e participava, de modo recorrente, na Festa da Árvore do Horto Florestal da Gávea, como o foi em 1926. Portanto, a integração de Silveira não se dava pela discordância total de ideias em relação a solução do problema florestal, pois como analisamos baseavam-se em pressupostos similares – ainda que com algumas nuances - de conservação. Talvez, o critério de exclusão deste intelectual que comentava sobre o problema florestal era em função das relações de desafeto pessoal e profissional com intelectuais notórios na revista. Cf. SILVEIRA, Álvaro Astolfo da. *Fontes, chuvas e florestas.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1923.

no periódico, em detrimento dos outros agentes que o construíram, uma vez que possuem poucos vestígios. Caracterizar o tipo de relação construída por cada um deles entre si, teria, desse modo, um terceiro empecilho: o *limite temporal-espacial* desta pesquisa. Não buscamos, como outros trabalhos científicos, encerrar o assunto esgotando suas possibilidades ou estudar as diferentes relações entre cada uma das combinatórias de interações intelectuais sugere um esforço amplo ao escopo de análise.

Verificamos diante destes obstáculos, ao longo do processo de pesquisa, que compartilhávamos dos mesmos problemas com os quais Lawrence Stone se deparou[426]. Como realizar biografias coletivas de um grupo desigual quanto às informações documentais obtidas? Como levantar informações dos itinerários intelectuais que envolvem esse projeto editorial e, simultaneamente, identificar seus cruzamentos, interações, interferências recíprocas? Ainda que, à primeira vista, este desafio fosse inviável, tomou-se este método para a nossa análise, levando em consideração as devidas precauções.

Para isso, estruturamos este capítulo no sentido de projetar questões gerais sobre o periódico para fornecer uma caracterização geral desse universo intelectual que estava mobilizado no projeto de proteção à natureza por meio da *Revista Florestal*. Com base no quadro prosopográfico da comunidade composta por aqueles que tiveram participação no periódico examinamos alguns itens gerais. Tomando este quadro enquanto amostra representativa dos sujeitos históricos mobilizados no debate, podemos observar que ele nos revela traços característicos mais amplos do movimento florestal do período de 1929 a 1949.[427] (Ver Apêndice P)

Partindo dessa percepção de que cada categoria contempla diversos atores

426 Segundo Lawrence Stone, a prosopografia é o método que envolve "a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas". Inclinamos nosso estudo aqueles que "preocupam-se com a dinâmica de pequenos grupos ou com a interação, em termos de família, casamento e laços econômicos, de um número restrito de indivíduos". Vide STONE, Lawrence. Prosopografia. *Sociologia Política***.** Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137. O historiador Christophe Charle, seguindo as bases de Stone, comenta que os historiadores da antiguidade reivindicam a paternidade deste método e em história contemporânea os estudos se iniciaram na década de 1960. Segundo Charle, a prosopografia permite apreender "o funcionamento social real das instituições ou dos meios onde agem os indivíduos estudados". Ver CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva. In: HEINZ, Flávio (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p.41-53.

427 A primeira vista, poderia ser considerado equivocado a proposta de pensar a *Revista Florestal* como amostra representativa do microcosmo intelectual durante os anos de 1920-1940, pois, afinal de contas, o periódico tem um longo interregno de 1932 a 1943 sem circulação. Isso significaria ausências de intelectuais que participaram neste período e que não foram incluídos dentro deste grupo. No entanto, ao retornar em 1945, a revista traz muitos desses intelectuais durante o período em que esteve fora de circulação e que ainda ocupavam postos privilegiados. Outros, certamente, não foram incluídos no fazer editorial, tais como, o agrônomo Jayme Velloso. Este redigiu um trabalho em defesa do reflorestamento neste período, porém não foi encampado dentro do corpo editorial do periódico. Ver VELLOSO, Jayme Leal. *O florestamento e o reflorestamento do Brasil como fonte de grande riqueza nacional.* Rio de Janeiro: Tipografia São Benedito, 1936.

entrelaçados em seu grupo e com as demais funções, selecionamos intelectuais representativos de cada um dos quadros funcionais para observar suas trajetórias sociais e os pontos de congruência que o alocam na *Revista Florestal*. Este recorte, contudo, não é aleatório. Adotamos, de preferência, os sujeitos históricos dos quais dispomos de maior número de vestígios para a tarefa de compreensão da posição destes intelectuais neste campo. Em cada um dos grupos, estabelecemos as conexões entre os perfis selecionados para análise, observando as singularidades daquele indivíduo, mas também os traços que possuem em comum com os demais agentes. Com isso, espera-se sublinhar traços gerais deste conjunto de itinerários sociais que se cruzam em um ponto comum[428]: a proteção do patrimônio da natureza na *Revista Florestal*.

5.1 Uma cartografia intelectual do movimento florestal

Neste item, visamos mapear os intelectuais associados à revista com base em algumas características gerais. São elas: gênero, faixa etária, nacionalidade, formação educacional e ocupação, bem como familiarização dos agentes. Em cada um destes pontos é possível identificar os traços que permitem diagnosticar as conexões que ligam esta rede de sociabilidade de proteção à natureza entre 1920 e 1940 e, ao mesmo tempo, caracterizam o periódico, enquanto um organismo impresso que representa essa geração intelectual e que tem participação ativa na construção das políticas florestais do país.

Apesar de pertinente, como a historiografia tem demonstrado em estudos recentes[429], excetuamos deste trabalho a abordagem religiosa dos intelectuais envolvidos. Não nos furtamos, porém, a investigar alguns indícios acerca desta questão durante a pesquisa. Em linhas gerais, a maioria dos intelectuais professava o catolicismo, com poucas exceções como

---

428 A noção de que as revistas são "pontos de encontro de itinerários individuais sob um credo comum" está presente em PLUET-DESPATIN, Jacqueline, *Op.cit*, p. 126. Segundo a autora, entendendo a revista como um agrupamento do qual colaboram intelectuais, devemos observar a ação que promove a reunião destes itinerários. Esta atividade implica em movimento, transformações vividas pela revista. Tais publicações resgatam a memória de mortos, criam dissidentes e excluem determinados intelectuais. É necessário, para a historiadora, não reduzir o estudo das revistas ao sumário que nela se escreve, mas considerar aquilo que fica "por de baixo dos panos", nos bastidores de sua produção (*Ibidem*, p.127).

429 Um dos trabalhos é o de Mark Stoll. O historiador assinala que os conservacionistas norte-americanos – em especial Gifford Pinchot – fiéis ao puritanismo, leram o oleiro protestante do século XVI Bernard Palissy. Relendo suas obras, Pinchot e os conservacionistas, dentre os quais Walter Mumford – leitor da *Revista Florestal* – desejavam restaurar a comunidade rural idealizada pela teologia puritana de Palissy. Tal comunidade que permeava o imaginário protestante conservava parques e espaços naturais para adoração divina. Cf. STOLL, Mark. O "sagaz" Palissy: Gifford Pinchot, George Perkins Marsh e as origens do conservacionismo norte-americano em Connecticut. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão. *História ambiental:* territórios, fronteiras e biodiversidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, p.87-127. (v.2)

espírita Leôncio Correa e o pastor evangélico Bolívar Bandeira. Entretanto, algumas trajetórias possuíram durante as fases iniciais de sua formação uma vinculação a escolas religiosas de orientação anglo-saxã. Isso ocorre, por exemplo, na caótica transição de escolas na infância de Francisco de Assis Iglésias e Luiz Simões Lopes.

Quanto ao primeiro, em suas memórias, alertava que poucas eram as instituições escolares que instruíam as crianças na cidade em que tinha nascido, Piracicaba. Um deles era o Colégio Piracicabano que seguia os preceitos da escola metodista pautado nas ideias de Judith Mac Knight e J.S. Kennedy, escritores que buscavam vincular ensino e Igreja Metodista para "converter as almas à Cristo".[430] Iglésias, cujo primeiro nome remetia ao santo medieval protetor da natureza e dos animais, manteve-se filiado ao tradicional Salve-Rainha da Igreja Católica na Escola do Mestre Justino.

Simões Lopes, por sua vez, assentou-se nas cadeiras do Colégio Aldridge com cerca de 9 anos de idade. Em entrevista fornecida ao CPDoc/FGV, afirmava que os professores do Colégio Niteroiense, embora fossem protestantes, "orientavam nos bons modelos da moral e religião católica".[431] Apesar de ratificar o catolicismo, é presente em suas textualidades a vinculação à ideia puritana da natureza como Criação divina[432] e da vida no campo como lugar da harmonia e da regeneração espiritual. A Estância da Graça, lugar onde residia, por exemplo, é representado em sua narrativa como um recanto de refúgio do espírito e encontro com a alma.

5.1.1 Os homens de letras da Revista

Conforme verificamos no mapeamento prosopográfico da comunidade Florestal, o periódico foi composto, majoritariamente, por um público masculino. Representavam, aproximadamente, 97,30% de todos os sujeitos analisados. Identificamos apenas 5 mulheres que participaram diretamente da revista, quer seja como escritora ou leitora. São elas: Arlettte Cosendey da Rocha, Sara de Souza, Anna Amélia Carneiro de Mendonça, Beatriz Vieira e Ynés Mexia.

---

430 IGLÉSIAS, Francisco de Assis. *Memórias de um agrônomo:* à noiva de Piracicaba. Piracicaba: Agronômica, 2003, p.50

431 SILVA, Suely Braga da (Org.). *Op.cit*, p.47.

432 Analisando o imaginário de natureza na Inglaterra de 1500 a 1800, Keith afirmava que o século XVII foi um marco de inflexão no pensamento teológico sobre a natureza. Nesse século, posterior à Reforma, enfatizou não somente o fato da Criação divina da natureza, mas o estado miserável a qual o mundo natural estava submetido. O próprio culto às árvores, em especial, trazia um sentimento de devoção ao sagrado. Ver THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural:* mudanças de atitude em relação às plantas e e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.25

Seus perfis demonstram o lugar da mulher dentro desta rede de proteção à natureza. A primeira era professora primária, a segunda estudante, a terceira e quarta escritoras e a última, por sua vez, era cientista do campo da botânica. Certamente, estas não eram as únicas mulheres que participaram deste movimento, porém, ilustram os espaços das militantes florestais naquele microcosmo. Através daquele quadro, denota-se que as mulheres ocupavam, predominantemente, os postos de professoras, estudantes, escritoras e cientistas.

Apesar desse número muito reduzido no quadro editorial, elas eram concebidas pelo seu valor estratégico para o movimento. Ao falar do protagonismo feminino que emergia nos anos de 1920, Alberto José de Sampaio reivindicava em artigos publicados no periódico que surgissem entidades feministas brasileiras similares à *The Mount Vernon Ladies Association.*[433] O botânico alertava em diversas obras que a mulher era "capaz de compreender bem os detalhes sutis da Proteção à Natureza, falando às crianças de modo a impressionar os cérebros juvenis".[434]

No discurso da revista, por vezes, a natureza era associado às categorias femininas. À mulher e a natureza.[435] Esta última era narrada em diversos momentos em associação ao sujeito feminino "terra" considerada mãe dadivosa, graciosa, com presença de um "ventre prodigioso" e fartura em seus seios. Nesse sentido, a natureza é concebida pela sua fecundidade e capacidade de prover recursos, gerar frutos e forças produtivas à pátria. Assemelha, portanto, a alegoria imaculada de Maria, mãe do filho de Deus.

No movimento florestal a inserção das mulheres foram, prioritariamente, as educacionais, representadas no quadro da revista pela presença de Cosendey da Rocha.[436] Da mesma forma que a professora, a estudante que declamava poemas de enaltecimento à árvore representado na figura de Sara de Souza é exemplar de mais uma parcela de mulheres que tomaram parte do movimento florestal. Alunas de diversos colégios de formação das elites políticas, tais como o Sion, em Petrópolis, aspiravam a proteção à natureza.[437]

---

433 SAMPAIO, Alberto José de. Ecologia e genética em reflorestação. *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano II, n.1, p.41, jul-ago.1930.

434 *Ibidem*, p.50

435 OSTOS, Natascha Stefania Carvalho. *Terra adorada, mãe gentil*: representações do feminino e da natureza no Brasil da Era Vargas (1930-1945). 222f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

436 Entre outras professoras e diretoras de colégios de ensino primário que participaram deste movimento florestal, embora não participassem diretamente do periódico, constavam: Alda Pereira da Fonseca, Ada Guimarães Pimentel, Inácia Ferreira Guimarães, Maria Amélia Saraiva. A primeira, inclusive, participou da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza ocorrida em 1934, representando a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

437 De acordo com Needell, o Colégio Sion este era um ambiente que desde 1888, quando a escola é criada, formaram-se personagens femininas expoentes da elites políticas do país. Ver NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical:* sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. Tradução Celso Nogueira.

Em relação às escritoras sobressalta-se Ana Amélia Carneiro de Mendonça e Beatriz Vieira na revista. A sua participação era voltada a textos em poesia que contemplavam a beleza da natureza, criticavam o machado destruidor e, a partir disso, justificava-se a sua proteção. Carneiro de Mendonça representa outras escritoras que lançaram mão de sua pena para condenar o uso indiscriminado das matas. Embora não tenhamos identificado seus nomes diretamente à revista, constamos na mesma condição de escritora Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) e Maria Eugênia Celso (1886-1963).

Almeida desfrutou de prestígio literário durante a *Belle époque.* De acordo com Jeffrey Needell, ela legitimava a posição conservadora da mulher subordinada ao ofício doméstico.[438] É com base nessa linha de pensamento que alegava a importância do cuidado que a mulher deveria ter ao regar o jardim ou podar as árvores do lar. Em cada verso, traduzia a necessidade do cuidado e proteção feminina ao lar, à pátria e à humanidade. As florestas, uma vez que eram patrimônios da pretensa família brasileira, deveriam tornar-se, nesse imaginário, tesouros a serem protegidos pelas mulheres.

Há pesquisadores, como Érica Schlude Ribeiro, que identificam em Almeida, através de suas obras "A árvore", "Jardim florido" e "Correio da Roça", o papel de uma precursora da consciência ecológica e da reforma agrária. "A árvore", em especial, atribuiria a natureza "um manancial de bondade" e o homem como o seu predador.[439] Esta, para Ribeiro, seria a obra mais ecológica da autora que teria uma consciência crítica avançada ao seu próprio tempo.[440] No entanto, como se pode ver, antes de precursora, a escritora estava articulada no emaranhado de uma rede de sociabilidade de proteção à natureza.

Com mesmo verniz mantenedor do *status quo* estava Maria Eugênia Celso.[441] Filha do escritor Afonso Celso, Maria permaneceu com as linhas matrizes de seu pai a edenizar as

---

São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 82.

438 NEEDELL, *Op.cit.*, p.165.

439 O livro composto pelo casal Almeida é composto por prosas e poesias a respeito estimulando o amor às árvores e o combate às derrubadas predatórias destes objetos de contemplação estética e de benefícios econômicos e sociais. Não é somente à prosperidade material que cativa os intelectuais a proporem o combate à devastação, mas o caráter simbólico que possuem, visto que o próprio nome do país deriva de uma árvore. Indicam o caráter cívico da Festa das Árvores e postulam D. João VI como um marco no plantio de árvores no Brasil devido a aclimatação de espécies no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Ver ALMEIDA, Júlia Lopes de; ALMEIDA, Afonso Lopes de Almeida. *A Árvore.* Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1916.

440 RIBEIRO, Érica Schlude. *O olhar visionário e o olhar conservador:* a crítica social nos romances de Júlia Lopes de Almeida. 115f. Dissertação (Mestrado em Literatura brasileira). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 1999. p.100.

441 Cabe ressaltar que Azevedo considera que na literatura de Maria Eugênia houve espaço para a valorização do espaço privado, mas também para o debate público mais amplo. Para maiores detalhes sobre a escritora, cf. AZEVEDO, Carla Bispo. *Maria Eugênia Celso*: entre o impresso feminino, a casa e o espaço público (1920-1941). 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015, p.140.

matas, porém incutindo-lhe a precaução com a destruição das ordens da natureza. Tal como Ana Amélia Carneiro de Mendonça, a filha do conde que defendia o ufanismo era vinculada à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e voltada à proteção das florestas.

Para além de professoras, estudantes e escritoras, outra inserção das mulheres nesta rede era como cientista. Na *Revista Florestal*, as cientistas são representadas por Ynés Mexia. Trata-se de um grupo de mulheres voltadas às ciências, sobretudo às naturais. Mexia na posição de botânica exprime bem a comunidade dos leitores do periódico. Embora não tenhamos encontrado vestígios concretos de colaboração nesse fazer redatorial da *Revista Florestal*, pode-se dizer que Bertha Lutz (1894-1976)[442], Heloísa Alberto Torres (1895-1977), Jacinta Iglésias e Maria do Carmo Vaughan Bandeira (1902-1992)[443] engajaram-se neste movimento de proteção à natureza e muito provavelmente foram leitoras da Florestal. Não a incluímos devido a ausência de fontes que asseverassem a sua participação mais concreta.

Assim, verificamos que embora predominantemente masculino, o corpo editorial da revista comportava leitoras e articulistas femininas em sua composição. Isso demonstrava que as mulheres não se ocultaram dentro desse movimento florestal mais amplo. Entretanto, todas aquelas que foram citadas advinham da posição de elite quer seja inscrevendo-se no ensino, na literatura ou na ciência. Não participavam do grupo de composição editorial mulheres oriundas das camadas periféricas, mas sim dos círculos sociais abastados.

---

442 Em trabalho acerca da participação feminina nas ciências, Lia Gomes atesta que Bertha Lutz, a presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, instituição criada em 1922, era partícipe deste movimento florestal. Da mesma forma que reivindicava o voto feminino, Bertha em seus trabalhos de campo percebia a devastação da natureza. Segundo Gomes, a cientista integrou em 1940 do Estudo de Natureza Carioca para o Instituto Brasil-Estados Unidos, respondeu aos questionários da Sociedade dos Amigos das Árvores para a formação da Primeira Conferência de proteção à natureza em 1934 e foi membro correspondente do *Office International pour la Protection de la Nature* sediado na Bélgica em 1929. Ademais, Bertha tal como as companheiras de Federação, escreveram trabalhos defendendo a participação das mulheres na proteção das "riquezas naturais". Lutz também incentivou trilhas e a construção de museus ao ar livre. É provável que tenha lido a *Revista Florestal*, uma vez que o seu chefe e amigo pessoal, o botânico Alberto José de Sampaio, era o principal articulista e incentivador da sua leitura e circulação entre os membros da seção de botânica – a qual Lutz estava lotada. Entretanto, não obtivemos fontes que pudessem afirmar isso. Na análise de sua documentação verificamos que, além do exposto, trabalhou no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas e foi a única mulher conselheira na trajetória do Conselho Florestal Federal. Integrou a esta instituição entre os anos de 1956 e 1967, ou seja, durante toda a fase presidida pelo agrônomo Victor Abdennur Farah que se iniciou durante a gestão de Juscelino Kubitschek. Sobre a participação na proteção à natureza de Bertha Lutz e FBPF, cs. GOMES, Lia Osório. *Educação e profissionalização de mulheres:* trajetória científica e feminista de Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro. 174f. Dissertação (Mestrado em História das ciências). Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009, p.121-144.

443 Bandeira era vinculada ao Jardim Botânico e realizava trabalhos de descrição botânica na Estação Biológica de Itatiaia juntamente com Paulo Campos Porto. Ver BEDIAGA, Begonha; PEIXOTO, Ariane Luna; FILGUEIRAS, Tarciso S. Maria Bandeira: uma botânica pioneira no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23, n.3, p.799-822, jul-set.2016.

5.1.2 Uma revista em três tempos

Já compreendemos a revista no tocante à questão de gênero. Passemos agora a refletir sobre a composição por faixas etárias. Em pese as lacunas de alguns membros durante a realização do mapa prosopográfico, denotamos que não pertenciam a mesma geração de nascimento. Ou seja, a percepção geracional clássica que identifica uma geração pela proximidade das datas em que veio ao mundo, não seria aplicável a este conjunto de intelectuais.

Com uma duração de duas décadas, a revista foi continuamente modificada e renovada. Adentram-se elementos mais jovens, falecem os sujeitos mais antigos e até mesmo intelectuais que não participavam na primeira fase podiam ganhar relevo na terceira. Ou seja, a revista é uma entidade viva que promove um encontro entre núcleos geracionais. Quando é criada em 1929, tem a presença de um jovem técnico de 24 anos, como é o caso de Fernando Milanez; de um experiente homem de ciência de 48 anos, tal como Alberto José de Sampaio; mas detinha os cabelos brancos de Augusto de Lima com 70 anos de idade.

Caso seguíssemos esta lógica de segmentação por idades poderíamos ter a seguinte tabela:

TABELA 4: NÚCLEOS GERACIONAIS DA *REVISTA FLORESTAL*	
Nascimento	**Principais intelectuais**
1850-1869	Afonso Costa, Augusto de Lima, Carlos Moreira, Coelho Netto, Henrique Boiteux, Idelfonso Simões Lopes, Leôncio Correia, entre outros.
1870-1899	Alberto José de Sampaio, Amazonas Almeida Torres, Carlos de Souza Duarte, Edmundo Navarro de Andrade, Enéas Calandrini Pinheiro, Epitácio Santiago, Ernesto Fonseca Costa, Eugênio d'Alessandro, Fidélis Reis, Francisco de Assis Iglésias, Frederico Carlos Hoehne, Gregório Bondar, João Geraldo Kulhmann, José Mariano Filho, Miguel Calmon, Paulo Campos Porto, entre outros.
1900-1919	Arthur Miranda Bastos, Fernando Romano Milanez, Álvaro Simões Lopes, Luiz Simões Lopes, Augusto Frederico Schmidt, Augusto Ruschi, Bolívar Bandeira, Dirceu Duarte Braga, Francisco Rodrigues de Alencar, Heitor Grillo, Horácio Peres Sampaio, Leonam de Azeredo Penna, Raimundo Pimentel Gomes, Vasconcellos Sobrinho, entre outros.

Embora os diretores fossem jovens, o que se constata no quadro é que o periódico, tal como o movimento florestal do período, não se restringia por faixas etárias.[444] Essa geração

444 Concordamos com Sirinelli quando concebe o conceito de geração enquanto uma "escala móvel do tempo" que se define de acordo dos interesses do historiador, bem como pode ser unidade biológica ou natural do tempo. Ver SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO,

que buscou proteger a natureza nos anos de 1920 a 1940 não se definiria pela data de nascimento, mas pelo compartilhamento de uma experiência de destruição do mundo biofísico. O certo é que a muitos deles vivenciaram em sua infância a transição entre o regimes com os traços monárquicos ainda evidentes na sociedade brasileira, a crise agrária, o impasse do pós-abolição, além da dependência econômica do Brasil à produção cafeeira.

5.1.3 Um periódico nacionalista com estrangeiros

Em relação à nacionalidade, percebemos que 130 intelectuais que foram membros do grupo que editava a *Revista Florestal* eram nascidos no Brasil. Ou seja, cerca de 15,58 % do total do quadro mapeado era composta por estrangeiros. Tal indicativo numérico não é irrelevante, mas considerável para o momento de acirrado nacionalismo em que a revista se situava. Entre as nacionalidades que estiveram presentes no periódico temos:

TABELA 5: PRESENÇA DE ESTRANGEIROS NA *REVISTA FLORESTAL* (1929-1949)*	
Nacionalidade	**Quantidade de intelectuais presentes na *Revista Florestal***
Estados Unidos	6
Argentina	4
Itália	3
Portugal	2
Alemanha	1
Bélgica	1
Espanha	1
França	1
Inglaterra	1
México	1
Polônia	1
Rússia	1
Uruguai	1

*Tabela 2: *Incluímos aqui os que foram posteriormente naturalizados brasileiros.*

Como se pode apontar por intermédio da tabela, os Estados Unidos foram o país que obteve o maior número de intelectuais dentro da sua composição editorial. Indubitavelmente,

Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.131-137.

foi o país com o qual a revista e o movimento florestal brasileiro mais dialogou. A presença dos conservacionistas norte-americanos Samuel Record, Roy Nash, William Thomas Cox e representantes da *United Fruit Company* evidencia a proximidade que foi estabelecida entre os intelectuais. Alguns brasileiros, tais como Paulo Ferreira de Souza e Djalma Guilherme de Almeida fizeram cursos de silvicultura com os técnicos norte-americanos. Embora essa aproximação com os conservacionistas norte-americanos fossem predominantes, o grupo florestal brasileiro não foi reprodutor do movimento norte-americano. Adotou-se um modelo próprio concatenando entre suas páginas a conservação com a preservação.

Ao trazer norte-americanos para compor seu corpo editorial, a revista concordava com a ideia do americanismo pautada nas noções de *progressivismo* e *tradicionalismo*. No que se referia ao primeiro era entendida como uma nação associada ao racionalismo, uma força criativa capaz de convergir "progresso, ciência, tecnologia, abundância, racionalidade, eficiência, gerenciamento científico e padrão de vida americano"[445]. Por outro lado, outro símbolo mítico que os brasileiros recorrem da "Grande Nação" é voltado à tradição, ou seja, o mito de uma vida saudável campestre, que possuía íntima relação com a natureza e que tem nos valores da família as suas bases fundamentais.

O periódico, ademais, inscreveu-se nos anos de 1920-1940 em uma mudança da política diplomática dos americanos sobre América Latina. Estes territórios eram pensados até o ínicio do século XX como inferiores, incivilizados e unicamente vinculados ao domínio da vida selvagem. Por essa razão, deveriam ser terras conquistadas à civilização norte-americana através da política do *big-stick*. A partir dos anos de 1920, os intelectuais norte-americanos intensificaram os questionamentos de sua segregação, poluição moral e física, bem como o materialismo da sociedade americana. Dessa maneira, a representação do latino, antes de domínios únicos da natureza passam a ser entendidos como fontes puras da regeneração. Ele tornou-se, gradativamente, "o símbolo que sintetiza cultura e natureza".[446]

Em síntese, a produção da *Revista Florestal* inscreveu-se em uma conjuntura de estreitamento diplomático entre Estados Unidos e Brasil, cujo apogeu foi durante os anos da Segunda Guerra com a "Boa Vizinhança". Por um lado, os primeiros visavam ampliar sua capilaridade econômica sobre os países latinos minimizando seu belicismo, tal como buscavam combater o avanço ideológico de estrangeiros (alemães e italianos, principalmente). Os brasileiros, em contrapartida, percebiam nos norte-americanos a capacidade racional

445 TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor:* a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.20.

446 *Ibidem*, p.34.

conciliada à tradição que poderia solucionar o problema florestal. Por essa razão, alguns intelectuais foram enviados aos Estados Unidos para estágios técnicos e cientistas norte-americanos visitaram o *hinterland* brasileiro para "missões" para levantamento de recursos naturais.[447]

Dos países latino-americanos, constamos a participação de Argentina, México e Uruguai. Ambos países vivenciaram, como vimos, os problemas acarretados pelo desenvolvimento da agroexportação que abastecia mercados internos e, principalmente, o internacional. Desses Estados, a Argentina se destacava pela presença de número considerável de agentes, como Juan Carnevale, Marcelo Noverraz e Hugo Miatello. Ambos estavam vinculados ao Departamento de Agricultura argentino e tinham a primazia pelos interesses de erradicação das pragas agrícolas e diversificação da produção.

Os argentinos, sob mesmo compasso de industrialização e complexificação da divisão internacional do trabalho que o Brasil, aceleraram no pós-1929 a destruição ao ambiente natural.[448] A Sociedade Rural Argentina, tal como as associações agronômicas brasileiras, simultaneamente, desenvolveram políticas de proteção ao ambiente. Ambos intelectuais viviam sob a conjuntura de criação de medidas de proteção das matas argentinas. Isso se devia ao intenso desflorestamento por parte de empresas para a abastecer a modernização nacional. Uma das principais empresas era a *La Forestal*, interessada na extração do quebracho do Chaco paraguaio e argentino.[449] Desde 1915 tramitava na Câmara argentina um projeto de lei florestal. Entretanto, somente foi regulamentada em 1948 com a Lei de Defesa da Riqueza Florestal já sob o governo peronista.[450]

Do mesmo modo que eram disputadas pelos norte-americanos, as florestas tropicais eram alvo de interesses comerciais dos países europeus. Incluir intelectuais dentro de um

---

447 *Ibidem*, p.81.

448 Entre os problemas socioambientais, consta-se a dificuldade de mobilidade na capital federal, a falta de abastecimento hídrico adequado das populações, migrações maciças a Buenos Aires e poluição atmosférica. BRAILOVSKY, Antônio Elio; FOGUELMANN, Dina. Industrialización sustitutiva de importaciones (1930-1976). In: _____. *Memória verde:* história ecológica de la Argentina. 8ª ed. Buenos Aires: Debolsillo, 2009.

449 ZARRILI, Adriàn Gustavo. El oro rojo. La industria del tanino en la Argentina (1890-1950). *Silva Lusitana*, v.16, n.2, p.236-259, 2008.

450 De acordo com Ximena Doallo, o governo de Péron, à semelhança de Vargas, pautando-se em uma política nacional-estatista, adotou esta política ambivalente que protege e explora os recursos naturais. Isso ocorre, por exemplo, com a implantação de seis parques nacionais, três reservas nacionais e um monumento natural. De maneira correlata protege a natureza para usufruto da indústria turística, inclusive, para visita de operários. Doze anos depois do Brasil, é regulamentado na Argentina a Lei de Defesa da Riqueza Florestal (de número 13.273 de setembro de 1948). Estabeleciam-se, assim, conceitos de bosques, terra florestal, além de ser proibidas a devastação das florestas e a utilização irracional dos recursos. Ver DOALLO, Ximena A. Carreras. Discurso y politica forestal em el peronismo histórico: entre la protección al ambiente y el productivismo, 1946-1955. *Conferência Internacional Old e New Worlds: the global challange of Rural History.* Lisboa, 27-30 de Janeiro de 2016, p.1-17.

periódico caro ao comércio de produtos florestais poderia conduzir a facilidades econômicas no mercado. Com esse intuito de expansão de sua economia - e também de sua ideologia fascista -, que a Itália foi o país europeu com maior número de integrantes na Revista. Eugênio d'Alessandro, Vittorio Cerrutti e Rosário Averna Saccá são exemplares nesse sentido. Os três buscavam nos conhecimentos técnicos italianos as chaves para solucionar o problema florestal brasileiro.

Evidenciar o modelo italiano como referência significava expandir em seu bojo os valores da Milícia florestal de Mussolini. Este parâmetro italiano de proteção obteve relativo sucesso na primeira fase. Após a Segunda Guerra, porém, as edições do periódico não pronunciaram este modelo que colocava a Itália como meio de proteção. Isso porque o modelo italiano que adotou o regime totalitário foi derrotado no campo de batalhas. Através dessas personagens, observamos a percepção dos intelectuais brasileiros acerca das políticas de proteção à natureza de regimes totalitários de Mussolini. O chefe de estado italiano era entendido como figura exemplar de um estadista capaz de solucionar o problema florestal.

Embora obtivesse diversos vestígios da busca por adoção do regime de Musolini, não ocorreu a mesma referência por Hitler. Na revista, sua figura não é mencionada como padrão a ser seguido pelo Brasil. O Reich alemão, no entanto, encampou as propostas conservacionistas. Em 1935, por exemplo, decretou a Lei de Proteção à Natureza (Reichsnaurschutzgesetz) apoiada diretamente por uma dos círculos sociais mobilizadores da questão, a Associação Protetora da Pátria.[451] Essa legislação substituía o lema "Sangue e Ferro" de Bismarck pelo Sangue e Solo (*Blut und Boden*), evidenciando o interesse nazista pelo planejamento paisagístico, patriotismo e conservação dos monumentos naturais e dos costumes locais.[452]

Os italianos possuíam um número de sujeitos superior ao antigo colonizador: Portugal. Este país foi representado por Octávio Vecchi e Valentim da Silva. Ou seja, um cientista formado pela Escola de Agronomia de Coimbra e um representante da Embaixada de assuntos

---

451 BRÜGGMEIER, Franz-Josef; CIOC, Mark; ZELLER, Thomas. Introduction. In: _____. *How green weres the nazis?* Nature, Environmental, and Nation in the Third Reich. Atenas: Ohio University Press, 2005, p.11.

452 Segundo Chapoutout, o ideal romântico de sacralização da natureza e busca pelo passado perdido eram norteadores das políticas de proteção à natureza do nazismo. Tal como no Brasil, o movimento alemão não difere conservacionismo (o que aproximadamente, seria uma tradução de *Naturschutz*) de preservacionismo (similar ao *Heimatschutz).* A própria noção de raça deste regime é vínculado à condições biológicas e naturais do ser humano. Além disso, os nazistas desenvolveram medidas de retorno e fixação demográfica nos campos, a fim de dinamizar da agricultura, o lugar da natureza do povo germânico. O povo, aliás, não era entendido pelos nazistas como um artefato cultural, mas uma entidade natural de uma comunidade orgânica. Ver CHAPOUTOUT, Johann. Les nazis et la nature: protection ou predátion? *Vingtième siècle.* Revue d'histoire, v.1, n.113, 2012.

comerciais. A presença portuguesa, tal como a italiana, está envolta de interesses econômicos com os produtos florestais, bem como de expansão do diálogo entre a ditadura recém-implantada em Portugal e a Segunda República no Brasil. Os lusitanos no corpo editorial constituem um traço de permanência em relação à antiga tradição intelectual de reflexão sobre a proteção à natureza. Coimbra, como ressaltava Pádua, foi desde o século XVIII um epicentro de formação educacional de brasileiros que militaram a favor das árvores, por exemplo, José Bonifácio.[453]

Nas primeiras décadas do século XX, Portugal manteve esta política de defesa de árvores. Na tentativa de construir o homem novo durante a sua Primeira República, organizou a sua primeira festa das árvores em 1907, cinco anos depois da brasileira. Em 1914 constituiu uma Associação Protetora das Árvores e editou seis números de um boletim.[454] É neste ambiente de desenvolvimento das políticas florestais portuguesas que Octávio Vecchi estudou com Navarro de Andrade em Coimbra e viajou para o Brasil a convite de seu amigo Andrade.

Da Europa compuseram também o corpo editorial: um alemão (Karl Arens), um belga[455] (Arsène Puttemans), um espanhol (G. de Eransquin), um francês (Paul le Cointe), um inglês (Samuel Hardman), um polonês (Mansueto Koscinsky) e um russo (Gregório Bondar). Os dois últimos, cabe lembrar, imigram ao Brasil em função do período de instabilidade econômica e bélica na Europa. Bondar dirigiu-se ao Brasil em 1910, antes da Grande Guerra. Koscinsky, por sua vez, desembarcou em 1924, poucos anos depois de seu país natal ser bombardeado pelos bolcheviques.[456]

---

453 A noção de Coimbra enquanto epicentro da geração ilustrada que participou da criação de jardins botânicos e favorecimento das ciências naturais é presente em: PÁDUA, José Augusto. *Op.cit*, 2002, p.14.

454 VIEIRA, José Neiva. *O culto da árvore e a 1ª República.* Lisboa: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Autoridade Florestal Nacional, 2010, p.4.

455 É digno de registro a participação dos belgas na proteção à natureza brasileira. Ao analisar expedições científicas no Brasil Republicano, Alda Heizer documenta que em 1922 partiu uma expedição chefiada por Jean Massart (1865-1925) de Bruxelas ao Brasil. O objetivo do médico era coletar materiais para demonstração das universidades europeias e para laboratórios de zoologa e botânica. A expedição foi recebida por integrantes do Jardim Botânico, dentre eles o futuro colaborador da *Revista Florestal*, João Geraldo Kulhmann. Os belgas percorreram diversas partes do território nacional, dentre os quais a Estação Biológica do Itatiaia, defendendo a criação de reservas naturais no país. Ao longo da pesquisa, verificamos que um dos integrantes dessa comissão, o botânico da Universidade de Bruxelas, Paul Ledoux, escreveu em um artigo em 1932. Nele, elogia as publicações florestais periódicas do Brasil e, sobretudo, o Serviço Florestal do Brasil. Ledoux demarcava como ponto de inflexão na construção de reservas naturais a criação da Sociedade dos Amigos das Árvores. Ao seu ver, eram necessários maiores investimentos nas seguintes reservas: Alto da Serra (São Paulo), Itatiaia (Rio de Janeiro), Macacu (Rio de Janeiro), Itumirim (Bahia) e Catu-Utinga (Pará). Ver LEDOUX, Paul. Sur la question forestiere et l'importance biogeographique des reserves forestieres au Bresil intertropical. *Bulletin de la Société Royale Belge de Géographie*, Bruxelas, ano LVI, n.3, p.121-132, 1932; HEIZER, Alda. Entre o mar e o sertão: a expedição biológica do belga Jean Massart ao Brasil, em 1922-23. In: SILVA, Sandro Dutra e; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero. *Vastos Sertões*: história e natureza na ciência e na literatura. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015, p.143-158.

456 Como nos lembra Hobsbawm, após a primeira guerra mundial, a Polônia se utilizou da guerra civil russa que implantou os bolcheviques no poder político, para expandir suas fronteiras territoriais. No entanto,

Diante deste quadro, podemos verificar que o periódico de cunho nacionalista também contou com a colaboração de estrangeiros. Eram interessados principalmente na expansão do comércio de seus Estados natais; outros, porém, eram identificados com a problemática brasileira e se naturalizaram. Dessa forma, o corpo editorial convergia além de diversas faixas etárias, imaginários de proteção à natureza de diversos países. O entrecruzamento destes itinerários intelectuais promovia o contato com diferentes movimentos florestais.

5.1.4. Cultivadores da matas

Em função da existência de lacunas quanto à ocupação profissional de alguns intelectuais na a realização do mapa prosopográfico, consideramos apenas os articulistas para estabelecer a premissa de sua ocupação profissional (Ver Apêndice K). Partindo da tabela acerca dos intelectuais articulistas da Revista, constatamos:

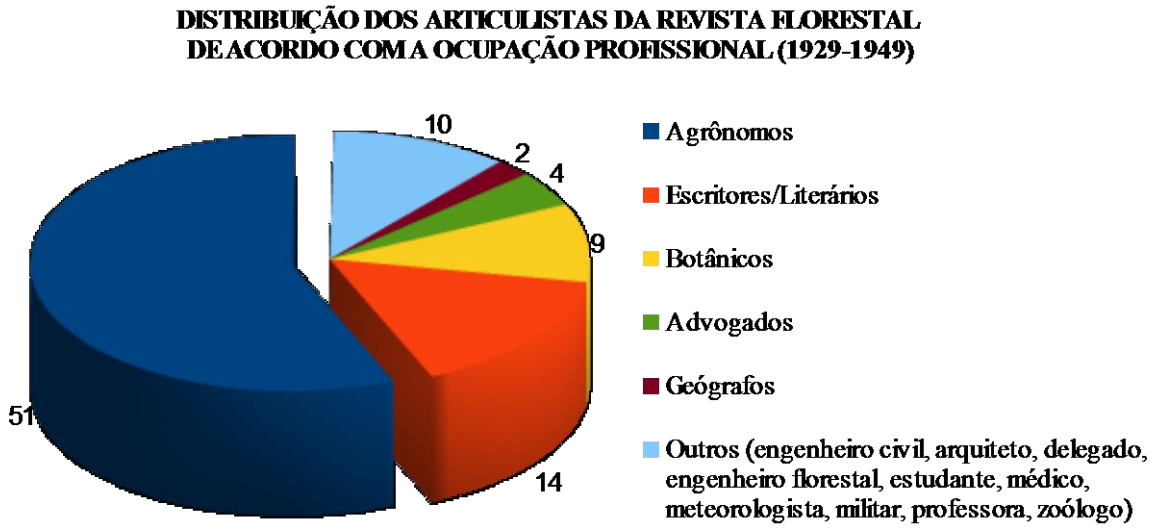


Gráfico 1: Gráfico da Distribuição de articulistas por ocupação baseado no apêndice K que analisa somente os artigos que dispomos de autoria.

Em sua maioria, trata-se de agrônomos, seguidos de escritores ou literários e botânicos. Estes três grupos representam a grande maioria da composição da rede de

os russos impediram esse processo por meio da guerra russo-polonesa. Em função dos trabalhadores poloneses pouco aderirem às batalhas, a Polônia foi derrotada rapidamente. Ver HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos:* o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.76.

sociabilidade de proteção à natureza. Indicamos aqui a presença marcante dos agrônomos como estratégias de tomar para este grupo a legitimidade de atribuição na técnica de solução do problema florestal. Isso se reforçava à medida que este campo se estruturava e buscava definir suas funções.

A presença desses intelectuais, por vezes, recebia a designação de técnicos. A seleção destes implica em dois pontos básicos de interpretação. Em primeiro lugar, demonstra-se que a revista ao mesmo tempo em que recebia um capital simbólico com a presença de renomados cientistas em sua redação. Em contrapartida, a revista concedia a eles uma posição de referência em determinada especialidade das ciências florestais. O magazine, assim, contribuía para a valorização de um saber técnico, especializado e que se dizia isento dos apelos políticos e interesses regionais. Os intelectuais que nele participaram buscaram distanciar o *político* do *técnico*, atestando uma neutralidade e o alto nível científico do segundo em detrimento da falta de preparo e caráter com a realidade nacional do primeiro[457].

Cientes de que os técnicos que prevaleciam no discurso da revista eram os agrônomos, cabe compreender outro ponto visível nestes itinerários intelectuais. Trata-se a predominância de agentes formados na Escola Agrícola Luiz de Queiroz.[458] Diversas trajetórias diplomaram-se na instituição ou por ela passaram ainda que repentinamente (quer seja como professores ou alunos). O próprio diretor da Escola, José Mello Moraes, foi colaborador da Revista. Desta rede de formados pela Escola ainda compunham: Francisco Iglésias, Raimundo Pimentel Gomes, Arthur Torres Filho, Joaquim Barreto Costa, Luiz Simões Lopes (expulso em 1921), Paulo Ferreira de Souza, William Wilson Coelho de Souza, entre outros.

A grande quantidade de intelectuais formados pela instituição piracicabana não excluía a presença de diplomados pela Escola Politécnica, Faculdade de Medicina e Faculdade de Direito, ambos do Rio de Janeiro, e outras escolas agronômicas. Isso sem contabilizar os autodidatas como é o caso de João Geraldo Kulhmann e Paulo Campos Porto. Ambos, que se tornaram diretores do Jardim Botânico, não tinham formações acadêmicas. As suas atividades foram aprendidas nas práticas cotidianas com outros sujeitos históricos desta rede.

Categorizando os dados dos articulistas organizamos uma tabela que ilustra a assiduidade na composição desta rede que articulava o periódico. (Apêndice L). Atribuímos

---

457 O binômio entre político-técnico é destacado por Ângela de Castro Gomes. Segundo a autora, esta tradição de primazia do técnico não é única do Brasil. Foi uma tendência do pós-primeira guerra mundial que centralizava o Estado como planejador da economia. Buscavam-se modelos de governo mais autoritários e as elites teriam a missão de administrar e solucionar estes males que afligiam as nações. Cf. GOMES, Angela de Castro. *Op.cit*, 1994.

458 De acordo com Perecin. PERECIN, Marly Therezinha Germano. *Os passos do saber:* a Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz.São Paulo: Edusp, 2004.

como muito assíduos (com mais de 10 artigos), assíduos (entre 6 e 10 artigos), regulares (3 a 5 artigos) e esporádicos (1 ou 2 artigos publicados na *Revista Florestal*), vemos:

TABELA 6: CATEGORIZAÇÃO DOS ARTICULISTAS DA *REVISTA FLORESTAL* (1929-1949)		
Frequência dos articulistas	**Quantidade de articulistas**	**(%)**
Muito assíduos (*acima dos 10 artigos*)	1	1,10%
Assíduos (*6-10 artigos*)	5	5,56%
Regulares (*3-5 artigos*)	12	13,34%
Esporádicos (*1 ou 2 artigos*)	72	8

Considerando a tabela, percebemos uma predominância dos articulistas mais esporádicos. Isso, de certo modo, contribuía para um maior revezamento dos intelectuais que publicavam na revista e, principalmente, para uma ampliação dos sujeitos que nela empreenderam suas ações. A mérito de esclarecimento, se contrastada ao apêndice acerca da classificação temática da Revista, verificamos a presença reduzida de articulistas na listagem de total dos artigos presentes na revista. Isso se deve ao predomínio no periódico de artigos sem autoria, o que reafirma um propósito da revista de falar em nome de um grupo de proteção à natureza.

5.1.5 Em família, entre amigos.

> Ilmo. Sr. Dr. Roquette-Pinto. Museu Nacional.
> Saudações.
> Circulará, no próximo mês de Julho, a "*Revista Florestal*" - órgão de defesa das florestas e assistência de indústrias de madeiras e subprodutos florestais.
> Trata-se de um mensário cujo aparecimento é o mais oportuno e que já conta com o valioso apoio e estímulo de técnicos e personalidades das mais ilustres do país, que bem reconhecem a necessidade de um órgão coordenador dos assuntos florestais brasileiros.
> Não pode, pois, a "*Revista Florestal*" dispensar o vosso auxílio e, por isso, pede permissão para incluir o vosso nome na lista dos seus colaboradores. Confessando-se [Esse "se" foi rasurado na carta] gratos, firmam-se.[459]

459 CORRESPONDÊNCIA de Luiz Simões Lopes e Francisco Rodrigues de Alencar a Edgar Paulo Roquette-Pinto datada de 19 de junho de 1929. *Fundo arquivístico Roquette-Pinto.* Arquivo Histórico da Academia Brasileira de Letras [Datilografado]. Documentação ainda não codificada. (Tratamento em andamento).

Quando se lê esta carta-convite com carimbo, timbrada e datilografada em azul enviada pelos diretores para os primeiros colaboradores da revista, há uma impressão de que o rigor, a formalidade e a impessoalidade marcaria a composição intelectual da revista. Em que pese à diversidade de intelectuais e, consequentemente a multiplicidade de interações resultantes, a elaboração do periódico, no entanto, era marcada pela proximidade e afetividade entre os sujeitos históricos. No item anterior, diagnosticamos a presença de grande número deles no corpo docente e discente da Escola Agrícola Luiz de Queiroz. Nesse momento, cabe refletir sobre a familiaridade e grau de amizade entre os agentes dessa rede.

O primeiro ponto que dela se extrai diz respeito a natureza endogâmica desses agentes. Eram tios, cunhados, primos, pais, filhos, padrinhos políticos que se reuniam nesta rede mobilizada pela *Revista Florestal*, sobretudo em sua primeira fase. Um caso exemplar nesse sentido foi de Luiz Simões Lopes, o criador da revista. Ele convidou para compor o corpo editorial seu pai (Idelfonso Simões Lopes) e seu irmão mais velho (Álvaro Simões Lopes). O esposo de sua prima Alice Porciúncula, o agrônomo Miguel Calmon, também foi convocado para o quadro de colaboradores. Calmon, respondendo ao parente de sua esposa, assegura o seu "inteiro apoio" e desejava felicitações à "bela iniciativa".[460] O pai de Luiz, Idelfonso, por sua vez, era cunhado de Ernesto da Fonseca Costa, outro colaborador. Frederico Hoehne, por sua vez, era casado com a irmã de João Geraldo Kuhmann.[461]

Por vezes, a proximidade entre eles era o argumento que justificava o pertencimento nesta rede de proteção à natureza. Arthur Neiva, por exemplo, ao receber o convite de participação na revista, respondeu aos diretores:

> Acabo de receber sua comunicação a respeito da "*Revista Florestal*" que pretende fundar em companhia do meu amigo Iglésias e outros. Agradeço sua atenção para comigo, desejando-me inscrever-me entre seus colaboradores. *Acho-me, talvez, um pouco deslocado*, pois alguns elementos do Instituto Biológico já estão com todo o acerto ali figurando. Sou, porém, tão amigo dos Simões Lopes e do Iglésias que poderá resolver o caso como melhor entender. Acho que deveria incluir também o Navarro de Andrade entre os que se ocupam de entomologia florestal, pois o Museu que ele preparou sobre tal matéria no Rio Claro, não tem nada parecido em todo o país. Os insetos que atacam nossas essências foram por ele estudados, não só sistematicamente como biologicamente, tendo organizado coleções, a respeito, verdadeiramente notáveis. Recomendo-me a seu ilustre pai [*Idelfonso Simões Lopes*], a quem tenho tanto prezo, abrace por mim o Iglesias e sem mais aceite os meus cumprimentos de quem aqui se encontra sempre ao seu dispor (*grifos*

460 CORRESPONDÊNCIA de Miguel Calmon a Luiz Simões Lopes datada de 29 de junho de 1929. *Fundo Luiz Simões Lopes do CPDoc/FGV.* (Datilografado). Codificação: LSL.1928.08.03.

461 Parte da troca de correspondências entre ambos botânicos foi publicada em INVENTÁRIO analítico. *Boletim do Museu Botânico Kuhlmann*, ano.7, n.2, abr-jun.1984. Neles, não mencionam a *Revista*, porém, evidenciam sua contribuição na composição das legislações florestais brasileiras.

nossos).[462]

A carta expressa dois pontos essenciais para a articulação desta rede de colaboradores. Em primeiro lugar, demonstra que a revista congregava amigos entre si e, simultaneamente, cientistas renomados. Neiva, como percebemos, sente-se deslocado na questão florestal, por entender que o seu ofício não trata das florestas especificamente e ter outros agentes do Instituto Biológico presentes na Revista. Neiva especializava-se na investigação dos pequenos insetos que afetam as lavouras do café e de outras culturas. Isso nos esclarece que no final dos anos de 1920 já observamos certa distinção dos cientistas em relação as categorias profissionais que deveriam tratar do problema. Em outras palavras, estava em debate as profissões especializadas de maior competência técnica para combater a devastação das matas[463]. (Ver Apêndice J)

Em segundo lugar, a correspondência supracitada demonstra os vínculos que estes colaboradores tinham entre si. Perceba que Neiva indicou Navarro de Andrade pelo trabalho que desempenhava em Rio Claro, sendo um dos intelectuais que mais escreveu sobre o reflorestamento no estado. Simões Lopes não era desconhecido de Andrade naquele momento. Ambos trocaram correspondências e tiveram oportunidade de se conhecer entre as conferências e palestras da Sociedade Nacional de Agricultura. Lopes, inclusive, solicitou a Navarro uma relação bibliográfica sobre o plantio de eucaliptos para a execução de seu livro "Instrução sobre a cultura de eucaliptos"[464].

Além da familiaridade entre os sujeitos entre eles mesmos, havia uma familiaridade com o problema da devastação florestal nos campos. A maioria deles pertenciam à famílias de proprietários de terras e de serrarias. Estes espaços para a compra e venda de madeiras constituíram um traço importante nas trajetórias destes sujeitos. Ambos tiveram ali um recurso econômico para suas famílias. Iglésias pode custear seu ensino na Escola Agrícola Luiz de Queiroz com os ganhos deste comércio de seu pai; Calmon, ao concluir a Escola

---

462 CORRESPONDÊNCIA de Arthur Neiva a Luiz Simões Lopes datada de 26 de Junho de 1929. *Fundo Luiz Simões Lopes*. CPDoc/FGV. Codificação: LSL.1928.08.03

463 Sobre a especialização no campo intelectual cf. SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão*: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. Para a autora, em fins do século XIX começa a configuração de uma mudança na linguagem dos intelectuais brasileiros, dotando a ciência de legitimidade. O enciclopedismo, de acordo com Sá, dá lugar a um saber cada vez mais especializado, tornando os homens de ciências como capazes de observar e diagnosticar a realidade brasileira, diferentemente da retórica que tantos intelectuais do Império se utilizavam. Seu trabalho analisava os debates entre os letristas e cientistas, as acusações mútuas, os posicionamentos incongruentes e as resistências que se materializam nesse processo.

464 CORRESPONDÊNCIA de Navarro de Andrade a Luiz Simões Lopes datada de 26 de abril de 1929. 15 f. *Fundo Luiz Simões Lopes, CPDoc/FGV.* Codificação: LSL. 1928.08.03.

Politécnica, teve seus primeiros trabalhos numa serraria; e, Schmidt, acometido pelo fracasso escolar, encontrou no comércio de madeiras um recurso de sobrevivência[465]. Certamente, não é um traço menor destas trajetórias. A madeira obtida das florestas é valiosa economicamente para a construção de seus itinerários.

Familiarizar-se com este grupo não é simplesmente compartilhar de laços consanguíneos, mas também de mesmos espaços de sociabilidade. O Museu Nacional, o Serviço Florestal, o Conselho Florestal Federal (Apêndice M), a Escola Agrícola Luiz de Queiroz e a Sociedade Nacional de Agricultura eram as principais instâncias de familiarização dos agentes deste grupo da Revista. Da mesma forma, as livrarias em que o periódico era vendido consistiam, durante a primeira fase, em pontos de encontros destes sujeitos históricos. As seguintes livrarias portavam em suas estantes a revista: Casa Braz Lauria e Livraria Católica (ambas no Rio de Janeiro), Francisco Alves (em São Paulo e Belo Horizonte), entre outros. (Ver apêndice O)

Embora presente em livrarias de diversas capitais brasileiras, é possível que sua tiragem fosse restrita. A própria identificação dos dados estatísticos que reconhecia as publicações existentes no Brasil somente diagnosticaram sua existência e o local de publicação. Tais fontes não estabeleceram a natureza do periódico, periodicidade e a data de fundação da revista. Esses atributos eram colocados nas tabelas de referência da obra do Departamento de Estatística. No caso da *Revista Florestal*, as lacunas prevalecem.[466]

Se a tiragem era restrita, não se pode dizer o mesmo da sua circulação. Encontramos vestígios de sua leitura no Rotary Club do Porto (em Portugal), no Institute of Plant Industry (de Leningrado, na Rússia)[467] e na Universidade de Yale nos Estados Unidos, por exemplo. De característica móvel, o periódico foi disperso pelos próprios agentes de produção editorial, bem como entre expoentes da marinha mercante brasileira. Isso devido a tentativa de exportar a imagem de diversidade de madeiras brasileiras destinadas ao comércio. O impresso,

---

465 A madeira das florestas, portanto, não era percebida como obstáculo para as vidas e civilização, mas o meio que impulsionava o progresso e a revolução tecnológica. Ver LEÃO, Regina Machado. *A floresta e o homem*. São Paulo: Edusp, 2000, p.19.

466 DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Estatística Intelectual do Brasil (1929)*. Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento Nacional de Estatística, 1930, p.293. (v.2)

467 Em carta custodiada pelo Acervo do Museu Florestal Octávio Vecchi, verificamos que o periódico era solicitado por instituições russas. Porém, Mansueto Koscinsky, em resposta à carta *do Institute of Plant Industry* em Leningrado, dizia: “cumpre-me informar a V. Excia que o Estado não possui, infelizmente, nenhuma publicação florestal. Podemos indicar apenas a "*Revista Florestal*" do Serviço Florestal Federal, aliás com a recente extinção deste Serviço parece que morreu a Revista também. (...)”. Ver CORRESPONDÊNCIA de Mansueto Koscinsky ao diretor do Serviço Florestal do Estado de São Paulo datada de 20 de fevereiro de 1933. *Acervo do Museu Florestal Octávio Vecchi*. Sem codificação (Tratamento em andamento).

portanto, era disperso e emaranhava-se a outras redes de periódicos florestais – ou seja, aqueles cuja linha editorial era centrada na conservação das florestas - no mundo. (Ver Apêndice N).

***

Por meio deste capítulo, buscamos evidenciar quem eram os agentes polinizadores do periódico e, por consequência, os próprios membros do movimento florestal brasileiro. A investigação de itinerários intelectuais por meio de um mapa prosopográfico permitiu diagnosticar algumas características marcantes desta sociabilidade que mobiliza práticas letradas de configuração do periódico. São elas: em primeiro lugar, a predominância de homens e presença reduzida de mulheres no corpo editorial.

Em segundo, diagnosticamos um perfil etário do movimento florestal que contemplava encontros geracionais entre jovens, adultos e idosos. Em terceiro, apontamos a presença de estrangeiros no movimento florestal como forma de credibilidade e atualização das dinâmicas dos movimentos florestais internacionais. Em quarto, percebemos a predominância por agrônomos, botânicos e literatos no núcleo de articulistas desta rede. E, finalmente, a familiaridade que tinham uns aos outros e com a devastação das matas. Operavam, em sua maioria, com o comércio de madeiras ou em propriedades de terras de suas famílias.

***

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os frutos de uma geração intelectual

Ao folhearmos estas páginas que dão visibilidade às matas nacionais, observamos que a *Revista Florestal* consistiu em um impresso que atuou como uma força ativa na configuração das políticas florestais no Brasil durante a primeira metade do século XX. Seus editores, colaboradores, articulistas e leitores participaram das principais instituições estatais dedicadas à questão florestal, bem como propuseram construir a ideia de nacionalidade brasileira tomando por base as representações de natureza.

Considerando este tecido discursivo que a envolve, buscamos, a *priori*, interpretar o enraizamento do periódico em um determinado contexto sócio-histórico. Percebemos, antes de tudo, que foi projetado em fins da Primeira República. Nesta conjuntura, os intelectuais brasileiros consideravam que inexistia no país um sentimento de pertencimento ao solo pátrio. Imbuindo-se do conceito de natureza, este microcosmo empregou-o como uma fonte rica de significados que permitia germinar – nascer, originar ou construir - a nacionalidade brasileira. Esta construção da nação foi entendida pela *intelligentsia* como uma entidade natural e não um artefato cultural. Diversos intelectuais, portanto, naturalizaram, portanto, o termo "Nação" como algo dado e não construído social e historicamente que englobava territorialidades, ecologias e sociedades diversificadas e desconhecidas umas das outras.

Em torno deste nacionalismo pautaram diferentes interpretações coetâneas acerca do conceito de natureza. Três delas foram analisadas com maior atenção: a primeira é a que considera a natureza um obstáculo ao desenvolvimento do Brasil; a segunda, inversamente, considera a abundância da natureza como o fator que conduzia ao progresso e elevação econômica e moral da pátria; e, por último, destacamos uma corrente que não descarta a grandiosidade da natureza, mas decodificava a crise que a abatia. Dialogando com estas três vertentes, especialmente esta última - cujas matrizes estão arraigadas nas obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Monteiro Lobato -, a *Revista Florestal* emergia no debate público. Era, portanto, um organismo que agregava sujeitos históricos engajados no projeto nacional de inibir a devastação e folhear (ou reflorestar) as matas que tinham sido cortadas.

O projeto editorial se inseria, assim, em um terreno fértil, mas instável e movediço da política brasileira. Entre os fatores que o condicionaram podemos salientar, de imediato, o engajamento de literatos, políticos, homens - e mulheres - de ciência. Em que pesem suas disputas na definição do campo literário e científico, as tensões acerca da nacionalidade dos sujeitos históricos, a inclinação ao apelo preservacionista ou conservacionista, ou as competições pelos cargos e inimizades pessoais, esta rede reforçou seus laços durante a Primeira República, conciliou interesses (de natureza econômica, estética, sanitária, climática e científica) e teceu elos da proteção à natureza no Brasil.

A confecção de um periódico, assim, vinha a estreitar a proximidade dos agentes. A proposta de fundar uma revista possibilitava que os agentes pudessem se efetivar, definitivamente, enquanto um *movimento social* pretensamente coeso, com reivindicações e pautas políticas constantemente (re)definidas por meio de seus artigos. Tal ideia de levar a cabo esse empreendimento não era, porém, inédito. Outras revistas do período também estamparam em suas páginas ideias de conservação ou preservação, porém, não com a apreciável duração, densidade e complexidade de interações e agências que comportavam a rede de sociabilidade que teceu a *Revista Florestal*.

A existência de diversos projetos editoriais nos anos de 1920 foi beneficiado em virtude de ocorrer uma proliferação e especialização de impressos, constando, inclusive a questão florestal. Eram brochuras, almanaques, livros infanto-juvenis, revistas, colunas de jornais, livretos dedicados à solucionar o problema da devastação das florestas. Entre estas publicações que emergiram no período destacamos a reedição da obra de José Bonifácio acerca do reflorestamento português. Lida 110 anos depois do seu contexto originário, a textualidade reacendeu a memória de "pioneiros" da proteção às matas no Brasil.

Redigiu-se tanto a *Florestal* quanto a reedição de Bonifácio em uma conjuntura de *boom* madeireiro acarretado desde o pós-Grande Guerra. O vultuoso peso das toras de árvores enviadas ao estrangeiro e empregadas para abastecer os fornos das indústrias nacionais sensibilizava os intelectuais de que era necessário regulamentar as madeiras e as florestas do país. Foi nesse momento que se decretou a criação do Serviço Florestal do Brasil e aceleraram as propostas de criação do código florestal. Legislação essa que seria apenas promulgada em 1934. Isso já no governo provisório varguista, no bojo de outras medidas de proteção à natureza, tais como o código de minas, de águas, de caça e pesca e das leis de proteção aos animais e lei de fiscalização das expedições artísticas e científicas.

Apesar de criado em 1921, o Serviço Florestal não saiu do papel até 1925 quando foi

regulamentado. Isso porque foi decretado sob uma das campanhas eleitorais mais instáveis da Primeira República. Concorriam ao poder Arthur Bernardes e Nilo Peçanha, ambos com interesses em regulamentar as florestas no país. A vitória do político mineiro, no lugar deste último deu continuidade à política do café-com-leite e da implantação do Serviço Florestal na arquitetura do Estado. Subindo ao Palácio do Catete, Bernardes convocou uma comissão para estabelecê-lo. No entanto, a crise econômica e os falecimentos de intelectuais foram percalços nesta trajetória. Substituindo aqueles intelectuais por outros, sendo um deles o futuro diretor Francisco de Assis Iglésias, a administração efetivamente regulamenta em 1925 a instituição.

Em um dos artigos, constavam que era função da instituição divulgar os seus saberes em periódicos que pudessem disseminar a mentalidade reflorestadora. Enraizada nesta política editorial dos técnicos que compuseram o Serviço que surge a *Revista Florestal* em julho de 1929. A sua textualidade vinha materializar as notícias sobre o problema florestal que era discutido em eventos científicos e diversos círculos sociais, dentre os quais, a Sociedade Nacional de Agricultura, a Sociedade Protetora dos Animais, a Sociedade dos Amigos das Árvores e da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Esses canais associativos funcionavam como rizomas que emaranhavam os nós desta rede de proteção à natureza.

Compartilhando deste imaginário enraizou-se um movimento em defesa dos recursos naturais do país. Este movimento buscava a conciliação desta concepção de progresso nacional reajustando a uma busca de manutenção dos bens naturais. Além de mercadorias, esta natureza torna-se um objeto de ciência e contemplação estética. É inscrita dentro destas contingências históricas que a *Revista Florestal* é componente, produzindo representações sobre a natureza e sendo produzido, em uma relação idiossincrática, com este clima social, político, cultural e econômico.

Situada neste terreno, o periódico lançou mão de uma organização interna que variou durante três momentos ou fases (de julho de 1929 a outubro de 1932; de janeiro a março de 1943; e de setembro de 1945 a 1949). Sua forma estética composta de diversos paratextos editoriais é atrelada ao seu programa político no sentido de compor um imaginário sobre a importância da condenação à degradação dos recursos naturais no país. Forma textual e conteúdo, portanto, vinculam-se na tentativa de expressar a densa teia de significados da *Revista Florestal.*

Nesta linha editorial era constante a representação das florestas enquanto um patrimônio nacional; a presença de expoentes históricos do Império como personagens baluartes da proteção à natureza; a noção de que a natureza é bem econômico e simbólico; a

culpabilização dos problemas florestais às comunidades políticas marginalizadas (em especial indígenas, caboclas e residentes em favelas); empregavam do repertório religioso que sacralizava as matas; e, por fim, tomava como medidas a serem desenvolvidas o rigor da lei e a educação, principalmente, por meio de festas cívicas.

Entre as oscilações em suas fases, embora não sejam abruptas, que se destacam, constam: as mudanças na periodicidade; as variações nos tamanhos dos formatos; a alteração estética da composição gráfica das capas; a diagramação de três passam a ter três colunas a partir da segunda fase; a gráfica antes particular passa a ser estatal; as seções fixas que eram, na primeira fase, atreladas ao mercado de madeiras, passam a dispor de informações sobre a cobertura de eventos na terceira; o número de fotografias aumentou consideravelmente do primeiro número ao último da revista; a inexistência de anunciantes após a primeira fase é marcante; o baixo número de editoriais em toda a trajetória e as atividades institucionais priorizadas na terceira fase eram o Conselho Florestal Federal e não mais o Serviço Florestal como nas fases anteriores.

Este tecido discursivo cuja seiva circulava nos artigos da revista era elaborado, pois, por um agrupamento humano composto primordialmente por homens, tendo apenas 4 mulheres diretamente vinculadas com o processo. Além do papel feminino reduzido, verificamos que houve encontros geracionais na tessitura do periódico. Convergiam-se nele diferentes faixas etárias, mas principalmente, agrônomos, botânicos e literatos. Tais tinham familiaridade uns aos outros e com o problema florestal, visto que, predominantemente, advinham de famílias proprietárias de terras as quais solos estavam expostos à erosão pelos cultivos intensivos e que sofriam com a expansão de pragas agrícolas. Em sua maioria eram brasileiros, porém, havia espaço para a presença de estrangeiros. Estes dotavam de credibilidade e suposta “técnica” à revista. Ademais, emaranhava o periódico em uma rede de circulação internacional de periódicos florestais.

Logo, reiteramos que o fazer redatorial da revista articulou diferentes sujeitos históricos em torno de um credo comum: a proteção à natureza brasileira. Nesta mediação editorial que envolvia práticas de escrita teciam-se uma agenda de interesse público, do qual a revista, por meio de seus intelectuais mediadores intervinha diretamente. Fundá-la, significou, antes de tudo, consolidar uma cartilha de negociação dos usos, possibilidades e representações acerca da natureza no Brasil. Os frutos dessa geração que discutiu no interior do periódico engendraram, portanto, iniciativas como a implantação de Parques Nacionais, a promulgação de legislações e sua fiscalização.

FONTES

a) Obras de consulta (enciclopédias, dicionários, almanaques, anuários, censos etc.)

ALMANAQUE do Pessoal do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio – Tomo VII (1929). Rio de Janeiro: Tipografia do Ministério da Agricultura, 1931.

ANUÁRIO da Imprensa Brasileira. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1942.

CORRÊA, Manoel Pio. Introdução. In: _____. (Org.). *Dicionário de plantas úteis do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1926. (v.1)

COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje.* Rio de Janeiro: Editorial Sul-americana, 1961.

HILTON, Ronald. (Org.). *Who's who in Latin America.* Parte VI . Brazil. Stanford: Stanford University, 1948.

JOSÉ Mariano Filho. In: AYALA , Walmir (coord.). *Dicionário brasileiro de artistas plásticos*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1973. (v.3)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Recenseamento do Brazil realizado em 1º de Setembro de 1920 – Indústria (1ª parte). Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1927. (v.5)

b) Correspondências

CORRESPONDÊNCIA de Afonso Vidal a Luiz Simões Lopes datada de 22.06.1934. *Fundo arquivístico Luiz Simões Lopes*. CPDoc/FGV. Codificação: LSL.1930.12.03 apu Pasta II.

CORRESPONDÊNCIA de Alberto José de Sampaio endereçada a Fernando Távora datada de 9 de julho de 1936. *Fundo Alberto José de Sampaio.* Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional. Codificação: BR.MN.AJS. Caixa 29.

CORRESPONDÊNCIA de Arthur Neiva a Luiz Simões Lopes datada de 26 de Junho de 1929. 1 f. *Fundo Luiz Simões Lopes*. CPDoc/FGV. Codificação: LSL.1928.08.03.

CORRESPONDÊNCIA de Djalma Chagas Pinheiro a Luiz Simões Lopes datada de 17 de julho de 1929. *Fundo arquivístico Luiz Simões Lopes.* CPDoc/FGV Codificação: LSL.1928.28.03.

CORRESPONDÊNCIA de Gonzaga Tavares Pinheiro a Luiz Simões Lopes datada de 23 de agosto de 1929. Fundo arquivístico Luiz Simões Lopes. CPDoc/FGV Codificação: LSL.1928.28.03.

CORRESPONDÊNCIA de José Antônio de Menezes Brazil endereçada à Câmara de

Vereadores da cidade do Rio de Janeiro datada de 7 de abril de 1847. Pasta sobre Limpeza e enterramento dos animais. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Codificação: BR.RJAGCRJ.39.2.35.

CORRESPONDÊNCIA de Leôncio Correia a Adolfo Bergamini datada de 28 de Dezembro de 1932. *Fundo Luiz Simões Lopes*, CPDOC/FGV. Codificação: LSL.1958.09.05 – Anexos ao dossiê.

CORRESPONDÊNCIA de Luiz Emygdio Mello Filho ao Conselho Florestal Federal datada de 18 de Julho de 1947. *Fundo Luiz Emygdio Mello Filho.* Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional. Codificação: BR.MN.LE. Caixa 1.

CORRESPONDÊNCIA de Luiz Simões Lopes a Afonso Vidal datada de 16.04.1934. *Fundo arquivístico Luiz Simões Lopes*. CPDoc/FGV. Codificação: LSL.1930.12.03 apu Pasta II.

CORRESPONDÊNCIA de Luiz Simões Lopes a Alberto José de Sampaio datada de fevereiro de 1930. *Fundo arquivístico de Alberto José de Sampaio, Departamento de Botânica do Museu Nacional.* Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional. Codificação: BR.MN.DB. Caixa 29.

CORRESPONDÊNCIA de Luiz Simões Lopes a Alberto Soares Sampaio datada de 8 de maio de 1968. *Fundo arquivístico Luiz Simões Lopes*, CPDOC/FGV. Codificação: LSL.1928.08.03

CORRESPONDÊNCIA de Luiz Simões Lopes a Getúlio Vargas não datada (provavelmente 1931 ou 1932). *Fundo Luiz Simões Lopes*. CPDOC/FGV. Codificação: LSL.1928.08.03.

CORRESPONDÊNCIA de Luiz Simões Lopes e Francisco Rodrigues de Alencar a Edgar Paulo Roquette-Pinto datada de 19 de junho de 1929. *Fundo arquivístico Roquette-Pinto.* Arquivo Histórico da Academia Brasileira de Letras [Datilografado]. Documentação ainda não codificada. (Tratamento em andamento).

CORRESPONDÊNCIA de Paulo Couto a Luiz Simões Lopes datada de 8 de Março de 1929. *Fundo arquivístico Luiz Simões Lopes*. CPDoc/FGV Codificação: LSL.1928.28.03.

CORRESPONDÊNCIA de Mansueto Koscinsky ao diretor do Serviço Florestal do Estado de São Paulo datada de 20 de fevereiro de 1933. *Acervo do Museu Florestal Octávio Vecchi*. Sem codificação (Tratamento em andamento).

CORRESPONDÊNCIA de Mansueto Koscinski datada de 23 de agosto de 1946 enviando seu currículo a remetente não identificado. *Acervo do Museu Florestal Octávio Vecchi.* (Sem codificação/Tratamento em andamento)

CORRESPONDÊNCIA de Mário Saraiva a Arthur Neiva datada de 19 de dezembro de 1931. *Fundo arquivístico Arthur Neiva*. CPDoc/FGV Codificação: AN.21.06.19c.

CORRESPONDÊNCIA de Miguel Calmon a Luiz Simões Lopes datada de 29 de junho de 1929. *Fundo Luiz Simões Lopes do CPDoc/FGV.* (Datilografado). Codificação: LSL.1928.08.03.

CORRESPONDÊNCIA de Navarro de Andrade a Arthur Neiva datada de 13 de abril de 1931. *Fundo arquivístico Arthur Neiva*. CPDoc/FGV. Codificação: AN.24.12.29 c.

CORRESPONDÊNCIA de Navarro de Andrade a Luiz Simões Lopes datada de 26 de abril de 1929. 15 f. *Fundo Luiz Simões Lopes, CPDoc/FGV.* Codificação: LSL. 1928.08.03.

CORRESPONDÊNCIA de Otto dos Prazeres a Luiz Simões Lopes datada de 16 de Setembro de 1931. *Fundo arquivístico Luiz Simões Lopes.* CPDoc/FGV Codificação: LSL.1928.28.03.

c) Dossiês arquivísticos

DOSSIÊ Ana Amélia Carneiro de Mendonça. Série Presidentes da ABE. Arquivo da Associação Brasileira de Educação – Carmen João.

ESTATUTO da S.A.A.T. *Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional*. Fundo de Alberto José de Sampaio. Codificação: BR.MN.AJS. Caixa 29.

FUNDO arquivístico Luís Carlos. Arquivo da Academia Brasileira de Letras – Múcio Leão. Pasta de 28-3-19.

INTERCÂMBIO argentino-brasileiro para a conservação da natureza (recorte de jornal argentino não identificado). *Fundo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil.* Arquivo de História das ciências do Museu de Astronomia e Ciências Afins. Codificação: CFE.T.2.031. D1 A3. p.1.

LA PROTECCIÓN de la naturaleza de la fauna Sudamericana (recorte de jornal *La Fionda* datado de 21.01.1934). *Fundo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil.* Arquivo de História das ciências do Museu de Astronomia e Ciências Afins. Codificação: CFE.T.2.031. D1 A1. p.1.

LIVRO de colagens de recortes de jornais (2º semestre de 1929 a 1º semestre de 1930). *Coleção documental de Gustavo Barroso*. Acervo do Museu Histórico Nacional. (Sem codificação).

LOPES, Luiz Simões. Discurso pronunciado na dia da árvore de 1928. *Fundo Luiz Simões Lopes.* CPDoc/FGV. Codificação: LSL pi Lopes, L.S.1928.08.26.

PASTA "Ideário de Alberto Torres de Edgard Teixeira Leite". Acervo da Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres. Sem codificação.

PASTA José Mariano Filho. Acervo do Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Codificação: MAR-61.

RELATÓRIO de atividades. *Fundo arquivístico Arthur Neiva*. Arquivo da Casa Oswaldo Cruz. Codificação: AN.FC.ST.02.

SAMPAIO, Alberto José de. Serviço de Defesa Florestal e reflorestamento: memorial a ser apresentado no Conselho Técnico de Inspetoria Agrícola e Florestal, da Prefeitura do Rio

de Janeiro. *Fundo Diretoria do Museu Nacional*. SEMEAR/MN. Codificação: BR.MN. DR. Caixa 19, Classe 71, Pasta 10.

SOCIEDADE dos amigos das árvores: Bases para a sua organização. *Fundo Diretoria do Museu Nacional.* SEMEAR/MN. Codificação: BR.MN. DR. Caixa 19, Classe 71, Pasta 10.

TERMO DE APELAÇÃO. Processo criminal contra Eugênio D'Alessandro. *Fundo da Delegacia Especial de Ordem Política e Social (DESPS).* Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Notação: 108.

d) Periódicos

A BELA ideia do nosso leitor rio-grandense pró-fundação de uma "Sociedade Protetora das Florestas". *Chácaras e Quintais*, v.6, n.3, p.32, set.1912.

ADALBERTO Mário Ribeiro: seu falecimento, ontem. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1953, p.2.

A DEVASTAÇÃO de nossas matas. *Jornal do Brasil*, 8 de agosto de 1931, p. 8.

A ESCOLA Polítécnica confere prêmio de viagem ao Dr. Henrique Paulo Bahiana. *Revista Beira-Mar*, Rio de Janeiro, ano VII, n.165, p.2, 21 de abril de 1929.

ANDRADE, Edmundo Navarro de. Uma grande figura paulista: Eduardo Prado. *Dom Casmurro*, 18 de maio de 1940, p.5.

ANDRADE,EdmundoNavarrode.Ligeiracontribuiçãoparaaterminologiaflorestal.*RevistadoBrasil*, ano VII,n.84, Dezembrode1922.

A NOITE. 14 de janeiro de 1925, p.8.

ASSOCIAÇÃO dos ex-alunos do Colégio Militar. *A Noite*, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1940, p.2.

BELLO, L. de Oliveira. Almirante Henrique Boiteux. *Revista Marítima Brasileira*, ano LXIV, n.7-9, Rio de Janeiro, p.897-903, jan-mar. De 1945.

BILHÕES de peixes mortos. *A Noite*, Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1945, p.7.

BOLETIM do Serviço Florestal do Brasil. Rio de Janeiro, ano I, n.1, 1928.

_____, ano I, n.1, 1929.

_____, ano I, n.1, 1930.

_____. Rio de Janeiro, ano I, n.1, 1931.

BRASIL Excursionista. Rio de Janeiro, ano I, n.1, dez. 1935.

CONSELHO Florestal Federal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 26 de Outubro de 1945, p.16.772.

CONSELHO Florestal Federal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1947, p.7.011.

CONSELHO Florestal Federal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 15 de Setembro de 1948, p.13.422.

DIÁRIO de Notícias, Segunda Seção, Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1963, p.5.

DIÁRIO de Notícias, Segunda seção, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1963, p.4.

EL. Ing. Agr. Hugo Miatello se acogió a la jubilación. *Madeiril*, Buenos Aires, ano XIII, n.146, p.16, ago.1940.

ESPANÃ Forestal, Madri, ano I, n.1, 1915.

FON-FON, Rio de Janeiro, 7 de Novembro de 1942, p.28.

FLORESTA e Arte. Curitiba, ano I, n.1, 1923.

FRANKLIN, Thimóteo. O Estado Nacional e o reflorestamento, *Cultura política*, Rio de Janeiro, ano II, n.14, p.13-19, abril de 1942.

HEITOR Beltrão – o advogado das causas nobres. *Revista da Associação Comercial*, Rio de Janeiro, 25 de junho de 1955, p.6-7.

HOLWEGER, João. A conservação das nossas florestas. *Chácaras e Quintais*, v.6, n.5, p.51-55, nov.1912.

HOMENAGEM ao professor Fernando Romano Milanez. *Rodriguésia*, Rio de Janeiro, ano XXV, n.37, p.7-11, 1966.

INVENTÁRIO analítico. *Boletim do Museu Botânico Kuhlmann*, ano.7, n.2, abr-jun.1984.

JORNAL do Brasil, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1931, p.14.

JORNAL do Brasil, Rio de Janeiro, 16 de Janeiro de 1932, p.12.

LEDOUX, Paul. Sur la question forestiere et l'importance biogeographique des reserves forestieres au Bresil intertropical. *Bulletin de la Société Royale Belge de Géographie*, Bruxelas, ano LVI, n.3, p.121-132, 1932.

LIMA, H. Rocha. Dr, Arthur Neiva. *O Biológico*, Rio de Janeiro, ano IX, n.6, p.137-139, jun.1943.

LIMA, J.C. Alves de. Devastação das matas. *Boletim das Serrarias*, São Paulo, ano II, n.8, p.27-29, abril de 1928.

MACAMBIRA, João. Florestamento do Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 de maio de 1929, p.2.

MALAYAN Forest Records. Kuala Lumpur, ano I, n. 1-2, 1921.

MARCAS de indústria e de comércio. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, 17 de Maio de 1929, p.p.11.356.

MILANEZ, Fernando. Samuel J. Record. *Rodriguésia*, Rio de Janeiro, ano IX, n.19, p.1-7, setembro de 1945.

NA FLORESTA. *Lusitânia*, Rio de Janeiro, n.68, 16 de novembro de 1931, p.35.

NOSSOS amigos, os irracionais. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, n.31, p.9-15, 3 de Agosto de 1946.

O DR. Aranha Pereira. *A República*, 21 de maio de 1929, p.1.

O OFÍCIO Internacional de Proteção à Natureza dirige-se à Sociedade dos Amigos das Árvores. *Jornal do Brasil*, 03 de Novembro de 1932, p.5.

O NOSSO ideal. *Touring Club do Brasil*. Rio de Janeiro, Ano VI, n.11, p.5.

OS CONCURSOS escolares da União Infantil. *Correio de S. Paulo*, São Paulo, ano I, n.8, p.1, 24 de Junho de 1932.

O SERVIÇO de Reflorestamento. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1 de maio de 1929, p.6.

PAES, Luiz Edmundo. In memoriam: Leonam de Azeredo Penna. *Rodriguésia*, Rio de Janeiro, ano XXXII, n.52, p.4-9, 1979.

PEREIRA, Nélson Guedes. Fundemos a Sociedade Espirito-Santense de Agricultura. *Diário da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 de junho de 1928, p.5.

PUBLICAÇÕES diversas. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 18 setembro de 1930, p. 8.

RIBEIRO, Adalberto Mário. Tecnologia de produtos florestais. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano VIII, v.2, p.82-98, abril de 1945.

REIS, Antônio. Código florestal. *O Centro:* mensário de circulação em todos os estados do Brasil. Orgão oficial de propriedade do Centro de Comércio e Indústria de Materiais de Construção, número especial de 17 anos do Centro, 14 de julho de 1931.

SAMPAIO, Alberto José de. Relatório Geral da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. *Boletim do Museu Nacional*, v.XI, n.2, mar-jun.1934.

REVISTA o Bem: órgão de propaganda naturista. Rio de Janeiro, ano I, n.1, nov.1924.

_____. Rio de Janeiro, ano I, n.2, dez.1924.

REVISTA Florestal. Rio de Janeiro, Ano I, n.1, Julho de 1929.

_____. Ano I, n.2, Agosto de 1929.

_____., Ano I, n.3, Setembro de 1929.

_____, Ano I, n.4, Outubro de 1929.

_____, Ano I, n.5, Novembro de 1929.

_____, Ano I, n.6, Dezembro de 1929.

_____, Ano I, n.7, Janeiro de 1930.

_____, Ano I, n.8, Fevereiro de 1930.

_____, Ano I, n.9, Março de 1930.

_____, Ano I, n.10, Abril de 1930.

_____, Ano I, n.11,Maio de 1930.

_____, Ano I, n.12, Junho de 1930.

_____, Ano II, n.12, Julho-Agosto de 1930 .

_____, Ano II, n.2, Fevereiro de 1932.

_____, Ano II, n.3, Outubro de 1932.

_____, Ano III, n.1, Março de 1943.

_____, Ano IV, n.1, Setembro de 1945.

_____, Ano IV, n.2, Dezembro de 1945.

_____, Ano V, n.1, Março de 1946.

_____, Ano V, n.2, Junho de 1946.

_____, Ano V, n.3-4, Setembro-Dezembro de 1946.

_____, Ano VI, n. único, 1947

_____, Ano VII, n. único, 1948.

_____, Ano VIII, n.1, 1949.

RIBEIRO, Adalberto Mário. O problema florestal e ação do presidente Getúlio Vargas. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano III, v.III, n.2, p.60, agosto de 1940.

RUMO ao campo – Arsène Puttemans. *Lavoura e criação*, Rio de Janeiro, ano XVII, n.7, p.83-84, jun.1932.

SAMPAIO, Alberto José de. O problema florestal do Brasil em 1926 (relatório sucinto, visando a fitotecnia e fitogeografia, apresentado no Congresso Internacional de Silvicultura de Roma, abril-maio de 1926). *Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v.XXVIII, p.121, dez.1926.

SAMPAIO, Alberto José de. Sociedade de proteção às florestas. *Chácaras e Quintais*, v.8, n.3, p.55-56, set.1913.

SCHMIDT, Augusto Frederico. A invísível presença. *Revista Anauê*, Rio de Janeiro, ano III, n.13, p.19, março de 1937.

SOBRAS e aparas. *Boletim das Serrarias*, São Paulo, ano I, n.4, p.8, Dezembro de 1927.

SOCIEDADE dos Amigos das Árvores. A sessão inaugural. *Jornal do Brasil*, 22 de Agosto de 1931, p.8.

SOCIEDADE dos Amigos das Árvores: um ofício do interventor Federal Dr. Pedro Ernesto. *Jornal do Brasil*, 25 de Dezembro de 1931, p.15.

SOCIEDADE Protetora dos animais. *A Lavoura*, Rio de Janeiro, v.11, p.205, 1907.

SOCIEDADE União Infantil Protetora dos Animais. *Correio de São Paulo*, São Paulo, ano I, n.124, p.4, 7 de Novembro de 1932.

TOLERÂNCIA racial. *O Radical*, Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1943, p.3.

TROPICAL Woods, ano I, n.6, jun-1926.

UMA PUBLICAÇÃO valiosa. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 12 de Julho de 1929, p.2.

UM PEDIDO de enérgicas providências ao ministro da agricultura. *O Radical*. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1938, p.2.

UNIÃO Infantil Protetora dos animais. *Folha da Manhã*, São Paulo, 15 de março de 1931, p.1.

e) Biografias laudatórias e memórias:

AZAMBUJA, David de. *Retrospecto da minha vida funcional, uma contribuição à memória florestal brasileira*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

BLOCH, Pedro. *Vida e Obra de Ângelo Moreira da Costa Lima*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Pesquisas, 1968.

IGLÉSIAS, Francisco de Assis. *Memórias de um agrônomo*: à noiva de Piracicaba. Piracicaba (SP): Agronômica Ceres, 2003.

MAGNANINI, Alceo. *Episódios curiosos de minha vida.* Rio de Janeiro: Edição do autor, 2013.

f) Legislações e documentos oficiais

BRASIL. Decreto 4.421 de 28 de Dezembro de 1921. *Cria o Serviço Florestal do Brasil.* Disponível em:< http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4421-28-dezembro-1921-567912-publicacaooriginal-91264-pl.html> Acesso em: 30.12.2016.

BRASIL. Decreto nº 17.042, de 16 de Setembro de 1925. *Dá regulamento ao Serviço Florestal do Brasil.* Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17042-16-setembro-1925-507806-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 31.12.2016.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Recenseamento do Brazil realizado em 1º de Setembro de 1920 – Indústria (1ª parte). Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1927. (v.5)

RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da agricultura, indústria e comércio Miguel Calmon du Pin e Almeida de 1926. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

g) Livros

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial:* 1500-1800. Brasília: Conselho editorial do Senado Federal, 1998.

ÁLBUM Florístico. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1932.

ALMEIDA, Júlia Lopes de; ALMEIDA, Afonso Lopes de Almeida. *A Árvore.* Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1916.

ANTONI, M. *Défense des forêts contre l'incendie.* Paris: Société Forestière dus Amis de France. 1923.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

BARRETO, Lima. O cedro de Teresópolis. In: _____. *Crônicas Escolhidas*. São Paulo: Ática. 1995.

BAYMA, Cunha. *Tecnologia do açúcar:* da matéria-prima à evaporação. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1974.

BELLO, Wenceslau; SILVA, Monteiro da. *Exploração de madeiras*. Rio de Janeiro:

Tipografia da Gazeta de Notícias, 1908.

CALMON, Pedro. Notícia histórica. In: SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Serviço de Informações do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, 1925

CARVALHO, Elysio de. *Brasil, potência mundial:* inquérito sobre a indústria siderúrgica no Brasil. Rio de Janeiro: S.A. Monitor Mercantil, 1919.

CELSO, Afonso. *Porque me ufano do meu país*. Rio de Janeiro: Laemmert,& C. Livreiros, 1908.

CUNHA, Euclides da. *Contrastes e confrontos*. Rio de Janeiro: Batel, 2009.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Estatística Intelectual do Brasil (1929)*. Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento Nacional de Estatística, 1930, p.293. (v.2)

FONTENELLE, Ary. *A devastação das matas*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, de Rodrigues & Cia, 1912.

GEORGE, Eugênio. *As caçadas, o que elas exprimem moralmente*. Rio de Janeiro: Cattaneo & Borsetti, 1912.

HOEHNE, F.C. O Naturalista Octávio Vecchi. In: *Relatório Anual do Instituto de Botânica - 1944*, São Paulo, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, 1945, p.84-89.

IGLÉSIAS, Francisco de Assis. *Memórias de um agrônomo:* à noiva de Piracicaba. Piracicaba: Agronômica, 2003.

LEMOS, Miguel. *A vacina e a proteção aos animais*. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista, 1908.

LOBATO, Monteiro. *A Onda verde*. 2ª ed. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1922.

LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas (conto)*. São Paulo: Globo, 2012.

MARIANO FILHO, José. *Aspectos do problema florestal brasileiro.* Oficinas Gráficas Alba, 1934.

MARIANO FILHO, José. *O problema florestal de Petrópolis.* Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1933.

MARTINS, Romário. *Livro das árvores do Paraná*: edição do diretório regional de geografia do estado do Paraná. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1944.

NEVES, Lourenço Baeta. *Secas e florestas:* o estado e a floresta particular. (Conferência de utilidade pública, realizada na "Liga contra a Seca", publicada e distribuída por ordem do secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais, o Exmo. Sr. Dr. José Gonçalves de Sousa). Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911.

NEVES, Lourenço Baeta. *Um grande problema:* aos lavradores de minha terra. Belo Horizonte: Sociedade Mineira de Agricultura, 1910.

ORTON, William Allan. *A riqueza florestal do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia do Serviço de Informações do Ministério da Agricultura, 1929.

PEREIRA, Osny Duarte. *Direito Florestal Brasileiro (Ensaio).* Rio de Janeiro: Borsoi, 1950.

POMBO, Rocha. *Nossa pátria:* narração dos fatos da história do Brasil, através da sua evolução com muitas gravuras explicativas. São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1917.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil:* ensaio sobre a tristeza brasileira. 2ª ed. São Paulo: IBRASA; Brasília; INL, 1981.

SAMPAIO, Alberto José de. *Biogeografia dinâmica:* a natureza e o homem no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

SARMENTO, Alberto. Código florestal: memorial apresentado na sessão de 10 de maio de 1913, na Câmara dos Deputados. In: _____. *No parlamento:* discursos e pareceres. Rio de Janeiro: [s.e.], 1924, p.157-196.

SOCIEDADE dos Amigos das Árvores. *Postulados sobre o problema florestal*, [s.l],1933.

SOUTO, Luís Rafael Vieira; LÖFGREN, Alberto; PORTO, Hannibal. *O corte das mattas e a exportação das madeiras brasileiras*. Rio de Janeiro: Typografia do Commércio, 1917.

SILVEIRA, Álvaro Astolfo da. *As florestas e as chuvas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do estado de Minas Gerais, 1916.

SILVEIRA, Álvaro Astolfo da. *Fontes, chuvas e florestas.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1923.

SMITH, Herbert Augustine. *Florestas e Selvicultura en los Estados Unidos:* Informe preparado para la comisión de los Estados Unidos de América en la Exposición del Centenario del Brasil. Washington: Impreta del Gobierno, 1922.

TELLES, Adalberto Queirós. *Apontamentos de silvicultura.* São Paulo: Serviço de Publicações da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo, 1922.

TORRES, Alberto. *As fontes da vida no Brasil*. Rio de Janeiro: Papelaria Brazil, 1915, p.10

TORRES, Amazonas Almeida. *Breves notas para o estudo florestal do Brasil.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

REFERÊNCIAS

a) Obras de consulta

ABREU, Alzira Alves de. (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015.

GREGORY, Tullio. Natureza. In: LE GOFF, Jacques; SCHMIDT, Jean-Claude (Orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Tradução Hilário Franco Jr. Bauru: Edusc, 2006, p.263-177.

MICHELI, Gianni. Natureza. In: *Enciclopédia Einaudi.* Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1990, p.11 (v.18).

b) Livros

ABREU, Maurício. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4ª ed. Riod e Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011.

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal:* memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, Lapa, 1996.

ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões.* Rio de Janeiro: Funarte, Rocco, 1998

AGULHON, Maurice. *El círculo burgués*: la sociabilidad em Francia 1810-1848. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2009.

AGULHON, Maurice. La sangre de las bestias: el problema de la protección de los animales en Francia em el siglo XIX. In: _____. *Historia Vagabunda*: etnología y política en la Francia contemporánea. San Juán Mixcoac, México, 1994, pp.213-246.

ALIER, Joan Martínez. *O ecologismo dos pobres:* conflitos ambientais e linguagens de valoração. 2ª ed. Sã Paulo: Contexto, 2015.

ALONSO, Paula. Introducción. In: ALONSO, Paula (Coord.). *Construcciones impresas*: panfletos, diarios y revistas em la formación de los estados nacionales em América Latina, 1820-1920. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2004, p.7-12.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas:* reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, F. Alves. Jeca Tatu de Monteiro Lobato e Mané Xique Xique de Idelfonso Albano. In: ALBANO, Idelfonso. *Jeca Tatu e Mané Xique Xique.* 3ª ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1969.

ARNOLD, David. *La naturaleza como problema histórico:* el médio, la cultura y la expansión

de Europa. Tradução para o espanhol de Roberto Elier. México: Fondo de Cultura Econômica, 2000.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões*: entre a história e a memória. Bauru: Edusc, 2000.

BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales:* memorias y esperanzas colectivas. 2ª ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 1999.

BALDIN, Damien. Protéger. In: _____. *Histoire des animaux domestiques: XIX- XX siècle*. Paris: Seuil, 2014.

BARBOSA, Francisco de Assis. Miguel Calmon, um engenheiro na política. In: _____. *Ideias econômicas de Miguel Calmon:* cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1990, p.23-78.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa.* Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BARTON, Gregory Allen. *Empire Forestry and the origins of environmentalism*. Cambridge: University Press, 2002.

BEDIAGA, Begonha. *Marcado pela própria natureza:* o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2014.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes*: tratamento documental. 4 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BIGNOTTO, Cilza. Monteiro Lobato: editor revolucionário? In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs.). *Impresso no Brasil:* dois séculos de livros brasileiros: São Paulo: Unesp, 2010.

BOMENY, Helena. *Guardiães da razão*: modernistas mineiros. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

BONES, Elmar; HASSE, Geraldo. *Pioneiros da ecologia:* breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Já Editores, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BLOCH, Marc. Regiões naturais e grupos sociais. In: _____. *A terra e seus homens:* agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Bauru: Edusc, 2001.

BRAGANÇA, Aníbal. *Livraria Ideal*: do cordel à bibliofilia. São Paulo: Edusp, Com-Arte, 2009.

BRAILOVSKY, Antônio Elio; FOGUELMANN, Dina. Industrialización sustitutiva de importaciones (1930-1976). In: _____. *Memória verde:* história ecológica de la Argentina. 8ª ed. Buenos Aires: Debolsillo, 2009, p.237-291.

BRANNSTORM, Christian. A economia madeireira na Mata Atlântica contemporânea, 1920-1960. In: CABRAL, Diogo de Carvalho; BUSTAMANTE, Ana Goulart. (Orgs.). *Metamorfoses florestais*: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica. Curitiba: Prismas, 2016, p.319-349.

BRANNSTROM, Christian. A madeira foi o combustível que moveu a industrialização brasileira? Avaliando a hipótese da madeira, 1900-1960. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovanna Galvão. (Org.). *História ambiental*: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p.39-75.

BRÜGGMEIER, Franz-Josef; CIOC, Mark; ZELLER, Thomas. Introduction. In: _____. *How green weres the nazis?* Nature, Environmental, and Nation in the Third Reich. Atenas: Ohio University Press, 2005.

CABRAL, Diogo de Carvalho. *Na presença da floresta:* Mata Atlântica e história colonial. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CACCESE, Neusa. *Festa*: contribuição para o estudo do modernismo. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1971.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil.* São Paulo: Contexto, Edusp, 1988.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena*: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2009.

CARNEIRO, Cíntia Braga. *O Museu Paranaense e Romário Martins*: a busca de uma identidade para o Paraná. Curitiba: SAMP, 2013.

CARVALHO, Alessandra Izabel de; LAVERDI, Robson. Uma produção de sentidos para a araucária (sem floresta) no Paraná. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Orgs.). *História ambiental:* territórios, fronteiras e biodiversidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, p.287-313, (v.2).

CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto*: o peso da glória. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. Nacionalismo mineralógico. In: _____. *Pontos e bordados:* escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p.329-331.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da. (Orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Unesp, 1997, p.115-132.

CASTRO, Fernando Vale. *Pensando um continente*: a Revista Americana e a criação de um projeto editorial para a América do Sul. Rio de Janeiro: Maud, Faperj, 2012.

CHARTIER, Roger. Avant-propos. In: _____(Org.). La *correspondance: les usages de*

la lettre au XIX siècle. Paris: Libraire Arthème Fayard, 1991, p. 7-13.

_____. *A ordem dos livros*: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

_____. *Os desafios da escrita*. Tradução Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: Unesp, 2002.

_____. O tempo da obra. In: _____. *A mão do autor e a mente do editor*. Tradução George Schlesinger. São Paulo: Unesp, 2014, p.295-309.

CHARLE, Christophe. A proposopografia ou biografia coletiva. In: HEINZ, Flávio (Org.). *Por outra história das elites.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p.41-53.

CRONON, William. Introduction: In Search of Nature. In: _____. (Org.). *Uncommon ground:* rethinking the Human, Place in Nature. Londres, Nova Iorque:W. W. Norton Company, 1996, p.23-68.

_____. Un lugar para relatos: naturaleza, historia y narrativa. In: MÁRQUEZ, Germán Palácio; ULLOA, Astrid. (Orgs.). *Repensando la naturaleza: encuentros y desencuentros disciplinarios em torno a lo ambiental.* Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazónico de Investigaciones Imani, Instituto Colombiano de Antropología y Historia, 2002

CORBIN, Alain. *L'homme dan le paysage.* Paris: Textuel, 2001.

DALTRO, Wenilton Luís. *Araras – 1902*: História da 1ª Festa das Árvores do Brasil. Araras: Topázio, 2002.

DAMATTA, Roberto. Em torno da representação de natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações. In: _____. *Conta de mentiroso*: sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p.91-123.

DEAECTO, Marisa Midori. Livraria Francisco Alves em São Paulo: os meios de expansão da leitura e o desenvolvimento do mercado livreiro ((1894-1917). In: BRAGANÇA, Aníbal (Org.). Rei do livro: Francisco Alves na história do livro e da leitura no Brasil. São Paulo, Niterói; Edusp, Lihed/UFF, 2016, p.58-78.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo:* a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

DETIENNE, Marcel. *A identidade nacional, um enigma.* Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

DIAS, José Luciano de Mattos. Os engenheiros do Brasil. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Engenheiros e economistas:* novas elites burocráticas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

DOUROJEANNI, Marc J. Crónica forestal del Perú. Lima: Universidad Nacional Agraría La Molina, San Marcos, 2009.

DRUMMOND, José Augusto. A visão conservacionista (1920-1970). In: SVIRSKY, Enrique; CAPOBIANCO, João Paulo R. (Orgs.). *Ambientalismo no Brasil*: passado, presente e

futuro. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do Meio do Rio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997.

DRUMMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro:* os parques nacionais do Estado de Janeiro. Niterói, Rio de Janeiro: EdUFF, 1997.

DUARTE, Regina Horta. *A Biologia militante:* o Museu Nacional e a especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

_____; OSTOS, Natascha Stefania C. Entre ipês e eucaliptos: comemorações do "Dia da árvore". In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Orgs.). *História ambiental*: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p.225-237.

_____. *História & Natureza*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal da coleção Brasiliana. In: _____; MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, nação e edição:* o lugar dos impressos na construção da vida política – Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII, XIX e XX. Belo Horizonte: Annablume, 2006, p.299-314.

FABIAN, Johannes. *O Tempo e o outro*: como a antropologia estabelece seu objeto. Tradução Denise Jardim Duarte. Petrópolis: Vozes, 2013.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930:* história e historiografia. 16ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERRARO, Mário Roberto. *A modernização da agricultura e da silvicultura paulista (início do século XX)*. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2010.

FERREIRA, Marieta Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos de 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano:* o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FRANCO.JoseLuizdeAndrade;DRUMMOND,JoséAugusto.*ProteçãoàNaturezaeIdentidadeNacionalnoBrasil,anos1920-1940*.RiodeJaneiro:Fiocruz,2009.

_____. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Orgs.). *História ambiental*: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p.333-366.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste*: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do brasil. 7ª ed. São Paulo: Global, 2004.

FUNES, Patrícia. *Salvar la nación*: intelectuales, cultura y política em los años veinte latinoamericanos. 1ªed. Buenos Aires, 2006.

GALLAGHER, Catherine; GREENBLATT, Stephen. *A prática do novo historicismo*. Bauru:

Edusc, 2005.

GEERTZ, Clifford. *O saber local*: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. São Paulo: Ateliê editorial, 2009.

GODOY, Solange. *O avô do tempo*: diário de um meteorologista, 1ª ed. Rio de Janeiro: EMO, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, Fernando (org.). *História da vida privada no Brasil;* contrastes da intimidade contemporânea. v.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp.489-558.

_____. *Essa gente do Rio... modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: _____. *Capanema:* o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p.13-48.

_____. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

_____. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.). *Culturas políticas:* ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p.21-44.

_____. *A República, a história e o IHGB.* Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

_____. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (Org.). *Ciência, civilização e República nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2010, p.11-29.

_____; HANSEN, Patrícia Santos. Apresentação - Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: _____. (Orgs.) *Intelectuais mediadores:* práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p.7-37.

GOMES, Danilo. *Antigos cafés do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1989.

GREENBLATT, Stephen. Cultural mobility: an introduction. In: _____(Org.). Cultural mobility: a manifesto. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2009, p.1-23.

GROVE, Richard. Conserving Eden: The (European) East India Companies and their Environmental Policies on St. Helena, Mauritius and in Western India, 1660-1854. In: _____. *Ecology, Climate and Empire*: colonialism and global environmental, 1400-1940. Cambridge: The White Horse Press, 1997.

HALLEWELL, Laurence. Monteiro Lobato. In: _____. *O livro no Brasil*: sua história. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2012, p.345-381.

HARDMAN, Francisco Foot. Trem-*fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva.* 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade*: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte, Autêntica, 2013.

HAYS, Samuel P. The conservation crusade. In: _____. *Conservation and the gospel of efficiency: the progressive conservation movement, 1890-1920*. Nova Iorque: Atheneum, 1980, p.122-146.

HEIZER, Alda. João Geraldo Kuhlmann e Comissão de Defesa da Borracha de 1912. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. (Orgs). *Ciência, civilização e república nos trópicos.* Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2010, 209-225.

HEIZER, Alda. Entre o mar e o sertão: a expedição biológica do belga Jean Massart ao Brasil, em 1922-23. In: SILVA, Sandro Dutra e; SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero. *Vastos Sertões*: história e natureza na ciência e na literatura. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015, p.143-158.

HEYNEMANN, Cláudia. *Floresta da Tijuca*: natureza e civilização no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1995.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo:* programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Era dos extremos:* o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IGLÉSIAS, Francisco. Aspectos políticos e econômicos do Estado Novo. In: SZMCRECSÁNYI, Tamás; GRANZIERA, Rui. (Orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. São Paulo: Hucitec, 2004.

JACOBY, Karl. *Crimes against nature*: squatters, poachers, thieves, and the hidden history American of Conservation. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of Califonia Press, 2001.

KOSELLECK, Reinhard. *Futuro passado*: contribuição à semaântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KRUEGER, Myron; KOTOC, Edward. Walter Mumford (1877-1955). In: CASMAJOR, Paul. *Forestry education at the University:* the first fifty years. Berkeley: California Alumni Foresters, 1945, p.33-46.

KULHAMNN JÚNIOR, Moyses. Congressos profissionais no final do século XIX e início do século XX: ciência e política. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. *Ciência, civilização e República nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010.

LEANDRO, Eulálio de Oliveira. *Coelho Netto e a ecologia no Brasil:* 1890-1913. 3ª ed. Curitiba: Juruá, 2010.

LEÃO, Regina Machado. *A floresta e o homem*. São Paulo: Edusp, 2000.

LE GOFF, Jacques. Progresso In: _____. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990, p.232-281.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil:* Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste: os anos 30. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1986.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2ª ed. Campinas, Papirus, 1986.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. *Política e interesses na industrialização brasileira:* as associações industriais, política econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil:* intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, UCAM, 1999.

LOLITO, Márcia Padilha. *A cidade como espetáculo:* publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20. São Paulo: Annablume, 2001.

LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil*: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Unesp, 1999.

_____.. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.115-153.

_____.. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *História da imprensa no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2008, p.149-175.

_____.. *Leituras, projetos e re(vistas) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Unesp, 2011.

MACHADO, Diana. Divulgando o legado do passado nas páginas de A Divulgação. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *A escrita historiográfica, seus protocolos e fontes*. Assis: Unesp, 2014, p.60-74.

MACHADO, Ubiratan. *História das Livrarias do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp, 2002.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. Livraria Francisco Alves em Minas Gerais. In: BRAGANÇA, Aníbal (Org.).*Rei do livro:* Francisco Alves na história do livro e da leitura no Brasil. São Paulo, Niterói; Edusp, Lihed/UFF, 2016.

MAIA, João Marcelo. *A terra como invenção*: o espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MARCONDES, Sandra. *Brasil, amor à primeira vista!* Viagem ambiental no Brasil do século XVI ao XXI. São Paulo: Peirópolis, 2005.

MARTINS, Ana Luíza. *Revistas em revista*: imprensa e práticas culturais em tempos de República. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp, Fapesp, Imprensa oficial do Estado, 2001.

_____.. Revistas na emergência da grande imprensa: entre práticas e representações (1890-1930). In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nélson. (Orgs.). *Cultura letrada no Brasil:* objetos e práticas. Campinas: Fapesp, 2005, p.246-256.

MASCARO, Luciana Pelaes. Nota sobre Ársene Puttemans. In: STOLS, Eddy; MASCARO, Luciana Pelaes; BUENO, Clodoaldo (Orgs.). *Brasil e Bélgica:* cinco séculos de conexões e interações. São Paulo: Narrativa Um, 2014, p.337.

MENDONÇA, Sônia Regina. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.

_____.*Nacional estrangeiro:* história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MÓL, Samylla; VENÂNCIO, Renato. *A proteção jurídica aos animais no Brasil:* uma breve história. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2014.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos:* a questão nacional no centenário de independência. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992

MOTTA, Rodrigo Patto Sá.Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In:_____.*Culturas políticas na História*: Novos estudos. Belo Horizonte:Argumentum,2009,p.13-37.

_____.*Em guarda contra o perigo vermelho*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

NEEDELL, Jeffrey. *Belle époque tropical:* sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. Tradução Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. *O papel político-educativo de A Informação Goyana na construção da nacionalidade*. Goiânia: UFG, 2003.

OLIVEIRA, Cláudia; VELLOSO, Mônica Pimenta; LINS, Vera. *O moderno em revistas:* representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília, CNPq, 1990.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Introdução. In: _____ (Coord.). *Elite intelectual e debate político nos anos 30:* uma bibliografia comentada da Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980, p.23-59.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: _____.(Org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo,

IUPERJ, 1987, p.11-62.

_____. Natureza e projeto nacional: nascimento do ambientalismo brasileiro (1820-1920). In: SVIRSKY, Enrique; CAPOBIANCO, João Paulo R. (Orgs.). *Ambientalismo no Brasil:* passado, presente e futuro. São Paulo: Instituto Socioambiental: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997. p.13-18.

_____. *Um sopro de destruição*: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. Natureza e Sociedade no Brasil Monárquico. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial* – vol. III – 1870-1889. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, p.315-365.

PALÁCIO, Germán A. C.. Historia tropical: a reconsiderar las nociones de espacio, tiempo y ciencia. In: _____; ULLOA, Astrid. (Orgs.). *Repensando la naturaleza*: encuentros y desencuentros disciplinarios em torno a lo ambiental. Colômbia: Universidad Nacional de Colômbia; Instituto Amazônico de Investigaciones Imani, Instituto Colombiano de Antropologia e História, 2002, p. 67-97.

PERECIN, Marly Therezinha Germano. *Os passos do saber:* a Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz.São Paulo: Edusp, 2004.

PINTO, Surama Conde Sá. *A correspondência de Nilo Peçanha e a decadência política da Primeira República*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

PIRES, Fernando Dias de Ávila; ARAGÃO, Mário Beaurepaire. A ecologia no Brasil na primeira metade do século XX. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 1993.

PERLIN, John. *História das florestas:* a importância da madeira no desenvolvimento da civilização. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Natureza e identidade nacional nas Américas. In: _____. *América Latina no século XIX:* tramas, telas e textos. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2004, p.179-216.

PUREZA, Fabiana; PELLIN, Ângela; PÁDUA, Cláudio. *Unidades de conservação*: fatos e personagens que fizeram a história das categorias de manejo. São Paulo: Matrix, 2015.

RIOUX, J. A associação em política. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem*: uma revista de intelectuais católicos, 1934-1945. Belo Horizonte: Autêntica, Fapesp, 2005.

SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão*: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sônia Virgínia. *Rádio Nacional:* o Brasil em sintonia. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional de Música, 1984.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: t*ensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SCHAPOCHNIK, Nelson (Org.). *João do Rio*: um dândi na Cafelândia. São Paulo: Boitempo editorial, 2004, p.64-72.

SCHITTINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da história. In:ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). *História pública no Brasil*: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p.20-29.

SCIOFONI, Simone. *A construção do patrimônio natural*. 1ªed. São Paulo: Labur Edições, 2008.

SEÇÃO DE MUSEOLOGIA. *Os diretores do Museu Nacional/UFRJ.* Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2007/2008.

SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da borracha*: trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no governo Vargas. Rio de Janeiro: Perseu Abramo, 2007.

SEDREZ, Lise. Historia ambiental de América Latina: orígen, principales interrogantes y lagunas. In: PALÁCIO, Germán; ULLOA, Astrid (Orgs). *Repensando la naturaleza:* Encuentos y desencuentros disciplinarios em torno a lo ambiental. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazónico de Investigaciones, Instituto Colombiana de Antropología e Historia, 2002, p.99-109.

_____.Os sentidos de fronteira e o lugar: construíndo a baía de Guanabara como uma fronteira ambiental. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Orgs.). *História ambiental:* territórios, fronteiras e biodiversidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, p.179-199.

SENRA, Nélson. Teixeira de Freitas, a face do saber na criação do Instituto Nacional de Estatística. In: _____ (Org.). *História das estatísticas brasileiras – Estatísticas legalizadas (1899-1936).* Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Centro de Documentação e Disseminação das Informações, 2006, p.687-705. (v.2)

SILVA, Lígia Osório. A crise política no quadriênio Bernardes: repercussões políticas do "caso Itabira Iron". In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da. (Orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Unesp, 1997, p.15-35.

SILVA, Maria Laís Pereira da. Favelas do Rio de Janeiro: localização e expansão através do espaço urbano (1928-1964). In: ABREU, Maurício de Almeida. *Rio de Janeiro:* formas, movimentos, representações: estudos de geografia histórica carioca. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005, p.176-201.

SILVA, Suely Braga da (Org.). *Luiz Simões Lopes*: fragmentos de memória. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

SILVA, Valéria Mara; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. Orquidofilia com ciência: colecionismo e divulgação científica na revista Orquídea. In: LOPES, Maria Margareth;

HEIZER, Alda (Orgs.). *Colecionismos, práticas de campo e representações.* Campina Grande: Eduepb, 2011, p.189-162.

SILVA, Zélia Lopes da. As percepções das elites brasileiras dos anos de 1930 sobre a natureza: das projeções simbólicas às normas de seu uso. In: ARRUDA, Gilmar (Org.). *Natureza, fronteiras e territórios:* imagens e narrativas. Londrina: Eduel, 2005.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.131-137.

_____.Osintelectuais.In:REMÓND,René.*Porumahistóriapolítica*.2ed.RiodeJaneiro:FundaçãoGetúlioVargas,2003.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco*: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (18970-1930). Tradução Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOLURI, John. *Banana cultures:* agriculture, consumption e environmental change in Honduras e United States. Austin: University of Texas Press, 2005.

SOUZA FILHO, Francisco de Assis de. Natureza e desenvolvimento nos Semi-áridos. In: _____; MOURA, Antônio Divino (Orgs.). *Memórias do Seminário Natureza e Sociedade nos Semi-áridos.* Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Fundação Cearense de Meteorologia e recursos hídricos, 2006, p.41-58.

STOLL, Mark. O "sagaz" Palissy: Gifford Pinchot, George Perkins Marsh e as origens do conservacionismo norte-americano em Connecticut. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão. *História ambiental:* territórios, fronteiras e biodiversidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, p.87-127. (v.2)

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural:* mudanças de atitude em relação às plantas e e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor:* a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico*: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, Instituto Italiano de Cultura de São Paulo, 1989.

URBAN, Teresa. *Saudade do Matão:* relembrando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 1998.

_____.*Missão (quase) impossível*: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2001.

VALLE, Cid Prado. *Risonhos lindos campos:* natureza tropical, imagem nacional e identidade

brasileira. Rio de Janeiro: Do autor, 2005.

VELHO,Gilberto.*Projetoemetamorfose*:aantropologiadassociedadescomplexas.3ed.RiodeJaneiro:JorgeZahar,2003.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; GOMES, Angela de Castro; VELLOSO, Mônica Pimenta. *Estado Novo*: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.71-108.

_____. *Modernismo no Rio de Janeiro*: turunas e quixotes. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VIEIRA, José Neiva. *O culto da árvore e a 1ª República.* Lisboa: Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Autoridade Florestal Nacional, 2010.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a cidade:* na história e na literatura. Tradução Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

YVES-MOLLIER, Jean. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo*: ensaios sobre história cultural. Tradução Elisa Nazarian. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

c) Trabalhos em eventos (congressos, jornadas, seminários e simpósios):

AHRENS, Sérgio. O “novo” código florestal brasileiro: conceitos jurídicos fundamentais. In: VIII CONGRESSO FLORESTAL BRASILEIRO. São Paulo, 2003. *Anais...* São Paulo, 2003, p.5.

CASAZZA, Ingrid Fonseca. Natureza e ciência na trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1939). In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Natal, 2013, *Anais...* Natal, 22-26 julho de 2013.

CRESPO, Regina Aída. Revistas culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stela Maris Scatena (Orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa – Volume II*. São Paulo*:* USP-FFLCH, Humanitas, 2011, p.98-116.

DOALLO, Ximena A. Carreras. *Discurso y politica forestal em el peronismo histórico: entre la protección al ambiente y el productivismo, 1946-1955*. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL OLD E NEW WORLDS: THE GLOBAL CHALLANGE OF RURAL HISTORY. Lisboa, 27-30 de Janeiro de 2016, p.1-17.

GONÇALVES, Alyne dos Santos. Augusto Ruschi: representação da natureza e estratégias conservacionistas na esfera pública capixaba (1930-1970). In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Florianópolis, 2015, *Anais...*, Florianópolis, 27-31 de julho de 2015.

GORGES, Júlia Lima. Conservacionismo, turismo e pesquisa científica: a experiência do Parque Nacional do Itatiaia na direção de Wanderbilt Duarte de Barros (1943-1957). In: 3ª JORNADA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE, Rio de Janeiro, 2015, *Anais...*, 19-23 de outubro de 2015, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVER, Graciela de Souza; VIEIRA, Luísa da Cunha; GIULIETTI, Ana Maria. *A* botânica na trajetória de Álvaro da Silveira. In: 60º CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA. Feira da Santana, 2009, *Resumos...* 28 de jun -03 de julho de 2009. Feira de Santana, Sociedade Botânica do Brasil, 2009.

RICCIOPPO, Thiago. Por uma história do sujeito: a biografia política do deputado mineiro Fidélis Reis. In: XX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E LIBERDADE. ANPUH/SP – UNESP - Franca. *Anais...*, Franca, 06 a 10 de setembro de 2010.

d) Artigos de periódicos

ALBERTO, Klaus Chaves; SOUZA, Gabriella Inhan de. A trajetória do engenheiro Lourenço Baeta Neves em Juiz de Fora. *Urbana*, Campinas, v.5, n.7, p.47-63, out.2013.

BEDIAGA, Begonha; PEIXOTO, Ariane Luna; FILGUEIRAS, Tarciso S. Maria Bandeira: uma botânica pioneirano Jardim Botânico do Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos,* Rio de Janeiro, v.23, n.3, p.799-822, jul-set.2016.

BOYER, Christopher. Revolución y paternalismo ecológico: Miguel Ángel de Quevedo y la política forestal em México, 1926-1940. *História Mexicana*, México, v.LVII, n.1, p. 91-138, 2007.

CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. O arquivo de Epitáfio Dória: abordagem arquivística e possibilidades de pesquisa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju,* n.46, p.281-294, 2016.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris; HEIZER, Alda. Os norte-americanos na missão à Amazônia, em 1923. *Revista Brasileira de História da Ciência,* Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.156-170, jan-jun.2012.

CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* São Paulo, v.13, n.38, out.1998.

CHAPOUTOUT, Johann. Les nazis et la nature: protection ou predátion? *Vingtième siècle. Revue d'histoire*, v.1, n.113, 2012.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos históricos,* Rio de Janeiro, v.4, n.8, p.177-197, 1991.

DRUMMOND, José Augusto. O jardim dentro da máquina: breve história ambiental da Floresta da Tijuca. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.276-298, 1988.

DUARTE, Regina Horta. "Com açúcar, com afeto": impressões do do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre. *Tempo,* Niterói, n.19, p.125-147, jul.2005.

_____. Pássaros e cientistas no Brasil: em busca de proteção, 1894-1938. *Latin American Research Review,* v.41, n.1, p.12, fev.2006.

FABRE, Daniel. Revue d'ethnologie et ehnologie dans le revues. *Hésiode. Cahiers d'ethnologie Méditerraéenne,* Paris, n.1, p.11-29, 1991.

FELIPE, Sônia T. Abolicionismo: igualdade sem discriminação. *Revista Brasileira de Direito Animal,* v.3, n.4, p.89-116, 2008.

FORMIGNI, Mileide de Holanda; SILVA, Hilton P. Conservação ambiental e populações tradicionais: uma contribuição à análise biliográfica de Augusto Ruschi. *Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão,* n.31, p.69, abr. 2013.

FREIRE, Diogo José Fernandes. O passado verdejante: a defesa das árvores nos artigos jornalísticos de Gilberto Freyre. (1921-1926*). Espacialidades,* Natal, v.7, n.1, p.114-130, 2014.

FREITAS, Frederico. A Park for the Borderlands: the creation of the Iguaçu National Park in Southern Brazil, 1880-1940.*Iberoamericana,* v.7, n.2, p.65-88, 2014.

FREITAS, Inês Aguiar de; PINTO, Fernando Lemos Firmino; MOURA, Rachel de Almeida. A história ambiental na geografia de Alberto Ribeiro Lamego. *Interagir: pensando a extensão,* Rio de Janeiro, n.9, p.71-78, jan-jun.2006.

FREYRE, Fernando de Mello. O movimento regionalista e tradicionalista e a seu modo também modernista – algumas considerações. *Ciência e Trópico,* Recife, v.5, n.2, p.175-188, jul-dez.1977.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio. Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales,* n.98, p.20-33, jun.1993.

GALLINI, Stefania. Problemas de metodos em la historia ambiental de America Latina, *Anuário IHES,* Argentina, n.19, p.2004, p.7.

GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo: ressonância e encantamento. *Estudos históricos,* Rio de Janeiro, v.4, n.8, p.244-261, 1991.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, n.1, p.19, 1988.

JUNGHANS, Miriam. Emília Snethlage (1868-1929). *História, Ciências, Saude – Manguinhos,* Rio de Janeiro, v.15, p.243-255, 2008.

KEINART, Tania Magarete Mezzomo; VAZ, José Carlos. A Revista do Serviço Público no Pensamento Administrativo brasileiro (1937-1989). *Revista do Serviço Público,* Brasília, v.45, n.1, p.9-41, 1994.

LIMA, Fábio José Martins de. Tradição e modernidade no percurso no arquiteto Ângelo Murgel: Parque Nacional do Itatiaia e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, dois projetos urbanísticos. *Boletim do Parque Nacional do Itatiaia*. Itatiaia (RJ), n.11, p.11-82, set.2003.

MACHADO, Jorge Ricardo Coutinho. Natureza e cultura entrelaçadas: o Boletim científico da Escola de Chimica Industrial do Pará. *Amazônia: revista de educação em ciências e*

matemática, v.11, n.22, p.61-78, jan-jun.2015.

MARTINS, Marcos Lobato. A política florestal, os negócios de lenha e o desmatamento: Minas Gerais, 1890-1950. *HALAC*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.29-54, set.2011/fev.2012.

MEIRA, Roberta Barros; CAPELLI, Mariluci Neis. Notas sobre florestas no Brasil da Primeira República: silvicultura, preservação da natureza e agricultura. *Fronteiras*, v.4, n.1, p.301-312, jan-jul.2015.

_____. Árvores de boa semente: silvicultura, preservação da natureza e agricultura na Primeira República. *Antíteses*, Londrina, v.8, n.16, p.232, jul-dez.2015.

MOLINA, Ariel de Andrade; NORDER, Luiz Antônio C. A contribuição de F.C. Hoehne (1882-1959). *Revista Brasileira de História da ciência*, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.70-80, jan-jun.2014.

MONZOTE, Reinaldo Funes. Facetas de la interacción com los animales em Cuba durante el siglo XIX: los bueyes em la plantación esclavista y la Sociedad Protectora de Animales y Plantas. *Signos Históricos*, México, v.2, n.16, p.81-110, jul-dez.2006.

OSTOS, Natasha Steffania Carvalho. O Brasil e as suas naturezas possíveis (1930-1945). *Revista de Índías*, v.72, n.275, 20112, pp.581-614.

PALÁCIO, Germán. Há algo de "latino" na história ambiental latino-americana? Novos desafios para a consolidação de uma comunidade intelectual regional. *Revista de História Regional*, v.20, n.1, p.180-202, 2015.

PLEUT-DESPATIN, Jacqueline. Une contribution a l'historie des intellectuels: les revues. *Cahiers de l'Institut d'historie du temps present, Sociabilites intellectuelles: lieux, milieux, réseaux*, n.20, p. 125-136, mars 1992.

SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *América: Cahiers du CRICCAL*, n.9-10, p.9-16, 1992.

SCHWARTZMAN, Simon; CASTRO Maria Helena Magalhães. Nacionalismo, iniciativa privada e o papel da pesquisa tecnológica no desenvolvimento industrial: os primórdios de um debate. *Dados:* Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v.28, n.1, p.89-111, 1985.

SECRETO, Maria Verônica. Capistrano de Abreu e J.F. Turner: a historiografia nacional e a história ambiental. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v.14, n.2, 2006.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Sociologia Política***.** Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun.2011.

VALENTINI, Sílvia. Manequinho Lopes – o entomologista verde. *Paisagens em debate*, São Paulo, n.5, p.1-18, dezembro de 2007.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, v.21, n.3, p.117-159, set.1978.

VENTURA, Roberto. “Estilo tropical”: “A natureza como pátria”. *Remate de Males*, Campinas, n.7, p.27-38, 1987.

XAVIER, Carlos Alberto Ribeiro de. A natureza no patrimônio cultural do Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.22, p.233-235, 1987.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p.198-215,1991.

ZARRILI, Adriàn Gustavo. El oro rojo. La industria del tanino en la Argentina (1890-1950). *Silva Lusitana*, v.16, n.2, p.236-259, 2008.

e) Obras acadêmicas (teses, dissertações e monografias)

ANTUNES, Tayla Rodrigues. *Pensando a devastação*: a gênese histórica do primeiro código florestal brasileiro (1900-1934). 189f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

AZEVEDO, Carla Bispo. *Maria Eugênia Celso*: entre o impresso feminino, a casa e o espaço público (1920-1941). 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

AZEVEDO, Carmen Lúcia de. *Jeca-Tatu, Macunaíma, a preguiça e a brasilidade*. 165f. Tese (Doutorado em História). Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2012.

CAIADO, Beatriz Coelho. *A informação agrícola na época de Getúlio Vargas: o Serviço de Infromação agrícola.* 137f. Dissertação (Mestrado em biblioteconomia e documentação). Faculdade de Estudos Sociais Aplicados. Universidade de Brasília, Brasília, 1995.

CAMARGOS, Regina Maria de Fátima. *Homem, natureza e sensibilidades ambientais:* as concepções de áreas naturais protegidas. 2006. 101 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CAPANEMA, Carolina Marotta. *A natureza no projeto de construção de um Brasil moderno e a obra de Alberto José de Sampaio.* 154f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: espelho das tradições progressistas (1910-1945).* Dissertação (Mestrado em História) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

CARVALHO, Ely Bergo de Carvalho. *A modernização do sertão:* Terras, Florestas, Estado e Lavradores na colonização de Campo Mourão, Paraná, 1939-1964. 344f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CASAZZA, Ingrid Fonseca. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro:* um lugar de ciência. 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Casa Oswaldo Cruz, Rio de

Janeiro, 2011.

FONSECA, André Luís de Castro. *Do Serviço Florestal do Brasil (SFBr) de 1921 ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB) de 2006*. Monografia (Engenharia Florestal). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2009.

CID, Maria Rosa Lopez. *Miranda Ribeiro:* um zoólogo evolucionista nos primeiros anos da República (1894-1938). 2009. 230 f. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Casa Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

DIAS, Célia Regina da Silva. *Geografia histórica ambiental:* uma geografia das matas brasileiras. 197f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

GOMES, Lia Osório. *Educação e profissionalização de mulheres:* trajetória científica e feminista de Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro. 174f. Dissertação (Mestrado em História das ciências). Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

HEYMANN, Luciana Quillet. *As obrigações do poder:* relações pessoais e vida pública na correspondência de Filinto Müller. 199f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

KEULLER, Adriana Tavares do Amaral Martins. *Os estudos físicos de Antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro:* cientistas, objetos, ideias e instrumentos (1876-1939). 314f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MARTINI, Augusto. *O plantador de eucaliptos:* a questão da preservação florestal no Brasil e o resgate documental do legado de Edmundo Navarro de Andrade. 304f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MASSARANI, Luísa. *A divulgação científica no Rio de Janeiro:* algumas reflexões sobre a década de 20. 177f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

MELLO, Vanessa Pereira da Silva e. *O "agricultor progressista": ciência e proteção à natureza nas revistas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1897-1932)*. 2012. 174 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

MURARI, Luciana. *Tudo mais é paisagem:* representações da natureza na cultura brasileira. 591f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

NOBRE, Paulo José Lisboa. *Combater as secas e defender as florestas:* a natureza nos desafios da ciência e da técnica para modernizar o Brasil (1889-1934). 212f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

OLIVEIRA, Arthur Henrique de. *Alberto José de Sampaio (1881-1946):* contexto, vida e obra

de um conservacionista brasileiro. 2008. 119f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Gabriel Pereira de. *O rio e o caminho natural:* propostas de canais do São Francisco, aspectos físicos fluviais e dinâmicas políticas no Brasil Império (1846-1886). 198f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho. *Terra adorada, mãe gentil*: representações do feminino e da natureza no Brasil da Era Vargas (1930-1945). 222f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

OTOYA, Natascha de Vasconcellos. *A fúria moderna:* uma história do petróleo brasileiro através dos arquivos do CNP, 1938-1948. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PEREIRA, Márcio Mota. *A descoberta do meio ambiente:* Itatiaia e a Política brasileira de Parques Nacionais. 149f. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013.

PEREIRA, Elenita Malta. *Um protetor da natureza:* trajetória e memória de Henrique Luiz Roessler. 347f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PERES, Waldir Rugero. *Paisagens fluminenses, a contribuição de Alberto Lamego*. 97f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PERSIANI, Adriana. *Albert Löfgren:* resgate, sistematização e atualidade do pensamento de um pioneiro nos campos da climatologia, fitogeografia e conservação da natureza no Brasil. 194f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade do Estado de São Paulo, 2012.

PINHO, Sílvia Oliveira Campos de. *Alberto Torres*: uma obra, várias leituras. 245 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

PINTO, Jacqueline das Mercês Silva. *Basílio de Magalhães – trajetória e estratégia de mobilidade social (1854-1957).* 46f. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em História). Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2004.

PRIEDOLS, Elisabete. *O Museu Florestal "Octávio Vecchi":* trajetória e contribuição para a história ambiental brasileira. 188f. Dissertação (Mestrado em Educação, arte e história da cultura). Universidade Mackenzi, São Paulo, 2011.

RIBEIRO, Érica Schlude. *O olhar visionário e o olhar conservador:* a crítica social nos romances de Júlia Lopes de Almeida. 115f. Dissertação (Mestrado em Literatura brasileira). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, 1999.

RIBEIRO, Rafael Winter. *A invenção da diversidade:* construção do Estado e diversificação territorial no Brasil (1889-1930). 259f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SERRANO, Célia Maria de Toledo. *A invenção do Itatiaia.* 181f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

TRICHES, Robertha Pedroso. *Os sentidos do Atlântico*: a revista *Lusitânia* e a colônia portuguesa do Rio de Janeiro. 244f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

VERGARA, Moema. *A Revista Brasileira*: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República. 234f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2003.

WELTMAN, Wanda Latmann. *A educação do jeca*: ciência, divulgação científica e agropecuária na revista *Chácaras e Quintais* (1909-1948). 230f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Casa Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

f) Documentos digitais/eletrônicos

ACADEMIA Brasileira de Letras. *Biografia de Augusto de Lima*. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/augusto-de-lima/biografia> Acesso em: 15.03.2015.

ALUNOS – De 1917 até 1999. Disponível em: <http://colegiodepadua.com.br/alumni1.php> Acesso em: 03.05.2015.

BOLIVÁR Ribeiro Pinto Bandeira. Disponível em: <http://www.aelb.org./patronos/a01-bolivar-ribeiro-p-bandeira/> Acesso em: 03.05.2015.

CATROGA, Fernando. *Pátria e Nação.* Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/P%C3%A1tria-e-Na%C3%A7%C3%A3o-Fernando-Catroga.pdf> Acesso em: 03.09.2016.

CHAKRABARTY, Dipesh. O clima na história: quatro teses. *Sopro,* n. 91, p.2-22. Disponível em: <: http://www.culturaebarbarie.org/sopro/n91s.pdf> Acesso em: 09.12.2015.

DE LA TORRE, Carlos Páez. *Político, jurista y literato.* José Lucas Penna, figura singular de la vida tucumana. Disponível em: <http://www.lagaceta.com.ar/nota/247914/informacion-general/politico-juristay-literato.html> Acesso em: 01.05.2015.

ELIAS, Mônica; SANTOS, Carla; MASSENA, João; SANTOS, Nadja. *Mário Saraiva e química no Brasil.* Disponível em: < http://sec.sbq.org.br/cdrom/32ra/resumos/T0145-2.pdf> Acesso em: 11.9.2016.

FREITAS, Frederico. The Organic territory : The Vargas regime and the Environmental Legislation Boom in Brazil, 1930-1945. Disponível em:

<http://www.academia.edu/7684767/The_Organic_Territory_The_Vargas_Regime_and_the_Environmental_Legislation_Boom_in_Brazil_1930-1945> Acesso em: 20.09.2016.

FALANGA, Gianluca. Seduction (1933-1935). In: _____. *Mussolini's Outpost in Hitler's Reich:* Italy's Policy in Berlin, 1933-1945. Tradução para o inglês de Thomas Drevikovsky. [s.l]: Links Verlag, 2008, p.11-64. Disponível em: <http://www.christoph-links-verlag.de/pdf/falanga_mussolinis_outpost_in_hitlersreich.pdf>Acesso em: 03.01.2016.

LOPES, Raimundo Helio. *Alberto Sarmento*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SARMENTO,%20Alberto.pdf> Acesso em: 3.09.2016.

LOPES, Raimundo Hélio. *Samuel Hardman Cavalcanti de Albuquerque*. Disponível em: <http.//cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALBUQUERQUE,%20Samuel%20Hardman%Cavalcanti%20de.pdf> Acesso em: 15.04.2015.

MINGORANCE, Wilson Ricardo. Leituras de José Marianno Filho sobre a arte, a arquitetura e a cidade do século XIX no Brasil. *19 & 20*, Rio de Janeiro, v.VIII, n.1, jan-jun.2013. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/criticas/la_jmarianno.htm> Acesso em: 22.06.2015.

OLIVEIRA, Jorginaldo. Informação do Herbário RFA. *Anais de resumos do LVII Congresso Nacional de Botânico*. Gramado, 6-10 novembro de 2006. Disponível em: < https://www.botanica.org.br/trabalhos-cientificos/57CNBot/1904.pdf> Acesso em: 20.3.2015.

PERFIL biográfico de Iron da Rocha Lima. Disponível em: <http://portal.al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/2046> Acesso em: 06.05.2015.

RADCLIFFE, Jane. *Ynes Mexia (1870-1938).* Disponível em: < http://researcharchive.calacademy.org/research/library/special/bios/Mexia.pdf> Acesso em: 27.12.2016.

TAVARES, Luís Guilherme Pontes. *O primeiro dicionário de artes gráficas do Brasil.* Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/590cf30e365a32b5bb242b8dafa6e599.pdf> Acesso em: 10.07.2015.

URBINATTI, Inoã Pierre Carvalho. *Antônio Monteiro de Sousa*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SOUSA,%20Ant%C3%B4nio%20Monteiro%20de.pdf> Acesso em 03.09.2016)

VILLASEÑOR, Alejandro Tortollero. The Annales Schooland the environmental history of Latin America.*Historia Caribe*, Barranquilla, v.12, n.30, jan-jul.2017. Disponível em: <http://investigaciones.uniatlantico.edu.co/revistas/index.php/Historia_Caribe/article/view/1675/1580> Acesso em: 09.01.201

APÊNDICES

Apêndice A – Análise dos artigos da Revista *Floresta e Arte* (1923)

ANÁLISE DOS ARTIGOS DA REVISTA *FLORESTA E ARTE* (1923)		
Ano	**Título dos artigos**	**Temática/Conteúdo**
1923	Nosso Programa	A revista propôs divulgar informações sobre a "grandeza florestal" desta indústria brasileira. Tais recursos eram tidos como inesgotáveis e vitais para a economia nacional. Segundo os redatores, estavam certos de que a iniciativa, ao lançar uma publicação desse gênero, coroaria o patriotismo. Ainda solicita a contribuição de colaboradores que também se alinhavam ao interesse das indústrias florestais.
	Pinheiro do Paraná – a árvore das surpresas	Assemelha-se a araucária ao carvalho presente na Europa e na Ásia. Para o redator não indicado na revista, o pinheiro faz parte da paisagem do Sul do país e promove um deslumbramento pelo que oferecem ao homem, pela sua "beleza estonteante". Assinala também que é uma "árvore das surpresas", visto que são múltiplos os seus usos e aplicações, dentre os quais a correspondiam a 2/3 das madeiras empregadas na construção civil, o pinhão era utilizado na engorda do gado suíno, além de substituir as amêndoas na fabricação de doces. Era tão majestosa as árvores que "nem o "machado do lenhador" conseguia dominar. Desse modo, reitera a posição de natureza porventosa e pujante associada a uma pequenez humana diante dela. Segundo o redator, durante a Grande Guerra, os nós do pinheiro foram utilizados em vias férreas e marítimas em substituição ao carvão de pedra. A polpa poderia ser aproveitada para a fabricação de papel em virtude da grande quantidade de celulose. Tratava-se, assim, de uma árvore que abria "possibilidades" para o desenvolvimento industrial do Brasil, sendo uma "dádiva da natureza". Com isso, percebe-se um interesse do artigo de aproveitar intensamente cada uma das partes do pinheiro para fins econômicos.
	The Pine Lumber Industry in Brazil	Caracteriza-se o estudo do Dr. Joseph C Kircher do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos que afirmava ser o Paraná e Santa Catarina um indústria em potencial no país. Analisa o pinho por meio de suas exportações brasileiras para o Uruguai e a Argentina. Segundo ele, a receita. Em uma das exceções destinadas à uma breve crítica à exploração da natureza, o redator afirma que se o comércio continuasse em crescimento, tal como se revelou de 1912 a 1921, e as terras não forem reflorestadas, o Brasil perderia o seu recurso valioso.
	Sensationelle industrielle brésilienne	O redator não identificado assinala que durante muito tempo "robustas árvores" foram sacrificadas e exportadas em grande quantidade, sendo as principais riquezas o pinho e a imbuia. Tais madeiras foram empregadas pelo 207rtista Francisco Kremela para transformar lianas seculares, "inimigos terríveis e parasitas da flora", em objetos de arte de extrema beleza como candelabros e *abajours*. Sendo assim, é um artigo que mostra como a arte é capaz de domar a natureza grandiosa.
	Os cipós	Os cipós são colocados como mistérios das matas que tinha uma aplicação diminuta no passado. Entretanto, dizia o redator que durante aquele momento já era utilizado "na confecção de objetos de adorno e da marcenaria artística". Suas feições rústicas serviria até mesmo para porta-canetas. Desse modo, compreendê-los sem aplicação alguma eram "crimes passados", pois já se tinham resgatado a sua "beleza e utilidade". Novamente, tem-se um interesse de maximização do aproveitamento econômico das árvores.

	Cifras promissoras	O autor diagnostica que a exportação de madeiras em 1921 foi a maior registrada na história. Segundo ele, o comércio das madeiras tomou grande incremento depois da Guerra de proporções mundiais, mas ainda estava longe das possibilidades. Tal fato projetava um futuro ainda mais intensificado na exploração produtiva das florestas. Em suas palavras, "se o que vendemos é pouco em relação aos nosos recursos naturais, já é muito em relação ao que exportamos antes da Guerra". Era preciso ampliar, portanto, os mercados para as madeiras, além do Prata – tradicionalmente, um importador desses produtos nacionais. Dentre esses mercados, destaca os Estados Unidos, Portugal e Espanha com grandes chances de aumentar as aquisições de madeiras brasileiras. Ciente desse incremento, o autor pondera que o governo, ao reconhecer esse crescimento, iniciaria "um regime transitório de proteção" que teria como intenção "organizar e sistematizar a extração, o replantio, a industrialização, o corte e o preparo, o transporte, os tipos e as vendas" (s/p). Esta regulamentação florestal era entendida como fundamental para o predomínio em outros mercados. Assim, a dita "organização florestal" tinha por finalidade regular o mercado econômico. Mas em nenhum momento, a edição da revista pondera sobre os danos às florestas que eram provocados. A floresta permanece sendo como grandiosa e fonte de recursos pelos seus múltiplos usos.
	O nó de pinheiro	O breve artigo propõe as aplicações do nó do pinheiro, tais como artefatos de escritório, porta-canetas, cinzeiros e tinteiros. Reitera-se, à semelhança do que ocorria no primeiro artigo da revista, que o "machado do lenhador não consegue golpear o seu nó, tamanha a sua rigidez e o "capricho da Natureza". Tratava-se de uma "fonte admirável para o progresso industrial" do Brasil.
	The Lumber of Paraná	Este artigo, diferentemente dos demais, que foram escritos para o periódico. Este era uma transcrição da revista econômica *Brazilian Business* em sua edição de dezembro de 1922. Segundo ele, as florestas virgens do estado do Paraná estavam aguardando a atividade de inteligência dos capitalistas e traria, certamente, um retorno financeiro "enorme no futuro".
	Uma paisagem lindamente brasileira	Novamente, o elemento araucária é tomado como aspecto da paisagem paraneanse de beleza inigualável.
	Bandeja artística	Há uma promoção de bandejas esculpidas com a madeira da araucária. Postula-se enquanto uma obra de arte doméstica proveniente da transformação da Natureza.

(Fonte obtida na Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro com apenas uma edição.)

Apêndice B – Exame prosopográfico da Comissão do Serviço Florestal do Brasil em 1923

EXAME PROSOPOGRÁFICO DA COMISSÃO DO SERVIÇO FLORESTAL DO BRASIL (1923)		
Intelectual	**Ocupação**	**Breve trajetória profissional**
Adalberto de Queirós Telles (1878-?)	Engenheiro agrônomo	Diplomado pela Escola Politécnica de São Paulo e trabalhou no Serviço Florestal do estado. Participou ao lado de Navarro de Andrade e Arthur Neiva da Campanha contra a broca do café que devastava territórios do centro-sul. Foi secretário da Agricultura do Estado de São Paulo e trabalhou no Instituto Biológico de Defesa Agrícola. Em sua obra "Apontamentos de silvicultura", publicada em 1922 e dedicada aos lavradores de sua terra, trazia informações sobre o seu trabalho no Serviço Florestal daquele estado segmentada em três capítulos acerca da utilidade das matas; das essências e sua escolha, além da descrição das essências. O grande exemplo a ser seguido em sua perspectiva era dos norte-americanos. As florestas tinham várias vantagens ao seu ver, dentre as quais a proteção do solo contra os raios solares, influência sobre as nascentes e mananciais e, principalmente, à economia das sociedades modernas. Concede especial atenção à Guerra pelo impacto que proporcionou para o aumento das cifras advindas com a madeira. Oferece conselhos sobre o tipo de essência a ser plantado, a qual tipo de solo determinada árvore é mais adequado, qual o período da semeadura, como se deve plantar, onde obter as mudas, como preparar o terreno, quando deve ser realizado o corte, qual o rendimento das essências e atribui os inimigos da silvicultura (homem, insetos, moléstias criptogâmicas e os meteoros). Na descrição das essências, muito ilustrado, Telles assinala a origem da planta, o emprego, a classificação botânica, o desenvolvimento e as condições de plantio.
Alberto Sarmento (1867-1927)	Político	Nascido na cidade paulista de Mogi Mirim, Sarmento foi filho do militar José Joaquim de Moraes Sarmento que combateu do movimento tenentista de 1924 em São Paulo. Bacharelou-se em Ciências jurídicas da Faculdade de Direito de São Paulo em 1892 e filiou-se ao Partido Republicano Paulista. Já estava enfermo em 1919, quando foi convidado por Epitácio Pessoa para a pasta do Ministério das Relações Exteriores, mas não assumiu. Uma de suas principais obras foi intitulada "A questão florestal" e preparou diversos trabalhos sobre a elaboração de um código florestal durante a Primeira República. Em um de seus discursos na Câmara dos Deputados em 1913 apresentou um memorial sobre o tema. Em sua acepção, o problema florestal deveria ser estudado sob três prismas: o técnico, o econômico e o jurídico. Compreendendo basicamente o terceiro nível, era favorável a uma regulamentação do Estado para com as matas. Pautado nisso, persuade os demais deputados de que a implantação de uma lei florestal no país não iria ferir o "instituto fundamental" que a "tradição firmou" - o direito de propriedade - ou sequer negar suas qualidades. Ele apenas buscava colocar um fim ao "culto fetichista" da propriedade mal explorada, a qual eram adeptos diversos proprietários de terras. Dizia-se que a lei florestal tinha uma orientação conciliadora entre a ordem privada e o interesse público. Suas demandas parecem ter sido bem acolhidas, pois uma das demandas que estabelecia ao projeto da Câmara era a redução das multas que antes estavam entre 50$ e 200$. Ao seu ver, era mais indicado 20$a 50$. Sabe-se que todos os dois decretos publicados em 1921 e 1925 mantiveram os valores propostos por ele.
		Nascido na cidade mineira de Passos em 23 de Setembro de 1867, o intelectual é filho de Maria Ubaldina de Mello e de Urias Antônio da

Álvaro Astolfo da Silveira (1867-1945)	Engenheiro de minas/botânico	Silveira, membros da elite agrária escravocrata da então província. Silveira, diferente dos irmãos que fizeram medicina e engenharia civil, ingressou nas cadeiras da rival da Politécnica carioca, a recém-criada Escola de Minas de Ouro Preto, sendo aluno do naturalista Claude Henri Gorceix. Em 1892, terminando seus estudos na Escola de Minas, começou a aplicar seus conhecimentos em botânica, mineralogia e topografia obtidos no interior daquela instituição. Adentrou à Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais. Em seguida, atuou como diretor da Imprensa Oficial do estado entre 1904 e 1907 e também foi presidente da Academia Mineira de Letras entre 1915-e 1920. Era tenaz em suas críticas ao "dogma florestal" de literários que "entesouravam" as florestas, em especial Coelho Netto e Alberto de Oliveira. Em 1923, ampliou a palestra que concedeu à Biblioteca Nacional intitulada "As florestas e as chuvas" de 1916, publicando uma obra intitulada "Fontes, chuvas e florestas", obra lida, por exemplo, pelo botânico Alberto José de Sampaio.
Antônio Monteiro de Sousa (1872-1936)	Político	Órfão de pai, o manauara foi apadrinhado pelo engenheiro militar Leovildo de Sousa Coelho. Com base nesse vínculo familiar, pode concluir seus estudos primários e secundários na cidade natal, Manaus. Ainda durante o Império, formou-se na Faculdade de Odontologia no Rio de Janeiro. Após diplomado, retornou ao seu estado natal onde trabalhou no Serviço público administrativo. Seu principal opositor político era o gaúcho Pinheiro Machado e foi articulado à Sociedade Nacional de Agricultura. Foi eleito pela primeira vez, em 1909, para deputado federal do Amazonas. Tal fato se repetiria em 1912, 1915 e 1924. É nessa condição de deputado vinculado ao grupo agrário amazonense que ocupa espaço no Comitê de criação do Serviço Florestal. Sua participação estava, além disso, vinculada ao fato de na época o Amazonas ser considerado a principal reserva florestal do país.
Antônio Augusto de Lima (1859-1934)	Literato/político	Nascido na então cidade mineira de Congonhas de Sabará, em 5 de abril de 1859, sendo filho de uma das principais famílias das elites escravistas, José Severiano de Lima e Maria Rita de Lima, Augusto de Lima foi um dos principais personagens da política florestal brasileira. Como um membro das elites, cursou Humanidades no Seminário de Mariana. Desistindo de estar reduzido ao celibato e ao confessionário, Lima ingressou em 1878 na Faculdade de Direito de São Paulo, onde foi amigo de turma de Assis Brasil, Raimundo Correia, Afonso Celso, Teófilo Dias e Pinheiro Machado. Formou-se em 1882 e passou a colaborar na imprensa. Ainda assumiu uma típica carreira de magistrado, nos moldes do que José Murilo de Carvalho apontava em "A construção da Ordem". Ou seja, após formado em Direito assumiu cargo de Juiz municipal em Termo de Leopoldina. E a partir dali galgou outras posições no campo intelectual, tais como de Diretor do Arquivo Público de Minas, Professor da Faculdade de Direito de Minas e Deputado da Assembleia Legislativa. Fez parte do Conselho Técnico Florestal da Prefeitura do Rio de Janeiro e pertenceu a Subcomissão legislativa e elaborou o anteprojeto do Código florestal de 1934. Além disso, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1903.
Antônio Pacheco Leão (1872-1931)	Botânico	Convocado na condição de diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro para compor o comitê que criaria o Serviço Florestal do Brasil, Pacheco Leão, de acordo como Casazza (2011, p.31), era bacharel em letras e doutor em medicina, tendo lecionado diversas cadeiras em colégios de ensino secundário, tais como história natural, matemática, língua francesa e literatura. Atuou, além disso, como chefe da Superintendência da Borracha nos anos de 1910, visando impedir a queda das exportações desse produto no mercado internacional. Em 1925 tinha alçado o posto de catedrático em História Natural da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Administrou o Jardim no longo período de 1915 até 1931, ano de sua morte. Durante esta fase, trouxe diversos cientistas para a instituição,

		tais como Alberto Löfgren, Adolpho Ducke, Alexandre Brade e João Geraldo Kulhmann. Este último, aliás, foi um dos principais articulistas da *Revista Florestal*.
Domingos Sérgio de Carvalho (1866-1924)	Engenheiro agrônomo	Baiano vinculado à oligarquia Calmon de seu estado natal, Sérgio de Carvalho ingressou no Museu Nacional em 1895 no setor de arqueologia e etnografia Durante o Império foi sócio da Sociedade de Auxílio à Indústria Nacional, sendo, inclusive, redator chefe do periódico institucional, *O Auxiliador da Indústria Nacional*. É considerado, ademais, um dos fundadores da Sociedade Nacional de Agricultura e um dos principais colaboradores da revista *A Lavoura*, que é porta-voz deste grupo. Administrou a Seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia do Museu Nacional de 1895-1898 a 1924. Na sua gestão, incentivou estudos sobre populações indígenas por meio de relatos de viajantes e estudos de sambaquis. Além disso, em 1917, colaborou com a realização da Conferência Algodoeira da qual participaram outros personagens envolvidos no processo de criação do Serviço Florestal, tais como Francisco de Assis Iglésias e Miguel Calmon. Foi um dos responsáveis por transferir a instituição do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio em 1909.(KEULLER, p.75; 306) Em 1920, foi indicado para ser o secretário de agricultura do estado, porém não tomou posse.
Edmundo Navarro de Andrade (1881-1941)	Engenheiro agrônomo	Quanto à sua família, Navarro de Andrade foi filho do jornalista e teatrólogo João de Campos Navarro de Andrade e Cristina da Fonseca Andrade. Tinha um irmão: Armando de Andrade. Porém o que se destacava neste ambiente familiar eram seus padrinhos Eduardo Prado e Veridiana Prado, dois dos principais nomes da principal oligarquia cafeeira do pais. Vale destacar que Léo de Afonseca, integrante da *Revista Florestal*, por sua vez, era seu tio. Em São Paulo, estudou no Ateneu Paulista. Mas em 1895 foi para o Rio onde foi matriculado na Escola Militar da Praia Vermelha. Ali era soldado-aluno n.53 da 4ª Companhia. Seu tio bancava seus estudos e sonhava em vê-lo envergar essa "farda republicana". Despiu a farda por ojerizar os militares e entrou no motim de 15 de março de 1896. Ao retornar a São Paulo, começou a trabalhar como ajudante de revisor do município de Domingos Jaguaribe e resolveu pedir ajuda de seu padrinho Eduardo Prado. Este fez uma rigorosa observação de sua baixa da Escola militar e concluiu ser ele um "indisciplinado, cheio de patriotadas e ideias ultrarrepublicanas". Eram mais de 20 prisões de Estado-maior, duas de fortaleza e uma expulsão por falta de moralidade e disciplina no Exército. Andrade comenta que aos olhos de Prado ele era um "elemento perigoso, verdadeiro caldo de cultura de germes deletérios". A solução tomada por Prado foi enviá-lo para o estrangeiro, longe de um "ambiente contaminado". Prado queria que fosse ser regenerado na Escola de Gembloux, na Bélgica ou na Escola de de Grignon na França, países mais progressistas e desenvolvidos, porém Andrade queria ir para a escola Agrícola de Coimbra, onde tradicionalmente se formavam os principais nomes das elites brasileiras desde 1790. Portugal, na visão de Navarro, era o que mais se aproximava do Brasil, em idioma, costumes, vícios e até em desorganização. Com estes ares da República portuguesa, Navarro formou-se em agronomia pela Escola Nacional de Agricultura da Universidade de Coimbra em 1903. (ANDRADE, Edmundo Navarro de. Uma grande figura paulista: Eduardo Prado. *Dom Casmurro*, 18/05/1940, p.5.). Ao retornar ao Brasil, trabalhou principalmente, como Diretor da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e do Serviço Florestal de São Paulo.
		De acordo com Mendonça (1997,p.197), Lyra Castro nasceu no Pará e formou-se em Medicina. Entre 1894 e 1900 integrou ao Conselho Municipal de Belém. No ano seguinte atuou como vice-presidente do seu estado natal até 1903. Pelo Pará ainda seria designado senador durante três

Germiniano Lyra Castro (1863-1936)	Engenheiro agrônomo	mandatos e deputado federal em 1910, 1920 e 1924. Em seguida, foi presidente da Sociedade Nacional de Agricultura. Somente saiu daquele posto durante o governo de Washington Luiz quando se tornou ministro da agricultura. Em sua gestão, buscou equipar o Serviço Florestal do Brasil, sobretudo com técnicos norte-americanos, mas não concedeu investimentos para que pudesse ser criada dentro da instituição a *Revista Florestal*. Talvez, este seja um fator para que não compusesse o periódico.
Hannibal Porto (1871-1953)	Engenheiro agrônomo	Escreveu diversas obras levantando as potencialidades econômicas do Brasil e particularizando algum produto agrícola, tais como borracha, madeira, algodão, castanha do Pará, gado, sal, cacau, entre outros. Durante a formação do Serviço tinha cargo de presidente da Associação Comercial do Amazonas, instituição criada em 1902. Ao lado de Alberto Lofgren e Luís Rafael Vieira Souto, ambos com vínculos à Sociedade Nacional de Agricultura publicou uma obra sobre o corte das matas e a exploração das madeiras no país, diagnosticando as condições propícias da Primeira Guerra à expansão destes mercados. Conforme Cardoso e Heizer (2012, p.169) no governo Vargas, foi convidado para integrar o Conselho Federal de Comércio Exterior.
João Teixeira Soares (1848-1927)	Engenheiro civil	Mineiro da cidade de Formiga, Teixeira Soares era oriundo de uma família de prestígio, sendo seu pai Senador do Império. É conhecido como um dos principais nomes da engenharia nacional, em especial pela sua participação na construção de estradas de ferro. Formou-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, sendo amigo do engenheiro e futuro prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Pereira Passos. O literário Elysio de Carvalho, por exemplo, designava Soares de um "*railwayman*" em virtude da criação de Paranaguá-Curitiba juntamente com Antônio Rebouças (proprietário da serraria Florestal), da São Paulo-Rio Grande e a do Corcovado. Os projetos de engenharia eram considerados meios de avançar sobre os sertões brasileiros e assegurar a modernização nacional. Sua participação no Comitê é, portanto, legitimada pela sua larga experiência no desflorestamento para a abertura de vias terrestres.
José de Araújo Costa	Político	No ano de 1878 foi vice-presidente do estado do Piauí sob as dificuldades de enfrentar o governo durante a mais grave das secas ocorridas no nordeste brasileiro. Integrou-se as Forças Armadas do estado do Piauí. É na condição de coronel que entra no corpo para formação do Serviço Florestal.
Luiz Felipe Gonzaga de Campos (1856-1925)	Engenheiro de Minas	Estudou com bolsa na Escola de Minas de Ouro Preto e se formou em engenheiro das minas. Ao se candidatar em concurso para lecionar na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a escola carioca não aceitou o diploma do engenheiro por considerá-lo insuficiente. Mesmo com o repúdio do diretor da Escola de Minas de Ouro Preto, Claude Henri Gorceix, e os apelos do imperador D. Pedro II, Gonzaga de Campos ou sequer outro engenheiro de minas formado em Ouro Preto não conseguiu se inserir na Politécnica. Realizou diversos estudos sobre ferro, diamante, ouro e carvão no território brasileiro. Trabalhou na Comissão Geológica e Geográfica do Estado de São Paulo e, após a morte do naturalista Orville Derby, foi diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. É nesta condição de diretor do Serviço que é convocado para o Comitê.
Plínio Costa (?-?)	Engenheiro agrônomo	Integrava ao secretariado da Sociedade Nacional de Agricultura.
Raul Nogueira Penido (1867-1945)	Advogado/ Político	A família Penido constituía uma das mais tradicionais de Minas Gerais durante a Primeira República. Seus primeiros estudos foram no Colégio Santa Cruz de Juiz de Fora. Formou-se em 1888 na Faculdade de Direito de São Paulo. Raul Penido pertenceu a uma comissão nos anos de 1920 dedicada a reduzir os casos de acidentes de trabalho, sobretudo, nas zonas rurais. Atuou como consultor jurídico do Ministério da Agricultura. Com

		este ofício foi inserido dentro do Comitê. Apoiou a criação da Aliança Liberal chefiada por Getúlio Vargas.

Apêndice C – Gestão institucional do Serviço Florestal do Brasil

GESTÃO INSTITUCIONAL DO SERVIÇO FLORESTAL DO BRASIL (1921-1962)		
Período	**Diretor**	**Observações gerais**
1921-1925	-	Embora criado pelo decreto n. 4.421 de 28 de Dezembro de 1921, a instituição não foi inaugurada por diversos fatores, entre os quais, o falecimento de intelectuais envolvidos no seu processo de criação (o naturalista do Museu Nacional Domingos Sérgio Carvalho e o engenheiro de minas Luiz Felipe Gonzaga de Campos), a falta de recursos governamentais para subsidiar o quadro funcional e a turbulência política da sucessão presidencial de Epitácio Pessoa para Arthur Bernardes que levou a alterações no Ministério da Agricultura.
1925-1933	Francisco de Assis Iglésias	A primeira administração do Serviço foi escolhida pelo ministro da agricultura Miguel Calmon. Sob críticas e disputas intelectuais, selecionou-se o engenheiro agrônomo piracicabano Francisco de Assis Iglésias que, após ser nomeado, teve como principal meta a montagem da equipe de profissionais que iriam auxiliá-lo nesta empreitada. A seleção dos poucos funcionários mesclou jovens técnicos recém-formados nas escolas de agronomia, tais como Luiz Simões Lopes e Octávio Silveira de Mello; profissionais de grande experiência em suas respectivas, dentre os quais, o botânico João Geraldo Kulhmann e o assistente de biblioteca Amazonas Almeida Torres; e, finalmente, membros de sua família, como a sua irmã Jacyntha Iglésias. Outros objetivos que buscou realizar durante este momento foram a distribuição de mudas de essências florestais a particulares e empresas, a organização de festas das árvores como eventos revestidos de simbolismo nacional, bem como a produção editorial de periódicos (incentivo à articulação da *Revista Florestal* e as edições anuais do *Boletim do Serviço Florestal do Brasil* que circulou de 1928 a 1931) e livros (tais como, o *Álbum Florístico* de 1932) que procuravam dar visibilidade às pesquisas científicas e estimulavam a "mentalidade reflorestadora". Durante esta gestão ainda contou com o auxílio de técnicos norte-americanos para a organização da instituição. Vieram em 1929, sob a ordem do ministro da agricultura Lyra Castro, William T. Cox e Donald Matthews, ambos de larga experiência em serviços florestais tropicais, tais como Filipinas e Cuba. O projeto, inicialmente foi percebido como um grande investimento para o reflorestamento no país, porém, dentro de dois anos diversos intelectuais consideraram esta "cooperação técnica" muito onerosa aos cofres públicos e de baixa recompensa.
1933-1938	-	A remodelação do Ministério da Agricultura, baseada em uma separação de instituições por reinos da natureza (mineral, animal e vegetal) decorrentes da administração de Juárez Távora levou a sua extinção da arquitetura estatal. Tal decisão, até mesmo em seu projeto, foi contestada pelos intelectuais do Serviço que foram realocados em outros organismos do Departamento de Produção Vegetal, tais como o Serviço da Irrigação, Reflorestamento e Colonização, além do Serviço de Fomento Agrícola. Durante este momento, foram criado o primeiro código florestal brasileiro, em 1934, que teve a participação dos intelectuais que tinham trabalhado no Serviço Florestal,. Sendo assim, foi um laboratório, por excelência, das discussões do código. Na letra da lei, foi criado também o Conselho Florestal Federal que integrou a arquitetura do Estado até 1967.
1938-1942	Francisco de	O retorno da instituição ocorreu através do decreto n.982 de 23 de dezembro de 1938. Convocou-se para a direção, à pedido do então ministro da agricultura, Fernando Costa, o antigo diretor Francisco de Assis Iglésias. Nos documentos institucionais, entretanto, o Serviço Florestal pouco traça relações com o passado da Primeira República, sempre se identificando como uma instituição nova, traduzindo o espírito da ditadura varguista. Nesta época

	Assis Iglésias	foram criados o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e o de Foz do Iguaçu sob a vistoria e administração dos intelectuais que compuseram seu corpo institucional. Em 1939, pela primeira vez a instituição passava a ser segmentada em seções e divisões internas, a saber: as Seções de Botânica, de Silvicultura, de Tecnologia e Produtos Florestais, além de Parques Nacionais. No que tange à produção editorial, o Serviço Florestal que passou a ter como subordinado o Jardim Botânico, alterando o nome de uma das principais publicações técnicas da instituição científica. Em 1939, articula os *Arquivos do Serviço Florestal* nos moldes similares aos *Arquivos do Jardim Botânico* (implantado em 1915 e encerrado a primeira fase em 1933). Os Arquivos do Serviço permanecem em circulação até 1957, buscando divulgar as pesquisas e classificações de espécies botânicas à comunidade científica.
1942-1943	Alfeu Domingues	O agrônomo pernambucano ficou à frente da direção do Serviço durante 1 ano, iniciando a 28 de abril de 1942 e saindo na mesma data de 1943. Esteve atrelada a inserção de Apolônio Sales no Ministério da Agricultura durante um momento instável de crise de combustíveis e entrada do Brasil na Segunda Guerra mundial. Durante sua gestão foi criada as Seções de Biologia e Proteção de Florestas no Serviço e extinta a Estação Biológica do Itatiaia pelo decreto 4.182 de 16 de março de 1942. Iniciou as obras de canalização do rio dos Macacos que atingia o Jardim Botânico durante as chuvas de verão da cidade do Rio de Janeiro. Organizou uma comemoração para o centenário de Barbosa Rodrigues no Jardim Botânico, tendo consagrado salas no nome do naturalista. Domingues ainda prefaciou e auxiliou na organização do *Guia de Visitantes do Jardim Botânico* em 1942. Era favorável a instalação de estações experimentais de silvicultura. Incentivou-se pesquisas científicas sobre plantas medicinais para fornecimento durante a Segunda Guerra. Almejava a atualização da carta florestal de Gonzaga Campos, por verificar que aquele trabalho já se encontrava datado para pautar políticas florestais no país nos anos de 1940.
1943-1946	João Augusto Falcão	Durante sua gestão foram criadas 22 casas de operários no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, construídas sobre padrões considerados de higiene e conforto para época. Falcão deu prosseguimento as obras de construção da biblioteca do Jardim Botânico; realizou-se a canalização do rio dos Macacos, após as inundações que, recorrentemente, alagavam a região; ampliação do prédio do Jardim Botânico; regulamentou os uniformes da guarda florestal a partir do decreto de número 6.344 de 15 de março de 1944; realizou obras de melhoramentos no Parque Nacional do Itatiaia; recebeu a visita do embaixador norte-americano Berle no Parque Nacional da Serra dos Órgãos; contribuiu para a ampliação do número de engenheiros agrônomos e naturalistas , além de esforçar-se para a maximização do orçamento permitido pelo Departamento de Administração do Serviço Público. Também é durante sua gestão que é aprovado um novo regimento (Decreto n.16.677 de 29 de setembro de 1944) para a instituição que definem os comportamentos no local de trabalho e as competências e atribuições de cada um dos funcionários. Neste regimento, o Serviço englobaria: o Jardim Botânico; a Biblioteca (atual Barbosa Rodrigues), bem como as Seções de Silvicultura; Proteção Florestal; Tecnologia de Produtos Florestais; Parques Nacionais e Administração.
1946-1950	Raimundo Pimentel Gomes	Foi nomeado pelo presidente da República em fevereiro de 1946 e em sua gestão foi caracterizada pelas críticas audazes de adversários políticos como Eugênio d'Alessandro, que acreditava que o Serviço não era técnico e atuante. Na sua administração a *Revista Florestal* retornaria a ser publicada. Seu mandato encerra com sua exoneração e ida para o Serviço de Documentação Agrícola. O Serviço contribuiu para a organização da Conferência Latino-americana de Florestas e Produtos Florestais em 1948, sediada em Teresópolis. Tal evento recebe a cobertura da *Revista*.
1950-1954	João Vasconcelos	Em 1951 é aprovada uma reconfiguração da instituição que agregaria as seguintes divisões: o conselho técnico administrativo, o Jardim Botânico,

	Sobrinho	Seções de Parques Nacionais, Proteção Florestal, Silvicultura, Tecnologia e, por último, a Biblioteca.
1954-1956	João Augusto Falcão	Essa segunda gestão de Falcão foi encerrada com uma doença que deixou Falcão aposentado.
1956	Dael Pires de Lima	A gestão do agrônomo foi rápida, de apenas 6 meses tamanha eram as disputas intelectuais que enfrentou. Em uma instituição que cada vez mais consolidava a representação do "técnico florestal", o espaço para nomeações advindas de relações amistosas que não se pautavam em uma experiência profissional no interior da instituição não era bem visto entre os demais. Isso não significava que não tivesse formação profissional. Tal como os demais, era também agrônomo, sendo formado na Escola Superior de Agricultura de Lavras em 1942. Ingressou no serviço público por concurso, trabalhou no Horto Florestal de Pelotas e chegou a administrar o Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Embora com pouco tempo de administração, o agrônomo iniciou em Setembro de 1956 a Campanha de Educação Florestal, visando a ampliação da adesão do público à questão florestal.
1956-1960	David Azambuja	Azambuja era agrônomo experiente na instituição que já dispunha grande treinamento internacional, recebendo bolsas de estudos e realizando estágios técnicos nas seções dos serviços florestais norte-americanos durante os anos de 1940. Entre as atividades que se destacaram constam: a permanência da Campanha Nacional de Educação Florestal que recebeu apoio do presidente Juscelino Kubitschek e do general Henrique Teixeira Lott; o incentivo à pesquisas científicas sobre essências florestais; a promoção da formação de técnicos para inserção no organismo estatal; a realização de levantamento de áreas florestais; a contribuição para a efetivação da criação do fundo florestal; participação na elaboração do segundo código florestal; a reativação da política de criação de parques nacionais (dentre os quais, Gruta do Ubajara – Ceará, Aparados da Serra – Rio Grande do Sul, São Joaquim – Santa Catarina, Sete Cidades – Piauí, Caparaó – entre Minas Gerais e Espírito Santo e Monte Pascoal – Bahia); a construção de postos florestais volantes e Inspetorias florestais; bem como a organização da polícia florestal nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Pará, Goiás, Paraíba, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Além disso, em 1957 foram realizadas comemorações pelo vigésimo ano de criação do Parque Nacional do Itatiaia que se iniciou com uma Reunião Florestal no local, sobretudo, para resolver os problemas do desvio das águas da Bacia do Paraíba do Sul.
1960-1961	Manoel Carneiro de Albuquerque Filho	Nomeado pelo ministro da agricultura Ascanio Faria, Alburquerque Filho regulamentou florestas nacionais no Pará; estreitou os laços com técnicos da Organização para a Agricultura e Alimentação das Nações Unidas. Um dos pontos mais destacados de sua gestão foi a transferência institucional para a recém-criada Brasília. Nessa passagem, documentos da biblioteca foram fragmentados e dispersos, dificultando a construção de uma memória institucional. Buscou também criar um sistema de delegacias florestais e a trabalhavam para mitigar as queimadas às margens de rodovias, como a Belém-Brasília.
1961-1962	Walter Xavier de Andrade	O agrônomo e proprietário de terras pernambucanas em Aliança adquiriu contato mais profundo com a administração de Inspetorias florestais no seu estado natal. Seu principal interesse na gestão da instituição, que administrou desde dezembro de 1961 era pela imediata conclusão das obras da Escola Nacional de Florestas na Universidade Rural do Estado do Rio de Janeiro, um projeto alimentado desde os primeiros anos do Serviço Florestal. A esteira desse movimento de formação educacional de técnicos cooperou para que a formação do agrônomo fosse especializada em florestas, através da profissionalização específica de engenheiros florestais. Outra atuação significativa foi o combate aos "Guevaras", como ficaram conhecidas as "pragas" - ou insetos – que se proliferaram como parasitas nas árvores da cidade do Rio de Janeiro (Correio da Manhã, 27 de dezembro de 1961, p.2). A

		expressão inscreve-se, portanto, o contexto de Guerra Fria em que há uma rejeição institucional às lideranças e imaginário da Revolução cubana. Empregou pulverizações de inseticidas para combatê-los, mas a "praga" perniciosa era resistente. (Correio da Manhã, 4 de janeiro de 1962). Outras atividades a qual o Serviço Florestal atuou foram: a fixação das dunas do Rio Grande do Norte a fim de inibir o entupimento do canal principal do porto de Natal; o reflorestamento da favela da Catacumba, zona sul do Rio de Janeiro; o próprio diretor esteve para representar o Serviço na Primeira Conferência Mundial de Parques Nacionais, ocorrida em Seattle, nos Estados Unidos em 1962.

Apêndice D – Edições do *Boletim do Serviço Florestal do Brasil* (1928-1931)

EDIÇÕES DO *BOLETIM DO SERVIÇO FLORESTAL DO BRASIL* (1928-1931)			
Edição	**Autoria**	**Título**	**Considerações gerais**
1928	Luiz Simões Lopes	Instruções para a cultura de eucaliptos	Destinando o trabalho aos agricultores brasileiros, Lopes caracteriza o trabalho como de conselhos técnicos para o cultivo de eucaliptos e aponta que está calcado na figura de Edmundo Navarro de Andrade. Concorda com a ideia do que considerava ser o "patriota moderno", Navarro Andrade, de que o eucalipto "abriu uma nova era na solução do problema florestal do mundo" (p.1). Esse problema é expresso no texto de Lopes como um momento em que o "mundo civilizado" assistia "apreensivo" a "assustadora redução das áreas das matas e a crescente escassez de madeira e seus derivados". Nesse sentido, tal questão passava pelos sentimentos de ausência diante do recurso natural. O remédio que aponta aos agricultores era o plantio de árvores, considerada "uma das formas mais expressivas de servir a Pátria e a Humanidade" (p.2). Na obra, analisa os eucaliptos pelo seu gênero, família, anatomia vegetal, abrangência geográfica e apresenta a classificação científica tomando como referência as informações de Navarro de Andrade.
1929	Octávio Silveira Mello	Arborização urbana	A apresentação do trabalho é escrita por Francisco de Assis Iglésias que postula como interesse do Serviço como: "reflorestar as terras baldias e tirar o melhor proveito possível das plantas, protegendo de todos os modos as nossas florestas e mesmo as plantas, isoladamente". Além de evidenciar o aproveitamento máximo das plantas e ampliação do número de árvores, considera que as florestas não deveriam se prestar apenas ao deleite humano, para "o resgate do nosso espírito", mas, sobretudo, visando a três fins: a indústria, proteção e embelezamento. Para a elaboração da edição, Iglésias recomendou Octávio Silveira Mello que tinha trabalhado no Reflorestamento do Morro do Excelsior em cooperação com a Prefeitura do Distrito Federal. Mello atenta-se para o preparo do terreno, semeadura, transplantação, capinagens, regas, adubação, podas, suportes e defesa das árvores. O trabalho tem um enfoque para aconselhar o plantio das árvores mais indicadas para plantio nas cidades. Este texto foi agosto de 1929 na Revista Florestal.
1930	Francisco de Assis Iglésias	O crescimento das essências florestais brasileiras	Este artigo foi apresentado à Conferência Interamericana de Agricultura, Silvicultura e Indústria Animal de Washington em setembro de 1930. Segundo Iglésias, somente os "espíritos privilegiados" se dedicam a posteridade. Existiam, ao seu ver, os otimistas, pessimistas e oportunistas. Os últimos plantam as árvores pensando apenas na recompensa, os segundos não aceitam o plantio de árvores – exemplifica com Ângelo Agostini, desenhista e jornalista que durante a construção da Avenida Central na administração de Pereira Passos foi contrário a fileira de árvores de pau-brasil do logradouro. Já os primeiros, são os que assegurariam progresso e bem da nação.
1931	João Geraldo Kulhmann	Um novo gênero de *Bignoniceae*	O artigo exposto em 1931 tinha por finalidade apresentar a classificação de uma nova espécie que foi descrita pelo intelectual na flora brasileira. Isso postulava a ideia de que a natureza ainda possuía mistérios para serem descobertos pela ciência. Tratava no artigo da classificação, identificação e anatomia do ipê peroba. Tal planta tem utilização na indústria de

			móveis e também na construção de carros e em estradas férreas. Em seu trabalho de campo no Vale do Rio Doce com o diretor do Serviço Florestal, Francisco Iglésias, e o técnico norte-americano Matthews, Kulhmann afirma ter observado um grande valor comercial para aqueles vegetais. Devido a isso, aconselha: "A exploração da madeira do ipê peroba é intensa e já tem enormes zonas devastadas, sendo de esperar que as autoridades e poderes competentes tomem desde já medidas acauteladoras, fazendo grandes reservas e cogitando o seu replantio para que no futuro não venha a desaparecer uma riqueza tão virtuosa." (p.6)

(OBS: De acordo com o decreto 17.042 de 16/09/1925, os boletins anuais do Serviço deveriam conter as cifras de exportações de madeiras e outros dados relevantes sobre a distribuição de mudas do organismo. Pelo que foi constatado em análise das edições, estas informações não são presentes no Boletim, mas constam na Revista Florestal. O periódico analisado nesta tabela tratava-se de uma exposição dos trabalhos científicos dos intelectuais que dele faziam parte, mas excluíam informações de natureza numérica quanto ao comércio madeireiro. Fonte obtida na Biblioteca Barbosa Rodrigues do Jardim Botânico do Rio de Janeiro contendo 4 edições)

Apêndice E – Integrantes da Sociedade dos Amigos das Árvores

PRINCIPAIS AGENTES DA SOCIEDADE DOS AMIGOS DAS ÁRVORES		
Intelectual	**Ocupação**	**Posição no interior da Sociedade**
Hermetto de Lima	Escritor e jornalista	Sócio
Tasso Pérez	Professor Municipal	Sócio
Carlos de Azevedo Silva	Advogado	Segundo secretário
Carlos de Campos	Funcionário Municipal	Sócio
Godofredo Gomes de Barros	Engenheiro	Sócio
Alexandre Dias	Funcionário da Diretoria da Fazenda Municipal	Sócio
Álvaro Sayão	Funcionário da Diretoria da Fazenda Municipal	Sócio
João Afro das Chagas	Professor Municipal e advogado	Sócio
Marcellino Machado	Ex-deputado e médico	Sócio
Claudino de Souza Martins	Professor	Sócio
Francisco de Sá Freyre Júnior	Professor	Sócio
Hortêncio Cabral	Médico	Sócio
Júlio César Diogo	Vice-diretor do Museu Nacional	Membro do Conselho Técnico de Sugestões
Alberto Betim Paes Leme	Professor da Seção de Geologia do Museu Nacional	Sócio
Alípio Miranda Ribeiro	Professor da Seção de Ictiologia do Museu Nacional	Sócio
Cândido Firmino Mello Leitão	Professor da Seção de Zoologia do Museu Nacional	Sócio
Álvaro Fróes da Fonseca		Sócio
Heloísa Alberto Torres	Professora da Seção de Antropologia e Etnologia do Museu Nacional	Sócio
Alberto José de Sampaio	Professor da Seção de Botânica do Museu Nacional	Sócio-fundador, relator geral e membro do Conselho Técnico de Sugestões
Edgar Paulo Roquette-Pinto	Antropólogo, educador, escritor e Diretor do Museu Nacional	Diretor
Armando Magalhães Corrêa	Escultor, desenhista, professor do Museu Nacional e escritor	Membro do Conselho Técnico de Sugestões
Dário Tavares Gonçalves	Engenheiro agrônomo e civil	Membro do Conselho Técnico de Sugestões
Pedro Bruno	Professor	Sócio
Eugênio D'Alessandro	Operário da Light/ Silvicultor	Membro do Conselho Técnico de Sugestões e membro da Comissão de Estatutos

Theodoro T. da Silva Castello	Diretor da Escola 30 de Setembro da Colônia de pescadores do Espírito Santo	Sócio
Manuel Bernadino	Funcionário da Fazenda Municipal	Procurador
Francisco Prado	Advogado	Membro do Conselho Técnico de Sugestões
Francisco Luiz de Azevedo Silva	Advogado	Segundo tesoureiro
Francisco Rodrigues de Alencar	Diretor gerente da Revista Florestal e secretário da Diretoria do Serviço Florestal do Brasil	Sócio
Arthur Maggioli	Inspetor escolar do Distrito Federal	Sócio
Arthur Duarte Ribeiro	Professor	Sócio
Henrique Coelho Netto	Funcionário da Escola Dramática e Academia Brasileira	Membro do Conselho Técnico de Sugestões
Carlos Maggioli	Professor Municipal e advogado	Sócio
Antônio Marques	Professor	Sócio
Néstor Victor Filho	Professor	Sócio
Astolfo de Luca	Secretário do Horto Florestal do Distrito Federal	Sócio
Hannibal Porto	Engenheiro agrônomo	Diretor
Humberto Gatuzzo	Médico	Sócio
Fernando Romano Milanez	Engenheiro agrônomo do Serviço Florestal do Brasil	Sócio
Humberto Gomes de Almeida	Funcionário do Horto Florestal do Distrito Federal	Sócio
Arthur Miranda Bastos	Engenheiro agrônomo	Sócio
Paulo Ferreira de Souza	Engenheiro agrônomo	Membro do Conselho Técnico de Sugestões
Aristóteles de Carvalho	Entomologista	Sócio
Eugênio Ferreira	Industrial	Sócio
Arthur Guaraná	Jornalista	Sócio
Joaquim Paulino de Azevedo	Funcionário da Diretoria de Obras públicas	Sócio
Enéas Calandrini Pinheiro	Inspetor agrícola do 2º Distrito e ex-deputado pela Assembleia paranaense	Membro do Conselho Técnico de Sugestões
Júlio da Silveira Lobo	Médico	Sócio
Santos Lima	Professor do Instituto João Alfredo	Sócio
Carlos Alberto Franco	Advogado	Sócio
Néstor Victor dos Santos	Escritor e professor da Escola Normal	Sócio
Alberto de Oliveira	Poeta da Academia Brasileira de Letras	Membro do Conselho Técnico de Sugestões
Antônio Accioli Netto		Sócio
Américo de Pinho Leonardo Pereira	Diretor da revista “O Campo”	Sócio
Manuel Tavares da Costa Miranda	Sub-diretor da Fazenda da Prefeitura	Sócio
Victor Hugo Aranha	Jornalista adepto ao integralismo	Sócio

José Caetano de Faria	Advogado	Sócio
Bento Monteiro Guedes	Funcionário dos Correios e Telégrafos	Sócio
Eurico Santos	Jornalista	Sócio
Francisco Agenor de Noronha Santos	Chefe aposentado do Arquivo Municipal, Historiador e jornalista	Sócio
Salomão Secron Salgado		Sócio
Carlos Medeiros e Albuquerque	Funcionário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Sócio
Pedro de Mattos	Professor	Sócio
Getúlio Vargas	Chefe do governo provisório	Presidente honorário
Assis Brasil	Ministro da Agricultura	Presidente honorário
Adolfo Bergamini	Presidente do estado do Rio de Janeiro	Presidente honorário
Idelfonso Simões Lopes	Deputado federal e ex-ministro da agricultura	Presidente honorário
Augusto de Lima	Escritor da Academia Brasileira de Letras e deputado federal	Presidente honorário
Demétrio Ribeiro	Político	Presidente honorário
Pedro Ernesto	Interventor do Distrito Federal	Presidente honorário
Leôncio Correia	Jornalista, diretor do jornal “Correio da Manhã”	Presidente efetivo
Júlio Azurém	Jornalista e colunista do “Jornal do Brasil”	Vice-presidente
Fortunato Campos Medeiros	Jornalista	Diretor, primeiro secretário e membro da Comissão de Estatutos
Luiz Simões Lopes	Oficial do Gabinete provisórioq agrônomo	Diretor
Leopoldo de Souza Leite	Médico	Diretor
Durval Ribeiro de Pinho	Inspetor escolar	Diretor geral, secretário geral e membro da Comissão de Estatutos
Júlio Gaertner	Militar	Tesoureiro
José Vitor da Rocha Miranda	Engenheiro civil	Procurador
Domingos Magarinos de Souza Leão	Superintendente do Ensino Municipal	Orador oficial
João Carlos de Albuquerque Gondim	Jornalista	Orador oficial
Francisco de Assis Iglésias	Diretor do Serviço Florestal do Brasil	Membro do Conselho Técnico de Sugestões
João Geraldo Kulhmann	Botânico	Membro do Conselho Técnico de Sugestões e da Comissão de Estatutos
Luiz José Pereira Simões Filho	Advogado	Membro do Conselho Técnico de Sugestões
Cristóvão Guerra	Geógrafo	Procurador
Paulo Campos Porto	Botânico	Membro do Conselho Técnico de Sugestões

Antônio Geremaro Telles Dantas	Diretor da Fazenda Nacional	Membro do Conselho Técnico de Sugestões
Virgílio de Campello	Engenheiro agrônomo	Membro do Conselho Técnico de Sugestões
Adolfo Castro Barreto	Médico	Membro da Comissão de Estatutos
Hugo Salomón	Presidente da Comissão da Fauna Sul-americana	Membro da Primeira Conferência de Proteção à Natureza
José Libermann	Funcionário do Jardim Zoológico de Buenos Aires	Membro da Primeira Conferência de Proteção à Natureza
Ernesto Luís de Oliveira	-	Sócio
Alfredo Chaves	Jornalista	Sócio-correspondente no Amazonas

Apêndice F - Classificação temática da *Revista Florestal*

CLASSIFICAÇÃO TEMÁTICA DA REVISTA FLORESTAL		
Edição	**Título dos artigos/seções/notícias**	**Temática**
	Primeira Fase (1929-1932)	
Julho de 1929	O nosso programa	Atividades editoriais
	Efeitos econômicos da Seção do Serviço Florestal e o problema do reflorestamento	Atividade de instituição pública
	Orientação Florestal Brasileira	Reflorestamento
	Os peixes do rio Paraná e afluentes nas praças de S. Paulo	Comércio
	O coco da Bahia no mercado europeu	Comércio
	A cultura da mangueira na América Latina	Comércio
	A 1ª Exposição Nacional de flores, frutas e verduras	Evento
	As matas da cabeceira do Ipiranga	Reflorestamento
	Conselhos aos que derrubam as florestas para desenvolver a lavoura	Reflorestamento
	A Áustria e a Tchecoslováquia desejam negociar madeiras com os exportadores brasileiros	Comércio
	A Exportação de madeiras pelo porto de Iquitos	Comércio
	O reflorestamento da Irlanda	Política exterior
	A União pan-americana realizará no ano próximo importante conferência sobre agricultura, florestamento e pecuária	Evento
	Serviço Florestal do Brasil	Atividade de instituição pública
	O mercado de 'pau rosa' do Pará	Comércio
	Perspectivas e Confrontos	Reflorestamento
	A cotação das frutas nacionais no mercado de Roterdã	Comércio
	Informações sobre o comércio de frutas	Comércio
	A Escola de pesca do estado de São Paulo	Comércio
	Exposição Internacional de arte decorativa	Evento
	As queixas dos importadores uruguaios	Comércio
	As tarifas ferroviárias de São Paulo-Rio Grande	Transporte
	Como progride o Espírito Santo	Transporte
	As peles de lagartos nos mercados estrangeiros	Comércio
	Conselhos aos silvicultores	Reflorestamento
	A derrubada das matas, fator das erosões	Reflorestamento
	A cruzada do reflorestamento: as árvores são as nossas melhores amigas!	Reflorestamento
	As madeiras das colônias francesas	Dendrologia
	Irregularidades nas concorrências do fornecimento de sementes à Central	Transporte
	Nem o tição para aprender o cigarro de palha...	Incêndios

	Bons sintomas do nosso progresso	Transporte
	Distribuição gratuita de sementes de plantas forrageiras	Comércio
	Congresso Florestal de Estocolmo	Evento
	As frutas brasileiras na Holanda	Comércio
	As “Agences Maritimes Henry Lesage” querem importar frutas brasileiras	Comércio
	Deseja negociar café com o Brasil	Comércio
	Organizada em Bordéus, uma empresa para importar produtos brasileiros	Comércio
	O transporte interestadual de plantas vivas	Transporte
	O Espírito Santo possui uma das maiores reservas florestais da América do Sul	Reflorestamento
	Mercados diversos	Comércio
	Seção de Consultas da 'Revista Florestal'	Aspectos editoriais
Agosto de 1929	O aparecimento da Revista Florestal	Aspectos editoriais
	As madeiras nacionais na Feira de amostras	Evento
	Os que nos enviaram votos de prosperidade	Aspectos editoriais
	O ensino da silvicultura	Educação
	A próxima Feira Leopol	Evento
	Microscopia das madeiras	Dendrologia
	Como o senhor Afonso Camargo descreve a situação das madeiras do Paraná	Comércio
	A concorrência para o fornecimento de dormentes à Central	Comércio
	A antracnose das mangueiras no Distrito Federal	Entomologia
	O Serviço Florestal em São Paulo	Atividade de instituição pública
	Orientação Florestal brasileira- a situação mundial	Reflorestamento
	Resumo histórico do Serviço Florestal norte-americano	Atividade de instituição pública
	Madeiras beneficiadas	Dendrologia
	Notícias do Espírito Santo	Reflorestamento
	A situação do café em Minas	Comércio
	A defesa do patrimônio florestal – Palavras do ministro das Belas artes da França	Parques Nacionais
	O babaçu e a concorrência da 'copra' na península Malaia – medidas que se impõe	Comércio
	Interessantes dados estatísticos sobre o cacau	Comércio
	A exportação do Piauí	Comércio
	A situação do mercado mundial de borracha	Comércio
	O Boletim nº 2 do Serviço Florestal: arborização urbana- prática da arborização	Arborização urbana
	Rosas internacionais	Comércio
	Instruções para a exportação de laranjas para o estrangeiro	Comércio

	A produção do café no estado do Rio	Comércio
	O comércio e a indústria de adubos na próxima exposição de Horticultura	Comércio
	O que exportou em abril último o porto de S. Luís do Maranhão	Comércio
	O governo de Alagoas auxilia a exportação de frutas do estado	Comércio
	Companhia Paulista	Transporte
	A indústria da cera de carnaúba e de óleos vegetais no Ceará	Comércio
	Mercados Diversos	Comércio
	A polpa de madeira tratada por processo novo	Comércio
	Seção de Consultas da Revista Florestal	Aspectos editoriais
Setembro de 1929	As árvores	Literatura
	Orientação florestal brasileira – a silvicultura versus a exploração capitalística	Reflorestamento
	21 de setembro	Evento
	Contribuição para os nomes vulgares novos	Botânica
	O progresso do Estado de Minas	Transporte
	O próximo futuro governo do Amazonas	Comércio
	Uma reunião de produtores de açúcar em Alagoas	Comércio
	A situação da Laranja brasileira em Hamburgo	Comércio
	O café e a madeira do Brasil podem obter excelente colocação na Espanha	Comércio
	Serviço Florestal do Brasil	Atividade de instituição pública
	Estação experimental de Moagem e Panificação de trigo	Comércio
	A semente e o fenômeno de sua germinação	Botânica
	Experiências realizadas com um trator 'Fordson' alimentado com gás de gasogêneo C.G.E.	Energia
	A destruição das nossas florestas	Legislação
	O consumo de frutas citrícolas na Alemanha e na Inglaterra	Comércio
	O Instituto do Mate de Joinville é um aparelho eficiente	Comércio
	A utilidade humana da floresta	Reflorestamento
	A pesca no Brasil	Comércio
	A organização definitiva do Serviço Florestal	Atividade de instituição pública
	A produção dos carnaubais do nordeste	Comércio
	O governo do Paraná decretou a exploração racional das florestas	Legislação
	Em prol do reflorestamento do Brasil	Reflorestamento
	O estudo das infecções da moscas mediterrâneas nos Estados Unidos	Entomologia
	Notícias do Espírito Santo	Reflorestamento
	Mercados diversos	Comércio
	Seção de Consultas da Revista Florestal	Aspectos editoriais
	O dia da árvore	Evento

Outubro de 1929	Possibilidades para as madeiras brasileiras na Grã-Bretanha	Comércio
	Técnicos florestais em visita aos estados de Minas e Espirito Santo	Atividade de instituição pública
	A inauguração da 1ª Exposição de Horticultura e 2ª de Leite e Derivados	Evento
	A cruzada do trigo no Paraná	Comércio
	A exportação do Mate catarinense para a Argentina	Comércio
	Mais uma aplicação da cera de carnaúba	Comércio
	O professor norte-americano Samuel J. Record e a 'Revista Florestal	Aspectos editoriais
	Microscopia das madeiras – II – Resumo da técnica	Dendrologia
	O uso do café não é prejudicial	Comércio
	As frutas brasileiras no exterior	Comércio
	A marcha do progresso do Rio Grande do Sul	Transporte
	Orientação Florestal brasileira – O que o Brasil tem feito – O serviço Florestal na Índia	Reflorestamento
	Parques Nacionais	Parques Nacionais
	Ainda o incêndio das florestas	Incêndios
	A indústria Nacional dos óleos secativos	Comércio
	A crise do café e a confiança em uma solução tranquilizadora	Comércio
	A indústria da pesca, no norte poderia constituir imensa riqueza	Comércio
	Pelas árvores de nossa terra	Botânica
	Mercados diversos	Comércio
	Seção de Consultas da 'Revista Florestal	Aspectos editoriais
Novembro de 1929	O reflorestamento do Nordeste	Reflorestamento
	O que Minas exportou em 1928	Comércio
	As nossas florestas	Botânica
	Necessidade premente	Reflorestamento
	Orientação florestal brasileira	Reflorestamento
	Foram oficializados os serviços econômicos e comerciais do Itamaraty	Comércio
	O problema florestal na Argentina	Política exterior
	A Lição das árvores	Literatura
	Procurando evitar o extermínio dos animais úteis à agricultura	Legislação
	Porque deixou que as florestas fossem destruídas: um polonês extraditado	Legislação
	O reflorestamento do país com essências nacionais	Botânica
	A produção de açúcar e algodão em Sergipe	Comércio
	As fabulosas reservas de babaçú em Goiás	Comércio
	Os laranjais paulistas e baianos	Comércio
	O comércio norte americano de óleos vegetais	Comércio
	A produção do café no norte do país	Comércio

	O governo de Espírito Santo	Reflorestamento
	Enfermidades das plantas transmitidas pelas sementes	Botânica
	Serviço Florestal do Brasil	Atividade de instituição pública
	A crise do café e as perspectivas de próxima solução	Comércio
	Revista Florestal	Aspectos editoriais
	A falsificação da cera de carnaúba na Bahia	Comércio
	A cultura da tamareira no Brasil	Comércio
	A defesa e propaganda da erva mate	Comércio
	Microscopia das madeiras	Dendrologia
	O encerramento da 1ª Exposição de Horticultura e 2ª de Leite e Derivados	Evento
	A Colômbia também ampara e protege o seu café	Comércio
	Mercados diversos	Comércio
	A exposição da pelicaria de Leipzig e a produção alemã de peles de luxo	Evento
	O estudo das infecções da mosca mediterrânea nos Estados Unidos	Entomologia
	A exportação de couros no Rio Grande do Sul	Comércio
	Seção de Consultas da 'Revista Florestal	Aspectos editoriais
Dezembro de 1929	Árvores de sombra e de ornamentação	Arborização Urbana
	As flores sagradas	Literatura
	Bracatinga	Botânica
	A serra automática 'Rinco' uma máquina fabulosa para derrubada de matas, e para o corte de lenha	Comércio
	Uma árvore da flora brasileira que se recomenda pela excelência de sua madeira	Botânica
	Serviço Florestal do Brasil	Atividade de instituição pública
	O professor Matthews e o Horto Florestal da Companhia Paulista	Atividade de instituição pública
	Orientação Florestal Brasileira	Reflorestamento
	O relatório do Sr. Ministro de Agricultura	Atividade de instituição pública
	Uma linda amendoeira adolescente	Literatura
	Florestas particulares, florestas condenadas à morte	Botânica
	Os produtos brasileiros na Áustria	Comércio
	Por que baixou o preço do óleo de coco	Comércio
	As estradas de ferro e o reflorestamento	Transporte
	A Áustria quer importar as madeiras brasileiras	Comércio
	O maior parque florestal do mundo	Parques Nacionais
	A ação do agrônomo Fernando Costa frente à Secretaria de Agricultura de São Paulo	Atividade de instituição pública
	Informações econômicas e comerciais	Comércio

	Mercados diversos	Comércio
	Seção de Consultas da 'Revista Florestal'	Aspectos editoriais
Janeiro de 1930	Uma nova praga da silvicultura	Entomologia
	A plataforma Júlio Prestes preconiza o reflorestamento do Nordeste	Reflorestamento
	Contribuição para o conhecimento dos nomes vulgares novos reunidos a espécies botânicas conhecidas	Botânica
	A ideia de um Parque Nacional na Ilha do Bananal	Parques Nacionais
	Publicações recebidas	Aspectos editoriais
	As boas-festas da Light	Aspectos editoriais
	Morros queimados	Incêndios
	A situação do comércio de madeiras do Brasil com a Alemanha	Comércio
	Breves considerações sobre a organização do Serviço Florestal no Espírito Santo	Reflorestamento
	O tucum – é necessário estudar duas preciosas fibras – suas aplicações atuais	Dendrologia
	Serviço Florestal do Brasil	Atividade de instituição pública
	O Rio, futura cidade das árvores	Arborização urbana
	O mercado inglês de laranjas através das informações do Consulado	Comércio
	Pelas florestas paraenses	Comércio
	Informações econômicas e comerciais	Comércio
	Mercados diversos	Comércio
	Seção de Consultas da 'Revista Florestal	Aspectos editoriais
Fevereiro de 1930	O interesse que o Brasil deve ter pelo patrimônio florestal	Comércio
	O mercado português de madeiras	Comércio
	A ferrugem da goiabeira	Entomologia
	Estrutura do lenho da Imbuia	Dendrologia
	Reflorestemos	Reflorestamento
	Colonização e devastação	Reflorestamento
	A morte das árvores	Reflorestamento
	A necessidade da sombra na cidade sob os trópicos	Arborização urbana
	A Itália, excelente mercado para as nossas madeiras	Comércio
	A teca da Índia e do Brasil	Botânica
	A indústria de madeiras na Noruega	Comércio
	Seção de Consultas – sobre um fungo dos eucaliptos	Entomologia
	A madeira e o café no Paraná	Comércio
	A lenda do mate	Comércio
	As maravilhas da arborização	Arborização urbana
	Parque Nacional do Rio de Janeiro	Parques Nacionais
	Serviço Florestal do Brasil	Atividades em instituição pública

	O café e a madeira do Brasil na Espanha	Comércio
	Informações econômicas e comerciais	Comércio
	Mercados diversos	Comércio
Março de 1930	Breves notas sobre o problema florestal – aos fazendeiros brasileiros	Reflorestamento
	A exportação do Brasil em 1929	Comércio
	A teca da Índia e a do Brasil	Botânica
	Serviço Florestal do Brasil	Atividade de instituição pública
	A arborização das margens da estrada Rio-Petrópólis	Transporte
	O reflorestamento do Excelsior, na Tijuca	Reflorestamento
	A indústria de madeiras no Paraguai	Comércio
	Interessante artigo do 'Elsior' de Paris, sobre a laranja	Comércio
	O problema do reflorestamento	Reflorestamento
	A Reserva Florestal de Goiás	Parques Nacionais
	A caça em São Paulo	Comércio
	O comércio de madeiras na Inglaterra	Comércio
	O Relatório do diretor do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas	Atividade de instituição pública
	As observações do Botânico J; Geraldo Kuhlmann, em diversas localidades do Estado de Minas	Botânica
	Informações econômicas e Comerciais	Comércio
	Mercados diversos	Comércio
	Seção de Consultas da 'Revista Florestal	Aspectos editoriais
Abril de 1930	Árvores florestais	Reflorestamento
	Breves notas sobre o problema florestal	Reflorestamento
	O comércio de peles de animais silvestres ameaçado	Comércio
	Notícias da Bahia	Comércio
	Talhadia simples e composta	Dendrologia
	Caças e caçadas	Comércio
	Como os exportadores brasileiros podem abastecer de frutas o grande comércio de Munique	Comércio
	Serviço Florestal do Brasil	Atividade de instituição pública
	As madeiras na Itália	Comércio
	Informações econômicas e comerciais	Comércio
	Os eucaliptos	Dendrologia
	Mercados diversos	Comércio
	Registro do mês	Aspectos editoriais
	Seção de Consultas da 'Revista Florestal'	Aspectos editoriais
	O Serviço Florestal dos Estados Unidos durante o ano de 1929	Reflorestamento
	O mais velho exemplar vivo dos eucaliptos plantados no Brasil	Botânica

Maio de 1930	O segredo do velho carvalho	Literatura
	Serviço Florestal do Rio Grande do Sul	Legislação
	Angélica do Pará	Botânica
	Publicações recebidas	Aspectos editoriais
	Em prol dos agrônomos brasileiros	Reflorestamento
	Serviço Florestal do Brasil	Atividades de instituição pública
	A indústria de extração de óleos na Grã-Bretanha	Comércio
	O alcance do reflorestamento do Sul da França	Política exterior
	A produção de Tâmaras nos Estados Unidos	Comércio
	Nossas riquezas	Comércio
	A safra mundial do trigo	Comércio
	Informações econômicas e comerciais	Comércio
	Mercados diversos	Comércio
	Seção de consultas da 'Revista Florestal'	Aspectos editoriais
Junho de 1930	O Serviço Florestal dos Estados Unidos em 1929	Reflorestamento
	Serviço Florestal do Brasil	Atividade de instituição pública
	O perigo de incêndio	Incêndios
	Condições econômicas da extração e exportação de madeiras na Bahia	Comércio
	Publicações recebidas	Aspectos editoriais
	O problema do reflorestamento	Reflorestamento
	O comércio de madeiras brancas paraenses	Comércio
	A plantação de árvores	Botânica
	A questão florestal no IV Congresso Rural do Rio Grande do Sul	Comércio
	Plantas úteis do deserto	Botânica
	A situação do café	Comércio
	Informações econômicas e comerciais	Comércio
	Mercados diversos	Comércio
	Seção de Consultas da 'Revista Florestal'.	Aspectos editoriais
	Hino à árvore	Literatura
	Música selvagem	Literatura
	A uma árvore	Literatura
	O crescimento das essências florestais brasileiras" de Francisco de Assis Iglésias	Reflorestamento
	A influência das florestas sobre as chuvas	Reflorestamento
	Tubos de madeira	Comércio
	Estrutura do lenho da Braúna	Dendrologia
	Uma vista do conjunto de possibilidades florestais do Brasil	Comércio
	A indústria do papel	Comércio
	O crescimento das tecas do Horto Florestal do Distrito Federal	Botânica

Julho-agosto de 1930	A Floresta	Reflorestamento
	Pássaros caçadores: o falcão, a garça e o 'martim pescador'	Comércio
	Acordos com os estados para a execução dos serviços florestais	Reflorestamento
	Loas al plantador	Literatura
	Lenha de eucalipto	Dendrologia
	As árvores em relação com a arquitetura-paisagista	Botânica
	Os boletins do Serviço Florestal do Brasil	Atividade de instituição pública
	Hino à árvore	Literatura
	Ecologia e genética em reflorestação	Botânica
	Pinheiro morto	Literatura
	Documento honroso para o Serviço Florestal	Atividade de instituição pública
	A oração de Coelho Netto	Evento
	Apontamentos sobre a flora de Goiás	Parques Nacionais
	Árvore	Literatura
	Árvores que, na flora do Distrito Federal, florescem nos meses de abril e de junho	Botânica
	Serviço Florestal do Brasil	Atividade de instituição pública
	O testamento da árvore	Literatura
	A poda das árvores de arborização	Arborização urbana
	Estudos sobre o *Septobasidium albidum* da Laranjeira	Entomologia
	Floresta	Reflorestamento
	O amanhã	Literatura
	Uma *Rhamnacea* de cerne magnífico	Botânica
	Preçe à árvore	Evento
	O Instituto de Expansão Comercial	Comércio
	O mercado de madeira	Comércio
	Seção de Consultas da 'Revista Florestal'	Aspectos editoriais
	A árvore	Literatura
	Revista Florestal	Aspectos editoriais
	Dr. Simões Lopes	Aspectos editoriais
	O Chile e a adoção da embalagem de madeira	Comércio
	A urubamba ou Jacitara	Comércio
	Na caixa beneficente dos empregados do Jardim Botânico e Horto Florestal	Atividades de instituição pública
	O semeador das florestas	Reflorestamento
	De toda a parte	Atividades de instituição pública
	Um horto florestal em Santa Cruz	Atividades de instituição pública
	Revista Florestal	Aspectos editoriais

Fevereiro de 1932	Marahuita	Energia
	Árvores	Reflorestamento
	A organização geral dos serviços de florestamento da Itália	Reflorestamento
	Dr. Octávio Vecchi	Homenagens
	Sociedade dos Amigos das Árvores	Homenagens
	Seção técnica de consultas	Comércio
	Informações econômicas e comerciais	Comércio
	Essências florestais de São Paulo	Dendrologia
	A lenda das andorinhas	Literatura
	A fortuna descomunal	Reflorestamento
	Aos nossos leitores e anunciantes	Aspectos editoriais
	Na floresta	Literatura
	Um industrial alemão deseja estabelecer uma serraria no Brasil	Comércio
	Distinção a dois funcionários do Serviço Florestal	Dendrologia
	O Horto Florestal de Quixadá, o Ceará	Atividade de instituição pública
	Os termos da concorrência da comissão central de compras, para a aquisição de dormentes	Comércio
	Cinco anos no norte do Brasil	Reflorestamento
	O 'monjolo branco	Comércio
	O novo diretor da Inspetoria agrícola e florestal da prefeitura	Atividades de instituição pública
	Tabela de preços das plantas a serem fornecidas pelo Serviço Florestal do Brasil	Comércio
	Comentários sobre 'Primórdios da silvicultura do Brasil' de Humberto de Almeida	Reflorestamento
	Abelhas destinadas à reprodução	Comércio
	Mercado das madeiras	Comércio
Outubro de 1932	Sylae Montibus Restituendae	Homenagens
	A indústria da celulose e pasta de madeira no Brasil	Comércio
	Álbum florístico	Aspectos editoriais
	A propósito de silvicultura	Reflorestamento
	Informações econômicas e comerciais	Comércio
	A padronização de madeiras	Dendrologia
	Ação modificadora do oxalato de cálcio sobre as estruturas celulares	Dendrologia
	Floresta-mar	Literatura
	A cachoeira do Brumado, na Bahia	Energia
	O dia da árvore	Evento
	O mercado de madeira em Londres	Comércio
	A cera Cauassu do Pará	Comércio
	Conferência Nacional de Proteção à Natureza	Evento

	Relação de plantas existentes atualmente no Horto do Distrito Federal	Atividade de instituição pública
Segunda Fase (1943)		
Janeiro-Março de 1943	Algumas notas sobre a origem, organização e realizações do Serviço Florestal de Pernambuco	Atividade de instituição pública
	Parque Nacional do Iguaçú	Parques Nacionais
	Notícia histórica do prédio onde funciona atualmente a Seção de Silvicultura	Patrimônio histórico-arquitetônico
	Indíce remissivo do Código Florestal	Legislação
	O problema do reflorestamento em Alagoas	Reflorestamento
	Preços e condições de venda de plantas florestais e de ornamentação no Serviço Florestal	Comércio
	Notas e informações	Evento
Terceira Fase (1945-1949)		
Setembro de 1945	Nossa capa	Aspectos editoriais
	A industrialização dos eucaliptos	Dendrologia
	Do Conselho Florestal Federal	Atividade de instituição pública
	Tinguaciba da Restinga	Botânica
	Castanha do Pará	Comércio
	Florestas Nacionais e Escola de Silvicultura	Educação
	A carrapadeira da Restinga	Botânica
	Reflorestamento do Morro do Telégrafo na Quinta da Boa Vista	Reflorestamento
	A Importância pública dos Parques Nacionais	Parques Nacionais
	Legislação – Estruturas e atribuições do Serviço Florestal	Legislação
Dezembro de 1945	Nossa capa	Aspectos editoriais
	Reflorestamento e arborização	Arborização urbana
	Tinguaciba da restinga	Botânica
	A identificação dos angicos	Botânica
	Do Conselho Florestal Federal – Pareceres e Resoluções	Atividade de insittuição pública
	Árvores do Nordeste	Comércio
	Combate ao cupim	Dendrologia
	Notas e comentários	Eventos
	Notas bibliográficas	Literatura
	Serviço Florestal	Atividade de instituição pública
	Nossa Capa	Aspectos editoriais
	Botânica florestal	Botânica
	Conservação da madeira	Dendrologia
	Pau-Brasil	Botânica
	Castanha de caju	Comércio
	O papel	Comércio

Março de 1946	Conselho Florestal Federal	Atividade de instituição pública
	Pata de Vaca	Botânica
	Notas & comentários	Evento
	Notas bibliográficas	Literatura
	Organização do Ministério da Agricultura	Atividade de instituição pública
Junho de 1946	Nossa capa	Aspecto editoriais
	O dinamismo da silvicultura	Reflorestamento
	José Mariano Filho	Homenagens
	Considerações sobre duas interessantes microspermas, saprófitas da flora do Distrito Federal	Botânica
	Madeiras imunes ou muito resistentes ao cupim	Dendrologia
	Buriti	Comércio
	A execução do código Florestal no Rio Grande do Sul	Legislação
	A defesa das florestas	Reflorestamento
	Fixação das dunas	Botânica
	Serviço Florestal do Ministério da Agricultura	Atividade de instituição pública
	Notas e comentários	Evento
	Notas bibliográficas	Literatura
	Legislação florestal	Legislação
Setembro-Dezembro de 1946	Nossa capa	Atividades editoriais
	Escola Superior de Agricultura	Educação
	Cortiças	Dendrologia
	A Questão Florestal na Cia Mogiana de Estradas de Ferro	Transporte
	A questão florestal	Comércio
	Parque Nacional da Serra dos Órgãos	Parques Nacionais
	Retrato do Brasil	Literatura
	Fauna e Flora: Bens naturais a proteger	Parques Nacionais
	O eucalipto na terra gaúcha	Transporte
	Fomento Florestal	Reflorestamento
	Notas & comentários	Evento
	Notas bibliográficas	Literatura
	Legislação	Legislação
1947	Nossa capa	Aspectos editoriais
	O problema florestal no Brasil e suas coordenadas	Reflorestamento
	Madeiras para lápis	Dendrologia
	A derrubada das matas em São Paulo	Transporte
	Noções sobre a criação de algumas aves silvestres	Zoologia
	Piquiá	Botânica
	As matas do Paraná	Reflorestamento

	A queda das folhas de árvores do Itatiaia	Parques Nacionais
	Fixação de Dunas e Areias Movediças	Reflorestamento
	Oleaginosas Amazônicas	Botânica
	Notas & Comentários	Evento
	Notas bibliográficas	Literatura
	Legislação	Legislação
1948	Nossa capa	Aspectos editoriais
	Método brasileiro de normas viáveis em silvicultura	Reflorestamento
	Notas sobre algumas madeiras úteis do sul de Minas	Dendrologia
	Floresta da Tijuca	Reflorestamento
	Floresta protetora na região do Itatiaia	Parques Nacionais
	As cataratas de Iguaçu	Parques Nacionais
	Sugestões para o reflorestamento	Reflorestamento
	Reflorestemos para combater o deserto	Reflorestamento
	Notas e comentários	Evento
	Notas bibliográficas	Literatura
	Legislação	Legislação
1949	Nossa capa	Aspectos editoriais
	Normas viáveis de reflorestamento	Reflorestamento
	Acácia Negra no Rio Grande do Sul	Botânica
	Um empreendimento madeireiro	Comércio
	Carnaubais	Comércio
	Parque Nacional do Itatiaia	Parques Nacionais
	Influência da vegetação sobre a infiltração e a retenção de água em solos florestais do Itatiaia	Parques Nacionais
	Florestas e madeiras do Amazonas	Comércio
	Conferência Latino-americana de florestas e produtos florestais	Evento
	Notas e comentários	Evento
	Notas bibliográficas	Literatura
	Legislação	Legislação

Apêndice G – Caracterização das Fases da *Revista Florestal* (1929-1949)

Características gerais	Primeira Fase (1929-1932)	Segunda Fase (1943)	Terceira Fase (1945-1949)
Periodicidade	Mensal, à exceção de julho-agosto de 1930 que foi bimensal.	Trimestral	Trimestral de Setembro de 1945 até setembro-dezembro de 1946. De 1947 a 1949 tornou-se anual, em função dos custos para elaboração.
Quantidade de edições	A fase com maior número de edições. Totalizam 14 números.	Apenas um número	São nove números ao total. Uma edição (set-dez.1946) contempla dois números.
Formato	Todas as edições tinham dimensões de 29 x 22,5 cm.	Redução no formato para 23,5 x 17,5 cm	Formato de aproximadamente 31 x 19,5 cm
Capas	Possuíam sumário ou anúncios, além do título, subtítulo e lema da revista .	O logotipo da revista se altera. Tem a presença de fotografia de uma floresta e ilustração da Pedra da Gávea.	Outra transformação do logotipo da revista e privilegiava-se uma tela de árvores brasileiras em uma das estações do ano.
Quantidade de páginas	Havia um rigor quanto ao número de páginas. As cinco primeiras edições possuíram 28; as seguintes 24 páginas. A única exceção foi a de julho-agosto de 1930 que somou 60 partes textuais contando com a capa, folha de rosto e contracapa.	A edição desta fase contemplou 84 páginas. A edição que maior número de páginas obteve.	Se durante a primeira fase havia um certo padrão quanto ao número de páginas, na terceira fase o número de páginas aumentou consideravelmente. Porém, era extremamente inconstante, variando de 42 páginas na edição de Setembro de 1945 a 80 páginas na edição de 1947.
Diagramação gráfica	Baseada em três colunas e descontínua em relação ao grande número de artigos ou notícias	Padronização gráfica similar a outras deste período pautada em duas colunas e tipos de fonte maiores que a primeira fase.	Padronização gráfica em duas colunas e presença de seções fixas
Gráfica	A exceção da edição de outubro de 1932 todas as anteriores foram impressas pelas Oficinas Gráficas Alba	Publicação oficial da Imprensa Nacional	Imprensa Nacional
Seções Fixas	Informações comerciais e econômicas; Mercados diversos	Notas e informações	Nossa capa; Legislação; Notas e comentários; além de Notas bibliográficas.
Preço	Na maioria dos casos 2$000 à exceção da edição de julho-agosto de 1930 que o valor subiu para 5$000	Gratuita	Gratuita
Intelectuais participantes	Evidencia na capa a listagem de colaboradores e diretores, além de indicar ao final da edição os membros do conselho consultivo	Apresenta o Comitê de Redação	Minimiza as informações sobre os colaboradores, redação, conselho consultivo ou fazer editorial.

Fotografias	Na primeira fase predomina-se o texto verbal ao não verbal. Dessa forma são poucas as fotografias que eram colocadas nas edições. Algumas eram compostas com a ausência total de fotografias. A única exceção é a edição de julho-agosto de 1930 que possuiu 61 iconografias ao total	A edição contou com 22 iconografias, uma quantidade considerável se percebermos que a penúltima edição que tinha entrado em circulação possuía apenas 2 fotografias.	A situação é completamente inversa da primeira fase. A predominância é pelo texto não-verbal do que o verbal. Raras eram as páginas que não ilustravam seu texto com alguma iconografia. A edição de 1947 foi a público com um total de 70 fotografias, a mais ilustrada das edições.
Anunciantes	Presença de anunciantes de madeireiras, empresas de beneficiamento do café; maquinários agrícolas; papelarias; comércio de árvores de ornamentação e peles de animais silvestres; e fábricas de alumínio.	Não há presença de anunciantes, à exceção das recomendações para a compra de mudas do Serviço Florestal e de livros "Álbum Florístico" e "Guia dos Viajantes do Jardim Botânico"	Não existem anunciantes nestas edições.
Origem da textualidade	Grande número de transcrições, recortes de jornais e trechos de traduções de obras.	Artigos originais	Textos escritos especialmente para compor o periódico e que foram concedidos a outras revistas, tais como Brasil Madeireiro, órgão impresso do Instituto Nacional do Pinho, criado em 1941.
Editoriais	Presença de cinco editoriais (apresentação do programa, repercussão do aparecimento da Revista, declaração de interrupção do periódico, explicação do retorno do periódico e informação sobre a sua oficialização)	A única edição possui um editorial em que se destaca o reaparecimento do periódico como medida apoiada pelo ministro da agricultura Apolônio Sales.	Apenas um editorial que é apresentado na edição de Setembro de 1945. Nele é anunciado o retorno da publicação e se classifica como pertencente a uma terceira fase do periódico.
Atividades institucionais	Prevalecem informações sobre as atividades do Serviço Florestal do Brasil	Informações sobre o Parque Nacional do Iguaçu e Serviço Florestal de Pernambucano	Embora também se denote informações sobre o Serviço, é ao Conselho Florestal Federal que são dirigidas o centro das atenções da política florestal.
Relação Urbano/Rural	A atenção girava em torno dos espaços rurais, embora houvesse rupturas refletindo sobre a arborização urbana ou as queimadas nos morros do Distrito Federal.	Enfoque na ocupação territorial com Parques Nacionais na tentativa de manter as reservas florestais, mas também traz informações sobre a necessidade de proteção das paisagens urbanas.	Preocupação central com os centros urbanos, embora não descartassem a sua vinculação com os produtos e pragas agrícolas. Confere atenção os processos de industrialização das cidades que utilizavam os recursos naturais.
Perspectiva didático-pedagógica	O ensino do amor às árvores é intensamente colocada na revista e proposta de cursos de silvicultura nas universidades.	A educação voltada à disciplinarizar os sujeitos ao trabalho possibilitava a redução do problema florestal.	Defendem a educação em diversos meios de comunicação, sobretudo o rádio, cartazes e panfletos. Reitera-se a perpectiva de criar escolas de silvicultura.
Legislação florestal	Reivindicava a implementação de um	Uma vez que em 1934 já tinha sido decretado o	A preocupação nesse momento estava menos em rasgar o código

	código florestal no Brasil.	código, mas ainda consistia em letras mortas, a revista previa um aumento do rigor da legislação e propôs revisões que o tornassem mais punitivo e preventivo.	do que promover pequenas alterações e torná-lo operacional por meio das fiscalizações da política florestal
Sacralização/ Secularização da natureza	Amplo repertório de vocábulos do sagrado que remetem à natureza, tais como prece e oração às árvores, o sacrifício do abate da floresta, peregrinações da pátria, auxílio aos "irmãos" do norte, vegetação imaculada, realização de uma cruzada do reflorestamento, os pósteros como bem-aventurados, entre outros.	Embora a linguagem religiosa tenha sido reduzida, a árvore permanece simbolizando o fruto da criação divina, a festa das árvores é designada como um culto sagrado e o movimento florestal inserido em uma cruzada de mesma natureza que o analfabetismo.	O vocabulário religioso da revista é reduzido, predominando palavras pretensamente constituintes do saber científico, tais como metodologia, experiência, técnica, entre outros. Expressões como prece, oração, devoção, peregrinação, cruzada são negligenciadas nessa linguagem.
Apelo técnico-científico	Publicava informações sobre nomenclatura de espécies botânicas, classificação e descrição de de madeiras, bem como análise de pragas agrícolas.	Promovia uma representação acerca das experiências realizadas pelos "técnicos", buscando visibilizar sua ação.	Apresentava os procedimentos metodológicos que possuía para estudos das madeiras
Inimigos das matas	Os principais responsabilizados neste momento são as populações indígenas e caboclas.	População agrícola é colocada como responsável pelo problema florestal e da agricultura no país devido aos seus hábitos. Também critica os imigrantes alemães e italianos nas fronteiras do Parque Nacional do Iguaçu.	O enfoque recai primordialmente sobre os moradores de favelas que queimavam as florestas dos morros.
Relação com o Estado	É uma relação ambígua que é construída, pois ao mesmo tempo em que buscava construir uma eficiência do Serviço Florestal na arquitetura do Estado, alertava que as verbas eram baixas, bem como criticava a falta do código florestal e a instabilidade econômica.	Apoia o Estado varguista e promove suas iniciativas no tocante à proteção à natureza, tais como a criação de parques nacionais.	Tal como na fase anterior é um instrumento de propaganda do Estado no
Representação do tempo histórico	Passado é entendido como aquele que concedeu lições no Egito, Mesopotâmia e Líbia de processos de destruição que levaram a desertificação. No caso brasileiro, o Pau-brasil é tomado como a árvore que simbolizava a trajetória de destruição da história	O Estado Novo era identificado o regime que seria capaz de romper com a historicidade de devastação das florestas do país.	Predomina argumentos das potencialidades da natureza para endereçar o Brasil a um futuro de progresso industrial. O foco é voltado, sobretudo ao futuro e a demanda de fiscalização no tempo presente.

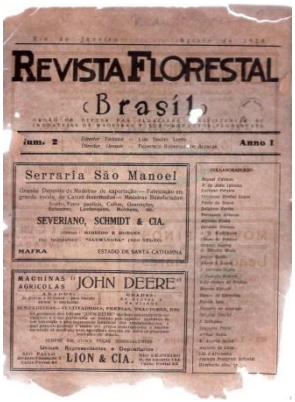
	brasileira. Em relação a proteção assinala pioneiros aqueles que fizeram iniciativas de reflorestamento no Império.		
Homenageados	Delfim Carlos pelo fornecimento de estatísticas comerciais para publicação no periódico; Octávio Vecchi em função de sua morte; bem como personagens do século XIX, tais como José Bonifácio, Major Gomes Archer e André Rebouças.	A figura modelo da solução do problema florestal era Getúlio Vargas, um homem que materializava conquistas para a proteção à natureza, sobretudo os códigos que nacionalizavam os recursos naturais,	Principalmente aos falecidos, José Mariano Filho e Alberto José de Sampaio nas edições de 1946. Isso em virtude das batalhas pelo reflorestamento que tiveram em vida.

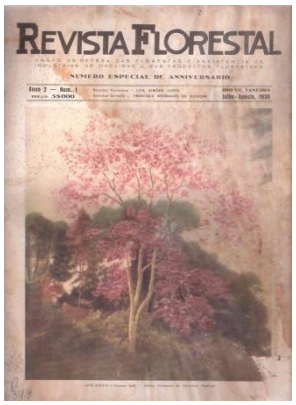
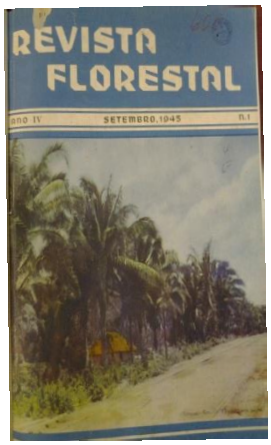
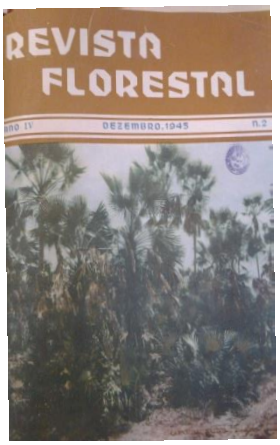
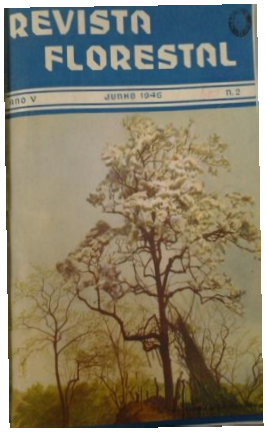
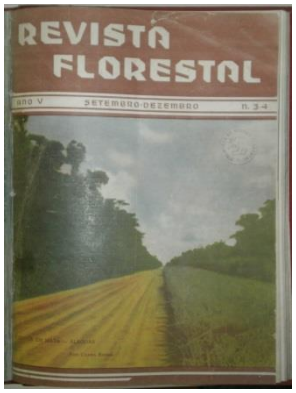
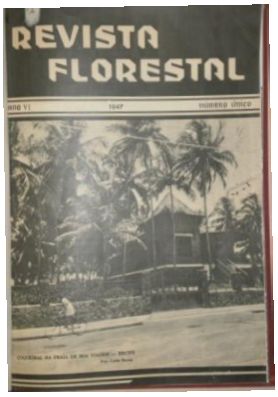
Apêndice H: Anunciantes da *Revista Florestal* (1929-1932)

ANUNCIANTES NA REVISTA FLORESTAL (1929-1932)	
Empresa	**Natureza do produto**
Adolfo Botelho: Máquinas agrícolas de cultivo e beneficiamento dos fabricantes	Maquinários agrícolas
Adolfo Wahnschaffe – Especialistas em indústria de madeira e Serviços de Exploração florestal	Consultoria técnica
A.J.Teixeira & Cia: Fábrica de artefatos de alumínio e outros metais	Aparelhos de metal
Alba: Oficina gráfica	Impressão de papel
Casa Carmo, Papelaria, Charutaria, artigos colegiais, Lapa, Rio de Janeiro	Papel e derivados
Construtora de Arquitetura Silva Santos & Cia.,Rio de Janeiro	Construção em ambientes rurais
Dolabella, Portella & Cia Ltda: Sociedade Pastoril, agrícola, industrial e construtora	Empreiteira
Florestal: madeiras nacionais para construções	Comercialização de madeiras
Formicida Tatu, Rio de Janeiro	Inseticidas
Indicador: Serrarias, Carpintarias, marcenarias e negócios de lenha e carvão, casas de móveis	Comercialização de madeira
Inseticidas Bekolit, Produtos Beko Ltda, Rio de Janeiro..	Inseticidas
John Deere – Máquinas agrícolas da Lion & Cia., São Paulo e Rio de Janeiro	Maquinários agrícolas
Loja de Peles silvestres Mastwyk & Ommundsen Ltd., Rua do Rosário, Centro do Rio de Janeiro”	Comercialização de Peles de animais
Móveis Finos Leão dos Mares, do Largo da Lapa, Rio de Janeiro	Indústria de móveis de madeira
Neo-necatorina, medicamento que combate a preguiça do homem do campo	Medicamento de trabalhador rural
Projetos, Plantas e Execução de Jardins, R. Pedrosa, Rua Conde Lage, Glória, Rio de Janeiro	Horticultura e jardinagem
Sal Xarqueada da Companhia de Comércio e Navegação Pereira Carneiro & C. Ltda, da Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro	Comercialização de sal
Secador São Paulo: Fabricantes B. Penteado & Cia	Maquinário agrícola
Serraria Itapagipe – Madeiras e materiais de construção Artur Donato & Cia	Comercialização da Madeira

Serraria São Manoel: Grande depósito de madeiras de exportação – fabricação em grande escala de Caxias desarmadas – Madeiras beneficiadas: Soalho, Forro paulista, Calhas, guarnições	Comercialização da Madeira
Serra Rinco, Bing, Noce & Co. Ltda.,São Paulo	Aparelhos de corte e abate das árvores
Vermiol Rios, contra vermes e opilação	Medicamento ao trabalhador rural

Apêndice I – Capas da *Revista Florestal* (1929-1949)

CAPAS DA REVISTA FLORESTAL (1929-1949)			
Julho de 1929	**Agosto de 1929**	**Setembro de 1929**	**Outubro de 1929**
			
Novembro de 1929	**Dezembro de 1929**	**Janeiro de 1930**	**Fevereiro de 1930**
Março de 1930	**Abril de 1930**	**Maio de 1930**	**Junho de 1930**

Julho-agosto de 1930	Fevereiro de 1932	Outubro de 1932	Janeiro-Março de 1943
			
Setembro de 1945	**Dezembro de 1945**	**Março de 1946**	**Junho de 1946**
			
Setembro-Dezembro de 1946	**1947**	**1948**	**1949**
			

Apêndice J – Especialização dos Membros do Conselho Consultivo (1929-1932)

ESPECIALIZAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO CONSULTIVO (1929-1932)	
Ocupação no conselho	**Intelectual**
Presidente	Francisco de Assis Iglésias, diretor do Serviço Florestal do Brasil
Membros	Otávio Silveira Mello, agrônomo assistente do Serviço Florestal do Brasil; Octávio Vecchi, diretor do Serviço Florestal de São Paulo; Paulo Ferreira de Souza, inspetor-geral do Serviço Florestal do Brasil M. L. Oliveira Filho, chefe da Inspetoria Agrícola e Florestal da Prefeitura do Distrito Federal; Alberto José de Sampaio, chefe da Seção de Botânica do Museu Nacional; Arthur Torres Filho, agrônomo do Serviço de Inspeção e Fomento agrícola; J. Barreto Costa, Diretor do Horto Florestal de Resende; Ottoni de Freitas, Diretor do Horto Florestal da Penha, na Sociedade Nacional de Agricultura.
Legislação florestal	Miguel Calmon, senador da Bahia; Augusto de Lima, deputado mineiro na Câmara de deputados; Idelfonso Simões Lopes, deputado gaúcho na câmara dos deputados.
Eucaliptos	Edmundo Navarro de Andrade, diretor do Serviço Florestal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro
Óleos vegetais	J. Bertino de Moraes Carvalho, professor do curso de especialização em óleos vegetais e derivados da Escola Superior de Agricultura
Botânica florestal	João Geraldo Kulhmann, botânico do Serviço Florestal
Moléstias criptogâmicas	Rosario Averna Saccá, do Instituto Biológico de São Paulo; Eugênio Rangel, chefe do serviço de fitopatologia do Instituto Biológico do Ministério da agricultura; Heitor Grillo, assistente da Seção de Fitopatologia do Instituto Biológico do Ministério da agricultura.
Insetos nocivos	Carlos Moreira, diretor do Instituto biológico do Ministério da agricultura; Ângelo Costa Lima, chefe da Seção de Entomologia do Instituto Oswaldo Cruz; Azevedo Marques, assistente de Entomologia do Instituto Biológico de Defesa agrícola; Navarro de Andrade, da Companhia Paulista
Física das madeiras	Ernesto da Fonseca Costa diretor da Estação de Combustíveis e minérios do Ministério da agricultura.
Análises químicas	Mário Saraiva, Diretor do Instituto de Química do Ministério da agricultura; J. de Mello Moraes, Diretor da Escola Agrícola de Piracicaba
Comércio das Madeiras	Afonso Costa, Diretor do Serviço de Informações do Minsitério da agricultura; Léo d'Afonseca, diretor da Estatística Comercial do Ministério da Fazenda; Delphim Carlos da Silva, diretor do Instituto de Expansão Comercial do Ministério da agricultura.
Forragens	José Jorge Otero, da Estação de Agroscologia do ministério da agricultura; Otávio Domingues, professor da Escola Agrícola de Piracicaba; Mário Telles, chefe da Seção de Zootecnia do Serviço de Indústria Pastoril.
Caça e Pesca	Comandante Armando Pina, diretor do Serviço de Caça e Pesca do estado de São Paulo.
Microscópio	Fernando Milanez, agrônomo do Serviço Florestal do Brasil.
Parques e jardins	Arsene Puttemans, do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas.

Apêndice K – Articulistas e ocupação profissional

ARTICULISTAS DA REVISTA FLORESTAL (1929-1949)			
Articulista	**Ocupação**	**Título dos artigos com autoria**	**Edição**
Alberto José de Sampaio	Botânico	Bracatinga	Dezembro de 1929
		Morros queimados	Janeiro de 1930
		A teca da Índia e a do Brasil	Março de 1930
		Angélica do Pará	Maio de 1930
		Ecologia e genética em reflorestação	Julho-agosto de 1930
		Índice remissivo do Código Florestal	Janeiro-Março de 1943
		Reflorestamento e arborização	Dezembro de 1945
		Botânica Florestal	Março de 1946
		O dinamismo da silvicultura	Junho de 1946
		Escola Superior de Agricultura	Setembro-Dezembro de 1946
		O problema florestal no Brasil e suas coordenadas	1947
		Método brasileiro de normas viáveis em silvicultura	1948
		Normas viáveis de reflorestamento	1949
Alfredo Jackson Cabral	Advogado	Florestas e madeiras do Amazonas	1949
Anna Amélia Carneiro de Mendonça	Escritora	Árvore	Julho-agosto de 1930
Antônio da Cunha Bayma	Agrônomo	Proteção das matas e reflorestamento do Distrito Federal	Setembro de 1945
		Árvores do Nordeste	Dezembro de 1945
		Castanha de Caju	Março de 1946
		Buriti	Junho de 1946
		Parque Nacional da Serra dos Órgãos	Setembro-Dezembro de 1946
		As matas do Paraná	1947
		Carnaubais	1949
Arlette Cosendey Rocha	Estudante	Retrato do Brasil	Setembro-Dezembro de 1945
Arthur de Miranda Bastos	Agrônomo	A indústria do papel	Julho-agosto de 1930
Arthur Leandro de Araújo Costa	Médico	Parques Nacionais	Outubro de 1929
Arthur Torres Filho	Agrônomo	A Floresta	Julho-agosto de 1930
Arsène Puttemans	Arquiteto-paisagista	As árvores em relação com a arquitetura-paisagista	Julho-agosto de 1930
Augusto Ruschi	Botânico	Fauna e flora, bens naturais a proteger	Setembro-Dezembro de 1945

Basílio de Magalhães	Escritor	Hino à Árvore	Julho-agosto de 1930
Beatriz Vieira	Escritora	Floresta da Tijuca	1948
Beni Carvalho	Escritor	O amanhã	Julho-agosto de 1930
Bolívar Ribeiro Pinto Bandeira	Agrônomo	O papel	Março de 1946
Carlos de Souza Duarte	Agrônomo	Colonização e devastação	Fevereiro de 1930
Coelho Netto	Escritor	Oração as árvores	Julho-agosto de 1930
Dirceu Duarte Braga	Agrônomo	Reflorestemos para combater o deserto	1948
Djalma Eloy Hees	Agrônomo	Breves considerações sobre a organização do Serviço Florestal no Espírito Santo	Janeiro de 1930
Djalma Guilherme de Almeida	Agrônomo	A industrialização dos eucaliptos	Setembro de 1945
		Combate ao cupim	Dezembro de 1945
		Conservação da madeira	Março de 1946
		Madeiras imunes ou muito resistentes ao cupim	Junho de 1946
		Cortiças	Setembro-Dezembro de 1946
		Madeiras para lápis	1947
		Sugestões para o reflorestamento	1948
Edmundo Navarro de Andrade	Agrônomo	Lenha de eucalipto	Julho-agosto de 1930
Edvard Carmilo	Escritor	As árvores	Setembro de 1929
Emílio de Menezes	Escritor	Pinheiro morto	Julho-agosto de 1930
Emílio Varoli	Zóologo	Noções sobre a criação de algumas aves silvestres	1947
Enéas Calandrini Pinheiro	Agrônomo	Pelas florestas paraenses	Janeiro de 1930
Ernesto Fonseca Costa	Geógrafo	Experiências realizadas com um trator 'Fordson' alimentado com gás de gasogêneo C.G.E.	Outubro de 1929
Eugênio D'Alessandro	Agrônomo/ Silvicultor	A organização geral dos serviços de florestamento da Itália	Fevereiro de 1932
		A propósito da silvicultura	Outubro de 1932
Fernando Romano Milanez	Agrônomo	Microscopia das madeiras	Agosto de 1929
		Microscopia das madeiras – II – Resumo da técnica	Outubro de 1929
		Estrutura do lenho da Imbuia	Fevereiro de 1930
		Estrutura do lenho da Braúna	Julho-agosto de 1930
		Ação modificadora do oxalato de cálcio sobre as estruturas celulares	Outubro de 1932
Flávio	Advogado	Madeiras beneficiadas	Agosto de 1929

Guimarães			
Francisco de Assis Iglésias	Agrônomo	Efeitos econômicos da Seção do Serviço Florestal e o problema do reflorestamento	Julho de 1929
		O crescimento das essências florestais brasileiras	Julho-agosto de 1930
		Cinco anos no Norte	Fevereiro de 1932
Frederico Carlos Hoehne	Botânico	A cruzada pelo reflorestamento	Julho de 1929
		Pelas árvores da nossa Terra	Outubro de 1929
		O problema do reflorestamento	Março de 1930
Geraldo Ferreira de Sampaio	Agrônomo	Tubos de madeira	Julho-agosto de 1930
Gregório Bondar	Agrônomo	Uma nova praga da silvicultura	Janeiro de 1930
		Piquiá	1947
Godofredo dos Santos	Agrônomo	A mata e o reflorestamento	Outubro de 1932
Gustavo Barroso	Escritor	Floresta	Julho-agosto de 1930
Heitor Beltrão	Agrônomo	O semeador das florestas	Fevereiro de 1932
Heitor Vinícius da Silveira Grillo	Agrônomo	A antracnose das mangueiras no Distrito Federal	Agosto de 1929
		A ferrugem da goiabeira	Fevereiro de 1930
		Estudos sobre o *Septobasidium albidum* da Laranjeira	Julho-agosto de 1930
Henrique Boiteux	Militar	O maior parque florestal do mundo	Dezembro de 1929
Henrique Luiz Roessler	Delegado	A execução do código florestal no Rio Grande do Sul:	Junho de 1946
Henrique Paulo da Cunha Bahiana	Agrônomo	A indústria nacional dos óleos secativos	Outubro de 1929
Henrique Semler	Agrônomo	Os eucaliptos	Abril de 1930
		Plantas úteis do deserto	Junho de 1930
Henrique Silva	Agrônomo	A reserva florestal Goiás	Março de 1930
		Caças e caçadas	Abril de 1930
Hermínio Lyra	Agrônomo	Árvores	Fevereiro de 1932
Horácio Peres Mattos	Agrônomo	Fixação de Dunas e Areias Movediças	1947
Hugo Lima Câmara	Botânico	Pau-Brasil	Março de 1946
Hugo Miatello	Agrônomo	A semente e o fenômeno da germinação	Setembro de 1929
Humberto de Almeida	Agronômo	Talhadia simples e composta	Abril de 1930
		O mais velho exemplar vivo dos eucaliptos plantados no Brasil	Maio de 1930
		Sylvae Montibus Restituendae	Outubro de 1932

Ignácio Bustamante	Agrônomo	Notas sobre algumas madeiras úteis do sul de Minas	1948
Iron da Rocha Lima	Agrônomo	A ideia de um Parque Nacional na Ilha do Bananal	Janeiro de 1930
Jayme de Barros	Escritor	A morte das árvores	Fevereiro de 1930
João Baptista Lopes	Agrônomo	A madeira das colônias francesas	Julho de 1929
João Geraldo Kulhmann	Botânico	Contribuição para os nomes vulgares novos	Setembro de 1929
		Uma árvore da flora brasileira que se recomenda pela excelência de sua madeira	Dezembro de 1929
		Contribuição para o conhecimento dos nomes vulgares novos reunidos a espécies botânicas conhecidas	Janeiro de 1930
		As observações do Botânico J; Geraldo Kuhlmann, em diversas localidades do Estado de Minas	Março de 1930
		Uma *Rhamnacea* de cerne magnífico	Julho-agosto de 1930
		A carrapadeira da Restinga	Setembro de 1945
José Lucas Penna	Escritor	Loas al plantador	Julho-agosto de 1930
J.R.S. Wilson	Agrônomo	A produção de tâmaras nos Estados Unidos	Maio de 1930
Juan A. Carnevale	Agrônomo	A plantação de árvores	Junho de 1930
Júlio Ferreira Aguiar	Agrônomo	Fixação das dunas	Junho de 1946
Júlio Moreira Dávila	Agrônomo	O eucalipto na terra gaúcha	Setembro-Dez.1946
Karl Arens	Botânico	Influência da vegetação sobre a infiltração e a retenção de água em solos florestais do Itatiaia	1949
Lauro Bezerra Montenegro	Agrônomo	O problema do reflorestamento em Alagoas	Janeiro-Março de 1943
Leôncio Correia	Escritor	A árvore	Fevereiro de 1932
Luis Carlos	Escritor	A uma árvore	Julho-agosto de 1930
Luiz Derenzi	Engenheiro civil	Parque Nacional do Iguaçu	Janeiro-março de 1943
		As cataratas de Iguaçu	1948
Luiz Gomes de Freitas	Agrônomo	Acácia Negra no Rio do Sul	1949
Luiz Simões Lopes	Agrônomo	Breves notas sobre o problema florestal – aos fazendeiros brasileiros	Março de 1930
		Breves notas sobre o problema florestal	Abril de 1930
		O crescimento das tecas do Horto Florestal do Distrito Federal	Julho-agosto de 1930
		Acordos com os estados para a execução dos serviços florestais	Julho-agosto de 1930

Mansueto Koscinsky	Agrônomo	Essências florestais de São Paulo	Fevereiro de 1932
Marcelo Noverraz	Engenheiro florestal	O problema florestal argentino.	Novembro de 1929
		A indústria de madeiras no Paraguai	Março de 1930
Mário Moura Brasil do Amaral	Agrônomo	Um empreendimento madeireiro	1949
Mileto Álvares de Souza Coutinho	Agrônomo	Reflorestamento do Morro do Telégrafo na Quinta da Boa Vista	Setembro de 1945
Nélson Catunda	Agrônomo	O reflorestamento do Nordeste	Novembro de 1929
Nélson Guedes Pereira	Agrônomo	A utilidade humana das florestas	Setembro de 1929
		Florestas particulares, florestas condenadas à morte	Dezembro de 1929
		A necessidade da sombra na cidade sob os trópicos	Fevereiro de 1930
Octávio Silveira de Mello	Agrônomo	O perigo de incêndio	Junho de 1930
		A poda das árvores de arborização	Julho-agosto de 1930
		A identificação dos angicos	Dezembro de 1945
Othon Xavier de Brito Machado	Botânico	Tinguaciba da Restinga	Setembro de 1945
		Tinguaciba da restinga	Dezembro de 1945
		Pata de Vaca	Março de 1946
Paulo Ferreira de Souza	Agrônomo	Perspectivas e confrontos	Julho de 1929
		O ensino da silvicultura	Agosto de 1929
		Árvores de sombra e de ornamentação	Dezembro de 1929
		Árvores florestais	Abril de 1930
		O Serviço Florestal dos Estados Unidos durante o ano de 1929	Maio de 1930
		O Serviço Florestal dos Estados Unidos em 1929	Junho de 1930
		Apontamentos sobre a flora de Goiás	Julho-agosto de 1930
		Florestas Nacionais e Escola de Silvicultura	Setembro de 1945
Paulo Occhioni	Botânico	Considerações sobre duas interessantes microspermas, saprófitas da flora do Distrito Federal	Junho de 1946
Pedro Vergara	Advogado	A fortuna descomunal	Fevereiro de 1932
Porto da Silveira	Escritor	Floresta-mar	Outubro de 1932
Raimundo Fernandes e Silva	Agrônomo	A defesa das florestas	Junho de 1946
Raimundo Pimentel Gomes	Agrônomo	Necessidade premente	Novembro de 1929
		Reflorestemos	Fevereiro de 1930
		Fomento Florestal	Setembro-Dezembro de 1946
		Oleaginosas Amazônicas	1947

Roquette-Pinto	Escritor	A lição das árvores	Novembro de 1929
		Hino à árvore	Julho-agosto de 1930
Roy Nash	Geógrafo	Orientação Florestal Brasileira	Julho de 1929
		Orientação Florestal brasileira - a situação mundial	Agosto de 1929
		Orientação florestal brasileira – a silvicultura versus a exploração capitalística	Setembro de 1929
		Orientação Florestal brasileira – O que o Brasil tem feito – O serviço Florestal na Índia	Outubro de 1929
		Orientação florestal brasileira	Novembro de 1929
		Orientação Florestal Brasileira	Dezembro de 1929
Sampaio Ferraz	Meteorologista	A influência das florestas sobre as chuvas	Julho-agosto de 1930
Sara Souza	Aluna primária	Música selvagem	Julho-agosto de 1930
Serafim França	Advogado	O testamento da árvore	Julho-agosto de 1930
Valentim da Silva	Jornalista	Na floresta	Fevereiro de 1932
Valle Cabral	Agrônomo	Condições econômicas da extração e exportação de madeiras na Bahia	Junho de 1930
		Marahuita	Fevereiro de 1932
		A cachoeira do Brumado, na Bahia	Outubro de 1932
Vasconcelos Sobrinho	Agrônomo	Algumas notas sobre a origem, organização e realizações do Serviço Florestal de Pernambuco	Janeiro-março de 1943
Virgínio Campello	Agrônomo	Comentários sobre 'Primórdios da silvicultura do Brasil' de Humberto de Almeida	Fevereiro de 1932
		A indústria da celulose e pasta de madeira no Brasil	Outubro de 1932
Wanderbilt Duarte de Barros	Agrônomo	A importância pública dos Parques Nacionais	Setembro de 1945
		A queda das folhas de árvores do Itatiaia	1947
		Floresta protetora na região do Itatiaia	1948
		Parque Nacional do Itatiaia	1949
William T. Cox	Agrônomo	O interesse que o Brasil deve ter pelo patrimônio florestal	Fevereiro de 1930
		Uma vista do conjunto de possibilidades florestais do Brasil	Julho-agosto de 1930
William Wilson Coelho de Souza	Agrônomo	A Questão Florestal na Cia Mogiana de Estradas de Ferro	Setembro-Dezembro 1946
		A derrubada das matas em São Paulo	1947
Wilson Popenoe	Agrônomo	A cultura da mangueira na América Latina	Julho de 1929

**Excetuamos desta listagem o artigo "A lenda das andorinhas" de Theodore Bauville, por entendermos que se tratava de uma extração de texto de literário e, pelo que percebemos na documentação, sem vínculos conscientes da existência do periódico, uma vez que faleceu antes da cogitação de criação da Revista Florestal. Tal exceção se justifica à medida que pretendemos com esta tabela ilustrar alguns dos agentes que integraram a revista e, por consequência, o movimento de proteção à natureza no Brasil diretamente. Eliminamos também dessa abordagem os artigos sem autoria.*

Apêndice L – Assiduidade dos articulistas na *Revista Florestal* (1929-1949)

QUADRO DOS ARTICULISTAS DA REVISTA FLORESTAL (1929-1949)						
Frequência de artigos	**Quantidade de intelectuais**	**Número de artigos**	**Fases**			**Intelectuais articulistas**
			1ª	**2ª**	**3ª**	
Muito assíduo (*acima dos 10*)	1	13	x	x	X	Alberto José de Sampaio
Assíduos (6-*10 artigos*)	5	8	x		X	Paulo Ferreira de Souza
		7			X	Antônio da Cunha Bayma
		7			X	Djalma Guilherme de Almeida
		6	x		x	João Geraldo Kulhmann
		6	x			Roy Nash
Regulares (*3-5 artigos*)	12	5	x			Fernando Romano Milanez
		4	x			Luiz Simões Lopes
		4	x		x	Raimundo Pimentel Gomes
		4			x	Wanderbilt Duarte de Barros
		3	x			Francisco de Assis Iglésias
		3	x			Heitor Vinicius Grillo
		3	x			Humberto Gomes de Almeida
		3	x			Frederico Hoehne
		3	x			Nélson Guedes Pereira
		3	x		x	Octávio Silveira Mello
		3			x	Othon Xavier de Brito Machado
		3	x			Valle Cabral
Esporádicos (*1-2 artigos*)	72	2	x			Eugênio D'Alessandro
		2	x		x	Gregório Bondar
		2	x			Henrique Silva
		2	x			Henrique Semler
		2		x	x	Luiz Derenzi
		2	x			Marcelo Noverraz
		2	x			Roquette-Pinto
		2				Virginio Campello
		2	x			William T. Cox
		2			x	William Wilson Coelho de Souza
						Ana Amélia Carneiro de Mendonça, Arthur Leandro de Araújo Costa; Arthur Miranda Bastos; Arthur Torres Filho; Arsène Puttemans; Basílio Magalhães; Beni Carvalho; Carlos de Souza Duarte; Coelho Netto; Djalma Eloy Hess; Edmundo Navarro de Andrade; Edvard Carmilo; Emílio de

		1	x			Menezes; Enéas Calandrini Pinheiro; Ernesto Fonseca Costa; Flávio Guimarães; Geraldo F. de Sampaio; Godofredo dos Santos; Gustavo Barroso; Heitor Beltrão; Henrique Boiteux; Henrique Paulo Bahiana; Hermínio Lyra; Hugo Miatello; Iron da Rocha Lima; Jayme de Barros; João Baptista Lopes; José Lucas Pena; J.R.S.Wilson; Juan Carnevale; Leôncio Correia; Luís Carlos; Mansueto Koscinsky; Nélson Catunda; Pedro Vergara; Porto da Silveira; Sampaio Ferraz; Sara Souza; Serafim França; Valentim da Silva e Wilson Popenoe.
		1		x		Lauro Bezerra Montenegro e Vasconcelos Sobrinho
		1			x	Alfredo Jackson Cabral, Arlette Cosendey da Rocha, Augusto Ruschi; Beatriz Vieira; Bolívar Bandeira; Dirceu Duarte Braga; Emílio Varoli; Horácio Peres Mattos; Henrique Luiz Roessler; Hugo Lima Câmara; Inácio Bustamante; Júlio Ferreira Aguiar; Júlio Moreira Dávila; Karl Arens; Luíz Gomes Freitas; Mário Moura Brasil do Amaral; Mileto Álvares de Souza Coutinho; Paulo Occhioni e Raimundo Fernandes e Silva.

Apêndice M – Gestão institucional do Conselho Florestal Federal (1934-1967)

GESTÃO INSTITUCIONAL DO CONSELHO FLORESTAL FEDERAL		
Período	**Presidente**	**Características**
1934-1946	José Mariano Filho	As principais medidas da gestão de Mariano Filho: a) a organização anual das festas das árvores na entrada da primavera no Jardim Botânico do Rio de Janeiro; b) a busca pela conservação das matas ao longo da faixa de estrada entre Rio-Petrópolis; c) a aprovação dos conselheiros na criação de parques nacionais similares aos norte-americanos; d) a campanha para a estruturação de conselhos florestais regionais e municipais, subordinados ao federal; e) o apoio à criação de 27 parques florestais em diversas cidades do país; f) a articulação à medidas de calçamento, arborização e ajardinamento das cidades, valorizando os sítios pitorescos e o estilo neocolonial e, finalmente, g) o combate aos incêndios florestais, advindos do crescimento das favelas e práticas de lançamento e venda de balões.
1946-1953	Luciano Pereira da Silva	Com o falecimento do jornalista foi eleito o consultor jurídico do Ministério da Agricultura Luciano Pereira da Silva. Uma vez que era vice-presidente durante a administração anterior, poucas alterações se verificaram no plano estrutural do conselho. Sua administração continuou os projetos anteriores permanecendo os mesmos conselheiros e atribuições. Um dos principais pontos de influxo em relação à presidência anterior foi a intensificação no combate do lançamento e comercialização de balões e críticas aos moradores das favelas pelo desmatamento, sobretudo na Gávea e Tijuca, zonas sul e norte do Distrito Federal. Para a contenção das infrações, estreitou as relações com o Corpo de Bombeiros e Forças Armadas. Além disso, o conselho sediou a Comissão Nacional de Política Agrária em 1950, que nos remete a profunda interação do problema florestal com as territorialidades pelo uso e controle da terra. Durante a gestão de Pereira da Silva o conselho se enfraqueceu gradativamente, em contraponto ao projeto desenvolvimentista. Os baixos custos orçamentários destinados ao conselho, a fragilidade de sua atuação sendo apenas órgão consultivo (e não julgador ou executor), a grande dimensão geográfica do território e o elevado número de atribuições eram fatores que inviabilizavam sua atuação de modo mais decisivo. De 1951 a 1953, vale destacar, os jornais indicavam a ausência de reuniões sistemáticas no conselho para elaboração de pareceres.
1953-1956	Antônio da Cunha Bayma	Com aposentadoria de Pereira da Silva em 1953, o conselho foi gerido pelo engenheiro agrônomo Cunha Bayma que se dedicava em seus trabalhos à análise da economia açucareira. Seu nome para presidir o conselho não era trivial. Ele dava continuidade a uma política anterior, visto que era vice-presidente da instituição. Inscrito em uma esfera de valorização da indústria, o conselho teve que ampliar as negociações com diferentes instituições públicas ou privadas para se fazer ouvir. O presidente e conselheiros visitaram empresas de transporte e siderurgia, sobretudo de capital estrangeiro, que promoviam o reflorestamento. Além disso, inovou as fardas da polícia florestal, integrou à elaboração do I Congresso Florestal Brasileiro, sediado em Curitiba no ano de 1953, aprovou na Carteira de Crédito Agrícola e Industrial que não fossem concedidas verbas a projetos que resultassem em desflorestamento, buscou patrimonializar as propriedades de Henrique Lage no Rio de Janeiro e ainda se ventilou por meio do botânico Luiz Emygdio de Mello Filho a redução do imposto territorial sobre as áreas florestais. Observa-se com estas medidas que o conselho atribuía-se neste momento de funções prioritariamente econômicas que, embora houvesse ações culturais e educacionais, o foco central baseava-se no reflorestamento como fonte de rendimento e manutenção do impulso

		industrialista.
1956-1967	Victor Abdennur Farah	Com a ascensão de Juscelino Kubitschek ao governo da República, os conselheiros anteriores foram exonerados e ocorreu uma grande reestruturação no conselho. As instituições que passaram a ser representadas foram: a consultoria jurídica do Ministério da Agricultura, o Instituto Nacional do Pinho, a Seção de Defesa da Repartição Federal, o Conselho de Segurança Nacional, a Divisão das Águas do Ministério da Agricultura, o Ministério da Viação e Obras públicas, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, a Confederação de Indústria, Comércio e Lavoura, o diretor do Serviço Florestal e mais 4 membros técnicos especializados em silvicultura. O maior número de representações institucionais pluralizava os agentes interessados nesta questão tratada como estratégica ao desenvolvimento nacional. Farah opôs-se à política rodoviarista, considerando que os loteamentos conduziam a uma devastação sem retorno. Além disso, questionava-se a legislação florestal e o papel limitado do conselho na fiscalização dos incêndios florestais. Por essa razão, estiveram os conselheiros inseridos na reformulação do código florestal em 1965, formularam um "Atlas Florestal do Brasil" em 1964 e publicado dois anos depois; desenvolveram premiações, medalhas ou concursos, tais como "Alberto José de Sampaio", "José Bonifácio – o Patriarca", "Manuel Gomes Archer" para trabalhos que enfatizassem a questão florestal; apoiaram o projeto de reforma agrária de 1963; bem como promoveram a criação de Parques Nacionais da Tijuca, da Serra do Cipó e crítica ao abandono do Parque Nacional de Paulo Afonso. Outro ponto importante do conselho durante esta última gestão se deve ao intercâmbio de cientistas estrangeiros. Ventilado desde a gestão de Cunha Bayma, Farah defendeu a filiação do Brasil à União Internacional de Proteção à Natureza (UIPN, sediada em Bruxelas e fundada em 1947), propiciou palestras de representantes da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas para América Latina, tal como René Gachot e cursos de técnicos florestais franceses com André Aubreville em 1957. Dez anos depois, com os seus pareceres sendo transgredidos pela Prefeitura do Rio de Janeiro, bem como a superposição de funções entre o Instituto Nacional do Pinho e Serviço Florestal, o conselho foi extinto para a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

Apêndice N – Circulação dos periódicos florestais contemporâneos à *Revista Florestal*

CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DO PERIODISMO FLORESTAL NO MUNDO			
Origem	**Título do periódico**	**Criação**	**Observações**
Alemanha	*Holzhandelsblatt*	-	-
	Zeitschrift für Forst- und Jagdwesen		O periódico contemplava artigos sobre as microscopias e análises bioquímicas das madeiras para seus usos na sociedade, dentre emprego para combustíveis de automóveis. Entre os professores que constam estre seus articulistas estavam Dr. A. Möller; Dr. R. Albert;
	Allgemeine Forst un Jadg Zeitung	-	-
Argentina	*Madeiril*	1928	Editada em Buenos Aires, o mensário argentino foi fundado em 9 de julho de 1928 sob a direção do madeireiro Eugênio F. Deymonnaz. Projetava-se no cenário público como "defensora da indústria florestal argentina". Justificava-se, tal como outras pela ausência de um órgão que representasse o interesse desta indústria em um momento de crise econômica. Trazia em suas páginas as informações sobre o mercado internacional, dando o caráter de urgência para proteção do que consideravam ser a riqueza florestal da nação. As justificativas de proteção das florestas residiam na amenidade climática, controle das erosões dos solos, fornecimento de suportes estratégicos para guerras e potencial higiênico que as florestas provocariam. Também destinado a cientistas e proprietários de terra, bem como inscrevia-se como veículo de divulgação para a construção de uma "cultura florestal" ou "educação florestal" no país. O periódico foi uma caixa de ressonância para ideias que seriam, posteriomente, levadas a cabo pelo governo peronista, como a implementação de parques nacionais.
Austrália	*Australian Forestry Journal*	-	-
Áustria	*Continentale Holzzeitung*	-	-
	Neue-Holzzeitung	-	-
Bélgica	*Bulletin de la Société Forestière de Belgique*		Boletim que divulgava as propostas discutidas na Sociedade Florestal Belga.
Burma	*Burmese Forester*	1951	
Caribe	*The Caribbean Forester*	1939	A primeira edição apareceu em outubro de 1939 e era distribuída por meio de permuta entre os interessados em florestas do Mar e das Ilhas do Caribe. Tal regionalização abrangia um vasto conjunto espacial, contemplando Bahamas, Barbados, a então Guiana Britânica, Honduras (tanto a possessão Britânica quanto a independente à época), Zona do Canal do Panamá, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, República Dominicana, Guiana Francesa, Granada, Guadalupe,

			Guatemala, Haiti, Jamaica, Leeward Islands, Martinica, México, Nicarágua, Santa Lúcia, São Vicente, El Salvador, Suriname, Trinidad e Tobago e Venezuela.
Dinamarca	*Tidsskrift*	-	Quinzenário organizado pela Associcação Dansk Skovforenings, instituição criada em 1888 que zelava pelas florestas dinamarquesas
Espanha	*Montes e industrias*	-	-
	Revista de Montes	-	Inicialmente, foi um periódico quinzenal. Entre seus articulistas constam: Garcia Maceira, Marqués de Camps, J.A. Peréz Urruti e Ricardo del Arco.
	España Forestal	1915	Projetada mensalmente pela Real Sociedade Espanhola dos Amigos das Árvores, o periódico de Madrid teve início em maio de 1915 com atuação marcante do engenheiro Ricardo Codorniú e Strárico. Tal como os demais periódicos promovia a Festa das Árvores, defendia uma pedagogia florestal para a conservação dos recursos naturais e a construção de uma política florestal espanhola. Os principais articulistas advinham da Escola de Montes, tais como Octávio Elorrieta y Artaza, Satiago Olazábal. Com o falecimento de Cordoniú em 1923, a direção da revista é assumida pelo também engenheiro Pedro del Pozo y Rodriguéz. Tal impresso estava articulado ao Boletim da Sociedade espanhola dos amigos das árvores.
Estados Unidos	*Journal of Forestry*	1902	Publicação da Society of American Foresters, da qual pfazia parte o colaborador da *Revista Florestal*, Edmundo Navarro de Andrade. A Biblioteca do Jardim Botânico e do Museu Nacional possui exemplares da coleção quase completa do mensário. Surgiu inicialmente como Forestry Quartely.
	American Forestry	-	-
	Tropical Woods	1925	A revista de perfil científico acerca das madeiras tropicais, em especial, da América Latina, foi dirigida pelo professor de Produtos Florestais da Universidade de Yale, Samuel Record. Tal estudioso mantêm contatos com diversos intelectuais, sendo mencionado como bibliografia canônica no tocante ao problema florestal, bem como era colaborador de outros periódicos. Record dizia que colaborava pouco a revista brasileira em função de organizar este periódico. A primeira menção que faz à *Revista Florestal* é a indicação aos seus leitores para o artigo do botânico do Serviço Florestal do Brasil, João Geraldo Kulhmann, denominado "Contribuição para o conhecimento de nomes vulgares novos". Concedem breve nota asseverando que aquele artigo permitia identificar as espécies vegetais por meio da ciência, revisando o que julgavam ser a "confusa" nomenclatura popular.
Filipinas	*The Phillipine Forestry*	1944 (?)	O modelo filipino de conservação das florestas foi um parâmetro para o governo brasileiro. Constam edições na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
Finlândia	*Acta Forestalia Fennica*		A Acta era publicada pela Sociedade Florestal da Finlândia, instituição criada em 1909.
	L'Arbre	-	-

França	*L'Echo des Bois*	1916	Nascida em fevereiro de 1916, o periódico trouxe como artigos a relação entre a guerra e a devastação das matas, a percepção da atitude dos comerciantes de madeiras, as informações sobre o comércio de madeiras da Suécia, além de artigo sobre as madeiras brasileiras.
	L'Echo Forestier	-	-
	Revue des Eaux et Forêts		Profundamente vinculada à Escola Florestal de Nancy. Nos anos de 1915 publicou diversos trabalhos sobre a ação dos serviços florestais durante a guerra e as devastações dos montes provocadas por estes eventos.
	La Nature	-	-
	Revue Internationale Pour la Protéction de la Nature	1928 (?)	O meio do Oficio Internacional de Proteção à Natureza de sistematizar as legislações contemporâneas e os "esforços do mundo civilizado" para reparar as devastações do "patrimônio florestal". Alberto José de Sampaio era leitor confesso destes fascículos.
Holanda	*Tidschrift de Nederlandsche Heidmatschopp*	-	-
Índia	*India Foresters*	1875	Para Gregory Barton foi o primeiro periódico florestal do mundo. Estava vinculado ao Serviço Florestal Indiano. Publicava informações sobre a necessidade de proteção das florestas a fim de impedir a desertificação.
Inglaterra	*Timber Trade Journal*		
Itália	*Il Legno*	1925	Este foi o periódico que mais dialogou com a *Revista Florestal*. Isso porque um de seus colaboradores, Eugênio d'Alessandro era também colaborador do periódico brasileiro. É mencionado diversas vezes na narrativa da Revista e buscava no nacionalismo autoritário de suas práticas a semelhança com o Brasil.
	Italia Forestale	-	-
	L'Alpe	-	-
	Corriere Silvano		
Iugoslávia	*Hrvatski Drvotrzag*		
Malásia	*The Malayan Foresters*	1921	O mensário era vinculado ao Departamento Florestal Malaio com objetivo de apresentar as pesquisas científicas realizadas pelos seus técnicos no que tangia às madeiras de exportação do país. Constam edições na Biblioteca do Museu Nacional. Inicialmente era designado "Malayan Science Bulletin.
México	*México Forestal*	1923	Organizada pela *Sociedad Forestal Mexicana* em 1923, em especial o seu primeiro diretor, o engenheiro Miguel Ángel de Quevedo, que se autointitulava "apóstolo da árvore". Publicava notícias em defesa da criação de uma legislação floresta mexicana, informações sobre os mercados de madeiras e subprodutos florestais, além de celebrar eventos como a Festa das árvores como meio de modificar a consciência do campesinato diante do uso do mundo biofísico. De acordo com Boyer, era a "voz dos conservacionistas científicos" do México. As demandas de proteção à natureza preconizadas na revista, encontraram na administração de Lázaro Cárdenas que durou de 1934 a 1940 uma ressonância de

			suas propostas.
	Boletín del Departamento Forestal y de Caza y Pesca	1935	Publicava decretos que oficializavam a "obra" do presidente Lázaro Cárdenas no tocante à proteção à natureza, artigos em defesa da educação florestal, criação de parques nacionais, bem como eventos ocorridos acerca do assunto. Existem edições na Biblioteca do Museu Nacional.
	El mensagero forestal	1942	-
Nova Zelândia	*New Zealand Journal of Forestry*	1925	Este periódico foi articulado pelo Clube Florestal da Escola Florestal de Canterbury, editado primeiramente por F.E. Hutchinson.
Peru	*Boletín del Comité de Protección a la Naturaleza*	1940	Publicação que reunia os artífices do Comité Nacional de Protección a la Naturaleza reivindicando a defesa da flora nativa, a criação de parques nacionais (em especial de Huascarán), a proteção de bosques e sítios arqueológicos (Macchu Picchu, por exemplo) e a regulamentação da caça e da pesca. O periódico coincide com uma política mais sistemática da legislação florestal. Embora já celebrasse a festa das árvores com impasses na fixação do calendário específico que durou até 1937 quando foi decretado o dia da primavera em 23 de setembro e tivesse anotações sobre a temática florestal em leis de 1908, 1919 e 1926 defendendo a conservação de estradas, somente ocorreu um projeto de institucionalização os anos de 1940 com diretorias dedicadas ao reflorestamento.
Polônia	*Drzewo*	-	-
Portugal	*Revista Florestal*	1894 (?)	-
Reino Unido	*Transactions*	-	Publicação semestral organizada pela Real Sociedade Escocesa de Arboricultura, instituição fundada em 1834.
	Quartely Journal of Forestry	-	Trimestral redigido pela Real Sociedade inglesa de Arboricultura, instituição fundada em 1882.
	The Journal of the land Agents Society	-	Periódico de divulgação da Sociedade de Agentes da Terra, instituição criada em 1902
Suécia	*Svenk Travaru e Pappersmardetinaning*		
Suíça	*Journal Forestière Suisse*		Editado de Berna, capital do país. Entre seus articulistas estão: P. Jaccard, Julien Morel, William Borel,
	Schweizerische Zeitschrift für Forstwesen		Tal como a conterrânea, também trazia artigos de P. Jaccard.
Suriname	*Diens't Land bosbeheer*	(?)	-
Tchecoslováquia	*Carpathia*	-	-
	Der Holzanzeiger		-
	Checoslovakishe Holzzeitung		-

Apêndice O – Disponibilidade da *Revista Florestal* em Livrarias

DISPONIBILIDADE DA *REVISTA FLORESTAL* EM LIVRARIAS		
Origem geográfica	**Livraria**	**Trajetórias da instituição**
Rio de Janeiro	Braz Lauria	De acordo com Ubiratan Machado (2002, p.183), a Casa Braz Lauria foi fundada na primeira metade do século XX na rua do Ouvidor, número 181. Transferiu-se, posteriormente, para a Gonçalves Dias, ao lado do Mercado das Flores. É neste momento que a *Revista Florestal* é distribuída na livraria. Em 1939, vivenciou uma nova mudança de sede, passando a ser instalada para a rua do Rosário, n.173. Sua especialidade era a venda de jornais e revistas que estavam em moda e tinha estoques de espanhóis clássicos. Entre os membros que traziam uma herança espanhola nesta rede de proteção à natureza consta o agrônomo Francisco Iglésias, filho de imigrantes da Catalunha. Pelo que constatamos, a livraria enfrentou censura de regimes políticos, sobretudo durante o governo de Hermes da Fonseca (O Imparcial, . A livraria que desobedeceu as ordens republicanas de impedir a comercialização de obras opositoras do marechal, foi fechada em 10 de março de 1914. O dono da livraria foi preso por quatro dias e solto pelas reivindicações de seus fregueses.
	Livraria Católica	Ao lado da Garnier, a Católica era uma das principais livrarias do Brasil à época. Emergiu sob o contexto de intensificação do movimento católico liderado por Alceu do Amoroso Lima e Jackson Figueredo. Em 1928, Augusto Frederico Schmidt, que se tornaria colaborador da *Revista Florestal*, tornou-se diretor da instituição. Sem dúvida, foi o elo que assegurou a existência do periódico nas estantes da Católica.
São Paulo	Francisco Alves	A filial da livraria carioca, de acordo com Marisa Deaecto (2016, p.55), foi fundada em 23 de abril de 1894 na rua da Quitanda, número 9. Inscreveu-se como uma instituição vinculada a difusão de obras voltadas ao ensino superior (jurídico, principalmente) e de primeiro e segundo graus.
Belo Horizonte	Francisco Alves	A filial mineira da Livraria Francisco Alves emergiu em 1893 sob o título de Livraria Clássica, fruto de um contrato entre o carioca Alves e o professor- livreiro Thomaz Brandão. No entanto, ela estava localizada na cidade de Ouro Preto. Conforme Maciel (2016, p.110), três anos depois da criação de Belo Horizonte ocorrida em 1897, a Francisco Alves instala uma filial na cidade-jardim. As reformas educacionais da Primeira República nas administrações mineiras fizeram a demanda por livros didáticos crescer e, consequentemente, os lucros deste mercado editorial. Entre os seus clientes estavam o mineiro Augusto de Lima, diretor do Arquivo Público Mineiro e colaborador da *Revista Florestal*.
Curitiba	França & Cia. Ltda.	Não constatamos informações sobre o círculo social que envolve esta livraria.
Vitória	Bastos Júnior	Não constatamos informações sobre o círculo social que envolve esta livraria.
Belém	Albano N. Martins	Não constatamos informações sobre o círculo social que envolve esta livraria.
Florianópolis	Alberto Entres & Irmão	Não constatamos informações sobre o círculo social que envolve esta livraria.

Apêndice P – Quadro prosopográfico da Rede intelectual tecida pela *Revista Florestal*

Nome do Intelectual	Nacionalidade	Família	Trajetória profissional	Relação com a Revista
Adalberto Mário Ribeiro (1891-1953)	Brasileira	Casado com Anúncia Morales Ribeiro com quem tinha dois filhos: Raphael Morales Ribeiro e Sílvia Morales Ribeiro.	Seu nome consta em diversos trabalhos da historiografia, pelo fato de ser um dos repórteres de maior número de artigos publicados na *Revista do Serviço Público* que enaltecia as "obras getulianas" do Estado Novo. Em suas letras, foram noticiadas reportagens que iam desde a reforma da Imprensa Nacional à construção do Ministério da Fazenda. No entanto, para a realização deste esboço biográfico percebemos que sua trajetória é esquecida. Dos vestígios que obtivemos sabemos que ele era natural da cidade de Barra Mansa, interior fluminense. Com a crise cafeeira na sua cidade, veio "ainda cedo", porém, para o Rio de Janeiro. Trabalhou no setor do comércio, foi empregado da Light (mesma empresa de Eugênio d'Alessandro) e da Central do Brasil (provavelmente, onde conheceu Francisco Rodrigues de Alencar) e jornalista do Ministério da Fazenda. A imprensa foi um meio de obtenção de recursos. Enquanto redator do *Correio da Manhã* publicava a coluna "Pequenas Reportagens" a qual lhe assinava apenas com A.R. Em 1953, suicidou-se do quarto andar do hospital, após, dias de enfermidade.	Leitor do periódico
Afonso Gonçalves Ferreira da Costa (1869-?)	Brasileira	Teve três filhas: Dulce Costa, Sara Costa e Maria Rita Costa. Não conseguimos investigar o lugar que sua família ocupava na divisão social do trabalho, mas sugere-se sua posição enquanto elite letrada.	Pernambucano, Afonso Costa formou-se na Faculdade de Direito de Recife. Logo adotou o caminho de diversas elites políticas no Brasil, isto é, após obter o diploma ingressou em promotorias públicas. No caso de Costa, foi promotor da cidade pernambucana de Boa Vista em 1893. No mesmo ano foi exonerado da função, dirigindo-se para a promotoria de Recife. No ano seguinte era lente em língua portuguesa no Ginásio Pernambucano. Em 1895 foi nomeado prefeito da cidade, função que ocupa até outubro. Exerceu mandato de deputado estadual de 1896 até 1904. Posteriormente, foi deputado federal de 1905 a 1911. Pediu exoneração no Ginásio Pernambucano quando foi nomeado diretor do Serviço de Informação e Divulgação Agrícola em 1912. Nesta posição cuidou de enorme biblioteca com exemplares acerca dos espaços agrários de diversos lugares do globo, bem como organizou a criação do Boletim do Ministério da Agricultura. Este periódico que era porta-voz do Ministério da Agricultura concedeu visibilidade à questão florestal em diversas oportunidades, analisando as atividades das instituições vinculadas ao movimento florestal. Além disso, percebia que sua posição era fundamental na estruturação das políticas agrícolas do país e entendia o papel da Marinha Mercante na difusão do comércio brasileiro. Sendo consultor jurídico da Congregação da Marinha Mercante orientou que fossem confeccionadas diversas brochuras e livretos sobre as condições comerciais para o cultivo e extração de grande número de produtos agrícolas, desde o café, algodão, mate, madeiras, borracha, cacau, frutas cítricas, entre outras. Em 1931 é indicado para auxiliar Lindolfo Collor na diretoria de Expediente e Contabilidade do Ministério do	Colaborador do periódico na primeira fase

			Trabalho. Afonso Costa, inclusive atuou rapidamente como ministro do trabalho, indústria e comércio interinamente.	
Alberto José de Sampaio (1881-1946)	Brasileira	Era filho do comerciante e proprietário de imóveis João José de Sampaio que descendia de botânicos portugueses e Leopoldina Joaquina Decat Sampaio.	Nascido na cidade fluminense de Campos dos Goytacazes, Sampaio cursou estudos em escola primária na cidade do Porto. Seu curso secundário foi no Liceu de Humanidades de Campos. Iniciou a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas interrompeu ao entrar por concurso público para assistente de Botânica no Museu Nacional. Veio a se formar em homeopatia na Escola de Medicina e Cirurgia do Instituto Hahnemanniano do Brasil. De 1912 a 1946 teve uma vida vinculada ao Museu Nacional, em especial a Seção de Botânica. Participou da Comissão Rondon, integrou a Academia Brasileira de Ciências, agregou esforços para a construção do Conselho Nacional de Geografia e Sociedade dos Amigos das Árvores. Publicou na Coleção Brasiliana as obras "Biogeografia dinâmica", "A alimentação sertaneja e do interior da Amazônia" e "Fitogeografia do Brasil" em que preconizava o reflorestamento e intuito de construção da nacionalidade. Foi relator geral da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza em 1934 e membro do Conselho Florestal Federal. No mesmo ano, participou ativamente da construção do código florestal que foi decretado em 1934.	Colaborador do periódico nas três fases, principal articulista e homenageado *post-mortem*.
Alfeu Domingues da Silva (?-?)	Brasileira	Um dos 11 filhos do engenheiro civil Misael Domingues com Maria Lacerda. Tinha como irmão o engenheiro agrônomo Renato Domingues da Silva, que também participou ao seu lado do comitê de Redação da Revista Florestal.	Nascido em Garanhuns, interior de Pernambuco, Alfeu estudou no Colégio 15 de Março de Maceió, 19 de abril em Jaboatão e no Ginásio Pernambucano, onde lecionava Afonso Costa. Diplomou-se na Escola de Agronomia de Pernambuco. Logo após o curso superior, compôs em 1919 a Comissão de Obras de reforma do Porto de Recife e ingressou como chefe de culturas do Serviço de Sementeiras em 1921. Atuou, em seguida como delegado no Serviço de Algodão na Paraíba e superintendente do Serviço do Algodão. Em 1942 assumiu o posto de Diretor do Serviço Florestal, substituindo Francisco de Assis Iglésias. Pelo regulamento da época, o Jardim Botânico seria subordinado ao Serviço Florestal e, dessa forma, foi simultaneamente, diretor do Jardim Botânico de 1942-1944. Dirigiu também o Serviço de Plantas têxtis, chefe sa seção de fitopatologia, assistente da cadeira de Botânica da Escola Nacional de Agronomia. Representou o Brasil na Feira Mundial de Nova Iorque em 1939 e participou em 1940 como representante do Brasil na Comissão Panamericana de Recursos Naturais de Washington. Tal como os demais membros da rede integrou a Sociedade Nacional de Agricultura e no pós-guerra representou o Brasil em comissões que organizaram a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.	Membro do Comitê de redação na segunda fase
Alfredo Jackson Cabral (?-?)	Brasileira	Não obtivemos êxito ao investigar informações acerca de seu núcleo familiar.	O amazonense era advogado e proprietário da Serraria Amazonas em Manaus. Em 1940 era deputado pelo estado e recebeu Getúlio Vargas em sua residência, quando o presidente visitou a capital amazonense.	Articulista da terceira fase
Álvaro Simões Lopes	Brasileira	Irmão mais velho do criador da revista, Luiz	O pelotense concluiu seus estudos na Escola de Agronomia e Pecuária de Buenos Aires na Argentina em 1913. Do lado brasileiro da fronteira foi nomeado chefe de culturas do Serviço de	Colaborador do periódico

(1892-1979)		Simões Lopes, e filho de Idelfonso Simões Lopes e Clara de Sampaio Lopes. Da mesma família gaúcha de tradição em Pelotas. Casado com Dinorah Simões Lopes	Agricultura prática em 1918. Desempenhou ali as funções de instrutor de lavradores no Espírito Santo e Bahia. Dois anos depois foi admitido como auxiliar no Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola, trabalhando, principalmente, no Rio Grande do Sul. Em 1924 tomou posse como diretor do Patronato Agrícola Visconde da Graça. Em 1930 transferiu-se para o ministério do trabalho, indústria e comercio, sendo técnico de patentes e invenções da Divisão de Propriedade Industrial. Desde 1934 era representante do ministério da agricultura no Instituto do Açúcar e do Álcool. Era, tal como outros desta rede, integrante da Sociedade Nacional de Agricultura.	na primeira fase
Amazonas Almeida Torres (1886-?)	Brasileira	Casado com a curitibana Noêmia Almeida Torres. Seu filho era Rubens Almeida Torres.	Nascido em 15 de janeiro de 1886, Almeida Torres trabalhou no Serviço público desde 1911 quando foi nomeado auxiliar de Inspetoria agrícola em seu estado natal, o Paraná. Ali ascendeu de auxiliar para ajudante em 1913, onde ficou até 1915. Neste ano, com o início da administração de Pacheco Leão, foi admitido como jardineiro-chefe do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Nesta instituição também trabalhou como escriturário bibliotecário interino em 1924 e se efetivando três anos depois. Em 1925, compôs o livro "Breves notas para o estudo florestal do Brasil" que circulou internacionalmente, alcançando repercussão na revista norte-americana *Tropical Woods*. Neste contexto de construção do Serviço Florestal do Brasil atuou como assistente. Seu período na instituição foi curto uma vez que se tornou escriturário do Serviço do Algodão até 1933, quando foi designado para trabalhar no Pará. Integrava a Sociedade Nacional de Agricultura.	Colaborador na primeira fase (entrada na edição de novembro de 1929)
Antônio Albino Abreu (?-?)	Brasileira	Não obtivemos informações a esse respeito.	Lê o periódico na condição de Secretário da Associação Comercial do Ceará.	Leitor do periódico
Arlette Cosendey Rocha (?-?)	Brasileira	Não obtivemos informações a esse respeito.	Dos poucos vestígios de informações que obtivemos acerca de sua trajetória refere-se ao fato de ter concluiu em 1940 o terceiro ano no Colégio Pádua tornando Bacharel em Ciências e Letras. Ou seja, era uma jovem escritora na *Revista Florestal* que havia se tornado há pouco tempo professora primária.	Articulista da terceira fase
Ana Amélia Carneiro de Mendonça (1896-1971)	Brasileira	Filha do engenheiro e industrial do aço José Joaquim de Queiroz. Seu pai é considerado o primeiro a produzir ferro gusa no Brasil na Fazenda Esperança da cidade mineira de Itabirito. Foi casada com o historiador e goleiro do América Futebol *Club* e	Mendonça foi moradora da rua Cosme Velho, zona sul do Rio de Janeiro e considerava que sua casa estava entre os azulejos azuis e as "árvores seculares", além da Estrada da Tijuca, onde percebia as cenas de destruição da natureza. Sua educação foi realizada por "governantas estrangeiras" e escreveu o livro "Esperanças". Além disso, era colecionadora e perita em obras de arte. Presidiu a Associação Brasileira de Educação no biênio de 1941 e 1942, estimulando o acolhimento estudantil na Casa do estudante. Era integrante ao lado de Bertha Lutz da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que incentivava o voto feminino. Além disso, foi uma das engajadas em buscar fundos para a construção da maternidade Pro-Matre. Ao viajar com seu marido à Europa em 1935, seu amigo, o geólogo Euzébio de Oliveira, recomendava o "melhor proveito da viagem". Ainda fazia alguns pedidos nos países totalitários: o primeiro era que pudesse trazer do "amigo Salazar" o plano de reorganização econômica; à Itália, solicitava que o	Articulista e leitora assídua

		Fluminense, Marcos Carneiro de Mendonça.	casal compassem as “meias” de Mussolini que eram de “ótima fabricação” e ainda pedia que o casal dissesse ao Hitler que, enquanto ele procurava “purificar a raça, nós aqui, misturamos cada vez mais os sangues, dando um produto, que ele como lutador, muito apreciaria, pois se uma loirinha incomoda muita gente, a moreninha incomoda muito mais”.	
Arsène Puttemans (1873-1937)	Belga naturalizado brasileiro	Não obtivemos informações a esse respeito.	Puttemans é pouco conhecido na historiografia. Ao longo da pesquisa, consultamos documentos que auxiliam na compreensão de sua trajetória. No que se refere à educação, o belga estudou na Escola de Horticultura e Agricultura de Vifowde na Bélgica. Nesta instituição recebeu o “Prêmio Viagem”, uma espécie de intercâmbio para algum país do mundo. Puttemans escolheu desembarcar em terras brasileiras em 1892. Na República tupiniquim, foi acolhido na Fazenda Retiro do proprietário de terras Pedro Maria Binot em Petrópolis, região serrana fluminense. Binot era filho do responsável por projetar os jardins de verão da corte imperial e o maior exportador de plantas raras no Brasil à época. Binot e Puttemans foram colegas de turma na escola de horticultura belga. Tal como Averna Saccá, o belga foi convidado a participar do projeto do estado de São Paulo de contratar técnicos estrangeiros para os quadros funcionais da Escola Agrícola Luiz de Queiroz. Ali trabalhou como chefe de culturas entre 1893 e 1894. Além disso, foi assistente da Seção de Botânica da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo entre 1896 e 1902 e professor de fitopatologia na Escola Politécnica de São Paulo entre 1903 e 1910. Retornou rapidamente à Europa para cumprimento dos relatórios do Prêmio que tinha recebido. No ano de 1909 projetou diversos parques públicos, dentre os quais: o da Escola Agrícola Luiz de Queiroz, o do Museu do Ipiranga, o Parque prefeito João Pereira Ferraz, um dos principais jardins públicos da cidade de Niterói, sendo baseados no romantismo inglês. Trabalhou nos anos de 1920 no Laboratório fitopatológico do Museu Nacional Rio de Janeiro e no Serviço de Inspeção e Fomento agrícola. Foi também assistente chefe do Instituto de Biologia Vegetal e recusou o convite de Lyra Castro para representar o Brasil no Congo Belga, colônia que tinha implantado um parque nacional de referência mundial.	Colaborador, articulista e membro do conselho consultivo na primeira fase
Arthur de Miranda Bastos (1900-?)	Brasileira	Não obtivemos êxito nesse aspecto	Trabalhou como assistente no Serviço Florestal do Brasil. Foi ocnvidado junto de Fernando Milanez para participar da I Reunião de Anatomistas da Madeira em 1930. Em 1938 participou da I Reunião Sul-americana de Botânica. Atuou também como Diretor da Divisão de Produçã do Jardim Botânico; colaborou com o Anuário Brasileiro de Economia Florestal; Chefe do setor de inventários florestais do Jardim Botânico; Diretor de Produção e pesquisa. Foi um dos artífices da Fundação Brasileira de Conservação à Natureza em 1958.	Articulista na primeira fase
Arthur Leandro de Araújo Costa (?-?)	Brasileira	Não obtivemos êxito nesse aspecto.	Formado em Medicina. Apoiou Nilo Peçanha e a Reação Republicana durante a campanha eleitoral acirrada de 1922 pela presidência da República. De 1922 a 1923 foi vice presidente do estado do Rio de Janeiro durante a gestão de Raul Fernandes. Era sócio efetivo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Uma das palestras que forneceu à instituição acerca dos parques nacionais é colocada na *Revista Florestal*. Pertenceu também a Sociedade Nacional de	Articulista da primeira fase

			Agricultura. Em 1933 inaugurou a cidade de Barra do Piraí no interior do Rio de Janeiro e foi seu primeiro prefeito. Naquele ano era presidente da União Progressista Fluminense, partido criado em 1933 com os herdeiros de Nilo Peçanha. Mas não foi apenas essa filiação partidária que possuiu. Seu nome é relacionado entre os fundadores da União Democrática Nacional em 1945, partido criado contra a ditadura varguista.	
Arthur [Eugênio Magarinos] Torres Filho (1889-1960)	Brasileira	Filho do proprietário de terras Arthur Eugênio Magarinos Torres e de Mariana Eugênia de Mello. Casado com Clara da Conceição Magarinos Torres.	Ingressou, inicialmente, no Colégio Paula de Freitas. Diplomou-se em 1910 em Engenharia agronômica da Escola Superior Luiz de Queiroz em Piracicaba. Iniciou seus principais trabalhos como inspetor agrícola nos estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Foi auxiliar técnico do Serviço Federal de Agricultura Prática e também diretor da Estação Geral de Experimentação em Campos. Foi professor catedrático em Agricultura vegetal da Escola Nacional de Agronomia (a Escola em que se formou na cidade de Piracicaba). Diretor do Serviço de Inspeção e Fomento agrícola na gestão do ministério de Lyra de Castro. Em 1934 trabalhou no Conselho Federal do Comércio Exterior Foi Diretor da Organização e defesa da Produção, bem como reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro de 1946 a 1949.	Colaborador e articulista na primeira fase
Arthur Neiva (1880-1943)	Brasileira	Sua filiação era do jornalista e político baiano João Augusto Neiva e Ana Adelaide Paço Neiva. Casado com Justina Hehl Neiva.	Assim que se diplomou em 1903 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, trabalhou na Inspetoria de Profilaxia de Febre Amarela, uma doença que alastrava-se pelo país. Em 1906, ingressou no quadro de entomologia do Instituto de Manguinhos. Seis anos depois fez com Belisário Penna, um dos maiores empreendimentos científicos da Primeira República. Buscava "desbravar" os sertões do interior do país, investigando as questões sanitárias da população rural e promovendo coleções de espécies de plantas e animais para fins científicos. Em 1914, tornou-se Livre docente da cadeira de História Natural Médica e parasitologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Transferiu-se do espaço considerado para Nancy Stepan de um dos centros da ciência moderna brasileira para integrar o quadro de funcionários do Museu Nacional, onde foi diretor de 1923-1926. Em 1928 foi convidado pelos seus trabalhos com broca de café a presidir o Instituto Bacteriológico de São Paulo. Presidiu a Secretaria do Interior do estado de São Paulo em 1931. Foi convidado por Vargas a ser interventor federal da Bahia no mesmo ano. Foi Deputado da Assembleia Nacional Constituinte em 1932 pelo Partido Social Democrático. E, em seguida, deputado federal em maio de 1935, tendo seu mandato interrompido com a implantação do Estado Novo.	Colaborador na primeira fase
Armando Pinna (?-?)	Brasileira	Não obtivemos informações acerca de seu núcleo famíliar.	Seus primeiros estudos foram concluídos no Colégio Militar do Rio de Janeiro. A instituição marca sua trajetória, pois mesmo anos depois de ter se formado participa da Comissão de organização para reunir ex-alunos do colégio. Foi capitão de corveia, capitão-tenente e comandante militar pelo Ministério da Marinha. Criou a primeira escola de pesca do Brasil, no Guarujá, em Santos. Atuou como chefe da Seção de Caça e Pesca da Diretoria de Indústria Animal da Secretaria de Agricultura e de Comércio de São Paulo; Diretor do Serviço de Caça e Pesca Ministério de Agricultura; integrou ao Conselho de Caça e Pesca criado na Era Vargas; Foi	Membro do Conselho Consultivo

			diretor tesoureiro da Companhia de Pesca Marambal; Diretor do Instituto de Pesca. Ministrou aulas de cursos sobre piscicultura no Horto Botânico e Instituto de Educação, esta dirigida por Darcy Vargas, durante os anos de 1940. Pertenceu à Defesa naval da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres; Criou a Associação Regional de Escoteiros de São Francisco; presidente da Liga Carioca de Vela a motor; pertencia a Legião Brasileira de Voluntários do Mar e integrava o Clube Naval. Recorrentemente concedia entrevista para argumentar sobre a mortandade de peixes. Dentre as causas para os fatos, assinala a poluição que "é sempre o resultado de despejos, de águas servidas, oriundas de esgotos, lavanderias, fábricas, ou então, é motivada por resíduos de curtumes, lavagem de carvão, unhoto de açúcar e outros detritos de matéria orgânica".	
[Antônio] Augusto de Lima (1859-1934)	Brasileira	Filho do magistrado José Severiano de Lima e Maria Rita de Lima	Sua trajetória remete a uma carreira típica das elites políticas brasileiras, tal como apontava José Murilo de Carvalho em seu "A construção da Ordem". Adotou, incialmente, a uma das possibilidades: o ofício eclesiástico. Cursou Humanidades no Seminário de Mariana e em Caraça. No entanto, desistiu de ser padre e ingressou em 1878 na Faculdade de Direito de São Paulo, onde foi amigo de Assis Brasil, Raimundo Correia, Afonso Celso, Teófilo Dias, Pinheiro Machado. Formou-se em 1882 e passou a colaborar na imprensa. Assim que formado, inseriu-se no Serviço Público como Juiz municipal em Termo de Leopoldina. Ao longo do tempo foi Diretor do Arquivo Público de Minas, Professor da Faculdade de Direito de Minas, Deputado da Assembleia Legislativa. Ali, promoveu debates em torno da patrimonialização dos recursos naturais. Fez parte do Conselho Técnico Florestal da Prefeitura do Rio de Janeiro, pertenceu a Subcomissão legislativa e elaborou o anteprojeto do Código florestal de 1934. Eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1903 teve obras publicadas por Hipollite Garnier, tais como "Poesias". Além da Academia, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; Institutos Históricos de São Paulo e Bahia; do Instituto Histórico e Paleontológico de Pernambuco; da Academia do Ceará e da Associação Brasileira de Imprensa.	Colaborador na primeira fase
Augusto Frederico Schmidt (1906-1965)	Brasileira	Era filho de Gustavo Schmidt e Anita de Azevedo Schmidt. Era neto do Visconde Schmidt, um barão do Império que somou fortunas com a Exportação e importação.	Não conseguiu encerrar um curso completo. Prestou exame para entrar no Colégio Pedro II, mas não conseguiu passar. Logo cedo, em função de seu fracasso escolar inseriu-se no ramo do comércio de madeiras na Baixada Fluminense. Inseriu-se no grupo católico dos anos de 1920, sendo o presidente da Livraria Schmidt, que também foi um ponto de encontro de modernistas. Além de literário foi nomeado chefe do Horto Florestal do Serviço Florestal em 1926 e inspetor agrícola em diversas localidades, tais como Rio Branco, no Acre em 1927. Representante do conservadorismo, apoiou o integralismo, tendo escrito poemas para a revista integralista "Anauê", tais como "A invisível presença" publicado na edição de março de 1937. Tal revista, vale destacar que era uma porta-voz dos interesses do grupo de Plínio Salgado recorrentemente apresentava fotografias das "majestosas" araucárias e as trilhas que permitiam os integralistas o que acreditavam ser "o contato íntimo com a Terra". Na administração de Fernando Costa do ministério da agricultura atuou como diretor geral do Serviço de Experimentação e Fomento	Colaborador na primeira fase (entrada em agosto de 1929). Foi também livreiro deste período.

			agrícola. Durante o governo de Juscelino Kubitschek elaborava os discursos do presidente.	
Augusto Ruschi (1915-1986)	Brasileira	Era filho de Giuseppe Ruschi e Maria Roatti. Seus pais eram italianos e vieram para o Brasil no final do século XIX (1894). Era o oitavo dos doze filhos do casal.	Seus estudos primários foram feitos no Internato do Seminário Capuchinho de Santa Teresa. Estudou também no Colégio Ítalo-Brasileiro e no Ginásio Espírito-santense em Vitória. Ingressou em 1936 na Faculdade de Agronomia de Viçosa. Formou-se, posteriormente, também em Direito. Trabalhou no setor de Botânica do Museu Nacional convidado por Cândido Mello Leitão, porém ficou poucos meses na instituição alegando saudades da terra natal. Dirigiu desde 1939 a Estação Biológica de Santa Lúcia, criada pelos cientistas do Museu Nacional até se aposentar em 1983. Foi um dos articuladores em 1954 da Sociedade Brasileira de Proteção à Natureza.	Articulista da terceira fase
Basílio de Magalhães (1874-1957)	Brasileira	Era filho de Antônio Inácio Raposo e Francisca de Jesus. Seus padrinhos eram Ladislau Arthur de Magalhães e Prudenciana Augusta Meirelles.	O, fato que demarca uma peculiaridade nessa rede, matriculou-se na escola João dos Santos e trabalhou em diversos jornais de São João del-Rei. Atuou como advogado no Fórum de Campinas; Professor de História pelo Instituto de Educação e Colégio Pedro II; Diretor da Biblioteca Nacional de 1917-1918; Senador da República pelo estado de Minas em 1922; Presidente da Câmara dos Vereadores de São João del-Rei em 1923; Deputado federal em 1924. Seu nome era de grande projeção na história e geografia do país.	Articulista na primeira fase
Beatriz Vieira (?-?)	Brasileira	Não obtivemos informações sobre o seu núcleo familiar.	Escritora que considerava a Floresta de Tijuca como “paraíso terrestre”.	Articulista na terceira fase
Benedito Augusto Carvalho dos Santos (“Beni Carvalho”) (1886-1959)	Brasileira	Filho do advogado Benedito Augusto dos Santos e Maria Ermelinda Carvalho dos Santos.	Inicialmente estudou no Liceu e no Colégio Colombo. Cursou os quatro primeiros anos na Faculdade de Direito de Fortaleza e concluiu seus estudos na Faculdade de Direito de Recife em 1911. Foi aprovado professor catedrático em 1918 na Faculdade de Direito do Ceará, vice-presidente do Ceará em 1929; deputado federal; foi membro do Conselho Nacional de Educação em 1936; Interventor o Ceará entre 1945-1946.	Articulista na primeira fase
Bolívar Ribeiro Pinto Bandeira (1907-1985)	Brasileira	Teve 17 filhos com Waldetrudes Pinto Bandeira.	O paraibano de Cajazeiras foi formado em teologia e engenharia agronômica. Para este último diploma defendeu a tese intitulada “O papel”, mesmo nome de seu artigo publicado na *Revista Florestal*. Foi pastor e fundador da Academia Evangélica de Letras do qual também era adepto David Azambuja, que seria diretor do Serviço Florestal nos anos de 1950. Era membro da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.	Articulista na terceira fase
Carlos de Souza Duarte (1888-1952)	Brasileira	Não obtivemos informações sobre o seu núcleo familiar.	Nasceu na cidade capixaba de Cachoeira de Itapemirim. Duarte se formou em agronomia na Escola Agrícola Luiz de Queiroz. Assim que diplomou-se ingressou como ajudante da Seção de agronomia do Posto Zootécnico de Pinheiros. Em 1920 era ajudante de 1ª classe na Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola, onde foi chefe de seção. Com a gestão de Getúlio	Colaborador e articulista da primeira fase (entrada em

			Vargas alcançou seus postos públicos mais elevados: o de diretor do Departamento de Produção Vegetal em 1931 e ministro da agricultura interino entre junho de 1941 e fevereiro do ano seguinte, quando foi nomeado Apolônio Salles. Ocupou a mesma função de interino também em março de 1950, dois anos de falecer por um colapso cardíaco. Era membro da Sociedade Nacional de Agricultura.	fevereiro de 1930)
Carlos Moreira (1869-1946)	Brasileira	Casado com Maria Cristina Pereira Moreira.	Adentrou ao Museu Nacional em 1888 como desenhista. No ano seguinte era preparador e em 1891 bibliotecário. Em 1895 fez concurso para naturalista viajante da instituição. Comesta ocupação investigou os crustáceos coletados pela Comissão Rondon. Trabalhou na prospecção de carvão para atender o avanço industrial do país com base em seus trabalhos no Serviço Geológico e Mineralógico iniciados em 1907. Retornou ao Museu Nacional em 1910 como chefe da Seção de Entomologia agrícola, tendo trabalho ao lado de Arthur Neiva no Instituto Biológico de Defesa Agrícola a partir de 1920.	Membro do Conselho Consultivo
[Henrique] Coelho Netto (1864-1934)	Brasileira	Filho do comerciante português que morava no Maranhão Antônio da Fonseca Coelho e da indígena Ana Silvestre Coelho Foi casado com Maria Gabriela Brandão em 1890 e cujo padrinho de seu casamento era o Marechal Deodoro da Fonseca. Uma das últimas fotografias públicas do casal é registrada pela *Revista Florestal* em fevereiro de 1932, visto que sua esposa faleceu em dezembro de 1931.	Estudou inicialmente no Colégio Pedro II e seguiu para a Faculdade de Medicina, porém abandonou tal curso para ingressar na Faculdade de Direito também do Rio de Janeiro. Após ter se formado, trabalhou nos jornais abolicionistas de José do Patrocínio, foi nomeado professor na Escola Nacional de Belas Artes e do Colégio Pedro II. Foi com Lúcio de Mendonça um dos organizadores da Academia Brasileira de Letras em 1895 apoiando-se em uma estética parnasiana e representava um dos elos da boêmia literária. Em 1902 foi o orador da primeira Festa das árvores no Brasil, organizado em Araras em 1902. Em 1909 foi deputado federal pelo estado maranhense e foi reeleito em 1917. Na tribuna da Câmara deu visibilidade a problemática das florestas. Apesar de apoiar o movimento em favor da árvore, fato compartilhado com Navarro de Andrade, Coelho Netto era profundamente crítico a este naturalista. Acusava-o de desflorestar as matas nativas e substituí-las por eucaliptos, a planta exótica. O poeta é criticado por outros personagens desta rede, tal como Álvaro Astolfo da Silveira. Em seus discursos lia trechos de "Secas e florestas" do fazendeiro Lourenço Baeta Neves exigindo a criação de um código florestal à semelhança do que ocorria na França. Comparando o Brasil à Argentina assinalava que a margem brasileira do Iguaçu não é "verde, densa e formosa". Reunindo seus discursos ecológicos, Eulálio Leandro atribuía-o a categoria de "precursor do jornalismo ecológico" e "pioneiro" na proteção à natureza no Brasil.	Articulista na primeira fase
[Ângelo Moreira da] Costa Lima (1887-1964)	Brasileira	Seus pais o gerente do Banco Rural Valeriano Moreira da Costa Lima e Rosa Delfina Brum de Lima. Seu tio, Albino Moreira da Costa, foi	Seus cursos incipientes foram no Colégio Paula Freitas onde recebeu uma bolsa de estudo pelo seu desempenho acadêmico até 1904 quando termina os seus estudos no local. Ingressa, em seguida, no curso de Medicina da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Somente conseguiu manter o curso devido ao apoio financeiro que o joalheiro Luís Rezende concedeu a família depois da morte do pai. porém em 1961 desfez-se de seu anel – tradição bacharelista – para suprir os poucos 24 cruzeiros que possuía na Caixa Econômica Federal. Trabalhou juntamente	Membro do Conselho Consultivo

		cirurgião de D. Pedro II.	com Oswaldo Cruz na erradicação da febre amarela no Pará no início do século XX (1907) ocupando o cargo de assistente acadêmico do Serviço de Profilaxia de Febre amarela; atuou como biologista em 1913 pelo Instituto de Manguinhos, visando combater mosquitos como *Aedes aegypti*. Atuou como Professor de Entomologia do Museu Nacional na Seção de Entomologia de 1916-1918. Neste ano migrou para o Serviço de Combate à Lagarta Rósea, da mesma instituição onde dirigia. Porém, foi extinta em 1920. Trabalhou, à pedido de Pandiá Calógeras na Diretoria de Agricultura Prática.	
[Antônio da] Cunha Bayma (?-?)	Brasileira	Não obtivemos informações sobre o seu núcleo familiar.	Cunha Bayma foi assistente-chefe do Serviço de Fomento da Produção Vegetal e da Seção de plantas extrativas e industriais entre 1934 e 1935. Atuou como chefe da Seção de Proteção florestal do Serviço Florestal em 1943. Sua competência neste ofício lhe promoveu a assistente técnico do gabinete do Ministério da Agricultura em 1946. Além disso, foi professor assistente dos Cursos de aperfeiçoamento e especialização ministrando a disciplina de Culturas especiais em 1942. Atuou como delegado do Brasil na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e agricultura, realizada nos Estados Unidos em 1948, bem como na Conferência Latino-americana de Florestas e produtos florestais da FAO em 1948 na cidade de Teresópolis, possuindo carta de plenos poderes do presidente da República. Foi designado para estudar com os ministérios das Relações Exteriores da Fazenda os problemas de comercialização e produção da mamona no Brasil. Atuou ainda como membro de Subcomissão de Abastecimento Nacional de Gêneros alimentícios em 1950. No ano seguinte foi diretor da Divisão de Fomento da Produção vegetal. E, em seguida, se tornou Diretor geral do Departamento Nacional da Produção Vegetal até 1954. Esteve em 1952 como presidente da Comissão de estudo relativo ao tipo de trator de emprego mais generalizado e cuja fabricação nacional seja mais indicada para as condições da agricultura brasileira. Foi membro de Comissão especial para emitir parecer sobre a construção da Rede Nacional de Armazéns e silos em 1954. Em 1961 foi superintendente do Ensino agrícola e veterinário, e retornou ao cargo de diretor geral do Departamento nacional de Produção vegetal. Atuou também como Diretor executivo do Centro panamericano de aperfeiçoamento para pesquisas de recursos naturais em 1962. Foi assessor técnico da Comissão de Planejamento da política agrícola entre 1964 e 1967, bem como foi chefe substituto do grupo executivo da produção vegetal do estado da Guanabara entre 1967 e 1971.Foi membro do *Touring Club do Brasil* e da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.	Articulista, ilustrador e organizador do periódico na terceira fase
Daniel Serapião de Carvalho (1887-1966)	Brasileira	Filho do Juiz de direito Antônio Serapião, um magistrado na elite política mineira e de Ana Utsch de Carvalho.	Cursou o primário e secundário no Ginásio Mineiro em Barbacena. Em seguida, matriculou-se na Faculdade de Direito de Belo Horizonte. Foi Diretor do Jornal O Estado de Minas ainda quando cursava da faculdade. Trabalhou como secretário de agricultura, viação e obras públicas do Amazonas em 1909; Participou da organização do ensino agrícola e do Serviço de Colonização de Minas Gerais. Em 1912 foi nomeado inspetor da Fazenda Federal, sendo designado posteriormente oficial do gabinete do ministro da Fazenda Francisco Antônio Sales. Ao final da gestão de Sales retornou ao Ginásio de Minas para se inserir no quadro docente.	Colaborador na primeira fase e teve discursos ministeriais publicados na terceira fase

			Elegeu-se deputado estadual em 1922 pelo Partido Republicano Mineiro. Tornou-se Secretário de agricultura, viação e obras públicas ainda em 1922. Elegeu-se em 1927 para deputado federal pelo mesmo partido. Durante o governo provisório, foi membro da comissão de legislação das florestas, das águas e das minas. Em 1941 dirigiu a principal indústria de base do Brasil à época, a Companhia Siderúrgica Nacional. Cinco anos depois era nomeado ministro da Agricultura no governo de Eurico Dutra. Lecionou em direito comercial e internacional da Pontifícia Universidade Católica. Foi em sua gestão que criou-se a Companhia Hidroelétrica de Paulo Afonso e o Parque Nacional de Paulo Afonso. Foi membros das seguintes instituições: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; Sociedade mineira de Agricultura; Sociedade dos Amigos de Alberto Torres; Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; Instituto de Advogados Brasileiros; entre outras.	
Delfim Carlos da Silva (?-?)	Brasileira	Sua família vivia com base nos recursos advindos do café. Casado com Maria de Lourdes, filha do bacharel em direito Antônio Rego de Freitas. Juntos o casal teve Delphim Carlos da Silva Filho.	Seus estudos iniciais foram feitos no Colégio São Carlos e foi formado na Faculdade de Direito de São Paulo em 1887. Trabalhou como delegado de polícia em 1902. Em 1910 foi delegado da Missão Brasileira da Expansão Econômica em Bruxelas Além disso, ocupou as posições de Secretário-geral da Comissão Organizadora da Exposição do Centenário de 1922; Diretor e iniciador de Exposição de Flores em 1923; Diretor do Museu Agrícola e Comercial em 1923; Membro da Comissão executiva da grande Feira Nacional de Amostras 1929; Diretor do Instituto de Expansão Comercial do Ministério de Agricultura em 1929 (objetivo da instituição era “estudar e conhecer as nossas riquezas econômicas no país e no estrangeiro”, Vida doméstica). Foi representante das lavouras de São Paulo no Instituto do Café. Participou da Comissão Revisora de Tarifas no Instituto do Café. Concedeu entrevistas ao Jornal do Brasil demonstrando a importância de fibras vegetais para o crescimento econômico do país, dentre elas a de babaçu. Esteve em Washington em Junho de 1930 com o então presidente eleito Júlio Prestes. Mandou editar em 1925 o trabalho do naturalista Le Cointe acerca das sementes oleaginosas da Floresta Amazônica.	Colaborador da primeira fase do periódico.
Dirceu Duarte Braga (1906-?)	Brasileira	Não obtivemos informações sobre o seu núcleo familiar.	O mineiro era formado na Escola Agrícola de Lavras em 1926. No ano de 1936 foi promovido como efetivo, e não apenas interino. Trabalhou como assistente técnico do Serviço Técnico do Café. Durante estes anos também lecionava na Escola Agrícola de Viçosa. Em 1938 era diretor do Centro Rural de Juiz de Fora. Nesta instituição também havia sido tesoureiro. Neste mesmo ano foi destituído do cargo que assumia no Serviço Técnico do Café por inquérito administrativo do DASP. Compôs a Direção do Partido Social Progressista em 1946. Deputado estadual em Minas Gerais pelo Partido Republicano de 1959 a 1963. Após o mandato foi diretor do Instituto Estadual de Florestas de Minas. Pertencia à Direção da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres em Juiz de Fora; Promoveu conferências na Sociedade Mineira de Agricultura; Foi delegado eleitor da Associação Mineira de Agronomia em Novembro de 1934.	Articulista da terceira fase
Djalma	Brasileira	Filho do coronel da	Iniciou seus estudos cursando Humanidades em Ouro Preto e dirigiu-se para a Escola Militar da	Leitor do

Pinheiro Chagas (1884-1962)		Guarda Nacional Francisco e Maria Cândida Pinheiro Chagas.	Praia Vermelha. Porém, foi desligado em função de sua participação no levante de 1904 contra a vacinação obrigatória no país. Foi Secretário de Finanças e também da Agricultura em Minas nos anos de 1920. Tal como os Simões Lopes, Chagas também participou da articulação da Aliança Liberal em 1930. Em 1932, voltou-se contra Vargas apoiando o povo mineiro a seguir o exemplo da Revolução Constitucionalista de São Paulo. Com a derrota é obrigado a se refugiar na Argentina retornando em poucos meses depois. Elegeu-se deputado por Minas entre 1935 e 1937 e apoiou a candidatura de Cristiano Machado em 1950	periódico
Djalma Eloy Hees (1892-?)	Brasileira	Sua filha Helga Hees de Freitas Machado seguiu a carreira do pai de engenheiro agrônomo ingressando em 1945 na Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural do Brasil.	Formado em Agronomia pela Escola Agrícola Luiz de Queiroz em 1919. Chefe da Seção de Agricultura da Divisão de Agricultura, Terras e Colonização, representando a fazenda Maruhype em Vitória, Espírito Santo em 1926. Dois anos depois, tornou-se diretor da instituição. Em 1930 foi Diretor da Secretaria de Agricultura do Espírito Santo. Inspetor da Diretoria de Fomento de Produção Animal em 1934. Inspetor regional e correspondente do Ministério da Agricultura em Cachoeiro do Itapemirim na Estação Serícola de vargem Alta em 1941. Diretor da Secretaria de Agricultura do Espírito Santo. 1º Secretário no I Conferência Internacional Algodoeira, Participou da Comissão de Serviços de Melhoramentos de Vitória em 1928.	Leitor do periódico
Djalma Guilherme de Almeida (?-?)	Brasileira	Não obtivemos informações sobre o seu núcleo familiar.	O agrônomo foi assistente do Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização nos anos de 1930 e com o retorno do Serviço Florestal na esfera estatal tornou-se chefe da Seção de Tecnologia de Produtos Florestais. Neste ofício fez estágios na Universidade de Michigan durante dois anos apoiado pela política de aproximação técnico-científica dos Estados Unidos com o Brasil nos anos de 1940. Também visitou instituições do mesmo gênero na Inglaterra, Holanda, Bélgica, França, Tchecoslováquia, Itália, Espanha e Portugal. Empenhou-se sobretudo após 1939 para realizar o censo florestal do Brasil.	Colaborador da revista na terceira fase
Edmundo Navarro de Andrade (1881-1941)	Brasileira	Era filho do Jornalista e teatrólogo João de Campos Navarro de Andrade e Cristina da Fonseca Andrade. Seu irmão era Armando de Andrade. Tinha como padrinhos Eduardo Prado e Veridiana Prado. Léo de Afonseca, por sua vez, era seu tio Em 1889 transfere-se para o Rio de Janeiro e seu pai falece	Iniciou seus estudos no Ateneu Paulista, migrando-se para a Escola Militar. Porém, foi expulso em função da sua participação em atos contra o Exército. Refletindo com o seu padrinho entre a Escola belga de Gembloux e a tradicional Universidade de Coimbra, optou pela última. Concluiu seus estudos em Portugal e retornou para trabalhar na Companhia Paulista de Estradas de Ferro no Serviço Florestal. De 1908 a 1915 dirigiu a revista paulista “O fazendeiro”. Organizou um dos maiores museus florestais do mundo em espécies de eucaliptos. Trabalhou, além disso, no combate a broca do café nos anos de 1920. Era sócio e grande amigo de Arthur Neiva em diversos negócios financeiros voltados ao desenvolvimento da agricultura. Apoiou o tenente João Alberto no estado de São Paulo durante os anos de 1930 e conquistou interinamente o cargo de chefe do Departamento de Produção Vegetal. Sob esta direção assinou o código florestal de 1934, mostrando as modificações de seu pensamento, uma vez que no início da década de 1910 era profundamente contrário a organização de tal legislação. Era sócio da Academia de Turim e da Sociedade Americana de Florestas. Faleceu em 1941 e recebeu diversas homenagens em seu	Colaborador na primeira fase

		de febre amarela na cidade. Retorna à São Paulo.	nome por parte dos agrários.	
Edvard Carmilo (?-?)	Brasileira	Não obtivemos êxito na investigação de seu núcleo familiar.	O jovem escritor paulista participou das sessões da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Ganhou em 1925 o prêmio de melhor livro com "O Fim da Primavera". Era nos anos de 1920 uma promessa para a literatura nacional. O livro foi editado pela gráfica paulista de Elvino Porcai e Carmilo dispensou o prêmio em dinheiro para ser colocado uma lápide ao túmulo de Osório Duque-estrada, que, ao se ver, deveria ter ganho uma premiação pela Academia. Gustavo Barroso, integrante da Academia chamava-o de "ourives da forma".	Articulista na primeira fase
Efigênio Ferreira Sales (1877-1939)	Brasileira	Não obtivemos êxito na investigação de seu núcleo familiar.	Nsceu em Minas Gerais, mas ainda jovem foi morar no Amazonas. Participou dos conflitos pela posse do Acre pelo governo brasileiro face ao boliviano. Formou-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Apoiou o movimento contrário a Vargas em 1932. Quando lê o periódico era presidente do Estado do Amazonas, um dos principais interessados no desenvolvimento de pesquisas no âmbito dos produtos florestais	Leitor do periódico
Enéas Calandrini Pinheiro (1880-1945)	Brasileira	Teve como filha Maria do Carmo Pinheiro.	O paraense da cidade de Belém era agrônomo da Escola de agronomia do seu estado natal. Em 1895 foi nomeado amanuense prático do Tesouro do estado e cinco anos depois estava na administração da colônia Ianetam. Depois esta colônia ficou em outras, como Anita Garibaldi, no Pará. Em fins de 1900, tornou-se diretor do Campo de Experimentação agrícola do Pará. Lecionou em 1901 no Ginásio Paes de Carvalho, um tradicional colégio das elites letradas do estado. Ao longo dos anos de 1920, trabalhou em diversos Aprendizados agrícolas e inspetoras agrícolas, o que demonstra seu papel tanto na busca pela colonização das terras florestais quanto incentivos à educação. Em um dos núcleos coloniais seu nome apareceu em meio a conflitos pela posse de terra. Foi acusado de perseguir o trabalhador Ubaldino Palhares por este ter conseguido um lote de terra no Núcleo Colonial de Santa Cruz. A diferença da grande maioria da rede florestal, Calandrini se opôs ao regime Vargas durante a campanha de 1930, optando pelo nome de Júlio Prestes. Após o golpe de 1930, defendeu medidas do governo federal para o aproveitamento dos recursos florestais. Uma das iniciativas de êxito foi a criação do Instituto Agronômico do Norte na cidade de Belém em 1939.	Articulista da primeira fase
Epifânio da Fonseca Dória (1884-1976)	Brasileira	Filho de uma família de fazendeiros que foi assolada pelas secas no estado do Sergipe. Seu pai era José Narciso Chaves de Menezes e sua mãe Josefa da Fonseca	Nasceu em Campos no Estado do Sergipe, fortemente atingido pelas secas. Com estes problemas econômicos em suas terras, apenas concluiu o curso primário. Foi chefe da Biblioteca Pública de Sergipe. É nesta condição que solicitava exemplares para compor o acervo de sua instituição.	Leitor do periódico

		Dória e Menezes.		
Epitácio Santiago (1899-1970)	Brasileira	Casado com Irma Ferraz Santiago e teve três filhos	Formado em Agronomia pela Escola Agrícola Luiz de Queiroz em 1921, sendo companheiro de turma de Luiz Simões Lopes. Administrador por mais de 34 anos do Horto Florestal de Lorena de São Paulo. Após Santiago falecer, a instituição levou seu nome.	Articulista na terceira fase
Emílio Varoli (?-?)	Brasileira	Não obtivemos êxito ao investigar informações a esse respeito.	O zoólogo foi diretor da Divisão de Caça e Pesca e candidato à estágio no Instituto Biológico em 1939. Lecionou no Instituto Comercial Brasil em São Paulo. Diretor do Departamento de Caça e Pesca da Secretaria de Agricultura de São Paulo. Diretor do Jardim Zoológico de São Paulo Compôs a comissão que regulamentava o código da Caça em 1960.	Articulista na terceira fase
Ernesto Lopes da Fonseca Costa (1881-1952)	Brasileira	Era filho do engenheiro Caetano Pinto da Fonseca Costa e D. Ernestina Lopes da Fonseca Costa, irmã de Idelfonso Simões Lopes. Descendente de uma das famílias mais tradicionais do Império, sendo neto do Marechal João da Fonseca Costa, (Visconde da Penha) e bisneto de Manoel Antônio da Fonseca Costa (amigo de Duque de Caxias e cujo título era Marquês da Gávea).	Formado em Engenharia geográfica em 1911 e dois anos mais trade em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Ao terminar os estudos na faculdade trabalhou na Usina Química Rio D'Ouro montada com o objetivo de substituir as importações em período de primeira guerra mundial. Trabalhou junto de Gonzaga Campos no Serviço Geológico. Desde 1922 era diretor da Estação de Combustíveis e minérios do Ministério de Agricultura. Além disso, dirigiu o Instituto de Tecnologia em 1938 e integrou ao Conselho Superior da Sociedade Nacional de Agricultura na gestão de Idelfonso Simões Lopes. Em defesa do desenvolvimento da prática das ciências naturais – em especial as geológicas – participou Primeira Reunião do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq).	Membro do Conselho Consultivo e Articulista na primeira fase
Eugênio d'Alessandro (1882-?)	Italiano naturalizado brasileiro	Era filho de Filomena D'Alessandro e Policarpo D'Alessandro. Seu pai ocupou desde 1878 a função de sub-oficial da instituição de fiscalização das florestas italianas, denominada Vínculo Florestal, órgão criado pela lei de 20 de junho de 1877. Irmãos: Antônio	Sua vinda ao Brasil ocorreu em 1905 e o ingresso do operário na empresa Light and Power ocorreu em março de 1912, trabalhando no município fluminense de Ribeirão das Lages, que possuía uma das principais represas dos rios Piraí e Paraíba do Sul destinado ao fornecimento de energia elétrica. o foi transferido em julho de 1912 para a Oficina mecânica de Vila Isabel, também da mesma empresa. Ali, foi promovido de maquinista a limador, ofício que aperfeiçoava as máquinas dos bondes. Seguiu-se, em menos de um ano, para a Usina termoelétrica da Reserva de São Cristovão, outro bairro que expandia o número de indústrias e bondes elétricos nos anos de 1910. Na usina retornou ao ofício de maquinista mecânico, mantendo seu salário na faixa dos 7 mil réis diários. Em São Cristovão, Eugênio D'Alessandro vivenciou 12 promoções salariais. Travou um combate jurídico com a empresa desde 1931 pelo fato da Light forçar sua aposentadoria, em razão das greves operárias que acusava o italiano de ter participado. O	Articulista do periódico na primeira fase. Na segunda e terceira fase não está presente. Isso não significa que tenha deixado de comentar

		(inspetor), Ascanio (tenente), Alfredo, Alessandrina e Maria Carina. Casado com Mariana Teixeira D'Alessandro e filha Maria Jessi D'Alessandro	operário, apesar de não admitir as sabotagens, enfrentou "perseguições" da empresa que reforçaram na década de 1940, sobretudo com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial que marginalizava os italianos no Brasil. Era acusado de sabotagem, fascismo e ausência de patriotismo à nação que foi naturalizado em 1931. O ítalo-brasileiro defendia que a esgrima deveria se tornar obrigatória nas disciplinas de educação física pelo menos nas escolas superiores e, principalmente nas Forças Armadas. Nos anos de 1940 teve coluna no Jornal do Brasil, onde criticava a inoperância das instituições florestais, apoiou a candidatura de Eduardo Gomes da União Democrática Nacional à presidência após o Estado Novo e foi membro da Sociedade dos Amigos das Árvores.	sobre o assunto.
Eugênio dos Santos Rangel (1877-1953)	Brasileira	Casou-se em 1912 e sua mãe era Leonor dos Santos Rocha.	O agrônomo carioca foi em 1910 ingresso ao Serviço público como assistente do Laboratório de Fitopatologia do Museu Nacional. Em quatro anos já tinha adquirido o posto de chefe do Laboratório. Em 1916 se transferiu para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro ocupando a mesma função. Também trabalhou no Instituto Biológico de Defesa Agrícola ao lado de Arthur Neiva de 1920 a 1924. Realizou estudos sobre moléstias nos canaviais em Pernambuco e o beneficiamento do cacau na Bahia. Integrou a Sociedade Nacional de Agricultura e a Academia Brasileira de Ciências.	Membro do Conselho Consultivo
Fernando [Romano] Milanez (1905-1987)	Brasileira	Foi casado com Leonor Murtinho de Castro dos Santos Milanez com quem teve o engenheiro Fernando Milanez Júnior.	O carioca foi admitido ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro por contrato em 1927 ainda como estudante da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Pesquisava a anatomia das madeiras com João Geraldo Kulhmann no Serviço Florestal, a quem considerava seu mestre. Lecionou como professor na escola profissional do Instituto Ferreira Vianna, pertencente a Instrução Pública no Rio de Janeiro. Entre 1942 e 1961 foi chefe da seção de botânica do Jardim Botânico. Em 1944, assumiu o posto de diretor substituto do Jardim Botânico, posição que ostentaria até 1961. De fins daquele ano até 1965 tornou-se diretor substituto do Serviço Florestal e, com o fim do Serviço, do Jardim Botânico. Por nomeação de Juscelino Kubitschek representou o Jardim Botânico no Conselho Florestal Federal no quadriênio de 1956-1960. Fez parte do Conselho de Proteção à natureza do estado da Guanabara e Comissão Brasileira de Turismo. Arguto com o processo de consolidação da universidade como lugar privilegiado de produção científica, não deixou de ocupar as catédras de biologia da Universidade Estadual de Campinas e Universidade de Brasília. Era membro da sociedade Botânica do Brasil, da Academia Brasileira de História das Ciências, da Sociedade Brasileira de Paleontologia e Associação internacional de anatomistas de madeiras	Colaborador na primeira fase
Fidélis Reis (1880-1962)	Brasileira	Não obtivemos êxito ao investigar informações sobre o seu núcleo familiar.	Formou-se na primeira e única turma do Instituto Zootécnico de Uberaba, Fez curso de Ciências Físicas e Naturais na Sorbonne. Trabalhou como investigador secreto do Serviço de povoamento argentino para à Diretoria Geral de Povoamento em 1907. Foi também: inspetor do Serviço de Povoamento Federal no Espírito Santo entre 1907 e 1909, inspetor agrícola federal da Secretaria de Agricultura, indústria, terras, viação e obras públicas, professor honorário da Escola de	Colaborador na primeira fase

			Engenharia de Belo Horizonte, estudou a emigração italiana ao Brasil quando esteve em Roma. Mas se destacou pela palavra na câmara como Deputado estadual de Minas Gerais em 1919 e Deputado federal por Minas Gerais entre 1921-1930. Nela foi marcadamente, para os historiadores Skidmore e Riccioppo, racista devido as restrições que estabelecia para as imigrações de negros e orientais. Além disso, foi defensor do ensino profissional e mecanização da agricultura.	
Flávio Carvalho Guimarães (1881-1968)	Brasileira	Seus pais eram Balbina Carvalho Guimarães e Teodoro Carneiro Guimarães. Seu pai era fazendeiro nos Campos Gerais, região do Paraná e administrou em 1895 a cidade de Ponta Grossa. Entre as medidas que realizou durante o mandato esteve a extração de minerais e a exploração de carvão mineral.	Tendo sido Bacharel em Ciências Jurídicas, Guimarães advogou em causas jurídicas da Estrada São Paulo - Rio Grande. Tal estrada de ferro foi organizada pelo engenheiro João Teixeira Soares que participou da criação do Serviço Florestal do Brasil. Trabalhou também como secretário da Fazenda na gestão paranaense de Manuel Ribas e Senador em 1935. Como senador em 1946, participou da constituição brasileira da "experiência democrática brasileira" dentro do Partido Social-Democrático.	Colaborador e articulista na primeira fase (entrada na edição de setembro de 1929)
Francisco de Assis Iglésias (1886-1969)	Brasileira	Filho do proprietário de olaria João Iglésias e da dona de casa Anna Iglésias. Sua família era de imigrantes espanhóis advindos da Catalunha que vivenciava no final do século XIX uma crise econômica e avanço do processo de industrialização.	Nascido em Piracicaba no dia dos reis, Iglésias formou-se na Escola de Prática Agrícola Luiz de Queiroz em 1909. Após obter o diploma de engenharia agronômica entrou no Instituto Butantã. Ali realizou pesquisas sobre o combate dos ofídios em companhia de Vital Brazil. Com a crise da borracha nos anos de 1910 foi convocado para realizar expedições no meio-norte do Brasil, visando diversificar a produção agrícola, em especial reabilitar a borracha e produzir algodão. Para este último produto, criou uma Estação Experimental em Coroatá, no Maranhão, investigou possibilidades na pecuária, acompanhou de perto na viagem científica a pobreza em que viviam os caboclos nos sertões do Brasil. Apoiou a campanha de saneamento rural na Revista do Brasil, com seus textos publicados no primeiro semestre em 1919. Tornou-se em 1920 chefe da Seção de Sementeiras do Ministério da Agricultura e participou da articulação do Serviço Florestal, sendo-lhe o indicado para administrá-lo. Com a extinção em 1933 do Serviço, foi para São Paulo, onde assegurou a chefia do Serviço de Sericicultura do estado. Ao retornar o Serviço Florestal em 1938 na arquitetura estatal seu nome foi novamente indicado para a diretoria. Durante esta fase também foi integrante dos Conselhos de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (presidente); Florestal Federal (conselheiro); e Nacional de Proteção aos índios (conselheiro). Realizou expedições para a concretização de parques nacionais, dentre os quais o de Iguaçu. Ficou na administração do Serviço Florestal até 1942 e retorna ao estado de	Colaborador na primeira fase

			São Paulo, onde foi responsável por estabelecer leis de ensino agrícola, após ter feito visitas técnicas aos Estados Unidos. Escreveu sua principal obra "Caatingas e chapadões" na Coleção Brasiliana. Além disso, era integrante da Sociedade Nacional de Agricultura e Sociedade dos Amigos das Árvores.	
Francisco Rodrigues de Alencar (1901-1963)	Brasileira	Filho de Cesário Alencar Casado com Jacinta Garcia Duarte de Alencar com quem teve Francisco de Alencar e Maria Amélia Garcia.	Piauiense de Alto Longá, Alencar era autodidata e viajou para a capital federal aos 25 anos. Trabalhou como praticante condutor na empresa de Estrada de Ferro Central do Brasil e, posteriormente, abandonou o cargo para adentrar ao Serviço Florestal em 1927. Ali, foi técnico e bibliotecário da instituição até 1932 quando se tornou secretário da Diretoria. O fim do Serviço levou a alteração de posição no Serviço Público. Em 1935 estava trabalhando como estatístico da Diretoria de Estatística de Produção. Com o retorno do Serviço Florestal em 1938, retornou à instituição tendo inclusive recebido um adiantamento para que pudesse participar da Comissão de construção do Parque Nacional do Iguaçu. Em 1941 foi registrado, de acordo com o Anuário da Imprensa Brasileira, como jornalista, visto que o governo do Estado Novo veio a regulamentar a carteira profissional. Ficou até 1942 no Serviço Florestal, ou seja, até o mesmo momento em que se terminou a gestão de Iglésias. Foi realocado para o Serviço de Informações Agrícola. Em 1946 foi nomeado chefe do serviço de Comunicações do Ministério da agricultura. Em fevereiro de 1952 afastou-se do Serviço devido a licença para tratamento da saúde. Aposentou-se em 1954. Embora seja tarefa árdua encontrar seus artigos, visto que não os assinava, é possível verificar que Rodrigues de Alencar trabalhou nas redações de jornais cariocas como o *Correio da Manhã, O Dia, Diário de Notícias, A Vanguarda e A Noite*, além das revistas do *Serviço Público* e *Agricultura e Pecuária.* Era um homem que devido sua experiência conhecia os desafios do ofício periódistico e, talvez, um dos redatores dos textos sem autoria que são colocados na *Revista Florestal*. Ele que era o proprietário da marca da revista, tendo oficializado ela em maio de 1929, conforme indicava o *Diário Oficial da União* de 17 de maio de 1929 na Seção de marcas e indústrias de comércio. Ao falecer é colocado como um dos "pioneiros" da divulgação agrícola no país pelo jornal Diário de Notícias.	Diretor gerente, membro do comitê de redação na primeira e na segunda fase do periódico
Frederico Carlos Hoehne (1882-1959)	Brasileira	Pais eram imigrantes alemães que chegaram no Brasil em 1858, quando Hoehne ainda era uma das oito crianças do casal. Seu pai se dedicou à agricultura, marcenaria e atividades de montagem de máquinas industriais. Casou-se com Carla Augusta Frieda	Autodidata, não se formou em nenhuma instituição, porém lia livros de botânica com grande fluidez e encantamento. Com a ajuda do presidente da Câmara de Vereadores de Juiz de Fora, consegue um cargo de jardineiro-chefe do Museu Nacional. Acompanhou as expedições de Rondon para o interior do território brasileiro e em 1917 ao lado de João Geraldo Kulhmann. Projetou-se na cidade de São Paulo, sendo organizador do Horto do Butantã e da Seção de Botânica do Museu Paulista. Esta, tornou-se 1928 pertencente ao Instituto Biológico de Defesa agrícola e animal. Em 1942 o departamento tornou-se o Instituto de Botânica e alcançou maior autonomia administrativa. Foi aposentado compulsoriamente aos 70 anos, em 1952.	Colaborador e articulista da Revista

		Kulhmann, com quem teve quatro filhos.		
G. de Eransquin (?-?)	Espanhol	Não obtivemos informações acerca de seu núcleo familiar.	Era secretário da Câmara de Comércio Hispano-brasileira em Barcelona quando solicita edições do periódico.	Leitor
Geraldo Ferreira de Sampaio (?-?)	Brasileira	É casado com a irmã de Luiz Simões Lopes. Ou seja é seu cunhado.	Diplomou-se em Engenheiro civil na Escola Politécnica de São Paulo em 1917 e era um discípulo do sanitarista Saturnino de Brito no que compete ao sanitarismo. Era administrador de uma empresa de engenharia que levava o nome de seu mestre.	Articulista da primeira fase
Geraldo Viana (1877-1960)	Brasileira	Filho de Silvestre Viana e Marinha de Azevedo Viana. Casou-se com Ana da Silveira Viana	Nascido na cidade capixaba de Guaçuí, o jovem Viana fez seus estudos preparatórios em Campos e no ensino superior e matriculou-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Sua trajetória profissional começa em 1905 sendo nomeado professor público de Muqui. Nesta cidade foi vereador e presidente da Câmara Municipal. Elegeu-se deputado estadual em 1910 e, com a reeleição, permaneceu no cargo até 1920. Neste ano foi eleito deputado federal do estado natal. Tal estado é recorrentemente citado na *Revista Florestal* como exemplar na solução do problema florestal. Em março de 1930 voltou a ser eleito a deputado federal, perdendo o mandato com a campanha de 1930. Quatro anos mais tarde seria eleito para a Assembleia Constituinte estadual. Em 1940 foi nomeado para a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil. Advogou no Distrito Federal em 1945 e era diretor-presidente da Companhia Industrial Brasil Alumínio S.A.	Colaborador na primeira fase
Godofredo dos Santos (1892-?)	Brasileira	Não obtivemos }exito na investigação de informações sobre o seu núcleo familiar.	Nasceu em 1º de setembro de 1892 no estado de Minas Gerais. Em 1911 era foi admitido como estafeta (carteiro) da Estação de Telégrafos da recém-criada cidade-jardim de Belo Horizonte. Nesta instituição atuou como mensageiro, praticante telegráfico e grafista. Em 1919 pediu dispensa das suas ocupações, visto que tinha sido nomeado para ser chefe de culturas do Serviço de Agricultura Prática. Nos anos de 1920 era inspetor agrícola em diversas cidades mineiras.	Articulista na primeira fase
Gonzaga Tavares Pinheiro (1890-1978)	Brasileira	Filho do fazendeiro Joaquim Tavares Pinheiro.	O cearense foi formado em engenharia agronômica e declarou recebimento da *Revista Florestal* quando estava dentro do Gabinete da Presidência do Estado do Amazonas. Ali foi chefe da polícia militar durante a ascensão de Vargas.	Leitor do periódico
Gregório Gregorievitch Bondar (1881-1959)	Russo naturalizado brasileiro	Era filho do russo Gregório Bondar e Maria Bondar. Casou-se com Olga Panoni Bondar de família imigrante italiana, e também com	A educação preparatória foi concluída em 1902 na Escola de Krasrojarrk, na Sibéria. Diplomou-se em Agronomia no Instituto Agrícola da Universidade de Nancy na França em 1910. Vale lembrar que a Escola florestal francesa era uma das mais renomadas no período, por onde também circularam conservacionistas norte-americanos. Sua carreira profissional começa ainda na Sibéria trabalhando como professor primário entre 1902 e 1904. Bondar imigrou em 1910 para o Brasil e contribuiu para a institucionalização do campo agronômico a partir de suas obras	Colaborador e articulista na primeira e terceira fase (entrada na edição de

		Paraschiva Smaricevsky.	e artigos publicados em diversas revistas agrícolas, tais como Chácaras e Quintais. Em 1912 era contratado para o cargo de professor do Instituto Agronômico de Campinas. Foi Professor da Escola Luiz de Queiroz, até ser rescindido em 1916. Em 1922 trabalhava como entomologista da Secretaria de agricultura do estado da Bahia; Chefe do Laboratório de Patologia Vegetal da Bahia; Chefe da Seção Técnico-agrícola do Instituto do Cacau na Bahia.	setembro de 1929)
Gustavo [Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha] Barroso (1888-1959)	Brasileira	Seus pais eram o tabelião cearense ligado a questões rurais Antônio Filinto Barroso e Ana Dodt Barroso.	Seus estudos iniciais foram nos Externatos Dom José, Partheon Cearense e no Liceu do Ceará. Diplomado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1911. Atuou na redação de periódicos como do Jornal do Ceará, o Jornal do Comércio e da revista Fon-Fon. Lecionou na Escola de Menores da Polícia do Distrito Federal de 1910-1912; Secretariou os trabalhos da Superintendência da Defesa da Borracha em 1913; Foi deputado federal pelo Ceará em 1915-1918; Trabalhou também como inspetor escolar do Distrito Federal de 1919-1922. A partir do Centenário da Independência brasileira foi diretor do Museu Histórico Nacional, além de participar em diversas missões diplomáticas representando o Brasil na Liga das Nações.	Articulista e leitor assíduo, tendo feito recortes de artigos da revista para colagens em livros especiais.
Heitor [da Nóbrega] Beltrão (1889-1955)	Brasileira	Filho do engenheiro Antônio Cardoso de Arruda Beltrão e Flora da Nóbrega Beltrão. Casado com Cristina Penna Beltrão.	Pernambucano de Recife, Beltrão foi aluno do Colégio Pedro II (antes Ginásio Nacional) e diplomou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Destacou-se pelos seus trabalhos na imprensa. Em 1913 foi para a cidade de Manaus e exerceu cargos de Diretor da Biblioteca Pública e da Imprensa Oficial do Estado. No ano seguinte, retornou ao Rio e trabalhou como redator de A Lavoura, periódico da Sociedade Nacional de Agricultura. Presidiu o Tijuca Tennis Club durante vinte anos. Ingressou em 1920 na Associação Comercial do Rio de Janeiro e era membro do Conselho Federal de Caixas Econômicas, diretor e vice-presidente da Associação Brasileira da Imprensa.	Membro do Conselho Consultivo
Heitor Vinícius da Silveira Grillo (1902-1971)	Brasileira	Casado com a poetisa Cecília Meirelles em 1945.	Estudou na Escola Superior de Agricultura e Veterinária, atual UFRRJ em 12 de Setembro de 1920. Especializou-se na França em Química Agrícola, Tecnologia rural e economia rural. Foi designado preparador interino do Serviço de Fitopatologia do Instituto Biológico de Defesa Agrícola em 1924 e foi nomeado dois anos depois assistente pelo mesmo serviço. Considerado professor catedrático desde 1934 na Escola Nacional de Agronomia, local que ocupou o posto de diretor em 1938. Nos anos 40 foi secretário da prefeitura do Distrito Federal.	Articulista da primeira fase
Henrique [Adolfo] Boiteux (1862-1945)	Brasileira	Era fruto do relacionamento entre o comerciante catarinense e antigo coronel da Guarda Nacional Henrique Carlos Boiteux e Maria Carolina Jacques Boiteux. Sua família era	Oriundo da cidade catarinense de Tijucas, Boiteux realizou seus primeiros estudos no Ateneu Provincial em Desterro e, em seguida, prestou exames para entrar no Colégio Naval do Rio de Janeiro. Ali concluiu seus estudos em 1883 tornando-se guarda-marinha. Também se formou em engenharia geográfica na Escola Politécnica da mesma cidade, mas não exerceu a profissão. Republicanista, Boiteux participou da Assembleia Nacional Constitiuinte de 1891 pelo estado de Santa Catarina. Combateu a Revolta da Armada em 1894 a favor do governo e não daqueles que sublevaram na Marinha. A sua vitória lhe assegurou um status elevado na hierarquia náutica, sendo sucedido de promoções e prêmios. O ápice de sua trajetória foi ser elevado à condição de	Articulista na primeira fase

		de imigrantes suíços.	almirante em 1921. Na Marinha desenvolveu trabalhos biográficos de teor laudatório à personalidades brasileiras. O capitão Oliveira Bello, escrevendo à Revista Marítima Brasileira notas de pesar ao almirante, estimava que Boiteux tenha composto 108 biografias sobre agentes da Marinha, dentre os quais o almirante Tamandaré. É na posição de almirante que participa do movimento florestal da *Revista Florestal*. Realizou, inclusive, trabalhos sobre a identificação de madeiras de seu estado natal. Era sócio da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.	
Henrique [José] da Silva (1865-1935)	Brasileira	Filho do fazendeiro Francisco José da Silva e Ana Rodrigues de Moraes e Silva	O goianiense era formado pela Escola Militar da Praia Vermelha e pautava-se na filosofia positivista. Era soldado militar atingindo a posição de major para a realizar levantamentos da Comissão sobre a República Platina e Mato Grosso. Trabalhou junto de Gastão Cruls nesta empreitada e em 1917 foi, nas palavras de Maria de Araújo Nepomuceno um "verdadeiro quixote" na tentativa de construir um periódico carioca que desse visibilidade às propostas goianas. Tratava-se de "Informação Goyana" que defendia a transferência da capital federal para o estado de Goiás e buscava integrar os "sertões" goianos ao litoral. Escreveu para diversos periódicos, tais como Brasil Ferro-carril, Jornal do Comércio e Diário de Notícias e participou das sessões da Sociedade Nacional de Agricultura.	Articulista na primeira fase
Henrique Luiz Roessler (1896-1963)	Brasileira	Era de uma família de médias condições econômicas e descendente de alemães. Sua mãe, Henrietta Luise Blauth, era violinista. Seu pai era o funcionário público João Felippe Roessler.	Um dos poucos que não eram formados neste rede de proteção à natureza. Não concluiu o o ginásio gaúcho do Colégio Nossa Senhora da Conceição. De acordo com a biografia traçada por Pereira (2011), Roessler trabalhou em diversos ofícios ao longo da vida. Foi funcionário público da Marinha, construtor de barcos, desenhistas, mas se notabilizou pela sua função de delegado do Serviço Florestal. É nesta condição que tem artigo publicado na Revista Florestal. Destituído de suas funções no Serviço, criou da União Protetora da Natureza e é considerado um dos principais agentes do movimento de proteção à natureza no Rio Grande do Sul.	Articulista na terceira fase
Henrique Paulo da Cunha Bahiana (?-?)	Brasileira	Filho de Gastão Bahiana	Era membro da Liga Católica do Rio de Janeiro, tendo publicado diversos artigos na Revista Beira-Mar. Fez curso na Escola de Química Industrial situada na Escola Politécnica . Ganhou premiação de viagem à Europa. Ao retornar se tornou assistente técnico na Escola de Agricultura do Rio de Janeiro, trabalhando especialmente com óleos vegetais, sobretudo da oiticica. Trabalhou ao lado de Joaquim Bertino de Carvalho no Instituto de Óleos e foi responsável pelo ensino da química no Brasil.	Articulista da primeira fase
Henrique Semler (?-?)	Não identificada	Não obtivemos êxito ao investigar informações sobre o seu núcleo familiar.	Defendia a expansão de cultivos de diversas espécies no Brasil, desde mamona, eucaliptos, fumo, banana, figos, arroz, milho, algodão, entre outras. Para cada uma delas publicava uma monografia patrocinada por diversas entidades agronômicas, dentre as quais a Sociedade Nacional de Agricultura. Pesquisou a praga agrícola "curuquerê" no Nordeste que era a mesma estudada por Francisco de Assis Iglésias.	Articulista da primeira fase
Hermínio	Brasileira	Não obtivemos êxito ao	Foi aluno da turma de 1893 do Colégio Pedro II e formado em agronomia.	Articulista na

Lyra da Silva (1877-?)		investigar informações sobre o seu núcleo familiar.		primeira fase
Horácio Peres Sampaio de Matos (1910-1994)	Brasileira	Filho de Arthur Peres e Leonor Peres Sampaio. Casado com Helena Ferreira de Mattos.	Recebeu sua carteira profissional de engenheiro agrônomo em 1936 pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, mas tinha começado a trabalhar na profissão antes que isso. Foi sub-assistente do Instituto de Biologia Vegetal em 1934 e Chefe da Seção de Proteção florestal do Serviço Florestal Federal em 1948. Durante este período, ficou dois anos nos Estados Unidos estudando em Yale, um dos centros do conservacionismo norte-americano. Foi designado pelo Serviço Florestal para estudar o comportamento das plantas na Restinga da Marambaia. O resultado desses estudos gerou um relatório apresentado à Direção dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural em 1945. Lecionou na Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural nos anos de 1950 e participante da Comissão que revisaria o código florestal de 1934 criando-lhe outro mais apropriado e foi diretor do Instituto de Florestas entre 1976 e 1979.	Articulista da terceira fase
Hugo Lima Câmara (?-?)	Brasileira	Não obtivemos êxito ao investigar informações sobre o seu núcleo familiar.	Chefe do Gabinete de Pesquisas e Análises do Departamento de Agricultura do Estado do Rio em 1935; Professor catedrático da Escola Superior de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, localizado em Niterói em 1935 e diretor da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro.	Articulista da terceira fase
Hugo Miatello (?-?)	Argentina	Não obtivemos êxito ao investigar informações sobre o seu núcleo familiar.	Atuou desde 1910 na Diretoria Geral de Ensino Agrícola, destacando seu trabalhos na zona norte e oeste de Buenos Aires. Além disso foi inspetor técnico da Divisão de Investigações Agrícolas e e Estudos especiais da Direção de Agricultura Diretor do Departamento de Fomento Rural do Ferro-carril Central Argentino. Atuou na organização de uma lei florestal na Argentina.	Articulista na primeira fase
Humberto Gomes de Almeida (1880-?)	Brasileira	Não obtivemos informações ao nível de seu núcleo familiar.	Fluminense nascido em 21 de abril de 1880, Almeida tal como outros da rede florestal caracterizou-se pela mobilidade funcional. Em 1911 foi nomeado para auxiliar do Serviço de Defesa agrícola e, posteriormente, trabalhou em aprendizados agrícolas, fazendas modelos e patronatos agrícolas. O agrônomo trabalhou no Horto Florestal do Distrito Federal que era subordinado ao Serviço Florestal do Brasil, sendo nomeado em 10 de maio de 1926. Participou do reflorestamento do Morro dos Telégrafos em 1928, bem como de missão científica no Espírito Santo em 1926 ao lado de Antônio Pacheco Leão, presidente do Jardim Botânico. Era integrante da Sociedade dos Amigos das Árvores e a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.	Colaborador na primeira fase (entrada em agosto de 1929)
Idelfonso Simões Lopes (1866-1943)	Brasileira	Filho da tradicional família de estancieiros gaúchos João Simões Lopes Filho e Antônia da Luz Simões Lopes. Casado com Clara	Nascido em Pelotas, Simões Lopes foi da turma de engenheiros formados em 1890 na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Foi eleito Deputado estadual pelo Partido Republicano Riograndense em 1897 e 1904 e seus mandatos como Deputado federal pelo mesmo partido o fizeram permanecer na Câmara entre 1906 e 1919. Seu desempenho o levou a cadeira mais elevada do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio no governo de Epitácio Pessoa. A entrada da administração de Arthur Bernardes fez retornar ao posto de Deputado federal, Partido	Colaborador na primeira fase

		Simões Lopes e Serafina Vieira Simões Lopes. Era pai do diretor técnico da revista, Luiz Simões Lopes e do colaborador Álvaro Simões Lopes.	Republicano Riograndense entre 1922 e 1930. Apoiou a Aliança Liberal e protagonizou cenas de assassinato do deputado Manoel de Souza Filho em meio a efervescência das disputas políticas do período. Com a chegada de Vargas ao poder em 1930, foi direcionado ao cargo de Diretor do Banco do Brasil 1930. Em tal instituição permaneceu até 1943 quando veio a falecer. Foi integrante assíduo da Sociedade Nacional de Agricultura, tendo inclusive sido seu presidente.	
Inácio Lopes Fortes Bustamante (?-?)	Brasileira	Não obtivemos informações ao nível de seu núcleo familiar.	O agrônomo era fitotecnista do Departamento Nacional de Produção Vegetal em 1955.	Articulista na terceira fase
Iron da Rocha Lima (1894-1972)	Brasileira	Oriundo de uma das principais famílias oligárquicas goianas da Primeira República: os Rocha Lima que apoiava os Xavieirstas. Ou seja, seu pai, Miguel da Rocha Lima era aliado político de José Xavier de Almeida.	Formou-se na Escola de Agricultura de Pinheiros, futura UFRRJ, em 1914. Escreveu para a revista A Informação Goyana ao lado de seu amigo Henrique Silva. Entre 921 e 1924 elegeu-se deputado estadual por Goiás, tendo um pequeno período de interregno até 1927, quando retornou à Assembleia legislativa local. Somente saiu do cargo de deputado em 1930, com a campanha de 1930. Apoiou o grupo varguista durante a experiência democrática, sendo partidário do Partido da Social Democracia.	Articulista da primeira fase
Jayme de Barros [Gomes] (1901-1986)	Brasileira	Filho de Narcisso de Souza Gomes e Quitéria de Barros Gomes.	Nascido em Campos dos Goytacazes, Barros estudou no Colégio Pedro II e se diplomou na Universidade do Brasil em 1924. Foi deputado fluminense entre 1927 e 1930, atuou como diplomata representando o Brasil na Organização das Nações Unidas, dirigiu o Diário da Noite, realizou missões culturais no Uruguai e Argentina, além de ter sido poeta da Academia Fluminense de Letras.	Articulista na primeira fase
João Augusto Falcão de Almeida e Silva (?-1956)	Brasileira	Não obtivemos êxito na investigação de informações sobre seu núcleo familiar,	Formado na Escola Agrícola de Pinheiros, São Paulo em 1915. Foi delegado do Serviço de Algodão do Nordeste até 1933, quando ocupou o cargo de diretor geral da Agricultura do estado de Pernambuco. Foi inspetor de plantas têxteis de Pernambuco em 1934. Dirigiu também o Serviço de Plantas Têxteis no Rio Grande do Norte e chefiou a Seção de Fomento de Agrícola no Sergipe. Em 1942 ainda foi Diretor da Divisão de Material do Ministério da Agricultura. Foi Diretor do Serviço Florestal a partir de 28 de abril de 1943.	Leitor assíduo da Revista
João Baptista Lopes (?-?)	Brasileira	Não foi possível obter informações ao nível de seu núcleo familiar.	As informações sobre o escritor foram escassas durante a pesquisa. Dentre os vestígios que investigamos referem-se a sua posição de engenheiro agrônomo alocado como guarda vigilante do Patronato Agrícola de Monções e o fato de ter integrado a Sociedade Nacional de Agricultura.	Articulista da primeira fase
João Castello	Brasileira	Não foi possível obter	A única menção que encontramos acerca de Castello Branco é que era auxiliar agrônomo no	Colaborador

Branco da Costa (?-?)		informações ao nível de seu núcleo familiar.	Aprendizado agrícola de São Luís das Missões no Rio Grande do Sul. Ao que tudo indica, sua entrada na Revista esteve vinculada as amizades que possuía com outros integrantes gaúchos, em especial Luiz Simões Lopes.	na primeira fase (retira-se do quadro de colaboradores em janeiro de 1930)
João Geraldo Kulhmann (1882-1958)	Brasileira	Seus pais eram os imigrantes alemãs Frederico Kulhmann e Rosália Bodenberg. Era um dos 13 filhos do casal. Casou-se com Ordália da Costa Kulhmann. Com sua mulher teve dois filhos: Guilherme Geraldo Kulhmann e Zilda Kulhmann	Nascido na cidade catarinense de Blumenau, Kulhmann era autodidata, não se diplomando em nenhuma instituição. Seu interesse por Botânica veio com o seu cunhado Frederico Hoehne. Antes de se integrar ao Jardim Botânico em 1919 era tecelão da Fábrica São Félix, na Gávea, Rio de Janeiro. Ao ser contratado pelo Jardim a pedido de Antônio Pacheco Leão atuou como ajudante interino na Seção de Botânica de fisiologia vegetal. Nesta posição foi auxiliar técnico da Comissão de Defesa da Borracha e participou da Comissão Rondon na posição de naturalista viajante conquistada em 1922. Integrou em 1923 da Comissão oficial brasileira para o estudo da Borracha no Vale do Amazonas. Três anos depois foi nomeado botânico no recém-criado Serviço Florestal. Da mesma maneira que seus colegas de repartição também ficou desorientado ao ter o serviço extinto em 1933. Retornou, porém, a mesma instituição, conquistando entre 1944 e 1951 o posto de presidente do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Durante esse período foi conselheiro da delegação brasileira na Conferência Latino-americana de Florestas e produtos florestais em 1948.	Colaborador e articulista na primeira e terceira fase do periódico
Joaquim Barreto Costa (?-?)	Brasileira	Era filho do coronel João Feliciano Dias da Costa e Glória Barreto Costa. Seus irmãos eram Carmélia Barreto e Januária Miranda. Casado com Amélia Barreto Costa e com ela teve os filhos: Maria Costa e João Guilherme Costa. Perdeu seu pai em 1 de fevereiro de 1922. Sua família abrigava-se em Ribeirão Preto, São Paulo.	Barreto Costa formou-se em agronomia pela Escola Luiz de Queiroz em 1912, sendo colega de turma de vários outros da *Revista Florestal*. Assim que obteve o diploma ingressou no serviço público. Seu nome foi especulado para ser auxiliar da Fazenda Modelo de criação Uberaba em 1913. Em menos de sete meses foi exonerado da função e foi admitido como auxiliar extranumerário do Serviço de Agricultura Prática somente no ano de 1919. No mesmo ano toma posse como auxiliar de trabalho em Rezende. Nesta cidade realizou um campo de Experimentação de sementes em 1920. Seu trabalho o levou a organizar outros campos em Minas Gerais em 1925. Com a organização das funções do Serviço Florestal, foi chamado por Francisco Iglésias para atuar como servente em 1926. A mobilidade de funções que caracteriza a sua trajetória, fez no ano seguinte se reposicionar em outra função no Serviço. Em 1927 foi Diretor do campo de sementes de Catú na Bahia. Em menos de um mês naquela função, ainda em fevereiro do mesmo ano, torna-se diretor do Horto Florestal de Rezende. Em 1933 com a extinção do Serviço Florestal, órgão a qual estava vinculado o Horto Florestal que dirigia, foi colocado à disponibilidade no serviço público federal. e tornou-se oficial administrativo do Ministério da Viação em 1939, mas logo no ano seguinte, em 1940 aposenta-se do serviço público na pasta da agricultura. Foi integrante da Sociedade Nacional de Agricultura	Colaborador na primeira fase
Joaquim	Brasileira	Não obtivemos	Formado em agronomia pela Escola Agrícola de Medicina e Veterinária do Rio de Janeiro.	Membro do

Bertino de Moraes Carvalho (?-?)		informações a esse respeito.	Professor do Oferecia curso de especialização de óleos vegetais e derivados da Escola Superior de Agricultura. Diretor do Instituto de Óleos nos anos de 1940, quando o Brasil desenvolvia outras fontes energéticas após a Segunda Guerra Mundial. Estudou na África e Malásia programas de pesquisa de oleaginosas. Esforçou-se em 1958 por um acordo bilateral entre França e Brasil para a vinda de uma missão francesa estudar os óleos do Brasil. Apoiava o uso de óleos vegetais como combustíveis.	conselho consultivo
Jorge Ramos de Otero (1895-?)	Brasileira	Era o terceiro filho dos gaúchos Luiz Antônio Otero e Dolores Ramos Otero.	Gaúcho nascido em 1º de junho de 1895, Otero ingressou como ajudante agrônomo interino da Estação Experimental de Agrostologia da Diretoria do Serviço de Indústria Animal em 1921. Em 1929 era professor da Estação de Agrostologia do Ministério de Agricultura.	Membro do Conselho Consultivo
José Aranha Pereira (?-?)	Brasileira	Casado com Maria Martha Aranha Pereira. Perdeu sua avó D. Maria Amália de Barros Aranha em 24 de Setembro de 1927 e seu irmão, Plínio Aranha Pereira, dois anos depois.	Formado em engenharia agronômica pela Escola Luiz de Queiroz em Piracicaba, sendo da mesma turma que Raimundo Pimentel Gomes, outro colaborador da Revista Florestal. Trabalhou na Secretaria de Agricultura de São Paulo como agrônomo auxiliar do Serviço Florestal de São Paulo. Ademais, ministrou aulas na Escola Luiz de Queiroz em Piracicaba. Em 1948 era servidor do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo.	Colaborador na primeira fase (retira-se do quadro de colaboradores em fevereiro de 1930)
José Lucas Penna (1884-1934)	Argentina	Não obtivemos informações a esse respeito.	O poeta de Tucumán, província situada à noroeste da Argentina, estudou direito e foi um dos fundadores da Universidade de seu estado natal. Foi deputado nos anos de 1920 através do Partido Liberal.	Articulista
José Mariano [Carneiro da Cunha] Filho (1881-1946)	Brasileira	Filho do político de projeção republicana José Mariano, um dos oligarcas pernambucano, amigo de Joaquim Nabuco. Irmão de Olegário Marianno que seria ministro da agricultura	Nasceu próximo a Recife, Pernambuco. Formou-se em Medicina pela Universidade do Rio de Janeiro, mas nunca clinicou. Em 1911, trabalhou como assistente de Fisiologia Vegetal do Jardim Botânico. Em 1916, foi nomeado chefe da Seção do Horto Florestal do Distrito Federal. trabalhou como chefe Entre 1926 e 1927 foi Diretor Nacional da Escola de Belas Artes e defensor acentuado da arquitetura neocolonial. Teve seu projeto de construção do Serviço Florestal nos anos de 1920 derrotado e foi profundamente crítico a instituição. Em 1934, torna-se Presidente do Conselho Técnico Florestal da Prefeitura do Rio de Janeiro e colabora na comissão que redigiria o código florestal de 1934. Nesta legislação, cria-se o Conselho Florestal Federal, do qual presidiria de 1934 até 1946. É considerado por Gilberto Freyre em “Sobrados e Mucambos” um “ardente indianófilo” e um “radical negrófobo”.	Na primeira fase foi excluído do quadro colaborador. Porém, na segunda e terceira fase é leitor assíduo do períodico e homenageado pela revista.
José Pereira Miranda Júnior	Brasileira	Não obtivemos informações a esse respeito.	Chefe da Seção de Silvicultura em 1943 e administrador do Horto florestal da Gávea no mesmo ano. Auxiliou os trabalhos da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal de Aracaju. Cultivou na Fazenda Estiva que pertencia de Samuel Hardman na cidade pernambucana de Barreiros o	Citado na revista (Provável

(?-?)			plantio de cocos.	Leitor)
J.R. Wilson (?-?)	Norte-americana	Não obtivemos informações a esse respeito.	Um dos responsáveis por ampliar a produção agrícola na *United Fruit Company*.	Articulista da primeira fase
Juan [Antônio] Carnevale (?-?)	Argentina	Não obtivemos informações a esse respeito.	O agrônomo da Faculdade de Agronomia de Buenos Aires, onde se formou Álvaro Simões Lopes, produziu diversas obras: "Plantación de árbores" (1927); "El vivero forestal" (1929); "Árboles forestales: descripción, cultivo, utilización" (1955); "El cuidado de los frutales" (1947); "Los injertos" (1958). Das obras citadas localizamos na Biblioteca da Sociedade Nacional de Agricultura as edições do livro *Árboles forestales*, indicando a leitura compartilhada. Não localizamos no livro citações à revista.	Articulista da primeira fase
Júlio Ferreira de Aguiar (?-?)	Brasileira	Não obtivemos informações sobre o seu núcleo familiar.	A trajetória do engenheiro agrônomo é iniciada no Serviço Público como ajudante interino da Seção Agronômica da Estação Geral Experimental de Campos. Em 1921 é exonerado tornando-se inspetor agrícola em diversas localidades, dentre as quais no Mato Grosso em 1926. Na década de 1940 era funcionário do Serviço Florestal, vinculado à Seção de Proteção Florestal, tendo trabalhado na fixação de Dunas fluminenses.	Articulista da terceira fase
Júlio Moreira D'avila (?-?)	Brasileira	Não obtivemos informações sobre o seu núcleo familiar.	A única informação que obtivemos acerca do intelectual diz respeito a sua ocupação enquanto agrônomo do Departamento Nacional Vegetal.	Articulista na terceira fase
Juvenal Machado (?-?)	Brasileira	Não obtivemos informações sobre o seu núcleo familiar.	Correspondia a um alto funcionário da Ford Motor Company que solicitava edições de seu periódico para a empresa.	Leitor
Karl Arens (?-?)	Alemão naturalizado brasileiro em 1949	Não obtivemos informações sobre o seu núcleo familiar.	Professor contratado em 1941 para a cadeira de botânica da Faculdade Nacional de Filosofia. Administrou o Departamento de Botânica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro desde 1959 até a sua aposentadoria em 1972. Foi um dos fundadores da Sociedade Botânica Brasileira.	Articulista na terceira fase
Lauro Bezerra Montenegro (1896-1950)	Brasileira	Seus pais eram os agrários José Vicente Montenegro e Maria Bezerra Montenegro.	O agrônomo paraibano iniciou seus trabalhos no Serviço Público em 1923 quando foi nomeado para auxiliar agrônomo no Patronato agrícola Vidal de Negreiros. Em 1926 é transferido para o Patronato João Coimbra. Atuou também como chefe da Seção de Fomento Agrícola do estado de Alagoas na década de 1940 e se elegeu deputado federal pelo Partido Social-Democrata pelo estado de Alagoas em 1946 até 1950, quando veio a falecer em exercício do mandato.	Articulista na segunda fase
Léo de Afonseca Júnior (1877-1949)	Brasileira	Filho do comendador Leopoldo de Afonseca e Francisca Eugênia Cochrane	Seu nome está vinculado aos desenvolvimento dos saberes estatísticos no Brasil. Isso porque foi Diretor da Estatística Comercial do Ministério da Fazenda desde 1917; Trabalhou no Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho em em 1934; Chefe do Departamento Nacional de Estatística; Participou da Comissão interministerial durante o governo provisório	Colaborador na primeira fase

			para a criação de um Instituto Nacional de Estatística que deu origem ao Intituto Brasileiro de Geografia e Estatística. De acordo com Senra (2006, p.690), a administração deste setor não era tarefa simples, mas Afonseca cumpriu "com serenidade e propriedade". Em 1934 atuou no Conselho Federal do Comércio Exterior. Em 1936 era Diretor de Estatística e Economia Financeira. Participou da Comissão Censitária Nacional para o Censo de 1940. Inclui-lo dentro da Revista seria um meio importante de estabelecer um canal de interlocução com os dados sobre os produtos florestais.	
Leonam de Azeredo Pena (1903-1979)	Brasileira	Filho de Manuel Ferreira e Alfonsina da Conceição Azeredo Penna. Casado com a professora Dorcelina Rosado Penna e possuía dois filhos:Carlos Leonam, jornalista de "O Globo" e Leonardo Penna	Seu primeiro posto público de notoriedade foi como inspetor técnico do Serviço de Combate à broca do Café em Minas. Ocupou a função de chefe de culturas da estação experimental de Sete Lagoas do Serviço do Algodão em Minas Gerais de 1927-1930. Trabalhou como meteorologista agrícola em 1930 na Diretoria de Meteorologista coordenada por Sampaio Ferraz. Atuou junto de Magarinos Torres que também se inseria nesta instituição para moralizá-la Em 1935 foi assistente do Jardim Botânico na gestão de Campos Porto. Esteve na Comissão de Redação da "Rodriguésia" e "Arquivos do Instituto Biológico Vegetal". Contribuiu com Manoel Pio Corrêa para a editoração do "Dicionário de plantas úteis". Trabalhou de 1933-1973 no Jardim Botânico. Neste tempo chegou a assumir o cargo de assistente técnico do gabinete do ministro de agricultura de Daniel de Carvalho entre 1949 e 1952. Atuou como secretário do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil de 1944-1947, como secretário das Comemorações dos 150 anos do Jardim botânico, e foi chefe da seção de publicações do Serviço de Informação agrícola do Ministério da agricultura de 1952 a 1956.	Articulista da terceira fase
Leôncio Correia (1865-1950)	Brasileira	Era filho de João Ferreira Correia e Carolina Pereira Correia. Seu padrinho político era o comendador Idelfonso Pereira Correia, cujo capital advêm da venda de mate e madeiras do Paraná.	Paranaense de Paranaguá, Leôncio Correia foi jornalista conceituado de seu tempo e colaborador para a construção da identidade paranaense, através de sua participação no movimento paranista. Era identificado como o "poeta que as araucárias nos deram" tamanho era a presença deste elemento do mundo biofísico na sua narrativa. Foi amigo de Bilac, Alberto de Oliveira e Coelho Netto e, semelhante àqueles adotou a estética parnasiana. Apesar disso, não ingressou na Academia Brasileira de Letras. Era republicano convicto e foi deputado federal pelo seu estado natal. No Rio de Janeiro, trabalhou como diretor da Instrução Pública e do Colégio Pedro II, bem como colaborou para o surgimento de festas comemorativas da nacionalidade, dentre os quais o dia da árvore e da bandeira. Ainda dirigiu a Imprensa Nacional e a publicação do Diário Oficial da União. Foi presidente da Sociedade dos Amigos das Árvores desde a sua fundação em 1931 e da Liga Espírita do Brasil entre 1939 e 1942.	Articulista na primeira fase
Luciano Pereira da Silva (1885-1975)	Brasileira	Seus pais eram Agezilao Pereira da Silva (jurista, diretor do Diário de Manaus e presidente do estado do Amazonas	O piauiense formou-se em Ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Recife, Luciano Pereira da Silva se destacou no campo agronômico e político pela Defesa que realizou da produção da borracha no norte do país, buscando conter o declínio dos preços do produto. Essa defesa se deu quando foi deputado estadual e federal pelo estado do Amazonas entre 1912 e 1914. Trabalhou como fiscal da Inspetoria de Seguros da Secretaria do Gabinete do Ministro da	Colaborador na primeira fase

		entre 1877 e 1878) e Adelaide Cândida Jasen Machado da Silva. Casado com a pernambucana Noemia Seve Wanderley com quem teve cinco filhos.	Agricultura durante a gestão de Lyra Castro a partir de 1926. Sendo consultor jurídico do ministério, redigiu diversos projetos de criação e revisão de códigos, tais como o florestal (1923), rural (1942) e de minas (1944). Desde 1934 integrou ao Conselho Florestal Federal. Com a morte do presidente José Mariano Filho em 1946 é eleito para substituí-lo. No posto de presidente do Conselho fica até 1953 quando se aposenta do serviço público. Ostentando o posto de presidente atuou como delegado da Conferência Latino-americana de Florestas e Produtos Florestais em 1948. Durante o ano de 1950 acumulou as funções de consultor-geral da República e jurista na Comissão Nacional de Política Agrária. Foi Sócio da Sociedade Nacional de Agricultura.	
Luís Carlos da Fonseca (1886-1932)	Brasileira	Adotou o nome do avô mineiro Luiz Carlos da Fonseca. Seu pai era Visconde de Ouro Preto, senador do Império por Minas Gerais (o conde Afonso Celso). A avó era filha da Condessa de Belmonte, camareira-mor do Paço Imperial. Sua mãe era companheira e amiga da Princesa Isabel.	Tornou-se conhecido em seu tempo como o "poeta ferroviário", uma vez que além de membro da Academia Brasileira de Letras era diretor da Central do Brasil, instituição que sofria com a escassez das madeiras para abastecer suas locomotivas. Além disso, foi nesta empresa que o diretor Francisco Rodrigues de Alencar tinha trabalhado. Na ABL pertencia ao que considerava ser a "panelinha literária" do parnasianismo. Faziam parte dela: Augusto de Lima e Alberto de Oliveira, por exemplo, outros dois representantes do movimento de proteção à natureza no Brasil.	Articulista na primeira fase
Luiz Augusto de Azevedo Marques (?-1939)	Brasileira	Casado com Beatriz Rocha de Azevedo Marques e deixou quatro filhos ao falecer.	Assistente de Entomologia do Instituto Biológico de Defesa Agrícola. Nos anos de 1930 era presidente da Comissão Nacional de Combate a Saúva, mas não consegue dar continuidade, uma vez que faleceu de um edema pulmonar em 1939.	Membro do Conselho Consultivo
Luiz Emygdio de Mello Filho (1913-2002)	Brasileira	Filho do policial militar Luiz Emdygio de Mello e da dona de cada Maria Antonieta de Mello.	Estudou no Colégio Pedro II e formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1939. Entrou no Museu Nacional em 1941 e durante os primeiros anos de Parque Nacional da Serra dos Órgãos realizou diversas pesquisas no campo da botânica. Nos anos de 1950 formou-se também na Escola Superior de Guerra e administrou o Museu Nacional de 1976 a 1980 sob a égide da ditadura civil-militar. Participou de diversos projetos de criação de parques nas cidades do Rio de Janeiro (tais como o aterro do Flamengo de Burle Marx) e foi membro da Fundação Brasileira de Conservação à Natureza. Chegou, inclusive, a organizar junto de Luiz Simões Lopes a Segunda Conferência de Proteção à Natureza em 1984.	Leitor do periódico
Luiz Gonzaga Gomes de Freitas	Brasileira	Não obtivemos ao longo da pesquisa informações sobre o seu núcleo	O agrônomo gaúcho era, durante a criação da Revista, inspetor agrícola federal. Foi nomeado inspetor itinerante de matadouro e charqueadas do Rio Grande do Sul em 1920. Encarregou-se de ser presidente da Comissão de Estudos e Organização Agrícola e Pastoril do Rio Grande do	Colaborador na primeira fase do

(?-?)		familiar.	Sul em 1933. Atuou como inspetor do Serviço de Fomento de Produção Vegetal em 1935. Pertenceu ao Conselho Técnico Superior da Sociedade Brasileira de Agronomia, à Sociedade União dos Leiteiros; integrou ao sindicato agronômico do Rio Grande do Sul em 1933 e contribuiu com a Fundação da Associação do Registro Genealógico Sul-riograndense.	periódico
Luiz [Serafim] Derenzi (1898-1977)	Brasileira	Seus pais eram o proprietário de terras capixabas Serafim Derenzi e Amália Sgrignoli Derenzi.	A mobilidade de colégios foi marcante em sua trajetória. Seus estudos iniciais foram na Escola Amâncio Pereira, Escola Modelo Jerônimo Monteiro, Ginásio Espirito Santense e, em Nova Friburgo, estudou no Colégio Anchieta. Formou-se na Escola Politécnica no Rio de Janeiro. Participou da Comissão da Carta geográfica fluminense; Foi diretor da Viação e Obras da Secretaria de Agricultura, Viação, Terras e Obras do Espírito Santo entre 1921 e 1924. Trabalhou na execução de estradas de ferro entre os três estados do Sul, bem como na criação do Parque Nacional de Foz de Iguaçú. Ministrou aulas de Matemática e Física no Curso Sinésio de Faria no Rio, Colégio Pedro Palácio e Liceu Muniz Freire em Cachoeira do Itapemirim, e na capital capixaba lecionou na Escola Pedro II e Ginásio São Vicente de Paula.	Articulista na segunda e terceira fase
Luiz Simões Lopes (1903-1994)	Brasileira	Filho do agrônomo e proprietário de terras Idelfonso Simões Lopes e a filha do conselheiro do Supremo Tribunal Federal Clara de Sampaio Simões Lopes. Sua família era tradicional no campo político do Rio Grande do Sul, Seu avô, por exemplo, era escritor de "Contos Gauchescos: lendas do Sul" e político de expressão com base na cultura do arroz e charque.	Residindo na Estância da Graça, onde considerava ser o "castelo dos Simões Lopes", o jovem Luiz em 1912 saiu do Colégio Sion onde estudava para morar no Rio de Janeiro. Estudou no Colégio Aldridge, em Botafogo, local que mais tarde seria a sede da sua instituição, a Fundação Getúlio Vargas. Em 1921, com seu pai ministro da agricultura no governo de Epitácio Pessoa decide permanecer na ramo agronômico e matricula-se na Escola Agrícola Luiz de Queiroz. Entretanto, é expulso por conflitos que participou envolvendo a polícia militar de São Paulo. Sua decisão é concluir os estudos na recente Escola Mineira de Agricultura e Veterinária em 1924. Ao se formar, ingressa como técnico no Serviço Florestal a pedido de Miguel Calmon, esposo de sua prima, Alice Porciúncula. Ali participou de viagens técnicas, conheceu diversos intelectuais do ramo da silvicultura e publicou ao lado de seu amigo, Francisco Rodrigues de Alencar, a Revista Florestal. Em 1929 apoiou como sua família a Aliança Liberal, envolveu-se, junto de seu pai, de um assassinato de um político situacionista, Manoel de Souza Filho dentro da Câmara dos Deputados. Com a ascensão de Vargas consegue o cargo de oficial do gabinete provisório e colabora para que sejam implementadas diversas legislações no período no tocante a proteção à natureza, tais como o decreto de proteção aos animais, o código florestal, de águas, de minas e caça e pesca, por exemplo. No Estado Novo é eleito por Vargas para dirigir o Departamento de Administração do Serviço Público. Participou da Missão Aranha em 1939 para estreitar laços econômicos com os norte-americanos e foi favorável à Missão Cooke que prospectava petróleo no país para fins do desenvolvimento nacional. Em 1944 organizou a Fundação Getúlio Vargas, da qual saiu da presidência apenas em 1990. Foi membro da Fundação Brasileira de Conservação da Natureza, inclusive apoiando financeiramente a realização de uma Segunda Conferência de Prateção à Natureza no Brasil em 1984.	Criador da Revista Florestal e diretor técnico da primeira fase do periódico
Mansueto	Polonês	Não obtivemos êxito ao	Embora uma de suas obras – Reflorestamento - tenha sido digna de nota entre os trabalhos da	Articulista na

[Estanislau] Koscinsky (1889-1951)	naturalizado brasileiro em 1933	investigar informações sobre seu núcleo familiar.	história ambiental, a trajetória do seu autor, Koscinky, é pouco conhecida. Pelo que constatamos analisando a documentação do acervo do Museu Octávio Vecchi, os seus estudos primários e secundários foram concluídos em Varsóvia. Além disso, fez curso de especialização em silvicultura na Escola Superior Florestal em Lwow (Polônia), frequentou a Faculdade de Filosofia da Universidade de Cracóvia e concluiu seus estudos em silvicultura na Faculdade de Florestal de Agronomia e Altos Estudos de Viena. Emigrou para o Brasil em 1924 para fugir dos reflexos da Primeira Guerra e conquista soviética da Polônia. Começou a trabalhar no Serviço Florestal ainda em seus primeiros anos no Brasil. Em 1932, com o morte de Octávio Vecchi, Koscinsky foi ordenado a trabalhar na Seção Técnica do Museu Florestal de São Paulo. Ali ficou responsável por organizar a divulgação científica por meio de exposições, visitas de escolas, entre outros. Ela concedia aulas públicas sobre botânica, reflorestamento e a importância do problema florestal brasileiro. Organizou iniciativas educativas de estímulo ao amor às árvores e faleceu em 1951.	primeira fase e leitor assíduo
Marcelo Noverraz (?-?)	Argentina	Não obtivemos êxito ao investigar informações sobre seu núcleo familiar.	Residindo na cidade de Tartagal na Argentina, Noverraz era engenheiro florestal e escreveu artigos para jornais e revistas como “A indústria de madeiras no Paraguai” para o jornal curitibano “A República” de 23 de maio de 1930, p.8., bem como o *Journal Forestier Suisse.*	Articulista e assinante da primeira fase
Marcos Konder Filho (1882-1962)	Brasileira	Oriundo de uma das famílias mais tradicionais de Santa Catarina, estado cujo comércio de madeira (em especial do pinho) tinha grande participação nas receitas. Era filho de Marcos Konder e Adelaide Flores Konder. Era irmão de Adolfo Konder e Vitor Konder.	Nasceu em Itajaí em 5 de janeiro de 1882 Foi superintendente municipal de 1904. Deputado da Assembleia Legislativa de Santa Catarina de 1913 até 1930 em diferentes legislaturas e fundador da cadeira número 8 da Academia Catarinense de Letras. Seu nome esteve vinculado ao desenvolvimento agrário do seu estado, uma vez que era integrante da Sociedade Nacional de Agricultura.	Colaborador na primeira fase (entrada na edição de março de 1930)
Mário Câmara Canto (?-1958)	Brasileira	Seus pais eram estancieiros gaúchos. Casado com Sebastiana Luíza	Diplomou-se em Agronomia com especialização em Veterinária na Escola Luiz de Queiroz em Piracicaba. Atuou como inspetor agrícola e ocupou elevados cargos no Instituto Nacional do Café. Extinta a instituição, o intelectual foi convidado a ser o primeiro administrador do Parque Nacional do Iguaçu. Ministrou aulas em Agronomia na Universidade Federal do Paraná e participou do I Congresso Florestal Brasileiro em 1953.	Leitor do periódico e citado nele.
Mário Moura Brasil do Amaral	Brasileira	Não obtivemos informações acerca de seu núcleo familiar.	De acordo com Keuller (2008, p.165) trabalhou como auxiliar da 4ª Seção de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional, tendo realizado Expedição científica na Gruta de Magé, em Quixadá no Ceará no ano de 1918. Tal região possuía um Horto Florestal de expressão no	Articulista na terceira

(1897-?)			período. Além disso, foi engenheiro responsável por obras de infraestrutura da cidade fluminense de Paraty, local do qual comenta na *Revista Florestal*.	
Mário [Rodrigues de Deus] Martins (1903-1968)	Brasileira	Não obtivemos informações acerca de seu núcleo familiar.	O poeta que compôs "Suíça Oriental" e "Taça de cristal" é identificado na edição de fevereiro de 1932 como mineiro. Embora suas publicações ganharam relevo no estado do Centro Sul ele nasceu em Picos no Piauí e lecionou no Colégio Pedro II.	Leitor do periódico
Mário Pessoa (?-?)	Brasileira	Não obtivemos informações acerca de seu núcleo familiar.	Leu o periódico na condição de prefeito da cidade de Recife e desejou votos de sucesso ao periódico em seu retorno em 1932. Aderiu ao integralismo pernambucano e apoiou o golpe civil-militar de 1964.	Leitor do periódico
Mário Saraiva (1885-1950)	Brasileira	Não obtivemos informações acerca de seu núcleo familiar.	Nascido na capital baiana, Saraiva ingressou precocemente na Escola de Medicina de Salvador, tendo apenas 14 anos de idade. Em 1908 foi aprovado para o concurso de chefe do Laboratório municipal de Análises do Rio de Janeiro. Dois anos depois, passou a chefiar a 2ª Seção de Química do Posto Zootécnico Federal de Pinheiros no Rio de Janeiro. Em 1916, chefiou o Laboratório do Serviço Fiscal e Defesa Comercial da Manteiga. Foi também Diretor do Instituto de Química do Ministério de Agricultura e inspecionou as salinas de Cabo Frio em 1925. Em carta trocada com Arthur Neiva, afirmava que o "governo revolucionário" de 1930 deveria trazer o amor e disciplina pelo trabalho científico "para que não sejamos o Portugal da América". Lecionou na catédra de Química Orgânica alifática da Escola Nacional de Química. Com uma lei do Estado Novo que impedia a acumulação de cargos públicos, Saraiva optou apenas pelo ofício de professor, onde ministrou aulas até seu falecimento. Integrou a Diretoria técnica da Sociedade Nacional de Agricultura na gestão de Idelfonso Simões Lopes; Criou a Sociedade Brasileira de Química, sendo redator chefe da Revista Brasileira de Química; Um dos fundadores da Academia Brasileira de Ciências na cadeira de Fisico-química	Membro do Conselho Consultivo
Mário Telles da Silva (?-?)	Brasileira	Não obtivemos informações acerca de seu núcleo familiar.	O agrônomo começou como ajudante interino da Secretaria de Zootecnia da Diretoria geral do Serviço d Indústria Animal em 1923. Comumente era convocado para juri de Exposições acerca do desenvolvimento da pecuária no Brasil. Pertencia a Sociedade Brasileira de Agronomia e a Sociedade Nacional de Agricultura	Membro do Conselho Consultivo
Mauro Álvares de Souza Coutinho (1913-1978)	Brasileira	Casado com Juracy Rennó Coutinho. Tinha três filhos: Guilherme, Carmem e sua filha Marília Coutinho casou-se em Maio de 1964.	Formado na Escola Politécnica de Itajubá e nesta profissão de engenheiro atuava como diretor de sua empresa "Silva, Mauro & Cia" que era aprovada pelo Departamento Nacional de Indústria e Comércio. A principal atividade que desempenhou foi a sua participação na Comissão Técnica que vistoriou as marquises do estádio do Maracanã para as obras de construção de 1950. Foi um dos responsáveis pela sua construção.	Articulista da terceira fase
[José] Mello Moraes	Brasileira	Filho do cafeicultor republicano Antônio	Nasceu em Piracicaba a 12 de março de 1891 e seus primeiros estudos foram no Colégio Piracicabano, Escola Complementar e formou-se na Escola Agrícola Luiz de Queiroz em 1909,	Membro do Conselho

(1891-1956)		Martins Duarte Mello e Carolina Corrêa de Morais.	ou seja, da mesma turma que Francisco de Assis Iglésias. Ganhou bolsa de estudos e foi estudar química em Halle e Leipzig, na Alemanha entre 1910 e 1914. Em meio a Guerra, retornou ao Brasil. Trabalhou como inspetor agrícola no Paraná, lecionou em Leopoldina (Minas Gerais) e desde 1918 foi professor da Escola Agrícola Luiz de Queiroz. Daquele espaço somente sairia nos anos de 1950.	Consultivo
Miguel Calmon du Pin e Almeida (1879-1935)	Brasileira	Oriundo de família nobre, Calmon era filho do Contra-almirante Antônio Calmon du Pin e Almeida e D. Maria dos Prazeres de Góis Calmon. Sobrinho do Marquês de Abrantes, do qual herdou o nome. Seu pai era proprietário de serraria na Bahia intitulada "Lenha econômica". Tinha quatro irmãos. Casado com Alice da Porciúncula (prima de Luíz Simões Lopes). Morreu sem deixar filhos. Alice e Miguel moravam na tradicional Rua São Clemente, no bairro de Botafogo, zona sul carioca,	Seus primeiros estudos foram no Colégio Sete de setembro na Bahia e formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, compartilhando do mesmo espaço com o literário Lima Barreto. Este último, acentuava a figura de Calmon dentro da categoria de esnobe e típico membro da elite bacharelesca. Ao retornar dos estudos à Bahia, trabalhou na serraria "Lenha Econômica" de sua família e foi nomeado para dirigir a cadeira de Geometria Analítica e Cálculo Diferencial da Escola Politécnica na Bahia. Em 1902 tornou-se Secretário de Viação e Obras públicas até 1906. Foi ministro de Viação e Obras públicas no mandato presidencial de Afonso Pena (1906-1909) com apenas 27 anos, sendo conhecido o mais novo ministro do país até os dias atuais. Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio no governo de Epitácio Pessoa de 1922-1926. Trabalhou na Comissão Promotora do Centenário da Independência; Pertenceu a Sociedade Nacional de Agricultura. Em 1927 elegeu-se a Senador na Bahia e perdeu seu mandato com a Revolução de 1930. Afastou-se da política para se dedicar a saúde que já estava debilitada ao perder o mandato. Parte de seus bens foi doado pela sua esposa para compor a maior coleção do Museu Histórico Nacional. A doação, para a antropóloga Regina Abreu (1996), significou um projeto de construção de uma representação de um homem público para ser lembrada e celebrada pela memória nacional. O gesto de doação não foi desinteressado, mas reflete a tentativa dos agentes sociais de elaborarem a história de uma nação e de um indivíduo público. Segundo a autora, constam poucos objetos que esboçam a intimidade, porém sempre representando seu interesse público, dentre eles livros de agronomia. A coleção era incomparável as demais do museu o que levou a criar uma sala inteira para Calmon.	Colaborador na primeira fase do periódico
Mileto Álvares de Souza Coutinho (?-?)	Brasileira	Não obtivemos informações sobre o seu núcleo familiar.	Conselheiro do Conselho Florestal Federal entre 1934 e 1956. Somente saiu em função da reestruturação promovida pelo governo Kubitschek. Conseguiu assento na instituição, pois representava a Diretoria de Matas, Jardins e Agricultura do Distrito Federal.	Articulista da terceira fase e leitor assíduo.
[José] Nélson de Araújo Catunda	Brasileira	A família Catunda ao lado da Pompeu eram as principais famílias	Cearense da cidade de Cratéus, Catunda se formou pela na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1916. Apesar disso foi ao campo que se dedicou com maior atenção investigando as moléstias que acometiam as plantas e advogando a necessidade das florestas para inibir as secas	Colaborador e articulista na primeira fase

(?-?)		oligárquicas do estado do Ceará. Ambas tinham laços de parentesco em função do casamento. Entre os integrantes estavam críticos da desertificação no Império como Thomaz Pompeu Brazil e leitores de Haeckel como Joaquim Catunda. Nélson foi casado com Maria de Saboya, filha do ex-presidente do estado do Ceará João Thomé. Este último apoiou a candidatura do genro a presidência do estado.	de seu estado natal. Em 1926 foi Inspetor de higiene em 1926 atuando na Comissão Profilática e de Saneamento Rural e também foi eleito deputado federal pelo Partido Democrata do Ceará. Em 1930 se responsabilizou por representar a Câmara dos Deputados no velório de Manoel de Souza Filho, deputado assassinado por Idelfonso Simões Lopes em uma das sessões da câmara no final do ano de 1929. O apoio concedido ao candidato da oposição da família Simões Lopes não foi suficiente para extirpar Catunda da colaboração do periódico, pois continuou tendo seu nome na listagem de colaboradores da *Revista Florestal*.	(entrada na edição de setembro de 1929)
Nélson Guedes Pereira (?-?)	Brasileira	Era oriundo de família agrária no Espírito Santo.	Diplomou-se na Escola Luiz de Queiroz em Agronomia no ano de 1927, onde mais tarde também lecionaria. Em 1934 trabalhou como agrônomo auxiliar no Departamento Nacional de Produção Vegetal. Seu nome era frequente em revistas agronômicas, tais como Chácaras e Quintais e A Lavoura. Seus artigos predominavam informações sobre as possibilidades da pecuária no país e suas classificações em raças. A esteira disso era defensor incondicional das propriedades do leite para a vida humana.	Colaborador e articulista na primeira fase (entrada em Novembro de 1929)
N. Vieira (?-?)	Uruguaia	Não obtivemos informações a esse respeito.	Solicitava edições do periódico na condição de bibliotecário da Direção de Agronomia do Uruguai em 1932.	Leitor
Octávio Domingues (1897-1972)	Brasileira	Filho do proprietário de terras Joaquim Domingues Carneiro e Zulmira Magalhães.	Acreano de origem, Domingues matriculou-se em 1915 na Escola Agrícola Luiz de Queiroz onde concluiria seus estudos. Lecionou na Faculdade de Farmácia e Odontologia de Piracicaba, pertenceu ao Instituto de Zootecnia do Rio de Janeiro, foi diretor do ensino agrícola do Ministério da Agricultura, além de Professor de Zootecnia na Escola agrícola de Piracicaba entre 1931-1936. Era um dos defensores da eugenia no Brasil, termo que para ele seria o melhoramento genético das raças ou higiene da espécie.	Membro do Conselho Consultivo
Octávio Félix Rabello de	Português naturalizado	Filho de Lúcio Junnio Vecchi e Maria Evelina	Primeiros estudos foram no Colégio Infantil em Lisboa e no Instituto Nobre de Carvalho. Em 1899 estudou música, sendo profundo conhecedor de violino (instrumento cuja fabricação de	Colaborador na primeira

Andrade Vecchi (1878-1932)	brasileiro	Rebeo de Andrade Vecchi, sendo casado com a irmã de Navarro de Andrade, Sra. Serafina de Andrade Vecchi.	madeira de pau-brasil é indicado). Em 1892 efetivou seu ensino secundário no Colégio Luso-Brasileiro. Em 1895 concluiu a equitação, ginástica e esgrima no Real Clube de Lisboa. Até iniciou aulas de canto, porém parou para se matricular e diplomar-se no Instituto de Agronomia em 1902. Sua tese foi defendida em Coimbra sobre a pausterização dos vinhos e trabalhou no, em seguida, no Laboratório de Análises químicas e físicas de Lisboa. Em 1911 desembarcou em Santos a pedido de Navarro de Andrade para trabalhar na Companhia Paulista em seu programa de reflorestamento. Ao longo desse tempo, desenvolveu trabalhos com Botânica tropical, tais como o "Le bois indigènes" em co-autoria com Andrade. Em 1917 é nomeado diretor do Serviço Florestal do Estado de São Paulo e colabora para a construção do primeiro Museu Florestal na capital paulista. Em 1931 seu sonho é inaugurado e contava com a presença do interventor do estado. Os atritos com a classe proprietária foi intenso para inibir o desflorestamento que conduziu ao seu assassinato em 1932. O crime de 1932 realizado no Horto Florestal de São Paulo foi organizado por um dos funcionários, logo apreendido pelos policiais. Pertenceu a Sociedade Amigos da Flora Brasílica.	fase
Octávio Silveira Mello (?-?)	Brasileira	Seus pais eram João Baptista da Silveira Mello e Maria Amélia de Moraes Barros. Casado com Geraldina Occhioni e com filha nascida em 1937 chamada Nair Silveira Mello. Era neto de Prudente de Morais, primeiro presidente civil da República Oligárquica.	Após ter se graduado em engenharia agronômica na Escola Agrícola Luiz de Queiroz, Silveira Mello foi nomeado ajudante da Seção de Agronomia da Estação Geral de Experimentação em Campos dos Goytacazes em 1917. Transferiu-se em pouco mais de um ano para a Estação de Pomicultura de Deodoro, na capital republicana. Em 1920 trabalhou com Francisco Iglésias no Serviço de Sementeiras. Mello era inspetor regional em Comissão da Superintendência da instituição. Em 1924 trabalhou na Inspetoria de ensino agronômico e no início de 1925 deslocou-se para o Instituto Biológico de Defesa Agrícola. Em 1926 é chamado para compor o corpo de técnicos do Serviço Florestal, onde assumiu a posição de assistente técnico. Perdeu este *status* de agente das políticas florestais quando o Serviço veio a se extinguir. Com o retorno do Serviço em 1938 retornou e foi alocado como Chefe da Seção de Parques Nacionais do Jardim Botânico. Atuou também como Chefe de culturas do Jardim Botânico e, durante a gestão de Raimundo Pimentel Gomes, foi Chefe da Seção de Silvicultura. Ou seja, sua trajetória é marcada pela sua inserção neste Serviço, sendo inclusive cotado em 1932 para dirigir a instituição.	Colaborador do periódico na primeira e na terceira fase.
Otto Prazeres (1887-?)	Brasileira	Não obtivemos informações a esse respeito.	O jornalista foi secretário de governo entre 1935 e 1936 e um dos principais ideólogos do regime do Estado Novo, escrevendo para *Cultura Política*. Mesmo antes de receber a remessa de Luiz Simões Lopes oferecendo-lhe a Revista Florestal que já havia interrompido sua circulação, Prazeres afirmava em correspondência que "havia lido com atenção e apreciado o que nela se contêm" (LSL.1928.08.03)	Leitor do periódico
Manoel Lopes de] Oliveira Filho (1872-1938)	Brasileira	Filho do fazendeiro paulista Manoel Lopes de Oliveira. Vivenciava em 1890 dificuldades	Estudou na Europa, mais especificamente em Heildelberg, formando-se em entomologia. Ao retornar ao Brasil trabalhou em estudos da Comissão de combate a broca do café ao lado de Arthur Neiva e Navarro de Andrade. Trabalhou como Chefe da Inspetoria Agrícola e Florestal da Prefeitura do Distrito Federal e no Instituto Biológico de Defesa agrícola de São Paulo. Foi	Membro do Conselho Consultivo

		financeiras. Era casado com sua prima portuguesa Cândida Teixeira.	responsável por projetar o Parque do Ibirapuera em São Paulo. Faleceu em virtude da intoxicação com pesticidas.	
Othon [Xavier de Brito] Machado (1896-1951)	Brasileira	Filho do Capitão Raul Plínio Machado e Dona Maria Augusta Xavier de Brito Machado. Neto do desembargador Xavier de Brito Casado com Etelvina Alves Machado.	Diplomou-se em Medicina, Farmácia e Odontologia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro da Universidade do Brasil. Apresentou sua tese de Livre-docência em 1948 em Botânica aplicada. Ocupou cargos de Primeiro tenente médico do Exército Nacional, docente em Botânica e assistente na Faculdade Nacional de Farmácia da Universidade do Brasil. Segundo Hitochi Nomura (2010, s/p) Machado atuou como médico e naturalista-chefe da Equipe Geográfica à Mesopotâmica Araguaia-Xingu e integrava o Conselho Nacional de Proteção aos índios.	Articulista na terceira fase
Ottoni Soares de Freitas (1898-?)	Brasileira	Casado com Laurinda Menezes Correa	O agrônomo nascido na capital gaúcha realizou seus estudos secundários no Ginásio Anchieta. Sua formação superior ocorreu no Instituto de Agronomia e Veterinária, hoje Escola de Agronomia da UFRGS, diplomando-se em 1917. Inserido no Ministério da Agricultura realizou trabalhos de levantamento geográfico acerca das terras das populações indígenas Inhacorá. Nos anos de 1920 era diretor do Horto Florestal da Penha, Foi segundo secretário da Sociedade Nacional de agricultura durante a gestão de Idelfonso Simões Lopes. Com a chegada de Vargas, inscreveu-se como assistente técnico do gabinete de Assis Brasil, então eleito para chefiar o ministério da agricultura. Em 1932, em função de seus trabalhos já conhecidos no Horto do subúrbio carioca foi nomeado para a seção de fruticultura do Serviço de Inspeção e Fomento agrícola. Foi exonerado do cargo público no ano seguinte em função de ter mais de dez anos de serviço público. Em 1936 tornou-se chefe da seção de expediente e contabilidade da comissão de estradas de rodagem federais. Situado em um contexto de ocupação do território nacional por meio da construção de vias de comunicação, trabalhou no Departamento Nacional de Povoamento.	Colaborador na primeira fase
Paul Le Cointe (1870-1956)	Francesa	Não obtivemos informações a esse respeito.	Formou-se no Instituto de Química da França e desembarcou na cidade na Amazônia para propor um projeto de defesa da borracha a pedido do governo brasileiro. Ali organizou um Museu Comercial, visando empregar o máximo de produtos florestais para o desenvolvimento econômico e a Escola de Química Industrial. Apesar de não publicar um artigo sequer na revista, enviava publicações do Boletim da Escola de Química Industrial do Pará para que fossem empregadas nas edições da *Revista Florestal*. Tal como Alberto José de Sampaio e Francisco de Assis Iglésias, Le Cointe publicou na Coleção Brasiliana. Foram dois livros: “O Estado do Pará: a terra, a água e o ar”, bem como “Amazônia Brasileira”, ambos em 1945. Para Machado (2015) o periódico que Le Cointe remetia, ou seja, o Boletim tinha repercussão internacional e estava atrelado à ciência que classificava de “plantas úteis”.	Leitor assíduo do periódico
Paulo Campos	Brasileira	Neto do botânico João	O botânico mineiro pelo que consta no Almanaque Pessoal do Ministério da Agricultura iniciou	Colaborador

Porto (1889-1968)		Barbosa Rodrigues, ex-diretor do Jardim Botânico.	no Serviço Público como diarista da Comissão de Discriminação das terras do Itatiaia e Rio Preto em 1908 no Rio de Janeiro. Em 1910 trabalhou 161 dias como ajudante da turma de recenseamento da região. Autodidata, não se formou em nenhuma instituição, porém lia livros de botânica com grande fluidez e encantamento. Em 1914 tornou-se naturalista viajante do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Em apenas dois anos foi promovido ao posto de naturalista auxiliar. Pediu exoneração em 1920 depois de mais duas promoções e retornou a ser ajudante do Jardim em 1925. O apoiador das propostas de Vargas tornou-se diretor do Jardim Botânico por duas vezes de 1933 a 1938 (quando se desentende com o ministro da agricultura eleito Fernando Costa) e de 1951 a 1958. Além disso, foi presidente do Conselho de Fiscalizações das Expedições Artísticas e Científicas de 1933-1939. Trabalhou como Secretário de agricultura do Estado da Bahia, buscando a fundação do Parque Nacional Monte Pascoal em 1943; participou do Conselho Florestal Federal e da Comissão Organizadora do Parque Nacional do Itatiaia. Ainda constam em seu currículo o pertencimento ao conselho Técnico de sugestões da Primeira Conferência de Proteção à Natureza e a organização da primeira Reunião sul-americana de Botânica.	na primeira fase (entrada na edição de setembro de 1929)
Paulo Couto (?-?)	Brasileira	Não obtivemos êxito na investigação das informações sobre seu núcleo familiar.	Membro do Museu Comercial de Belém que estava vinculada à Associação Comercial do Pará.	Leitor do periódico
Paulo Ferreira de Souza (1898-1973)	Brasileira	Filho do proprietário de terras João Batista de Souza Ferraz Júnior e de Maria Núncia Ferreira de Souza. Casado com Idalina Morato Ferraz de Souza. Dois filhos: o engenheiro Paulo Ferreira de Souza Filho e o advogado João Batista Ferraz de Souza	O piracicabano formou-se em Engenharia agronômica pela Escola Agrícola Luiz de Queiroz em 1917. Diferentemente de outros desta rede intelectual, entrou no serviço público por meio de concurso. Ficou em primeiro lugar e alcançou o posto de chefe de cultura do ministério da agricultura em 1917. Em 1926 foi transferido para o recente Serviço Florestal, onde atuou como inspetor geral , primeiramente como interino em 1926 e tornando-se efetivo em 1931. Em 1933, quando o Serviço chegou ao fim de sua primeira fase, foi deslocado para ser o chefe da Seção de de essências florestais da Diretoria do Fomento e Defesa agrícola da Diretoria geral de agricultura em 1933. Além disso chefiou por 10 anos (1933-1943) o Horto Florestal do Distrito Federal. Atuou na Comissão que elaborou o primeiro código florestal do país em 1934. Ainda no mesmo ano foi diretor do Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização do Departamento Nacional da produção vegetal, instituição que substituiu o Serviço Florestal em 1933. Estabeleceu o contato entre o Ministério da agricultura e o Instituto Nacional do Pinho em 1942 na tentativa de cooperação interinstitucional. Em 1943 atuou dirigiu a Seção de Parques Nacionais do Serviço Florestal. Ainda no mesmo ano foi diretor substituto da instituição. Também chefiou a seção de silvicultura do Serviço Florestal em 1951. No ano do golpe de 1964 foi diretor geral do Departamento de Recursos Naturais renováveis do ministério da agricultura. Ao longo de sua trajetória realizou especialização em silvicultura na Universidade de Yale nos Estados Unidos, onde foi aluno de Samuel Record. Embora esquecido na historiografia é	Colaborador e articulista do periódico na primeira e terceira fase.

			apontado na engenharia florestal como o patrono desse campo no Brasil. Sua trajetória, como se vê, é marcante para a estruturação das políticas florestais no Brasil.	
Paulo Occhioni (?-?)	Brasileira	Casado com Raymunda Occhioni.	Trabalhou na Seção de Botânica Aplicada nos anos de 1930. Integrou a Comissão de Redação dos Arquivos do Jardim Botânico. Participou do II Congresso Sul-americano de Botânica sediado na Argentina. Iniciou, de acordo com Jorginaldo Oliveira, em 1954 a montagem de um herbário que pretendia adotar as organizações mais modernas à época.	Articulista na terceira fase
Pedro Leão Fernandes Espinosa Vergara (1895-1979)	Brasileira	Filho de Felisberto Fernandes Vergara (Advogado e procurador da República) e Mercedes Espinosa Vergara. Casado com Sílvia Vilela Vergara e teve dois filhos. Irmão de Osvaldo Vergara e primo Luís Fernandes Vergara.	Seu curso primário foi realizado no Ginásio Espírito Santo no estado natal. Matriculou-se em direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, formando-se em Ciências jurídicas e sociais em 1917. Assim que terminou os estudos trabalhou como promotor público em duas cidades do interior do Rio Grande do Sul, Advogou em São Leopoldo, e apoiou a Reação Republicana de Nilo Peçanha. Dirigiu o jornal A Federação em 1932. Esse periódico comentou sobre *Revista Florestal*. Na candidatura para deputado para compor a Assembleia Nacional Constituinte contou com o apoio do Cardeal Sebastião Leme e a doutrina religiosa católica. Eleito deputado federal pelo seu estado natal em 1934. Foi Diretor em novembro de 1940 do periódico Ciência Política de veiculação ideológica do Estado Novo; Trabalhou como procurador da República no Ministério Público Federal e participou da fundação do Partido da Social Democracia no período de redemocratização de 1946.	Articulista na primeira fase
[Alberto] Porto da Silveira (1907-?)	Brasileira	Casado com Therezita Porto Silveira, diretora da Escola Técnica de Serviço Social. Seu filho era Roberto Porto da Silveira.	Foi secretário geral do território do Acre. Oficial do Gabinete da Presidência do Estado do Paraná na gestão de Affonso Camargo. Diretor de "A República", jornal de Curitiba. Foi delegado geral do serviço do mate nas Américas Central e do Norte, a partir de junho de 1929 e retorna em dezembro do mesmo ano. Foi Juiz do tribunal Marítimo administrativo, chefe do gabinete do Secretário do Interior e Justiça do Distrito Federal e prefeito de Nova Friburgo, Secretário do Serviço de Defesa passiva antiaérea.	Articulista na primeira fase
Raimundo Fernandes e Silva (1886-?)	Brasileira	Não obtivemos informações sobre o seu núcleo familiar. Em 1929 era solteiro.	Piauiense nascido em 4 de setembro de 1886, Raimundo era agrônomo que foi nomeado escriturário da Escola Superior de Agricultura, Medicina e Veterinária do Rio de Janeiro em 1911. Ao lado de João Geraldo Kulhmann trabalhou na Comissão de Superintendência Defesa da Borracha. Em 1920 sua preocupação era em combater a lagarta rosa, uma praga agrícola que gerava impactos declinantes na produção econômica nacional. Trabalhou como inspetor agrícola em cidades pernambucanas, como Garanhuns e Barreiros. Em 1945 trabalhou junto de Francisco Rodrigues de Alencar na Serviço de Documentação do Ministério da agricultura.	Colaborador e articulista da terceira fase
Raimundo Pimentel Gomes (1900-1975)	Brasileira	Seus pais eram o político e proprietário de terras cearense Cesário César Ferreira Gomes e Frederica Pimentel Gomes	Cursou seu ensino inicial no Liceu do Ceará e seguiu para a Agronomia na Escola Agrícola Luiz de Queiroz, graduando-se em 1922. Terminando a faculdade, retornou a sua cidade natal para ser inspetor agrícola e, a posteriori, agrônomo encarregado como administrador da Fazenda de Sementes Três Lagoas, instituição que pertencia a Secretaria de Agricultura do Estado do Ceará. Após esta atuação como agrônomo, atuou na carreira de professor do Seminário Sobral e no Colégio Assunção, bem como ministrou aulas no ginásio de Tatuí, em São Paulo. Foi Chefe do	Colaborador e articulista na primeira e terceira fase

			Departamento de Produção agrícola da Paraíba e do Acre. Dirigiu a Escola de agronomia do Nordeste na cidade de Areia, tal como o Departamento de Assistência ao Cooperativismo na capital da Paraíba. Realizou a primeira exposição agrícola da Amazônia. Foi diretor de três Serviços do Ministério da Agricultura: o de Economia Rural, o de Informação agrícola e o Florestal. Neste serviço, criou inspetorias estaduais e o Horto florestal de Sobral. Foi livre docente em Geografia no tradicional Colégio carioca Pedro II. Foi delegado da Conferência Latino-americana de Florestas e produtos florestais em 1948 na posição de diretor do Serviço Florestal do Brasil. Integrou os seguintes organismos: presidente do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas; conselheiro do Conselho Florestal Federal e do Conselho de Proteção aos índios; membro da Sociedade Brasileira de Geografia, da Associação Brasileira de Imprensa, do Instituto Paraibano de Geografia e História e do Fórum paulista de fruticultura.	
Renato Domingues da Silva (?-?)	Brasileira	Irmão de Alfeu Domingues. Oriundo de um família proprietária de terras em Pernambuco.	O agrônomo foi chefe da Seção de Proteção Florestal do Serviço Florestal em 1943; Foi diretor substituto do Serviço Florestal quando João Falcão estava com a saúde debilitada Com a chegada de Juscelino Kubitschek na presidência da República tornou-se o vice-presidente do Conselho Florestal Federal. Tal posição sustentou até 1967, quando foi extinta a instituição.	Membro do Comitê de Redação na segunda fase
[Edgar Paulo] Roquette-Pinto (1884-1954)	Brasileira	A sua filiação está atrelada a Manuel Menelio Pinto (advogado formado na Faculdade de Direito de Recife) e Ana Josefina Carneiro de Mendonça (oriunda de proprietários rurais). Com os pais separados, foi criado junto de seu irmão Mauro, pelo avô materno João Carneiro de Mendonça. Dependia do sucesso cafeeiro e, com a crise de 1896 o avô de Roquette-Pinto criou um cartório do qual financiou os estudos do neto na Escola Politécnica.	Seus estudos iniciais foram no Colégio Aquino onde também estudaram Euclides da Cunha e deram aulas André Rebouças, Pacheco Leão e Capistrano de Abreu. No ensino superior formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Nos anos subsequentes à sua entrada no Museu Nacional, trabalhou na coleção de espécies vegetais e estudos antropológicos na Comissão Rondon. Em 1926 tornou-se diretor do Museu no lugar de Arthur Neiva. Sua gestão durou até 1935. Foi defensor assíduo da Eugenia no país, é considerado um precursor da radiodifusão no país, devido a criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Nela, forneceu horários para a educação florestal. Além da imprensa falada, criou diversos periódicos, tais como a Revista Nacional de Educação e dirigiu o Instituto Nacional do Cinema educativo. Esteve entre os membros fundadores da Associação Brasileira de Educação em 1924 e sócio da Sociedade dos Amigos das Árvores e Sociedade dos Amigos Alberto Torres.	Colaborador e articulista do periódico na primeira fase.

Rosário Averna Saccá (1882-1951)	Italiana	Não obtivemos êxito ao investigar seu capital familiar.	Saccá foi engenheiro agrônomo formado pela Escola Superior de Agricultura de Portici, no sul da Itália. Diplomando-se na instituição trabalhou na Estação Experimental de Agricultura de Roma. Em fins do século XIX e início do seguinte, o governo de São Paulo investiu na contratação de técnicos estrangeiros que pudessem trazer "técnicas modernas" à agricultura brasileira. Oriundo desse processo, Saccá é contratado em 1913 para ser alocado na Escola Agrícola Luiz de Queiroz, onde foi professor catedrático em fitopatologia. Seus trabalhos vinculavam exatamente nessa especialização da agronomia, possibilitando estudos sobre as moléstias no café , laranja, limão, cana-de-açúcar e tomate. Em 1926 foi solicitado pelo governo italiano uma licença de suas atividades no Brasil para que o cientista fizesse brevemente estudos sobre os potenciais agrícolas de suas colônias africanas, em especial, Tripolitânia, Cineráica, Eritréia e Senegal. Tratou-se, portanto, de um braço que apoiava o colonialismo europeu sobre a África. Ao retornar ao Brasil em fins dos anos de 1920 foi convidado por Arthur Neiva e Fernando Costa a chefia da Seção de Fitopatologia do Instituto Biológico de Defesa agrícola. É nessa condição que se apresentava como colaborador da *Revista Florestal*.	Colaborador na primeira fase
Roy Thomas Nash (1895-1970)	Norte-americana	Família detentora de propriedades agrárias William Thomas Nash e Annie Johnson Nash. Casado com Mae E. Ford e deixou como filho Hollis B. Nash.	Possui o diploma de mestre em geografia e cujas matrizes se pautaram na perspectiva a escola francesa de Jean Brunhes e La Blache. Antes de vir para o Brasil, Nash era oficial do Exército americano. Veio para o Brasil em 1919 estudar as lavouras de cacau e as madeiras no sul da Bahia e, além de adido cultural da Embaixada norte-americana no Brasil, tornou-se cônsul norte-americano no Brasil. Amigo de Gilberto Freyre, Nash dizia no jornal O Radical do pós-2ª Guerra que "a influência do Brasil na reconstrução do mundo poderá ser muito mais importante que até agora, porque o mundo sempre poderá contar com ele para estar ao lado da tolerância racial". A madeira era, pelo seu modo de ver, um recurso estratégico do agrônomo-militar.	Articulista na primeira fase (seu texto foi fragmentado em seções mensais)
[Joaquim] Sampaio Ferraz (1882-1966)	Brasileira	Nasceu de um casamento mal sucedido entre o bacharel em Direito, promotor público, duas vezes chefe de polícia do governo republicano, deputado em duas legislaturas João Baptista Sampaio Ferraz e Elisa Vidal Leite Ribeiro, filha do Barão de Itamarandiba, Joaquim Vidal Leite Ribeiro, homem de posição destacada no Império	Segundo sua neta, Solange Godoy, que escreveu a obra o avô do tempo, a formação de Sampaio Ferraz de nível secundário foi no Colégio Universitário Fluminense no Rio de Janeiro. Também passou pelo Ginásio Mineiro de Barbacena, Minas Gerais e, concluiu em Saint Edmund's College, na cidade inglesa de Hertsforshire em 1895. Quanto à sua formação técnica, Godoy avalia que se deu na área de engenharia civil da Merchant Venturer's Technical College, na cidade de Bristol, Inglaterra. Seu estágio, ainda mediante a autora, foi na Eletric Company em Chicago de 1901 a 1903. Retornando ao Brasil, foi engenheiro auxiliar nas obras portuárias do Rio de Janeiro de 1904-1907 em contexto de remodelação urbanística da cidade. Atuou em seguida na mesma função, na cidade de Belém do Pará de 1907-1909. Neste ano, 1909, entrou para o Observatório Nacional como assistente de segunda classe trabalhando na Seção de Meteoologia a partir da investigação da relação entre florestas e chuvas. Sua posição somente foi ascendida após a publicação de "Instruções meteorológicas" de 1914. Lá executou as primeiras cartas sinóticas do país, representou o Brasil na Conferência Internacional de Meteorologia de Ultrecht em 1923 e foi convidado a dirigir o Instituto de Meteorologia, recém-criado, pela gestão de Epitácio Pessoa. Aposentou-se precocemente em 1931, mas continuou elaborando trabalhos	Leitor e, após solicitação ao diretor da Revista, tornou-se Colaborador na primeira fase

		brasileiro. Casou em 1905 e deixou 5 filhos.	como “Meteorologia brasileira” de 1934, publicado na coleção Brasiliana e “Solar Activity and Rainfall in Southeastern-Brazil” publicado no XVIII Congresso Internacional de Geografia de Agosto de 1956, ocorrido no Rio de Janeiro. De forma geral, Godoy analisa o seu avô como um homem pontual, sistemático, metódico, minucioso e de formação laica, racional e científica. Se, por um lado era liberal em relação à vida familiar permitindo os casamentos, desquites, separação, novos casamentos, interesses fora do casamento, era, pelo lado politico, conservador. Era simpático ao integralismo, bem como a Alemanha Hitlerista na Segunda Guerra Mundial. Caracterizado pela sua organização e disciplina, Sampaio Ferraz é estudado por meio de seus diários guardados por uma de suas filhas. Ferraz considerava estas fontes “um companheiro adequado para uma memória fraca”. Neles, subscreviam-se as redes de sociabilidades construídas, tal como omitia determinados fatos. Entre suas leituras realizadas incluem-se Molière, Dante e Shakespeare.	
Samuel Hardman Cavalcanti de Albuquerque (1863-1971)	Inglês naturalizado brasileiro	Oriundo de família de proprietários de terra no Sergipe, tais como a Fazenda chamada Estiva. Seu pais eram Manoel do Rego Cavalcanti de Albuquerque e Rosa Isabel Meira Henrique Hardmann.	O médico amigo de Alfeu Domingues teve uma curta passagem lecionando na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1896 e se exonerou no ano seguinte. Em 1909 fo inspetor agrícola e 3 anos depois transferiu para inspetor veterinário no Porto de Recife. Foi deputado estadual de Pernambuco de 1901 a 1906. Atuou como secretário de gabinete e secretário de Agricultura na gestão de Sérgio Loreto de 1922-1926. Em 1926, vale destacar que foi um dos artífices do Manifesto dos Regionalistas ao lado de Gilberto Freyre em defesa das árvores. Atuou como inspetor agrícola de Pernambuco e foi convidado para nomear quatro agrônomos para escola agrícola em São Paulo. Em 1927 tornou-se deputado federal pelo mesmo estado. Apesar de reeleito em 1930, foi destituído pela campanha de 1930. Além disso, foi administrador do Horto Florestal de Ibura no estado de Sergipe.	Leitor e citado na primeira fase
Samuel [James] Record (1881-1945)	Norte-americano	Era filho de James Knox Polk Record e Mary Minerva Record. Ambos Ingleses radicados nos Eua. Casado em 1906 com Mary Elisabeth Strauss. Teve quatro filhos. O primogênito, morreu com “tenra idade”. Em 1909. tiveram um casal de gêmeos (Mason Thomas Record e Mary Elisabeth Record). Em 1911, teve também Alice Louise	Nascido na cidade indiana de Crawfordsville sob uma crise econômica do setor agropecuário presente desde a guerra de Secessão nos anos de 1860, Record viu a sua terra natal se recurperar com a descoberta de petróleo e jazidas de gás natural nos anos de sua infância. Prestou curso secundário no Wabalsh College em cidade natal e diplomou-se em silvicultor na tradicional Escola de Silvicultura de Yale em 1906, o princiipal centro do conservacionismo norte-americano. Com o diploma da Escola de Gifford Pinchot passou a ser funcionário público do Serviço Florestal dos Estados Unidos. Foi chefe da Seção de reconhecimentos florestais em 1908; Superintendente das Florestas Nacionais de Arkansas e Hozark; Professor de produtos florestais da Universidade de Yale em 1910; Diretor da Escola de Silvicultura da Universidade de Yale. É nessa condição que é chamado para colaborar com a Revista Florestal. Seus trabalhos eram voltados para a identificação e classificação das madeiras tropicais, tendo viajado diversos países da América Latina, Filipinas, Índia, entre outros. No que se refere ao Brasil, teve especial atenção, visto que considerava o país como dotado da maior riqueza florestal do mundo. Trocou correspondências e lecionou para outros membros da rede tecida pela Revista Florestal, tais como Paulo de Souza e Djalma Guilherme de Almeida.	Colaborador na primeira fase, leitor assíduo e difusor internacional da Revista

		Record.		
Sara de Souza (?-?)	Brasileira	Não conseguimos êxito ao investigar sua trajetória familiar.	Estudante que elabora poema de elevação da árvore.	Articulista na primeira fase
Serafim França (1888-1967)	Brasileira	Filho de Luiz Ferreira França com Josefina Martins França.	Diplomado na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Atuou como promotor público da Primeira Vara de Curitiba, Redator de debates da Assembleia Legislativa do Paraná e defendeu a construção do código florestal paranaense. No Estado Novo é alcado a um dos principais poetas do Paraná. É um dos fundadores da Academia Paranaense de Letras.	Articulista na primeira fase
Thimóteo Franklin (?-?)	Brasileira	Não conseguimos êxito ao investigar sua trajetória familiar.	Administrador do Horto Florestal de Ubajara no estado do Ceará, em 1946 era administrador da Floresta Nacional do Araripe. Nesta posição escreveu na Revista *Cultura política* o artigo "O Estado Nacional e o Reflorestamento do Nordeste" na edição de abril de 1942 em que analisa a instituição que trabalhava no Ceará.	Citado pela Revista e leitor
Valentim da Silva (?-?)	Portuguesa	Não conseguimos êxito ao investigar sua trajetória familiar.	Era secretário encarregado de negócios da Embaixada portuguesa no Brasil. Redigiu para a revista Lusitânia o mesmo poema que escreveu na *Revista Florestal*, intitulado "Na floresta". O periódico Lusitânia nos anos de 1920 e 1930, segundo Triches (2011), constituiu um veículo privilegiado de canalização das ideias entre Portugal e Brasil e construía uma memória histórica acerca dos portugueses no Brasil. O poema de Valentim foi publicado na edição de novembro de 1931, pouco antes da edição de fevereiro de 1932 na *Revista Florestal*. Valentim era membro do Real Gabinete Português de Leitura.	Articulista na primeira fase
[Manoel Seixas do] Valle Cabral (?-?)	Brasileira	Não obtivemos êxito ao investigar sua trajetória familiar.	Inspetor agrícola da Inspetoria do Serviço agronômico e meteorológico do estado. Também foi administrador da Fazenda de Sementes de Bom Jesus dos Meiras, do Serviço do Algodão na Bahia.	Colaborador e Articulista na primeira fase (entrada na edição de novembro de 1929)
[João] Vasconcellos Sobrinho (1908-1989)	Brasileira	Não obtivemos êxito ao investigar sua trajetória familiar.	O agrônomo foi formado na Escola de Agronomia de Pernambuco tendo a companhia de Bento José Pickel, beneditino que, posteriormente, administraria o Serviço Florestal do estado de São Paulo. Professor de Ecologia conservacionista na Universidade Federal Rural de Pernambuco; Articulou e dirigiu o Jardim Zoobotânico de Dois Irmãos. Diretor do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura a partir de 1950 até 1954. Era amigo pessoal de Gilberto Freyre.	Articulista da segunda e terceira fase
Vírgínio Werneck Campello	Brasileira	Casado com Margarida Rios Campello. Seu filho era Mário Campello.	O agrônomo fluminense ingressou em 1909 no Laboratório de Química farmacêutica militar como aprendiz de 2ª classe. Em 1913 foi deslocado para o Instituto de Pesca, onde trabalhou com Alípio Miranda Ribeiro. Somente ficou durante dois anos. Em seguida, assume posto de	Articulista na primeira fase

(1889-?)			assistente na Estação biológica da Marinha em 1915, No mesmo ano esteve lotado para servir a Diretoria do Serviço de Proteção à Indústria e Localização dos Trabalhadores Nacionais. Tal instituição era vinculada às propostas positivistas de Marechal Rondon de integrar as populações "indígenas" à uma dada civilização e progresso. Em 1921, exercia atividade de químico no Instituto de Química, presidido pelo seu colega Mário Saraiva. Trabalhou durante os anos de 1920 como assistente do Instituto de Química do Estado de Santa Catarina além de dirigir a Secretaria do Conselho Municipal de Recife em 1920. Foi assistente técnico do Instituto de Tecnologia durante o Estado Novo. Trabalhou para o Ministério do Trabalho promovendo trabalhos no Nordeste para descobrir as potencialidades da cera de carnaúba. Escreveu para diversas revistas, dentre elas a Revista Nacional de Educação e o Boletim do Ministério da Agricultura. Além de publicações escritas participou da exibição de filmes educativos investidos pela Companhia Melhoramentos de São Paulo. Era membro frequente nas sessões da Sociedade Nacional de Agricultura e da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.	
Vittorio Cerruti (1881-1961)	Italiano	Filho de Carlo e Gioseppina Reciocchi. Pertencia a uma família que era proprietária de indústrias de rotativas, instrumentos fundamentais para a imprensa. Além disso, era casado com a também diplomata Elisabetta Cerutti que o acompanhava nas diversas embaixadas onde trabalhou.	Formou-se na área jurídica na Universidade de Roma qm 1903. Logo no ano seguinte foi enviado para a Viena. Em 1919 participou da deleção italiana que assinou o Tratado de Versalhes que pôs fim a Primeira Guerra Mundial. Entretanto, o diplomata emergiu com maior força no cenário das Relações Internacionais após a Marcha de Roma, trabalhando na Embaixada da China entre 1922 e 1926. No ano seguinte, foi o responsável italiano por estabelecer as relações com o comunismo da União Soviética. Ficou naquela embaixada até 1930, quando desembarcou no Rio de Janeiro, para estreitar as relações do fascismo italiano no Brasil. Intermediário de Mussolini, o embaixador ficou no Brasil de 1930 até 1932. A passagem no Rio de Janeiro foi bem sucedida, tendo seu nome despontado para se tornar o representante italiano na capital alemã, Berlim, propondo articulação entre o nazismo alemão e o fascismo italiano. Segundo Falanga, ao investigar a fase de Cerutti como mediador da política italiana na Alemanha afirmava que em 1932 o diplomata era o mais indicado para assumir o posto de embaixador na Alemanha, pois tinha uma larga experiência profissional, em especial conhecendo os problemas da Europa Central no Império Austro-Húngaro. Vale lembrar que ambos Estados totalitários desempenharam medidas de conservação à natureza, tais como a um conjunto de legislações florestais rígidas. Após trabalhar na Alemanha, Cerutti foi designado para exercer o mesmo cargo na França, onde trabalhou de 1935 até 1938.	Leitor do periódico
Walter Mulford (1877-1955)	Norte-americana	Nascido de uma família Quaker	É nome recorrente na história do manejo florestal dos Estados Unidos pela projeção que teve na administração do Departamento Florestal e articulação dos quadros curriculares da educação em silvicultura de Berkeley. Estudou no Colégio de Agricultura da Universidade de Cornell, especializando-se em horticultura. Nessa época, o currículo da instituição se alterava para inserir a conservação florestal. Esteve ao lado de técnicos como Raphael Zon que foi amplamente lido entre os intelectuais brasileiros. Mulford, além disso, publicou artigos no *Journal of Forestry* e contribuiu para a organização da coleção obras de florestais pela editora McGraw-Hill nos anos	Leitor e assinante do periódico

			de 1930.	
Wanderbilt Duarte de Barros (1916-1997)	Brasileira	Nasceu em uma família pobre oriundo de trabalhadores de colheitas de castanhas-do-Pará. De todos os sujeitos históricos analisados é aquele cujas as condições de vida não advêm dos estratos mais elevados.	Conheceu aos sete anos Adolfo Ducke, entomologista e naturalista do Jardim Botânico que hospedava na casa de sua mãe Delfina Duarte de Barros. A mãe, preocupada com o futuro de seu filho, recomendou seu filho, com apenas sete anos como ajudante do botânico. Ducke, impressionado com o garoto, patrocinou seus estudos em Belém. Ganhou uma bolsa para estudar em uma escola agrícola no sul de Minas Gerais, o Ginásio da Escola de Agricultura e Pecuária. Barros cursou seu ensino secundário no local e ingressou, em seguida para o o ensino superior na mesma instituição. Entrou no serviço público em 7 de maio de 1940 e foi administrador do Parque Nacional do Itatiaia durante 18 anos. Ao ingressar no trabalho afirmava que não tinhas objetivos claros e bem definidos. Foi professor titular de Recursos Florestais do Centro Panamericano de Treinamento e Avaliação de Recursos Naturais. Pelo seu trabalho no Itatiaia foi convidado para dirigir o Departamento Nacional de Produção Vegetal em 1957. Ficou no cargo até 1964 quando foi acusado de ser comunista por apoiar a reforma agrária em seus trabalhos conceituados por intelectuais. Trabalhou também no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e dirigiu o Jardim Botânico nos anos de 1980.	Articulista da terceira fase
William Thomas Cox (1878-1961)	Norte-americano	Não obtivemos êxito nas informações sobre seu núcleo familiar entre as fontes.	Formou-se em agronomia na Universidade de Minnesota em 1909. Naquele momento o estado vivenciava graves incêndios florestais e foi criado o Serviço Florestal do estado em 1911. É nesta instituição que Cox tem seus primeiros trabalhos conceituados e torna-se uma das referências do conservacionismo norte-americano, sendo inclusive designado pelo Serviço Florestal dos Estados Unidos para organizar instituições daquele porte em outros países, tais como Canadá. Em 1924, porém, foi demitido da posição que tinha de guarda florestal de alta cúpula no seu estado natal. Trabalhou, posteriormente, como superintendente do Departamento do Alto Mississipi levantando informações sobre a pesca. Nesta posição nos Estados Unidos é escolhido para compor a Missão Florestal norte-americana no Brasil durante a gestão de Lyra Castro no Ministério da Agricultura entre 1929 e 1931. A comissão foi bem recebida e elogiada entre os técnicos brasileiros. Havia críticas também a sua chegada. João Macambira, por exemplo, escrevendo ao Correio da Manhã, alertava sobre o perigo econômico (cobiça estrangeira), técnico (desconhecimento por parte do estrangeiro das florestas nacionais e longo período de acomodação) e moral (ausência de patriotismo) que a vinda de Cox representava. No entanto, não lhes deram ouvidos. O ministério lhes pagou grandes valores e, em troca, realizou visitas técnicas em Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro. Porém, em 1931 foi acusado de pouco contribuir para organizar o Serviço Florestal e avaliar as possibilidades econômicas para os interesses norte-americanos em detrimento dos brasileiros. Em meio ao fracasso de sua empreitada e os gastos exorbitantes de uma instituição recente, Cox retornou aos Estados Unidos. Lá, assumiu o posto de primeiro comissário do Departamento de Conservação do seu estado. Entre as instituições do qual era membro	Colaborador na primeira fase do periódico (entrada em fevereiro de 1930)

			constavam a Sociedade de Silvicultores Americanos, Associação Madeireira do Canadá e Associação Florestal norte-americana.	
William Wilson Coelho de Souza (1888-?)	Brasileira	Filho do médico que estudava as propriedades das plantas medicinais Antenor Gustavo Coelho de Souza e Lucília Wilson. Os ganhos da família advinham basicamente da comercialização do algodão.	O agrônomo realizou seus primeiros estudos no Liceu Maranhense e no Colégio Alfredo Gomes no Rio de Janeiro. Graduou-se pela Escola Agrícola Luiz de Queiroz em 1909, na mesma turma de formandos de Francisco de Assis Iglésias. Ao lado de Iglésias colaborou na criação da Estação Experimental de Algodão em Coroatá no Maranhão em 1914. Em 1917 trabalhou como inspetor agrícola em Minas Gerais e também chefiou a Companhia de Estradas de Ferro Mogiana, sobre a qual escreve artigo na *Revista Florestal*. Atuou como professor lecionando na Escola Normal do Maranhão e na Escola Superior de Agricultura de Manaus. Os estudos acerca da produção cotoneira marcaram a trajetória de William Coelho de Souza, tendo escrito para diversos periódicos sobre o assunto agronômico. Escreveu nas Revistas Brasil Agrícola, Brasil Madeireiro, A Lavoura, O Solo, entre outras.	Articulista na terceira fase
Wilson Popenoe (1892-1975)	Norte-americana	Filho de proprietário de terras agrícolas Fred Popenoe e irmão do eugenista Paul Popenoe.	O seu lugar de fala na *Revista Florestal* é como Superintendente de Experiência agrícola da *United Fruit Company*. Tal empresa de capital norte-americano é conhecida pelo trabalho de John Soluri, pela disseminação de seus projetos agrícolas na América Latina. Para além das resistências das populações locais, teve que enfrentar as resistências de diversos tipos de cultivos que pouco conseguiram se adaptar as regiões, ampliando epidemias de pragas agrícolas.	Articulista na primeira fase
Ynés Enriquetta Julietta Mexia (1870-1938)	Mexicana	Seu pai era Enrique Mexia, representante mexicano no Consulado de Washington. Ao se casar pela primeira vez, Méxia com Herman de Laue, um comerciante de dupla nacionalidade (alemã e espanhola), transferiu-se para a São Francisco.	Em 1921, Méxia estava matriculada nas cadeiras de Botânica da Universidade da Califórnia em Berkeley. A partir destes estudos, realizou várias viagens de colecionamento de espécies vegetais no México, Alasca, Equador, Peru, Chile, Argentina e, inclusive, no Brasil. Essa proximidade com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, talvez tenha sido fator fundamental para que tomasse conhecimento da Revista Florestal realizada no país. Além de seus trabalhos no campo da botânica, deve-se perceber que ela foi membro de uma das principais entidades de proteção à natureza dos Estados Unidos: o *Sierra Club* de orientação preservacionista criada por John Muir	Leitora e assinante do periódico

Eliminamos do quadro proposográfico da Revista Florestal aqueles que tomaram conhecimento do periódico após o seu período de publicação, tais como industrial do petróleo Alberto Soares Sampaio; o presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, Antônio Moreira Couceiro; o ex-presidente da República José Sarney, entre outros. Ambos tomaram conhecimento da Revista por meio de correspondências trocadas com Luiz Simões Lopes durante na segunda metade do século XX, durante a Geração da Fundação Brasileira de Conservação à Natureza. Ou seja, não foram agentes de construção redatorial do periódico, embora fizessem parte da memória dele.

Fontes primárias:

a) Obras de consulta (enciclopédias, dicionários, almanaques, anuários etc.)

ALMANAQUE do Pessoal do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio – Tomo VII (1929). Rio de Janeiro: Tipografia do Ministério da Agricultura, 1931.
ANUÁRIO da Imprensa Brasileira. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1942.
COUTINHO, Afrânio. *Brasil e brasileiros de hoje.* Rio de Janeiro: Editorial Sul-americana, 1961.
HILTON, Ronald. (Org.). *Who's who in Latin America.* Parte VI . Brazil. Stanford: Stanford University, 1948.
JOSÉ Mariano Filho. In: AYALA , Walmir (coord.). *Dicionário brasileiro de artistas plásticos*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1973. (v.3)

b) Correspondências e acervos arquivísticos:
CORRESPONDÊNCIA de Djalma Chagas Pinheiro a Luiz Simões Lopes datada de 17 de julho de 1929. *Fundo arquivístico Luiz Simões Lopes.* CPDoc/FGV Codificação: LSL.1928.28.03.
CORRESPONDÊNCIA de Gonzaga Tavares Pinheiro a Luiz Simões Lopes datada de 23 de agosto de 1929. *Fundo arquivístico Luiz Simões Lopes.* CPDoc/FGV Codificação: LSL.1928.28.03.
CORRESPONDÊNCIA de Mansueto Koscinski a datada de 23 de agosto de 1946 enviando seu currículo a remetente não identificado. *Acervo do Museu Florestal Octávio Vecchi.* (Sem codificação/Tratamento em andamento)
CORRESPONDÊNCIA de Mário Saraiva a Arthur Neiva datada de 19 de dezembro de 1931. *Fundo arquivístico Arthur Neiva.* CPDoc/FGV Codificação: AN.21.06.19c.
CORRESPONDÊNCIA de Otto dos Prazeres a Luiz Simões Lopes datada de 16 de Setembro de 1931. *Fundo arquivístico Luiz Simões Lopes.* CPDoc/FGV Codificação: LSL.1928.28.03.
CORRESPONDÊNCIA de Paulo Couto a Luiz Simões Lopes datada de 8 de Março de 1929. *Fundo arquivístico Luiz Simões Lopes*. CPDoc/FGV Codificação: LSL.1928.28.03.
Dossiê Ana Amélia Carneiro de Mendonça. Série Presidentes da ABE. Arquivo da Associação Brasileira de Educação – Carmen João.
Fundo arquivístico Luís Carlos. Arquivo da Academia Brasileira de Letras – Múcio Leão. Pasta de 28-3-19.
LIVRO de colagens de recortes de jornais (2º semestre de 1929 a 1º semestre de 1930). *Coleção documental de Gustavo Barroso*. Acervo do Museu Histórico Nacional. (Sem codificação).
Pasta José Mariano Filho. Acervo do Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Codificação: MAR-61.
TERMO DE APELAÇÃO. Processo criminal contra Eugênio D'Alessandro. *Fundo da Delegacia Especial de Ordem Política e Social (DESPS)*. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Notação: 108.

c) Periódicos:
ADALBERTO Mário Ribeiro: seu falecimento, ontem. *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1953, p.2.
A ESCOLA Politécnica confere prêmio de viagem ao Dr. Henrique Paulo Bahiana. *Revista Beira-Mar,* Rio de Janeiro, ano VII, n.165, p.2, 21 de abril de 1929.
ASSOCIAÇÃO dos ex-alunos do Colégio Militar. *A Noite*, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1940, p.2.
BELLO, L. de Oliveira. Almirante Henrique Boiteux. *Revista Marítima Brasileira*, ano LXIV, n.7-9, Rio de Janeiro, p.897-903, jan-mar. De 1945.
BILHÕES de peixes mortos. *A Noite*, Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1945, p.7.
DIÁRIO de Notícias, Segunda Seção, Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1963, p.5.
DIÁRIO de Notícias, Segunda seção, Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1963, p.4.
EL. Ing. Agr. Hugo Miatello se acogió a la jubilación. *Madeiril*, Buenos Aires, ano XIII, n.146, p.16, ago.1940.
FON-FON, Rio de Janeiro, 7 de Novembro de 1942, p.28.
FRANKLIN, Thimóteo. O Estado Nacional e o reflorestamento, *Cultura política*, Rio de Janeiro, ano II, n.14, p.13-19, abril de 1942.
HEITOR Beltrão – o advogado das causas nobres. *Revista da Associação Comercial*, Rio de Janeiro, 25 de junho de 1955, p.6-7.

HOMENAGEM ao professor Fernando Romano Milanez. *Rodriguésia*, Rio de Janeiro, ano XXV, n.37, p.7-11, 1966.
JORNAL do Brasil, Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1931, p.14.
LIMA, H. Rocha. Dr, Arthur Neiva. *O Biológico*, Rio de Janeiro, ano IX, n.6, p.137-139, jun.1943.
MACAMBIRA, João. Florestamento do Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 de maio de 1929, p.2.
MARCAS de indústria e de comércio. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro, 17 de Maio de 1929, p.p.11.356.
MILANEZ, Fernando. Samuel J. Record. *Rodriguésia*, Rio de Janeiro, ano IX, n.19, p.1-7, setembro de 1945.
NA FLORESTA. *Lusitânia*, Rio de Janeiro, n.68, 16 de novembro de 1931, p.35.
O DR. Aranha Pereira. *A República*, 21 de maio de 1929, p.1.
O SERVIÇO de Reflorestamento. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1 de maio de 1929, p.6.
PAES, Luiz Edmundo. Im memoriam: Leonam de Azeredo Penna. *Rodriguésia*, Rio de Janeiro, ano XXXII, n.52, p.4-9. 1979.
PEREIRA, Nélson Guedes. Fundemos a Sociedade Espirito-Santense de Agricultura. *Diário da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 de junho de 1928, p.5.
RIBEIRO, Adalberto Mário. Tecnologia de produtos florestais. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, ano VIII, v.2, p.82-98, abril de 1945.
"REVISTA Florestal". *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano I, n.5, p.21, nov.1929.
"REVISTA Florestal". *Revista Florestal*, Rio de Janeiro, ano II, n.2, p.5, fev.1932.
RUMO ao campo – Arsène Puttemans. *Lavoura e criação*, Rio de Janeiro, ano XVII, n.7, p.83-84, jun.1932.
SCHMIDT, Augusto Frederico. A invísível presença. *Revista Anauê*, Rio de Janeiro, ano III, n.13, p.19, março de 1937.
TOLERÂNCIA racial. *O Radical*, Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1943, p.3
UM PEDIDO de enérgicas providências ao ministro da agricultura. *O Radical*. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1938, p.2.

d) Biografias laudatórias e memórias:
BLOCH, Pedro. *Vida e Obra de Ângelo Moreira da Costa Lima*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Pesquisas, 1968.
IGLÉSIAS, Francisco de Assis. *Memórias de um agrônomo*: à noiva de Piracicaba. Piracicaba (SP): Agronômica Ceres, 2003.

e) Livros técnicos:
BAYMA, Cunha. *Tecnologia do açúcar:* da matéria-prima à evaporação. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1974.
HOEHNE, F.C. O Naturalista Octávio Vecchi. In: *Relatório Anual do Instituto de Botânica - 1944*, São Paulo, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, 1945, p.84-89.

Obras secundárias:

a) Obras de consulta (enciclopédias, dicionários, almanaques, anuários etc.)
ABREU, Alzira Alves de. (Coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015.

b) Obras acadêmicas (livros, teses, dissertações, monografias e trabalhos em eventos)
ABREU, Regina. *A fabricação do imortal:* memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, Lapa, 1996.
BARBOSA, Francisco de Assis. Miguel Calmon, um engenheiro na política. In: _____. *Ideias econômicas de Miguel Calmon:* cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados. Fundação Casa de Rui Barbosa, 1990, p.23-78.
CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. O arquivo de Epitáfio Dória: abordagem arquivística e possibilidades de pesquisa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, n.46, p.281-294, 2016.

CAPANEMA, Carolina Marotta. *A natureza no projeto de construção de um Brasil Moderno e a obra de Alberto José de Sampaio.* 154f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
CASAZZA, Ingrid Fonseca. Natureza e ciência na trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1939). In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Natal, 2013, *Anais...* Natal, 22-26 julho de 2013.
DIAS, Célia Regina da Silva. *Geografia Histórica ambiental:* uma geografia das matas brasileiras. 197f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
DUARTE, Regina Horta. *A Biologia militante:* o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
FORMIGNI, Mileide de Holanda; SILVA, Hilton P. Conservação ambiental e populaões tradicionais: uma contribuição à análise biliográfica de Augusto Ruschi. *Boletim do Museu de Biologia Mello Leitão*, n.31, p.59-75, abr. 2013.
FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos de 1920-1940.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.
_____. História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Orgs.). *História ambiental:* fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p.333-366.
GODOY, Solange. *O avô do tempo*: diário de um meteorologista, 1ª ed. Rio de Janeiro: EMO, 2006.
GONÇALVES, Alyne dos Santos. Augusto Ruschi: representação da natureza e estratégias conservacionistas na esfera pública capixaba (1930-1970). In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Florianópolis, 2015, *Anais...*, Florianópolis, 27-31 de julho de 2015.
GORGES, Júlia Lima. Conservacionismo, turismo e pesquisa científica: a experiência do Parque Nacional do Itatiaia na direção de Wanderbilt Duarte de Barros (1943-1957). In: 3ª JORNADA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE, Rio de Janeiro, 2015, *Anais...*, Rio de Janeiro, 19-23 de outubro de 2015.
HEIZER, Alda. João Geraldo Kuhlmann e Comissão de Defesa da Borracha de 1912. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. (Orgs). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2010, 209-225.
KRUEGER, Myron; KOTOC, Edward. Walter Mumford (1877-1955). In: CASMAJOR, Paul. *Forestry education at the University:* the first fifty years. Berkeley: California Alumni Foresters, 1945, p.33-46.
LEANDRO, Eulálio de Oliveira. *Coelho Netto e a ecologia no Brasil:* 1890-1913. 3ª ed. Curitiba: Juruá, 2010.
MACHADO, Diana. Divulgando o legado do passado nas páginas de A Divulgação. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *A escrita historiográfica, seus protocolos e fontes*. Assis: Unesp, 2014, p.60-74.
MACHADO, Jorge Ricardo Coutinho. Natureza e cultura entrelaçadas: o Boletim científico da Escola de Chimica Industrial do Pará. *Amazônia*: revista de educação em ciências e matemática, v.11, n.22, p.61-78, jan-jun.2015.
MARTINI, Augusto Jerônimo. *O plantador de eucaliptos*: a questão da preservação florestal no Brasil e o resgate documental do legado de Edmundo Navarro de Andrade. 2004. 320 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
MASCARO, Luciana Pelaes. Nota sobre Ársene Puttemans. In: STOLS, Eddy; MASCARO, Luciana Pelaes; BUENO, Clodoaldo (Orgs.). *Brasil e Bélgica:* cinco séculos de conexões e interações. São Paulo: Narrativa Um, 2014, p.337.
MOLINA, Ariel de Andrade; NORDER, Luiz Antônio C. A contribuição de F.C. Hoehne (1882-1959). *Revista Brasileira de História da ciência*, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.70-80, jan-jun.2014.
NEPOMUCENO, Maria do Araújo. *O papel político-educativo de A Informação Goyana na construção da nacionalidade*. Goiânia: UFG, 2003.
PEREIRA, Elenita Malta. *Um protetor da natureza:* trajetória e memória de Henrique Luiz Roessler. 347f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
PINTO, Jacqueline das Mercês Silva. *Basílio de Magalhães – trajetória e estratégia de mobilidade social (1854-1957).* 46f. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em

História). Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2004.
PRIEDOLS, Elisabete. *O Museu Florestal "Octávio Vecchi":* trajetória e contribuição para a história ambiental brasileira. 188f. Dissertação (Mestrado em Educação, arte e história da cultura). Universidade Mackenzi, São Paulo, 2011.
RICCIOPPO, Thiago. Por uma história do sujeito: a biografia política do deputado mineiro Fidélis Reis. In: XX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E LIBERDADE. ANPUH/SP – UNESP - Franca. *Anais...*, Franca, 06 a 10 de setembro de 2010.
SCHWARTZMAN, Simon; CASTRO Maria Helena Magalhães. Nacionalismo, iniciativa privada e o papel da pesquisa tecnológica no desenvolvimento industrial: os primórdios de um debate. *Dados:* Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v.28, n.1, p.89-111, 1985.
SEÇÃO DE MUSEOLOGIA. *Os diretores do Museu Nacional/UFRJ.* Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2007/2008.
SENRA, Nélson. Teixeira de Freitas, a face do saber na criação do Instituto Nacional de Estatística. In: _____. *História das estatísticas brasileiras – Estatísticas legalizadas (1899-1936)*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Centro de Documentação e Disseminação das Informações, 2006, p.687-705. (v.2)
SKDIMORE, Thomas E. *Preto no branco:* raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.270-271.
SOLURI, John. *Banana cultures:* agriculture, consumption e environmental change in Honduras e United States. Austin: University of Texas Press, 2005.
TRICHES, Robertha Pedroso. *Os sentidos do Atlântico*: a revista Lusitânia e a colônia portuguesa do Rio de Janeiro. 244f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
URBAN, Teresa. *Saudade do Matão:* relembrando a história da conservação da natureza no Brasil. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 1998.
_____. *Missão (quase) impossível:* aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil: São Paulo: Peirópolis, 2001.
VALENTINI, Sílvia. Manequinho Lopes – o entomologista verde. *Paisagens em debate*, São Paulo, n.5, p.1-18, dezembro de 2007.

c) Digitais/eletrônicas:

ACADEMIA Brasileira de Letras. *Biografia de Augusto de Lima*. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/augusto-de-lima/biografia> Acesso em: 15.03.2015.
ALUNOS – De 1917 até 1999. Disponível em: <http://colegiodepadua.com.br/alumni1.php> Acesso em: 03.05.2015.
BOLIVÁR Ribeiro Pinto Bandeira. Disponível em: <http://www.aelb.org./patronos/a01-bolivar-ribeiro-p-bandeira/> Acesso em: 03.05.2015.
DE LA TORRE, Carlos Páez. *Político, jurista y literato.* José Lucas Penna, figura singular de la vida tucumana. Disponível em: <http://www.lagaceta.com.ar/nota/247914/informacion-general/politico-juristay-literato.html> Acesso em: 01.05.2015.
ELIAS, Mônica; SANTOS, Carla; MASSENA, João; SANTOS, Nadja. *Mário Saraiva e química no Brasil.* Disponível em: < http://sec.sbq.org.br/cdrom/32ra/resumos/T0145-2.pdf> Acesso em: 10.10.2014.
FALANGA, Gianluca. Seduction (1933-1935). In: _____. *Mussolini's Outpost in Hitler's Reich:* Italy's Policy in Berlin, 1933-1945. Tradução para o inglês de Thomas Drevikovsky. [s.l]: Links Verlag, 2008, p.11-64. Disponível em: <http://www.christoph-links-verlag.de/pdf/falanga_mussolinis_outpost_in_hitlersreich.pdf>Acesso em: 03.01.2016.
LOPES, Raimundo Hélio. *Samuel Hardman Cavalcanti de Albuquerque*. Disponível em: <http.//cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALBUQUERQUE,%20Samuel%20Hardman%Cavalcanti%20de.pdf> Acesso em: 15.04.2015.
MINGORANCE, Wilson Ricardo. Leituras de José Marianno Filho sobre a arte, a arquitetura e a cidade do século XIX no Brasil. *19 & 20*, Rio de Janeiro, v.VIII, n.1, jan-jun.2013. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/criticas/la_jmarianno.htm> Acesso em: 22.06.2015.
OLIVEIRA, Jorginaldo. Informação do Herbário RFA. *Anais de resumos do LVII Congresso Nacional de Botânico*. Gramado, 6-10 novembro de 2006. Disponível em: < https://www.botanica.org.br/trabalhos-cientificos/57CNBot/1904.pdf> Acesso em: 20.3.2015.
PERFIL biográfico de Iron da Rocha Lima. Disponível em: <http://portal.al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/2046> Acesso em: 06.05.2015.
RADCLIFFE, Jane. *Ynes Mexia (1870-1938).* Disponível em: < http://researcharchive.calacademy.org/research/library/special/bios/Mexia.pdf> Acesso em: 27.12.2016